

MAIO-AGO. • 2020 • V.13

33



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

## EXPEDIENTE

### EDITOR CHEFE

Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

### EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA . Salvador . BA . Brasil)

Ewa Domanska (AMU . Poznan . Polônia)

João Rodolfo Munhoz Ohara (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Luisa Rauter Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Omar Acha (UBA . Buenos Aires . Argentina)

### CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)

Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Flávia Florentino Varella (UFSC . Florianópolis . SC . Brasil)

Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## CONSELHO CONSULTIVO

---

- Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## EDITOR ASSISTENTE

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

---

## EDITORES COLABORADORES

---

Francisca Dávila de Oliveira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mayra de Souza Marques (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Renan Siqueira Moraes (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Tiago da Costa Guterres (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

---

## SECRETARIA

---

Aguinaldo Medeiros Boldrini (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

---

## REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

---

Luiz Antônio dos Prazeres

---

## REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

---

Tikinet Edição

---

## REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

---

Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

---

## DIAGRAMAÇÃO

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

---

## REALIZAÇÃO

---

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

## APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)  
Programa de Pós-graduação em História - UFRGS

---

## CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG  
35420-000| Brasil  
<http://www.historiadahistoriografia.com.br>  
historiadahistoriografia@hotmail.com  
Telefone: (31) 3557-9400

---

## MISSÃO

A *História da Historiografia* é um periódico interinstitucional patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Sua publicação se insere no âmbito de grupos e núcleos de pesquisa de Universidades brasileiras e estrangeiras das áreas de teoria da História e história da historiografia. A revista tem como missão a divulgação do conhecimento das áreas de teoria da História, história da historiografia e outras afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas áreas correlatas, através da publicação de artigos inéditos que, após o processo de avaliação editorial, sejam considerados relevantes às discussões de tais campos. Além de pesquisas originais, incentiva-se a produção de artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. A linha editorial da HH, desta forma, almeja a constituição de um espaço de livre acesso para o debate acadêmico por meio de publicações relacionadas à área.

## FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - V. 13, n. 33 (maio/ago. 2020- . – Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2020-  
v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assunção Costa - CRB 6 - 2164

## EDITORIAL EDITORIAL

Conhecimento e comunicação histórica: novos desafios na crise atual

**Luisa Rauter Pereira** \_\_\_\_\_ 13

## DOSSIÊ DOSSIER

Decolonizar a historiografia medieval: Introdução à 'História da Historiografia Medieval - Novas Abordagens'

**Khodadad Rezakhani, Luciano José Vianna, Otávio Luiz Vieira Pinto & Rodrigo Bragio Bonaldo** \_\_\_\_\_ 19

É possível uma história da historiografia medieval?

**Rodrigo Prates de Andrade** \_\_\_\_\_ 39

Performances do passado: drama social e conceito de história nos últimos anos de Alfonso X de Castela (1272-1284)

**Rodrigo Bragio Bonaldo** \_\_\_\_\_ 59

Long Middle Ages or appropriations of the medieval? A reflection on how to decolonize the Middle Ages through the theory of Medievalism

**Maria Eugenia Bertarelli & Clínio de Oliveira Amaral** \_\_\_\_\_ 97

Jacopo Gaetano Stefaneschi: um cardeal-historiador entre os séculos XIII e XIV

**Igor Salomão Teixeira** \_\_\_\_\_ 131



A literatura mística feminina e a escrita da História na Baixa Idade Média ocidental: entre biografia, memória e relato social

**André Luis Pereira Miatello**

163

History and Historiography in Early Christian Ireland - Muirchú's 'Vita Patricii' and Tírechán's 'Collectanea'

**Dominique Santos**

197

Historiography at the Crossroads: Eschatological Expectations, Biblical Exegesis, and Astronomical Cycles in the times of Charlemagne

**Dmitri Starostin**

229

## ARTIGOS ARTICLES

Historia del tiempo presente: la triple frontera entre pasado, presente y futuro. Un análisis desde la historia oral y los marcos normativos

**Diego S. Crescentino & Gonzalo Vitón**

273

Un grano de arena en la inmensidad del mar: lo que puede aportar la historia a la elaboración de pasados traumáticos

**Florencia Levín**

309

La historia universal de Cesare Cantú en América Latina

**Hernán G. H. Taboada**

341

Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o Presidente da República do Brasil e o Imperador Romano como allelopoiesis

**Fabio Fav ersani**

375

Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas

**Alexandre de Sá Avelar**

397

Filosofia da existência, existencialismo e o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur

**Breno Mendes**

431

## **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

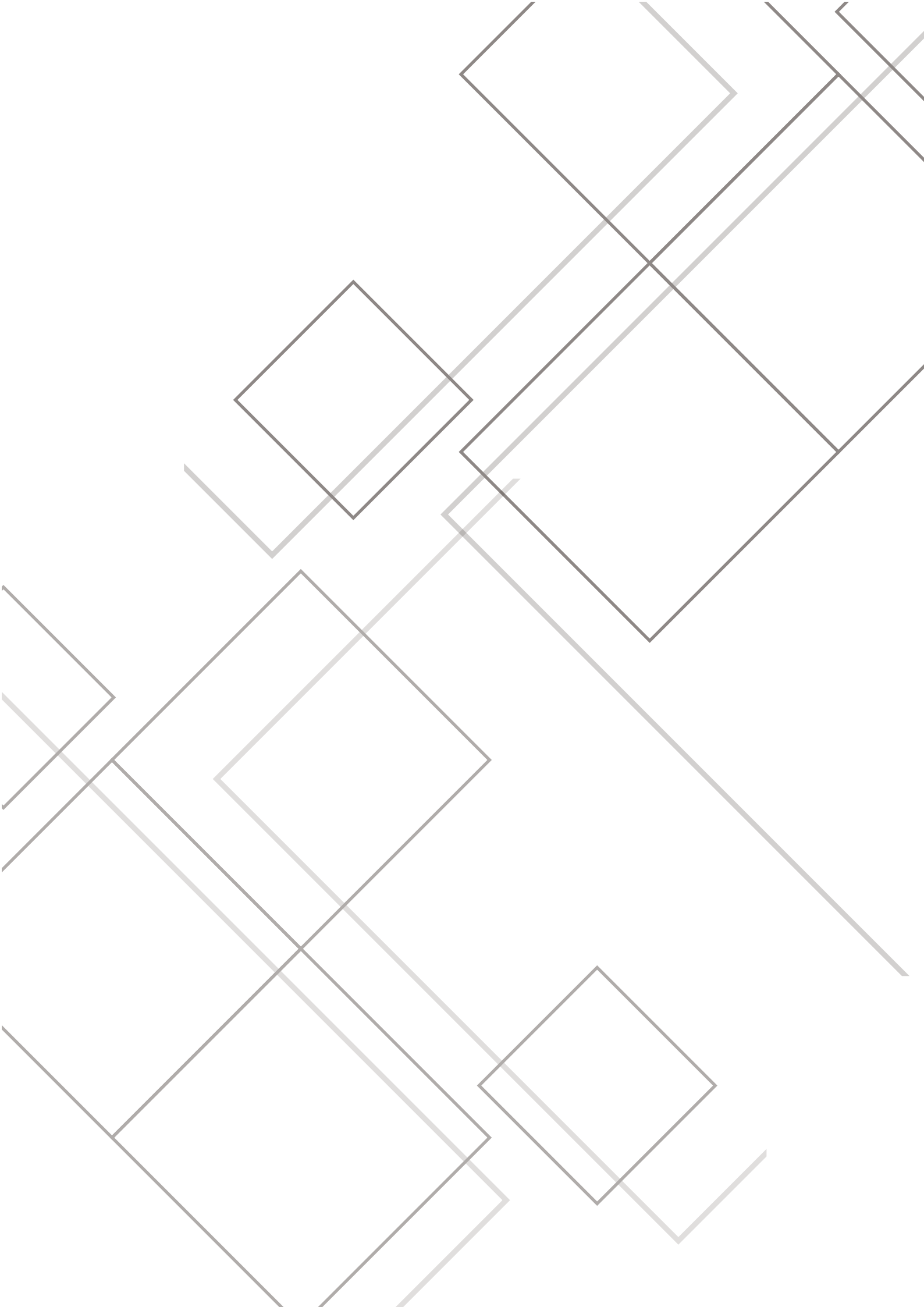
EDITORIAL GUIDELINES

467



# EDITORIAL

EDITORIAL



## Conhecimento e comunicação histórica: novos desafios na crise atual

A crise sanitária confinou em variados graus grande parte da população mundial em casa, limitando as interações presenciais ao nível mínimo. Mesmo em países como o Brasil, em que a gestão desastrosa da situação não permitiu um isolamento social forte e conseqüente, o medo do contágio interferiu nas relações interpessoais de forma inédita. Esse movimento vem consolidando o lugar das redes sociais como um ambiente ainda mais vital de interação social, de ensino e aprendizado, produção e circulação de informação e conhecimento. Essa situação veio associar-se a um movimento recente, mas, anterior, de virtualização do debate político, em que as extremas direitas até então têm sido hegemônicas. Pautas abertamente antidemocráticas, agregadas à produção em massa de *fakenews* e negacionismos têm “viralizado” de forma inédita nas redes, formando um caldo de opinião que tem posto em cheque o mundo democrático, suas instituições, suas formas de vida e também de produção de conhecimento. Em resposta a tal conjuntura, grupos diversos da sociedade civil têm feito, nos últimos anos, um intenso movimento de intervenção no debate público virtual, o que, neste momento, parece mostrar seus primeiros sinais de sucesso. Nesse esforço, o papel da comunidade acadêmica e, em especial, da área de História tem se feito presente.

A conjuntura da pandemia do Coronavírus associada à ascensão das extremas direitas vem contribuindo decisivamente para a relativização de certezas em torno de determinados formatos de apresentação e comunicação que ainda mantinham o saber histórico disciplinar dentro de uma relativa, porém já enfraquecida, zona de conforto. O artigo acadêmico, o livro, o capítulo, a aula, a conferência, o simpósio temático parecem ceder algum espaço para novos formatos e linguagens, como a *live*, a aula virtual, o vídeo, o *blog*, o *Podcast*, o livro de divulgação científica e o texto

de intervenção ocasional no debate público. Se, inicialmente, estavam sendo produzidos, muitas vezes por “leigos”, em especial por jornalistas, hoje vemos os historiadores ampliando sua intervenção nesses novos campos. Duas preocupações associadas parecem crescer entre a comunidade acadêmica de historiadores neste momento: a necessidade de incorporar decisivamente o ambiente virtual às suas práticas de produção e comunicação do saber histórico; e uma profunda mudança da linguagem em uso pelos praticantes da disciplina, o que impõe um novo processo de letramento para muitos historiadores acostumados a falar quase que exclusivamente a seus pares. A preocupação com a acessibilidade da comunicação do saber histórico, bem como a abertura para o debate com a comunidade têm se destacado nos últimos anos e se intensificado nestes meses de pandemia. Paralelamente, vemos uma movimentação das revistas acadêmicas da área buscando associar o formato “artigo acadêmico” a outras formas de produção, circulação e apresentação do saber histórico, adequadas à cultura virtual, que, a propósito têm revelado um grande interesse pela história.

Vemos hoje a aceleração exponencial de uma tendência verificada nas últimas décadas do século XX. Trata-se de mais um capítulo do processo de questionamento de demarcações basilares da disciplina histórica, tanto em seus protocolos de conhecimento como de comunicação do saber. A naturalidade da separação entre passado e presente, e do processo inevitável de “esfriamento” do passado, tornado assim disponível para o manejo da ciência histórica, já vinha desde as últimas décadas do século XX sendo desconstruída. Os passados-presentes, frutos de experiência traumáticas e feridas históricas, mostraram sua resistência a se encaixar em tais pressupostos, impondo um contundente realinhamento disciplinar. Não apenas os pressupostos epistemológicos, mas também de apresentação, difusão e popularização da história vinham sendo renovadas, evidenciando o fato de que o elemento estético e ficcional e as variadas linguagens, não são acessórios, mas parte substancial

da prática historiográfica democratizada. Percebeu-se a relativa inadequação das formas tradicionais de escrita da história pautadas no distanciamento analítico para a comunicação dos passados traumáticos frutos do testemunho de sujeitos históricos antes marginalizados e silenciados.

Tal movimento de democratização do saber histórico ganha agora novas camadas neste momento de profunda crise global. No instante do perigo, em que a democracia e a ciência encontram-se sob bombardeio de forças claramente reacionárias e violentas, vemos erguer-se na sociedade um movimento de defesa de instituições e formas de vida próprios da democracia. Uma delas é a ciência. Se fora indispensável até aqui desconstruir a pretensão de neutralidade do discurso científico, e, em particular, do discurso histórico, evidenciando sua circunscrição epistêmica, social e política – crítica primordial para a construção democrática na segunda metade do século XX – hoje, vemos a necessidade da defesa de determinados princípios salutares do discurso científico. Os acordos partilhados de construção da verdade factual, o processo da pesquisa, a necessidade da prova, da verificação de dados, a avaliação pública de resultados e, sobretudo, a constante vigilância reflexiva sobre os preconceitos sedimentados que possam atuar indevidamente sobre o conhecimento, revelam, ainda mais claramente, sua importância num contexto em que as *fakenews* e os negacionismos mais abjetos ganham adeptos raivosos no debate público. Se, por um lado, a ciência foi usada inegavelmente como discurso legitimador do racismo e da opressão, há elementos saudáveis da prática científica que são fundamentais para a manutenção de uma sociedade democrática que precisam ser defendidos abertamente hoje. Um certo controle crítico, nos termos da democracia sobre as proposições que são veiculadas ao público como “verdades”, vem sendo cada vez mais assumido como tarefa do campo das humanidades. O combate a negacionismos, caracterizados, não apenas pela negação propriamente dita de fatos históricos, mas por generalizações indevidas,

usos descontextualizados e tendenciosos de informações históricas com o objetivo único de revestir preconceitos arraigados de uma aparência de legitimidade, são hoje uma das tarefas fundamentais do historiador e do cientista social. Tal combate pela ciência e pela democracia pelos praticantes das humanidades, se dá hoje de forma indissociada do uso competente das ferramentas oferecidas pelas tecnologias contemporâneas de comunicação. A comunidade de historiadores e historiadoras compreende a centralidade do ambiente virtual no debate público e se esforça por encontrar aí suas próprias maneiras de intervenção. Fazer história, participar do debate público, presencial e virtual, defender a democracia e seu aprofundamento são hoje elementos indissociáveis.

As revistas acadêmicas de excelência do campo das Humanidades têm buscado participar e contribuir para mais essa etapa de transformação do campo. Além do aperfeiçoamento dos formatos tradicionais de publicação – o artigo, o dossiê, a resenha, a tradução – e da ampliação do leque de indexadores a que a revista se vincula, a *História da Historiografia* ampliou recentemente seu campo de atuação editorial com dois projetos conjugados, o *Portal de Humanidades HHMagazine* e o Podcast *Historiar*. O *HHMagazine*, coordenado pela historiadora Thamara de Oliveira Rodrigues, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, publica textos curtos de intervenção, ensaios, resenhas, poesias, contos e outros formatos de mídia. Embora não exclusivamente, o projeto divulga produções em teoria da história e história da historiografia, muitos deles associados diretamente às produções da revista. Desse modo, o portal tem sido um importante veículo para que as ferramentas teóricas desenvolvidas por nosso campo sejam postas em movimento, para pensar os desafios do mundo atual. Uma função correlata do portal é divulgação dos dossiês e artigos publicados pela *História da Historiografia* nas redes, contribuindo para a popularização desta produção científica.



No mesmo espírito, o Podcast *Historiar*, coordenado por mim em parceria com a aluna de graduação em História na UFOP, Larissa Vitória Ivo, e com a professora Helena Azevedo Paulo de Almeida, se dedica a ampliar a visibilidade à produção acadêmica publicada em nossa revista. Buscando traduzir pesquisas acadêmicas para a linguagem própria do Podcast, isto é, acessível a um público que ultrapassa o dos especialistas, convidamos os autores de cada número para apresentar seus trabalhos. Estamos ampliando o escopo do projeto em direção à inclusão de entrevistas sobre temas contemporâneos diversos vistos sobre a ótica das áreas da teoria da história e da história da historiografia, e sobre teses e livros recentemente publicados. Vale ressaltar que estamos em busca de financiamento para que o Podcast se profissionalize cada vez mais. O Podcast tem se firmado muito recentemente no Brasil e no mundo como um ágil e acessível veículo de mídia com grande potencial de crescimento, em especial, no campo da divulgação científica e da História Pública. A Revista *História da Historiografia* avista, nesses projetos, uma importante frente de atuação editorial associada ao essencial trabalho de publicação dos formatos habituais de textos acadêmicos, aos quais dedicamos grande parte de nossos esforços. Oferecemos, assim, ao público nossa contribuição para o fortalecimento da ciência, da universidade pública e da democracia no Brasil.

Luisa Rauter Pereira <sup>a</sup>

Ouro Preto, julho de 2020.

<sup>a</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

**Luisa Rauter Pereira**

e-mail [lurauterp@gmail.com](mailto:lurauterp@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2021-0147>

Universidade Federal de Ouro Preto

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História

Mariana

Minas Gerais

Brasil



DOSSIÊ

DOSSIER

# Decolonizar a historiografia medieval: Introdução à 'História da Historiografia Medieval - Novas Abordagens'

Decolonizing medieval historiography:  
Introduction to 'History of Medieval Historiography: New  
Approaches'

**Coordenadores:**

**Khodadad Rezakhani**<sup>a</sup>

E-mail: [k.rezakhani@fu-berlin.de](mailto:k.rezakhani@fu-berlin.de)  
<https://orcid.org/0000-0001-5718-5104> 

**Luciano José Vianna**<sup>b</sup>

E-mail: [luciano.jose.vianna@gmail.com](mailto:luciano.jose.vianna@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-7355-7609> 

**Otávio Luiz Vieira Pinto**<sup>c</sup>

E-mail: [rocha.pombo@hotmail.com](mailto:rocha.pombo@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5628-3263> 

**Rodrigo Bragio Bonaldo**<sup>d</sup>

E-mail: [rodrigobonaldo@yahoo.com.br](mailto:rodrigobonaldo@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-3938-5169> 

<sup>a</sup> Freie Universität Berlin, Institut für Iranistik Department, Berlin, Germany

<sup>b</sup> Universidade de Pernambuco, Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, Petrolina, PE, Brasil

<sup>c</sup> Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curitiba, PR, Brasil

<sup>d</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

*"Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião."  
Hans-Georg Gadamer, 1963*

*"Há muito tempo acredito que as formas medievais e pós-modernas de consciência histórica são similares, de modo que a narrativa fundamental da ruptura modernista com o passado medieval encontra pouco crédito e que, em realidade, é o modernismo que representa o momento estranho da concepção ocidental de história".  
Gabrielle Spiegel, 2016*

*"Os passados subalternos são indicações dessa fronteira [temporal]. Com eles atingimos os limites do discurso da história. A razão de ser disto reside, como afirmei, no facto de os passados subalternos não fornecerem ao historiador um princípio de narração que possa ser racionalmente defendido na vida pública moderna"  
Dipesh Chakrabarty, 2000*

Nossa relação com o período medieval é ambígua. Por vezes, a Idade Média é negada, distante e estrangeira. Por outras, é muito próxima, senão presente, um passado vivo que nunca se furta aos mais criativos usos. Dentro dessa oscilação entre identidade e alteridade, nesse jogo entre a imagem de uma “origem” e o papel de um “outro ausente”, alguns desejam conhecê-la, outros querem sê-la (SPIEGEL 1997, p. 59; ANKERSMIT 2005, p. 327; CHAKRABARTY 2005, p. 227). O passado, afinal, não costuma aflorar sem a agência humana. Para tanto, é preciso que se organize, na esteira das políticas do tempo, toda uma série de “práticas de sincronização” (JORDHEIM 2014). As mais vulgares dessas práticas utilizam o procedimento clássico dos paralelos: vociferam *Deus Vult* e inundam a internet com releituras da “descoberta” do Brasil no âmbito de uma “Última Cruzada” (PACHÁ 2019; LANZIERI JÚNIOR 2019; COELHO; BELCHIOR 2020). As mais sofisticadas argumentam sobre a permanência de estruturas de longa duração, relegando-nos, ainda assim, à condição de débito eterno para com a Europa. Outras perspectivas abrem contra as primeiras um combate de morte, e em seu lugar performam os símbolos dos excluídos, das bruxas em luta e dos camponeses em *jacquerie*. Nelas, alegorias mobilizadas pelos feminismos decoloniais chegam a questionar as consequências políticas da própria sincronização (Cf. OLIVEIRA 2020). No centro dessas tensões, e tentando atravessar tais fenômenos como problemas históricos, estão os dois sentidos tradicionalmente atribuídos ao termo historiografia: o estudo da escrita da história pelos medievais, interessado pela pesquisa de um conjunto limitado de fontes narrativas que permitam a problematização de uma “operação historiográfica” êmica; e os estudos historiográficos que discutem modelos interpretativos, fazem análises de recepções, identificam apropriações, registram efeitos e simultaneidades entre tempos heterogêneos, chegando a denunciar usos e abusos ético-políticos que da Idade Média são feitos desde o mundo contemporâneo (GUENÉE 1980, p. 11-12). Em suma, continuamos a encontrar o presente no passado e o passado no presente.

As contribuições apresentadas neste número da revista *História da Historiografia* evidenciam e entrelaçam esses dois planos da experiência do tempo.

Em nosso país, a história da historiografia, como subdisciplina acadêmica, preocupou-se, sobretudo, com a formação da historiografia moderna. Sua vertiginosa ascensão foi acompanhada por um olhar que não raramente deslizou dos antigos aos modernos, deixando de lembrar que a querela, ela mesma, nasceu de um *topos* medieval (MATEUS 2013). Isso talvez tenha ocorrido porque a “memória disciplinar” (GUIMARÃES 2003; TURIN 2013) encontrou dificuldades em acessar correlatos da escrita da história, para não falar de figurações do historiador, no período medieval. A sensibilidade histórica moderna foi alimentada por uma epistemologia realista, a qual tendia a julgar a verdade do conhecimento desde a eficiência técnica de sua enunciação. Assim, passou a limitar o depósito da fé em “duas fontes possíveis: a memória e a evidência” (DE CERTEAU 1981, p. 370). Criou um código para o qual muito da escrita da história medieval encontraria difícil tradução. Caracterizados pela convergência entre o que iríamos chamar de realidade e ficção, os gêneros literários compósitos que davam conta de narrar os acontecimentos na Idade Média seriam recebidos com crescente estranhamento na medida em que a História se disciplinava (AURELL 2013, p. 97-106). Investidos por uma tradição compilatória alheia às características da função autoral contemporânea (CHENU 1927 p. 81-86; TEEUWEN 2003, p. 222-223; AURELL 2012, p. 155-175), aliados ainda a uma particular exemplaridade desde a qual o passado administrava relação tipológica direta com os eventos contemporâneos (SPIEGEL 1997, p. 92), os modos de fazer crer próprios à historiografia medieval receberam da modernidade global os signos nada proventos de uma identidade exótica, confusa e irracional.

Consequentemente, não é raro que o problema da experiência do tempo na Idade Média seja até hoje “resolvido” por algumas menções a Agostinho. Por sua vez, se a história

da historiografia (quase) alienou a Idade Média, dada a forma particular como os domínios da História se organizam no Brasil, os estudos medievais terminaram por se deslocar parcialmente do diálogo com abordagens teoricamente orientadas. A obscura relação que passou a cercar nossas percepções a respeito da historiografia medieval é testemunha desse não diálogo que tornou ainda mais atrativo a uma subdisciplina centrada na modernidade operar graves esquecimentos. Raramente lembramos que Hayden White começou sua carreira como medievalista (PAUL 2008). É conveniente esquecer que a história dos conceitos surge desde a necessidade de imprimir fidelidade ao exame dos universos conceituais medievais (BRUNNER 1992). Apenas muito recentemente assistimos ao primeiro comentário nacional sobre o quanto o desdobramento da virada linguística em uma história da historiografia teoricamente orientada, atenta às metanarrativas e ao exame de unidades de sentido metonímicas, deve à análise dos complexos modos de significação elaborados nas crônicas e histórias eclesiásticas (ANHEZINI 2019; Cf. SPIEGEL 1997). Deixamos de lado que os estudos de performance, saudados como uma alternativa ao esgotamento dessa mesma virada linguística (DOMANSKA 2011), têm origens ligadas à análise de sagas islandesas (TURNER 1971).

Além das menções supracitadas, recordemos os nomes mais presentes de Marc Bloch e Jacques Le Goff, mestres de uma nova história, para formalizar um argumento de partida: o período medieval atuou no último século como um dos grandes laboratórios para a inovação teórico-metodológica na escrita da história. Chegou a ser saudado como uma espécie de “carro-chefe da historiografia contemporânea”, pois tomou a frente propondo temas, métodos, conceitos e diálogos com outras ciências humanas (FRANCO JÚNIOR 2001, p. 14). Sustentamos, em contrapartida, que existe muito a resgatar e construir em um diálogo mutuamente frutífero entre os estudos medievais e a história da historiografia. Os artigos aqui reunidos são evidência de que a criatividade e a diversidade dos estudos de história da historiografia medieval nunca foram tão robustas. Neles,

abordagens teoricamente orientadas convivem com estudos de profunda erudição e análise das fontes. Em todos observamos o esforço em tensionar os limites do conceito de história, de forma a abarcar expressões de experiências do tempo não redutíveis às sensibilidades nem instruídas pelos conceitos-chave da modernidade. Ademais, o conjunto dos artigos aqui apresentados fazem referência, em sua constituição, a algumas das características da operação historiográfica na Idade Média, as quais foram apresentadas através de publicações de autores que são referência neste campo de estudos (AURELL 2005; AURELL 2006; AURELL 2013, p. 95-142; AURELL 2016; SPIEGEL 1975; SPIEGEL 1983; SPIEGEL 1990; SPIEGEL 1995).

As contribuições apresentadas ultrapassam, ainda, os três momentos da sensibilidade histórica expressos nas epígrafes que selecionamos. Com Gadamer, assistimos à captura precisa da experiência moderna, captura que ocorre no instante em que essa mesma tradição ocidental, no pós-guerra, passa a ser questionada, possibilitando que a consciência histórica pudesse dimensionar os efeitos do passado. Com Gabrielle Spiegel, o relato de um momento pós-moderno faz a historiadora ocidental se reconhecer no espelho de um passado cujo reflexo fora ofuscado pela luz da razão instrumental. Por fim, com Chakrabarty, em capítulo que dialoga diretamente com a imaginação histórica medieval e seus efeitos no presente, temos o reconhecimento do outro com o outro, a solidariedade entre passados subalternos, do Sul Global com a Europa pré-iluminista. Esse é nosso segundo argumento: asserção que se abre ao momento no qual nos encontramos, um momento no qual demandas sociais pela decolonização das formas de pensar são exacerbadas como efeito de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Um momento no qual pululam propostas de uma “história (in)disciplinada” (AVILA; NICOLAZZI; TURIN 2019), no qual abordagens que nos preparam para um “futuro sem precedentes” (SIMON 2019) parecem cada vez mais urgentes. Como é urgente, também, que valorizemos não apenas a representatividade espacial da América Latina nas narrativas cada vez mais globais da história,

mas, igualmente, sua projeção teórica e cognitiva sobre outros espaços, manifesta pela aplicação de inovações metodológicas e conceituais desenvolvidas desde o continente sul-americano (GRECCO; SCHUSTER 2020, 429). É desse modo que o potencial disruptivo de uma historiografia medieval analisada desde o Sul Global tem em disputar, decolonizar e dissociar o passado dos medievais de identidades atualmente hegemônicas torna-se sedutor demais para ser ignorado (Cf. SILVEIRA 2019).

Hoje entendemos os estudos medievais como uma heterologia. Sabemos que, nesse período, a Europa era uma das mais remotas províncias do mundo. E que as histórias, crônicas, livros de feitos e genealogias que desse tempo restaram seriam investidos, ao longo do processo de esclarecimento, do estatuto de registros subalternos, expulsos para os “limites do discurso da história”, incapazes como eram de oferecer à ciência da história qualquer “princípio de narração que possa ser racionalmente defendido na vida pública moderna” (CHAKRABARTY 2005, p. 227). Reconhecemos que a historiografia medieval é o grande Outro da historiografia disciplinada. É objetivo deste dossiê, no entanto, sugerir que esse fato, paradoxalmente, talvez nos coloque muito próximo dela (Cf. SPIEGEL 2016, p. 21; AURELL 2016, p. 143-156). Pois antropologizar e historicizar, para seguir o argumento de Chakrabarty, é apenas metade do caminho. De fato, para exercitar tais operações, precisamos antes reconhecer que passados subalternos – como aqueles representados pela escrita da história medieval – nos oferecem possibilidades à compreensão de nosso próprio presente.

O questionamento da identidade da escrita da história medieval como negação determinada da historiografia disciplinar é precisamente o tema abordado pelo artigo de Rodrigo Prates de Andrade. Em diálogo com Jean-Claude Schmitt, Justin Lake, Bernard Guenée e Alain Guerreau, o autor assinala as dificuldades que categorias cognitivas modernas têm em compreender a Idade Média. A partir daí, o texto estrutura seus argumentos desde o chamado “giro antropológico” nos estudos medievais. Esse deslocamento permite ao autor identificar, de forma



experimental, o pré-moderno com o não ocidental. O resultado é a formulação de um argumento que entende o eurocentrismo não apenas como uma questão de posicionalidade espacial. Categoria espaço-temporal, ele configura, para além da representatividade, formas de conhecer e produzir mundos. Dessa maneira, a questão central a respeito da possibilidade de uma história da historiografia medieval se volta rumo ao estudo dos modos de historicização próprios às tradições medievais de raciocínio (SETH 2013). Modos plurais que – em diálogo entre a história do conceito de história com o pensamento pós-colonial, Prates considera não redutíveis às expectativas estabelecidas pela sensibilidade histórica moderna.

O debate sobre a pertinência de reunirmos certos gêneros literários medievais sob a nomenclatura historiográfica aparece em outra contribuição do presente dossiê, dessa vez aplicada a um estudo de caso. O artigo de Rodrigo Bonaldo problematiza o conceito de história na obra de Alfonso X, em virtude das apresentações corporais das histórias nas cortes do Rei Sábio. Para isso, mobiliza um diálogo entre a história dos conceitos e os estudos de performance, cruzando a análise das *Estorias* alfonsinas com a leitura de fontes que legislavam sobre a maneira correta de apresentá-las. O autor compreende a noção de performance em dois planos: no âmbito microanalítico, remete-a à tensão criativa entre rituais e jogos cortesãos; no âmbito macropolítico, faz menção ao processo de guerra civil que se estabelece ao longo do recorte temporal assinalado (1272-1284). A partir da noção de “drama social”, emprestada da antropologia, Bonaldo entende as reuniões bianuais das cortes como momentos liminares dentro dos quais a performance das *Estorias* era projetada como veículo de conciliação simbólico-afetiva e reestruturação da ordem do tempo. Constituindo um clima de imersão e de produção de *efeitos* de presença do passado, essas performances abrem-se à disputa e negociação de sentidos conceituais estratificados em tempos “não simultâneos”. Essa tarefa de sincronização do não simultâneo ajuda não apenas a compreender a racionalidade do “anacronismo” das fontes como também

indica que – nesses momentos liminares de mudança social, operam-se igualmente mudanças conceituais que alimentavam cognitivamente a realidade política. Se o conceito de história não se fazia central na Idade Média, o artigo termina sugerindo que o papel político da contagem das histórias talvez ainda esteja sendo subestimado pela história da historiografia.

Tão longe, tão perto: o contraste entre perspectivas que se aproximam e se afastam do período medieval talvez seja tão antigo quanto a invenção, ainda no século XIV, do próprio conceito de Idade Média. É esse o percurso crítico seguido por Maria Eugenia Bertarelli e Clínio de Oliveira Amaral. Seu texto reconhece essas duas formas de se abordar o passado medieval, mas vai além, assumindo uma postura crítica à tese da “longa Idade Média” importada às américas através de trabalhos recentes. Segundo o artigo, a transposição do argumento de uma longa Idade Média para nosso continente teria como epifenômeno ressaltar a permanência de estruturas europeias em nossa identidade. Isso tornaria as sociedades americanas herdeiras incontestes do Velho Mundo. Promoveria uma espécie de colonização do imaginário por meio de representações do passado em um momento no qual grupos de ódio usam politicamente a Idade Média nesse mesmo sentido. Seguindo a chamada “teoria do Medievalismo”, Bertarelli e Amaral propõem, em compensação, não o estudo de “reminiscências medievais”, mas a análise de processos de invenção, recriação e apropriação do passado que tem nas disputas ideológicas do tempo presente seu referente mais concreto. O objetivo do artigo não poderia ser mais pertinente a este dossiê: decolonizar a Idade Média.

Com a contribuição de Igor Salomão Teixeira, passamos da análise de passados presentes ao exame erudito de fontes medievais desde suas características historiográficas. O artigo apresenta Jacopo Gaetano Stefaneschi (1260-1343) como um “cardeal-historiador” e analisa os textos *De centesimo seu Iubileo anno liber* e o *Liber Cerimoniarum Curiae Romane*. A partir do registro do Jubileu de 1300 e da descrição de

cerimoniais litúrgicos, Teixeira questiona os métodos do cardeal. Entende-os a partir da inserção de Stefaneschi nas redes de sociabilidade da corte papal, também com a *familia cardinalis*, relações que abriam ao clérigo a possibilidade de ver por si mesmo os acontecimentos que registrava. Ao inserir a pesquisa dentro do universo de estudos recentes, Teixeira não deixa de ressaltar sua originalidade: mergulhar na obra de um personagem cuja produção textual se destacava em comparação com outros cardeais de sua época (em sua excepcionalidade como historiador) é oferecer luz a respeito da atuação dos cardeais em um momento chave da história da Igreja. Mas pensar as fontes como historiografia traz desafios que começam aquém da figuração do historiador. A escrita da história na Idade Média, alerta Igor Salomão Teixeira, é difusa, espalhada por diferentes gêneros, o que nos traz a necessidade de atentar a um amplo universo de textos e de práticas.

A família dos cardeais, comunidade doméstica que faz companhia aos papas, mais do que qualquer família, é fundamentalmente patriarcal. Pensar modulações da escrita feminina da história dispersa nos gêneros literários medievais, em contrapartida, é o desafio encarado por André Luis Pereira Miatello. Com uma prosa leve e ritmada, o autor resalta o bom número de escritoras de história no período, ao lado da presença de *scriptoria* e centros de circulação livreira nos conventos. Seu objeto, no entanto, é mais específico e original. Busca estudar, a partir de duas obras, a *Vida de la Benaurada Sancta Doucelina mayre de las Donnas de Robaut* e o *Liber Lelle*, de que maneira a linguagem mística instigou novas formas de narração histórica. Mais do que isso: apresenta evidências de como a mística e sua escrita foram veículos do protagonismo feminino no mundo das letras ocidentais a partir do século XIII. Miatello destaca as relações entre os gêneros biográficos e autobiográficos que marcam suas duas fontes e os critérios de veracidade da historiografia, demonstrando, a partir das trocas com os relatos místicos, o caráter compósito, diversificado e inovador da escrita da história medieval e de suas autoras.

É possível que algumas generalizações didáticas tenham um papel silenciador na história da historiografia. A história entre os gregos como organizada em ciclos; a historiografia romana limitada ao *topos* de mestra da vida; a oitocentista como unicamente centrada na nação: essas linhas gerais são responsáveis por constituir um padrão que, como se sabe, não corresponde à riqueza das fontes. No caso do período medieval, limitarmos a história à história eclesiástica implica praticar o esquecimento de documentos de potencial interesse à teoria da história. É partindo dessa crítica que Dominique Santos resgata a tradição *Seanchas*, conjunto de narrativas fixadas no início do período medieval e transmitidas aos compiladores das histórias da Irlanda do século VII. Santos analisa duas obras contemporâneas, a *Vita Sanctii Patricii* e a *Collectanea*, tratando seus autores, ou *Seanchaidhean*, como historiadores de pleno direito. Seus conhecimentos, no entanto, eram atravessados por toda uma gama heterogênea de saberes, das leis às genealogias, da poesia à hagiografia, passando pelos anais e registros paroquiais. A contribuição problematiza as estratégias de historicização dessa tradição e, buscando preservá-las de juízos modernos, compreende a coerência de seus modos de pensar. Dominique Santos, por fim, advoga que a incorporação da tradição *Seanchas* nos cânones da história da historiografia pode nos ajudar a dialogar melhor com outras formas de escrita da história pré-modernas.

O último artigo que apresentamos mergulha na compreensão de uma racionalidade que combinava expectativas escatológicas, alegoria e filosofia natural. Dmitri Starostin é responsável por evidenciar como as políticas do tempo histórico nas cortes carolíngias dependiam da execução conjunta da exegese bíblica com observações celestes. Sua fonte principal é a *Vita Caroli Magni* de Eginardo, entendida em diálogo com a tradição das histórias universais. Starostin desenvolve o sofisticado argumento segundo o qual o biógrafo de Carlos Magno foi capaz de aproximar o “tempo da criação”, representado pelo passado profundo do Antigo Testamento, com o “tempo de hoje” através de uma ciência exegética que combinava o

cálculo da história sagrada com a manipulação do simbolismo escatológico. Segundo o autor, a necessidade de revisar os calendários de páscoa abre a oportunidade de trabalhar as expectativas escatológicas com vistas ao ano 800, ano que correspondia ao fim do Sexto Milênio da criação. A hipótese final parte da crítica da concepção do tempo cristã como meramente linear. Para Dmitri Starostin, o interesse nos temas e datas da história universal aumenta de acordo com a observação de efemérides celestes; sua tese indica que a discussão sobre o fim dos tempos é sincronizada com a observação dos nodos lunares. Fim de um ciclo lido como um começo: é com base nessa lógica que Carlos Magno, coroado Imperador em 25 de dezembro de 800, pôde se apresentar como um novo Davi. Esse fenômeno é despertado pela performatividade real e pela função temporal que a transpassa: a presença. Para aqueles que conhecem os símbolos, para aqueles que entendem os números em sua dupla dimensão, matemática e exegética, a relação entre Carlos e Davi não é metafórica. Carlos Magno é Davi. Foi assim que a historiografia carolíngia estabeleceu um sistema de comunicação simbólica entre o rei, os magnatas e seus súditos, garantindo a função de legitimidade do poder.

Qual o sentido em mobilizar os passados do medievo em meio à catástrofe global? Essa pergunta nunca poderia ter sido prevista em toda sua pertinência. Ela foi se tornando mais e mais relevante aos organizadores deste dossiê na exata medida em que o evento pandêmico começou a traduzir e fazer aflorar as ansiedades de uma emergente sensibilidade histórica. Uma historicidade, se assim preferimos, modulada diante da possibilidade concreta de mudanças radicais, da ultrapassagem de (mais um!) limiar crítico que promete desafiar toda compreensão do passado como experiência e toda tentativa de domesticação do novo pela narrativa. Caso o preço que teremos de pagar pela “nova normalidade” seja a completa dissociação com a experiência do passado (SIMON 2019, p. 52-78), isso significaria também que nosso desejo de compreender a Idade Média fará companhia ao desejo de se abrir a novas formas de habitá-la afetivamente? Como

já assinalamos, “práticas de sincronização”, significação e expressão da existência temporal dependem da articulação entre os passados e nossas angústias, esperanças, temores e planos. O tempo histórico, passado, presente e futuro, é aglutinado como um singular através da capacidade humana em anexar emoção as suas dimensões. Em outras palavras, não existem efeitos sem afetos, nem história efetiva sem história afetiva. A Idade Média, tão presente no imaginário, nas artes, nas produções literárias contemporâneas, nas redes sociais e no cinema, na televisão e nos passatempos eletrônicos, evocada e concorrida em meios políticos e religiosos, é outro desses palcos globais no qual encenamos “várias emoções humanas, incluindo essas de esperança e desespero” (CHAKRABARTY 2018, p. 17). A presença do medieval nos lembra que a temporalidade é sempre plural, que os passados nunca são totalmente passados: afinal, “tornar visível essa disjunção é aquilo que os passados subalternos nos permitem fazer” (CHAKRABARTY 2005, p. 225).

Seria possível “(des)atualizar” a historiografia medieval para, a seguir, configurá-la em virtude de um futuro que seja “próprio” às angústias do Sul Global? Não estamos longe, como se vê, de sugerir que a decolonização dos passados medievais passa pela crítica da submissão de sua escrita da história a formas “de se relacionar com o tempo histórico como atualização repetidora” (PEREIRA; ARAUJO 2020, p. 126). A dissociação do passado dos medievais com as identidades nacionais europeias, com o cristianismo conservador, com a monumentalização dos grandes homens e com a genealogia das elites globais, assim poderia dialogar com a emergência de formas mais progressistas de figurar e performar afetivamente os espaços de conhecimento do medieval? É esperança dos organizadores que as virtudes epistêmicas demonstradas pelas contribuições deste dossiê – o engajamento ético e crítico com as fontes, ao lado da reflexão teórica a respeito dos instrumentos para sua interpretação, contribuam para o estabelecimento de um passado, ao passo que autêntico, ao mesmo tempo próprio às demandas de nossa “geopolítica do conhecimento”

(GRECCO; SCHUSTER 2020, p. 444). Essa tarefa não começa nem se encerra, no entanto, com este dossiê. Essa é a tarefa de uma geração.

Decolonizar passados subalternos, como o *Itihasa* indiano, as *Seanchas* da Hibernia ou as *Estórias* castelhanas é fazer da consciência histórica, antes um “privilégio do homem moderno”, um direito humano universal? Não pagaríamos, com isso, o custo de reforçar o velho universalismo, submetendo formas contingentes de experiência temporal ao guarda-chuvas eurocentrado do gênero “história”? Ou, quem sabe, podemos pluralizar os significados da consciência histórica, ampliando seu campo semântico de modo a abarcar a diversidade das formas de se sentir e testemunhar a mudança e a permanência em função do tempo? Essas perguntas expressam a tensão que o presente dossiê carrega como pano de fundo. Trata-se, ainda, do problema do lugar da historiografia medieval na história da historiografia (e na teoria da história). A respeito de tais questionamentos, longe de fixar um ponto final, fazemos um convite ao diálogo, a uma conversa amigável, a um debate que, enfim, se instaura entre os estudos medievais e as historiadoras e historiadores da historiografia.

## REFERÊNCIAS

ANHEZINI, Karina. Gabrielle Spiegel, textualidades, passado e virada linguística. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; BENTIVOGLIO, Julio. **O Futuro da História**: Da crise à reconstrução de teorias e abordagens. Vitória: Editora Milfontes, p. 227-239, 2019.

AURELL, Jaume. El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos. *HISPANIA*. **Revista Española de Historia** n. 66, v. 224, p. 809-832, 2006.

AURELL, Jaume. From Genealogies to Chronicles: the Power of the Form in Medieval Catalan Historiography. **Viator**, n. 36, p. 235-264, 2005.

AURELL, Jaume. **Authoring the Past**: History, Autobiography, and Politics in Medieval Catalonia. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

AURELL, Jaume. La historiografía medieval: siglos IX-XV. *In*: **Comprender el pasado**. Una historia de la escritura y el pensamiento histórico (Aurell, Jaume; Balmaceda, Catalina; Burke, Peter; Soza, Felipe). Madrid: Ediciones Akal, p. 95-142, 2013.

AURELL, Jaume. **La historiografía medieval**. Entre la historia y la literatura. València: Publicacions de la Universitat de València, 2016.

AVILA, Arthur de Lima; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BRUNNER, Otto. **Land and Lordship**: Structures of Governance in Medieval Austria. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1992.



COELHO, A. L. S; BELCHIOR, Y. K. A extrema-direita brasileira e sua visão (ideológica) da cavalaria medieval. *In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato. Ensino de História Medieval e História Pública*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. Histórias de minorias, passados subalternos. *In: SANCHES, Maria Ribeiro (org). Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, p. 209-230, 2005.

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene time. *History and Theory*. v. 57, n. 1, mar., p 5-38, 2018.

CHENU, Marie-Dominique. Auctor, actor, autor. *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, n. 3, p. 81-86, 1927.

DOMANSKA, Ewa. El viraje performativo en la humanística actual. *In: Criterios*, Havana, n. 37, p. 125-142, 2011.

DE CERTEAU, M. Une pratique sociale de la différence: croire. *In: Faire croire*. Modalités de la diffusion et de la réception des messages religieux du XIIe au XVe siècle. Actes de table ronde de Rome (22-23 juin 1979) Rome: École Française de Rome, p. 363-383, 1981.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GRECCO, Gabriela de Lima; SCHUSTER, Sven. Decolonizing Global History? A Latin American Perspective. **Journal of World History**, n. 2, v. 31, p. 425-446, Junho de 2020.

JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple times and the work of synchronization. Forum: Multiple Temporalities. **History and Theory**, n. 53, p. 498-518, 2014.

LANZIERI JÚNIOR, C. Ontem e hoje, o porta estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. **Roda da Fortuna**, n. 2, v. 8, p. 189-209, 2019.

LE GOFF, Jacques. **Un long Moyen Âge**. Paris: Tallandier Éditions, 2004.

MATEUS, Samuel. A Querela dos Antigos e dos Modernos: um mapeamento de alguns *topoi*. **Cultura**: revista de História e Teoria das ideias, v. 29, p. 179-200, 2012.

OLIVEIRA, M. da Glória de. Temporalidade da luta ou a potência de uma operação historiográfica feminista decolonial. **Humanas: pesquisadoras em rede**. Junho, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fGE20m>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PACHÁ, Paulo. "Why the Brazilian far right loves the European middle ages". Pacific Standard. Fevereiro, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NbQZTw> Acesso em: 20 jun. 2020.

PAUL, Herman. A Weberian medievalist: Hayden White in the 1950s. **Rethinking History**: The Journal of Theory and Practice. n. 12 v. 1, p. 75-102, 2008.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Vozes sobre Bolsonaro: esquerda e direita em tempo atualista. *In*: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Do fake ao fato**: (des) atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, p. 125-150, 2020.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? História da Historiografia **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 11, v. 6, p. 173-189, 2013.

SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna**, n. 1, v. 8, p. 210-236, 2019.

SIMON, Zoltán Boldizsár. **History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century**. London: Bloomsbury, 2019.

SPIEGEL, Gabrielle M. Political Utility in Medieval Historiography: a Sketch. **History and Theory**, n. 3, v. 14, p. 314-325, 1975.

SPIEGEL, Gabrielle M. Genealogy: Form and Function in Medieval Historical Narrative. **History and Theory**, n. 1, v. 22, p. 43-53, 1983.

SPIEGEL, Gabrielle M. History, Historicism and the Social Logic of the Text. **Speculum**, n. 1, v. 65, p. 59-86, 1990.

SPIEGEL, Gabrielle M. **Romancing the Past: the Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1995.

SPIEGEL, Gabrielle M. **The task of the historian**. Presidential address delivered at the 123rd annual meeting of the American Historical Association, held in New York City in 2009. Disponível em: <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/gabrielle-m-spiegel>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SPIEGEL, Gabrielle M. Structures of Time in Medieval Historiography. **The Medieval History Journal**, n. 1, v. 19, p. 21-33, 2016.

TEEUWEN, Mariken. **The Vocabulary of Intellectual Life in the Middle Ages**. Turnhout: Brepols, 2003.

TURIN, R. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 13, v. 6, p. 78-95, 2013.

TURNER, Victor. An Anthropological approach to the icelandic saga. In: BIDELMAN, T. (Ed.). **The Translation of culture: essays to E.E. Evans-Prichrad**. Londres: Tavistock, 1971.

## NOTA SOBRE OS AUTORES

### Khodadad Rezakhani

k.rezakhani@fu-berlin.de  
Freie Universität Berlin  
Berlin  
Germany

### Luciano José Vianna

luciano.jose.vianna@gmail.com  
Universidade de Pernambuco  
Petrolina  
Pernambuco  
Brasil

### Otávio Luiz Vieira Pinto

rocha.pombo@hotmail.com  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba  
Paraná  
Brasil

### Rodrigo Bragio Bonaldo

rodrigobonaldo@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis  
Santa Catarina  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Rodrigo Bragio Bonaldo  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de História  
Trindade  
88040900  
Florianópolis, SC - Brasil

## FINANCIAMENTO

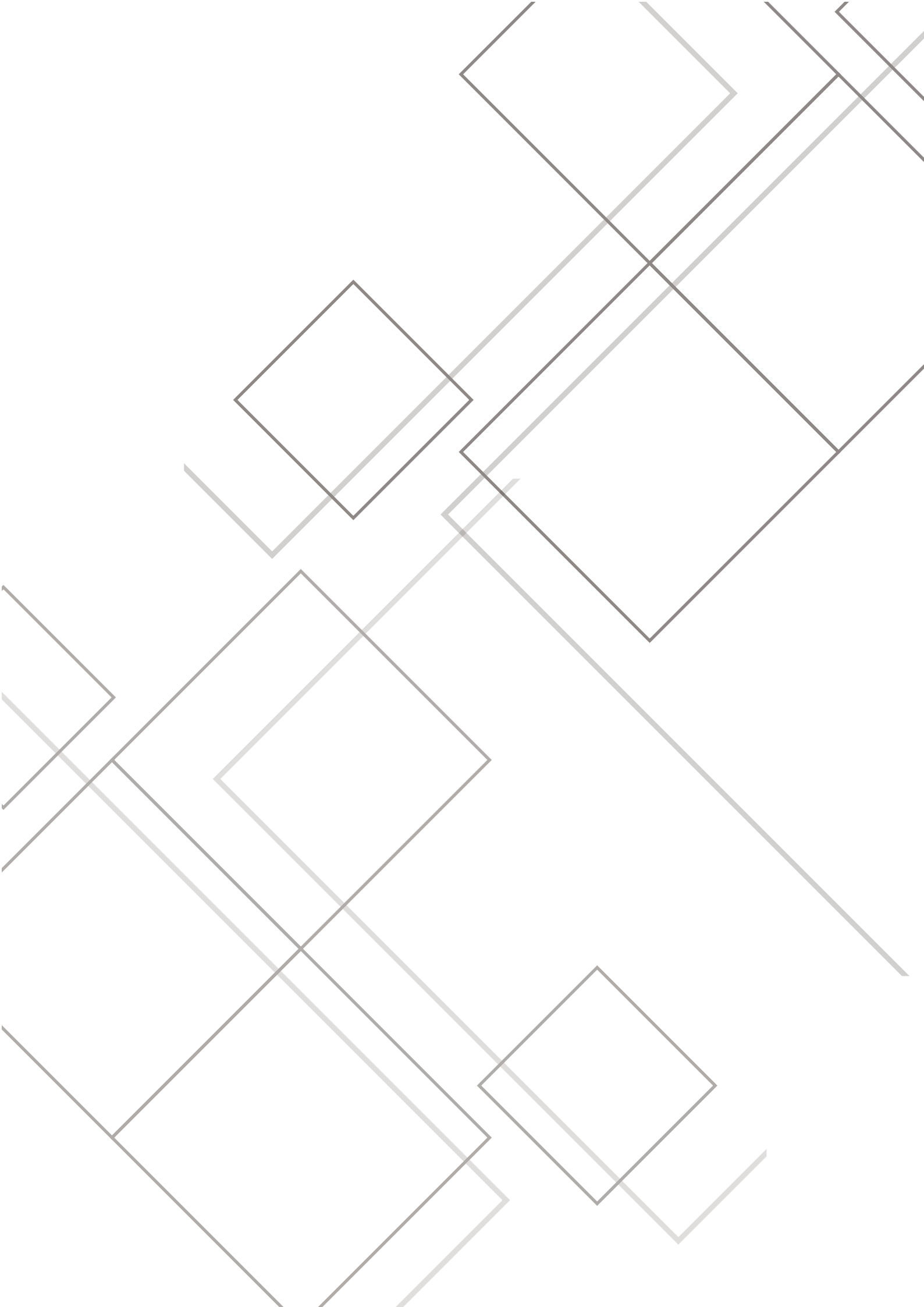
Nenhum Financiamento foi declarado.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
SemDerivações 4.0  
International.





# É possível uma história da historiografia medieval?

Is a history of medieval historiography possible?

Rodrigo Prates de Andrade <sup>a</sup>

E-mail: [andrade.rprates@gmail.com](mailto:andrade.rprates@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-1787-6191> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil

## RESUMO

Neste artigo, ao tomar como ponto de partida uma possível dubiedade da historiografia medieval, nos propomos a refletir sobre as limitações de uma episteme temporal e espacialmente centrada na Europa e na modernidade, além de traçar alguns caminhos possíveis à compreensão dos modos de historicização medievais. Essas reflexões possuem como princípio um debate alavancado pela historiografia francesa da segunda metade do século XX acerca da existência de uma fratura entre modernos e pré-modernos, que impediria uma percepção acurada das experiências humanas do passado a partir de um vocabulário guiado pela modernidade. Nessa perspectiva, o próprio conceito moderno de história, fruto dos séculos XVIII e XIX, seria incapaz de apreender modos de produzir e representar o passado anteriores a sua concepção. A fim de responder tais questionamentos, procuramos traçar outras possibilidades de compreensão dos conceitos de história e historiografia através de uma aproximação entre os estudos medievais, a história da historiografia e a antropologia. As considerações estabelecidas aqui buscam reafirmar demandas atuais da história disciplinar, ao mesmo tempo que aventam uma abertura da história da historiografia como um meio de abarcar os múltiplos modos de historicização pré-modernos e não ocidentais.

## PALAVRAS-CHAVE

História da historiografia; História Medieval; Antropologia

## ABSTRACT

Starting from a possible dubiousness of medieval historiography, this article reflects on the limitations of a temporal and spatial episteme centered on Europe and modernity; furthermore, we trace some possible ways to understand medieval modes of historicization. These discussions are based on a debate leveraged by the French historiography of the second half of the 20th century about the existence of a divide between moderns and pre-moderns that would prevent an accurate perception of the human experiences of the past from a vocabulary guided by modernity. In this perspective, the very modern concept of history – fruit of the 18th and 19th centuries – would be unable to grasp ways of producing and representing the past prior to its conception. To answer these questions, we look to trace other possibilities for understanding the concepts of history and historiography by bringing together the medieval studies, the history of historiography, and anthropology. The considerations established here seek to reaffirm the current demands of disciplinary history, while also suggesting an opening of the history of historiography as a means of embracing the multiple pre-modern and non-Western modes of historicization.

## KEYWORDS

History of historiography; Medieval history; Anthropology

Em *Une histoire religieuse du Moyen Âge est-elle possible?*, ensaio publicado em 1994, o medievalista Jean-Claude Schmitt se questionou acerca da possibilidade de uma história religiosa do medievo. Uma questão que, segundo o próprio autor, poderia parecer estranha aos olhos e ouvidos contemporâneos, afinal foram aqueles mesmos séculos conhecidos pela presença constante da fé. No entanto, esse questionamento carrega em seu âmago outra face: o conceito de religião é conveniente à compreensão do cristianismo medieval? Nas palavras de Schmitt, “o recuo que se impõe à antropologia que estuda uma sociedade diferente da sua não é ainda mais indispensável para o historiador cujo objeto de estudo é a tradição à qual pertence?” (SCHMITT 2014, p. 31).

Não procuramos aqui, como demonstra o título deste ensaio, acercar-nos sobre os estudos das práticas “religiosas” na Idade Média. Contudo, ao refletirmos sobre a viabilidade de uma história da historiografia medieval, os questionamentos de Schmitt complexificam nossos problemas: se a história, objeto e ofício dos historiadores na contemporaneidade, está arraigada em nossas percepções, ela é conveniente ao exame das formas de experienciar o tempo no medievo? Crônicas, hagiografias, genealogias e outros gêneros de narração sobre o passado circularam entre mosteiros e cortes na cristandade latina medieval. Seria possível classificarmos esta profusão de obras sob o signo da história?

Nas palavras de historiadores como Bernard Guenée (GUENÉE 1980, p. 11) e Justin Lake (LAKE 2015, p. 89), por muitos anos aqueles que se debruçavam nesses gêneros “historiográficos” procuravam modos de “encontrar o passado” – como se aqueles documentos se transmutassem em “janelas” para outras temporalidades –, a desconsiderar intenções, formas de compreender o mundo e contextos sociais. Eles se constituíam como documentos capazes de fornecer informações aos historiadores sobre os aspectos aos quais versavam. Por outro lado, como aponta



Lake, em *Current Approaches to Medieval Historiography*, pesquisas recentes buscaram observar nesses textos não apenas “fatos” sobre o passado, mas as modalidades pelas quais foram compostos. Um eco da ideia de que o passado, ou ao menos sua escrita, configurava-se a partir dos anseios do presente, afirmação reconhecida por parte considerável do campo disciplinar no âmbito da historiografia moderna e que justamente incidiria de maneira similar naquilo que podemos chamar de uma “historiografia medieval” (LAKE 2015, p. 89).

Para Bernard Guenée, ao menos nos círculos franceses, os estudos voltados à compreensão de uma “historiografia medieval” deram seus primeiros passos somente entre os anos de 1866 e 1876, em torno da *Revue critique d'histoire et de littérature*. Permeada por perspectivas oriundas da ciência histórica alemã, foi nessa mesma revista que a palavra “historiografia”, associada à ideia de uma literatura histórica, apareceu pela primeira vez em território francês. Nesse contexto, a própria palavra *historiografia* concebia múltiplos sentidos, desde “a arte de escrever a história” até a um campo específico destinado à análise de textos históricos, isto é, aquilo que chamamos de história da historiografia (GUENÉE 1980, p. 11-12).

A ambiguidade presente na *historiografia*, como aponta Guenée, não se limita à compreensão de um campo geral, mas igualmente em suas especificidades. Afinal, quando falamos de uma *historiografia medieval*, estamos a significar as obras voltadas à produção e representação do passado gestadas em um determinado período histórico, ou a um conjunto de escritos contemporâneos acerca da Idade Média? Para além dessa flutuação semântica, estudiosos tanto do medievo quanto da modernidade apontavam que a ausência dos parâmetros modernos, do que se definia enquanto “historiografia” sustentava a ideia de que entre os “medievais” não teria existido um labor dito “historiográfico” (GUENÉE 1980, p. 12-15).

Em sua multiplicidade de sentidos e a fim de evitar a reiteração de um discurso que nega o estatuto “historiográfico” aos gêneros medievais de produção e representação do passado baseada em uma tradição moderna, optamos por assumir esses mesmos gêneros a partir do signo de uma “historiografia medieval”.

Nossas proposições, cabe ressaltar, não visam a um estudo dessa multiplicidade “historiográfica” no medievo, temática que conta com uma ampla ancoragem nos estudos medievais<sup>1</sup>, mas a uma inquirição dos sentidos da atribuição de um estatuto “historiográfico” para essas obras. Ao tomarmos como ponto de partida uma possível dubiedade da historiografia medieval, nos propomos a refletir sobre as limitações de uma episteme temporal e espacialmente centrada na Europa e na modernidade, além de traçar alguns caminhos possíveis à compreensão dos ditos modos de historicização medievais.

## Uma fratura cognitiva

Ora, segundo Alain Guerreau, o século XVIII estabeleceu uma fratura entre “pré-modernos” e “modernos”. Em suas palavras, conceitos como economia e religião, concebidos na modernidade, no intuito de explicá-la, são incapazes de apreender a sociedade medieval. Empregá-los aos estudos dessas sociedades incorreriam em contradições que viciariam a abordagem historiográfica (GUERREAU 2002, p. 21-26). Não seria preciso aqui traçar as aproximações entre Guerreau e Schmitt – a modernidade marcava, em suas perspectivas, uma fratura cognitiva que nos impossibilitaria de compreender um mundo “pré-moderno” a partir de um vocabulário exógeno. Afinal, é possível pensar os modos de crença das sociedades latino-cristãs no medievo por meio da *religião*?

Em suas ressalvas, Schmitt destacou como o conceito de religião, tal como usualmente o compreendemos, era um fenômeno da modernidade – ele configurava um modo de crer, mas também um papel institucional da Igreja que não

<sup>1</sup> Não poderíamos aqui deixar de referenciar os trabalhos seminais de Bernard Guenée *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval (1980)* e de Gabrille Spiegel *The Past as Text: The Theory and Practice of Medieval Historiography (1997)*, obras fundamentais ao estabelecimento de uma história da historiografia medieval.

encontrava eco nos séculos anteriores. Nesse caso, a cultura cristã da modernidade funcionava como um filtro capaz de moldar nossa visão acerca de outras sociedades. Isso ocorreria de tal modo que, quando pensamos no politeísmo greco-romano, acabamos por reproduzir uma lógica própria da Igreja que o opunha ao monoteísmo judaico-cristão. A própria ideia de transcendência divina, componente essencial ao cristianismo, não poderia ser reempregada em outros modos de crença sem incorrer em disfunções (SCHMITT 2014, p. 31-33).

O medievalista, inserido em países como a França, marcados por um vocabulário eurocentrado, deve se despir. Cabem a esses historiadores romper as “continuidades aparentes” que, no espaço e no tempo, os conectam ao seu objeto de estudo. Tal qual o antropólogo, ele deve recuar, desidentificar-se, tanto no âmbito da experiência quanto nas palavras, a fim de evitar a reiteração de um discurso tautológico sobre a Idade Média (SCHMITT 2014, p. 33-35).

Desenvolvida no decorrer da segunda metade do século XX, a antropologia histórica francesa se pautou em um procedimento fundamental ao saber antropológico – a desidentificação. As ressalvas do autor acerca da necessidade de um recuo, denotam uma fratura entre o passado e o presente que deveria ser sobreposta pelo historiador. Ao propor um distanciamento, a antropologia histórica, na perspectiva de Schmitt, rompe com um tipo de história que compreendia uma confluência entre o medievo e a modernidade – a existência, por exemplo, de uma religião na Idade Média em moldes similares aos nossos.

No âmbito da historiografia francesa, a aproximação com a ciência social “vizinha” antecedeu à alcunha da antropologia histórica. Se, em *Os reis taumaturgos*, Marc Bloch já sustentava uma visão interdisciplinar entre os dois campos, foi no decorrer dos anos 1960 que o termo gradualmente se firmou, principalmente nos nomes de Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Le Goff (HAR-PELED 2010, p. 2-3). Essa “ancoragem” da historiografia nos mares da antropologia e da etnologia

se tornou perceptível na obra seminal de Le Roy Ladurie, *Mountaillou*. Apoiada em autores como Godelier, Bourdieu, Sahlins, Lévi-Strauss, entre tantos outros, ela demarcava novas possibilidades à análise das experiências humanas do passado, em uma confraria de historiadores e antropólogos (BENATTE 2007, p. 2-3).

No caso de Le Goff, entre as décadas de 1960 e 1970, existiu uma gradual inflexão à antropologia, sedimentada na criação do *Groupe d'Anthropologie Historique de l'Occident Médiéval* em 1978 (HAR-PELED 2010, p. 3-4). Nota-se que, em 1977, no prefácio de *Pour un Autre Moyen Age*, o pesquisador destacou o papel crucial da etnologia em um diálogo profícuo com a história – o que Durkheim foi às gerações precedentes; Marcel Mauss o era a sua (LE GOFF 1993, p. 10-11).

Em 1977, Le Goff afirmou sua preferência pelo termo “antropologia histórica”, no lugar de “etnologia histórica”. Segundo o autor, a etnologia esteve circunscrita à concepção de um colonialismo europeu; enquanto a antropologia se voltava a um conhecimento abrangente das sociedades humanas. O projeto dessa aproximação à ciência social vizinha configuraria, no campo da história, um saber distinto daquele elaborado pelas “classes dirigentes brancas” (LE GOFF 1993, p. 11).

Os fundamentos do giro antropológico se pautaram em uma descentralização da história – nas margens, essa não seria geocentrada ou etnocentrada. Se a medievalística francesa seguiu ou não esses caminhos, importa que, de algum modo, uma antropologia histórica do ocidente rompeu com a perspectiva de uma história nacional vigente. Tal percepção se constituiu em uma geração de historiadores influenciados pelo cenário do pós-guerra, mas, principalmente, pelos movimentos de descolonização e o “maio de 1968” (HAR-PELED 2010, p. 5-6).

Quando Le Goff traçou como um dos fundamentos de sua antropologia histórica do ocidente medieval o método comparativo, principalmente com o que ele chamou de

“sociedades primitivas”, ele alicerçou um distanciamento entre a Idade Média e o tempo presente. Primitivos e medievais se aproximavam justamente porque se distanciavam dos modernos (BASCHET 2016, p. 122-123). De modo similar, as elucubrações de Schmitt se pautaram em um método que afastava o historiador do cristianismo medieval de seu objeto de estudo, em um distanciamento entre “nós” e “eles”: “o cristianismo medieval é uma cultura singular, mas o mesmo pode ser dito de qualquer outra cultura. Os cristãos são “como os outros” (SCHMITT 2014, p. 40).

No entanto, não nos restam dúvidas dos limites deste giro antropológico, ao menos em sua vertente francesa. Ao proporem outra história para além das fronteiras nacionais, estes historiadores reiteraram novos centrismos. No fim, suas histórias pouco se afastaram daquelas elaboradas pelas “classes dirigentes brancas”, tal como aclamaram realizar. Vale lembrar que, para Misgav Har-Peled, a antropologia histórica se desenvolveu no cenário francês do pós-guerra como uma “contra-história” pautada pelas margens, defronte a uma história nacional e branca. Sobreposta no século XXI, ao confrontar problemas como a transculturalidade, a superação de um modelo centro/periferia e, principalmente, ao abandonar uma narrativa centrada no ocidente, na Europa e no cristianismo, segundo suas palavras, ela desencadearia em uma história mais dialógica daquilo que se compreende como “Ocidente” (HAR-PELED 2010, p. 8).

Quais seriam, então, os caminhos a uma história deseurocentrada, que objeta povos que circularam em uma espacialidade europeia? Os primeiros passos desse movimento se dão ao reconhecermos, conforme Eduardo Aubert, que a fratura conceitual instituída com o estabelecimento da modernidade, entre os séculos XVIII e XIX, alicerçava uma episteme na qual o Ocidente moderno seria contraposto, tanto em relação a um mundo não ocidental, como a América, quanto ao seu próprio passado pré-moderno. Assim, as nascentes ciências sociais fundadas na Europa do oitocentos

se constituíram a partir desta triangulação entre um Ocidente moderno, um passado ocidental e um presente do não ocidente (AUBERT 2010, p. 1-2).

“Descolonizar” a Idade Média, nos dizeres de Jeffrey Cohen, incidiria em um processo de questionamento do caráter intermediário dessa temporalidade entre os antigos e os modernos, isto é, de questionamento de uma existência alicerçada no reflexo da modernidade (COHEN 2000, p. 6). Os alicerces do eurocentrismo não se encontravam apenas em sua posicionalidade espacial, mas também temporal, figurada na própria ideia da modernidade. Este “euromodernocentrismo” se organizava como uma espécie de epicentro da história, capaz de nomear e classificar outras realidades espaço-temporais, fossem elas uma “América Primitiva”, uma “Grécia Antiga” ou uma “Europa Medieval”. Uma fórmula de produção do conhecimento capaz de impor, por exemplo, a lógica moderna da religiosidade cristã à compreensão dos modos de crença ameríndios e cristãos pré-modernos.

Como vimos, as ressalvas de Jean-Claude Schmitt acerca da problemática de uma história religiosa da Idade Média se assentaram na existência de uma continuidade – aparente – entre os modos de crença cristãos pré-modernos e modernos. Para Schmitt, esse era um dos pontos fulcrais ao exercício da medievalística: evitar essas “continuidades aparentes” que conectam seu tempo ao universo medieval e que acabam por nublar sua visão. E como historiadores, qual continuidade talvez nos fosse mais aparente que não a própria história?

## Um paradigma euro-moderno

O medievalista Alain Guerreau, ao se aprofundar no que denominou uma “fratura” que distanciava modernos e pré-modernos, acabou por delinear a impossibilidade da existência de historiadores antes do século XVIII. Impor essa categoria a personagens como Plutarco, Eusébio de Cesareia, e até mesmo Voltaire, incorreria em um erro. Não existia nestes autores, o

que Guerreau entende como a pedra fundamental do ofício: a compreensão de que as sociedades humanas se transformam (GUERREAU 2002, p. 30).

Um movimento que, conforme Reinhart Koselleck, teve sua origem no distanciamento entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas, em um processo de aceleração do tempo, de tal modo que as mulheres e homens dos séculos XVIII e XIX cada vez menos percebessem ecos do passado em seus presentes e futuros. A emergência de conceitos como progresso e revolução incidiam em um olhar mais atento ao que se transformava do que ao que permanecia. Não que o termo *história* inexistisse antes do advento de um conceito moderno. Como demonstrou Koselleck, a “novidade” daquela altura foi a transformação das *histórias* em uma *história*, isto é, de uma noção plural à concepção de um singular coletivo, uma História, substantivo próprio, que pode abranger tanto a realidade quanto a forma de expressá-la, como em uma fusão da antiga distinção entre a *res gestae* e a *historia rerum gestarum* (KOSELLECK 2012).

Muito bem. Se a história, tal qual foi concebida na modernidade, inexistia anteriormente aos séculos XVIII e XIX, seria possível escrever uma história de algo que não existe? O problema é que a concepção dessa historiografia moderna se encerra em si mesma: ao mesmo tempo em que ela marcava a origem do conceito, ela se firmava como um “ponto arquimédico” capaz de definir o que é história ou não (SETH 2013, p. 175). Uma aporia que, como apontaram Santos, Nicodemo e Pereira, incide no seguinte questionamento: “sendo a história um produto da modernidade europeia, do período 1750-1850, é possível falar de fato em outras tradições historiográficas, não-ocidentais?” (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA 2017, p. 174). E mais, a emendar essas palavras, é possível falar em tradições historiográficas não ocidentais ou *pré-modernas*?

Neste momento se faz essencial definirmos os contornos do que fazemos, quando afirmamos empreender uma história da historiografia. Essa, como realça Araujo, surgiu

conjuntamente ao processo de estabelecimento da história em fins do século XIX. De tal modo que, sendo função primária, a história da historiografia visava à configuração de uma narrativa acerca das formas de escrever o passado, dos antigos aos modernos. Contudo, com a quebra de percepções lineares, como se uma determinada ciência pudesse ser concebida apenas através de continuidades, a história da historiografia se firmou como um meio de objetar as condições de produção do discurso histórico (ARAUJO 2006, p. 79-80).

Como uma subdisciplina da história, ela se volta ao estudo de “fenômenos historiográficos”, indicados por Araujo, como os modos de historicidade, isto é, as experiências humanas do tempo. Ela não deve se circunscrever ao exame de uma história disciplinada – o exercício desta história da historiografia presume o que o próprio autor definiu como uma teoria da historicidade, uma teoria que fundamenta a natureza historiográfica de um dado objeto. Sua complexidade, porém, encontra-se justamente na capacidade de compreendermos as condições de emergência de um determinado tipo de história (ARAUJO 2013, p. 38-43).

Contudo, mesmo esse modelo de história da historiografia encontrou seus críticos, precisamente no que esses definiram como o caráter não universal da história. Sanjay Seth, nessa perspectiva, entendia que a história, como código baseado em uma determinada historicidade ocidental, era incapaz de “codificar passados não-ocidentais”.

Nas palavras de Seth, quando os historiadores ocidentais escrevem sobre passados vinculados às suas identidades históricas, esses se defrontam com bruxas, dragões e milagres, ou seja, com um código distinto a uma observação racionalista. Porém, esse passado é compreendido no processo em que ele deixa de ser ele mesmo, isto é, no processo de dessacralização de uma sociedade que deixou de acreditar em bruxas, dragões e milagres e passou a escrever sobre elas, de modo a inseri-las em um viés racional.



No processo de marcação de uma distância entre o objeto-passado e o presente das práticas do historiador, essas constantemente se mesclavam. E aqui se encontraria a incapacidade de a história codificar os passados não ocidentais: “a história continua “encontrando o presente no seu objeto”, mas não encontra “o passado na sua prática”, pois *o passado dos países não-ocidentais não é o passado da história*” (SETH 2013, p. 178-179).

## Outras tradições

Ao seguirmos o modelo de uma história da historiografia que se instaura como um meio de analisar os modos de historicidade das sociedades humanas, incorremos na aporia de um saber incapaz de compreender a experiência do tempo em contextos pré-modernos ou não ocidentais. Seria necessário à execução de tal tarefa entender como outros grupos de costumes distintos dos nossos experimentavam o tempo de outra maneira: “outras épocas, outros costumes”. A frase célebre do antropólogo Marshall Sahlins nos remete à possibilidade de outras formas de conceber a história. Em suas palavras, ordens culturais distintas possuem lógicas singulares de ação e de consciência histórica (SAHLINS 1990, p. 62). A historicidade moderna, apreendida como um fluxo do passado ao futuro mediado pelo presente, seria, portanto, apenas um dos modos de figurar o tempo. Outras ordens culturais possuiriam modos distintos de concebê-lo.

Sahlins definiu, desse modo, a urgência de uma *antropologia da história* pela sua capacidade de explodir o próprio conceito daquilo que compreendemos como história (SAHLINS 1990, p. 19). Um conceito que, como destacam Stephan Palmié e Charles Stewart, consolidou-se no mundo ocidental através do paradigma historicista moderno como a única maneira de observar o passado. Tal paradigma se pauta em princípios da lógica, da evidência e da verificabilidade pela prova, para citarmos apenas alguns de seus fundamentos. No entanto, por mais que tais princípios não sejam exclusivos

ao historicismo moderno, outras culturas definiriam suas práticas singulares de historicização através de outros modos (PALMIÉ; STEWART 2016, p. 210).

Nas palavras de Palmié e Stewart, para além de uma história da historiografia ou uma filosofia da história, as abordagens etnográficas e antropológicas poderiam fornecer outras perspectivas sobre a relação das sociedades humanas com o passado, tanto por não privilegiarem textos escritos, quanto por um “olhar” não restrito a um paradigma moderno e ocidental. Uma abordagem que requer um novo vocabulário, afinal, a concepção de uma historiografia centrada na escrita invisibilizaria outras formas de experienciar o tempo. Ora, segundo os autores, a introdução de termos como “historicização” seriam capazes de abranger modalidades de produzir e representar o passado não restritivas a uma tradição moderna e ocidental fundamentada na escrituralidade (PALMIÉ; STEWART 2016, p. 207-226).

Em relação à observação de sociedades com distintos modos de historicização, o primeiro desses perigos é o de assumir essas lentes modernas – e seus princípios como a cronologia e a progressão – e invisibilizar esses outros modos de historicização. Um movimento que poderia incorrer na negação de modos locais e não ocidentais de se relacionar com o tempo – uma reiteração do colonialismo intelectual (STEWART 2016, p. 81). Conforme Palmié e Stewart, cabe à antropologia da história compreender como os modos de historicização são constituídos em sociedades não ocidentais e que, por sua vez, não se conformam aos moldes do historicismo moderno. Tal abordagem objetiva compreender como os diversos modos de historicização se tornavam convincentes e importantes em suas respectivas sociedades (PALMIÉ; STEWART 2016, p. 208-211).

Contudo, esta antropologia não pode se circunscrever somente a uma inquirição de outros modos de historicização deslegitimados e subordinados a uma historicidade moderna

e ocidental. Essa antropologia precisa demonstrar como o próprio historicismo moderno é um fenômeno cultural e historicamente específico – seu exercício supõe a suspensão de um “etnocentrismo cronotópico” e do julgamento acerca desses outros modos de historicização. Mas qual o sentido da palavra “história” nesses estudos? Como reempregá-la sem incorrer nesse etnocentrismo cronotópico e na reiteração de um privilégio euro e modernocentrado (PALMIÉ; STEWART 2016, p. 225-226)?

O caminho traçado pelos autores busca uma conceituação simples e heurística da “história” capaz de abranger as formas de relação com o passado estabelecidas pela escrituralidade, pela oralidade, pela corporalidade, pelas afeições – uma “história” que não se restrinja ao historicismo moderno (PALMIÉ; STEWART 2016, p. 226). Para Stewart, no intuito de orientar essas pesquisas antropológicas, etnográficas e, acrescentaríamos aqui, históricas, a palavra deve significar aquilo que escolhemos que ela signifique. A história como uma categoria exógena, nessa perspectiva, não mais como um equivalente do historicismo moderno, abarcaria a diversidade espaço-temporal dos múltiplos modos de historicização (STEWART 2016, p. 83). Sem recair nas teias do anacronismo, o paradigma moderno de história não seria imputado a outras culturas – uma distinção que, em geral, as alça ao estatuto de uma não história. Trata-se de perceber que o paradigma moderno, assim como tantos outros paradigmas, compõe diferentes modos de historicização.

Ao assumirmos os conceitos de “história” e “historiografia” a partir de uma perspectiva modernocentrada e eurocentrada, esses seriam incapazes de apreender a diversidade espaço-temporal dos modos de se relacionar com o passado. Uma postura que insistiria em um privilégio de que a história só poderia existir em uma determinada posicionalidade espaço-temporal, ao passo que outras modalidades seriam circunscritas a uma não história. Assim, ao se afastarem

de um paradigma historicista moderno, as experiências de historicização medievais eram negligenciadas de um estatuto “historiográfico”. Um olhar que busque descolonizar esta história ocidental deve assumir os fenômenos modernos e europeus enquanto cultural e historicamente localizados. O historicismo moderno e ocidental seria apenas um dentre tantos modos de historicização. O historicismo não pode ser um equivalente da história.

Santos, Nicodemo e Pereira, ao se confrontarem com a posicionalidade de termos como história e historiografia, e a incapacidade desses termos de compreenderem contextos não ocidentais – e, acrescentaríamos aqui, pré-modernos –, cogitaram dois caminhos possíveis. Por um lado, adotar os limites desses conceitos e restringir a história da historiografia a partir de uma tradição ocidental e moderna e, por outro, abarcar as múltiplas modalidades de historicização e colocar a estabilidade e relevância desta subdisciplina em questão (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA 2017, p.181-182).

Aventar a primeira possibilidade incorreria ou na reiteração de uma caracterização na qual a história e a historiografia seriam um privilégio do mundo ocidental e moderno ou na edificação de uma espécie de “Torre de Babel” que instauraria uma incomunicabilidade entre as diversas pesquisas voltadas aos modos locais de produção e representação do passado. Por outro lado, a segunda alternativa considerada pelos historiadores supracitados, de fato, poderia tornar a história da historiografia restritiva e até mesmo irrelevante em relação às múltiplas histórias possíveis. Contudo, um caminho viável estaria em uma abertura proporcionada pelo chamado de Sahlins a um potencial destrutivo e criativo da abordagem antropológica da história. Destrutivo, pois seria capaz de romper com paradigmas consolidados na historiografia; criativo, porque seria capaz de substituí-los por modelos que harmonizassem a diversidade cultural no tempo e no espaço. A antropologia explodiria a história da historiografia não no intuito de extingui-la, mas de ampliar seus escopos.

Nesse alargamento da história da historiografia, mais próxima de uma antropologia da história, quais seriam, então, os lugares nos quais se situariam as múltiplas realidades medievais, cristãs ou não?

Para a historiadora Gabrielle Spiegel, impor as categorias modernas de um realismo historiográfico à Idade Média incorreria em um erro justamente porque as fronteiras entre o que poderia ser chamado de “real” ou “ficcional” no contexto medieval eram mais turvas e, em alguns casos, até inexistentes. Em sua perspectiva, a autora denota uma distinção essencial entre os parâmetros de uma historiografia moderna e uma historiografia medieval. Enquanto, na primeira, “conteúdo” e “fatos” se constituem como alicerces de uma vocação realista; a segunda se caracterizou justamente pelo emprego de um estilo realista permeado por um conteúdo que, aos olhos modernos, seria presumivelmente ficcional, como milagres, anjos e dragões (SPIEGEL 1997, p. xii).

Neste sentido, a produção historiográfica medieval deve ser concebida em seus próprios termos, sem imputar qualquer parâmetro alheio a ela, tal qual todo modo de produção e representação do passado deve ser compreendido. Como já dito, a seguir os modelos de uma antropologia da história, devemos entender como os modos de historicização de uma determinada sociedade se tornaram evidentes aos seus membros. Uma tarefa que se constitui necessária, pois a imposição de um paradigma moderno e historicista não apenas incorre em uma percepção errônea desses modos de historicização, mas também, na reiteração de um colonialismo intelectual que transforma esse mesmo paradigma em uma “ilha de história” cercada por um vasto oceano de “não histórias”.

Como já vimos, as bases do historicismo moderno se encontrariam muito mais em uma posicionalidade espaço-temporal, figurada na Europa e na modernidade, do que simplesmente espacial. Tal posicionalidade se constituiu não somente em oposição a um mundo não ocidental, mas também frente a um passado pré-moderno. Fosse em um tom negativo

que contrastava um tempo de luzes a um tempo de trevas ou nostálgico, que fazia do passado um berço mítico das origens, o mundo pré-moderno, como a própria terminologia sugere, não era moderno.

No exercício de uma *antropologia histórica da história*, a multiplicidade dessas modalidades de historicização pré-modernas não seriam compreendidas como “primitivas” ou estágios embrionários e intermediários do que viria a ser a historicidade moderna. Em vez de pensarmos em continuidades ou descontinuidades que permitiriam ou não compreendermos os modos de historicização não ocidentais ou pré-modernos – fossem eles cristãos ou não –, deveríamos voltar nossos interesses à individualidade e alteridade dessas modalidades de produção e representação do passado. Reconhecer as existências destas outras tradições não ocidentais e pré-modernas, mais do que negar sua relevância, enriqueceria a própria história da historiografia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 12, p. 34-44, 2013. DOI 10.15848/hh.v0i12.620. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620>. Acesso em: 16 out. 2019.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: Revista de História**, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20629>. Acesso em: 16 out. 2019.

AUBERT, Eduardo Henrik. L'anthropologie historique par le détour de la musicologie: une ethnomusicologie historique du Moyen Âge est-elle souhaitable?. **L'Atelier du Centre de recherches historiques: Revue électronique du CRH**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/1916>. Acesso em: 16 out. 2019.

BASCHET, Jérôme. Jacques Le Goff e o local correto das descontinuidades na História. **Brathair: Revista de Estudos Celtas e Germânicos**, v. 16, n. 2, p. 114-135, 2016. Disponível em: [ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1248](http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1248). Acesso em: 16 out. 2019.

BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2007. Disponível em: [http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/523/ARTIGO\\_HistoriaAntropologiaCampo.pdf?sequence=1](http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/523/ARTIGO_HistoriaAntropologiaCampo.pdf?sequence=1). Acesso em: 16 out. 2019.

COHEN, Jeffrey J. Introduction: Midcolonial. In: COHEN, Jeffrey J. (org.). **The postcolonial Middle Ages**. New York: St. Martin's Press, 2000. p. 1-17.

GUENÉE, Bernard. **Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval**. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980.

GUERREAU, Alain. **El Futuro de un Pasado**: la Edad Media en el siglo XXI. Barcelona, Crítica, 2002.

HAR-PELED, Misgav. Décoloniser l'histoire occidentale: Les naissances politiques de l'anthropologie historique. **L'Atelier du Centre de recherches historiques**: Revue électronique du CRH, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/1914>. Acesso em: 16 out. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícias Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RIO, 2012.

LAKE, Justin. Current approaches to medieval historiography. **History Compass**, v. 13, n. 13, p. 89-109, 2015. DOI 10.1111/hic3.12222. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hic3.12222>. Acesso em: 16 out. 2019.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

PALMIÉ, Stephan; STEWART, Charles. Introduction: For an anthropology of history. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 6, n. 1, p. 207-236, 2016. DOI 10.14318/hau6.1.014. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau6.1.014>. Acesso em: 16 out. 2019.



SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017. DOI 10.1590/s2178-14942017000100009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/65456>. Acesso em: 16 out. 2019.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo**: ensaios de antropologia medieval. Petrópolis: Vozes, 2014.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013. DOI 10.15848/hh.v0i11.554. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 16 out. 2019.

SPIEGEL, Gabrielle. **The past as text**: the theory and practice of medieval historiography. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

STEWART, Charles. Historicity and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 45, n. 1, p. 79-94, 2016. DOI 10.1146/annurev-anthro-102215-100249. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-102215-100249>. Acesso em: 16 out. 2019.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Rodrigo Prates de Andrade

andrade.rprates@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis  
Santa Catarina  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Rodrigo Prates de Andrade  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História  
Trindade  
88040900  
Florianópolis, SC - Brasil

## FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
Sem Derivações 4.0  
International.



RECEBIDO EM: 25/OUT./2019 | APROVADO EM: 26/MAR./2020

# Performances do passado: drama social e conceito de história nos últimos anos de Alfonso X de Castela (1272-1284)

Performances of the past: social drama and the concept of history in Alfonso X's final years (1272-1284)

Rodrigo Bragio Bonaldo <sup>a</sup>

E-mail: [rodrigobonaldo@yahoo.com.br](mailto:rodrigobonaldo@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-3938-5169> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

## RESUMO

Este artigo interpreta o conceito de história em Alfonso X de Castela (séc. XIII) desde o ponto de vista das expectativas relativas às apresentações de suas *estorias* nas cortes. Para tanto, aproxima a *Estoria de España* e a *General Estoria* da prática trovadoresca e do universo conceitual jurídico que a regulamenta na *Segunda Partida*. No nível teórico, a análise mobiliza um diálogo entre a história dos conceitos e os estudos de performance. O debate converge com respeito à centralidade das práticas corporais para a agência dos conceitos na vida material, o que indica: 1) a emergência politicamente orientada do presente no passado, via paralelos, e do passado no presente, via performance; e 2) a tensão entre história e poesia na composição de um discurso que se quer verdadeiro. Por fim, defende-se a importância da mobilização dos múltiplos sentidos do conceito de *retraer* para a compreensão da conexão entre a crise do reinado e a modificação semântica do conceito de história alfonsino.

## PALAVRAS-CHAVE

História dos Conceitos; Estudos de Performance; Historiografia Medieval

## ABSTRACT

This article investigates the concept of history in the works of Alfonso X of Castile (13th century) through the performative display (*retraer*) of his stories at the courts. Such performances bring *Estoria de España* and *General Estoria* closer to troubadour practices, as well as to the legal universe that regulate them in the *Segunda Partida*. At a theoretical level, this analysis enables a dialogue between Conceptual History and Performance Studies; such debate converges with the centrality of bodily practices for the agency of concepts in material life, which indicates: 1) the political emergence of the present in the past (via parallels) and of the past in the present (via performances); 2) a tension between history and poetry in the composition of a true discourse. Finally, I stress the historically saturated nature of the concept of *retraer*, along with the mobilization of its meanings to understand the connections between social crisis and semantic change on Alfonso X's concept of History.

## KEYWORDS

Conceptual History; Performance Studies; Medieval Historiography

Os anos finais da vida de Alfonso X foram marcados pelo seu abandono por parte dos familiares, pela rebelião dos nobres, dessa vez liderada pelo filho, pela consequente solidão e pela doença. Neles, o velho rei, com a face desfigurada, olho esquerdo vazado pelo câncer, recuou para o *scriptorium* do palácio de Sevilha. Na cidade preferida de seu pai, ocupou-se em escrever história. Esquecido por todos, com exceção da filha Beatriz, Alfonso tomaria uma última e desesperada medida: pede auxílio a seu maior inimigo, Ibn Yûsuf, emir do Marrocos. É na chamada “versão crítica” da *Estoria de España*, retrabalhada nesse momento de crise (circa 1282-1284), que encontramos as *razones* – a ordem e o sentido – atribuídas pelo Rei Sábio a sua aliança com o flagelo mouro:

Al rey Rodrigo cuedan quel mató cuende Julián. Fruela mato a su Hermano Vimarano com sus manos (...) e después sus vassallos mataron a Fruela en Cangas por vengança del Hermano. El infant don García tomó el regno por fuerça a su padre el rey don Alfonso el Magno. (...) Al rey don Alfonso, fijo del rey don Fernando el que ganó Seuilla, tolliól el regno su fijo el infante don Sancho. E alçáronse com don Sancho todos los del regno, e ajuramentáronse contra el rey para prenderle et echarle de la tierra. Mas ayudóle Dios e los de Seuilla e el rey Abeneniufal de los abonmarines a esse rey don Alfonso (ms. Ss, F. 66v, corresponde a PGC, p. 314b 2-7; apud MARTÍNEZ 2010, p 448; Cf. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000, p. 80)

O texto compila a *Historia de rebus Hispaniae*, lembrando, a partir do Toledano, os assassinatos cometidos nas cortes godas como razões para a derrota cristã na antiguidade tardia. O paralelo entre Alfonso III e seu filho Garcia com o caso de Alfonso X e Sancho IV aparece para deixar claro que a usurpação do reino é um delito tão grave quanto o regicídio. Como mostraram Francisco Rico e Diego Catalán, a historiografia alfonsina incluía-se dentro de um projeto político e cultural unitário. Suas “estórias” não foram compiladas apenas tendo em vista um viés “enciclopédico”, mas politizavam uma epistemologia já manifesta na *General Estoria* e que

se torna mais clara na “versão crítica” da *Estoria de España* (MARTIN 2000, p. 49-50). Ora, a dignidade dessas estórias não residia apenas na intenção em legitimar o monarca e seu saber, mas na capacidade de administrar “enseñanzas” na mesma medida em que prometia – ainda que por “castigos” (como a invasão moura) – enredar um “curso del mundo”, compondo uma ordem do tempo cujo espaço central era habitado pelo corpo do rei (REDONDO 2000, p. 138-139).

A elaboração dos ensinamentos e dos castigos como funções do sentido do tempo ou do “curso del mundo” responde, portanto, pela politização das *estorias*. Indica usos políticos que conferem significado à emergência de passados presentes. Relaciona-se a um fenômeno diagnosticado na historiografia medieval por Gabrielle Spiegel a partir de Reinhart Koselleck sob o conceito de “simultaneidade do não simultâneo” (SPIEGEL 2016, p. 22). Prenúncio de dramas, narrativas que entrelaçam temporalidades dissonantes, encenações de assincronia que multiplicam experiências: com essa figura de pensamento descrevemos uma “outra grande modalidade de relação com o tempo” (HARTOG 2017, p. 136), uma outra grande forma, em especial, a partir do surgimento do regime de historicidade moderno, o qual tenderá a descartar qualquer indício de simultaneidade como anacronismo. Se a identificação de estratos e combinações de tempos nos textos medievais não é uma novidade para os medievalistas, o que este artigo propõe é uma interpretação do “anacronismo” na historiografia medieval a partir de sua relação com a performance dos relatos. O argumento que busco explorar, portanto, parte da ideia de que o conceito de história alfonsino obtém ganho de compreensão ao levarmos em conta as expectativas para a apresentação das histórias nas cortes.

Parto, dessa forma, do chamado de Gabrielle Spiegel para que observemos os “múltiplos estratos do tempo embutidos nos processos e práticas históricas”, de modo a aproximar os estudos sobre a escrita da história medieval da “perspectiva de Koselleck a respeito do tempo histórico” (2016, p. 31).

Entretanto, não deixo de avançar das políticas da linguagem às novas “materialidades” (PIHLAINEN 2019) – e o faço por dois caminhos convergentes. Primeiro, reconhecendo os atuais esforços da história dos conceitos em superar o logocentrismo do campo. Esforços que levam autoras como Margrit Pernau e Imke Rajamani a advogarem pelo papel do corpo nos processos de mudança conceitual. É ao indagar conceitos vernaculares e campos semânticos não redutíveis à racionalidade moderna que as pesquisadoras desenvolvem um modelo que “ênfatiza ser através da tradução para práticas corporais que os conceitos impactam na realidade material” (PERNAU; RAJAMANI, 2016 p. 59). Creio que tal percepção complementa estudos recentes que buscam indagar a mudança conceitual na *Estoria de España* não apenas através do texto, mas também de outros suportes conceituais, como os ciclos pictóricos (RODRÍGUEZ PORTO, 2012; 2014). Afinal, frente a um contexto pré-moderno no qual “corpos, imagens e vozes expressavam conceitos” – quando eram as palavras escritas que procuravam “assemelhar-se às vozes e às figuras” (BOUZA 2002, p. 111 e 113) – não exercitaríamos uma abordagem compreensiva ao problematizar as relações entre performances (orais, visuais, corporais) e a escrita da história?

O segundo caminho será trilhado precisamente por um diálogo com os estudos de performance. Procuo inspiração no conceito de “drama social”, proposto por Victor Turner, e parto dos desdobramentos da discussão após o encontro do antropólogo com Richard Schechner. Sem impor às fontes um rígido modelo, guardo nos olhos a dialética entre processos sociais implícitos e performances manifestas, entre dramas coletivos e estruturas retóricas que os elaboram (TURNER 1992, p. 72-73).

É, afinal de contas, entre 1272 e 1284, última e mais dramática década de vida de Alfonso X, que o rei se dedica a revisar sua grande obra historiográfica. Na Castela do século XIII, os dramas sociais, como ciclos de aceleração do tempo, completavam-se de dois em dois anos. Era com

essa periodicidade que se reuniam as cortes, os conflitos eram suspensos e as histórias, performadas. Chamo de performance o resultado da “tensão criativa” entre ritual e jogo (SCHECHNER 2013, p. 80 *et passim*). Minha análise tem como foco seu caráter processual, amarrada por questionamentos a respeito da experiência político-cultural como experiência do tempo. Nas páginas que se seguem, sugiro que seja na “teatralidade” das formas de apresentação da história (ocorridas nesses momentos em que os ciclos se completavam e as negociações eram instauradas) que se constitui um clima de imersão e produção de *efeitos* de presença do passado (GUMBRECHT 2010) – e sustento que isso se dê pela aproximação da historiografia alfonsina com o universo conceitual e com as práticas trovadorescas.<sup>1</sup>

Este artigo está dividido em três partes. A primeira seção procura capturar as palavras associadas à performance dos feitos na Espanha do século XIII, com o objetivo de estabelecer, através desse procedimento, o campo semântico próprio do lexema *retraer*, termo que, na elaboração de Rodríguez-Velasco (2006), regulamentava a relação entre palavras e feitos. Mas a história dos conceitos interessa-se sobretudo pela mudança conceitual e a põe em relação com a mudança social. O método que busco empregar, portanto, instrui a investigação não a partir da descrição sincrônica ou da definição fotogênica de um conceito, mas da narrativa, cadenciada por imagens documentadas em movimento, de sua franca modificação. A análise que segue identifica uma transição semântica que vai de uma primitiva acepção agonística até a tentativa de estabilização de seu significado em um valor pedagógico. Ao fim do artigo, como veremos, essa mudança conceitual será justificada por uma modificação de público-alvo.

A segunda parte dá conta de um primeiro ciclo de tensões. Esse “drama social” inicia-se com a rebelião de 1272 e arrefece na primavera de 1274, quando o rei anuncia a retomada de suas tratativas pelo trono do Sacro-Imério (*Ida al Imperio*). É nessa ocasião que julgo ser

*1 Este caminho foi aberto pelos estudos de Jesús Rodríguez-Velasco (2006; Cf. RODRÍGUEZ PORTO 2014, p. 948).*

oportuno analisar a documentação legislativa alfonsina. Valho-me, sobretudo, de trechos da *Segunda Partida*. Será nesse segundo momento que aproximarei a historiografia do rei sábio do seu universo conceitual jurídico. O objetivo é investigar as expectativas abertas pela regulamentação da performance de *retraer*. Busco entender o repertório do jogo desde o “fablar en gasaiado: o departir (debater), retraer (contar ou narrar fatos reais ou fictícios) e o jugar de palabra (escarnecer)” (SODRE 2012, p. 141). A combinação dessas estratégias pode tornar a linguagem ambígua o suficiente para evitar (ou provocar!) episódios violentos. Logo, interesse-me em compreender a importância das emoções causadas por esses artifícios (as quais oscilam perigosamente entre o riso e a fúria) para a reprodução da fidelidade dos vassallos ao rei. Mais do que isso: questiono os modos como a legislação intenta disciplinar o jogo por meio de um ritual. Aí começam a entrar em cena o valor de verdade e a clareza da historiografia, a qual procura domar a *equivocatio*, a *ambiguitas* e a *obscuritas* (DIAS 2009).

A crise sucessória inaugurada pelos acontecimentos de 1275 abre um novo momento no reinado alfonsino, e a ela dedico a terceira e última parte do artigo. Meu ponto de chegada se dará ao assinalarmos a crescente contradição entre a verdade e a mentira, figuradas, no discurso alfonsino tardio, entre a história e a poesia. Trata-se do período mais delicado do reinado de Alfonso X. É também o momento mais sensível para o meu argumento. Ao passo que a crise se agrava, as trocas entre a escrita da história, o universo conceitual e as práticas trovadorescas encontram um limite crítico. Frente às ameaças da *equivocatio*, a tensão instaurada entre história e poesia torna-se insustentável, no limite de provocar, entre os dois conceitos, uma ruptura. Uma quebra que determinará negativamente a definição dos contornos do conceito de história alfonsino, permitindo que as *estorias* se consolidem como um “discurso verdadeiro”.



Com isso, completamos dois objetivos: 1) compreender como as modalidades alfonsinas de cultivo do passado (escrita e performance) respondem às crises políticas – à deserção das altas linhagens, à crise sucessória e às invasões mouras – culminando no universo conceitual próprio à *General Estoria* e, principalmente, à “versão crítica” da *Estoria de España*; 2) estabelecer um diálogo, através de uma investigação teoricamente orientada, entre os estudos de performance e a história dos conceitos, aplicando-o ao questionamento dos modos de disciplina referentes a conceitos pré-disciplinares de história e suas formas de apresentação. Drama social, drama conceitual: a pesquisa nos conduzirá ao argumento que liga as narrativas e encenações do não simultâneo à sucessão acelerada de conflitos que, na linguagem da violência corporal, negociavam a modificação de “conceitos-chave” (IFVERSEN 2011; KOSELLECK 2006).

Antes de começarmos, julgo necessário um breve comentário preliminar sobre as fontes. Desde os anos 1980, com os estudos de Diego Catalán, distinguem-se na tradição textual da *Estoria de España* entre as “versões”, levadas a cabo pela rede dos *scriptoria* de Alfonso X, e as “crônicas”, de origem pós-alfonsina (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000, p. 10). Aqui nos interessam as duas redações alfonsinas. A “versão primitiva” foi elaborada entre 1270 e 1275. Em 1983, com a aparição do manuscrito Ss, descobre-se a “versão crítica”, texto que – graças ao excerto citado na abertura deste artigo – temos certeza de que foi composto entre 1282 e 1284 (DE LA CAMPA 2000, p. 88-90). A *General Estoria*, uma grande história universal em seis partes, tem sua redação iniciada em 1274. Em 1280, começa a circular sua Quarta parte, a última escrita durante a vida do rei (RICO 2008, p. 41-43)<sup>2</sup>. Dentro do projeto político-cultural alfonsino, ambas as *estorias* ocupavam uma posição chave na comunicação do monarca com seus reinos, “perfeitamente homóloga”, nas palavras de Georges Martin, “à relação sociopolítica estrutural rei/povo que proclama a *Segunda Partida*” (2000, p. 41, grifos originais).

*2 Embora assumamos, com fins didáticos, que a Estoria de España corresponda à história nacional e a General Estoria à história universal, é digno de nota que a primeira guarda características de uma história universal (Ver RICO 2008).*

É nesse espírito que interrogo a documentação jurídica. O estado da arte assume que o *Especulo* era a forma original das *Siete Partidas*; e que o *Setenario* corresponde à tentativa final de revisá-las após 1272 (ou, contraditoriamente, um modelo inicial). Embora ainda se discutam as datações aproximadas, certo é que a *Segunda Partida*, a qual contém leis que vão nos interessar, estava concluída, senão desde 1265 (O'CALLAGHAN 2019, p. 14), pelo menos até 1272 (SODRÉ 2009, p. 152). Alguns autores argumentam que a promulgação das *Partidas* tenha se dado apenas em 1348, com o *Ordenamiento de Alcalá*. Antes disso, o código seria válido apenas para os pleitos reais (GONZÁLEZ JIMÉNEZ 2004, p. 367; SODRÉ 2009, p. 160). Outros sustentam que, apesar da oposição dos nobres, não apenas as *Partidas*, mas o próprio *Fuero Real* continuou em uso em Castela (O'CALLAGHAN 2019, p. 134). Não tenho a pretensão de intervir nesse debate. Creio ser suficiente para meu argumento aceitar que a *Segunda Partida* indica expectativas de regramento de figuras de linguagem (e de pensamento) corporificadas em performances nas cortes. Em meu juízo, essas expectativas indiciam a domesticação de modelos figurados em metáforas e personagens exemplares (fictícios ou não) que radicam comportamentos sociais (como a amizade e a rebelião).

3 A associação entre as estórias alfonsinas com uma "cultura do passado" pré-disciplinar e não necessariamente científica deve inspiração a Nicolazzi (2019, p. 239).

## Metáforas radicais

Outros tempos, outras culturas do passado: modalidades de comunicação com os mortos e de codificação da experiência do tempo desfilam na história e pululam no globo.<sup>3</sup> Se a temporalização do tempo na modernidade é uma marca de sua aceleração, a Idade Média se identificaria não pela resignação frente à distância imanente entre passado e futuro, mas pelas engenhosas elaborações derivadas de expectativas transcendentais pela experiência da vida dos mortos no presente. A cultura medieval aproximava-se, em outras palavras, de uma "cultura de presença". Uma cultura que produzia na sagração eucarística a metonímia da presença do

corpo divino (RODRÍGUEZ-VELASCO 2009 p. 23; GUMBRECHT 2010 p. 75). Uma “cultura comemorativa” que, tendo o corpo e o espaço como dimensões predominantes, mesmo no âmbito secular constituía lugares (como veremos, concretos) de “recuperação, em nome de uma coletividade, de algum ser ou evento anterior no tempo ou fora do tempo de modo a fecundar, animar ou tornar um momento significativo no presente” (VANCE 1981, p. 374).

O castelhano medieval possuía um conceito específico associado a essas práticas de cultivo do passado.<sup>4</sup> Em geral um verbo, “retraer” ou “rretraer”, entre outras flexões do lexema, indicava o relato oral de um argumento. Essa família de palavras foi provavelmente tomada de empréstimo do vocabulário da poesia provençal e das canções de gesta francesas (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 431) e condensava-se em um conceito historicamente saturado. O termo aparece duas vezes já no *Poema de Mio Cid* (doravante *PMC*), datado de finais do século XII. Na primeira menção, ocorrida na cena do abuso cometido pelos *infantes de Carrión* (“la afrenta de Corpes”), as filhas do Cid reagem ao assalto dizendo: “si nos fuéremos majadas, abiltaredes a vos, retraer vos los an en vistas o en cortes”. Na segunda menção, já durante as cortes, Cid retruca o olhar inquisitorial lançado a um dos símbolos de sua honra: “Qué avedes vós, conde, por retraer la mi barba?” (Cf. FEDERICO 2014, p. 103). A *Vida de San Millán de la Cogolla*, compilada em cerca de 1230, em igual medida faz uso da expressão, primeiro, relacionando “retraer e contar”, depois, “dezir e retraer”. O *Libro de Alexandre*, de 1240-1250, utiliza o conceito pelo menos quatro vezes, associando-o a “veer”, “retener”, “dezir”, “connoçer”, “plazer” e “creer”. A relação desses verbos de ação comunicativa, narração e lembrança, com o problema da honra, da “eredat” (herança), dos antepassados e da justiça retorna no *Poema de Fernán González*, enquanto o *Poridat de Poridades* (ambos circa 1250) garante que “puedes tu retraer la ondra en que eras”.

4 O levantamento que segue foi realizado a partir do Nuevo diccionario histórico del español, desenvolvido pela Real Academia Española. Utilizou-se o endereço <https://bit.ly/2U2CZQH>. Acesso em 28 jan. 2020.

Se Fernando III já havia incorporado o lexema no *Fuero Juzgo*, lançado em 1241, as obras alfonsinas farão largo uso do conceito e, como veremos, o Rei Sábio chegará a legislar sobre as práticas associadas a ele na *Segunda Partida*. Na versão primitiva da *Estoria de España* (doravante *PCG*), *retraer* é coligado a questões de “heredamiento”, assim como à prova (“prouar”) por meio da visão (“veer”), do ouvido (“oyr”) e dos feitos dignos de serem lembrados (as “muy grandes noblezas”). Para Alfonso X, se “deue morir la mas onrrada mientras que pudiere”, de modo que, em vida, façamos “cosa que nos ayan siempre que retraer”, pois mais vale morrer ou ser aprisionado do que “fazer mal fecho que despues ayan a los parientes que retraer”. Se, na primeira história nacional, a expressão aparece pelo menos uma dezena de vezes, seu uso na *General Estoria* não é menos vasto, embora o significado do conceito sofra restrições: “retraer los primeiros fechos”, “& dellos por retraer lo que saben” de modo que se faria “grant la estoria & las razones della”. Na história universal alfonsina (circa 1280), o conceito aparece na companhia de um número mais limitado de palavras, as quais chegam a se repetir: “[rele]menbrar”, “contar los buenos fechos”, quando “quiero retraer e contar de cabo las cosas por que avemos passado” ou quando Moisés “escuantra los fijos de Israel e les comiença a retraer las leies”. A relação com as disputas pela honra sobrevive senão pela cópia do excerto supracitado do *Poridat de Poridades*. Como uma ação intermediária entre a memória e a intenção de expressá-la, a asserção aparece ainda nas *Cantigas* 24, 56 e 99, fazendo menção à lembrança dos milagres operados pela *Madre de Deus*: “Dest’un miragre retraer”. Essa modificação semântica é, contudo, tardia. Voltaremos a ela no final deste artigo.

O verbo *retraer* estratifica uma série de valores que jogam com o universo simbólico da aristocracia guerreira. Nas canções de gesta, a palavra tem ligação com disputas pelos significados da honra – a qual refere-se à posse dos meios de produção (terras) e à reprodução social da propriedade pelo direito de herança – via fixação dos grandes feitos e lembrança da linhagem

ancestral. *Retraer* servia de meio de comunicação de “metáforas radicais” (TURNER 2008, p 22) que balizavam “modelos de conduta” (DIAS, 2009). Mais do que jogo de linguagem (o qual se podia “oyr”), a palavra insinuava uma performance (que se poderia “veer”), uma espécie de *disputatio* vulgar, um *fablar en gasaiado*, um ritual e um jogo no qual se brincava com o corpo (como a barba de Cid) além das palavras (MADERO 1992; SODRÉ 2012). Na violência simbólica imanente às canções de gesta, *retraer* poderia ser algo como reprochar ou acusar. O campo semântico do conceito habitava um ponto de intersecção entre os significados da memória e da justiça, da vingança e da reparação. O *retraer* era enunciado desde uma perturbação de sentido e vinha abrir a arena hermenêutica que possibilitava sua (re)constituição mediante uma negociação. Sob signos que humanizam o tempo, ele oferecia chaves culturais para se lidar com uma crise, senão mesmo, em sua ambição mais sublime, com a própria morte mediante a lembrança eterna.

Na versão primitiva da *Estoria de España*, vemos a orientação desse jogo de valores rumo a um lugar concreto, rumo a um espaço de ordem no qual perturbações temporais podem ser superadas. O lexema verbal indicava uma ação comunicativa, a abertura de um fórum, um canal no qual a linguagem da fidelidade demarcava a distância e o pacto de arbitragem entre o corpo do rei e seus fortes (e sediciosos!) braços. Seu modelo ainda estava próximo da poética das canções de gesta. As emoções que o *retraer* expressava ou provocava assumiam “função estrutural no sentido de que refletiam tensões políticas” (BOUQUET; NAGY 2018, p. 125) as quais demandavam mediação. O conceito de *retraer* capturava significados que delineavam o horizonte de expectativas da justiça. Ou Elvira e Sol, no *PMC* acuadas pelos *Infantes de Carrión*, não deixaram de lhes sugerir o castigo e a reparação da desonra: “retraer vos los an en vistas o en cortes”? É para as cortes e para o palácio, lugares da execução da justiça e da enunciação da verdade, que devemos agora atentar.

## Primeiro ato: a rebelião de 1272

Alfonso X reinou entre 1252 e 1284. Filho de Fernando III e Beatriz da Suábia, herdou quase toda a península ibérica. Aquilo que chamamos de “rebelião dos nobres” diz respeito a uma série de acontecimentos que respondem às políticas administrativas, aos gastos da coroa, às medidas legais e às inovações conceituais do reinado alfonsino. Seus antecedentes repousam em querelas familiares, na relação do rei com os príncipes de Espanha. O equilíbrio entre os poderes das principais casas, unidas sob os senhores de Lara e de Haro, era pressuposto para a paz. A alta nobreza contava outras famílias, como os Cameros, os Manrique, os Mendoza, os Ponce e os Meneses, as quais se definiam por patrimônio, linhagem e favorecimento das cortes. Mais abaixo ficavam os *ricosombres*, os cavaleiros não vilões e os senhores de terras em geral. A Igreja e os habitantes das cidades completavam os estados gerais (*Partidas*, II, XXI, preâmbulo).

A mediação entre esses interesses privados era realizada nos *ayuntamientos*, encontros regionais, e nas *cortes generales*, verdadeiras assembleias dos estados, as quais o rei costumava convocar uma vez a cada dois anos. Na Castela medieval, as cortes eram “instituições nômades, mais do que itinerantes” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2009, p. 21). Não havia uma capital do reino, sequer um centro para além da estrutura física do monarca. Nas *Partidas* (II, IX, 27), a corte é definida como o ambiente no qual coabitam o corpo do rei, o de seus vassallos e de seus oficiais, funcionando também como uma *schola* (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 438; MARTÍNEZ 2010, p. 112). Na lei seguinte (*Partidas* II, IX, 28), a corte aparece como um mar profundo e largo que cercava toda a terra. Nesse vasto oceano cabiam “pescados de muitas naturezas”. Nele, a *largueza* aparecia como sinônimo não de generosidade – como era comum nas canções de gesta – mas de extensão e variedade de opiniões. Algumas eram verdadeiras; outras, falsas. Aos conselheiros caberia o papel

da agulha de uma bússola a orientar o caminho das decisões reais (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 435; O'CALLAGHAN 2019, p. 101).

A próxima lei define o que é palácio (*Partida* II, IX, 29). Ao contrário da corte, lugar de incerteza, o palácio é o espaço do saber certo e verdadeiro. Nele, o rei se reúne com os homens, com eles compartilha comida, delibera pleitos, depois “joga com as palavras”. Apenas aquilo que era conveniente devia ser enunciado ou disputado. As palavras inconvenientes, minguidas ou soberbas, eram reprimidas. Alfonso, é claro, precisava lidar com elas se quisesse financiar a conquista da coroa imperial ou guerrear contra os mouros (MARTÍNEZ 2010, p. 315). De todas as cortes que convocou, uma primeira desponta como evento disruptivo, marcando, na história de seu reinado, a fronteira entre um antes e um depois: aquela que se reuniu em Burgos, entre 29 de setembro e 11 de novembro de 1272.

Os nobres não confiam mais em convites e resolvem reclamar do lado de fora das muralhas. Mandam o melhor amigo do rei, Nuño de Lara, ir ter com Alfonso. Tinham se indisposto com uma série de inovações relacionadas à retomada do direito romano. Protestavam também a respeito dos custos do casamento de Fernando de la Cerda e da conta das “idas” e “buscas do império” (KINKADE 1992, p. 292-293; MARTÍNEZ 2010, p. 323-326; O'CALLAGHAN 2019, p. 20 e 198). Alfonso conseguiu a maioria dos votos dos três estados, deixando os rebeldes sem alternativa. Enviaram emissários informando suas intenções de *desnaturación* – ou quebra do pacto vassálico – requisitando um tempo de graças. No total, o monarca concedeu-lhes 42 dias; ganhava tempo para convencer os vassallos de seus vassallos a não seguirem o caminho da rebelião. Ao todo, cerca de 1200 pessoas rumaram ao sul, no trajeto confiscando alimentos, profanando templos, incendiando povoados, saqueando outros, em direção ao exílio no qual renderiam homenagem ao emir de Granada (O'CALLAGHAN 2019, p. 165; KINKADE 1992, p. 294).

Por um lado, Alfonso inaugurava um conceito de realeza como instituição “total” ou “*imperium* monárquico” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2009, p. 30). Por outro, mantinha o costume antigo de considerar o reino sua propriedade privada. Apenas nos meses finais de 1273 que a situação começaria a dar sinais de reconciliação. O rei parece ter feito concessões às cortes reunidas em Burgos. A extensão e a permanência dessas medidas são, porém, debatidas. Alguns sustentam que, para isso, Alfonso X a tudo acatou, da restauração dos *Fueros Viejos* à suspensão de taxas da Igreja (MARTÍNEZ 2010, p. 329-330). Outros lembram que existem evidências do uso do *Fuero Real* em Castela após 1272 (O’CALLAGHAN 2019, p. 134).

Os eventos de 1272 montam o palco de um primeiro ato para nossa descrição da mudança semântica do conceito de história alfonsino. A relação do rei com sua própria família, em especial seus irmãos, deteriorou-se rapidamente, como demonstra o exílio de Enrique e a participação de Felipe na revolta (O’CALLAGHAN 2019, p. 35). A data de 1272 marca uma mudança na comunicação do rei com as classes dominantes. O monarca torna-se menos inclinado a impor e mais dedicado a convencer (FERNANDEZ-ORDÓÑEZ 2000, p. 66). No âmago desse projeto – volto agora a argumentar mais diretamente – encontrava-se a tensa relação entre as cortes e o palácio, lugares que serão figurados, respectivamente, como próprios à poesia e à história.

A rebelião dos nobres aponta como a passagem do tempo social assume formas que a antropologia da performance teria chamado de “dramáticas”. No século XIII, essas irrupções ganhavam um caráter “público” durante as cortes. Nesses momentos liminares, as relações entre lealdade e obrigação são colocadas à prova. O conflito dispõe em evidência aspectos fundamentais da sociedade: os laços familiares, as relações de vassalagem e matrimônio, a honra e o dever etc. Os “dramas sociais”, como tenho argumentado, organizam-se como estruturas que não são “produto do instinto, e sim de modelos e metáforas que os atores carregam em suas cabeças”



(TURNER 2008, p. 30-31). É por esse motivo que instruímos a investigação com a análise do campo semântico do conceito de *retraer*. Com ele, passamos da “*estoria* escrita à *fazaña* oral” (RODRÍGUEZ PORTO 2012, p. 403). Como cadinho de metáforas que radicam as formas de ação, o relato das façanhas impacta a realidade material, sobretudo a partir de sua tradução através de práticas corporais (PERNAU; RAJAMANI, 2016).

Acaso seria estranho que os magnatas resolvessem, ao deixar Burgos em 1272, *retraer* as palavras atribuídas a Rodrigo Diaz de Vivar, ao dizer adeus à mesma Burgos dois séculos antes? Difícil esquecer do célebre verso 20 do *Poema de Mio Cid*: “¡Dios, qué buen vassalo seria, si oviesse buen señor!” Essa imagem nos leva na direção do *insight* fundador que advoga pela “interdependência, talvez dialética, no relacionamento entre dramas sociais e gêneros culturais de performance” (TURNER 1992, p. 72). Frente a tais modelos estabelecidos, o que Alfonso teria de fazer, dois anos depois, em busca da conciliação? Aqui encontramos uma tarefa hermenêutica e outra legislativa: controlar os discursos e regular seus usos. Ambas as tarefas se encontravam na vontade de palatinização dos estamentos cortesãos. O tratado pseudoaristotélico conhecido em sua versão ocidental como *Poridat de Poridades*, recomendava que o trabalho de transmitir a palavra do rei fosse executado por um funcionário específico. O “alguazil” era o oficial que, atuando próximo dos escribas e dos “estoriadores”, tinha a tarefa de “explicar aos ouvintes, reunidos na corte, as verdades essenciais que sustentam a autoridade do rei” (REDONDO 2000, p. 141):

E quando fuere su fiesta, paresca uma uez em el anno a tod el Pueblo, e fable antel us omne bien rrazoado de sos aguaziles quel gradesca a Dios la merced quel fizo em serle todos obedientes. E digales que les fara mucho dalgo e mucho de plazer si forem obedientes. E amenazelos sy no fueren (...). E com esto sera seguro del leuantamiento de los pueblos e nenguno non sera atrevido de fazer danno em todo el regno. (PORIDAT 2010 p. 112-113).

O tratado chega a fazer recomendações a respeito da constituição do etos do “alguazil”. Podemos resumi-las nos seguintes pontos: que, tendo um porte físico avantajado, soubesse “razonar”, falando de maneira sábia e clara. Que, sendo “fermoso de rostro”, não fosse nem “desdenoso nin desuergonçado”. Verdadeiro em suas palavras, que amasse a verdade e “desam[asse] la mentira”. Buscava-se alguém corajoso, apaixonado pelas coisas da cavalaria e pelas histórias de batalhas, mas que soubesse escrever, conhecesse a gramática e as palavras de Deus. Por fim, era preciso que o candidato fosse bom “retenedor de las eras del mundo”, conhecedor dos “dias de los omnes e de costumbres de los rreyes” e das maneiras dos louvados “omnes antigos” (*Idem*, p. 127-130; Cf. REDONDO 2000, p. 140-142).

O *alguacil* devia conhecer e saber transmitir com clareza os costumes de outras épocas, sem ferir os hábitos da sua. Do árabe, *al-wazir* significava, segundo as *Partidas* (II, IX, 20), “aquele que ha de prender et de justiciar los homes en la corte del rey por su mandado, ó de los jueces que judgan pleytos”. Estava em uma posição de centralidade não apenas nas performances de *retraer*, como vicário da voz real, mas também em relação às noções de verdade e de justiça. Quando necessário, fazia o papel de torturador, administrando tormentos na presença de um juiz e de um escriba, os quais registravam as palavras do torturado para que “pudessem ser utilizadas nos processos judiciais” (O’CALLAGHAN 2019, p. 104). O controle do discurso real era o mecanismo primeiro para a imposição da vontade alfonsina nas cortes. Mas existia outro: a direta regulação dos comportamentos e valores da cavalaria desde a *Segunda Partida*. A leitura de histórias e o cantar de gestas tinha aí um papel fundamental:

e por ende ordenaron que así como em tienpo de guerra aprendiesen fecho d’armas por vista e por prueba, que otrosí em tienpo de paz lo apresiesen por oída e por entendimiento; e por eso acostunbravan los cavalleros quando comíen que les leyesen las estorias de los grandes fechos de armas que los otros fezieran (*Partidas* II, XXI, 20).

Estipular aquilo que os nobres deveriam ler ou ouvir enquanto comiam era apenas uma das prescrições éticas a respeito da cavalaria. Dormir, se vestir, como falar e se portar: os legisladores alfonsinos não pouparam regulamentos. Pode-se dizer que as *Partidas* chegam a reinventar a classe guerreira, no sentido de que promovem uma “*transformação dos modos de conceber e de falar da cavalaria*” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2009, p. 42 grifos originais). Abriam uma negociação calcada em dois valores fundamentais: a honra e a lealdade, propondo, frente a elas, o consenso em torno do que era “pro comunal”. Seus objetivos buscavam colocar a violência simbólica e efetiva praticada pela cavalaria à serviço da coroa, além de prever punições para os infratores do pacto. Como mostrou Georges Martin, o título XXI da Segunda Partida capturava toda a nobreza em um modelo de ética cavaleiresca administrado por uma função (a defesa do reino) e um conjunto de rituais (inaugurados pela investidura) (MARTIN 2004, p. 234).

Esses rituais podem ser entendidos como “dispositivos” que designam uma ordem para relações concretas de poder: “gestos, movimentos e expressões linguísticas” coordenam estratégias de “sujeição e dominação” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2009, p. 27). Rituais mexem com os corpos, os vestem, os flagelam, os cicatrizam. Lidam com as mentes, fazem uso indiscriminado de histórias reais e fábulas pedagógicas (modelos e metáforas que radicam comportamentos), como a relação entre Alexandre e Aristóteles ou a história de Alfonso VI e El Cid. Para Alfonso X, os rituais cortesãos deveriam ritmar um processo social mais amplo relacionado à centralização monárquica. Na investidura, o cavaleiro começa a adquirir vínculos. No ritual de *retraer*, ele os reforça. A *Partida II* (IX, 30) regulava o conceito como produtor de solidariedade:

Retraer en los hechos o en las cosas cómo fueron o son pueden ser es gran binestancia a los que en ellos saben avenir. Y para esto ser hecho como conviene, deben allí ser consideradas tres cosas: tiempo y lugar y manera. Y tiempo: deben cuidar

que convenga a la cosa sobre la que quieren retraer, mostrando por buena palabra o por buen ejemplo o por buena hazaña otra que semeje con aquella para alabar la buena o para desatar la mala. Y otrosí deben considerar el lugar, de manera que lo retrayeren, que lo digan a tales hombres que se aprovechen de ello (...) (Partidas II, IX, 30).

A polissemia do conceito de retraer faz seu campo semântico ligar-se a significados cujas combinações poderiam resultar em efeitos emocionais diversos: narrar, ver, ouvir e crer, mas também censurar, combater ou disputar os feitos do passado ("cómo fueron"), do presente ("o son"), do futuro ou de um universo poético ("pueden ser"). Fazê-lo seria uma grande virtude ("binestancia"), desde que o enunciador saiba com eles produzir a concórdia ("en ellos saben avenir"). A tensão entre seus argumentos verbais aqui é expressa no relacionamento, já perceptível, mas ainda mal resolvido, entre poesia e história. Continua o texto:

(...) así como si quisieren aconsejar a hombre escaso diciéndolo ejemplos de hombres grandes, y al cobarde de los esforzados. Y manera: deben cuidar de retraer en manera que digan por palabras cumplidas y apuestas lo que dijeren y se semeje que sabían bien aquello que dicen, otrosí, que aquellos a quienes lo dijeren tengan gusto en oírlo y en aprenderlo; y en el juego deben cuidar que aquello que dijeren sea apuestamente dicho, y no sobre aquella cosa que fuere en aquel lugar a quien jugaren, mas a juegos de ello; como si fuere cobarde, decirle que es esforzado, y al esforzado, jugarle de cobardía, y esto debe ser dicho de manera que aquel con quien jugaren no se tenga por denostado, y más, lo tomen con placer, y que tengan con qué reír de ello, tanto él, como los otros que oyeren (Partidas II, IX, 30).

Se as palavras em jogo forem proferidas na direção de um covarde, deve-se dizer que ele é valente; e se valente for, deve-se dizer que é covarde. Tudo isso como forma de, pela eloquência, transformar o conflito em amizade, a ofensa em elogio. Essa estranha passagem já foi entendida segundo

propósitos diferentes. Paulo Roberto Sodré entendeu que a lei regulava “uma atividade cortesã que coincide com a natureza do gênero satírico”. Preocupado sobretudo com suas repercussões posteriores no reino português, o autor analisou essa regulação no âmbito das artes de trovar. Nas cantigas de escárnio e maldizer, deveriam se fazer notar “equívocos de situação” que proporcionassem o “humor e o divertimento” (SODRÉ 2012, p. 143). Marta Madero, por sua vez, preferiu falar de “injúria lúdica”, procedimento operado pelos jograis em brincadeiras com o corpo, com a religião e com o próprio comportamento cortesão. A noção de jogo aqui é entendida por ambos os autores como uma concepção que anula os efeitos ofensivos das palavras (MADERO 1992, p 117-127). Rodríguez-Velasco leu a mesma passagem com a expressão “retórica da ironia” em mente, e a entendeu menos no âmbito da “relação entre palavras e feitos” e mais no sentido de uma relação “entre a palavra e seus problemas hermenêuticos” (2006, p. 433). Por fim:

*Y otrosí, el que lo dijere, que lo sepa bien reír en el lugar donde conviniere, pues de otra manera no sería juego; y por eso dice el verbo antiguo que no es juego donde hombre no ríe, pues sin falta el juego con alegría se debe hacer, y no con saña ni con tristeza. Por eso quien se sabe guardar de palabras excesivas y desapuestas, y usa de estas que dicho hemos en esta ley, es llamado palaciano, porque estas palabras usaron los hombres entendidos en los palacios de los reyes más que en otros lugares, y allí recibieron más honra los que las sabían (Partidas II, IX, 30, grifos meus).*

Creio ser relevante distinguir duas estruturas que, embora sobrepostas, conservam entre si certa autonomia: o jogo e o ritual. Ambas estão no cerne da performance e “na realidade, a performance pode ser definida como o comportamento ritualizado, condicionado e permeado pelo jogo” (SCHECHNER 2013, p. 89). Menos “sério” ou “real”, o jogo é, outrossim, uma forma de intervenção na realidade que cerca os corpos que “retraem” o passado. Procedimento delicado, nunca deixa de possuir um potencial disruptivo. Jogar com as palavras

é acessar os afetos e buscar, pela inversão da experiência, evolver-lhes por uma simulação capaz de anular a cizânia. Com o jogo, falamos, então, de “um tipo diferente de *equivoco*”, o qual “estaria justamente na surpresa de os ouvintes e o próprio visado perceberem a brincadeira dos contrários” (SODRE 2012, p. 142). Na historiografia ibérica dos séculos XIII e XIV, como mostrou Isabel de Barros Dias, os protagonistas nem sempre eram censurados por lançar mão do recurso à *equivocatio*. Pelo menos não enquanto conseguissem manter um “periclitante equilíbrio entre a verdade, o possível, a ficção e a mentira sem, no entanto, caírem nas duas últimas” provando “sagacidade e capacidade estratégica.” (DIAS 2009, p. 5) O jogo, no entanto, tem uma tendência indomável. Como o “coringa em um baralho”, ele é “volátil e perigoso” (SCHECHNER 2013, p. 89). Afinal, a produção de “efeitos de presença” do passado (GUMBRECHT 2010) por meio de comemorações, ou, como prefere Dias, “a criação de outros mundos possíveis que se verifica no teatro” pode ser considerada análoga à “interpretação de um discurso equívoco de acordo com o horizonte de expectativa do destinatário” (DIAS 2009, p. 6).

Em outras palavras, o riso ou o ódio poderiam refletir tensões políticas. O jogo era uma dimensão particularmente significativa para uma sociedade na qual “elos afetivos tinham *de facto* uma dimensão política” de modo que as “alianças e as hostilidades eram formalizadas em um nível emocional” (BOUQUET; NAGY 2018, p. 105). A história dos conceitos pós-*virada* linguística tem insistido na importância do papel das emoções nos processos de aproximação dos significados razoavelmente diversos que os conceitos assumem quando comunicados por diferentes meios, como o texto, a voz, a imagem, o corpo etc.. O acesso às emoções, argumenta-se, é fundamental para tornar as equivalências e conexões semânticas mais plausíveis (PERNAU; RAJAMANI 2016, p. 58). Para os legisladores alfonsinos, regular o jogo é promover uma tradução conceitual que possa controlar a recepção do texto na voz e no corpo daqueles que o performam. Sem

“palabras excesivas y desapuestas”, começa-se a inculcar comportamentos ritualizados na mobilização da linguagem e dos movimentos corporais.

Chegamos à segunda estrutura que compõe a performance. Com o ritual, a violência possível é subtraída da enunciação e domesticada por regras corporificadas. Ao contrário do jogo, o ritual guarda seriedade e nos remete à produção de estabilidades pela repetição previsível de um roteiro. A presença do *alguacil*, como vicário do corpo do rei, dava o tom oficial de quem executa o rito, fazendo às vezes de juiz de um jogo. Era ele quem conduzia a performance, enunciando um discurso verdadeiro. A presença intimidadora do torturador era garantia da verdade (alfonsina) e do castigo (corporal) da mentira. Com base nesse horizonte de expectativa, o improvisado era disciplinado na direção da abertura do tempo e do espaço à “antiestrutura” (ao rompimento controlado das regras sociais pelo estabelecimento temporário de regras alternativas), ou seja, à emergência de um estado emocional de igualdade e camaradagem marcado pelo riso (“*communitas*” na linguagem antropológica; “pro comunal” na linguagem alfonsina) (SCHECHNER 2013, p. 70 e 88). Quem alcançava esse estado era chamado de “palaciano”. No “espaço de certezas” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006) do palácio, modelos e metáforas (que radicam comportamentos) deveriam ter seu impacto emocional orientado pela *razon* alfonsina. Essa era, ao menos, a expectativa depositada pela legislação nas performances de *retraer* os feitos: vencer uma batalha por afetos, ao narrar as glórias do passado (“no es juego donde hombre no ríe”).

## Segundo ato: o terrível ano de 1275 e a crise sucessória

Em 1275, Alfonso X vai a Beaucaire para tentar, uma última vez, convencer o Papa de seus direitos sob o trono do Sacro Império. À negativa papal soma-se uma sequência de acontecimentos catastróficos. Ibn Yûsuf invade a Andaluzia. Nuño de Lara, aconselhado a pegar as tropas adversárias

de surpresa, desce as muralhas de Écija e morre ao liderar uma carga de cavalaria. Em Jaén, o arcebispo de Toledo, Sancho de Aragão, é decapitado após uma escaramuça. Mas o pior estava por vir. Fernando, príncipe herdeiro, chega a Villa Real e logo perece de uma séria doença. Seu último ato terá consequências duradoras para a estabilidade do reino: fazer Juan Nunes, filho de Nuño de Lara, jurar a defesa dos direitos de sucessão de seus filhos, os *Infantes de la Cerda* (MARTÍNEZ 2010, p. 364-365; GONZÁLEZ JÍMENEZ 2004, p. 298). Essa foi a erupção que fez reemergir a disputa entre as duas principais casas do reino, os Lara e o Haro, causando uma guerra civil que só seria resolvida com a morte do rei em 1284. Esse foi a erupção que fará reemergir, no seio do conceito de história alfonsino, um *topos* antigo.

Em meio ao caos, Sancho, o segundogênito, assume a defesa do reino. Consegue uma trégua na primavera de 1276 sob rumores de conspiração. Rumores que levam o rei a ordenar as cruéis execuções, supostamente sem julgamento, de seu irmão Fadrique (afogado) e de Simón Rodrigo de Cameros (queimado). A divisão do reino incentiva Ibn Yûsuf a invadir novamente a Andaluzia em 1277-78. No começo de 1278, a rainha Violante foge, levando os netos à segurança das cortes de Aragão. Ela exige resgate e Sancho, interessado no apoio da mãe, financia seu retorno, desviando fundos alocados para a defesa de Algeciras. O exército nunca recebe o dinheiro e perece. No outono de 1280, o rei, furioso, manda executar o tesoureiro real, Zag de Maleha (GONZÁLEZ JIMÉNEZ 2004, p. 324; MARTÍNEZ 2010, p. 279). Sofrendo de um carcinoma, corre palavra de que Alfonso estaria louco e doente de lepra. O mal da alma não faz bem a sua popularidade que, em meio aos revezes militares, a crise fiscal e a arbitrariedade das execuções, diminui sensivelmente enquanto a de Sancho aumenta (MARTÍNEZ 2010, p. 419). A Ordem de Santiago é destruída. É Sancho quem lidera os exércitos na campanha de 1280-81 contra Granada. É ele quem força, novamente, uma trégua. A escalada nos conduz a Sevilha,



outubro de 1281, quando ocorre a “última e mais dramática de todas as reuniões de Cortes convocadas por Alfonso X” (GONZÁLEZ JIMÉNEZ 2004, p. 342).

A nobreza, assustada com o comportamento do rei, descontente pelos motivos usuais, une-se a um clero ressentido: em maio de 1279, o Papa Nicolas III já havia feito circular um documento (*memoriale secretum*) que reclamava da interferência em questões eclesiásticas, do apontamento de bispos, da alienação de sedes e da usurpação de taxas. Uma velha denúncia, a de que Alfonso era uma espécie de “rei mago, da tradição de seu tio Frederico II” (MARTÍNEZ 2010, p. 190), retornava. Aos olhos de parte da Igreja, o rei se apresentava como uma espécie de “novo Salomão”, um “intermediário entre Deus e os fiéis, dispensando o clero” (Idem, p. 425-27). A ala providencialista do reino se aproxima de Sancho com o objetivo de convencê-lo de ser o escolhido por Deus. Durante as Cortes de Sevilha, em 1281, pede licença ao pai para ir a Córdoba negociar trégua com os de Granada. Ao invés disso, vai ter com os irmãos, João e Pedro, que planejam um golpe. Iniciam campanha para angariar aliados, unindo rumores de loucura e de lepra com temores de tirania frente às execuções sumárias (GONZÁLEZ JIMÉNEZ 2004, p. 343; MARTÍNEZ 2010, p. 278).

Deposto pelo “conciliábulo de Valladolid” em 1282, Alfonso passará seus dois últimos anos em Sevilha. Agora, como a coruja de Minerva, “tentará alcançar, através da ordenação da ‘estória’, aquilo que não pôde conseguir com seus livros de leis: rodear com seu ‘saber’ todos os estamentos de sua corte” (REDONDO 2000, p. 137). Ao lado da poesia e do direito, a escrita da história torna-se uma tarefa íntima para Alfonso. Francisco Rico ensina que imagens recorrentes a respeito do caráter sedicioso da aristocracia guerreira de Castela armam o *leitmotif* da *General Estoria*. O procedimento discursivo é transversal também na *Estoria de España* e intensifica-se na “versão crítica”. Narram-se tempos remotos, lembram-se dos mitos, assume-se o recurso evemerista que transforma deuses em heróis e paralelos entre tempos desarmônicos

emergem simultaneamente à desarmonia social. Ao contar a história do primeiro Hércules, fundador de tantas cidades em Espanha, Alfonso louva o guerreiro mítico, para queixar-se dos cavaleiros de Castela. Afinal, ao invés de fazer a guerra em outras partes, de moverem-se à conquista de outros países e senhorios, resolvem no seu fincar pé para conspirar contra o rei: antigamente não havia “tantas rebueltas del mundo e lides e malas uenturas como en el nuestro tempo” (*General Estoria*, I, p. 305a *apud* RICO 2008, p. 103).

Como vimos na abertura deste artigo, a emergência politicamente orientada do presente no passado era forçada pela *intentio* real. Muito próximo de seu corpo, o *scriptorium* de Sevilha era o espaço em que Alfonso podia “veer [supervisionar] e esterminar [determinar] las cosas de los saberes qu’él mandava ordenar” (*Crónica abreviada* *apud* MARTINEZ 2016, p. 345). Abandonado pelos nobres de Castela, cercado de mestres, poetas e jograis liderados pelo *alguacil mayor* de Sevilha, Gómez Pérez (GONZÁLEZ JÍMENEZ 2004, p. 354), o rei parecia obcecado com a ideia da verdade e com as formas de nela fazer crer. Para isso, da mesma maneira que o presente emergia no passado, o passado, desde um conjunto de práticas cortesãs, deveria aflorar no presente, provocando *efeitos* de simultaneidade entre tempos não simultâneos. O prólogo da *Estoria de España* já elogiava o saber dos antigos que:

ayuntando otrossi las partes, fizieron razon, et por la razon que uiniessen a entender los saberes et se sopiessen ayudar dellos, et saber tan bien contar lo que fuera en los tempos dantes cuemo si fuesse en la su sazón. (*PCG*, prólogo, 39, grifos meus).

Contar as histórias dos tempos de antes como se estivessem acontecendo em seu próprio. Não era essa uma perícia que se esperava dos jograis nas cortes? Uma “teatralidade” relacionada a razões que não parecem ignorar diferenças qualitativas entre o ontem e o hoje, embora tendam a sublimá-las em nome da possibilidade de cantar e emaranhar temporalidades

dissonantes. Uma modalidade de relacionamento com o tempo praticada por gestos que performam o passado “en la su sazón”. Aqui os recursos disponíveis até 1272 encontram um limite relacionado à disposição (textual) e à apresentação (corporal) da historiografia alfonsina. Refiro-me à estrutura episódica, compartilhada com as canções e com os poemas, a qual permitiria ao texto ser tratado como um conjunto de “feitos particulares suscetíveis de serem desgarrados, memorizados fragmentariamente e disseminados, *retraídos* sem uma ordem precisa” (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 423, grifos meus).

Um princípio metanarrativo, no entanto, ganha força estruturante nas versões tardias das *estorias*. Esse princípio ligava-se ao modo pelo qual Alfonso concebia a História. Constituía o núcleo poético de suas narrativas e se expressava como uma *linna* que vai de Júpiter, o primeiro dos reis, até o Rei Sábio. Dessa linhagem vieram os líderes de Troia, também Eneias e Rômulo, os Césares e os imperadores, incluindo Frederico Barba-Ruiva, bisavô de Alfonso (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2009, p. 37). A história era a narrativa dos povos que, por direito divino, “dominaram a terra e, antes de tudo, de seus príncipes e senhores naturais” (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000, p. 72; 2009, p. 34-35). A sucessão dos senhorios, tendo os detentores do *imperium* como metonímias do povo, subordina o eixo cronológico que estrutura as *estorias*. Esse princípio, lapidado no fim de sua vida, afixava o pensamento político alfonsino (REDONDO 2000, p. 142; FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2009, p. 117).

Em suma, a “versão crítica” da *Estoria de España* entregou a resposta mais bem-acabada que o rei conseguiu dar à crise que, inaugurada em 1275, intensificou-se até sua morte em 1284. Ela alterou o modelo da “versão primitiva”, empoderando as figurações da monarquia (DE LA CAMPA 2000, p. 106). Composta entre 1282 e 1283, remodelou os modelos de explicação e transmissão da história. Mas seus pressupostos meta-históricos já estavam ensaiados na obra que circula

ao menos desde o início da década de 1280. A *General Estoria*, além de compilar boa parte do *scriptorium* alfonsino, incorporou textos de diferentes confissões e procedências. Suas premissas enciclopédicas rezavam, afinal, pela exaustividade e pela exemplaridade das fontes. Sua cronologia era estruturada pelos *Cânones* de Eusébio e Jerônimo, pelo *Pantheon* de Godofredo de Viterbo e pela *História Escolástica* de Pedro Comestor. Os compiladores alfonsinos enfrentaram o desafio de coordenar a natureza fragmentária desses relatos analíticos em unidades narrativas, as quais chamaram de “estórias untadas” (MARTIN 2000, p. 56; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ 2000, p. 73).

Uma das maiores inovações da *General Estoria*, no entanto, foi o uso extensivo de fontes poéticas, sobretudo a obra de Ovídio, como as *Metamorfoses* e as *Heroidas*. Essa é a origem da associação do rei Júpiter a Alfonso e do sentido da *linna* imperial, da genealogia que faz as vezes de metanarrativa, uma vez que ultrapassa os episódios narrados e confere a eles significado em uma ordem do tempo. Na segunda parte da *General Estoria*, as *Metamorfoses* chegam a ocupar o lugar dos *Cânones* como fonte estrutural. O uso de Ovídio, porém, causava embaraços. Como demonstra Irene Salvo García (2015, p. 44), um dos principais problemas consistia em obrigar os colaboradores alfonsinos a trabalhar com um material sobrenatural, que incluía a transformação dos corpos dos protagonistas (novamente a história não prescinde da domesticação do corpo, do corpo de deuses transformados, pelo princípio evemerista, em reis!). É notável o esforço que o texto alfonsino faz em distinguir o mito da história, interpretando relatos sobrenaturais como figurações que concordam com a Bíblia. Para isso, os compiladores lançam mão de glosas e comentários exegéticos de Ovídio, sendo o principal deles Arnulfo de Orleães, autor das *Allegoriae* (circa 1175). Em teoria, os princípios de exaustividade (enciclopédica) e exemplaridade (dignidade epistemológica) justificariam o uso de fontes poéticas. Por vezes, no entanto, esses critérios não eram seguidos. García atribui tais lapsos à chegada de um colaborador mais reticente em usar a matéria

ovidiana. Sem contestar essa hipótese particular, gostaria de sugerir que a passagem a seguir fosse lida, igualmente, como evidência da tensão geral que perseguimos entre história e poesia:

los actores delos gentiles, que fueron poetas, dixieron muchas razones en que desuiaron de estorias; e poetas dizen en el latin por aquello que dezimos nos en castellano enfennidores e assacadores de nuevas razones, e fueron trovadores que trobaron enel latin, e fizieron ende sus libros en que pusieron razones estrannas e marauillosas e de solaz, mas non que acuerden con estoria menos de allegorias e de otros esponimientos (...) E assi fizo Ouidio, que fue poeta, (...) non son estoria por ninguna guisa. (General Estoria, I parte êxodo, lib. XIII, cap. XV, p. 368b-369<sup>a</sup> apud RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 446; Cf. GARCÍA 2014, p. 50).

Diferente do “estoriador”, o poeta é um fingidor (“enfennidor”), um caluniador (“assacador”), que, ao inventar novas, estranhas e maravilhosas razões, não poderia se distanciar mais da história. O poeta não narra gestas, “las cosas como fueron” nem “o son”, mas canta como “pueden ser” (*Partidas* II, IX, 30). A tradução do célebre excerto 1451b da poética realizada em 1256 por Hermann, o Alemão, da qual são conhecidas cópias em castelhano, aqui se faz sentir (RODRÍGUEZ-VELASCO 2006, p. 433). Sua leitura, contudo, deve parecer pouco ortodoxa para a história das relações entre historiografia e poética, constituindo-se em um obscuro e curioso episódio de uma longa discussão (Cf. HARTOG 2017, p. 114-117). A história universal alfonsina conseguiu colocar Aristóteles de cabeça para baixo e a oposição agora contava em favor de uma “nova dignidade epistemológica” (MARTIN 2000, p. 48). A história era verdadeira; a poesia, mentirosa. A tensão já foi lida como reflexo da dificuldade de se constituir um relato histórico universal que absorvesse fontes de todas as confissões e gêneros em uma sequência de “estórias untadas” (GARCÍA 2014, p. 59). Mas ela também sugere uma tentativa de estabelecer uma narrativa clara, sem

afetações alegóricas, digna de um “discurso verdadeiro” e livre das ambiguidades da linguagem (*equivocatio*). Como lembrou Isabel de Barros Dias:

A historiografia é uma forma textual cujo discurso se caracteriza especialmente por sobrevalorizar a clareza semântica dos seus enunciados. Esta promoção da univocidade da sua narrativa implica a sua própria valorização como transmissora de verdades, o que constitui ponto fundamental da imagem que, em termos gerais, a história tem e procura veicular de si própria, mesmo se em oposição às características inerentes à sua própria natureza discursiva. (DIAS 2009, p. 2)

Os colaboradores alfonsinos dedicaram muito trabalho à tarefa de aperfeiçoar as *estorias*, tornando sua narrativa mais concisa, suas palavras mais claras e seus argumentos mais precisos. Nesse sentido, sugiro que a disposição em disciplinar o uso de “alegorias” e “otros esponimientos” dialoga com o esforço de estabilização do conceito de *retraer* em um significado que captura o horizonte de expectativas do final do reinado alfonsino. Nos últimos anos de vida do rei, a função de comunicação com a aristocracia – assumida pelas *estorias* em 1272 – é abandonada face às circunstâncias de isolamento político do monarca. Com o rei deposto, as *estorias* abdicam da meta de arbítrio e domesticação da nobreza guerreira, passando a mirar o ensinamento dos *Infantes de la Cerda*. Como indicamos na primeira secção, *retraer* associa-se, na *General Estoria* e na “versão crítica” da *Estoria de España*, aos “fechos” capazes de fazer “grant la estoria & las razones dela”. Saturado historicamente, o conceito agora se articula desde um sentido há muito estratificado sob outras tantas acepções que glosamos: o da lembrança exemplar. Graças à erupção desse argumento, podemos dizer que o conceito de história alfonsino torna sua escrita, efetivamente, *magistra vitae*.

## Considerações finais

Nos últimos anos de sua vida, Alfonso X dirige a “versão crítica” com o “objetivo de ‘reescrever’ a história da Espanha e, sobretudo, provavelmente, com o fim, malgrado, de escrever a sua própria” (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ 2000, p. 80). Seria a história, então, na Castela do século XIII, um “conceito-chave”, um conceito que combinava “muitas experiências e expectativas de forma a se tornar indispensável para qualquer formulação das questões mais urgentes” de seu tempo? (IFVERSEN 2011, p. 74) A história dos conceitos sugere que a história se torna chave, um “conceito básico”, ao ser posta “em movimento” (KOSELLECK 2006, p. 41) com a emergência do *Sattelzeit* (1750-1850). Afinal, além de cumprir papel pertinente em situações de mudança e contestação social, um conceito-chave ainda precisa preencher pelo menos outros dois requisitos: 1) transitar entre campos semânticos diferentes, sem perda de relevância; 2) demonstrar capacidade em capturar significados que “delineiam horizontes de expectativas” (IFVERSEN 2011, p. 85-86).

O argumento desenvolvido neste artigo pode agora ser formalizado: ao tempo de Alfonso X, sobretudo durante o recorte assinalado, o conceito-chave para a experiência do tempo não era “história”, mas *retraer*. O lexema correspondia à encenação do “drama social”, era disputado e negociado entre o monarca e os nobres, transitando entre o vocabulário das canções de gesta, o universo conceitual jurídico, chegando até a escrita da história. Conceito errante, conseguia capturar não apenas o horizonte da justiça cortesã, mas apresava em seu significado a própria mudança de expectativa com a elaboração da *historia magistra vitae* palaciana. Trazia, portanto, a história para o seu campo semântico, mas mantinha frente a ela um grau hierárquico maior. Quem “retrai” pode *retraer estórias*, mas também canções e poemas, de modo que a história era um mero hipônimo. Por outro lado, quem a mobilizava, quem a colocava “em movimento”, senão o conceito e as práticas de *retraer* o passado? Isso equivale a dizer que, antes de acessar

o *topos* de “como se escreve a história” na Idade Média, deveríamos, quem sabe, refletir sobre “como se contava a história”.

A subordinação da escrita da história ao conceito de *retraer* nos interessou sobretudo a partir de dois ângulos. Primeiro, da aproximação que promovia entre historiografia e performance. As chaves de leitura que falam em “cultura de presença” (GUMBRECHT 2010) ou “cultura comemorativa” (VANCE 1981) serviram de porta de entrada para, respectivamente, a compreensão da centralidade das práticas corporais na cultura medieval e da importância do passado na composição de “modelos de conduta” (DIAS 2009). Em culturas semiletradas ou espetacularizadas, os conceitos não são carregados apenas através da linguagem, estão nas imagens, nas vozes, nos corpos e na política das emoções (PERNAU; RAJAMANI, 2016). O fato de *retraer* ser o conceito chave na enunciação das estórias indica sua aproximação com o universo da poesia e da “teatralidade” imanente às performances. Essa relação ajuda a explicar a presença do passado desde o “não simultâneo”. A história desse modo instruída torna-se irredutível ao tempo linear e homogêneo inaugurado pelos avatares mais fortes do regime de historicidade moderno. Em segundo lugar, assinalamos como a aproximação da história à poética causava embaraços aos colaboradores do projeto alfonsino. Sua *razón*, em resposta, obrigava-se a domar os gêneros da escrita, como a lei buscava disciplinar a performance, elaborando uma narrativa que mascarava seu núcleo poético com a intenção de controlar a própria interpretação. Alfonso fazia-se imperador graças a Ovídio, mas o texto da *General Estoria*, mesmo estruturando sua metanarrativa desde as *Metamorfoses*, precisava definir-se como saber “verdadeiro” em oposição à poesia. Uma contradição típica de uma arte que se quer ciência, de uma literatura que se quer verdade, mesmo que “em oposição”, como defendeu Isabel de Barros Dias, “às características inerentes à sua própria natureza discursiva.” (DIAS 2009, p. 2).



## REFERÊNCIAS

ALFONSO X. **Estoria de España**. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1995.

ALFONSO X. **General Estoria**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2003.

ALFONSO X. La Estoria de España de Alfonso X. *In*: GUTIÉRREZ, Mariano de la Campa. **Estudio y edición de la Versión Crítica** desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II. Malaga: Universidad de Malaga, 2009.

ALFONSO X. **Las Siete Partidas**, nueuamene Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de Indias de su Magestad. Salamanca: Andrea de Portonaris, 1555. (Partidas).

ALFONSO X. **Primera crónica general de España**. Ed. Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos, 1955.

ANÔNIMO. **El Nuevo Testamento según el manuscrito escurialense**. I-J-6. Madrid: Real Academia Española, 1970.

ANÔNIMO. **Fuero Juzgo**. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1992.

ANÔNIMO. **Libro de Alexandre**. Madrid: Cátedra, 1988.

ANÔNIMO. **Poema de Fernán González**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

ANÔNIMO. **Poema de Mio Cid**. Barcelona: Crítica, 1993.

ANÔNIMO. **Poridat de poridades**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2004.

ANÓNIMO. **Traducción de las Cantigas de Santa María.** Madrid: Real Academia Española, 1974.

BAILEY, Matthey (org). **Cantar de Mio Cid.** University of Texas at Austin Liberal Arts: Instructional Technology Services. Disponível em: <https://miocid.wlu.edu/>. Acesso em 22 out. 2019 (PMC)

BERCEO, Gonzalo de. **Vida de San Millán de la Cogolla.** Madrid: Espasa-Calpe, 1992

BOUQUET, Damien; NAGY, Piroska. **Medieval sensibilities: a history of emotions in the middle ages.** Cambridge: Polity Press, 2018.

BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha do século XVI e XVII. *In: LISBOA, João (org.). Livros e Cultura escrita: Brasil, Portugal, Espanha.* CULTURA: revista da história das ideias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002. p. 105-172.

DE LA CAMPA, Mariano. Las versiones alfonsíes de la "Estoria de España". *In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (org.). Alfonso X el Sabio y las Crônicas de España.* Valladolid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000. p. 83-106.

DIAS, Isabel de Barros. A equivocatio na narrativa historiográfica ibérica dos sécs. XIII e XIV. **E-Spania: Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes.** 8. Décembre 2009. DOI 10.4000/e-spania.18640. Disponível em: <https://bit.ly/3aNdIQj>. Acesso em 22 jan. 2020.

FEDERICO, García Larraín. El honor en el Poema de Mio Cid. **Revista de Humanidades**, n. 30, julho-dez de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2GyfUNR>. Acesso em: 29 jan. 2020.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. El Taller de las “Estorias”. In: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (org). **Alfonso X el Sabio y las Crônicas de España**. Valladolid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. **Las Estorias de Alfonso el Sabio**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009.

GARCÍA, Irene Salvo. Entre poesia e historia: la materia ovidiana em la obra alfonsí. **Troianalexandrina**. v. 14, n. 14, p. 37-63, 2014. DOI 10.1484/J.TROIA.5.108306. Disponível em: <https://bit.ly/2RWMX3v>. Acesso em 29 jan. 2020.

GONZÁLES JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

IFVERSEN, Jan. About Key Concepts and How to Study Them. Contributions to the History of Concepts, v. 6, n. 1, p. 65-88, 2011. DOI 0.3167/choc.2011.060104. Disponível em: <https://bit.ly/2UdbNi2>. Acesso em: 29 jan. 2020.

KINKADE, R. P. Alfonso, X, Cantiga 235, and the Events of 1269-1278. **Speculum**, v. 67, n. 2, p. 284-323, 1992. DOI 10.1086/706097. Disponível em: <https://bit.ly/2vmYyB3>. Acesso em 21 out 2019.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MADERO, Marta. **Manos violentas, palabras vedadas:** la injuria en Castilla y León (siglos XIII-XV). Madrid: Taurus, 1992.

MARTIN, Georges. Control regio de la violencia nobiliaria. La caballería según Alfonso X de Castilla. **Annexes des CLCHM**. v. 16, p. 219-234, 2004.

MARTIN, Georges. El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes. *In:* FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. **Las Estorias de Alfonso el Sabio**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2000.

MARTÍNEZ, Salvador H. **Alfonso X, the Learned:** a biography. Leiden/Boston: Brill, 2010.

MARTÍNEZ, Salvador H. **El humanismo medieval y Alfonso X el Sabio**. Ensayo sobre las orígenes del humanismo vernáculo. Madrid: Edições Polifemo, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. Culturas do passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc. *In:* AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org). **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, p. 211-243, 2019.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **Alfonso X, the justinian of his age**. Law and Justice in Thirteenth-Century Castile. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

PERNAU, Margrit; RAJAMANI, Imke. Emotional translations: conceptual history beyond language. **History and Theory**, v. 55, n. 1, p. 46-65, 2016. DOI 10.1111/hith.10787. Disponível em: <https://bit.ly/2RCRzwl>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PIHLAINEN, Kalle. The Possibilities of 'Materiality' in Writing and Reading History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 12, n. 31, p. 47-81, 22 Dec. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3c9fOcN>. Acesso em: 02 maio. 2020.

PSEUDO-ARISTÓTELES. **Secreto de los Secretos** / Poridat de las Poridades. Versiones castellanas del Pseudo-Aristóteles Secretum Secretorum. Estudio y edición de Hugo O. Bizzarri. Valencia: Universitat de València, 2010. (Poridat)

REDONDO, Fernando Gómez. La construcción del modelo de crónica real. In: FERNÁNDEZ- ORDÓÑEZ, Inés (org). **Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España**. Valladolid: Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000.

RICO, Francisco. **Alfonso el Sabio y la "General Estoria"**: tres lecciones. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://bit.ly/36yrZ06>. Acesso em: 21 out. 2019.

RODRIGUEZ PORTO, Rosa M. Inscribed/Effaced. The *Estoria de Espanna* after 1275. **Hispanic Research Journal**, v. 13, n. 5, 2012. DOI 10.1179/1468273712Z.00000000025. Disponível em: <https://bit.ly/2U5IFJH>. Acesso em: 29 jan. 2020.

RODRÍGUEZ PORTO, Rosa María. De tradiciones y traiciones: Alfonso X en los libros iluminados para los reyes de Castilla (1284-1369). In: ESTEVE, cesc; LONDOÑO, Marcela; LUNA, Cristina; VIZÁN, Blanca (org). **El texto infinito: tradición y reescritura en la edad media y el renacimiento**. Salamanca: Publicaciones del Semyr, p. 947-962, 2014.

RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús D. **Ciudadanía, soberanía monárquica y caballería**: poética del orden de caballería. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús. Espaço de certidumbre. Palavra legal, narración y literatura en las Siete Partidas (y otros misterios del taller alfonsí). **Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales**, v. 29, p. 423-451, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/36vn8ge>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: an introduction**. London and New York: Routledge, 2013.

SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo. *In*: Gladis Massini-Cagliari; Márcio Ricardo Coelho Muniz; Paulo Roberto Sodré. (Org.). **Série Estudos Medievais 2: Fontes**. 1ed. Araraquara: Anpoll, 2009, v. 2, p. 151-167.

SODRÉ, Paulo Roberto. O jogar de palavras nas rubricas explicativas das cantigas de escárnio e maldizer. *In*: Gladis Massini-Cagliari; Márcio Ricardo Coelho Muniz; Paulo Roberto Sodré. (Org.). **Fontes e edições**. Araraquara: Anpoll, 2012, v. 3, p. 140-159.

SPIEGEL, Gabrielle. Structures of Time in Medieval Historiography. **The Medieval History Journal**, v. 19, n. 1, p. 21-33, 2016. DOI 10.1177/0971945816638616. Disponível em: <https://bit.ly/37Byv7y>. Acesso em: 21 out. 2019.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano Moraes. Niterói: Editora da UFF, 2008.

TURNER, Victor. **From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play**. London: The John Hopkings press, 1992.

VANCE, Eugene. Roland and the Poetics of Memory. *In*: HARARI, Josué V (org). **Textual strategies: perspectives in post-structuralist criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1981. p. 374-403.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Rodrigo Bragio Bonaldo

rodrigobonaldo@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Professor de Teoria da História  
Florianópolis  
Santa Catarina  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Rodrigo Bragio Bonaldo  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de História  
Trindade  
88040900  
Florianópolis, SC - Brasil

## AGRADECIMENTOS

Partes diferentes e posteriormente aprimoradas desta pesquisa foram discutidas em algumas oportunidades, cujos convites de participação muito me honraram. Além do evento "Autoria e autoridade na historiografia: modelos antigos, dilemas modernos", organizado por Juliana Bastos Marques e Federico Santangelo e ocorrido na USP em julho de 2019, minhas participações na Anpuh-SC e nos seminários do Programa de Pós-Graduação em História Global da UFSC foram muito instrutivas. A todas e todos que colaboraram, meus agradecimentos. Deixo menções especiais a Ana Carolina Schweitzer, Fábio Augusto Morales, Juliana Bastos Marques, Aline Dias da Silveira, Renato de Araújo Monteiro, Otávio Luiz Vieira Pinto, Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Roger Chartier e Temístocles Cezar.

## FINANCIAMENTO

Nenhum Financiamento foi declarado.

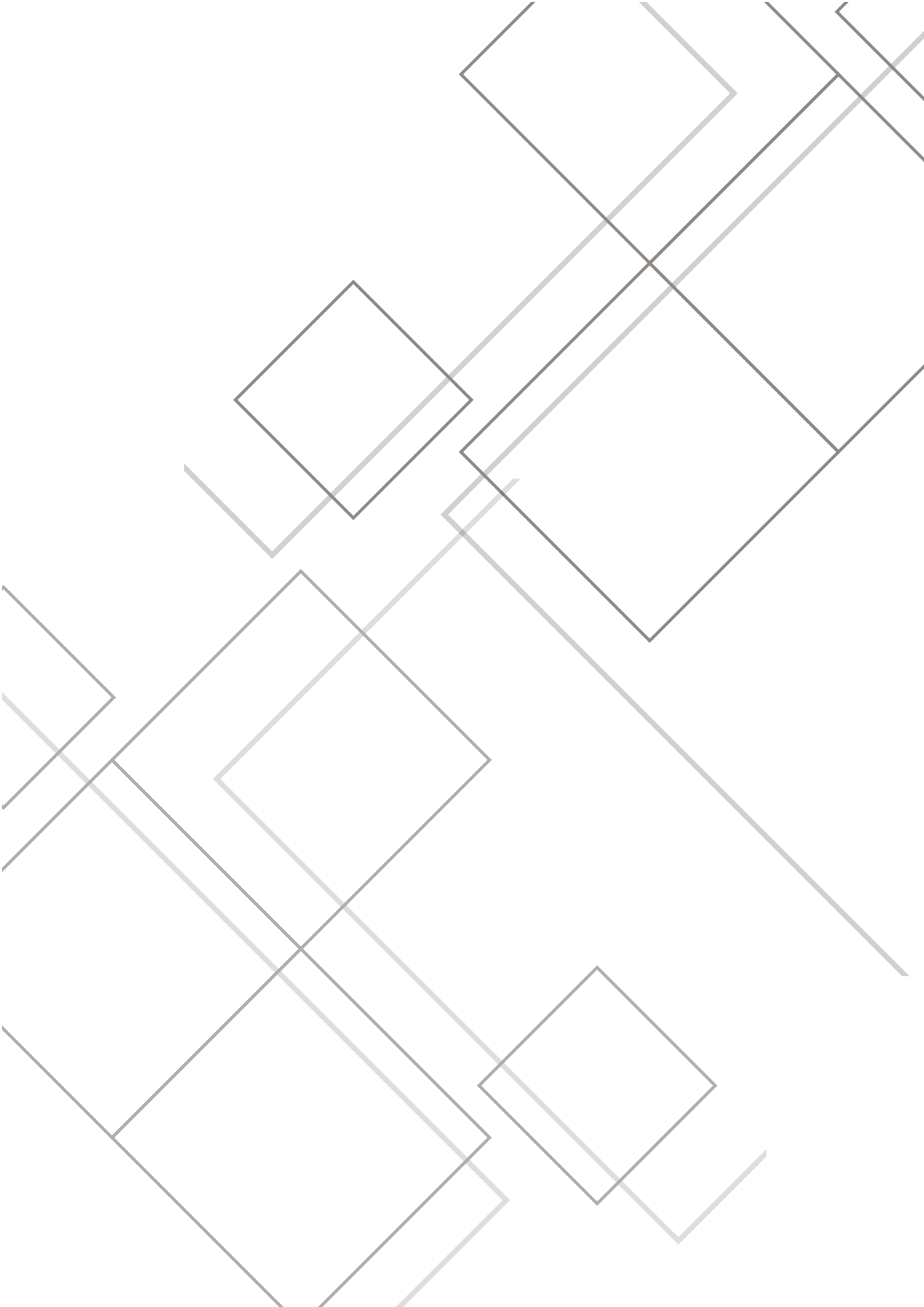
## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
SemDerivações 4.0  
International.



RECEBIDO EM: 27/OUT./2019 | APROVADO EM: 10/MAR./2020






# Long Middle Ages or appropriations of the medieval? A reflection on how to decolonize the Middle Ages through the theory of Medievalism

Longa Idade Média ou apropriações do medievo? Uma  
reflexão para se descolonizar a idade média através do  
medievalismo

**Maria Eugenia Bertarelli** <sup>a</sup>

E-mail: [mariaeugeniabertarelli@gmail.com](mailto:mariaeugeniabertarelli@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-4884-956X> 

**Clínio de Oliveira Amaral** <sup>b</sup>

E-mail: [cliniodeamaral@yahoo.com.br](mailto:cliniodeamaral@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-3495-9848> 

<sup>a</sup> Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil

## ABSTRACT

We present an overview of the studies on the Middle Ages that exceeds the traditional chronological milestones of the period. Initially, we present the historiography on the Long Middle Ages, a construct that postulates the idea of a medieval world found in the present and thus, beyond the 15th century and the European continent. In contrast, we seek to present the theory of Medievalism which emphasizes the relationship between the contemporary world and the discursive appropriations of the medieval period. This theory is not quite familiar in the Brazilian academic context, but it offers great possibilities to approach the Middle Ages from a more autonomous perspective, rather than the European historiography, on which, historically, medieval studies have been grounded.

## KEYWORDS

Medievalism; Long Middle Ages; Historiography

## RESUMO

Apresentamos uma reflexão acerca dos estudos sobre a Idade Média que se estende para além dos marcos cronológicos tradicionais do período. Nesse sentido, analisamos, inicialmente, a historiografia sobre a longa Idade Média na perspectiva de um mundo medieval que se perpetua e se expande para além do século XV e do continente europeu. Em contraponto a essa perspectiva, buscamos expor a teoria do medievalismo, enfatizando a relação entre o mundo contemporâneo e as apropriações discursivas sobre o período medieval. Tal teoria, ainda pouco debatida no meio acadêmico brasileiro, oferece possibilidades para uma abordagem das apropriações sobre a Idade Média em uma perspectiva de maior autonomia em relação à historiografia europeia, a qual historicamente os estudos sobre o medievo estiveram vinculados.

## PALAVRAS-CHAVE

Medievalismo; Longa idade média; Historiografia

## Introduction

We have noticed that a white, patriarchal and Christian past, whose political and religious boundaries are non-existent, has been particularly acclaimed currently in Brazil, leading us to believe that the European concept of Middle Ages seems to be in vogue. Such appropriation of the Middle Ages in Brazil can be understood as the unfolding of a worldwide phenomenon related to certain political groups, with special repercussions in the United States and Western Europe.

Discussing the topic on the website Pacific Standard (2019), Paulo Pachá claims that there is a close connection between the new right-wing interests in Brazil and their appreciation for the Middle Ages (PACHÁ 2019). He discusses the term *Deus Vult*, a Latin expression used as a battle cry associated with the First Crusades. The expression means *God wills it* and has reappeared in Brazil in the 21st century linked to national right-wing movements. The author analyzes the interest to disseminate the Middle Ages associated with a hegemonic and Judeo-Christian culture, mostly white and patriarchal, emphasizing a historical continuity between Brazil and Western Europe.

This phenomenon Pachá identified helps us understand that reclaiming the Middle Ages is, in fact, a way to give meaning to a certain interpretation of the current context. Interpretations and reinterpretations of the Middle Ages have been recurrent over the years of western history. The very creation of the term in the 14th century arises from an effort to reinterpret a recent past, identifying it as a period of intellectual depression so as to value a modernity that would be *revived* after centuries of darkness.

This means that the humanists were the first to create a middle period to which they attributed negative features when contrasting it to the moment of splendor of literature and arts they sought to praise. The Middle Ages emerged, thus,

as a concept marked by the decline of the ancient world, the literature, as well as the Latin culture.

The Italian humanist scholar Francesco Petrarca, commonly Anglicized as Petrarch, was one of the first to refer to the concept of the “Dark Ages” while also contributing to its development. Theodore Mommsen states that Petrarch may be considered a pioneer when it comes to the development of the idea of history being divided into three moments (MOMMSEN 1942, p. 241). Indeed, Mommsen explains how Petrarch praises Classical Antiquity and contrasts it with a *middle period*. This interval – that he calls depression – starts after the fall of the Western Roman Empire and ends with the beginning of a *modern* age. Petrarch describes the Middle Ages from a rather pessimistic perspective, characterizing it as a time of decline and decay. Still, in his book *Africa*, Mommsen states that Petrarch hopes for better times: as the *darkness* would fade away, Petrarch’s descendants would return to the “pristine pure radiance.”

An identity had been created to this new movement Petrarch believed he belonged to, opposed to the Dark Age that followed the fall of the Roman Empire. One of the first interpretations of the Middle Ages of western history appears precisely as a middle period between a glorified Antiquity and an intellectual revival, that began to disconnect from the darkness. Although envisioned by Petrarch, he did not define such revival. The Middle Ages arise to affirm a humanist renaissance in the 14th century.

The notion of decline has remained in the debates on the formation of the Middle Age throughout history. In the Enlightenment period, the double conceptual fracture analyzed by Alain Guerreau (GUERREAU, 1980) transforms the medieval world into a completely different one where the notions that characterize it, *ecclesia* and *dominium*, are no longer meaningful due to the Enlightenment concepts of economy and religion. The Middle Age was seen as a period of decadence that started with the arrival of peoples called barbarians that put an end to the greatness of Rome.

In the transition from the 18th to the 19th century, Edward Gibbon's studies spread into the European intellectual sphere. The English historian summarizes the perspective of decadence that characterized the medieval period since its starting point, identifying the imperial decline as a result of the triumph of barbarism. In *History of the decline and fall of the Roman Empire* (1776), Gibbon argues that the splendor of the Roman civilization was interrupted by both the rise of Christianity and the German invasions of Danube-Rhine borders. Therefore, Gibbon becomes a central figure in consolidating the historiographic *topos* of decadence.

In 19th century historiography, the Middle Ages was in the spotlight as historians sought in the medieval past the origins of European national identities. The ideas of decadence were softened, mostly in regions of German culture that sought to recover their heritage brought by Germanic peoples. In these areas, Romanticism contributed to recover themes and characters of the medieval past through a less negative perspective.

Hilário Franco Júnior (FRANCO JÚNIOR 2001) discusses the readings and appropriations of the Middle Age throughout history in the introduction of his book: *A Idade Média: nascimento do Ocidente* (2001). In the chapter entitled "O (pré) conceito da Idade Média", he analyzes the distinct receptions of this period, showing how an era of decline and decay during the Renaissance and the Enlightenment was glorified during Romanticism in the 19th century. In a context in which the national identity in Europe is being discussed, the Middle Ages emerged as the cradle of nationalities: the truth and logical thinking of the Age of Enlightenment gave way to the appreciation of the senses, the instinct, and the dreams. Franco Júnior identifies works of the Romantic Era inspired by or based on medieval themes, such as Goethe's *Doctor Faustus* (1808 and 1832), *The Hunchback Of Notre-Dame* (1831) by Victor Hugo, Walter Scott's historical novels (1771-1832), and Wagner's works, *Tristan and Isolde* (1859) as well as *Parsifal* (1882).

We can observe that the interpretations and reinterpretations of the Middle Ages began as the historical period itself ended, although its concept was still being constructed. Since then, different historical contexts have sought to create and recreate the Middle Ages based on their contemporary interests.

If we consider the discursive appropriations of this period, one may conclude that there have been several Middle Ages or even that the Middle Age is a discursive construction, thus it does not exist (AMALVI 2002 p. 537). Nevertheless, we keep talking or writing about it, actually, about its projection that most suits the present. Having said that, the question of which conception of Middle Age we have to consider remains; whether it is the one from the past, that of the present, the one that connects us to the “cradle of Western civilization” – term used by European historiography –, or the one that sees it as a way to understand the here-and-now, as Francis Gentry and Ulrich Müller propose (GENTRY, MÜLLER 1991).

In this paper, we intend to problematize these two approaches to the Middle Age and concurrently defend its decolonization, *i.e.*, we will present the theory of Medievalism as a way to analyze these constant appropriations of the Middle Ages, by questioning the French theory that supports the existence of a long Middle Age. We use Medievalism, a North-American theory that emerged in the 1970's, as an alternative to the French theory. Our objective is to emphasize the relationship between contemporaneity and discursive appropriations of the Middle Age in post-medieval periods.

As Brazilian scholars are not quite familiar with this theory, it is important to comprehend its definition as well as its historiographic trajectory in North American, European and Brazilian studies, although incipient. To do so, this paper will be divided into two parts. First, we will present the French notion of long Middle Ages. Then, we will introduce the Medievalism theory and its repercussions on the decolonization of the Middle Ages, which is also an effort to promote the decolonization of traditionally colonized historiographies, as the Brazilian.

## The Long Middle Ages and European centrality

Prior to our discussion on the Medievalism theory and the historiographic debates regarding this field of study, first we must differentiate it from the approaches of the French school inaugurated by Jacques Le Goff<sup>1</sup> (LE GOFF 2006). Even though some researches on Medievalism and Le Goff's theory on the long Middle Ages mingle in certain academic texts, it is essential to state that they are different traditions and approaches of distinct historiographical perspectives.

The Medievalism theory is not well-known in the Brazilian academia and it was mentioned in Porto Júnior's paper *As expressões do medievalismo no século XXI* (PORTO JÚNIOR 2018), one of the first to present the discussion in the country. This study, published by *Anais do XVIII Encontro da Anpuh-Rio*, contains a historiographical review of the theories on Medievalism (and Neomedievalism), examining the research developed in these fields. The author analyzes the "academic endeavor in this area", with a particular interest in the 1970's onwards, presenting the North American tradition initiated with Leslie J. Workman along the tradition inaugurated by the medievalist Jacques Le Goff in France. "In the late 1970's, the idea of a contemporary conception of the Middle Ages was also approached by the internationally renowned medievalist Jacques Le Goff (1924 – 2014) ..." (PORTO JÚNIOR 2018, p. 3). By exploring the "contemporary" Middle Ages, the author seeks to understand medievalism, neomedievalism, "medievalness"<sup>2</sup> and the studies on *reminiscences* of the medieval period.

Porto Júnior mentions several theories indistinctly, placing them under the umbrella term studies on a *contemporary* notion of the Middle Ages. This inaccuracy places together different theoretical foundations with different historiographic pathways. In fact, when we analyze the repercussions of the medieval culture in post-medieval times, we tend to find certain terms that refer to it, as *memoirs, recreations, reconstructions, representations, reappropriations, reinterpretations,*

<sup>1</sup> Le Goff developed his theory about the long Middle Ages based on discussions about temporalities, first introduced in the book *Pour un autre Moyen Age* published in 1977. Between 1980 and 2004, he published a series of papers in the academic journal *L'Histoire*, which were later published in the book *Un long Moyen Âge* in 2006.

<sup>2</sup> MACEDO and MONGELLI distinguish *Reminiscências medievais* (medieval reminiscences) from *Medievalidade* (medievalness) (PORTO JÚNIOR, 2018, p. 06).

*recollections, reminiscences, remains* or even *endurance*. It has become common to use such terms to refer to the Middle Ages once the period was over; but it is vital to distinguish them to understand the theories on Medievalism. *Recreate, reconstruct* or *represent* the Middle Ages refer to approaches different from those that investigate the remains, reminiscences or survival of the medieval world in modern or contemporary times. It is not just a subtle difference between terms that are most appropriate to describe the repercussions of the medieval culture – if such “medieval culture” even exists, as we will discuss later. We must differentiate between two fields of research that approach the Middle Ages beyond its chronological limits. Those who seek to understand the remains, reminiscences or endurance of the Middle Ages should be attached to the tradition of French medieval historiography inaugurated by Jacques Le Goff.

Next, we will analyze this tradition in order to understand how precisely this field of concerns arose, helping us to clarify one of the greatest difficulties in understanding the theories on medievalism: the misunderstandings about the medieval reminiscences.

## Jacques Le Goff’s long Middle Ages and his heirs

This concept was first introduced by Jacques Le Goff in the preface of his book *Pour un autre Moyen Âge* (1977), according to which the Middle Ages would have started in the 2nd or 3rd century and ended in the 18th century, with the strikes of the Industrial Revolution. For the first time a medievalist defined another conception of the Middle Ages, not aligned with the traditional chronological frameworks: between the Fall of the Roman Empire in 476, and the Fall of Constantinople in 1453, or even with the Reconquista of Granada in 1492 or the arrival of Europeans in America. The long Middle Ages had not just begun a little before the 5th century, but it also ended after the 14th and 15th centuries, according to this new periodization.

In *A la recherche du Moyen Âge*, a book of interviews conducted by Jean Maurice de Montremy published in France in 2003, we find a chapter entitled *The Long Middle Ages*, in which Le Goff discusses the main features and unfolding of this concept that he analyzed throughout his career. He begins by explaining his discomfort with the traditional chronology he found at the beginning of his studies in the 1950's: "As a historian, I inherit a periodization modeled by the past – but I must also ask myself about these artificial time cuts, which are sometimes harmful to the understanding of phenomena" (LE GOFF 2003, p. 39-40, translation). He believes that history is a "continuum": only when a series of changes affect economy, customs, politics or sciences, forming a new system, then it would be possible to talk about a change of period. A single event, date or reference is insufficient to rupture historical periodization.

Based on these principles, Le Goff disagrees that the Renaissance should mark a rupture with the Middle Ages, attributing to Jakob Burckhardt the responsibility of having imposed a notion of rupture with the Middle Ages through his classic study *The Civilization of the Renaissance in Italy* (1860) – a notion of rupture he believes to be artificial. Burckhardt believes that, during the Renaissance, a *spirit* that values the arts and antiquity emerges, creating a unique context in the European culture, capable of differentiating it from the previous period; Le Goff, heir to the works of Erwin Panofsky, notes that we should not speak of a single rebirth, but of *rebirths*, since the very logic of renaissance is inseparable from medieval history. In the text *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos novos?* (LE GOFF 2007, p. 220), the author states that the renaissance of the 14th and 15th centuries was another rebirth among others that occurred throughout the Middle Ages, such as the Carolingian Renaissance and the Renaissance of the 12th century – it was a singular period in western history, but it did not mark a rupture with the Middle Ages.



Le Goff believes that only with the innovations of the 18th century, e.g., Adam Smith's theories, the development of the stationary steam engine, the concept of progress, the industrialization of Europe, and the theories of Rationalism and Scientism in the *Encyclopédie*, it is possible to consider the end of the Middle Ages.

In short, (...) changes do not result from coups in all sectors and all places simultaneously. Hence my idea of long Middle Ages as, in certain aspects of our civilization, it still prevails and at times it appears after official dates. The same can be said of the economy, as we cannot refer to the market before the 18th century. The rural economy could only make hunger disappear in the 19th century. The vocabulary of politics and economics only changes definitively – a sign of change in institutions, means of production and mentalities corresponding to these changes – with the French and the Industrial Revolutions. It is also a time to build a new science that is no longer medieval (Galileo, Harvey, Newton, etc...). (LE GOFF 2008, p. 66-67, translation).

Among the prominent heirs to the French tradition inaugurated by Jacques Le Goff is the French medievalist Alain Guerreau, who analyzed the elements that ended the medieval world based on the idea of the long Middle Ages. Guerreau claims that, during the 18th and 19th centuries, there was a *double rupture*. On one hand, an aspect to be considered is that, from the ideas of the Enlightenment writers, a new structure defined as *religion* arises and "is simultaneously an element that represents a form of social practice and a specific set of activities and institutions whose articulation did not have any precedents" (GUERREAU 2002, p. 438, translation). The very term *religion* would not make sense if applied to the medieval context. Thus, with the emergence of the idea of religion, the medieval structure of *ecclesia* was broken – a term that in itself meant field of the sacred, the church, as an institution, and the group of men who took part in it.

On the other hand, Guerreau observes that Adam Smith laid the foundations of the classical free market economic theory during the Enlightenment period. The notion of a labor force without attachment or protection was created as the idea of transferable land that could be exploited emerged. Guerreau recalls Adam Smith's ideas on economic prosperity, according to which land and work contracts could be traded – the obstacles were considered medieval practices that had to be overcome. These theories valued liberalism and assumed “the market as a dominant institution in the sense that ‘market mechanisms’ are taken as the basis of social organization” (GUERREAU 2002, p. 440, translation). According to Guerreau, the structure of the medieval *dominium* – by which peasants were bound to the land, to serfdom, and to loyalty to their masters – was broken.

The double fracture of the 19th century put an end to *ecclesia* and *dominium*. Religion and economy gained force and made the idea of Middle Ages almost unrealistic in terms other than anarchy (and similar conceptions) and/or a slow-conflicting gestation of contemporary Europe: incoherence and/or teleology (GUERREAU 2002, p. 441, translation).

For Guerreau, the medieval world has lost its meaning since the 19th century; but until then, one could understand Western European society from the medieval structures of *ecclesia* and *dominium*. In fact, he believes the colonies in America were organized based on these structures.

Another important disciple of the French tradition was Jérôme Baschet, about whom Le Goff wrote:

Evidently I am glad to see that Jérôme Baschet justifies, better than I could, the conception of long Middle Ages that surpasses or rather erases the false rupture of the 16th century, of a rebirth that would be its negation and that would recall it as the darkness of obscurantism (LE GOFF *apud* BASCHET 2006, p. 17, translation).

Taking into account his experience in Mexican lands, Jérôme Baschet studied the conquest and colonization of the new world from the perspective of the long Middle Ages. According to Baschet, the Expansion of Europe beyond the bounds of the continent must be understood from the logic of the dynamism of the feudal system, which was far from declining in the 14th century, but rather expanding its borders towards new worlds.

Baschet considers the year 1492 as a reference to discuss the links between the end of the Reconquista in the Iberian Peninsula and the beginning of the marine adventure that leads to the Conquest: "...Reconquest and Conquest are part of a unity and participate in the process of unification and expansion of Christianity" (BASCHET 2006, p. 27, translation). The year 1492 was not seen as a division between two strange eras, but a point when "two historical moments with a profound unity coincided" (BASCHET 2006, p. 27, translation). The first colonists explored American lands hoping to materialize medieval geography, e.g., when Christopher Columbus sought the earthly paradise in the upstream of the Orinoco river.

As a result, Baschet observes how the medieval world was established on the other side of the Atlantic during the maritime expeditions. He acknowledges the weight of a colonial domination that arises from Western dynamics "leading to the transfer and reproduction of European institutions and mentalities – not ignoring an original reality, but still a reproduction – in the colonies of the New World" (BASCHET 2006, p. 32, translation).

Le Goff, in the preface to the book *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América* (*The feudal civilization: from the year one thousand to the colonization of America*)<sup>3</sup>, defines Baschet's perspective:

Jérôme Baschet estimates that despite whatever differences may exist between medieval Europe and 16th-century colonial America, the essence of medieval feudalism is once again found

*3 This book has not been translated into English. It was published in French in 2004 and translated into Portuguese in 2006.*

in America: the dominant and structuring role of the Church; a shift in balance regarding the tension between monarchy and aristocracy, without rupturing with the feudal logic; the increasingly important activities of businessmen – committed to Atlantic trade or the exploitation of mineral and agricultural resources of the colonial world – remain within the traditional corporate and monopolistic frameworks, and these men continue to guide their income towards the acquisition of lands and noble status. However, Baschet accepted the expression “late and dependent feudalism”, since it is a world whose logic is completely different from ours. (LE GOFF *apud* BASCHET, 2006, p. 18, translation).

We must highlight that Baschet was deeply influenced by the studies of Luis Weckmann, a Mexican intellectual who wrote two important books based on the idea of a continuum between feudal Europe and colonial America: *The medieval heritage of Mexico*, published in 1984, and *La herencia medieval del Brasil*, published in 1993. Weckmann aims to prove that feudalism was transplanted to America, particularly regarding Mexico and Brazil, and analyzed how this process permeates colonial culture at all levels. Weckmann brings an original approach to the historiography on the colonial period, which revolved around the transition from the feudal to the capitalist mode of production. In Brazil, the discussion leaned towards an analysis of the characteristics of the mode of production based on slavery – oriented, mostly, by the studies of Jacob Gorender (GORENDER, 1980). Historians besides analyzed the political and legal feudal and lordship institutions, which characterized the colonization in Portuguese America

Weckmann takes part in these debates by analyzing cultural and ideological heritages, observing medieval sciences, geography and mystical and religious experiences. The former debates grounded on economic, political and legal bases shift to a new field: that of the history of ideas. He sees the Atlantic as a “blurred mirror” that shows the Old Continent reflected in the New World – not faithfully, though.

No hubo en la península ibérica el otoño de la Edad Media que con tanta maestría ha sabido Huizinga describir en relación con la Europa central; por ello, los españoles principalmente, pero también los portugueses, pudieron transmitir al Nuevo Mundo instituciones y valores arquetípicos de la Edad Media todavía en plena vigencia (WECKMANN 1993, p. 18).

He argues that the colonial period, both in the Spanish and in the Portuguese Americas, was oriented by maintaining feudal institutions and privileges – many of them already obsolete in the Old World, but here still surviving – and a living medieval culture. However, he believes that the medieval world was not faithfully reproduced: “El océano que dio su nombre a la Civilización Atlántica no fue nunca, en el proceso histórico, un simple espejo que reflejara el Mediterráneo...” (WECKMANN 1993, p. 19). He also affirms that religious life during the early colonial centuries was a “faithful copy” of the medieval structure. For the Mexican historian, the first settlers saw the New World through medieval lenses and carried with them medieval conceptions and legends.

As for the Brazilian long Middle Ages, we can refer to Hilário Franco Júnior’s paper entitled *Raízes medievais do Brasil* (*Brazil’s medieval roots*), published in 2008 by *Revista de História da USP* (a Brazilian journal of History). Here, the historian presents medieval heritages spotted in the foundations of Brazil, not only throughout the colonial period but also currently. The reference to a famous book written by Sérgio Buarque de Holanda does not seem to be accidental. Franco Júnior is able to pinpoint *medieval roots* found in Brazil, such as the personal aspect that dominates social relations in the country, the fragility of institutions, and the difficulty to abide by non-personal regulations. The personalist aspect that permeates social relations led to a sociability Sérgio Buarque defined as a characteristic of the *cordial man* (o homem cordial).

Franco Júnior also notices how the sugar production structures of the colonial period were similar to the organizational frameworks of feudal society: they were

almost entirely self-sufficient, there were people on the land working on crops and raising animals, there were chapels etc. He provides further examples of *medieval roots* in Brazil and believes that what we know as *Coronelismo* is “nothing but a national version of clientelism and patronage found in medieval Europe” (FRANCO JÚNIOR 2008, p. 87, translation). The historian points out some Brazilian cultural aspects whose origins can be traced back to medieval societies. The first is the language, which had more linguistic marks of the medieval period than of Portugal of the 15th to the 18th centuries. He also analyzes music, carnival traditions, and even religion. The worship of saints and the belief in the millennial messiah, as found in American territory, are deeply rooted in the culture of medieval Europe. He emphasizes how “the frustration in transplanting institutions, ideas, and habits to another physical reality led to the pervasive feeling that Sérgio Buarque described as that of ‘being a foreigner in our own land’” (FRANCO JÚNIOR 2008, p. 103, translation).

Studies carried out based on the notion of long Middle Ages accentuate a perception that societies in America are inevitably heirs to the European continent. In fact, by analyzing the presence and reminiscences of the feudal society, taking into account the notion of long Middle Ages, a core issue is the European reality and how it has endured over time.

The Middle Ages appears here as a reference, emphasizing the dependent aspect on the European experience, since the medieval society served as a model to be transplanted to the colonies. From this historiographical view, the reference to the Middle Ages leads us to a colonialist interpretation of the history of territories in the New World centered on a Eurocentric perspective. Considering that the reference to understand the New World’s history lies in the Middle Ages and this connection is still noticeable in the present and future, by medieval reminiscences, a teleology of western history is created, whose core is the European historiography.

Now, if Europe is the core, it is tempting to link America's discovery to the Middle Ages. However, this particular interpretation of the conquest disregards the historical rupture caused by the conquest itself, as well as the underlying process of colonization.

Sans doute que, si l'on regarde depuis le côté européen, il existe toujours la possibilité de projeter son histoire, son système de valeurs etc. pour établir l'idée d'un processus dans lequel, par exemple, la conquête aurait eu un passé, c'est-à-dire, une histoire liée à la guerre contre les Maures. Ainsi, les combats qui ont eu lieu en Amérique étaient, eux aussi, dirigés contre les infidèles, de la « même » façon que ceux de la reconquête.

En outre, du point de vue européen, les Maures, les Indiens, les juifs étaient classés, *grosso modo*, comme des « infidèles ». De cette façon, la conquête, comme la reconquête, fait partie de la même guerre « sainte », qui, à travers tout le Moyen Âge, s'est manifestée par une série de guerres contre les « infidèles ». Si on adopte la perspective européenne, la conquête ne représente qu'une continuation dans un nouveau monde et, ainsi, il n'est pas possible de mesurer la rupture qu'elle a provoquée pour les Indiens.

Néanmoins, les habitants de la Mésoamérique avaient-ils la même possibilité de chercher dans leur passé cette situation pour la comprendre comme une sorte de déjà-vu ? Non. Si on change la place de l'observateur pour prendre le point de vue des Indiens, on est obligé d'admettre une totale rupture avec leur histoire. Une telle expérience doit être associée au sentiment, vécu par les Indiens pendant les premiers contacts entre les Européens et les habitants de la Mésoamérique, d'une totale étrangeté.

Ainsi, l'écriture de l'histoire de la conquête peut, en même temps, montrer une « continuité », pour les espagnols, ou une totale rupture, pour les Indiens, avec le passé. Pour cette raison, au lieu d'affirmer que le Moyen Âge « a continué en Amérique », il serait préférable de voir comment les Indiens ont dû apprendre plusieurs éléments de la pensée médiévale et, ensuite, comment ils ont fait pour les maîtriser. Par ailleurs, on croit que les auteurs soutenant l'idée d'un long Moyen Âge aux Amériques n'ont pas bien compris les détails et les nuances liées soit à la reconquête, soit à la conquête. L'une et l'autre font partie d'un contexte précis (évidemment, il y a plusieurs intersections entre elles), c'est-à-dire que le passé de la conquête est né dans le contexte politique

qui a opposé les royaumes de Castille et de Portugal, surtout depuis la fin du XIV<sup>e</sup> siècle jusqu'à 1411. (AMARAL, ALMEIDA, BERRIEL 2014, p. 10-11).

Thus, questioning the conception of long Middle Ages is an effort to see the medieval appropriations as something original, part of an autonomous historical process, not necessarily associated with the European historiographic paradigms. Here is Baschet's reply to the authors' critiques:

Il y a sans doute une part de malentendu (ou d'incompréhension) dans notre débat. Mon propos se situe à un fort niveau de généralisation, mes interlocuteurs me répondent sur le plan des spécificités (ibériques et surtout portugaises). Nous ne nous plaçons pas à la même échelle de modélisation. Non que l'une soit plus pertinente que l'autre. Elles sont toutes deux nécessaires. Pour ma part, j'admets volontiers le caractère préliminaire de mon travail et le fait qu'un modèle aussi général doive être affiné pour tenir compte d'une multiplicité de situations particulières. En revanche, je me demande si mes interlocuteurs ne tendent pas à récuser le registre de la généralité ou s'ils ne s'emploient pas à rejeter un modèle général au motif qu'il n'aurait pas pris en compte certaines particularités (ce qui me semblerait relever d'une confusion des échelles). La question est bien plutôt de savoir si ces particularités peuvent s'articuler au modèle général, quitte éventuellement à le modifier, sans pour autant le faire implorer. Rappelons au passage ce que Braudel disait des modèles historiques : ils sont strictement indispensables ; mais leur plus grande utilité survient au moment où ils font naufrage...

L'enjeu serait de parvenir à travailler conjointement aux différentes échelles, pour articuler les spécificités des organisations sociales locales ou nationales aux traits les plus généraux d'un système global (BASCHET, 2014).

Baschet insists on the issue of scale, citing Braudel's work, according to whom America should be seen from a global scale articulated with Europe, stating that he established a model that takes Western Europe as reference. From his reply, we can observe how he sees history – associated with great



models, according to the *Annales* –, and by doing so upholds a scientific stance, which allows him to state in an “unbiased” way that the Middle Ages came to America and thus did not consider the authors’ idea to distance the observer from the viewpoint, by embracing the indigenous’ and black people’s standpoints. Other elements found in his text have also been questioned by the theory of Medievalism, such as the excessive appeal to scientific authority as well as the focus on European frameworks.

Although the authors of *Le Moyen âge est-il arrivé aux Amériques ?* (AMARAL, ALMEIDA, BERRIEL 2014) do deserve credit for shifting the perspectives of observation, they were unable to carry the discussion on the Middle Ages to present time, which is one of the core issues we address here.

We propose that the Medieval period be seen *hic et nunc*. To avoid the *present-centrism* – stressed by Baschet as a trend used to understand the Middle Ages by dealing with categories and representations of the present –, our objective is to reflect on the many appropriations of the Middle Ages in the present by the movie industry, religion, videogames, seeking a “living Middle Age”– one that lives in the present and is projected into the future, constantly resignified in light of contemporary issues. As such, the relationship between past, present and future is a way to address the Middle Ages in the Americas, considering that this period was and still is being recreated here and now.

## The trenches opened by the theory of Medievalism

The Medievalism theory has its origins in debates in the United States and it proposes a new perception of the Middle Ages in the present. According to Leslie Workman (WORKMAN 1998 p. 487-488), one of the founders of Medievalism in the US, it is a field of study that focuses on the reception of medieval representations. Therefore, it is not

a question of analyzing the reminiscences of this period; it is rather a continuous process to recreate, recall or re-appropriate the medieval past in relation to the present.

Although the Brazilian medieval historiography has little dialogue with the North American, it is important to mention that this epistemological renovation took place in the Anglophone world. Currently, Medievalism is an independent and autonomous field of historical knowledge, especially among English and North American historians. With the development of this field, we can cite a number of journals and research groups that have published papers, e.g.: *The year's work in medievalism*; *The New Medievalism*; *The Past and Future of Medieval Studies*; *Medievalism and Modernist Temper*; *Medievalism in the Modern World*; *Studies in Medievalism*; and *International Society for the study of Medievalism*. In addition to traditional investigation centers and academic journals, there is a blog, coordinated by Richard Utz, one of the most respected contemporary scholars in this area<sup>4</sup>.

The term *Medievalism*, in English, first appeared in 1844 in the *Oxford English Dictionary* (EMERY, UTZ 2017, p. 2). In the 19th century, the term was associated with the Middle Ages and was perceived as part of national history. It reappeared markedly only in the last third of the 20th century, with Alice Chandler's book *A Dream of Order* (CHANDLER 1970). Before that, medievalism had not been part of the academic repertoire. In addition to being in alignment with several of Workman's ideas, Chandler's papers contained a few definitions which became part of the research field that had just begun.

Elizabeth Emery and Richard Utz (EMERY, UTZ 2017, p. 1) believe that a lot is owed to Leslie Workman and Kathleen Verduin, after all they worked from the late 1970's to the 1990's to promote, within academia, the interest in Medievalism, often seen with distrust by many American and European scholars of the time. In 1979, the first publication of the journal *Studies in Medievalism* came out, under Workman's supervision – a journal that is a reference in the field and that continues to be

4 Cf: <http://studiesinmedievalism.blogspot.com/>, access on October 02, 2019.

published. Workman remained as editor until 1999 when Tom Shippey from St. Louis University took charge, succeeded by Karl Fugelso from Towson University.

In 1981, Workman initiated his partnership with Kathleen Verduin, professor of American literature at the University of Michigan. Out of this partnership, the international conferences through the series *The year's work in medievalism* came up in 1986. This publication was conceived by Workman as a space to promote Medievalism, and it eventually became a tool to circulate articles based on the presentations held in the annual *International Conference on Medievalism*. One of their legacies, after having worked together for decades, is that they were able to establish a connection between the field of Medievalism and the academic sphere. (EMERY, UTZ 2017, p.1).

An interesting aspect of this movement is how Workman saw the relationship with the medieval past, which possibly explains the criticisms that the Medievalism theory received. After all, the historiography of the 20th century – and a significant number of historians in the 21st century – are still guided by the postulates of the “new history” (*Nouvelle Histoire*) grounded on the “science” status. For Workman, Medievalism is more connected to the emotional field, which is intrinsic to it. The intellectual development came only in the first decades of the 21st century, but without the scientific claim of the new history (*Nouvelle Histoire*). As a matter of fact, out of this relationship between subjectivity and the construction of an object several issues came up; they were addressed by Workman and are still being developed by the generation that succeeded him.

At first, Medievalism was related to the perception of the present linked to the everyday life, that is, the focus was (and still is) on the present. This leads to a debate regarding the construction of History as a Social Sciences and the agency of non-specialists, and how the social construction – that is not a monopoly of the academy – defines the limits of reality of our society. Thus, starting with Workman, Medievalism was about the rediscovery of medieval materials by scholars and

laymen and, above all, it was about the way in which these discoveries/reconstructions were (and are) used, recreated, even politically, to create a discourse of self-defining identity (GENTRY, MÜLLER 1991).

According to Workman, Medievalism contributed to the way the Middle Ages was (and continues to be) written, invented, constructed, and interpreted in post-medieval times, including by the social sciences and non-academic individuals. In other words, its contributions are the reflections on the application of medieval frameworks to contemporary needs and the way in which the Middle Ages inspired the various forms of art and thoughts. In the 1990's, Workman wished to delimit the field of Medievalism studies; however, it did not happen as he died in 2001. This project was reshaped in 2017, not in an encyclopedia – as Workman had envisioned it – but as a dictionary, elaborated and organized by Emery and Utz entitled *Medievalism: key critical terms*, in which the terms and concepts that were once questioned by critics received a theoretical foundation to justify their usage. We would like to point out that the authors themselves mentioned that the existence of this book is due to Workman and Verduin's work.

In the 21st century, many issues and even the struggles faced by Workman and Verduin in the past are already "resolved": the tensions between "pastism" and "presentism" views, between memory and subjectivity, deconstruction of authority conceptions, authenticity and the relationship with institutions that disseminate them, historiography itself included. Based on Emery and Utz, we can say that Workman provided the core idea of Medievalism as a theory used currently, *i.e.*, the processes of recreation, reinvention and reenactment of medieval culture in post-medieval periods. Some questions regarding Workman and Verduin's legacy are still left to be answered.

But what is 'medieval culture'? If by medieval culture we mean the cultural productions (art, literature, music, architecture, treaties, memoirs, etc.) produced during the period from the fall of the Roman Empire (476) to the fall of Constantinople (1453),

the historical period roughly considered 'medieval' by historians today, then medieval culture has always been 'received': people of the sixth century discussed earlier events, texts, and works of art just as did people from the fifteenth century. The concept of a uniform period known as the 'Middle Ages' is itself a construct, invented in the fifteenth century by humanists seeking to glorify their own time as superior 'Renaissance' (EMERY, UTZ 2017, p. 2).

One of the contemporary discussions on Medievalism is the focus on how the Middle Ages or the "medieval culture" was (and is) received nowadays, and on the existence of a "medieval culture". We draw attention to the fact that Medievalism also encompasses research on the creation of European national identities, and the relationship with the so-called "scientific" history and medievalism, and the lay uses of the Middle Ages from the 19th century to the present day (ROSA 2017, p. 161).

Among the various constructs that formed/form Medievalism, we highlight the postcolonial studies. Understanding the Middle Ages through the lenses of postcolonial studies helps us reflect on the role of a historiography that claims a scientific and neutral stance, especially based on anthropological studies. Using the postcolonial studies aligned with the constructs on Medievalism helps us identify the ideological character through which medieval history was and continues to be written by European colonists or by the colonized historians themselves – the Middle Ages is a field that was and continues to be colonized.

Here are some questions raised by Dagenais and Greer on the relationship between the Middle Ages and colonialism:

Is it possible to colonize a region of history, as it is to colonize a region of geography? There are many reasons to believe so. The history of "The Middle Ages" begins at the precise moment when European imperial and colonial expansion begins. The Middle Ages is Europe's Dark Continent of History, even as Africa is its Dark Ages of Geography. Colonization of the past is an

indispensable companion of empire. The very moves by which European nation-based empires establish themselves across vast reaches of geography space, constituting themselves by a simultaneous assimilation and othering of this space and the people who inhabit them, involves them at the same time in the invention of a complementary past other to themselves, a past which belongs to, but which can never be granted full citizenship in, the nation of Modernity. A full exploration of the varying ways in which “The Middle Ages” and “medieval” have served the interest of empire over the past six hundred years (and continue to do so today) is beyond the scope of this introduction, or, indeed, of this special issue of the *Journal of Medieval and Early Modern Studies*. I want simply to begin to follow some leads among the early discourses which establish The Middle Ages not as a period in history, but as a vastness of time ripe for colonial exploration (DAGENAIS, GREER 2000, p. 431).

These issues paved the way for scholars such as Nadia Altschul and Kathleen Davis who were able to see the Middle Ages not as a period in time but a conception, an idea, a mobile category that, in light of Medievalism, can be used in any society, in any place (DAVIS 2008, p. 7).

In one of her papers, Nadia R. Altschul discusses the medieval temporality in the Spanish America and in Brazil. She argues that “Medievalism Studies has carefully distinguished itself from places that were “medieval” instead of ‘post-medieval’” (ALTSCHUL 2017, p. 3). She argues that Medievalism refers to the Middle Ages that has come to an end. Therefore, according to Workman’s definition, Medievalism presupposes the idea that not only is the Middle Ages over, but also that it stayed in the past, justifying the interest in reliving or imitating it.

Richard Utz believes there are several motivations to recreate the Middle Ages after its end. He has dedicated his career to studying a construction, Rhodes Hall, built by the Rhodes family in 1904 in a noble area of the city of Atlanta (UTZ 2017). Utz wondered about the reasons to recreate a castle in Atlanta in the early 20th century based on medieval

Germany. His research seeks to understand how a medieval castle evokes royalty, the nobility of kings, queens and their lifestyle. He is interested in understanding how “new Middle Ages” are created throughout history based on the creator’s own image and logic.

In Brazil, we can hardly find research done with this association between postcolonial studies and Medievalism. We can mention two manuscripts written by Altschul. First, *Gilberto Freyre e al-andalus*, which is a chapter of her book *Politics of Temporalization* (2020) dedicated to the studies of Freyre’s medievalism grounded on a miscegenated and culturally hybrid past he identifies in medieval Portugal. Second is *Medievalism and the Contemporaneity of the Medieval in Postcolonial Brazil* (2015), in which she problematizes the endurance of the Medieval in Brazil after its independence. To this end, she used the theory of Medievalism and literary criticism to analyze *Os sertões (Rebellion in the Badlands)*, a work by Euclides da Cunha about the foundation of the Brazilian nation as well as the European nations.

5 First published in 1845.

Regarding the Spanish America, Altschul, in a class at the University of Glasgow (2019), when analyzing the book *Facundo or, civilization and barbarism* (2002)<sup>5</sup> maintained that Domingo Faustino Sarmiento constructed a medieval temporality in 19th-century Argentina. She defends that in *Facundo*, Sarmiento divided Argentina into two temporalities: the 19th-century, contemporary with the author; and the 12th-century represented by the countryside. The time division in *Facundo* is also symbolically represented by two cities; the contemporary is represented by Buenos Aires and the medieval by the city of Córdoba. In general, Altschul argues that, for Sarmiento, the countryside, which was occupied by Amerindians or by the medievalized rural forces, represents a primitive land that according to Sarmineto should be conquered and whose culture should be eradicated. The Middle Ages is presented in this work through the author’s appropriation of the medieval, inspired by his contemporary political references.

In short, by decolonizing the Middle Ages, we wish to decolonize the research carried out in this area. We want to explore reinterpretations and re-appropriations of the Middle Ages in the tropics, although we do not deny that the knowledge-power relationship is intrinsic to “scientific” work. Despite studying the Middle Ages of the present, the core of Medievalism is to approach a period that ended and from that it can be evoked or recreated based on contemporary interests of the context in question, *i.e.*, in the light of our “Brazilianness”. To do so, we must question some postulates of contemporary historiography that are still linked to scientism and its 20th-century constructs, the *Annales* school, the new history (*Nouvelle histoire*) among others.

Throughout this paper, we sought to expose the French theory of the long Middle Ages, its repercussions and effects on the study of the colonial period in the Americas. We observed how a Eurocentric historiography aimed not only at understanding the Middle Ages within western Europe, but also at expanding it beyond Europe, in the American continent.

The Middle Ages that goes beyond its chronological and geographical limits has influenced and, many times, even justified medieval studies in Brazil and all over America. From this perspective, it is noticeable that American societies inevitably figure as heirs to the European continent. The medieval society is taken as the model that was transplanted to the colony – this is a colonized and Eurocentric perception of history, since the reference point to comprehend the history of the New World was the feudal institutions and models.

In the first part of this study, we tried to show how this perception of the conquest in America ended up disregarding the historical rupture caused by the conquest itself, especially if we take into account the perspective of the peoples present in the American continent before the arrival of European colonizers.



In order to present the historiography devoted to “decolonizing” the history of the New World, we also presented the theory of Medievalism as an alternative to approach the Middle Ages in the Americas.

## Don't Be Snobs, Medievalists<sup>6</sup>

According to Richard Utz (2015), medievalists experienced an academic growth between the 19th and the 20th centuries. We agree with him from a statistical and symbolic perspective – in terms of prestige – as the medieval historiography was able to demonstrate that its object and practices were “scientific”. But where do we stand today, almost at the end of the second decade of the 21st century?

On one hand, many medievalists are not engaged in any contemporary debates and still support the idea of a scientific or anthropological stem, whatever gives it the scientific aspect; this is done as a way of trying to maintain or regain the prestige it used to have. On the other hand, as professors, we have observed in our practice that our students' interests lie, for the most part, on the enchanted version the Middle Ages found in *Game Of Thrones*, *Harry Potter*, videogames linked to medieval themes. What we see is a huge gap between the Brazilian academia and our students' reality, especially the ones in their first years of undergraduate course. It has been very hard to sustain our legitimacy, as a field of knowledge, based on our conception of medieval heritage or the long Middle Ages, as pointed out by Utz. “We are no longer protected by our involvement in preserving European heritages, an involvement often joined up with primordialist, jingoist, and colonialist mentalities discredited in the Western world by the 1970s” (UTZ 2015).

Any type of academic narrative that is based on the notion of medieval heritage, ends up revealing a rather obscure side of the Brazilian medieval historiography, which is the condition

*6 This topic is an allusion to Richard Utz's text – Don't Be Snobs, Medievalists! (UTZ 2015). We should explain that, initially, Utz's text concerns the reality of the United States. Nonetheless, we believe that it greatly applies to the Brazilian context. Our criticism about the medieval Brazilian historiography – which even applies to the works of the aforementioned authors – is that it still remains attached to a French tradition grounded on scientific criteria, that we believe to be artificial, as all these criteria implicitly consider a possibility to write the “true history of the Middle Ages”. A recently published book, *A historiografia medieval no Brasil*, showed that a significant number of our national production at graduate level still reproduces the theoretical foundations proposed by the medieval French historiography of the 20th century and thus reproduces the idea that it is possible to reach the “true” Middle Ages as long as the right methods are applied (AMARAL, RANGEL 2019). (CONT.)*

of its colonized roots and its involvement with the reproduction of discredited speeches in Europe and in the USA due to its nationalist character.

As Utz warned us when referring to the North American and the European contexts, it is important to realize that we are living in equal or greater isolation from society. After all, paradoxically, it is undeniable that we were able to create a national historiographic field and produce a lot about the Middle Ages at the end of the 20th century and during the 21st century (AMARAL, RANGEL 2019). Nevertheless, we believe it did not solve or improve the isolation condition between the academic production and society, regarding the Middle Age. Paraphrasing Utz (2015), if this had happened, the new Brazilian right wing would not have appropriated the Middle Ages through the idea of *Deus Vult*, according to which a historical continuum between Europe and Brazil is established (PACHÁ 2019).

Underlying the interest the new right wing has shown in the Middle Ages, Brazil has followed a global trend to attract followers to the enchanted Middle Ages. These followers are non-scholar enthusiasts, who do not necessarily have any political position, as in the case of the new right. They are only enthusiasts because, as hard as it is to admit, we cannot deny that:

Instead of disdaining the broad public interest in medieval culture, we should acknowledge and respect that many whom we brand as “amateurs” or “dilettantes” (terms etymologically indicating “love” and “delight”) invest as much or more time, energy, and money in engaging with the Middle Ages than some of us professors do. Collaborating with these natural allies will strengthen, not endanger, the discipline (UTZ 2015).

The stand of our Brazilian medievalists is not different from our American or European colleagues'; we are usually resistant to non-academic spaces, although our students consume the enchanted Middle Ages in movies, TV series, games etc. The

(CONT.)

*There is little work on the reinterpretations and re-appropriations of the medieval, and the few available reveal medieval reminiscences, in alignment with the notion of a long Middle Age, tending to highlight how these appropriations are far from the “true” Middle Ages.*

academic posture has been the same: these scholars quote the mantra of anachronism as if there were any historians on this planet who did not do it daily, in fact, what is the problem with anachronism? Now, is history a science?! Once again, we embrace paradigms of the 19th and 20th centuries. However, we use the work of the Society for Creative Anachronism to illustrate our lessons, because:

The Society for Creative Anachronism has added more to our knowledge of medieval culture by practicing blacksmithing, re-enacting the *Battle of Hastings*, and performing historical dance than D.W. Robertson's decision, albeit substantiated by learned footnotes, that all medieval art was created and needs to be read according to the principles of patristic exegesis. Similarly, Michel Guyot's megaproject of rebuilding a medieval castle, Guédelon, from scratch over a 30-year period, based on 13th-century building plans and without modern technology, yields infinitely more information than another 50 essays obsessing about the authorship of the anonymous *Nibelungenlied* or *Cantar de Mio Cid*. Moreover, sites like *medievalists.net* and *publicmedievalist.com* communicate valuable information more effectively to academic and non-academic audiences than dozens of academic journals accessible at subscribers-only sources like *JSTOR* or *Project Muse* (UTZ 2015).

We conclude by stating that it would be important to reinforce some possibilities that the theory of medievalism has brought us, as well as point out our contradictions as medievalists. As Utz states, we should stop thinking about the medieval theme through a notion of "otherness" – the Middle Ages as the "other" – that supports the idea that our legitimacy would be based on creating forms, methods and techniques, in order to reach this "other", and at the same time take a neutral and distant stance. Would it not be more interesting to consider all current conceptions about the Middle Ages as nothing more than discursive constructions and former conceptions originated in the Renaissance, and that they are in constant and uninterrupted process of re-elaboration?

Moreover, it would be interesting to accept the conception, already presented in the book *How Soon is Now?* by Carolyn Dinshaw (2012), according to whom we are not observers or “omniscient intruders”, but active collaborators in a continuous process of creation of the Middle Ages, that is, we should reflect on the role of the medievalist in this construct called Middle Ages. And since it is a social elaboration, carried out in every period of history, we cannot see ourselves as the owners of history, with the right of censor/inquisitor, who utilizes some scientism, developed over the 19th and 20th centuries, to say what the Middle Ages is or is not. We are left with Utz’ suggestion: we should stop being snobbish. We should be more like lay enthusiasts and manage to establish an ethical relationship, guided by critical thinking. That way, we might be able to decolonize ourselves and contribute to the great area of humanities.

## REFERENCE

ALTSCHUL, Nadia. Facundo or, civilization and barbarism. On January 21, 2019. **Class notes**.

ALTSCHUL, Nadia. Medievalism and the contemporaneity of the Medieval in Postcolonial Brazil. *In*: FUGELSO, Karl; FERRÈ, Vicente; MONTOYA, Alicia (eds.). *Medievalism on the Margins. Studies in Medievalism*. Cambridge: Boydell & Brewer, v. 24, 2015. p.139-140.

ALTSCHUL, Nadia. **Politics of Temporalization**. Medievalism and Orientalism in Nineteenth-Century South America. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020.

ALTSCHUL, Nadia. Underside of Medievalisms: On Medieval Temporality in Spanish America and Brazil. "Comparative Medievalisms". **The text was provided by the author**, 2017.

AMALVI, Christian. Idade Média. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente medieval**. v. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002. p. 537-551.

AMARAL, Clínio de Oliveira; ALMEIDA, Ana Carolina Lima e BERRIEL, Marcelo Santiago. **Le Moyen âge est-il arrivé aux Amériques ?** Un débat sur le long moyen âge aux Amériques. Éditions Universitaires Européennes: Saarbrücken, 2014.

AMARAL, Clínio de Oliveira; RANGEL, João Guilherme Lisboa (orgs.). **A historiografia medieval no Brasil: de 1990 a 2017**. Curitiba: Apris, 2019.

BASCHET, Jérôme. **Ce monde qui n'était pas encore le nôtre et qui s'est emparé des Amériques.** Paris: Éditions Papiers, 2014. Available at: <http://www.editionspapiers.org/laboratoire/ce-monde-qui-n-est-pas-encore-le-n%C3%B4tre-et-qui-s-est-empar%C3%A9-des-am%C3%A9riques>. Accessed: Oct 4, 2019.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal:** Do ano mil à colonização da América. Translated to Portuguese by Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

CHANDLER, Alice. **A Dream of Order:** The Medieval Ideal in Nineteenth-century English Literature. Lincoln/Nebraska: University of Nebraska Press, 1970.

COHN JR., Samuel. Piété et commande d'œuvres d'art après la Peste Noire. **Annales HSS.** Paris: EHESS, n° 3, p. 551-573, mai/juin. 1996.

COHN JR., Samuel. The place of the dead in Flanders and Tuscany: towards a comparative history of the Black Death. *In:* GORDON, Bruce; MARSHAL, Peter (publ.). **The Place of the dead:** death and remembrance in late medieval and early modern Europe. Cambridge: Cambridge UP, 1999. p. 16-43.

DAGENAIS, John; GREER, Margaret R. **Decolonizing the Middles Ages:** introduction. *Journal of Medieval and Early Modern Studies.* Duke University Press, v. 30, n. 3, 2000. p. 431-448.

DAVIS, Kathleen. **Periodization and Sovereignty:** how ideas of feudalism and secularization govern the politics of time. Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 2008.

DINSHAW, Carolyn. **How Soon is Now?** Durham: Duke University Press, 2012.

EMERY, Elizabeth; UTZ, Richard. Making medievalism: a critical overview. *In*: Ibidem (eds.). **Medievalism key critical terms**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2017. p. 1-10.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista USP**, n. 78, p. 80-104, 2008. Available at: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13680/15498>. Accessed: Oct 1, 2019.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2º ed, São Paulo: Brasiliense, 2001.

GENTRY, Francis G. and MÜLLER, Ulrich. The reception of the Middle Ages in Germany: an overview. **Studies in Medievalism**. III/4. p. 401, 1991. Available at: <http://medievallyspeaking.blogspot.com/2010/04/what-is-medievalism.html>. Accessed: Oct 3, 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

GUERREAU, Alain. **Féodalisme, un horizon théorique**. Paris: Sycomore, 1980.

GUERREAU, Alain. Feudalismo. *In*: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. v. I. Bauru/São Paulo : EDUSC/Imprensa Oficial. 2002. p. 437-455.

LE GOFF, Jacques avec la collaboration de Jean-Maurice Montremy. *À la recherche du moyen âge*. Paris : Editions Louis Audibert, 2003.

LE GOFF, Jacques com a colaboração de Jean-Maurice Montremy. **Em busca da idade média Rio**. de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Pour un autre moyen âge** : temps, travail et culture en Occident. Paris : Gallimard, 1977.

LE GOFF, Jacques. **Un long moyen âge**. Paris: Tallandier, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOMMSEN, Theodore. Petrarch's conception of the Dark Ages. **Speculum**, v. 17, n. 2, p. 226- 242, 1942.

PACHÁ, Paulo. Why the brazilian far right loves the european middle ages. **Pacific Standard**. 2019. Available at: <https://psmag.com/ideas/why-the-brazilian-far-right-is-obsessed-with-the-crusades>. Accessed: Oct 12, 2019.

PORTO JÚNIOR, João Batista da Silva. As expressões do medievalismo no século XXI. In: ENCONTRO DA ANPUH RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, XVIII, 2018, Rio de Janeiro, **Anais** [...], p. 1-10.

ROSA, Maria de Lurdes. **Fazer e pensar a História Medieval hoje**: guia de estudo, investigação e docência. Portugal: Universidade de Coimbra Press, 2017.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo or, civilization and barbarism**. London: Penguin Books Ltd, 2002.

UTZ, Richard. Cupid and the castle: Romance, medievalismo and race at Atlanta's Rhodes Hall. **The Public Medievalist**, 4, Abr, 2017. Available at: <https://www.publicmedievalist.com/rhodes-hall/>. Accessed: sept. 17 2019.

UTZ, Richard. **Don't Be Snobs, Medievalists!** 2015. Availabe at: <https://www.chronicle.com/article/Dont-Be-Snobs-Medievalists/232539>. Accessed: Sept 29, 2019.

WECKMANN, Luis. **La herencia medieval del Brasil**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.





WORKMAN, Leslie. An interview with Leslie J. Workman.  
*In:* SHIPPEY, Tom and UTZ, Richard. **Medievalism in the Modern World**: Essay in honour of Leslie Workman. Turnhout: Brepols, 1998. p. 480-499.

## AUTHOR NOTE

### **Maria Eugenia Bertarelli**

mariaeugeniabertarelli@gmail.com  
Universidade do Grande Rio  
Linhas UFRRJ  
Professor of History  
Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro  
Brasil

### **Clínio de Oliveira Amaral**

cliniodeamaral@yahoo.com.br  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Laboratório de estudos dos protestantismos  
Professor of Medieval History  
Seropédica  
Rio de Janeiro  
Brasil

## CORRESPONDENCE ADDRESS

Clínio de Oliveira Amaral  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História  
BR-465, Km7  
Seropédica  
23890000  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil

## ACKNOWLEDGMENT

We would like to thank to research group: LINHAS- UFRRJ.

## FUNDING

No funding was declared.

## CONFLICT OF INTEREST

No potential competing interest was reported by the authors.

## TRANSLATION

Translated by Giselle Louro Botelho.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography*.  
This is an Open Access  
article distributed  
under the terms of the  
Creative Commons  
License Attribution-  
NonCommercial-  
NoDerivatives 4.0  
International License.



# Jacopo Gaetano Stefaneschi: um cardeal-historiador entre os séculos XIII e XIV

Jacopo Gaetano Stefaneschi: a cardinal-historian between 13th and 14th centuries

Igor Salomão Teixeira <sup>a</sup>

E-mail: [teixeira.igor@gmail.com](mailto:teixeira.igor@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-6866-9654> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

## RESUMO

O tema deste artigo é a produção textual de Jacopo Gaetano Stefaneschi. A documentação consiste em dois textos: *De centesimo seu Iubileo anno liber* - sobre o primeiro Jubileu da Igreja, convocado por Bonifácio VIII, para 1300 - e o *Liber Cerimoniarum Curiae Romane* - texto que descreve cerimônias regidas por pontífices e que compreende o período em que Stefaneschi foi cardeal, de 1295 até sua morte em 1343. A hipótese que guia esta investigação é que analisar a produção de narrativas elaboradas por cardeais amplia a compreensão da história da corte pontifícia. A metodologia consiste em identificar, neste estudo de caso, expressões e referências que remetem a acontecimentos precisos e datáveis e, a partir disso, responder à questão: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais? Os conceitos centrais para análise são cerimonial, *familia cardinalis* e corte papal. As conclusões apontam para o aprofundamento e diversificação, a partir do método, das discussões sobre a escrita da história na Idade Média.

## ABSTRACT

This article discusses the textual production of Jacopo Gaetano Stefaneschi. The documentation consists of two texts: *De centesimo seu Iubileo anno liber* - about the first Jubilee of the Church, requested by Pope Boniface VIII, for 1300; and *Liber Cerimoniarum Curiae Romane* - a text that describes ceremonies conducted by pontiffs and that encompasses the period during which Stefaneschi was a cardinal (from 1295 until his death in 1343). The hypothesis that guides this investigation is that the analyzes about the production of narratives elaborated by cardinals expands the understanding of the history of the pontifical court. The methodology consists in identifying expressions and references that point to precise and datable events and, from that, answer the question: does the writing of history in the middle ages offers different answers than those found in historiography about the performance of cardinals? The central concepts for analysis are ceremonial, *familia cardinalis* and papal court. The conclusions point to the deepening and diversification of discussions about the writing of history in the Middle Ages.

## PALAVRAS-CHAVE

História Medieval; Escrita da História; Historiador

## KEYWORDS

Medieval History; Writing History; Historian

## Introdução

Jacopo Gaetano Stefansechi (ca.1270-1343) era filho de Pedro Stefaneschi, um senador romano, e Perna Orsini, membros de duas importantes famílias da elite romana, e sobrinho-neto de Nicolau III, papa entre 1277-1286. Ascendeu na carreira eclesiástica a partir do pontificado de Nicolau IV, entre 1288-1292, ao ser nomeado Subdiácono. Foi ordenado Cardeal por Bonifácio VIII em 1295. Esteve junto aos papas de Avignon, inclusive, participando dos conclaves que elegeram Clemente V, João XXII e Bento XII (HÖLS 1965; ROMANO 1844 e 1854). Sua produção textual é vasta e diversificada, o que inclui o *Opus Metricum*, espécie de hagiografia em verso sobre Celestino V, o *De centesimo seu Iubileo anno liber*, sobre o Jubileu da Igreja de 1300, o *Liber cerimoniarum Curiae Romanae*, no qual, aparentemente, descreve cerimônias nas quais os papas estavam presentes - de ordenação de cardeais a coroação de reis ou cerimônias de canonização. Também escreveu textos hagiográficos sobre São Jorge e sobre um milagre atribuído a Maria em Avignon.

Em relação às funções de um cardeal na administração papal naquele contexto, Pierre Jugie assim as caracterizou:

Consiste, antes de tudo, em assistir e ajudar o papa em sua função de dispensar benefícios eclesiásticos, em duas formas particulares, a coleta de benefícios e a recepção de renúncias. No que concerne à coleta de benefícios maiores (bispados ou abadias), não é preciso dizer que é o papa propriamente dito que nomeia, ou por delegação e não um cardeal, o novo titular, afirmando uma reserva geral ou especial. Entretanto, um membro do Sacro-Colégio pode interceder junto ao pontífice em favor de tal ou tal pessoa. (JUGIE 1986, v. 1, p. 114)

A partir desta citação, é possível identificar que atividades como escrever cerimoniais, textos hagiográficos ou registros sobre acontecimentos específicos não estavam necessariamente na linha de frente das atividades que deveriam

ser desempenhadas por um cardeal. Esse é um dos elementos que torna os textos escritos por Stefaneschi documentos interessantes e, também, coaduna com a argumentação de Bernard Guenée sobre a cultura histórica no Ocidente Medieval como uma atividade secundária (GUENEE 1980).

A partir dessas informações iniciais, podemos afirmar que a produção textual de Jacopo Gaetano Stefaneschi destoava daquela realizada por outros cardeais seus contemporâneos.<sup>1</sup> O que se pretende demonstrar são as especificidades dessa atuação, a partir de um estudo de caso nas obras desse cardeal, de modo a pensar como operacionalizou o registro de acontecimentos contemporâneos. Partimos da hipótese de que analisar a produção de narrativas elaboradas por cardeais amplia a compreensão da história da corte pontifícia. Perguntamos: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais?

Este artigo está dividido em 3 partes: na primeira apresentamos, em linhas gerais, os documentos analisados e como a historiografia tem trabalhado com os textos; na segunda, apresentamos uma discussão historiográfica sobre formas distintas de analisar a atuação dos cardeais entre os séculos XIII e XIV; na terceira, conclusiva, apontamos que os elementos selecionados em cada um dos documentos analisados fornecem recursos para o aprofundamento das discussões sobre a escrita da história na Idade Média.

## O Jubileu e o Cerimonial Romano

Os textos selecionados foram produzidos simultaneamente, pelo menos, entre 1295-1330. Concordando com o que afirmam Léon-Honoré Labande (1893), Mario Fois (2000) e Amedeo De Vicentiis (2008), é possível afirmar que o cardeal Stefaneschi registrava acontecimentos muito próximo de quando teriam ocorrido. Selecionamos os seguintes excertos para as análises iniciais:

*1 Pierre Jugie (1986, v. 2, p. 84) afirmou: "Gui de Boulogne est tout à fait représentatif de la culture des cardinaux de la papauté d'Avignon: conformiste par conviction et par intérêt, il participe au mouvement général sans avoir l'envergure d'un Stefaneschi."*

Pretendemos realizar com este livro o nosso desejo de transmitir às gerações futuras tudo aquilo que aprendemos sobre o ano do centenário, o jubileu, seja como testemunhas oculares, seja auriculares, seja por referir as opiniões que escutamos, retendo o que a memória, por graça de Deus, não coletou, por serem inúteis à geração presente, mas, ao contrário, por serem necessárias à geração futura e que, ainda assim, constituem motivo de prazer tanto para uma quanto para outra. A decisão de escrever estas memórias foi causada pela divulgação da grande indulgência, embora, independentemente das várias opiniões, a confiança de ser capaz de evitar o esquecimento. [*Fruturorum aliquid mandare memorie de centesimo quem iubilium fore constat anno, in hiis, quorum quedam visu, quedam opinione didicimus, conceptum animo votum aggredimur. Rem siquidem, Deo auspice, et si notam presentibus non inutilem postris necessariam, utrisque oblectamenti causam. Nam et quo res vulgatio est eo libentius scribere gliscimus, dum paucos presentis evi in aliquid perventuros speramus, parvique refert grande minimunve fuerit quod gestum est dum utrumque delet oblvio*] (Ms. BAV, G3 fol. 3r-3v)<sup>2</sup>.

Quando o rei Roberto foi coroado em Avignon, não tínhamos nada escrito que se referisse à coroação do rei Carlos II, então o fiz a partir de minhas memórias. [*Quando rex Robertus fuit coronatus Avionione, non habuimus hanc scripturam, que loquitur de coronatione regis Karoli secundi, sed aliqualem memoriam ego habebam.*] (Ms. 1706, fol.18r).

*2 Todas as citações do Ms.1706 são fruto de transcrição nossa, com auxílio da edição Stefaneschi (1997, p. 198), e o mesmo vale para as traduções.*

Há, pelo menos, quatro elementos a sublinhar nessas duas passagens: o desejo de transmitir os acontecimentos às gerações futuras; de registrar as memórias pessoais; de evitar o esquecimento; e de relatar o caráter solene e oficial das cerimônias registradas. Esses elementos também se distinguem ao considerarmos os textos nos quais estão inseridos. A citação mais extensa está no texto que tem como único foco um acontecimento: o primeiro jubileu da igreja, convocado por Bonifácio VIII para o ano de 1300. Este texto é composto por essa espécie de prólogo no qual o cardeal Stefaneschi explicita seus objetivos. A segunda citação, diferentemente, está inserida em um

conjunto variado de textos multiformes (em extensão, em conteúdo, em referências) reunidos sem a necessidade de uma sequência cronológica.

O primeiro excerto é o início do livro sobre o jubileu de 1300; o segundo, uma das rubricas sobre coroações de reis feitas pelos papas. No caso, especificamente, o cardeal trata tanto da coroação de Carlos II de Anjou (sobre a qual não havia nada escrito), ocorrida oficialmente em 1289, quanto da de seu filho, sucessor do trono do reino de Nápoles-Sicília, Roberto, dito o sábio, em 1309. Ao final desta mesma rubrica o cardeal informa também que o fez a partir da ordem do papa Clemente V (papa entre 1305-1314).<sup>3</sup>

Segundo Giovanna Ragionieri (1997, p. 217), o fato de o cardeal Stefaneschi ter escrito sobre o jubileu não significa necessariamente que ele tenha desempenhado um papel de protagonista naquele contexto, e sim, que tinha ligações próximas com o papa e que era interessado na liturgia. A análise realizada por Ragionieri não necessariamente destoa de reflexões anteriores, como as de Arsenio Frugoni, interessado em questões filológicas e sobre a fortuna manuscrita. (FRUGONI 1949; 1950) Claudio Leonardi, no prefácio da edição do texto – publicada em 2001, define esse testemunho como “singular” (LEONARDI 2001, p. VII).

3 Ms. 1706 fol. 18r:  
"Unde facta fuit rubrica alia multum sollemnitis et ordinata, quam dominus papa Clemens dixit, quod fecit poni in libro".

Em relação ao *Liber cerimoniarum*, é importante explicitar a principal característica desse tipo de texto. Segundo Marck Dykmans, um cerimonial pode ser definido da seguinte forma:

um livro litúrgico que oferece as regras dos ofícios sem oferecer as orações. Estas eram [consideradas] as essenciais e apareciam sozinhas nos livros mais antigos. Pouco a pouco explicações foram adicionadas. São as rubricas. Foram elaboradas, então, obras especiais, as *ordines*, nas quais foram reunidas [as regras e as explicações]. (DYKMANS 1977, v.1, p. 7)

A partir desta citação, podemos considerar um cerimonial como um livro de orientações, com regras. Porém, como

escreveu Stefaneschi sobre a coroação dos reis da Sicília, é possível perceber que, ao menos para esse registro, memórias podiam ser a referência para as regras das cerimônias.

A historiografia sobre o cerimonial romano de Jacopo Stefaneschi é consideravelmente diversificada. É possível afirmar que os estudos podem ser classificados entre discussões filológicas e sobre a fortuna manuscrita e estudos sobre os ritos e cerimônias concernentes aos ofícios do papa no século XIV (EHRLE 1889, p. 565-602; LABANDE 1893, p. 45-47; HÖSL 1965; SCHIMMELPFENNIG 1973; DYKMANS 1981). Também é possível identificar um interesse específico, na historiografia do século XIX e do início do século XX: os autores estavam preocupados em “extrair” o “real valor histórico” do documento. Léon-Honoré Labande seguiu o mesmo tipo de abordagem de Franz Ehrle, na medida em que ambos consideraram o *Liber cerimoniarum* importante por causa do registro quase contemporâneo que o cardeal fez das cerimônias nas quais esteve presente. Labande transcreveu parte das rubricas sobre cerimônias de coroação dos reis da França e da Sicília, sobre as canonizações de Celestino V e Tomás de Canteloupe. Labande finalizou seu texto, afirmando que nessas transcrições está contido o valor histórico do documento.

A obra de Ignaz Hösl tem praticamente o mesmo objetivo do volume publicado por Denifle e Ehrle, a saber, apresentar algumas contribuições para o entendimento da história eclesiástica do século XIV. É centrada, no entanto, na atuação de Jacopo Stefaneschi. O livro é relativamente curto e dividido em sete capítulos (A família Stefaneschi e sua condição de nobreza; a formação escolar de Jacopo Stefaneschi; sua carreira eclesiástica na cúria romana e sua nomeação como cardeal; da sua atuação como cardeal até sua morte; sua atividade literária; suas aproximações com Giotto e, por fim, a *familia* e a relação com Dante). Desses capítulos, o mais extenso é o que trata da atividade literária, definida nos seguintes termos: vasta, duradoura e “pré-humanista” (HÖSL 1965, p. 31). Esse capítulo é dividido em cinco partes, cada uma



delas dedicada a uma obra atribuída ao cardeal Stefaneschi. Também é possível afirmar que, para Hösl, o interesse sobre o cerimonial recai nas “notas” sobre os acontecimentos entre 1289-1328. O autor, assim como Labande, destaca o uso de palavras como *hodie*, que remetem a redação ao momento da observação das cerimônias, com especial destaque, no texto de Hösl, para as cerimônias relacionadas aos próprios cardeais. O autor finaliza essa sessão, afirmando que as passagens mais importantes do Ms. 1706 são as editadas por Ehrle e Labande, mas que seria salutar que uma edição completa do manuscrito fosse publicada, de modo a oferecer novos materiais para o entendimento comparativo e mais amplo da história da corte papal<sup>4</sup> (HÖSL 1965, p. 105).

As conclusões de Hösl ganharam eco nas décadas de 1970 e 1980 com os trabalhos de Bernhard Schimmelpfennig (1973) e Marc Dykmans (1981). As obras *Die Zeremonienbücher der Römischen Kurie Im Mittelalter*, do historiador alemão, e *Le cérémonial papal de la fin du Moyen Âge à la Renaissance*, do jesuíta, comportam tanto estudos introdutórios e analíticos quanto edições de textos, o que inclui, em ambos os casos, o *Liber cerimoniarum*, de modo geral, e reflexões sobre o Ms. 1706 Cecano, de modo específico. Uma das divergências em relação às duas obras está relacionada ao recorte temporal: o autor alemão inicia sua reflexão sobre a tradição dos livros cerimoniais a partir do século XII e estende as análises até o século XVI em um único volume. A obra de Dykmans, diferentemente, é composta por 04 volumes, assim divididos: 1) O cerimonial no século XIII; 2) O cerimonial de Jacopo Stefaneschi; 3) Os cerimoniais no contexto do Cisma do Ocidente; 4) O cerimonial após o retorno dos papas a Roma a partir do cerimonial de Pedro Ameil.

Para Schimmelpfennig, a mudança da corte papal para Avignon, além de provocar modificações não necessariamente abruptas na cidade, também teria provocado mudanças na reorganização dos cerimoniais (SCHIMMELPFENNIG, p. 38-39). O historiador alemão cita todas as referências bibliográficas

4 Outro texto que aborda a importância do Ms. 1706, mas que trata de assuntos relativos a algumas funções administrativas internas é MOLLAT (1927, p. 1-10).

consideradas anteriormente e reconhece a importância dos trabalhos de Labande e Ehrle. Sua preocupação é, então, oferecer, pela primeira vez, a edição completa do MS. 1706, precedida por uma descrição da ordem das rubricas, a fortuna manuscrita e as diferentes mãos que atuaram na composição do manuscrito. A edição do manuscrito é a primeira de um conjunto de quatro cerimoniais editados na mesma publicação. O Ms. 1706 é o segundo em termos de extensão de número de rubricas editadas (I-XLIII) sendo superado pela edição de um manuscrito da “época do papa Bento XIII” (LXXIX-CXXXVII) - esse cerimonial, classificado por Schimmelpfennig como “coleção C”, está inserido na parte da obra sobre os cerimoniais no período do Cisma e, portanto, refere-se ao período do antipapa Bento XIII, eleito em Avignon, 1395 (SCHIMMELPFENNIG 1973, p. 148-244).

O que diferencia substancialmente a obra de Schimmelpfennig do trabalho de Dykmans é a abordagem dada por ambos em relação ao autor e ao Ms.1706 (DYKMANS 1981, p. 25-252 e 253-507 – edição do cerimonial). O cardeal Jacopo Gaetano Stefaneschi, no primeiro caso, é citado como autor do cerimonial, mas nenhuma atenção é dada à sua carreira eclesiástica e/ou à sua *familia*. Diferentemente, Dykmans dedicou os três primeiros capítulos do segundo volume da série à questão biográfica do autor do *Liber cerimonialium*. No entanto, enquanto Schimmelpfennig propôs uma discussão aprofundada sobre a fortuna manuscrita do texto e uma edição específica para o Ms.1706, Dykmans propôs uma edição a partir de dez manuscritos diferentes, incluindo o Ms.1706. Sendo assim, a obra de Dykmans é importante na medida em que fornece elementos que ampliam a compreensão sobre a trajetória de Jacopo Gaetano Stefaneschi.

As duas obras são diferentes em relação à atribuição de autoria. Schimmelpfennig afirma que o Ms.1706 apenas oferece indícios para afirmar que se trata do cerimonial de Jacopo Gaetano Stefaneschi. Dykmans, no entanto, afirma

com precisão que o cardeal Stefaneschi é o autor do texto; faz tal afirmação, inclusive, criticando o historiador alemão.<sup>5</sup>

Considerando as pesquisas realizadas no final do século XIX, podemos perceber que os autores estavam preocupados em ler o texto identificando seus aspectos verificáveis, datáveis, pensando o documento como portador de uma “verdade”. As discussões filológicas e as propostas de edição das décadas de 1970-1980, diferentemente, estavam voltadas ao estabelecimento do texto.

Podemos afirmar que analisar dois documentos que foram produzidos para gerar memória e para descrever, caracterizar e orientar a realização de cerimônias da corte papal é observar um espectro amplo de elementos que compreende história das instituições e da formação intelectual dos integrantes da corte papal; o envolvimento dos ocupantes de posições elevadas no ordenamento da Igreja romana em disputas teológico-doutrinárias (como a atuação do cardeal Stefaneschi no contexto da consulta sobre a pobreza de Cristo realizada por João XXII em 1322) e defesa de posicionamentos em contextos mais amplos de crises institucionais (como a relação do cardeal Stefaneschi e a instalação dos pontífices em Avignon, principalmente a partir de 1309). Nesse espectro amplo, também está incluída a cultura escrita e a forma de se registrar acontecimentos e, porque não dizer, de se escrever a história.

5 "Nous entendons, en toute amitié pour Schimmelpfenig, mettre en valeur les fondements de l'opinion contraire." (DYKMANS 1981, p. 133).

## De centesimo seu Iubileo anno liber

O códice não está em bom estado de conservação; particularmente, foi evidentemente cortado ao longo das margens e reduzido às dimensões atuais de 240 x 168 milímetros. O texto em prosa do *De centesimo* ocupa a maior parte do manuscrito (cc.3r-27v) [...] Em conclusão, pela decoração do *De centesimo* os resultados das análises paleográficas e da crítica estilística concorrem para evidenciar critérios análogos e arcaizantes: apenas o conteúdo do códice orienta a datação, com segurança, para depois de 1300. (RAGIONIERI 1997, p. 218 e 223)

Giovanna Ragionieri caracteriza o Ms. G3 da Biblioteca Apostólica Vaticana (BAV) com essas palavras. A autora aponta para elementos técnicos relacionados tanto às imagens contidas no códice quanto aos outros textos que o compõem. A partir da digitalização do manuscrito pela BAV interessa observar que o texto está bastante danificado pela ação não só do tempo.

Em relação ao conteúdo, a divisão é apresentada, além do prólogo citado anteriormente no qual o cardeal expõe os motivos pelos quais elaborou a obra, em dezesseis *caput* de assuntos variados: Os rumores que se espalhavam sobre a indulgência papal e sua relação com a peregrinação a Roma (quando ir, onde ir, quanto tempo de indulgência etc) (Ms. BAV, G3 fol. 4r-6r); consultas realizadas pelo papa aos cardeais sobre a questão do ano centenário (1300) e a elaboração da decretal e seu conteúdo (Ms. BAV, G3 fol. 6v-7v) e a repercussão da decretal. Claudio Leonardi (2001, p. IX-XI) afirma que os momentos principais na estrutura deste texto podem ser apresentados da seguinte forma:

Caput 1 – 3: Descrição da origem do jubileu

Caput 4 – 11: Repercussões da grande peregrinação à Roma

Caput 12 – 15: Capítulos dedicados ao pontificado romano e seus poderes.

No *caput 4*, sobre a repercussão da peregrinação, há uma inserção do autor na narrativa:

Nós mesmos nos colocamos, do mesmo modo, não por ostentação de grandeza, mas por transmitir um incitamento à posteridade. Residíamos em Trastevere perto da igreja da Mãe de Deus – onde se diz que no momento da Natividade do nosso Salvador brotou de uma fonte um grande jato de óleo sobre o Tibre – dita, depois, Taverna meritória (aqui é o lugar da nossa origem paterna) – e depois da promulgação da indulgência fomos em peregrinação por trinta dias consecutivos nas duas basílicas [Basília Vaticana e Basília Ostiense] sem deixar de frequentar o consistório em Latrão no mesmo dia. [Nobis vero magis quod ipsi egimus notum non ut magnum sed ut motivum posteris pandamus. Concessa quidem indulgentia cum Transtiverim iuxta ecclesiam

Dei genitricis unde in salvatoris nostri nativitate largo rivo olei fons versus Tiberim scaturisse peribetur, iam dudum Tabernam Meritoriam dictam, undeque nobis native ac paterne originis orsus moram traheremus, diebus triginta continuis principum utramque basilicam peregrinationis causa ingressi sumus, nec minus sepius prius eadem die Lateranum ad consistorium matutina luce properantes] (Ms. BAV, G3 fol. 8v-9r).

O trecho citado faz menção ao comportamento do cardeal Stefaneschi no contexto da repercussão da indulgência. Revela que procurou imitar cardeais mais velhos (*magna etate maturi patres utramque basilicam visitaverint*) e que não deixava de cumprir seus compromissos, como ir a Latrão, mesmo nos dias de peregrinação. Porém, fornece outros elementos, como, por exemplo “o lugar da origem paterna” e onde residia (“Trastevere, perto da Igreja da Mãe de Deus”). Mescla essas informações biográfico-topográficas com elementos de cunho hagiográfico (o grande jato de óleo sobre o rio Tibre quando da Natividade).

Há, também, em outras passagens, uma espécie de informações sobre o cotidiano em Roma devido ao grande fluxo de peregrinos (Hungria, Germânia, Provença... “poucos ingleses, por causa das guerras”): carestia de alimentos, organização de grupos a peregrinar dependendo da origem.<sup>6</sup> O cardeal alerta seus leitores em relação aos aprendizados da experiência de 1300:

Tu, que estás lendo com atenção, caso tenhas compreendido os problemas logísticos da multidão, não duvides dos [problemas] de seu sustento. Reconsideres no futuro sempre o que aconteceu no jubileu e o quanto é necessário que te prepares. [Hec qui lectitas, multitudinem si capis, frugem non ambigas. Sic enim transacta inspexisse collibeat, ut accuratiores inventura preparemur] (Ms. BAV, G3 fol. 13v).

Esta passagem, localizada no *caput VIII*, marca também uma espécie de transição, pois, no mesmo título, o cardeal inicia o relato sobre os frutos positivos do jubileu em Roma

6 Ms. BAV, G3 fol. 11r: “Ceterum ne tempus terentes frustra invisimus, Apuli, Sardi, Corsique, torridam estatem nacti aliis autumpno, yemeque fecere locum.”

e para os cristãos. Um dos primeiros pontos considerados pelo autor foi a ajuda financeira aportada pelos peregrinos. Isso contribuiu para a melhoria do estado material das basílicas.<sup>7</sup> Os principais pontos, no entanto, são os relacionados à reafirmação dos valores cristãos e da remissão dos pecados. E, para tanto, o cardeal, em diferentes momentos do texto, questiona se o papa poderia/deveria fazer esse tipo de concessão.

A partir desta breve apresentação, podemos afirmar que estamos diante de um texto que, embora trate de um único assunto – o jubileu de 1300 – fornece informações tanto sobre formas de registro quanto de concepções de texto, a mescla de elementos factuais com aspectos “excepcionais”. Retornaremos a esses elementos na última parte deste artigo.

## Liber cerimoniarum Curiae Romanae

Segundo Dykmans (1981), a partir da edição de Schimmelpfennig – que numera as rubricas de I a XLIII – é possível identificar dez grupos de temas no *Liber cerimoniarum*:

1. A ascensão dos papas
  2. O cerimonial cardinalício
  3. A liturgia papal
  4. Usos da Cúria para sermões e consistórios
  5. Ordenação de um cardeal-diácono por um papa
  6. O concílio
  7. Consagração imperial e real
  8. Canonizações
  9. Complementos sobre a missa papal e os consistórios
  10. Cardeais e legados
- Anexo: Funerais de papas e cardeais.

O manuscrito que analisamos (Ms. 1706), diferentemente do *De centesimo*, não apresenta aquela espécie de prólogo. O texto é iniciado na rubrica sobre o “Domingo de Ramos” e

<sup>7</sup> Ms. BAV, G3 fol. 15r-16r: “Et ne quicquam intactum oblivioni deseatur, temporalis basilicis emolumenti aliquid devotionis signum accrevit.”

informa, dentre outras coisas, o local em que devem ficar as pessoas e o que se deve fazer quando o Papa está presente na celebração.<sup>8</sup>

Destoa, no entanto, a forma como o Cardeal trata algumas informações. O texto da rubrica supracitada inicia com a expressão "*Hac die*" (neste dia/no dia). Trata-se de uma data do calendário litúrgico sobre a qual não é possível determinar o dia do mês em que acontece. Porém, isso não impedia o cardeal de precisar uma celebração específica. Fazemos referência a esse aspecto pois, para outras celebrações, há o dia da semana, do mês e o ano na qual aconteceram. No início deste artigo, citamos a rubrica sobre a coroação dos reis Carlos II e Roberto de Anjou. A rubrica inicia da seguinte forma:

Quando o senhor Carlos segundo, rei da Sicília, foi coroado pelo senhor Papa Nicolau IV em Riete no dia de pentecostes do ano do senhor 1289, segundo ano do pontificado do mesmo senhor papa Nicolau, foi observada tal ordem. [Quando dominus Karolus secundus, rex Sicile, fuit coronatur per dominum Nicolaum papam IV apud Reate in die pentecostes anno domini MCCLXXXVIII, pontificatus eiusdem domini Nicolai papae anno secundo, talis ordo extitit observatus ] (Ms. 1706, fol. 17r)

Há, nesta passagem, ao menos dois elementos importantes: a precisão ou a intenção de registrar o dia correto em que tal coroação ocorreu e a nomeação de Carlos II como rei da Sicília em 1289. Sobre esse aspecto, devemos considerar que, na década de 1280, os angevinos, que governavam o "reino da Sicília" desde a batalha de Benevento (1266), haviam sido expulsos de Palermo no contexto das Vésperas Sicilianas e que Carlos, tornado Carlos II em 1289, estava em posse dos aragoneses e foi libertado após acordo que trocou três filhos com o pai, para que ele pudesse, dentre outras coisas, governar. Porém, desde então, os angevinos não exerceram nenhum tipo de governo sobre a Ilha da Sicília, e sim apenas sobre a parte continental do reino com a capital em Nápoles.<sup>9</sup> Outras referências temporais também estão presentes quando

8 Ms. 1706, fol.1r: "Hac die, scilicet dominica in ramis palmarum, si papa celebrat, diaconus cardinalis dicturus passionem, habens planetam violacei coloris plicatam super humerum [sinistrum], ut in quadragesima fit, more consueto osculatur pedem pape..."

9 As *Vésperas Sicilianas* foram amplamente tratadas em crônicas do período. Destacamos a *Cronicon siculum*, na qual é possível acompanhar as tratativas, as cartas e acordos entre papas, angevinos, palermitanos e aragoneses entre 1280-1340.

da descrição das canonizações presenciadas pelo cardeal Stefaneschi, como no caso da canonização de Pedro Morrone – ou papa Celestino V – ocorrida em 1313.<sup>10</sup>

Acreditamos que, para melhor compreender a amplitude e profundidade desses elementos narrativos, é necessário contextualizar a atuação dos cardeais, principalmente no momento da mudança da Sé Apostólica para Avignon. Essa contextualização foi elaborada, principalmente, a partir de três estudos realizados entre os anos de 1960-1980. As obras de Bernard Guillemain, Agostino Paravicini Bagliani e Pierre Jugie também foram importantes para a elaboração da proposta aqui apresentada, a saber, pensar os mesmos sujeitos (Cardeais) e o mesmo objeto (a atuação desses sujeitos) a partir da produção escrita visando, no mínimo, ampliar a compreensão da história da corte pontifícia.

## Historiografia sobre a atuação dos cardeais no século XIV

A trajetória de Jacopo Gaetano Stefaneschi pode ser enquadrada em dois termos que auxiliam a compreensão do período no qual os pontífices governaram a cristandade a partir do território avignonense. O primeiro termo é “corte papal” e o segundo é “familia cardinalis”. O estudo basilar para o entendimento da formação das carreiras eclesiásticas em Avignon é a obra *La cour pontificale d’Avignon (1309-1376)*, de Bernard Guillemain. O autor justifica o recorte cronológico a partir da chegada de Clemente V em Avignon, em março de 1309. Nessa cidade, o pontífice reuniu-se com os cardeais e seus oficiais enquanto esperava a abertura do concílio de Vienne (França). O ano final do recorte, 1376, por sua vez, coincide com o retorno de Gregório XI a Roma. O autor propõe a seguinte definição para “corte pontifícia”: “a sociedade que circunda o chefe da Igreja e o ajuda a preencher as funções de todo tipo de ordem a ele incumbidas” (GUILLEMAIN 1962, p. 38). Segundo Guillemain, essa corte era composta, sem necessariamente estar bem definida e profissionalizada,

*10 Ms. 1706, fol.13v: "Anno domini MCC-CXIII die secunda Maii intrans Avinione dominus noster papa Clemens in consistorio publico, presentibus prelatibus et officialibus curie, qui die precedenti ad hanc diem vocati fuerant..."*



pelo conselho do papa e pelos cardeais; os empregados dos serviços administrativos (Chancelaria, Penitenciária, Audiência das causas), que representavam o governo central da Igreja; capelães, camareiros e médicos, que conviviam de forma mais íntima e privada com o papa; as pessoas relacionadas à segurança; cozinheiros, padeiros etc. Cabe destacar ainda que, segundo o autor, os cardeais possuíam “eles mesmos uma pequena corte”. (GUILLEMAIN 1962, p. 39) Por causa dessa diversidade de funções identificáveis, mas não necessariamente de fácil distinção, o autor afirma que a palavra utilizada na documentação é *curialis*. O vocábulo, a partir de um documento de Bonifácio VIII,

aplica-se não apenas aos cardeais e aos oficiais da corte pontifícia, mas também a toda pessoa que está a serviço do papa e de seus subordinados e a quem quer que fosse que residisse nesta corte para tratar de negócios”. (GUILLEMAIN 1962, p. 39)

Além de uma característica bastante “clerical”, Guillemain aponta que esta comunidade doméstica próxima ao pontífice pode ser definida também como uma *familia* cujo primeiro traço é sua característica patriarcal (GUILLEMAIN 1962, p.40-42).

A preocupação em definir e caracterizar essa *familia* também foi tema da obra *Cardinali di curia e 'familiae' cardinalizie: dal 1227 al 1254*, de Agostino Bagliani, publicada na década seguinte. O autor define *familia cardinalis* como uma expressão recorrente na documentação para se referir ao

conjunto de todas aquelas pessoas que se encontravam a serviço de um cardeal, ligados ou residentes na Cúria, seja clérigo seja leigo, capelão ou servidores. O termo ‘família’ cobre, assim, uma vasta gama de funções, títulos e, além disso, várias atribuições... (BAGLIANI 1972, v. 2, p. 452)

É importante perceber que as obras, publicadas com um intervalo de dez anos, embora abarquem períodos distintos,

coincidem para a aplicação do vocábulo encontrado na documentação e que esses vocábulos (*curialis* e *familia*) apontam para uma diversidade de cargos, e que os cardeais ocupavam importante função – a ponto de fazerem parte da *corte papal* e possuírem eles mesmos uma corte própria, ou uma *familia*.

As obras de Guillemain e Bagliani também são importantes para o entendimento mais aprofundado sobre a relação entre cardeais e os papas na Idade Média. Guillemain propôs uma questão: partindo-se do princípio que o poder papal coloca o próprio papa em uma posição de centralidade, qual a influência exercida pelo pontífice na composição, comportamento e mentalidade de sua corte? Para responder à pergunta, o autor realizou dois caminhos: inicialmente analisou os defensores e críticos da teoria da infalibilidade do poder papal, a formação intelectual, a proximidade geográfica da origem dos pontífices e a relação que eles estabeleceram com esses lugares no que tange à concessão de privilégios e benefícios durante o período de Avignon. O segundo caminho foi a composição da *entourage* papal, com protagonismo dos cardeais. Segundo o autor:

Desde a segunda metade do século XII, a coesão e as prerrogativas do grupo dos cardeais mais próximos do chefe da Igreja romana não paravam de crescer... As funções mais importantes do Sacro-Colégio não estavam revestidas por uma característica coletiva? Era sua responsabilidade eleger o papa com maioria de dois terços dos membros presentes no conclave, segundo um cânone do terceiro concílio de Latrão, de 1179, excluindo-se qualquer participação exterior; a ele estava reconhecida a faculdade, desde que reunido em consistório, de dar sua opinião sobre todas as grandes questões que fossem colocadas; aos poucos, uma parte dos rendimentos da Igreja romana era atribuídas a ele...(GUILLEMAIN 1962, p.181)

A partir desta citação, é possível afirmar que, para Guillemain, os cardeais – principalmente quando reunidos em colegiado –, tinham poderes de extrema importância, os quais iam desde a escolha do pontífice à divisão, junto com o

supremo sacerdote, de receitas obtidas com diferentes tipos de encargos cobrados de estados vassallos, por exemplo. Essa síntese despertou no autor o interesse em analisar se, por exemplo, os privilégios que os pontífices distribuían às suas regiões de origem também se refletiam na composição do colégio cardinalício. A constatação é relevante porque, durante o governo de Bento XI (Nicolau Boccasini, 1240-1304, nascido em Treviso), o colégio cardinalício era composto por um total de 19 cardeais (15 italianos, 2 franceses, 1 inglês e 1 castelhano). Desses, 10 (09 italianos) iniciaram a função durante o pontificado de Bonifácio VIII (Bento Gaetano, *circa* 1230-1303, nascido em Anagni). No momento da eleição de Clemente V (Bertrand de Got, 1264-1314, nascido em Villandraut – na Gascônia) o colégio era composto por 15 cardeais, sendo 12 de origem na península itálica. No tempo da morte de Clemente V, em 1314, a composição desse colégio já tinha passado para uma maioria de membros de origem no reino da França (03 franceses do Norte e 23 franceses do Midi, dos quais 13 gascões). Do total de 134 cardeais nomeados pelos papas ditos de Avignon, 111 vieram do reino da França, e, além disso, 27 cardeais foram “fornecidos” por apenas 05 famílias, principalmente as famílias Got (Clemente V), Duèze (João XXII) e Roger (Clemente VI) (GUILLEMAIN 1962, p. 184-195). As análises de Guillemain revelaram que a composição da corte papal de Avignon gerou impactos populacionais e, conseqüentemente, na organização do espaço urbano. O autor, ao final, defendeu que o principal motivo pelo fluxo de pessoas e suas atividades foi a presença do papa (GUILLEMAIN 1962, p. 697-722).

A condução das análises a partir da centralidade do papa também marca a obra Bagliani. O autor afirma, na primeira página, que foi uma decisão papal que configurou a principal modificação da composição do colégio cardinalício. Em outras palavras, segundo o texto, Gregório IX (papa entre 1227 e 1241) e Inocência IV (papa entre 1243-1254) negavam cada vez mais os pedidos dos cardeais para ocuparem sedes de bispados, arcebispados ou patriarcados com a justificativa

de que os cardeais deviam permanecer na cúria (BAGLIANI 1972, p. 1). Entretanto, o autor realizou um caminho diverso do seu predecessor e escolheu aprofundar o estudo dos dados biográficos dos cardeais (nacionalidade, origem, parentesco, cultura, vida pré-cardinalícia, missões oficiais, políticas e religiosas) de modo que esses dados, posteriormente colocados em conjunto, fornecessem sínteses e estatísticas mais seguras (BAGLIANI 1972, p. 4). Em relação a essa obra, que não trata dos cardeais do século XIV, é importante ressaltar o destaque dado pelo autor à questão biográfica e à trajetória dos sujeitos, incluindo a fase anterior à função de cardeal. A obra é quase um catálogo prosopográfico no qual se encontram subitens biográficos de 18 cardeais que compunham o colégio no contexto da morte de Honório III (1227); sobre os 10 cardeais promovidos por Gregório IX; e sobre os 15 promovidos por Inocêncio IV. Além disso, ao elaborar um *status quaestionis* afirmou que a obra de Guillemain foi importante por ter jogado luzes sobre as características gerais das famílias cardinalícias (BAGLIANI 1972, p. 446).

Essas duas obras apontam para dois caminhos extensos, diversificados e complementares: a) uma abordagem ampla sobre as teorias que fundamentavam o poder papal no século XIV e a transformação geográfico-local-urbana ocorrida durante a permanência dos papas em Avignon; e b) uma abordagem prosopográfica.

Pierre Jugie talvez tenha realizado a operação historiográfica que alcançou certo êxito ao reunir as duas perspectivas na tese, ainda inédita, datada de 1986. O autor dividiu sua argumentação em uma parte biográfica da trajetória pré-cardinalícia de Gui de Boulogne à sua *familia*. Interessante perceber que Gui de Boulogne está inserido exatamente no contexto da “virada francesa” na composição do colégio cardinalício, conforme apontado por Guillemain. Gui de Boulogne ascendeu ao cardinalato em 1342, no pontificado de Clemente VI (Pedro Roger, um dos pontífices do período que tornou cardeais um número considerável de membros de sua

família sanguínea), aos vinte e seis anos de idade (JUGIE 1986, v. 1, p. 109-112). Ainda segundo Jugie, a *família* de Gui de Boulogne foi um de seus pontos mais fortes em sua trajetória (JUGIE 1986, v. 2, p. 93).

A produção de Pierre Jugie sobre a matéria é vasta e pode ser agrupada em temáticas que giram na órbita da formação intelectual dos cardeais (JUGIE 2003, p. 118-121; 2008, p. 171-193), na composição das *famílias* (JUGIE 1990, p. 41-59) e de seus arquivos (JUGIE 2005, p. 651-739; *idem* 1991, p. 157-180) e manifestações específicas desses cardeais – com especial atenção a Gui de Boulogne – em relação a temas e processos nos quais estiveram diretamente envolvidos, principalmente a partir de missões em nome dos pontífices. Em relação à primeira temática – e que, como o autor afirmou, não era um Stefaneschi – é importante considerar que as informações sobre a formação cultural dos cardeais promovidos antes de 1342 é mais escassa do que para o período entre 1342-1378.

No geral, a formação dos cardeais consistia, principalmente considerando os doutores, em direito civil, canônico e em teologia (esses em menor número) (JUGIE 2008, p. 178-187). Jugie, ao questionar se os cardeais de Avignon eram homens letrados, respondeu que, no geral, sim. (JUGIE 2008, p. 193) Porém, além da formação escolar, cursos seguidos desde a iniciação em artes às licenças e doutorados, o autor alertou para a necessidade de se analisar a atuação dos cardeais e que tipo de “uso” fizeram de seus conhecimentos adquiridos em bancos escolares/universitários ou com preceptores.<sup>11</sup>

Em relação à corte papal de Avignon e à composição do colégio cardinalício, Sylvain Piron apresentou uma reflexão que destoa relativamente da argumentação de Pierre Jugie sobre a importância dos juristas de formação que atuaram junto aos papas de Avignon. Segundo Piron, a partir do pontificado de João XXII (Jacques Duèse, jurista de formação, cardeal a partir de 1313, papa entre 1316-1334), houve um *tournant* teológico na composição das comissões convocadas pelo papa para que se pronunciassem sobre temas os mais variados (casamento,

*11 Um dos elementos que podem levar, por exemplo, à relativização do uso do termo pode ser considerado na própria atividade pastoral de Gui de Boulogne, da qual se conhece ao menos dois sermões. (JUGIE 1986, v. 2, p. 88-92).*

magia, pobreza, condenações etc). Essas comissões – formadas por *experts* e “mais amplas que o conselho dos cardeais canonicamente requisitados” – auxiliaram o papa nas “decisões teológicas mais importantes” (PIRON 2012, p. 357-391). A partir do levantamento realizado por esse historiador, pode-se constatar que Jacopo Gaetano Stefaneschi atuou apenas na primeira consulta. O tema da consulta foi a pobreza. Foi realizada em 1322 (consulta apontada por Piron como a única na qual predominam os cardeais – 14 respostas; o que não corresponde à totalidade do colégio cardinalício do período) (PIRON 2012, p.364-373).<sup>12</sup> Embora aponte para o protagonismo progressivo dos teólogos em relação aos juristas no contexto do pontificado de João XXII, Piron converge para um dos argumentos de Pierre Jugie na medida em que ambos afirmam que a presença/residência dos papas em Avignon, principalmente a partir de João XXII, provocou profundas transformações em relação à organização do espaço, atração de pessoas interessadas em obter formação intelectual próxima à corte pontifícia, o que também passou a configurar, em relação à formação cultural dos cardeais, em certo protagonismo da Universidade de Avignon.

Essa revisão bibliográfica aponta elementos importantes que sustentam a justificativa sobre a importância da presente proposta: ao tratar da ocupação e composição de um alto posto na hierarquia da Igreja romana – o cardeal e o colégio cardinalício – a historiografia deixa evidente a existência de pontos de convergência e de divergência. Em relação aos aspectos convergentes, a crescente organização e burocratização das funções administrativas e jurídicas na corte papal, o que conferiu acréscimo de poderes aos cardeais; converge também para a composição da *família* cardinalícia a partir da existência de vínculos prévios seja com o local de origem dos papas seja com as suas relações de parentesco; converge, ainda, para a importância de se compreender a trajetória dos cardeais. Em relação às divergências, podemos situá-las em dois campos: um metodológico e outro de argumentação. A divergência metodológica, na verdade, aponta a diversidade de caminhos

12 Sobre as consultas, ver Boureau (2004). A participação de Stefaneschi: VAT LAT 3740 fl. 111 v. Disponível em: [https://digi.vatlib.it/view/MSS\\_Vat.lat.3740](https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3740). Acesso em: 20 jun. 2018. Edição: Tocco (1910, p. 172-173). Sobre a família sob João XXII: Theis (2012).

que podem ser empregados nas análises, como a prosopografia e a história intelectual. A divergência de argumentação pode ser percebida entre o que defende Jugie sobre a predominância dos juristas e o que defende Piron sobre o crescente protagonismo dos teólogos.<sup>13</sup> Embora a questão, neste ponto, esteja restrita ao colégio cardinalício no primeiro caso e ampliada para as comissões de consulta do papa no segundo, é de se questionar, por exemplo, se a partir do pontificado de João XXII o colégio cardinalício pode ter perdido espaço nas tomadas de decisão e que, inclusive, pode ter gerado a crise de 1378, conhecida, grosso modo, como cisma do Ocidente. (FERNANDES 2011, p. 69-87; GENEQUAND 2014, p. 249-279) Este levantamento também revelou, considerando as argumentações de Pierre Jugie, que entre os cardeais existiam formações intelectuais diversas (uns mais outros menos envolvidos com a prática universitária ou literária, por exemplo) a ponto de o autor considerar sua personagem privilegiada de análise, Gui de Boulogne, um homem que não pode ser comparado a um Jacopo Gaetano Stefaneschi.

*13 É importante ressaltar que esta perspectiva está diretamente relacionada com o que se pode encontrar na obra de ROBIGLIO (2008).*

## A escrita da história entre os séculos XIII e XIV

Dado que a historiografia analisada anteriormente aponta uma diversidade de métodos de análise, podemos afirmar que apresentamos uma proposta distinta. Pensar a atuação do cardeal Stefaneschi a partir de sua produção escrita amplia o campo de observação. Além disso, como aponta o título deste artigo, pensamos no cardeal a partir da sua trajetória como “historiador”. Mas o que viria a ser e como identificar o fazer historiográfico na Idade Média?

Esta pergunta vem sendo feita pelo menos desde o lançamento do livro de Bernard Guenée sobre a cultura histórica no Ocidente medieval (GUENEE 1980). De lá para cá, os métodos de análise têm se diversificado e os mais diferentes tipos de textos, autores, regiões e períodos – inseridos no recorte do século V ao XV – foram estudados visando responder a uma questão de fundo: localizar um saber historiográfico no

período classicamente conhecido como medieval é fornecer mais elementos para, ainda, combater o preconceito sobre a Idade Média (CHEN e SCHABERG 2013; ALMEIDA 2010, p. 76-108). Acreditamos que a relação idade média-trevas, a partir da temática da escrita da história, já está suficientemente bem respondida, portanto, não voltaremos a ela.

Interessa em que termos a historiografia tem encontrado a atividade de historiador nos textos do período medieval. A primeira constatação é uma certa diversidade de funções sociais: princesa (Anna Comneno); monges (Raul Glaber, Richer de Reims); frades pregadores (Bernardo Gui); “historiógrafos” chineses. (CHEN 2010, p. 1071-1091) A segunda constatação é que essa mesma diversidade se verifica nas frentes de atuação dos autores desses textos. Nenhum se dedicava exclusivamente à função da escrita da história. Talvez, por perdurar certa concepção de que a história é um tipo de conhecimento mais simples, por tratar apenas do que aconteceu, como é possível ler na *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino (TOMÁS DE AQUINO 2001).

No geral, o primeiro item observável é o prólogo. Nas linhas iniciais dos textos – assim como revela o Stefaneschi no *De centesimo* – estão expostos os objetivos e os critérios para a seleção e encadeamento das informações na narrativa: não esquecimento, exemplo para gerações futuras, feitos dignos de memória. Percebemos que são textos dotados de concepções de passado e presente. Néri Almeida chega a afirmar que Raul Glaber é um historiador do tempo presente (ALMEIDA 2010, p. 98) e Marcella Guimarães conclui que os autores (“todos homens” – considerando os documentos analisados pela autora) eram conhecedores de tradições escritas anteriores (GUIMARÃES 2015, p. 76-89). As duas historiadoras também enfatizam que boa parte dos registros são sobre conflitos, guerras. Não estamos diante desses casos, não nos textos do Stefaneschi. Porém, estamos diante de acontecimentos precisos e datáveis (O Jubileu de 1300 e as peregrinações a Roma; coroações de reis, canonizações, entronização de papas).



*De centesimo* e o *Liber cerimoniarum* são distintos em conteúdo. A primeira diferença é a inexistência de prólogo no livro das cerimônias. Não há, no Ms. 1706, uma justificativa do porquê para a produção do texto. O primeiro texto é dedicado exclusivamente a um movimento do pontífice e as consequências observáveis a partir desse movimento. O segundo fornece rubricas independentes e diversificadas. Na diversidade temática das cerimônias pontifícias, algumas foram diretamente relacionadas a personagens e acontecimentos na e/ou da Península Itálica. Por exemplo: ao tratar da coroação dos reis da Sicília, Stefaneschi privilegiou o relato sobre a coroação de Carlos II em Rieti, e não sobre a coroação de Roberto, na França; relatou as canonizações de dois “santos napolitanos”, a saber, Luís de Anjou e Tomás de Aquino (TEIXEIRA 2019).

Os textos também se diferenciam em relação à maior inserção do autor na narrativa: Stefaneschi chega a informar a parte da cidade de Roma na qual teve origem seu lado paterno e a parte em que vivia; além disso, informa sobre seus hábitos durante o período da indulgência. O mesmo não se verifica no *Liber cerimoniarum*. Embora tenha relatado rituais nos quais tinha lugar privilegiado de observação, não necessariamente sabemos, por este texto, quantas vezes o cardeal foi às reuniões de cardeais entre uma cerimônia e outra. Parte disso também decorre da divergência de registros no interior do mesmo texto: para uns, temos detalhes do dia, mês, ano do pontificado; para outros, apenas o dia no calendário litúrgico, como revela a rubrica do domingo de ramos.

## Primeiras conclusões

O projeto no qual essas reflexões estão sendo desenvolvidas produz, neste artigo, seus primeiros resultados. Por isso o subtítulo adotado para encerrar o texto. A partir dos elementos apresentados respondemos à pergunta motivadora desta análise: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais? As análises permitem afirmar que sim.

Dar a conhecer os acontecimentos do jubileu de 1300 restritos à cidade de Roma aproximou narrador e objeto da narrativa. Registrar cerimônias não provocou o mesmo movimento em direção ao cotidiano da corte papal nem da *familia* cardinalícia.

Esses elementos permitem afirmar, a partir do estudo de caso apresentado, que a escrita da história é um objeto difuso na produção escrita na idade média. Daí a necessidade de se atentar a diferentes tipos de textos, com diferentes formatos e conteúdos. Também é importante frisar que a historiografia que se dedica, desde o século XIX, a pensar a produção do cardeal Stefaneschi, em geral, e o cerimonial romano, em específico, é marcada por diferentes procedimentos metodológicos. Os primeiros estudiosos viram valor principalmente nos elementos datáveis. Os estudos da segunda metade do século XX ampliaram a compreensão ao pensar a inserção dos indivíduos (cardeais) em um grupo (*familia*). Porém, essas abordagens não necessariamente usavam a escrita da história na idade média nem como objeto de pesquisa, nem como horizonte metodológico. É possível afirmar que a proposta apresentada neste artigo tem potencial para ampliar a compreensão da história da corte pontifícia. Essas conclusões, somadas às informações biográficas e sobre a composição do colégio cardinalício na virada do século XIII para o XIV, permitem avançar a pesquisa. Podemos apontar uma outra hipótese que aprofundará as análises a serem desenvolvidas: a Península Itálica está privilegiada por ser o Stefaneschi um dos poucos cardeais italianos e um dos mais antigos do colégio cardinalício no papado de Avignon?

## REFERÊNCIAS, MANUSCRITOS E DOCUMENTOS UTILIZADOS

### MANUSCRITOS

Ms. BAV. Arch. Cap. S. Pietro, fol.3r-27v G3, Disponível em: [https://digi.vatlib.it/view/MSS\\_Arch.Cap.S.Pietro.G.3](https://digi.vatlib.it/view/MSS_Arch.Cap.S.Pietro.G.3). Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. VAT. LAT 3740. fl.111v. Disponível em: [https://digi.vatlib.it/view/MSS\\_Vat.lat.3740](https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3740). Acesso em: 20 jun. 2018.

Ms. VAT. LAT 4877. fl.51r-63v. Disponível em: [https://digi.vatlib.it/view/MSS\\_Vat.lat.4877](https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.4877). Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. VAT. LAT 4932. 80fl. Disponível em: [https://digi.vatlib.it/view/MSS\\_Vat.lat.4932](https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.4932). C Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. 1706, 50fl. Biblioteca Cecano – Avignon.

### DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *Opus Metricum*. Apud: **Acta Sanctorum**, vol.17. Maio, 4a parte, dias 17-19. Paris/Roma: Victorem Palmé, 1866, p. 437-442).

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *De centesimo seu iubileo anno liber*. Apud: Sac. D. QUATTROCHI. "L'anno santo del 1300". **Bessarione: pubblicazione periodica di studi orientali**. Roma, Anno IV, vol.7, 1899-1900. p. 299-317.

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *De centesimo seu iubilaeo anno liber*. Apud: FOSSI, G. (Dir). **La Storia dei Giubilei**. Vol.1 (1300-1423). Prato: BNL – Edizioni; Giunti Gruppo Editoriale, 1997. p. 191-215.

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. **De centesimo seu iubilaeo anno liber**. Org. Claudio Leonardi. Texto crítico Paul Gehardt Schmidt. Tradução e notas de Antonio Placanica. Florença: SISMEL-GALLUZZO, 2001.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001, vol.1.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. de B. “Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047)”. **Signum**, v. 11, n. 2, p. 76-108, 2010. DOI: 10.21572/2177-7306.2011.V11.N2.05. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/23/22>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BAGLIANI, A. P. **Cardinali di curia e ‘familiae’ cardinalizie**: dal 1227 al 1254. Pádua: Antenore, 1972. 2 v.

BOUREAU, A. **Le pape et les sorciers**. Une consultation de Jean XXII sur la magie en 1320 (manuscrit BAV Borghese 348). Roma: EFR, 2004.

CHEN, J. W. “Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China”. **The Journal of Asian Studies**, v. 69, n. 4, p. 1071-1091, 2010.

CHEN, J. W. e SCHABERG, D. (Orgs). **Idle Talk**: Gossip and Anecdote in Traditional China. Berkeley: GAIA Books, 2013.

DE VICENTIIS, A. "Scrivere contro la storia: Il cardinale Iacopo Stefaneschi (1260ca.-1341) e i suoi opuscoli metrici". In: ANDALORO, M.; MADDALO, S. e MIGLIO, M. (orgs). **Frammenti di Memoria: Giotto, Roma e Bonifacio VIII**. Roma: ISIME, 2008. p. 7-15.

DYKMANS, M. "Les palais cardinalices d'Avignon". **Mélanges de l'École française de Rome: Moyen-Age, Temps modernes**. Tomo 83, n. 2, 1971, p. 389-438.

DYKMANS, M. **Le Cérémonial papal: de la fin du Moyen Âge à la Renaissance: Le cérémonial papal du XIIIe siècle**. Bruxelles/Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1977. v. 1.

DYKMANS, M. **Le Cérémonial papal: de la fin du Moyen Âge à la Renaissance: De Rome en Avignon ou le cérémonial de Jacques Stefaneschi**. Bruxelles/Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1981. 3 v.

EHRLE, F. "Zur Geschichte des päpstlichen Hofceremoniells im 14. Jahrhundert". In: DENIFLE, P. H. e EHRLE, F. (Orgs). **Archiv für Literatur - und Kirchen - Geschichte des Mittelalters**. Fünfter Band. Freiburg Im Breisgau: Herder'sche Verlagshandlung, 1889. p. 565-602.

FERNANDES, F. R. "Nem Roma, nem Avinhão, mas Pisa". In: SOUZA, J. A. de C. R. de (Org). **As relações de Poder: Do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa**. Porto Alegre: EST, 2011. p. 69-87.

FOIS, M. "Il giubileo del 1300". **Archivum Historiae Pontificiae**. v. 38, p. 23-40, 2000.

FRUGONI, A. « Riprendendo il De centesimo seu Iubileo anno liber del Cardinale Stefaneschi ». **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano**, v. 61, p. 163-172, 1949.

FRUGONI, A. *II* « Libro del Giubileo » del cardinale Stefaneschi. **Bulletino dell'Istituto storico italiano per il Medio Evo**, v. 62, p. 01-121, 1950. Reimpresso em: **II Giubileo di Bonifacio VIII**. Anagni: Istituto di Storia e di Arte del Lazio Meridionale, 1996.

GAETANO MORONI ROMANO. **Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastica**: Da S. Pietro sino ai nostri giorni. Vol. XXVIII (FR-GE). Veneza: Tipografia Emiliana, 1844, p. 92-110; Vol. LXIX (SPO-STE), 1854, p. 294-295.

GENEQUAND, Ph. "Des ombres aux chapeaux rouges. Pour une nouvelle histoire des cardinaux à la fin du Moyen Âge". *In*: BARRALIS, Ch.; BOUDET, J-P.; DELIVRÉ, F.; GENET, J-Ph. (Orgs.). **Église et État, Église ou État?** Les clercs et la genèse de l'État moderne. Roma/Paris: École Française de Rome/Publications de la Sorbonne, 2014. p. 249-279.

GUENEE, B. **Histoire et Culture historique dans l'Occident Médiéval**. Paris: Aubier Montaigne, 1980.

GUILLEMAIN, B. **La cour pontificale d'Avignon (1309-1376)**: étude d'une société. Paris: Broccard, 1962.

GUIMARÃES, M. L. "As intenções da escrita da história no outono da Idade Média". *In*: TEIXEIRA, I. S.; BASSI, R. (orgs.). **A escrita da história na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 76-89.

HÖSL, I. **Kardinal Jacobus Gaietani Stefaneschi**: Ein Beitrag zur Literatur - und Kirchengeschichte des beginnenden vierzehnten Jahrhunderts. Vaduz: Kraus Reprint, 1965.

JUGIE, P. "Avant ou hors de l'université : remarques sur la formation intellectuelle initiale des cardinaux de la papauté d'Avignon". *In*: BENÉZET, B. (Org). **L'université d'Avignon**. Naissance et renaissance, 1303-2003. Arles: Actes Sud, 2003. p. 118-121.

JUGIE, P. "Cardinaux et chancelleries pendant la papauté d'Avignon. Une voie royale vers les honneurs?". In: JAMME, A; PONCET, O. (orgs.). **Offices et papauté (XIV<sup>e</sup> - XVII<sup>e</sup> siècle)**. Charges, hommes, destins. Roma: EFR, 2005, p. 651-739.

JUGIE, P. "Les cardinaux de la papauté d'Avignon, des lettrés?" In: GILLI, P. (coord). **Les élites lettrées au Moyen Âge**. Modèles et circulation des savoirs en Méditerranée occidentale (XII<sup>e</sup>- XV<sup>e</sup> siècles). Actes du séminaire du CHREMMO. Montpellier: PUM, 2008. p. 171-193

JUGIE, P. "Les cardinaux issus de l'administration royale française: typologie des carrières antérieures à l'accession au cardinalat (1305-1378)". In: **Crises et réformes dans l'Église de la réforme grégorienne à la préréforme**. Actes du 115<sup>ème</sup> Congrès national des sociétés savantes (Avignon, 1990). Section d'Histoire médiévale et de Philologie, Paris: CTHS, 1991, p. 157-180.

JUGIE, P. "Les familiae cardinalices et leur organisation interne au temps de la papauté d'Avignon. Esquisse d'un bilan". In: **Aux origines de l'État moderne**. Le fonctionnement administratif de la papauté d'Avignon. Anais, Avignon (23-24 janeiro/1988). Roma: École Française de Rome, 1990. p. 41-59. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/efr\\_0000-0000\\_1990\\_act\\_138\\_1\\_3923](https://www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1990_act_138_1_3923). Acesso em: 23 jul. 2020.

JUGIE, P. **Le Cardinal Gui de Boulogne (1316-1373)**: Biographie et étude d'une familia cardinalice. Tese (Arquivista-Paleógrafo). Paris: École National des Chartes, 1986. 3 v. (Material Inédito, Datilografado).

LABANDE, L-H. "Le cérémonial romain de Jacques Cajétan. Les données historiques qu'il renferme". **Bibliothèque de l'école des chartes**. t. 54, 1893. p. 45-74. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/bec\\_0373-6237\\_1893\\_num\\_54\\_1\\_447729](http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1893_num_54_1_447729). Acesso em: 20 jun. 2018.

LEONARDI, C. "Introduzione – Prolegomena". In: STEFANESCHI, I. **De Centesimo seu iubilaeo anno**. Florença: SISMEL – Galluzo, 2001. p. VII-XIII.

MOLLAT, G. "Miscellanea Avenionensia". **Mélanges d'archéologie et histoire**, t. 44, 1927. p. 01-10. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/mefr\\_0223-4874\\_1927\\_num\\_44\\_1\\_8549](https://www.persee.fr/doc/mefr_0223-4874_1927_num_44_1_8549). Acesso em: 20 jun. 2018.

NOLD, P. **Pope John XXII and his Franciscan Cardinal: Bertrand de la Tour and the Apostolic Poverty Controversy**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

PIRON, S. "Avignon sous Jean XXII, l'Eldorado des théologiens." **Cahiers de Fanjeaux, Jean XXII et le Midi**. n. 45, 2012. p. 357-391.

RAGIONIERI, G. "Jacopo Stefaneschi e il *De Centesimo*: Um Cardinale testimone del primo giubileo". In: FOSSI, G. (Dir). **La Storia dei Giubilei**. Vol.1 (1300-1423). Prato: BNL – Edizioni; Giunti Gruppo Editoriale, 1997. p.216-223.

ROBIGLIO, A. A. **La sopravvivenza e la gloria**: Appunti sulla formazione della prima scuola tomista (sec. XIV). Bolonha: ESD, 2008;

SCHIMMELPFENNIG, B. **Die Zeremonienbücher der Römischen Kurie im Mittelalter**. Tübingen: Max Niemeyer, 1973.

THEIS, V. "De Jacques Duèse à Jean XXII: la construction d'un entourage pontifical". **Cahiers de Fanjeaux, Jean XXII et le Midi**. n. 45, 2012. p. 103-130.

TEIXEIRA, Igor S. Duas canonizações napolitanas? Tomás de Aquino e Luís de Anjou (1308-1323). **Tempo**, v. 25, n. 1, p. 88-109, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042019000100088&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042019000100088&lng=en&nrm=iso). Acesso em: out. 2019.



TOCCO, F. **La quistione della povertà nel secolo XIV secondo nuovo documenti.** Nápoles: Francesco Perrella, 1910.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Igor Salomão Teixeira

teixeira.igor@gmail.com  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Professor Adjunto de História Medieval  
Porto Alegre  
Rio Grande do Sul  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Igor Salomão Teixeira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Departamento de História.  
Av. Bento Gonçalves, 9500  
Agronomia  
91501970  
Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa-postal: 15055

## FINANCIAMENTO

Bolsista de produtividade/CNPq.

Este artigo apresenta os primeiros resultados do projeto "O cerimonial romano de Jacopo Gaetano Stefaneschi (ms. 1706 Ceccano): política e cultura histórica na corte papal de Avignon (1294-1352)" financiado com bolsa de produtividade pelo CNPq.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

*Copyright (c)  
2020 História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
Sem Derivações 4.0  
International.*



RECEBIDO EM: 31/OUT./2019 | APROVADO EM: 13/ABR./2020

# A literatura mística feminina e a escrita da História na Baixa Idade Média ocidental: entre biografia, memória e relato social

## Female Mystical Literature and History Writing in the Western Late Middle Ages: Between Biography, Memory and Social Report

André Luis Pereira Miatello <sup>a</sup>

E-mail: [andremiatello@ufmg.br](mailto:andremiatello@ufmg.br)

<http://orcid.org/0000-0002-1254-8837> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil

### RESUMO

Michel de Certeau classifica a linguagem mística como “fábula”, isto é, como algo que precisa ser dito e que constitui uma forma especial de enunciação da experiência histórica; como enunciação, a mística constitui uma “prática de escrita” que pretende redefinir os limites do dizível, do real e do verdadeiro; durante a Idade Média, a escrita mística feminina inseriu as mulheres no campo da historiografia, até então marcadamente masculina, pela qual fabricaram uma linguagem específica de enunciação da vida interior que se apresenta sob a forma de narrativas biográficas. Neste texto, serão estudadas *Li Vida de la Benaurada Sancta Doucelina* e *Il Memoriale di Angela da Foligno* produzidas por mulheres da Baixa Idade Média desde a perspectiva da narrativa de memória para entender se e como a linguagem mística engendra novas formas de narrar a história e se essas formas indicam novos caminhos para entendermos as noções de objetividade, subjetividade e alteridade na história e na historiografia ocidental.

### PALAVRAS-CHAVE

Mística; Mulheres; Historiografia Medieval

### ABSTRACT

Mystic language is classified by Michel de Certeau as “fable”, that is, as something that must be said and that constitutes a special form of enunciation of historical experience; as enunciation, mysticism constitutes a “writing practice” that seeks to redefine the limits what is sayable, real, and true. During the Middle Ages, female mystical writing inserted women in the field of historiography, which used to be completely composed of males. Through mystical works, they fabricated a specific language of enunciation of the inner life, one that presents itself in the form of biographical narratives. This paper examines *Li Vida de la Benaurada Sancta Doucelina* and *Il Memoriale di Angela da Foligno*, documents produced by women of the Late Middle Ages, from the perspective of narrative memory to understand if and how mystical language creates new ways of narrating history and whether these forms indicate new ways of understanding the notions of objectivity, subjectivity and otherness in Western History and Historiography.

### KEYWORDS

Mysticism; Women; Medieval Historiograph

## Introdução

Entre as *Histórias contra os Pagãos*, de Paulo Orósio (c. 385- c. 420), e as *Histórias Florentinas*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), contam-se centenas de outras obras de história escritas em prosa ou verso, em latim e nas mais variadas línguas romances. Bernard Guenée (2006, p. 526) define a história como “um relato simples e verdadeiro, visando transmitir à posteridade a memória do que passou”, um relato escrito que buscava em outros relatos escritos e no testemunho oral as referências da própria narrativa.

Todavia, para nossa tristeza, os escribas ocidentais do período medieval, tão interessados em escrever sobre o passado, não procuraram sistematizar ou discutir as diversas maneiras pelas quais eles redigiam obras que consideravam históricas. O que sabemos é que a historiografia não era uma atividade metódica ou científica e que sequer perseguia uma mesma finalidade, ao narrar acontecimentos que tanto podiam estar num passado distante como no presente. Assim, os livros históricos expressavam-se em gêneros narrativos variados, como os anais, as crônicas (locais, regionais ou universais), as genealogias, as biografias e as próprias histórias (também locais ou universais), cada qual com suas regras e premissas. O historiador era mais um compilador do que um autor, pois seu interesse não era ser original e nem se sentia o criador das matérias que narrava; ao escrever, ele acreditava obedecer às *auctoritates* de seu ofício, que podiam ser a Bíblia (cheia de livros de história) ou os autores antigos (gentios ou cristãos).

Os livros de história interessavam às pessoas do poder e da religião, às instituições, às coletividades e a diversos indivíduos, homens e mulheres, santos e pecadores. A depender dos tempos e lugares, um livro de história podia oscilar entre ser uma narrativa com finalidade edificante e um repositório de documentos organizados e circunstanciados com finalidade político-jurídica de validade institucional.

Um livro de história fornecia informação sobre o passado, preservava a memória de famílias e corporações, ajuntava, produzia e conservava documentos do interesse de instituições seculares e eclesiais, exaltava os feitos de pessoas consideradas ilustres, comemorava eventos de alto significado político-social e engrandecia dinastias, reinados, casas religiosas, ofícios eclesiásticos e toda uma infinidade de motivos e situações, podendo ser uma narrativa memorialista ou até mesmo um relato épico e heroico.

A despeito da multiplicidade de objetivos e da variegada natureza narrativa desses textos de história, podemos dizer que a historiografia redigida no Ocidente medieval era uma prática erudita que exigia um mínimo de perícia durante a recolha das informações e dos testemunhos, capacidade de efetuar o que chamamos de crítica documental e, talvez, sobretudo, talento literário, pois a historiografia daquele tempo mantinha o lastro com a época anterior, em que a escrita da história obedecia aos cânones da gramática, poética, retórica, enfim, das belas-letas (BOUCHAUD, FUGRE-LEVEQUE, WALLERICH 2017 p. 3). Daí, que todo historiador (homem ou mulher) precisava demonstrar habilidade com as palavras, com a forma literária e com as disposições da matéria a ser narrada, o que fazia desse escritor um *litteratus*, isto é, uma pessoa erudita e culta. Porém, esse escritor erudito não era historiador em tempo integral e nem ganhava a vida exclusivamente com esse ofício; os historiadores eram pessoas que operavam segundo as necessidades e circunstâncias do momento (GUENÉE 2006, p. 523), podendo desempenhar, simultaneamente, outras atividades políticas, religiosas ou acadêmicas, sobretudo a partir do século XII.

Apesar de, na Itália das comunas, haver existido cronistas leigos contratados para registrar a história local – eles eram geralmente notários públicos –, é certo que a grande maioria dos historiadores, desde o século V, eram clérigos (bispos, monges, cônegos e frades) e que, em ambos os casos, eram homens. Porém, os estudos conduzidos desde a década de 1990

elencaram um volume considerável de obras históricas escritas em casas religiosas femininas, ou em seu entorno, cuja autoria pode ser atribuída, com muita probabilidade, às mulheres eruditas que ali residiam (VAN HOUTS 1992; MOULINIER 1995; NELSON 1996). Nos mosteiros femininos, os *scriptoria* funcionavam no mesmo regime de trabalho de seus correlatos masculinos: as religiosas dedicavam-se a copiar e também a produzir narrativas históricas que, com algumas diferenças de ênfase, organizavam-se aos moldes da historiografia monástica masculina. É o caso, por exemplo, da Abadia de Gandersheim, onde viveu Rosvita (935-1002), a monja dramaturga, poetisa e historiadora que, em 968, completou as *Gesta Ottonis Imperatoris*, história versificada que comemorava a coroação imperial de Otto I, em 962 (LEES 2013).

O caso de Rosvita é bastante emblemático, mas não é único. No século X, nas regiões orientais da *Francia* (atual Alemanha), onde a família Liudolfinga assentava suas bases políticas, os mosteiros femininos, geralmente régios, contavam-se às dúzias e, em todos eles, as religiosas professoras esmeravam-se em transcrever a memória de suas linhagens, os feitos de seus ancestrais e a própria história de suas abadias e mosteiros; assim, podemos identificar, além de Gandersheim, outros centros monásticos femininos de produção de história, como Essen, onde se destacou a abadessa Matilda (949-1011); Quedlinburg, cujas monjas redigiram os *Annales Quedlinburgenses*, entre 966 e 999; e Nordhausen, que produziu duas *Vitae Mahthildis* (*antiquior* e *posterior*) sob o abaciado de Richburga, entre 962-1007 (VAN HOUTS 1992, p. 54-59). Janet L. Nelson (1996 p. 192) vai ainda mais longe, ao apostar que os *Annales Mettenses Priores* (compostos por volta de 806), considerados até recentemente obra anônima ou coletiva, podem ter sido redigidos pelas professoras do mosteiro carolíngio de Chelles, cuja abadessa era a irmã de Carlos Magno, Gisela (757-810).

Esses exemplos apontam para uma evidência negligenciada e, ainda, pouco discutida da presença de mulheres no ofício de historiador e, mais do que isso, da existência de núcleos

produtores de livros, incluindo os de história, que eram mantidos por mulheres. Em tais obras, além da história político-eclesiástico-militar, já convencional entre os historiadores homens, nota-se que as historiadoras procuraram realçar a atuação de mulheres no passado e, como se vê no caso de Rosvita, de colocá-las à altura dos homens como personagens de igual relevância histórica. Além disso, os mosteiros germânicos não eram os únicos a contar com historiadoras. Seria muito distante da realidade que as demais residências monásticas femininas da cristandade tivessem cronistas homens, pois o trabalho de cronista, num mosteiro, não só era uma função que dependia de nomeação oficial por parte do abade ou da abadessa, mas era um cargo ocupado permanentemente por religiosos ou religiosas locais designados para o ofício por haverem demonstrado perícia na escrita, capacidade de observação dos acontecimentos e síntese narrativa. Para a região italiana, num período mais tardio (sécs. XV-XVI), Kate Lowe (2003) notou a imensa potencialidade de narrar a história demonstrada pelos conventos femininos e como tais crônicas conventuais registram uma interpretação religiosa do passado a partir de uma perspectiva que a autora qualifica de feminina.

No conjunto literário manejado por mulheres do período medieval, destacam-se diversos outros gêneros compositivos e outras escritoras. É notável como, sobretudo a partir do início do século XIII, abundaram os chamados escritos místicos que, ao mesmo tempo em que discorriam sobre as experiências profundas de oração e de enlevo espiritual de mulheres extáticas, também registravam suas vidas com uma finalidade, senão idêntica, ao menos semelhante à da historiografia, pelo menos no quesito edificação, instrução, exaltação memorialística e compromisso de relatar a verdade dos acontecimentos.

Ademais, a experiência de arrebatamento místico (ou pelo menos a aceitação social desse fenômeno) projetou a mulher para uma posição de destaque na sociedade local e até nacional, o que possibilitou e favoreceu que mais narrativas biográficas

sobre mulheres fossem compostas por mulheres – a mística feminina do século XIII abriu ainda mais espaço social para as mulheres escritoras (McGINN 2017, p. 10). Em segundo lugar, as biografias de místicas escritas por mulheres também facultaram que as línguas vernáculas (base quase geral dos escritos místicos femininos) rivalizassem ou até suplantassem o latim como língua primária da escrita biográfica que, como espero demonstrar, assumia estatuto historiográfico. Em terceiro lugar, destaco ainda o fato de que as biografias de mulheres místicas fizeram com que, sob o gênero biográfico, as narrativas históricas transpusessem os muros do claustro e alcançassem as praças das cidades e as casas das famílias leigas, abrindo espaço para uma divulgação ainda mais ampla da literatura biográfica e da narrativa sobre o passado.

Narrar a vida tornou-se uma necessidade ainda maior para tais mulheres, dadas as dificuldades que elas enfrentavam para defender seus ensinamentos espirituais frente a uma teologia científica masculina que colocava sob suspeita todo conhecimento produzido fora do âmbito universitário ou monástico tradicional (TROCH 2013, p. 3). Consideradas subversivas, muitas dessas místicas precisaram apelar para a história, a fim de validar ou autenticar a verdade de suas experiências e de sua doutrina frente à tradição mais antiga da espiritualidade cristã. Assim, as mulheres místicas lançaram mão das biografias não só pelos motivos comuns de enaltecimento, mas também como uma nova forma de enunciação da verdade, tendo como referência a própria subjetividade que defendiam (MAYERS 1998).

Dados os limites deste artigo, tomarei por base documental apenas duas obras biográficas de mulheres místicas, que serão analisadas comparativamente: a primeira obra é *Li Vida de la Benaurada Sancta Doucelina mayre de las Donnas de Robaut* (A Vida da Bem-aventurada Santa Doucelina fundadora das Damas de Robaut), biografia/hagiografia em língua provençal, composta provavelmente em 1297 pelas beguinas discípulas de



Doucelina de Digne (1214-1274), em Marselha; a segunda obra será o chamado *Memoriale* de Santa Ângela de Foligno (1248-1309), que é uma espécie de autobiografia ditada por Ângela em vernáculo umbro e anotada e traduzida simultaneamente para o latim por um frade seu discípulo que se intitula *frater A.*, entre 1291-1297.

Espero demonstrar que a literatura mística do século XIII, marcadamente biográfica e, neste caso, historiográfica, trouxe uma contribuição considerável para a escrita da história ocidental, pois alargou as possibilidades linguísticas de expressar as vivências humanas no tempo e ajudou a questionar os limites entre o real e o ficcional, o homem e a mulher, o oral e o escrito, o latim e as línguas vernáculas, o sagrado e o profano; além disso, essas biografias de místicas constituíram um exercício concreto de como usar os recursos da historiografia para narrar a memória de si e, dessa forma, serviram também para destacar o lugar do sujeito na história coletiva; enquanto expressões da interioridade humana, as biografias de místicas forjaram (ou contribuíram para forjar) um léxico qualificado para descrever as vivências da consciência e identificar o lugar da consciência na história. Por fim, pode-se dizer que as biografias de místicas também aportaram uma discussão que, no fundo, reelaborou o papel da providência divina no tempo humano e o papel da liberdade humana frente aos desafios de sua trajetória histórica.

## A mística e a escrita da história

Como experiência extraordinária e individual de uma realidade que se crê transcendente, a mística não se preza facilmente a definições, principalmente porque ela não é algo relativo a um lugar e a um tempo precisos. Sob o nome de místicos, podemos retroceder a Sidarta Gautama, o Buddha, no século V a.e.c., passando pelo teólogo sufi Rumi, no século XIII, e chegando a tantos outros, no século XX, como Thomas Merton, Ety Hillesum ou Simone Weil. Como se vê, a mística pertence a muitas religiões e suas manifestações podem

variar desde um modo mais consciente de vivência religiosa até a estados de alteração psíquica ou emocional que levam o 'místico' a experimentar êxtases, arrebatamentos mentais e outros fenômenos fora do comum.

Na *Encyclopaedia Universalis*, em 1971, Michel de Certeau propunha que mística é:

um conhecimento experimental que, lentamente, se separou da teologia tradicional ou das instituições eclesiais e que se caracteriza pela consciência, adquirida ou recebida, de uma satisfatória passividade onde o eu se perde em Deus (*apud* LION 1987, p. 407).

Ao ressaltar certa equivalência entre 'conhecimento experimental' e 'consciência da presença de Deus', Certeau define mística como uma relação especial entre dois sujeitos, o humano e o divino, em que esse último absorve ou arrebatava o primeiro. Certeau também destaca que essa relação assenta-se num tipo de conhecimento que, embora não contradiga, ao menos não se confunde com a teologia (enquanto ciência tradicional sobre Deus) e nem com as diversas comunidades de fé (e suas explicações catequéticas), de modo que o 'místico' é necessariamente um indivíduo diferente dos demais membros de sua comunidade. Esse modo de entender o problema, certamente, tem o seu lugar nos estudos de mística moderna ocidental, porém, por si mesmo, ele pode nos levar a diminuir alguns elementos irrenunciáveis da compreensão de mística antes da modernidade.

Bernard McGinn (2012, p. 17) adverte que "nenhum místico (pelo menos não antes do século presente) acreditava em ou praticava "mística". Eles acreditavam em e praticavam cristianismo (ou judaísmo, ou hinduísmo ou o islã), ou seja, em religiões que continham elementos místicos (...)". Essa precaução evita que pensemos que o estado místico era algo procurado por si mesmo ou que constituía um valor diferente ou diferenciador para aquele que se sentia tomado por essa

consciência especial do divino. Para evitar tais problemas, McGinn estabelece a seguinte distinção: 1) mística como parte ou elemento da religião; 2) mística como um processo ou modo de vida e 3) mística como uma tentativa de expressar uma consciência direta da presença de Deus” (McGINN 2012, p. 16). Esse último tópico é digno de nota, pois ele está diretamente associado aos diversos *textos* produzidos para registrar e exprimir a experiência mística e para ensinar o modo de vida místico aos que por ele se interessavam.

Os casos que iremos estudar demonstram a pertinência dessa distinção: Doucelina de Digne e Ângela de Foligno, praticantes do cristianismo, vivenciaram um processo espiritual que as promoveu a um estado de enlevo e de alteração da consciência e, a partir disso, suas experiências foram a base da redação de narrativas místicas com o fito de fornecer instrução e conselho para outros praticantes. Para nós, interessa mais o texto místico, e sua narratividade, do que a experiência que, em si, já não é mais recuperável, a não ser nos limites do registro biográfico. Portanto, se o que resta é o escrito místico e sua repercussão na comunidade de crentes – pois todo texto místico é composto para uma audiência mais ou menos vasta –, a literatura mística é o suporte primário para o aprendizado da mística e também para o seu estudo.

Se no verbete ‘*mystique*’, da *Encyclopaedia Universalis*, de 1971, Certeau parece valorizar mais a fugacidade da experiência mística do que a posteridade do registro escrito, o mesmo não ocorre em sua obra magistral, *La Fable Mystique* [A Fábula Mística], de 1982. Nesse livro dedicado à literatura mística dos séculos XVI-XVII, Michel de Certeau observa que os escritos místicos modernos passaram a ser vistos a partir da noção de fábula, cuja etimologia evoca o verbo latino *fari*, que significa falar. A fábula seria a nova condição da expressão da experiência mística após a ascensão da cultura escrita, no século XVI, quando as oralidades enunciativas do real foram desmerecidas

pelos “examinadores” e “observadores” científicos (CERTEAU 1982, p. 23); como ‘fábula’, o escrito místico foi associado ao ficcional, isto é, ao não real imaginado e, com isso, tornou-se o oposto da historiografia. Porém, notem que o qualificativo fábula aplicado à literatura mística seria uma consequência da nova postura epistemológica surgida na modernidade, uma manobra, sobretudo, iluminista.

Michel de Certeau, por sua vez, não concorda com isso. Se, como ele diz, o texto místico é “um artefato do silêncio” (CERTEAU 1982, p. 50), a historiografia não deixa de ter relação com a ficção: para ele, a historiografia manifesta um quê de comédia e, nesse sentido, também dialoga com a ficção. A escrita da história seria “uma comédia dos erros”, uma “encenação” de um *quiproquo* – ela suscita teatralmente os personagens e as falas de outro modo perdidos –, pois em Certeau, a atividade historiográfica prioriza as perdas e não os fatos; a historiografia seria a explicação dessa perda e, nesse sentido, voltamos ao texto místico como artefato do silêncio (NAPOLI 2018, p. 9).

Todavia, o argumento principal a ser aqui ressaltado é que a oposição entre ‘mística fabular’ e ‘historiografia’ é completamente estranha ao século XIII. Em primeiro lugar, porque, então, nem a historiografia era “uma operação definida pelas regras e os modelos elaborados por uma disciplina [metódica] do saber [científico]” (CERTEAU 1973, p. 154), nem a literatura mística “valia pelo que tornava possível e não pelo que provava” (LION 1987, p. 413). Em segundo lugar, porque, no século XIII, não era só a literatura mística que funcionava segundo as engrenagens da oralidade e da linguagem simbólica, mas também a literatura historiográfica, como se verifica, por exemplo, na associação, já feita desde a Antiguidade romana, entre ‘historiografia’ e ‘oratória’. Tanto quanto Marco Túlio Cícero, também os autores do período medieval pensavam que “o bom historiador nada mais era do que o bom orador” (MIATELLO 2015, p. 120). Boa parte das obras historiográficas latinas medievais assumem, em todo ou em parte, aspectos épicos,

trágicos, poéticos e parenéticos que, na grande maioria dos casos, confundem-se, ainda que parcialmente, com as características da narrativa fabular antiga, das canções de gesta ou dos textos laudatórios.

É assim que a escrita da história operacionalizada por mulheres na Baixa Idade Média pôde lançar mão de suportes diversos, como as hagiografias, as crônicas conventuais, os livros de memória ou as autobiografias. Os títulos que nomeiam algumas dessas obras, aliás, são atribuições futuras ou, então, externas que, a depender dos casos, podem nos levar a enganos, supondo, por exemplo, que a prática historiográfica ficasse restrita somente aos textos associados à narrativa de um passado coletivo com finalidades políticas. O empenho feminino nesse campo, bem longe de seguir o modelo convencional antigo (marcadamente masculino), acabou por diversificar e enriquecer, como espero demonstrar a seguir, a abrangência da historiografia em termos de suportes, modos de narrar e de objetos narráveis na qualidade de objetos históricos. É por isso que escolhi tratar da *Vida da Bem-aventurada Santa Doucelina* e do *Memorial* de Ângela de Foligno, pois são textos que se complementam em suas diferenças literárias e, ao mesmo tempo, alargam o padrão convencional da escrita da história, trazendo para essa prática letrada maior perspicácia e maior capacidade de análise das situações humanas ali representadas.

## A Vida de Doucelina de Digne: entre história social e crônica conventual

Doucelina entrou para a história da espiritualidade cristã como uma beguina, nascida em Digne (hoje Digne-les-Bains, na Provença), por volta de 1214-1215; 'beguina' era o nome atribuído a mulheres de diferentes classes sociais que assumiam um gênero de vida penitencial que, apesar da extrema piedade, do celibato e do uso de roupas específicas, não pode ser visto como uma vida religiosa no sentido jurídico e canônico do termo. O cronista Salimbene de Parma (1221-1290), que provavelmente conheceu Doucelina quando visitou a Provença,

por volta de 1247, afirma que “ela nunca entrou numa ordem religiosa, mas viveu sempre, casta e religiosamente, no século” (SCALIA 2007, p. 1532). A ênfase no aspecto ‘secular’ do engajamento religioso de Doucelina denota a sua condição leiga e de todas as suas companheiras e, a propósito, reforça o empenho de estar entre as pessoas e de trabalhar em favor da cidade.

‘Beguína’ designa a mulher que, dentro das possibilidades eclesiais abertas ao gênero feminino, escolheu consagrar a sua vida a Deus por uma atividade geralmente voltada para a assistência social, o ensino e a contemplação, sem se enquadrar nos limites de uma clausura ou sob a tutela de homens, ainda que clérigos (SWAN 2014, p. 11). Diferentemente das monjas, as beguinas não renunciavam aos bens pessoais; ao contrário, conservavam-nos e administravam-nos de pleno direito, muitas vezes celebrando contratos em nome próprio e auferindo bons rendimentos de sua ocupação civil. Era isso que dava às comunidades beguinas condições de plena independência econômica e jurídica em relação aos poderes eclesiásticos e políticos, e garantia que essas mulheres conduzissem suas vidas a seu modo, inserindo-se, inclusive, em atividades profanas, como o artesanato e o comércio.

Doucelina tornou-se beguína em 1240 quando congregou uma pequena comunidade feminina às margens de um ribeirão chamado Roubaud (grafia moderna de *Robaut*), em Hyères, que passou a designar a sua fundação, a ‘Casa das Damas de Roubaud’, nome que se manteve mesmo quando a fundadora mudou-se para Marselha, por volta de 1254, e constituiu ali uma comunidade muitas vezes maior – Salimbene diz que eram mais de oitenta mulheres que ele classifica como “*nobiles domine*” (SCALIA 2007, p. 1534), o que salienta a boa situação social e econômica dessas beguinas provençais e justifica o apelativo ‘damas’ que as próprias beguinas se impunham.

O testemunho de Salimbene confirma o material da *Vida*, pois em ambos os textos a grande característica de Doucelina, a *sancta femina*, era a extrema elevação de sua vida espiritual

demonstrada nos êxtases, nos arrebatamentos e na levitação – geralmente públicos –, bem como nos milagres que realizava, o que nos coloca frente à condição mística que anteriormente definimos. Doucelina estava longe de ser uma beguina comum e, no entanto, sua excepcionalidade facultava que as beguinas, em Marselha, gozassem de ampla aceitação e se tornassem referências de vida espiritual, sobretudo para as mulheres da cidade.

A *Vida da bem-aventurada Santa Doucelina* chegou até nós através de um único manuscrito, provavelmente do início do século XIV e de origem marselhesa. A atribuição de autoria feminina começou quando o cônego Joseph Albanès (1822-1897), o primeiro editor do manuscrito, publicou seu trabalho em 1879. Nessa edição, Albanès inclusive defendia que Philippine de Porcelet (m. 1316), uma abastada matrona que se tornou discípula de Doucelina e era considerada uma segunda fundadora, fosse a verdadeira autora da biografia. Defendia ainda que o manuscrito remanescente era, na verdade, uma versão revista e ampliada, em 1315, de uma primeira versão coligida anos antes, em 1297 (ALBANÈS 1879, p. XXI).

Embora o manuscrito se encerre com um tal de *Iacobus Peccator* suplicando que se rezasse por ele, é muito difícil supor que tenha sido um homem o autor de uma biografia que consegue captar, em filigrana, os detalhes de uma comunidade feminina e que, em diversos momentos, proporciona um testemunho ocular muito íntimo do mundo e da espiritualidade das beguinas – nesse caso, *Iacobus Peccator* não passaria de um copista. A *Vida* fornece tantos detalhes internos e cotidianos da Casa das Damas de Roubaud, que seria praticamente impossível que um homem externo, ainda que sob a assessoria de uma interna, conseguisse demonstrar tamanha familiaridade com a comunidade e com o jeito de ser e pensar de uma beguina provençal. Em diversos momentos, a narração registra os pronomes “nós todas” para tratar das Damas de Roubaud, o que supõe que o narrador seja uma mulher e que pertença à associação:

Disso **nós** temos um testemunho firme e uma garantia segura em toda a vida da santa madre; (...) [Doucelina] nos prometia e nos assegurava que **nós estamos todas** sob os cuidados de Deus, que **nosso estabelecimento** inteiro estava sob a proteção da Trindade Santa; e que sob as asas de São Francisco **todas nós seríamos salvas**” (ALBANÈS 1879, p. 216, grifos meus).

Além do mais, não nos deve causar espanto que as companheiras de Doucelina fossem capazes de redigir uma biografia tão bem elaborada. As Damas de Roubaud eram geralmente abastadas e, inclusive, aristocráticas, o que tornava o aprendizado das letras e da escrita algo mais comum e mais acessível. A própria Doucelina, que era bem alfabetizada, previne suas co-irmãs do risco que o letramento podia significar para uma beguina que, de resto, devia primar pela humildade:

(...) ela recomendava que todas as suas filhas guardassem esta virtude [a humildade] como o fundamento de todo o seu instituto. E por isso, ela não tolerava que elas tivessem igreja própria e nem outras dignidades; **não admitia que tivessem a sutileza das letras** e nem cantassem o ofício (ALBANÈS 1879, p. 30, grifos meus).

Na linguagem franciscana, própria da comunidade beguinal de Marselha, a “sutileza das letras” não significava o simples letramento prático, mas uma perícia literária que homens, como São Francisco de Assis, ou mulheres, como Doucelina de Digne, enxergavam como incompatível com o pauperismo que professavam, pois indicava alta dignidade e demonstração de vaidade. Por outro lado, sabe-se que o apelo desses fundadores para a fuga da ‘sutileza das letras’ tornou-se inócuo desde a origem, pois os religiosos e religiosas, sob uma capa de modéstia, demonstravam, sim, uma ciência retórica não pequena, como podemos comprovar nos relatos hagiográficos franciscanos desde 1229.



Além disso, o fato de haver sido produzida apenas uma versão manuscrita dessa *Vida*, caso isso seja verdade, não torna o texto irrelevante ou pouco influente. Doucelina nunca deixou de ser o que os historiadores da santidade chamam de 'santa local', cuja memória e culto permaneceram vinculados à cidade que detinha seus espólios e que costumava ser aquela em que a pessoa santa passou, se não boa parte de sua vida, ao menos seus últimos anos, tendo lá falecido em fama de santidade. Além disso, Doucelina era a fundadora de uma comunidade de mulheres penitentes que seguiu sendo sempre uma comunidade igualmente local, característica, aliás, que marca a maioria das congregações e conventos femininos da Baixa Idade Média.

O aspecto regional e local desse texto não lhe tira o efeito historiográfico e nem a sua abrangência social. A maior parte dos textos de história escritos no medievo era de história local ou regional, seja por sua abordagem restrita a um lugar específico, embora referente a várias temporalidades, seja por seu alcance em termos de circulação e leitores. A *Vida da bem-aventurada Santa Doucelina* contém, obviamente, a biografia dessa santa, mas também, e de maneira notável, um relato histórico da fundação e desenvolvimento da comunidade das beguinhas da Provença. Seja pelo fato de que se trata de uma santa e de uma comunidade religiosa locais, seja porque as beguinhas nunca deixaram de estar entre as pessoas seculares e de exercerem direitos e poderes na sociedade, a *Vida* apresenta-se sob uma dupla perspectiva: a de crônica conventual e a de história urbana.

É fato que a *Vida* é, em primeiro lugar, uma hagiografia, isto é, um relato laudatório da trajetória existencial de uma pessoa considerada heroicamente virtuosa e santa. A hagiografia, além de pretender difundir o culto do santo biografado, também propõe apresentar a vida desse santo como exemplo para os devotos (finalidade de edificação) e para incitar os fiéis a implorarem ao santo que Deus realize seus milagres (finalidade de intercessão). Porém, uma observação deve ser feita, pois

o aspecto panegírico e, nesse caso, retórico-literário, quando aplicados à hagiografia, não funcionam da mesma maneira que funcionariam no elogio dirigido a um governante ou a um poderoso qualquer.

A hagiografia é, sim, um panegírico, porém, como relato da vida de um santo, que é uma referência moral para uma comunidade de fé, opera a partir de compromissos análogos aos da historiografia, ou seja, a busca e a demonstração da verdade por meio de uma linguagem simples e pouco rebuscada. O hagiógrafo, semelhantemente a um historiador, compromete-se com a justeza de seus testemunhos, com a adequação de seu relato ao que, de fato, ocorreu (os latinos chamavam isso de *res gestae*) e com o dever de dar a conhecer aos presentes e pósteros os feitos e os fatos daquele que ora se tornava o objeto da narrativa, e que era um herói comunitário e um parâmetro para todos os que o reconhecem como santo.

Isso é especial e particularmente aplicável à *Vida da bem-aventurada Santa Doucelina* que, apesar de assumir a finalidade de uma hagiografia, apresenta-se redigida dentro dos cânones da historiografia medieval, conforme os apresenta Bernard Guenée (1980, p. 44-76). A *Vida de Doucelina* se assemelha ao que Guenée chama de “historiografia do claustro”, pois produzida no interno de uma comunidade religiosa, cujos membros são as testemunhas privilegiadas da história que se narra; além disso, a *Vida* comporta a biografia da fundadora e a história da fundação que são, igualmente, louvadas como expressões concretas do agir divino, defende o modo de vida beguino e os direitos da comunidade. A *Vida* também aproxima-se do que Guenée chama de historiografia de corte, pois conhece um patrono – a Casa das Damas de Roubaud –, está escrita em língua vulgar, é uma literatura de propaganda e pretende exaltar a memória de Doucelina.

Como essa *Vida* não vem precedida de um prólogo – lugar em que os autores de histórias e de vidas costumavam declarar suas intenções metodológicas –, fica mais difícil de verificar como a autora empreendeu os processos de levantamento de

dados e de sua respectiva análise. De todo modo, percebe-se que se trata de uma biógrafa que se esmera em fornecer muitas e precisas informações sobre a história local, os monumentos, as instituições e costumes da cidade de Marselha no século XIII (cf. ALBANÈS 1879, p. 24; 134-139; 194-199; 218); a autora também se ocupa também da história da Ordem franciscana na Provença, da história religiosa (cf. ALBANÈS 1879, p. 9-11; 14-20) e da espiritualidade (cf. ALBANÈS 1879, p. 119-125). Nem mesmo a história política lhe é estranha, pois enfatiza a presença de reis, condes, barões e senhores entre os frequentadores da Casa de Roubaud e a cronologia do relato guia-se pelos tempos políticos dos governantes locais (cf. ALBANÈS 1879, p. 33; 35; 37; 43; 81). Para avaliarmos o que a autora pretendia com o seu texto, podemos recorrer ao epílogo da *Vida*. Ali encontramos o propósito da biografia de Doucelina entremeado de, pelo menos, três tópicos convencionais ao gênero biográfico e histórico: dar a conhecer sua vida admirável e imitável; incitar as donas – pois o público-alvo é, principalmente as beguinhas – a seguir os passos da fundadora (ALBANÈS 1879, p. 246). A *Vida* também é um instrumento para impedir que o esquecimento obscureça a memória de uma santa tão especial e tão cheia de virtudes (ALBANÈS 1879, p. 251).

A necessidade de instaurar a historicidade do relato, entretanto, parece mais forte quando a autora põe-se a descrever os êxtases de Doucelina, no capítulo IX. A autora narra esses eventos místicos com grandes detalhes, o que torna o capítulo muito longo, talvez o mais extenso de toda a *Vida*. Chama a atenção o fato de que, bem longe de acentuar o aspecto extraordinário/sobrenatural do evento místico, a autora prefira explicitar sua publicidade (os êxtases eram vistos pelos cidadãos de Marselha) e sua autenticidade, confirmada, em primeiro lugar, pelos experimentos que as testemunhas faziam (alguns alfinetavam a santa durante seu transe ou colocavam objetos quentes em seu corpo para ver se ela sentia dor, no limite, para saber se ela não estava fingindo) (ALBANÈS 1879, p. 80-81); em segundo lugar, a autenticidade se provava pelo renome das próprias testemunhas: a autora anota nome, sexo,

condição social e profissão de cada um dos observadores, dando especial realce para os observadores leigos e seculares. Em terceiro lugar, e talvez mais importante, a autora prefere narrar os fatos comprovadamente verídicos, que, segundo ela, são aqueles colhidos por meio do juramento solene e público das testemunhas, o que torna a investigação historiográfica algo como um inquérito judicial (na *Vida*, encontra-se a descrição de como os testemunhos juramentados eram colhidos). O conjunto desses detalhes permite-nos perceber que essa hagiografia está particularmente empenhada em adequar seu relato aos procedimentos caracterizadores da 'prática historiográfica': inventário das testemunhas, seleção das informações e adequação das matérias à finalidade do escrito, procedimentos que são controláveis pelo próprio historiador.

Mesmo quando se quer descrever os êxtases e transes, a autora permanece no nível exterior do fato (circunstância e local) e evita fazer sugestões sobre os estados da alma da santa extática. Por exemplo: conta como Doucelina era sensível às coisas que a cercavam (elementos naturais, pessoas e situações); como tinha uma saúde frágil, incapaz de suportar os arrebatamentos e transes; e como seu corpo ficava durante esses arrebatamentos. Ao procurar aprofundar a descrição dos êxtases para além do visível, a autora lança mão da tradição hagiográfica convencional, segundo a qual, a união da alma com Deus leva ao aniquilamento do sujeito, porém, não há nenhuma elocubração sobre isso. Para todos os efeitos, a *Vida*, mesmo quando confere espaço ao sobrenatural, o descreve a partir de eixos causais comprováveis e controláveis, insistindo mais no testemunho de observadores do que na fé dos devotos.

Entre os observadores qualificados, a autora concede maior espaço às mulheres: há uma certa preferência por registrar as falas das mulheres da sociedade civil que gravitam ao redor de Doucelina. Nesses momentos, a autora não poupa detalhes: "A mulher do senhor do castelo de Hyères, que possuía uma parcela do senhorio do referido lugar, e que se chamava

senhora Huguette de Fos (...)” (ALBANÈS 1879, p. 122). Reparem que esse tipo de informação não é comum e nem mesmo necessário nos textos hagiográficos convencionais; nas *Vidas* mais desenvolvidas e detalhistas do século XIII, sobretudo na parte que se costumava intitular “tratado dos milagres”, considerava-se suficiente declarar o nome da testemunha e sua condição social; porém, aqui declara-se também o fato de Huguette de Fos ser detentora do senhorio em nome próprio. Qual seria a finalidade dessa informação? As donas de Roubaud não eram mulheres poderosas como Huguette? Com base nisso, sinto-me inclinado a concluir que a *Vida de la benaurada Sancta Doucelina* contém elementos claros de uma defesa da mulher na sociedade provençal e que a autora, dadas as suas preferências narrativas, coloca-se na perspectiva de uma historiadora local para quem as mulheres são testemunhas qualificadas, agentes históricos à altura dos homens e personalidades jurídicas capacitadas para exercer o poder econômico, religioso e político.

## O Memorial de Ângela de Foligno: a experiência mística e a escrita de si como história da alma

Como Doucelina de Digne, Ângela de Foligno consagrou-se a Deus sem entrar em mosteiro algum; ao contrário, após uma forte experiência de eleição divina, ela encetou um caminho espiritual próprio e independente, inspirada pela obra de São Francisco de Assis (1181-1226), mas sem depender de sua Ordem. Porém, ao contrário de Doucelina, Ângela foi mulher casada e mãe de família. Nascida em Foligno, na Úmbria (centro da Itália), por volta de 1248, recebeu seu chamado místico antes do falecimento de seu marido, nos primeiros anos da década de 1280, e, desde então, decidiu-se pela castidade completa, pela pobreza no vestir e no comer. Tal como Doucelina, Ângela tinha boa situação econômica, como demonstra ela mesma, no *Memorial*, quando narra seu gradativo depauperamento por amor a Cristo, porém, diferentemente de sua colega provençal, Ângela não sabia ler

ou escrever e, ao que parece, também não o sabia sua discípula anônima, pois, como foi dito, coube ao *frater A.* a redação de suas memórias.

Essa devota leiga assumiu uma prática devocional e espiritual muito intensa, embora não fosse a única a agir assim no final do século XIII: naquela época, a Úmbria estava povoada de fiéis leigos e leigas penitentes que, em suas próprias casas ou em pequenas comunidades livres, intensificavam a sua fé por meio da renúncia material, da oração frequente, dos jejuns e do trabalho caritativo. O que talvez tenha particularizado Ângela, como também Doucelina, era a intensidade com que empreendia essas práticas de piedade e que as predispunham para os êxtases, as revelações e os arrebatamentos. Mais uma vez, foi a condição mística que colocou a mulher em evidência e a tornou mestra de vida espiritual para a sociedade citadina à sua volta.

Os críticos chamam de *Memorial* à primeira parte de um relato mais extenso, geralmente denominado *Liber Lelle* ou, em italiano, *Il Libro* (O Livro de Ângela, popularmente apelidada de Angelella ou simplesmente Lella): à primeira parte corresponde o relato autobiográfico, com ênfase para as experiências psicológicas da santa que assumem a posição de objeto central da narrativa – a divisão dos assuntos segue a lógica de trinta ‘passos’ que, segundo a beata, são as etapas de sua transformação interior; a segunda parte refere-se a conselhos e instruções dadas por ela a seus discípulos e discípulas e, como tal, não é uma narrativa e nem mesmo se propõe a ser uma recordação, motivo que me levou a restringir o estudo ao *Memorial* exclusivamente, cujo conteúdo recebeu a aprovação eclesial em 1307, dois anos antes de sua morte.

Por infelicidade, o texto original do *Liber Lelle* não é mais acessível; para alguns investigadores, o manuscrito mais antigo, custodiado em Assis, seria uma cópia de outra cópia anterior ou, para outros, uma cópia direta da versão arquetípica. A tradição manuscrita é igualmente complicada, pois contam-se 29 manuscritos agrupados em 8 famílias que

divergem, inclusive, no título oferecido ao livro; como afirma Dino Cervigni (2005, p. 339), o nome *Memorial* (ou *Memoriale*) dado à obra de Ângela é apenas uma conjectura.

Não obstante as dificuldades da tradição manuscrita, a lógica interna do *Liber* está bem consolidada e as variantes não comprometem a sua compreensão. As edições mais recentes costumam priorizar o manuscrito mais antigo, o de Assis, e como tal o *Liber* pode ser interpretado como um todo coerente. Aqui o problema maior decorre da presença de um escriba masculino que, não raro, apresenta-se também como editor do texto angeliano; precisamos entender que esse escriba, que não tenta ocultar a própria voz, também possibilitou que a voz de Ângela fosse audível e que excedesse à sua. Como afirma Cervigni (2005, p. 339), admito que a tradução para o latim de um relato feito em vernáculo pode ter filtrado aspectos imprescindíveis da narrativa oral. No entanto, é forçoso constatar que *frater A.* foi pródigo em fornecer indícios do procedimento de coleta dos relatos bem como do registro das reações de Ângela ao ouvir a leitura do texto que o frade produzia à medida em que ela lhe ditava. E as críticas da santa podiam ser duras:

uma vez, após ter transcrito exatamente aquilo que pude captar de sua boca, ao reler para ela aquilo que havia escrito a fim de que ela pudesse completar alguma informação, ela me disse admirada que não se reconhecia [naquilo que eu anotara]. Numa outra ocasião, quando eu relia para ela a fim de que me dissesse se estava bem escrito, respondeu-me que eu me expressava de modo árido e sem sabor algum; e espantava-se com isso (SANTI 2016, p. 60).

É certo que o registro dessas reprimendas pode servir de autenticação e até de legitimação do ofício de copista assumido pelo frade, um recurso narrativo ou tópico discursivo que aumentaria o grau de fidedignidade do relato. Porém, a característica um tanto improvisada do texto e a espontaneidade com que as falas vão sendo apresentadas – que também são

outros tantos recursos de validação – parecem-me apontar numa outra vertente, aquela de conferir a Ângela o papel autoral.

As marcas desse procedimento são visíveis no uso de verbos no plural, quando se quer ressaltar a contribuição da santa, contrastado com o singular para se referir a ele ou a ela separadamente: “[...] Deus admiravelmente revelou-lhe que tudo aquilo que **havíamos escrito** fora feito sem mentira alguma” (SANTI 2016, p. 50 – grifo meu). Apesar disso, Ângela lamentava-se de que o frade escritor, apesar de sua habilidade literária, não lograva recolher o sentido primeiro de sua fala, isto é, aquilo que se referia à interioridade da narradora ou o seu significado místico; decorre daqui uma característica ausente na *Vida de Doucelina*: a mística vivida – pois Ângela é uma interlocutora presente e participativa – procura uma linguagem mística que lhe corresponda, donde os escritos místicos vão apelar para uma forma de narração que perscrute mais o interior do que o exterior, em outras palavras, mais o mundo dos sentimentos do que o mundo dos eventos. Daí que ela podia dizer: “anotaste aquilo que tem menos valor, o que não vale nada, e deixaste de fora aquilo que a alma sente de mais precioso” (SANTI 2016, p. 62).

A insistência com que a penitente enfatiza a sua experiência mística torna o relato de sua história uma narrativa psicológica, pois a sua vida pública cede espaço ao que se passa em sua alma contemplativa. Ao falar de si, Ângela fala do que lhe vai dentro, daquilo que é invisível aos olhos, e pouca importância conferia às situações de seu entorno. Ela narra, de fato, a sua história, porém, em que medida essa narrativa constitui um exercício de escrita da história?

Michel de Certeau afirma que os escritos místicos (particularmente os modernos) fundam “uma nova forma epistemológica”, que representam “uma maneira de praticar a linguagem de forma diferente (“autrement”)” e que esses escritos são um “conjunto de delimitações e de processos” (CERTEAU 1982, p. 28-29). Sabemos que Certeau, em outra



obra sua, dedicou-se a pensar a escrita da história, uma escrita que Antoine Lion (1987, p. 413) chamou de “conquistadora” e que, como tal, seria o oposto da fábula, já que essa se mostra mais como recepção do que como produção; desse ponto de vista, o escrito místico, aparentemente, não poderia ser entendido como prática historiográfica. No entanto, a fábula também afirma-se como um discurso que diz o verdadeiro, mesmo que não saiba o que diz. O relato místico igualmente assume a temporalidade e as condições materiais dos sujeitos, ainda que seu fito seja a transcendência. Como discurso sobre uma experiência interior, a escrita mística narra uma história: ela fala de sujeitos que elaboram a sua experiência em termos de verdade do fato e de acontecimentos verídicos – a narrativa mística propõe um relato de experiências humanas (passadas ou presentes) que, embora destoe da historiografia política ou militar, afirma-se pela evocação de uma memória que se examina, que se organizava narrativamente e que se propõe como escrita do vivido, muito embora a ênfase não seja a comunidade, mas o indivíduo.

No caso do *Livro de Ângela*, o aspecto biográfico alcança maior amplitude epistemológica pelo fato de se apresentar como uma ‘autobiografia’, isto é, uma releitura consciente daquilo que a narradora reputava mais importante em sua trajetória biológica e espiritual. Kate Greenspan (1991, p. 157) não é a única estudiosa a julgar que a autobiografia, no caso das mulheres do período medieval, estava ligada à hagiografia, como prática letrada, e que ‘autobiografia’ não designava necessariamente um gênero particular, mas um atributo de outros discursos femininos, como os tratados didáticos, as cartas, as revelações e até os poemas (cf. FLAVIN, 2011, p. 158; FLEMING, 2014, p. 36-45; HOWE, 2015, p. 1-28). A escrita de si certamente configura a autobiografia, no entanto, para Greenspan, não haveria, portanto, preocupação com a autoria e não se esperava por originalidade. Ainda segundo Greenspan, as autobiografias femininas, ao contrário de textos biográficos masculinos, não recorriam à autoridade da Bíblia ou da Patrística para referendar o conteúdo; ao contrário,

as mulheres narradoras apelavam antes para a sua própria experiência religiosa e, principalmente, para o seu respectivo desejo de dar-se a conhecer, como o caso de Ângela de Foligno o comprova.

Esses dados elevam a escrita feminina a uma prática identitária expressiva para as mulheres autoras. No entanto, Kate Greenspan parece pouco disposta a admitir que as autobiografias de mulheres fosse uma prática de escrita da história; segundo ela, tais textos não detalham os particulares externos das personagens, evitam fornecer dados concretos, como datas, nomes de pessoas ou lugares, mas adaptam, para fins espirituais, os acontecimentos biográficos – a finalidade parenética transcenderia a historiográfica; ademais, as autobiografias emulam as vidas dos santos, não distinguem os acontecimentos ‘naturais’ daqueles ‘sobrenaturais’ – e entre os dois tipos, opta-se pelo segundo –, e enquadram toda a narrativa dentro das expectativas do que se considerava santidade. A autora não deixa de ter razão quando destaca a pouca precisão temporal ou geográfica demonstrada, por exemplo, na *Vida de Doucelina* e no *Memorial* de Ângela; porém, a caracterização do que seja uma autobiografia feminina (e sobretudo mística) não pode ser tão sumária, pois, o *Memorial*, por exemplo, escapa da grade interpretativa de Greenspan justamente pelo compromisso com a veracidade e com a sequência cronológica – que corresponde à sequência das experiências místicas – que a obra demonstra.

É o próprio *Frater A.* quem considera o relato angeliano uma ‘história’ e que essa história organiza-se narrativamente em seu texto: “Ângela começou a relatar-me um pouco da história [*historia*] que, após a presente narração [*presentem narrationem*], será posta por escrito [*scribetur*]” (SANTI 2016, p. 58). O escriba referia-se a um evento curioso ocorrido com Ângela, na cidade de Assis, quando ela visitou a Basílica de São Francisco, em 1291. Durante o trajeto de vinda, a beata havia experimentado uma doçura espiritual muito intensa que, por desgraça, desapareceu tão logo ela adentrou a Basílica.

Sentindo-se abandonada por Deus, a penitente começou a gritar descontroladamente e a chorar em soluços inconsoláveis, o que chamou a atenção das pessoas presentes no santuário que, obviamente, julgaram-na fora de si. O frade que, além de seu parente e conterrâneo, era também seu confessor, sentiu-se envergonhado ao presenciar aquele ataque histérico. Daí que, tempos depois, quando foi a Foligno, procurou a beata para saber dela o que havia se passado quando daquele rompante inusual e inadequado. Portanto, podemos afirmar que o desejo de saber as razões de um fato histórico ocorrido em público e que poderia comprometer a credibilidade da própria devoção de sua parente é a primeira motivação da escrita do *Liber Lelle*; a segunda motivação é igualmente historiográfica: o frade acreditava que o modo de vida de Ângela e a sua doutrina espiritual precisavam das garantias de fidelidade à Igreja romana – não nos esqueçamos de que o tempo de Ângela era um tempo de acirramento inquisitorial –, o que levou o frade a elaborar o *Livro* com a finalidade de provar que a vida e os ensinamentos de sua conterrânea eram compatíveis com a fé oficial da Sé Apostólica e que correspondia à história de outros santos e santas desde a fundação da Igreja.

Ciente da tarefa que o interpelava, o frade escriba detalhou as dificuldades encontradas para cumprir aquele encargo. Apontou o fato de que, ao começar a escrever, não imaginava quanta coisa Ângela teria a dizer e, por isso, não havia se preparado para organizar tanta informação e nem dispunha, a princípio, dos fólios suficientes para as notas que iam ficando demasiado confusas (SANTI 2016, p. 56). A penitente lhe fornecia os fatos – que ele insiste em chamar de ‘matéria’ – enquanto ele organizava a ‘história’ segundo a ‘ordem conveniente’ dos acontecimentos – é tentador pensar que o frade admitia uma certa divisão do trabalho intelectual: a mulher trazia o material para que o homem o transformasse em história. No entanto, parece-me que não é isso que lhe ocorre, não de maneira clara e consistente, pois ele faz notar que a responsabilidade pela história que narra não era unicamente dele: “com grande reverência e temor, escrevo [estas coisas] a fim de que nada

de meu fosse acrescentado, nem mesmo uma palavra, a não ser precisamente o que pude recolher conforme a sua boca me referia” (SANTI 2016, p. 60).

Ademais, o frade não assumia a condição de *auctor* e preferia, o tempo todo, intitular-se *scriptor*, pois, para ele, a sua fonte, isto é, Ângela, seria o *auctor* ou, no limite, Deus, já que ele admitia que o escrito místico é sempre uma forma de revelação. Assim é que a narradora também deva ser entendida como historiadora, uma vez que era ela que, de fato, fazia a seleção (como ela mesma declarara) daquilo que precisava ou não precisava ser posto por escrito. Nota-se que ela expunha certos acontecimentos místicos e explicava as condições em que ocorreram, pensando ora na compreensão de seu primeiro ouvinte – o frade escriba, ora em seus futuros leitores, mas também e, talvez sobretudo, na sua própria necessidade de se assegurar de que tudo o que lhe ocorria, particularmente durante os arroubos extáticos, era real e não fruto de sua imaginação.

Numa outra ocasião, ela disse ter visto Cristo na hóstia como se fosse um menino. “E parecia que ele fosse grande e muito poderoso, como alguém que possui o domínio [universal]. E parecia que tinha nas mãos alguma coisa como um símbolo de poder e assentava-se num trono; porém, não consigo descrever o que ele segurava nas mãos. E eu vi essas coisas com meus olhos corporais e foi com os olhos corporais que tive a visão da hóstia. (...) E foi tão grande a alegria [dessa visão] que creio que nem a eternidade me fará esquecer-la. E tanta foi a certeza [obtida], que não me restou nenhuma dúvida de coisa alguma. Por isso, não convém que tu escrevas sobre esse assunto (SANTI 2016, p. 80).

Nessa passagem, a seletividade de Ângela respeita as condições de credibilidade e veracidade que ela mesma se impõe naquilo que narra. O critério é histórico e ela esforça-se por transmiti-lo a seu interlocutor. Em conexão com isso, vê-se que a penitente lança mão do escrito para registro daquilo que corre o risco de ser esquecido ou confundido.

O tempo histórico opõe-se à eternidade divina; é certo que a beata considerava que o que pertence à eternidade não carece de escrito, porém, a esmagadora totalidade de suas memórias se colocava na perspectiva do tempo histórico e com ele dialogava. Daí que a 'história' que o frade A. procura organizar respeita as *mutationes* (as transformações) que vão ocorrendo na vida de sua interlocutora – o uso do vocábulo *mutatio* não é em vão, pois aponta para o desenrolar de uma experiência temporal, o lento avanço de uma vida no tempo rumo à eternidade: “Entenda [diz Ângela] que todos esses passos demoram [a avançar] e que grande pena e dor experimenta a alma que pode mover-se para Deus apenas com grande esforço, com dor e com enorme peso” (SANTI 2016, p. 32).

Os passos que Ângela fora elencando não formavam, pois, um sistema ou método acabado e rigoroso que pudesse servir imediatamente para outros devotos; ao contrário, eles significavam antes uma recordação de seu próprio caminho: é a sua vida que se vai desfilando em sua narrativa e essa, na forma do *Liber*, é que deveria servir para a instrução dos fiéis. A *fidelis Christi* – como a santa é chamada pelo frade – admitia que Deus esperava fazer dela um testemunho público de seu poder – ela tornar-se-ia um monumento da ação de Deus e, por extensão, seu *Liber* aumentaria o alcance de sua fama e a de Deus. No segundo passo suplementar (ou 21º passo), ela enunciou o que lhe fora revelado interiormente: “Eu [isto é, Deus] farei em ti [isto é, em Ângela] grandes coisas diante dos povos e por meio de ti serei conhecido e por ti meu nome será louvado por muitas nações” (SANTI 2016, p. 82). Desse modo, o *Memorial* de Ângela não só foi redigido dentro das expectativas de um escrito histórico, como também pretendia ocupar um lugar nessa constelação de relatos: a história autobiográfica informava ao mesmo tempo em que formava e que transformava aqueles que se deixavam tocar pela força da história.

## Conclusão

Ao encerrar este estudo, confesso não ter tido a pretensão de fazer crer que toda a escrita da história operada por mulheres, no período medieval, resumia-se às biografias e autobiografias, ainda que esse gênero literário tenha sido muito praticado por mulheres e tenha constituído importante palco de afirmação feminina (FLAVIN 2011, p. 90-91). Ao lado de crônicas e histórias régias, dinásticas e conventuais, também praticada por mulheres, as biografias e autobiografias de místicas compõem um todo maior de expressão historiográfica que precisa urgentemente ser mais bem investigado, para que se aprofunde a nossa compreensão do fazer historiográfico no período medieval.

Pela *Vida de la Benaurada Sancta Doucelina mayre de las Donnas de Robaut*, verificamos como a historiografia feminina obedecia às regras compositivas das crônicas e das histórias, conferindo às mulheres um posto histórico destacado. Já o *Liber Lelle*, aparentemente menos associado a uma obra de história, mostrou-se um laboratório de escrita da história em que um homem e uma mulher abraçaram a tarefa de conferir historicidade a uma série de experiências místicas e transcendentais. A linguagem mística, naquilo que tem de referente transhistórico, não se furtou aos apelos da historiografia por veracidade, seletividade e confiabilidade dos testemunhos arrolados. Ao mesmo tempo, alargou para o âmbito psicológico a capacidade heurística da história, conferindo legibilidade narrativa aos eventos da alma. É notável como as obras místicas femininas foram aumentando em número, entre os séculos XIV-XVI, em estreita correlação com o crescimento do número de mulheres engajadas numa espiritualidade combativa e ativa no âmbito público. Assim, a mulher mística e o escrito místico (narrativo ou não) demonstram que as mulheres não queriam apenas escrever história, mas assumir um lugar na história contada e controlada por homens, ao menos no Ocidente cristão latino medieval.

Doucelina e Ângela, bem como suas respectivas narrativas, ressaltam que a feminilidade que as constituía era, para elas, um privilégio. Ângela particularmente o demonstrou com força: jamais viu-se limitada ou incapacitada de agir em nome próprio, ainda que isso lhe custasse suspeitas ou calúnias. Não refutava a autoridade masculina que se impunha no interior de sua comunidade de fé, mas não se vergava a ela, sem antes negociar as condições que ela reivindicava, a fim de manter o controle sobre o seu próprio caminho. O frade escriba o reconhecia bem, e Ângela não abriu mão desta prerrogativa de ser ela mesma a mestra de sua história – ousou dizer que ela só contou com a mediação de um homem para a tarefa de compor o *Memorial* porque era analfabeta.

Alberto de Stade, ex-abade beneditino que entrou para a Ordem franciscana em 1240, é o autor de uma história universal, chamada *Annales Stadenses*, encerrada em 1256; pensando em percorrer a história do mundo desde a criação até o seu presente, o historiador acreditava que a finalidade da história era a narração dos feitos (*gesta*) das pessoas, boas ou más (função informativa), e era ao mesmo tempo a acurada investigação desses feitos com o fito de propor exemplos de bondade a serem praticados e de maldade a serem evitados (função educativa ou moral). Também a *Vida de Doucelina* e o *Livro de Ângela* são sensíveis a essas duas funções; entretanto, creio que a função informativa se destaca mais e, nisso encontramos a afirmação da voz feminina na história, pois ambos os textos apresentam-se como escritos de mulheres que narram a sua experiência no tempo e no espaço e registram a memória desta experiência para uso de uma comunidade e, nesse caso, funcionavam como qualquer outro texto de história escrito no século XIII.

## REFERÊNCIAS

ALBANÈS, Joseph (ed.). **La Vie de Sainte Douceline fondatrice des Béguines de Marseille**. Marselha: Étienne Camoin, Libraire-Éditeur, 1879.

BOUCHAUD, Pauline; FougRE-LEVEQUE, Mélanie e WALLERICH, François. Introduction au dossier Faire de l'histoire au Moyen Âge. **Questes Revue pluridisciplinaire d'études médiévales**, n. 36, p. 3-18, 2017.

CERTEAU, Michel de. **L'absent de l'histoire**. Paris: Maison Mame, 1973.

CERTEAU, Michel de. **La Fable Mystique (XVIe-XVIIe siècle)**. Paris: Éditions Gallimard, 1982.

CERVIGNI, Dino S. Angela da Foligno's "Memoriale": The Male Scribe, the Female Voice, and the Other. **Italica**, v. 82, n. 3/4, p. 339-355, 2005.

FLAVIN, Christopher Michael. **The Self, the Church, and Medieval Identities: The Evolution of the Individual in Medieval Literature** [tese de doutorado]. Carbondale: Southern Illinois University Carbondale, 2011.

FLEMING, John V. Medieval European Autobiography. In: DIBATTISTA, Maria; WITTMAN, Emily (org.). **The Cambridge Companion to Autobiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 35-48.

GREENSPAN, Kate. The Autohagiographical Tradition in Medieval Women's Devotional Writing. **A/B: Auto/Biography Studies**, v. 6, n. 2, p. 157-168, 1991.

GUENÉE, Bernard. **Histoire et culture historique dans l'Occident medieval**. Paris: Aubier, 1980.



GUENÉE, Bernard. História. *In*: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. v. 1. Tradução de Lênia Márcia Mongelli. Bauru: EDUSC, 2006. p. 523-535.

HOWE, Elizabeth Teresa. **Autobiographical Writing by Early Modern Hispanic Women**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2015.

LEES, Jay T. David *Rex Fidelis*? Otto the Great, the *Gesta Ottonis*, and the *Primordia Coenobii Gandeshemensis*. *In*: BROWN, Ph., WAILES, St. (org.) **A companion to Hrotsvit of Gandersheim** (fl. 960). Contextual and Interpretive Approaches. Leiden/Boston, 2013. p. 201-234.

LION, Antoine. Le discours blesse sur le langage mystique selon Michel de Certeau. **Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques**, v. 71, n. 3, p. 405-420, 1987.

LOWE, K. J. P. **Nuns' Chronicles and Convent Culture in Renaissance and Counter-Reformation Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAYERS, Susan Lynne. **Tradition and Transgression: what we talk about when we talk about medieval women mystics**. [Tese de Doutorado]. University of Virginia, 1998.

McGINN, Bernard. **As fundações da mística**. Das origens ao século V. Trad.: Luís Malta Louceiro. São Paulo: Paulus, 2012.

McGINN, Bernard. **O florescimento da mística: homens e mulheres da nova mística (1200-1350)**. Trad.: José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2017.

MIATELLO, André. Iacopo de Varagine e a escrita da história no século XIII. *In*: TEIXEIRA, I. S., BASSI, R. (org.). **A Escrita da História na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 112-143.

MOULINIER, Laurence. H comme Histoire: Hrotsvita, Hildegarde et Herrade, trois récits de fondation au féminin. **Clio**. Histoire, femmes et sociétés, v. 2, 1995. DOI: 10.4000/clio.489. Disponível em: <http://journals.openedition.org/clio/489>. Acesso em: 06 jun. 2019.

NAPOLI, Diana. La Fable mystique: une phenomenology de l'écriture. **Les Dossiers du Grihl**, v. 2, 2018. DOI 10.4000/dossiersgrihl.6817. Disponível em: <https://journals.openedition.org/dossiersgrihl/6817>. Acesso em: 06 jun. 2019.

NELSON, Janet L. **The Frankish World, 750-900**. Londres: The Hambledon Press, 1996. p. 183-197.

SANTI, Francesco (ed.). **La Letteratura Franceseana**. La Mistica: Angela da Foligno e Raimondo Lullo. Volume V. Roma: Mondadori, 2016.

SCALIA, Giuseppe (ed.). **Salimbene de Adam da Parma Cronica**. Parma: Monte Università Parma, 2007.

SWAN, Laura. **The wisdom of the beguines**. The forgotten story of a Medieval Women's Movement. Nova Iorque: Bluebridge, 2014.

TROCH, Lieve. Mística feminina na Idade Média. Historiografia feminista e descolonização das paisagens medievais. **Revista Graphos**, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2013.

VAN HOUTS, Elisabeth. Women and the writing of history in the early Middle Ages: the case of Abbess Matilda of Essen and Aethelweard. **Early Medieval Europe**, v. 1, n. 1, p. 53-68, 1992.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### André Luis Pereira Miatello

andremiatello@ufmg.br  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
Minas Gerais  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

André Luis Pereira Miatello  
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História  
Pampulha  
31270901  
Belo Horizonte, MG - Brasil

## FINANCIAMENTO

A presente pesquisa contou com financiamento CNPq - Bolsa Produtividade em Pesquisa-PQ2.

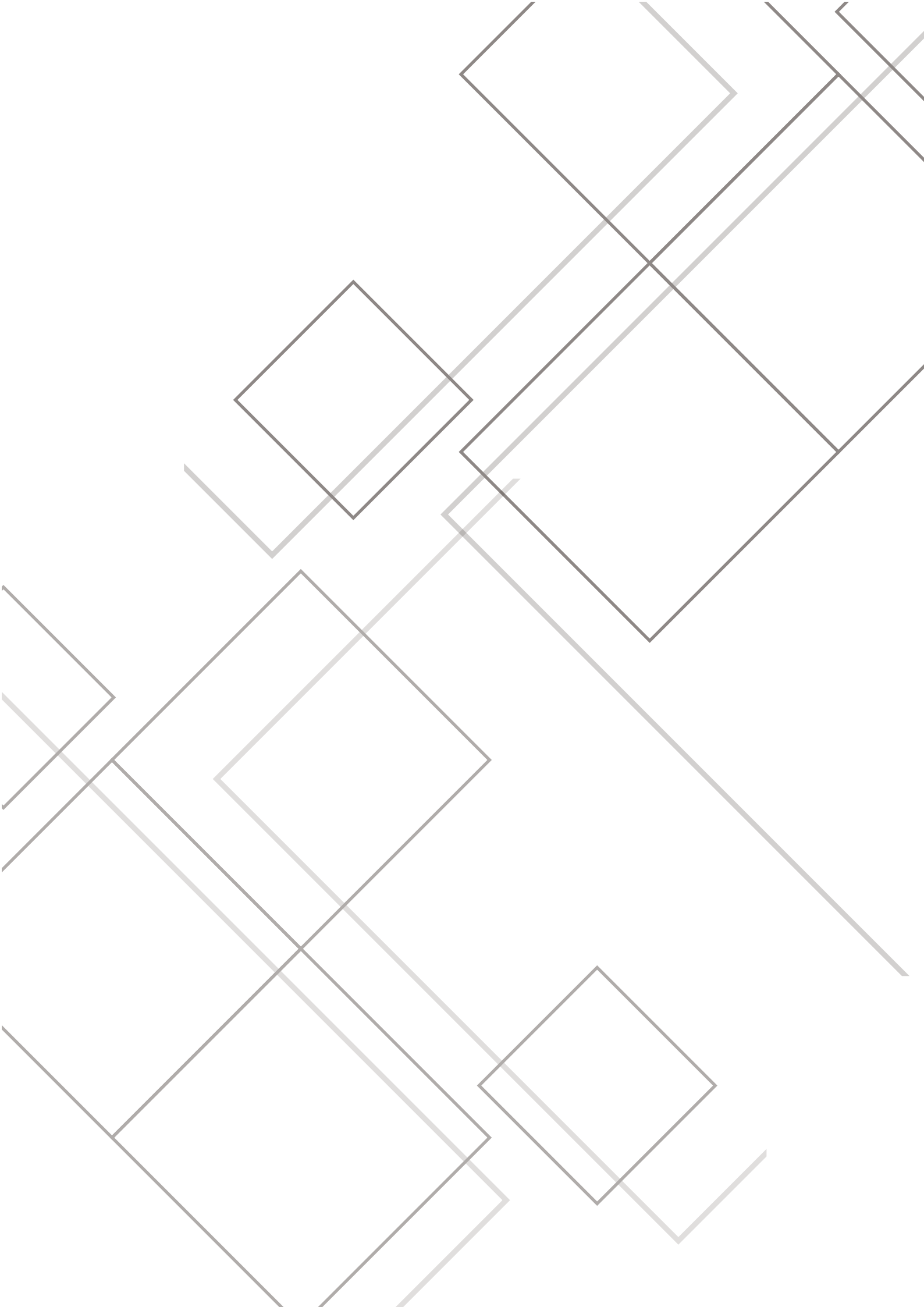
## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
Sem Derivações 4.0  
International.



RECEBIDO EM: 08/AGO./2019 | APROVADO EM: 13/ABR./2019



# History and Historiography in Early Christian Ireland - Muirchú's 'Vita Patricii' and Tírechán's 'Collectanea'

História e Historiografia na Early Christian Ireland – a “Vita Patricii”, de Muirchú, e a “Collectanea”, de Tírechán

**Dominique Santos** <sup>a</sup>

E-mail: [dvcsantos@furb.br](mailto:dvcsantos@furb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-0265-2921> 

<sup>a</sup> Universidade de Blumenau, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil

## ABSTRACT

Despite modern writers noticing the importance of Premodern historiographical phenomena for a deeper comprehension of both Theory of History and History of Historiography, the Irish contribution to the subject is often left aside. Topics such as the *Seanchas* Tradition and Medieval Irish Classicism are not well integrated into such historiographical narrative. The *Seanchaidh*, the Irish *Artifex* of the Past, for example, is broadly mentioned as not a historian, but a chronicler, antiquary, genealogist, hagiographer or pedigree systematizer. This article addresses these issues and, more specifically, we focus on two Irish narratives produced in 7th century by Muirchú and Tírechán. Since they belong to the world of orality and bilingual literacy of Early Christian Ireland, perhaps their works could be understood as bounded by the *Seanchas* Tradition and Medieval Irish Classicism, hence, both could be considered as great examples of the producers of History and Historiography at the time.

## KEYWORDS

Historiography; Medieval; Ireland

## RESUMO

Apesar de alguns escritores modernos terem notado a importância dos fenômenos historiográficos pré-modernos para uma maior compreensão tanto da Teoria da História quanto da História da Historiografia, a contribuição irlandesa para o tema nem sempre é apontada. Tópicos como a tradição *Seanchas* e o Classicismo Medieval irlandês não estão integrados a esse tipo de narrativa historiográfica. O *Seanchaidh*, o *Artifex* irlandês do passado, por exemplo, é frequentemente mencionado como não sendo um historiador, mas, ao invés disso, um cronista, antiquário, genealogista, hagiógrafo ou sistematizador de pedigrees. Neste artigo, tais questões são endereçadas e, de forma mais específica, nos focamos em duas narrativas irlandesas do século VII produzidas por Muirchú e Tírechán. Uma vez que os autores pertencem ao mundo da oralidade e do letramento bilíngue da *Early Christian Ireland*, talvez suas obras possam ser compreendidas como vinculadas à tradição *Seanchas* e ao Classicismo Medieval irlandês, podendo, então, serem consideradas como grandes exemplos das produções de História e Historiografia daquele tempo.

## PALAVRAS-CHAVE

Writing of History; Event; Historical Time.

## Introduction

On several occasions, Medieval historiography has received a similar treatment to that reserved for Ancient historiography, that is, its diverse experiences are brought together and classified under generalizing concepts. If Roman historiography has been synthesized as '*Historia Magistra Vitae*' and the Greek as one that produced a temporal narrative based on 'cycles', for example, the Middle Ages would have had a historiography, above all, ecclesiastical (SANTOS 2015, p. 7-18). In such explanations, one commonly finds syntheses that bring together names like Herodotus, Thucydides, and Polybius for the Greek context; Tacitus and Dion Cassius for the Roman one; while Augustine, Eusebius, and Gregory of Tours would be the medieval representatives. After that, the books of Theory of History and History of Historiography mention Vico, an author from the 17th and 18th centuries. This is mainly because a large portion of scholars who teach the theoretical subjects of History courses have focused on themes linked to more recent temporalities, mainly from the 19th century to the present. Furthermore, they consider that what happened before Ranke, Droysen or Gervinus, would not be professional historiography; that is, premodern historiographies are evaluated with modern eyes, including the Medieval ones (DELIYANNIS 2003, p. 1-16; MOMIGLIANO 2004; MARINCOLA 2007).

Regardless of the historical shapes used to refer to the temporalities involving the texts produced in Ireland between the 5th century and the year 1169, 'Ancient Ireland', 'Late Antique Ireland', 'Medieval Ireland', 'Early Christian Ireland', among similar epithets, specificities are disregarded. When mentioned among Medieval texts, they are classified as not being sufficiently 'historiographic', and are not included in History of Historiography manuals. Even in specific works of Medieval Historiography, Irish texts do not usually appear; Irish authors are often referred to as 'chroniclers', 'antiquarians', 'genealogists', 'hagiographers', or even 'pedigree systematizers'. Thus, the Irish contribution to both Theory of History and

the History of Historiography is lost (SANTOS 2015, p. 7-18; SANTOS 2018). The very rich production developed between the *Seanchas* tradition and Irish Medieval Classicism is no longer integrated into historiographical narratives and the task performed by *Seanchaidh*, the Irish *Artifex* of the past, is ignored.

To contribute to this debate, the following works of two of these Medieval Irish historians are approached: *Vita Sanctii Patricii*, by Muirchú, and *Collectanea*, by Tirechán. From them, we can see that old tales and stories, poetry, fiction, genealogy, hagiography, law and traditional laws, and history and historiography are hard to be considered apart, especially if we observe the classification system of the time. Both Muirchú and Tirechán, despite their differences, wrote their works in a world that connected oral and bilingual literacy, dialoguing with Latin, Greek, and Hebrew traditions in an Ireland that lived between Christianity and Paganism (MILES 2011, p. 34). These authors are great examples of History and Historiography producers and their works allow us to elucidate issues that can enrich our view of Early Christian Ireland.

### Muirchú and Tirechán: life and work

As his name indicates, Muirchú Moccu Machteni was probably a 7th century resident of Mochtaine, one of the Irish *Tuatha* in the region of Mag Macha, plain of Armagh. We know he was someone of relative importance, as he attended, together with Bishop Áed, the Synod of Birr; a King-supported meeting convened by Adomnán, abbot of Iona in the year 697, held in the locality that would correspond to the modern county of Offaly. At the time, abbots, sages, teachers, poets, and kings discussed important themes for that society; it was in Birr, for example, that the *Cáin Adomnáin*, or *Lex Innocentium* (Law of the Innocents, as it was also known) was enacted, a law that defended women and children in vulnerable situations, especially in times of war.

Áed was responsible for incorporating Armagh into a web of ecclesiastical relations called *Paruchia Patricii*, i.e., those churches that had or maintained some kind of relationship with [Saint] Patrick and placed themselves under the tradition of his name, invoking links with the one who, at that time, was already considered important for Irish Christianity.

Then, Armagh was trying to establish itself as the center of Irish religious connections and Patrick was at the center of this propaganda based on a combination of three models of authority, the abbot, the bishop and the *comarbae*. *Paruchia Patricii* would be a model of jurisdiction, bringing together several churches, as if in one family; the *Familia Patricii*, around Armagh (ETCHINGHAM 1999). Muirchú was one of the writers responsible for spreading these ideas in *Early Christian Ireland* and this also helped him to project his name not only during his own time, but beyond it. He is also related to the beginnings of Irish hagiographic production and wrote a document entitled *Vita Sancti Patricii* (Life of Saint Patrick), one of the first and most mentioned hagiographic accounts of [Saint] Patrick, considered the patron of Ireland.

Tírechán also lived in the 7th century and was a disciple of Bishop Ultán moccu Conchobair. According to Terry O'Hagan, if we consider information from the 'Martyrology of Tallaght' (a list of related saints and festivities) Ultán would come from the Ardraccan monastery, located in a territory corresponding to the current county of Meath, in the province of Leinster (O'HAGAN 2011). Tírechán would have studied there under the care of Ultán, around the year 650, and was probably responsible for continuing the work of his master after his death. Tírechán, however, did not come from the region, but belonged to a family from northern Connacht, another province in Ireland. He is related to the Uí Amonngid dynasty, which inhabited the region of Killala Bay, County Mayo. Among all the locations explored in his work, this is the most detailed and receives the most attention from the author, as pointed by O'Hagan (2011). This means that Tírechán stood out among



others and received the necessary investment to leave the north of Mayo, and spend several years acquiring the skills a scribe of that time would have. He received his education in Ultán, in Ardraccon, County Meath, then, on the other side of Ireland, which indicates that he was a member of a family with conditions, that is, a high elite of the time (O'HAGAN 2011).

Both Muirchú and Tírechán produced important texts for our knowledge about Ireland in the 7th century, but also about the history of Christianity in that place. While the former wrote *Vita Sancti Patricii*, the most well-known and cited work on the life of [Saint] Patrick, the latter produced a work whose title we do not know, but which became known as '*Collectanea de Vita S. Patricii*'. It is a collection of memories also related to Patrick and his activities in Ireland. Both works were written in Latin and in the same period. In both cases, there is a link with the thesis that the foundation of Armagh should be the monastic house to obtain primacy over others in Ireland, rivaling, for example, with potential Irish rivals such as Kildare, and even from other locations, like Iona. However, it seems that Muirchú directly defended this idea, while Tírechán was more concerned with an apology in favor of the very notion of *Paruchia Patricii*. Mentioning Patrick meant establishing a connection with an ecclesiastical authority, who was probably already popular in the 7th century and considered one of the pioneers of Irish Christianity (SANTOS 2013a).

Both works appear in a document written in Latin called *Liber Ardmachanus* (L.A.), or Book of Armagh, in English. It was developed in the locality from which it was named, around the year 807 of the Common Era. The oldest part of the manuscript was produced by Ferdomnach of Armagh, who died in 845 or 846, and his scribes.

The work is catalogued as manuscript number 52 (Ms. 52) from the Library of Trinity College Dublin (BOARD OF TRINITY COLLEGE DUBLIN 2011). It is a *Vellum*, which originally had 222 leaves, however, of these, five are missing (the opening *folio*: *fol.* 1; two *bifolia* from the second quire of the Gospel of

Matthew: *fol.* 42-45). Currently, then, the Book of Armagh has 217 *fol.* The text was written in double columns with insular minuscule letters, the Irish minuscule, and has around 34-40 lines per *folio*; the quires are numbered. Its dimensions are approximately 195x145 mm. The manuscript can be divided into three parts: one that contains texts relating to Patrick (*fol.* 2-24); another that presents us the only Irish copy to survive from the time of the New Testament (*fol.* 25-191); and a last one that contains the Life of St. Martin of Tours (*fol.* 192-222) by Sulpicius Severus. The first part (*fol.* 2-24), then, contains *Vita Sancti Patricii*, by Muirchú maccu Machteni, which is located, more specifically, between the *fol.* 2ra-8vb, and *Collectanea de Vita S. Patricii*, by Tírechán, covering the *fol.* 9ra-15vb (BOARD OF TRINITY COLLEGE DUBLIN 2011; GROENEWEGEN 2015).

If we look at both Muirchú's and Tírechán's works with a modern perspective, ignoring the context and specificities of the time, we will find in them a synthesis of various elements that today, undoubtedly, we would classify as literature, fiction, poetry, theology, geography, hagiography, history, jurisdiction, among others. It is not by chance that the two works were significantly depreciated, especially between 1961, due to the interpretation of Daniel Binchy, author of the main synthesis about Patrick back then (elaborated when many people in Ireland believed to be celebrating 1,500 years of Patrick's death) (BINCHY 1962); and only recovered in much more recent times, when new ideas were pointed out, mainly by David Howllet (1994; 2006).

From this modern perspective, both Muirchú's *Vita* and Tírechán's *Collectanea* were seen as carrying generalizations, simplifications and anachronisms. Thus, they would not only have little historiographical value, but they would also be responsible for the mistaken image that we would have of Patrick, a character more legendary than historical. The recommendation was, at least between 1961 and 2006, that, to be able to understand the 'historical Patrick' and

not the 'legendary Patrick', both works should be left aside, abandoned. They would make references to the 7th century itself and could say nothing about the 5th century, when Patrick probably lived. Thus, it would be better if Muirchú and Tírechán were understood, at most, as producers of hagiographies (SANTOS 2013a).

Edward Arthur Thompson went even further on the issue. He has interpreted the works of Muirchú and Tírechán as deeply hagiographic, which we should read from a historical and dialectical materialistic bias, ignoring the praise found in this type of material (THOMPSON 1986). In other words, Thompson practically developed an anti-hagiographic "antidote" (JONES 1987).

In general, then, texts produced in Ireland in those times would not be seen as historiographies. The so-called 'hagiographic works' of Muirchú and Tírechán, much less, as they would be full of fictionalities. Hagiography would have a pejorative character (HOWLETT 1994).

Tírechán's *Collectanea* seems to be more pragmatic than Muirchú's *Vita*. While the former prefers to focus on portraying the daily tasks and activities carried out by Patrick, especially the places he visited in Ireland, the latter represents several actions that were interpreted as miraculous. However, the two authors were associated and classified as fiction producers. Thus, if an image was created of a 'fictional' Patrick, as opposed to a 'real' and/or 'historical' one, this type of text would be to blame, since this would have occurred as the works left by these two authors were the most widely read (HOWLETT 1994; 2006).

Peter Brown showed that the cult of the saints emerged in what he called Latin Christianity and functioned as an agglutinating and structuring element, allowing people of that time to build guidance and meaning for themselves and their communities. In other words, this promoted social interaction around sanctified figures and their respective cults

and traditions, a theme recently explored also by the 'the Cult of Saints' project, led by Bryan Ward-Perkins at the Oxford University (BROWN 1981; WARD-PERKINS, *Cult of Saints*, 2014-2019).

The works of Muirchú and Tírechán produced this support of the necessary symbols for interaction and social life in Ireland back then, and it is important to keep in mind that the authors were successful only because, to insert Armagh into a Patrician tradition, they needed to know and master the methods used in such a context to represent the past. The central characteristics of 7th century Irish historiography, then, were brought together, organized and systematized as plausible narratives, for the audience to which the two works were destined.

'*Saí seanchasa*' or '*Seanchaidhe*' was perhaps the term used in that time for the individual who had the responsibility to organize, produce and present the narratives about the past, which, in turn, were part of *Seanchas*. During the long chronological arc in which this tradition was in force, this Medieval historian appears in the manuscripts performing the most distinct tasks from the point of view of the narrative. In some documents, he may appear as guardian of tradition, a witness who is an expert in interpreting ancestral customs, a genealogist; also as an interpreter of the law, an arbitrator to resolve issues involving disputes that require knowledge of the past, a mnemonic guardian of notary records; or even the holder of knowledge about territorial divisions and borders, someone who prepares the king's speech, a master of eloquence and one who writes or tells the story of a certain fact, circumstance, king or people, whenever requested (SIMMS 1987; 1998). According to Fergus Kelly, he was the one who should provide evidence about the past whenever he was asked to solve any type of dispute or controversy related to genealogical issues, properties etc. (KELLY 1986, p. 93). The *Seanchas* has, then, several developments and so that is how it must be thought (SANTOS 2018).

Even if we decide that Muircú, and Tírechán, because he lived in the 7th century, still cannot be called a 'Saí seanchasa' or a 'Seanchaidhe', we must not forget that they were part of this tradition and had full knowledge of it. After all, *Seanchas* can be defined as 'the memory and narrative of Irish history as preserved and written from the early medieval period to the writing of histories of Ireland in the 17th century' (BHREATHNACH 2007, p. 19). *Seanchas* must be taken, then, as a narrative system that brought together history, myth and tradition (Ó CRÓINÍN 2005; JOHNSTON 2013). Thus, the *Seanchas* are keys to History in Medieval Ireland (BHREATHNACH 2013) and 'encompassed the collective consciousness of the Irish as expressed by their historians' (BHREATHNACH 2014, p. 2). In this way, we propose to think of Muirchú, and Tírechán, as an *Artifex* of the past, probably a *Seanchaidhe*, responsible for the Irish *Seanchas*, or, at the very least, someone inserted in such a tradition, even if it were perhaps still in formation. Let us then proceed to the analysis of the two works and their historiographic characteristics, considering the notions of historiography of the period.

### Historiographical notes on *Vita Sanctii Patricii*, by Muirchú Moccu Machteni, and *Collectanea de S. Patricii*, by Tírechán

In the prologue to his work, Muirchú states that his objective is to narrate 'these few of the numerous deeds of holy Patrick' (*Vita Sancti Patricii, Prologus*, 1). In addition, he also states that he writes 'with little knowledge', 'on uncertain authority', 'from an unreliable memory', as well as 'feebly and in poor style' (*Vita Sancti Patricii, Prologus*, 3).

The first evidence of writing in Ireland that we have are found in the *Ogham Stones*. After these monuments, we have the two letters that Patrick himself wrote, *Confessio* and *Epistola*, which are traditionally dated from the 5th century. Only in the 6th century, perhaps in 597, it is believed that Dallán Forgail, a poet friend of Colm Cille, wrote a text called

*Amra Choluimb Chille*, on the occasion of the Saint's death (BREATNACH 2005, p. 400; O'LOUGHLIN 2006, p. 468; CLANCY 2006, p. 557). Since that moment, we have in Ireland a tradition that developed between literacy (in Latin and Irish, but with a profound influence also from Greek and Hebrew) and orality. Probably, Muirchú was referring to *Seanchas*, although these were still in formation in the 7th century. When he comments, for example, about writing 'feebly and in poor style', he wants to show his readers that he knows Patrick's literary style, who also writes in his *Confessio* that he is a '*peccator rusticissimus et minimus omnium fidelium*'/'I am a sinner, a simple country person, and the least of all believers' (Patrick, *Confessio*, 1). In other words, it is a rhetorical strategy; when writing a life of Patrick, Muirchú shows the audience that he knows the texts that preceded him. According to David Howlett, Muirchú must have taken at least 100 of the 130 words he uses in his prologue from Patrick's *Confessio* (HOWLETT 2006, p. 30-34).

Narrating, for Muirchú, was something difficult and complex that should be done carefully. For this reason, he uses the Latin term '*acutissimos carubdes*' (*Vita Sancti Patricii, Prologus*, 1) to express this difficulty. In order to favor the reception of his work and to be able to situate himself in those versions, which should have existed at the time of Patrick's life, nothing better than being based on the writings of the character represented. There is a process of *mimesis* directly attached to Patrician work, which Howlett understood very well, and which we can see by comparing the following two passages, put in parallel. The first, by Patrick: '(1) *Intermisi* (2) *hominem* (3) *cum* (4) *quo* (5) *fuera* (6) *sex annis*' (Patrick, *Confessio*: 17). The second, by Muirchú: '*Etiam in sexto decimo* (1) *anno* (2) *aetatis* (3) *captus* (4) *et* (5) *sex* (6) *annis seruiuit*' (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, II, 15.2). This comparison, firstly suggested by the Oxford professor, shows that in the Patrician text, the sixth word in the line is 'sex', six. Its last letter is the sixth before the end of the line. In Muirchú, 'sex' is the sixth word after 'sixth'. It would be possible to think of 'coincidence', if these two were the only fragments in which this occurs; however,

quite the contrary is true. As Howlett has pointed out, there are hundreds of parallels, resignifications, and conscious uses that Muirchú makes of Patrick's text (HOWLETT 2006). Historiography has accepted these are the criteria of veracity and 'source quotation' used by the hagiographer, which is related to the historiographic perceptions of the time (SANTOS 2013a; 2013b).

The battle between the 'druids' of King Lóegaire and Patrick, in the province of Tara, cannot be left out either, since the passage is one of the most quoted in Patriciology as a negative example, i.e., that it would be no historiography and to emphasize that Muirchú's text is only fiction. After all, in this fragment, in addition to the various magical conflicts, Muirchú says that one of the Druids took flight like a bird and went to meet Patrick. The problem is that only the modern audience presents this interpretation. Readers at the time, familiar with the *Seanchas* tradition, knew how to separate what was fun, poetry, literature, fiction, from what was history, politics, moral lessons and so on.

Muirchú writes, for example, that there was an attempt to poison Patrick when '*Caenatibus autem omnibus (...)*' while they were all eating' (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 20.1). According to O'Loughlin (2003), the passage is based on Matthew 26:26: '*Cenantibus autem eis accepit Iesus panem et benedixit*', which can be translated as 'And as they were eating, Jesus took the bread, and blessed it'. In addition, we note that there are no references by Muirchú to the 'druids', a kind of Celtic priests, but to the magicians, the Persian equivalent, that did not exist in Ireland. When the fear of the king is mentioned, we have the following: '*Et timuit rex uehementer et commotum est cor eius et omnis ciuitas cum eo*' And the king was in great fear, his heart was trembling, and so was his entire city' (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 20.15). Again, another parallel, says O'Loughlin, as the passage is related to Mark 1:27, which reads, in Latin: '*Et mirat sunt omnes ita ut conquirerent inter se dicents quidam est hoc quae doctrina haec noua*' and can

be translated as: 'And they were all amazed, insomuch that they questioned among themselves, saying, what thing is this? What new doctrine is this?' (O'LOUGHLIN 2003; SANTOS 2014).

O'Loughlin (2003) has also pointed out that Muirchú was based on the biblical Book of Daniel (3.1) too, in which we have the figure of King Nebuchadnezzar (*Nabuchodonosor Rex*). In the work of Muirchú (*Vita Sancti Patricii*, I. 10.1), the equivalent is King Lóegaire (*Lóegaire Rex*), in addition to Nebuchadnezzar himself being mentioned (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 15.2). If in the Book of Daniel events happen in the countryside of a Babylonian province (*In campo Duram provuiciae Babylonis*), in Muirchú that is true as well, but in the great plain of Brega (*In campo Breg maximo*) (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 13.2). The most interesting thing, says O'Loughlin (2003), is that if in the Book of Daniel (3.3) there are satraps, in Muirchú's work too: '*congregates etiam regibus, satrapis, ducibus, principibus*'/there assembled the kings, satraps, leaders princes' (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 15.2). Just as there were no 'magicians', literally speaking, in Ireland, but druids instead (and for this reason it is common for the translators of Muirchú and Tírechán to translate '*magus*' into '*druid*'), there were also no satraps. The Book of Daniel (3.8) ends by saluting the 'king who lives forever', and Muirchú does the same, in Latin: '*rex, in aeternum uiue*' (Muirchú, *Vita Sancti Patricii*, I. 15.5), evident parallels to the Old Testament narrative (O'LOUGHLIN 2003; SANTOS 2013a; SANTOS 2014).

Historiography has already pointed out that Muirchú used several texts available to seventh-century Irish scribes: *Audite Omnes Amantes*, by Sechnall (Saint Secundinus); *Commonitorium*, by Vicente de Lérins; *Etymologiae*, by Isidoro de Sevilha; the apocryphal *Actus Petri cum Simone*; *Passio apostolorum Petri et Pauli*; *Historia Apostolica* or *Uirtutes Apostolorum*, by Pseudo-Abadias; *Libri Miraculorum*; by Gregory de Tours; *Dialogi*, by Gregório Magno; *Passio Iohannis Apostoli*, by Pseudo-Mellitus; The Book of Ultán; *De Locis Sanctis*, by Adomnán; possibly, *Vita Sanctae Brigidae*, by



Cogitosus; in addition to other books (BIELER 1949, p. 115; O'LEARY 1996, p. 2; O'LOUGHLIN 2006, p. 121, p. 159) and, of course, *Confessio* and *Epistola ad Milites Corotici*, by the very own [Saint] Patrick, as we have already suggested.

When dialoguing with these texts, Muirchú, as we have insisted, showed that he knew the *Seanchas*, and that he was a writer 'per cola et commata' (by sentences and phrases), a system used by Saint Jerome (HOWLETT 2006). The author of *Vita Patricii* was a perpetuator of classical (and vernacular) letters in Ireland. Thus, he can be understood as taking part in what we call 'Irish classicism', a program or movement of writers who copied, translated and interpreted classic works, also creating their own versions (MILES 2011; SANTOS 2016, p. 93-110). All of these were criteria that Muirchú knew and appropriated, in dialogue with his peers, who knew how to ascertain such forms of composition, recognizing historicity and veracity in Muirchú's narrative even if accompanied by fiction and digression; in the period, it did not pose any problem. We shall proceed to see how Tírechán also dialogued with the same tradition.

The text contained in *fol.* 9ra-15vb, a section of the first part (*fol.* 2-24) of the Book of Armagh, is a copy, produced in the *scriptorium* of Ferdomnach, with the assistance of his assistant scribes, at the beginning of the 9th century, of the work of Tírechán, who lived in the 7th century. It was written in Latin although it did contain numerous names and places in Old Irish (much more than what we see in Muirchú). 'Tírechán, writing Latin, wrote and thought like an Irishman', according to James Carney (1961, p. 136). His work is unfinished and does not have a defined title, but as it brought together a series of memoirs about Patrick available at the time of its compilation, it received the name *Collectanea de Vita S. Patricii*, probably an attribution from Ferdomnach.

The work describes the countless trips Patrick would have made in Ireland, in his initial missions of attempting to Christianize the Irish and subsequent missionary activities,

listing names, ecclesiastical communities related to him, his disciples, dynasties, places, relics, festivities and more. Tírechán visited Armagh and several places in Connacht. He studied with Ultán moccu Conchobair in Ardraccan, around 650, and traveled to various places in Ireland, despite the actions mentioned taking place in Meath and Connacht. Tírechán's work can be understood, if not as belonging, at least in relation to the *dindschenchas* branch of the *Seanchas* Tradition, as its emphasis is undoubtedly geographic. Such dimension is one of the most important factors of *Collectanea* (BYRNE 1974).

From the list of bishops, priests, deacons, exorcists; the knowledge that Tírechán had about the stories related to the Loegaire, as well as about his daughters, including how the author quantifies the years of this king; the fact that he saw Tara with his own eyes; of having addressed the text 'to the men of Meath', regardless of who these people were; of belonging to *Paruchia Patricii*; but, above all, because of his relationship to *dindschenchas*, the literature of the field has interpreted that *Collectanea* did not derive its geographical, onomastic and genealogical knowledge of texts from the Annals tradition, such as those of *Ulster*, *Inisfallen*, and *Cambriae*, despite similar structures. According to J. B. Bury, if Tírechán had accessed known textual sources, he would have mentioned them, as this would have represented a guarantee of authenticity (BURY 1902).

Thus, on the contrary, the author believes that the only source that Tírechán may have had before him when writing his work was the book of his master Ultán, which was also a collection of *acta* based on Patrick's *Confessio*, in addition to the patrician work itself, that he may have handled or had second-hand knowledge. Versions of biblical texts must also have been consulted by him. Bury believes, however, that Tírechán did not transcribe Patrick's journey from old documents, but visited the places founded by the evangelizer and wrote what he heard from the elders of these communities. In other words, *Collectanea's* main source would be a gathering of memories

from information collected locally by Tírechán himself (BURY 1902, p. 259-260). We believe we can say that *Collectanea* was composed from the crossing between information received mostly orally, as Bury pointed out, but also some textual sources, although difficult to identify.

According to Catherine Swift, Tírechán wrote his work recognizing the importance of Armagh, but not as a propagandist of his preeminence (like Muirchú); instead, his objective was to defend *Paruchia Patricii* from possible rivals in the second half of the 7th century, which is why there are so many references to the places that Patrick and his followers had visited (SWIFT 1994). It is possible to interpret, then, that Tírechán elaborated a narrative exploring his knowledge of *dindschenchas* to justify *Paruchia Patricii* from one of the traditions in force in that time.

In addition to identifying, systematizing and presenting these memories and achievements of Patrick, which Tírechán collected from the places he visited, there are some mentions in his work that also give it veracity, considering the requirements of the context. Early on, we find a short introduction to *Collectanea*, written by, perhaps, Ferdornach or one of his two assistant scribes. On it, we can read '*Tirechan episcopus haec scripsit ex ore uel libro Ultani episcopi, cuius ipse alumpnus uel discipulus fuit*', i.e., 'Bishop Tírechán has written this, based on the words and the book of bishop Ultán, whose fosterling and pupil he was' (*Liber Ardmachanus*, 9rb I ff, III.I). Here, '*alumpnus uel discipulus*' has a double meaning. While it indicates that Ultán was a mentor of Tírechán and took care of his spiritual and religious life, he was also his teacher, since he taught him the arts of writing in Ardracchan. On the other hand, to relate his work with Ultán means to say that, just as he had an *autorictas* narrative, Tírechán, as his disciple, would also have it (O'LEARY 1996).

For this reason, he says, for example, that '*Inueni quattuor nomina in libro scripta Patricio apud Ultanum episcopum*'/'I have found four names for Patrick written in a book in the hands

of Ultán' (Tírechán, *Collectanea*, 1 (I)). Tírechán was based not only on the book written by Ultán. Just as he inquired of the people he passed by, in the sense pointed out by Bieler, he also learned from the words and teachings of his master, which can be confirmed later, when he writes that '*mihi testante Ultano episcopo*'/'as bishop Ultán testified to me' (Tírechán, *Collectanea*, 1 (6)). Furthermore, Tírechán also states, at the end of this part, that '*omnia autem quase euenierunt inuenietis in plana illius historia scripta*'/'You will find all that happened to him written in the straightforward story of his life'. (Tírechán, *Collectanea*, 1 (7)). According to Ludwig Bieler (2004, p. 39), it is possible that this '*plana historia*' is some kind of Patrick's primitive 'Life', probably based on his *Confessio*, that is now lost.

Another important reference is the counting of time, which, regardless of whether it is correct or not, made sense to the community that received the work. Tírechán himself believed in the description made, which was probably drawn from what was heard from his interviewees. According to him, 433 years passed between the 'Passion of Christ' to the 'Death of Patrick'. Loiguire would have reigned two or five years after Patrick's death and the duration of his kingdom must have been around 36 years (Tírechán, *Collectanea*, 2). Tírechán makes use of his knowledge of Christian chronology to give it an Irish interpretation, linking events known elsewhere with events allegedly taking place in Ireland.

The author also does this with important themes in Christian narratives, explaining them from their Irish language equivalents. That's what happens in: '*In nomine Domini Dei Patris et Filii atque Spiritus Sancti. +Iesu Christi benigni+ Hoc autem dicitur in Scotica lingua Ochen*'/'In the name of the Father and of the Son and of the Holy Spirit'. +the benevolent Jesus Christ+ who is called in the Irish language *Ochen Ísu Crist*'. (Tírechán, *Collectanea*, 4). According to Máire Ní Mhaonaigh, the *duo* between Latin and Irish was very important in Medieval Ireland, so readers were prepared for texts elaborated from

this conception (NÍ MHAONAIGH 2008). After all, as Brent Miles (2011) explains, from the beginning, Irish literacy and textual tradition developed at the same time in Latin and Vernacular.

Another similar example occurs in the twelfth section of *Collectanea*, when Tírechán says that the *'gentiles in sepulcris armati'*/'the pagans armed in their graves' would have their weapons prepared *'usque ad diem erdathe'*/'until the day of the *erdathe'* (Tírechán, *Collectanea*, 12 (2)). Here, the Latin passage contains the Irish word *'erdathe'*, which Ludwig Bieler (2004 p. 132) preferred to italicize in his translation of the Tírechán text in English. *Collectanea's* own author explains what the word means. According to him, *'apud magos, id est iudicii diem Domini* (according to the magicians [druids], that is, the day of the Lord's Judgment) (Tírechán, *Collectanea*, 12 (2)).

Tírechán also explains that when Patrick was baptizing a man named Erc, they went *'ad fontem Loigles in Scotica, nobiscum 'Vitulus Ciuitatum''*/'to the well of *Loigles* in Irish, and in our language *'Calf of the cities''* (Tírechán, *Collectanea*, 13 (3)).

A last example is the use of the Irish word *'Ferta'* as equivalent to the Latin *'Relic'*, meaning a tomb containing the remains, but which, in Ireland of the time, was related to ancestry and territorial demarcation. The excerpt reports that the so-called pagans made tombs in the form of *'fertae, quia sic faciebant Scotici homines et gentiles, nobiscum autem relic uocatur'*/'*fertae*, because this is what the Irish pagans used to do, we nevertheless call *relic'* (Tírechán, *Collectanea*, 26 (20-1)). Tírechán knew very well what his audience expected and often made this transition between Latin and Old Irish in his work.

Tírechán finishes the fifth part of his work mentioning *'Benignus episcopus, sucessor Patricii in aeclessia Machae'* (Tírechán, *Collectanea*, 6). In English: *'Bishop Benignus, Patrick's successor in the church of Armagh'*. Thus, Tírechán

shows that Armagh, an important location for *Paruchia Patricii*, was established by Patrick himself and that we can locate his successors until the present work. In sections six and seven he elaborates, in the part called '*De episcopis*'/'Concerning bishops' a list with many bishops. Some names are repeated, such as Olcanus, Bernicius and Hernicius, which, according to Ludwig Bieler (2004), may be an indication that Tírechán copied this list as he found it, but that it may have been the result of a compilation, by someone or some group that tried to systematize several lists into one. Tírechán's intention is to defend *Paruchia Patricii* by giving it ancestry in some form, dating it to the 5th century (the time of Patrick himself), and linking it to the Armagh of his own time.

The fifteenth section of Tírechán's work contains a reference to a treaty between Patrick and the sons of Amolngid, with their vassals and bishops. The guarantee that the treaty would be fulfilled is Loíguire, son of Níall, something common according to the traditions of the time. What draws the most attention in the passage, however, is that, according to Tírechán, this information was taken from Patrick's own work: '*ut in scriptione sua adfirmat*'/'as he states in his own writings' (Tírechán, *Collectanea*, 15 (4)). It is a theme that appears in other moments of Tírechán's work, mentioning the known fragments of Patrick's *Confessio*, such as, for example, the revelation of Victor the Angel, showing how Patrick would escape from captivity (Patrick, *Confessio*, 17; Tírechán, *Collectanea*, 1 (4-5); also present in *Vita Sanctii Patricii*, by Muirchú, I, i.4) and the mention to '*silua Fochloth*'/'Wood of Fochloth' (Patrick, *Confessio*, 23; Tírechán, *Collectanea*, 14 (I-6); Muirchú, *Vita Sanctii Patricii*, I, 7).

In the eighteenth excerpt of his work, Tírechán dialogues with the possible readers of the narrative. At this point, we can also observe both the conscious use of these veracity criteria and the author's methodological intentions. First, he says that everything he narrated took place '*in uestris regionibus*'/'in your own regions' (Tírechán, *Collectanea*, 18 (I)) that is, the region

of possible readers of the work. When there was an exception, that is, the facts narrated occurred elsewhere, Tírechán justifies, stating that he used this resource because it was relevant to his work: *'in utilitatem laboris mei'* (Tírechán, *Collectanea*, 18 (I)). In addition, all of these passages were learned from *'senioribus multis'*/'many elders' (Tírechán, *Collectanea*, 18 (I)), probably related to *Paruchia Patricii* and interrogated by him and also by Bishop Ultán Moccu Conchubair himself, who instructed him. Again, Tírechán uses his master's *autorictas* as a guarantor that his narrative is trustworthy. He ends the passage saying that *'Omnia autem quae scripsi ab initio libri huius simplicia sunt; omne autem quod restat strictius erit'*/'All the things that I have written from the beginning of this work are unspecified; all that remains will be more specific'. (Tírechán, *Collectanea*, 18 (5)). That way, Tírechán's audience can follow him, knowing exactly what to expect from his work.

The author continues to address similar aspects in the following excerpts. At twenty-eight, he claims that between the death of Patrick and the baptism of Cíarán, 140 years have passed. As a guarantee of reliability, Tírechán says that people can believe him because *'ut peritissimi numerorum aestimant'*/'those most expert [in chronology] estimate' (Tírechán, *Collectanea*, 28 (3)). Another similar excerpt, of conversation between Tírechán and his possible audience, is in what he states that *'Nomina quoque uirorum nolo dicere nissi duo principes Bernicius et Hernicius episcopi, et sororis nomen Nitria'*/'I do not intend to give the names of the men, except the two most important ones, the bishops Bernicius and Ernicus, and the name of their sister, Nitria' (Tírechán, *Collectanea*, 29 (1)). Again, the audience has tools to follow Tírechán's speech, as he himself provides them.

In the next section, Tírechán says that Patrick went to Selc together with several bishops and rested on the spot among the stones. According to the author, these are the stones *'in quibus scripsit manus sua literas, quas hodie conspeximus oculis nostris'*/'on which his hand wrote

letters, which (even) today we may see with our eyes' (Tírechán, *Collectanea*, 30 (I-2)). He was referring, probably to something that could be ascertained by the audience to which the narrative was intended. Tírechán ends the section with a new list of people who accompanied Patrick.

We shall investigate a final example of these references. This is the fragment number thirty-eight. On it, Patrick would have gone to Mount Egli to fast for '*quadraginta diebus et quadraginta noctibus, Mosaicam tenens disciplinam et Heliacam et Christianam*'/'for forty days and forty nights, following the example of Moses, Elijah and Christ' (Tírechán, *Collectanea*, 38 (1)). In other words, Tírechán invokes known biblical examples to the construction of the representation of the character object of his narrative.

In '*Notas suppletoriae ad Tirechanum*'/'Supplementary notes to Tírechán', the narrative form follows the same line of reasoning as the rest of Tírechán's work, which had also already been adopted by Muirchú, presenting Patrick's death in a similar way to that of Moses (Ferdornach, *Liber Ardmachanus, Notae*, fol. 15vb/16ra, [III 3] 53). According to the text, Patrick would have four things similar to Moses: 1) received a message from an angel burning in a bush; 2) fasted 40 days and 40 nights; 3) lived 120 years; 4) nobody knows where his body is (Ferdornach, *Liber Ardmachanus, Notae*, fol. 15vb/16ra, [III 4] 54). He has gathered characteristics that made sense to the audience receiving the work. There is no evidence that Tírechán wrote these *Notae*, since the *Collectanea* text ends with Patrick arriving in Cashel (Tírechán, *Collectanea*, 51 (4)). However, we also have no reason to doubt it, since the language adopted is similar. According to Bieler (2004, p. 45), Tírechán would be the author of the passage. From philological evidence, he concluded that the author of *Collectanea* would also be the one who wrote *Notae*, [III 2] and [III 4], but not [III 7], which may have been added by Ferdornach himself or one of his two scribes. In any case, it is possible that the relationship between Moses and Patrick was something common in the tradition of



the period, so Muirchú and Tírechán adopted it and Ferdornach did not see any incongruence in that, despite the fictional age, closer to the mythical narratives.

As we have already said, shortly after the *Ogham Stones* were written, the first texts written in Ireland were the two works by Patrick, *Confessio* and *Epistola ad Milites Corotici*, in the 5th century, in Latin, and, in Irish, *Amra Choluimb Chille*, in the final years of the 6th century. From that moment, several narratives were developed in Ireland; according to Brent Miles, 'there was an Irish fascination with the *tres linguae sacrae*' [Hebrew, Greek, and Latin] (MILES 2011, p. 34). Numerous works related to themes of the so-called classical world have been reframed in Late Ancient and Medieval Ireland: about Alexander the Great; one adaptation of Aeneid, by Virgil; one based on *Bellum Civile*, by Lucano; another on *Historia adversum paganos*, by Orosius; one based on *Metamorphoses*, by Ovid; to name just a few examples (O'CONNOR 2014, p. 1-24; MILES 2011; SANTOS 2016, p. 93-110). According to Elva Johnston, Ireland was 'an island of tradition and of innovation; its culture was a creative synthesis of the old and new' (JOHNSTON 2013, p. 28). Irish literature would have flourished from a learning system that had an oral culture as its basis. Thus, in Ireland, orality and literacy were in continuous interaction (JOHNSTON 2013, p. 157; SANTOS 2016, p. 93-110). The works of Muirchú and Tírechán dialogued with this same tradition, which, as we have seen, does not make a very clear distinction between Literature and History.

*Vita Sancti Patricii*, by Muirchú, has a more explanatory prologue than that of Tírechán's *Collectanea*, in relation to the historiographic procedures adopted. It is also possible to state that Tírechán's work is not a '*Vita*', in the biographical or hagiographic sense, as is the text by Muirchú. In hagiographic terms, Muirchú's work would be closer than expected to the genre, with more emphasis on miracles and similar actions. Tírechán's, however, would be different not only from *Vita Sancti*

*Patricii*, but from other medieval hagiographies, as it would be more 'pragmatic'. According to O'Hagan (2011, section 3), the main objective of the work would be concentrated on 'bringing Patrick into contact with named people and places rather than on illustrating miracles'.

In Muirchú, there is a concern to emphasize Armagh's preeminence over other rival communities, while in Tírechán, it is more to defend *Paruchia Patricii* from those who question it as a legitimate tradition. Tírechán's work, as we have pointed out, is more geographic, genealogical, onomastic. Muirchú emphasizes Patrick and his actions; in Tírechán, however, Patrick gains meaning in association with the places he visited. The *Collectanea* text is close to the *dindschenchas* branch of the *Seanchas* Tradition, and at times it recalls that of the great Irish epic, written later, *Táin Bó Cuainlge*, in which this concern with a systematization of places also appears. Despite the differences, however, both writers mobilized the historiographic elements available at the time for the elaboration of their works.

## Final considerations

From the Greek-Latin-Hebrew triangulation, without disregarding the development of writing in the Irish language since the last years of the 6th century (especially the *duo* formed between Latin and Irish, a characteristic that was already present in the bilingual and bilateral Ogham Stones from Wales, Cornwall and the Isle of Man) writers with different skills produced many narratives in *Early Christian Ireland*, mainly in the 7th century, like Muirchú and Tírechán. The great historiography manuals, even those that offer some space for premodern historiographies, have ignored this Irish contribution (DELIYANNIS 2003, p. 1-16; MOMIGLIANO 2004; MARINCOLA 2007). Even among the patriciologists and historians of Medieval Ireland, Muirchú and Tírechán were classified as 'fiction producers', as it was believed that they would not collaborate in the investigation and construction

of the image of a 'Historic Patrick', something that began to be revised only in 1994, but certainly from 2006, due to the contributions of David Howllet.

Thus, such works were seen as examples of a smaller genre, or as having no historiographical value, since, for a modern perspective, perhaps an empiricist historicist, texts like these would be examples of an antiquarianism characteristic of premodern writings, at most close to *Historia Magistra Vitae*, a generic name used to refer to Ancient and, sometimes, Medieval historiography, disregarding the thematic multiplicity of what was produced in this specific chronological arc. This way, Tírechán and Muirchú would not contribute much to historical knowledge.

If it is true that Ireland never produced a Bede or a Gregory of Tours, it had Muirchú and Tírechán (BYRNE 1974). Both *Vita Sancti Patricii* and *Collectanea* are examples of the historiography produced there. If modern writers have a problem separating literary genres and subgenres within a text, if there are nuisances generated by the presence of fictional elements in historiographical texts, this concerns modernity itself and has never been a problem for the writing tradition in which Muirchú and Tírechán were inserted. The historiographical production in Ireland took place in relation to it. There was no separation between poetry and history; not even the dichotomy between 'fact' and 'fiction' was relevant. As Erich Poppe once said, if for the modern audience these texts from *Early Christian Ireland* may be 'literary', 'medieval Irish writers considered them to be history' (POPPE 2014, p. 139).-

The rules followed by Irish historiography of the time were different from ours. If we have difficulties with fiction within the historiographical discourse, with poetry along with the facts, with the description of emotions, with digressions for the purpose of entertainment, with the need for genealogies, onomastic indices, specific rhetorical and aesthetic patterns, related to the needs of the audiences of that context, this was never a problem there. As Joan Rander pointed out, 'what we

today might see as contradictory modes of thought and belief [...]`, did not necessarily seem contradictory to the scholars of Medieval Ireland' (RANDER 1999, p. 325). This is how we must understand both Muirchú's and Tírechán's work, after all, they were responsible for the historiographical production of the time and, as Francis Byrne (1974, p. 138) once said about Ireland: 'The muse of history here never escaped from the swaddling bands of *senchas*'.

The Irish case, once it has been considered and respected for its specificity, can serve as an example, or at least an inspiration, for helping us to rethink and reevaluate other Late Ancient, Medieval and Late Medieval historiographies, both in Europe and elsewhere. The study of these conflicts, limits, challenges and approaches based on the relationship between *facto* and *fictio*, tradition and modernity, history and poetry, can change the way we view pre-modern historiographies.

 REFERENCE

BHREATHNACH, E. '**Seanchas the key to history in medieval Ireland**'. Royal Irish Academy. 2013. Lecture 21 from Humanities Serie.

BHREATHNACH, E. **Ireland in the Medieval World**. Ad 400-1000. Four Courts Press, Dublin, 2014.

BHREATHNACH, E. The Seanchas tradition in late medieval Ireland. *In*: BHREATHNACH, E. & CUNNINGHAM, B. **Writing Irish History: The Four Masters and their World**. Dublin, 2007.

BIELER, Ludwig. **The Life and Legend of Saint Patrick**. Dublin: Clonmore & Reynolds, 1949.

BIELER, Ludwig. **The Patrician texts in the book of Armagh**. Dublin, 2004.

BINCHY, Daniel. Patrick and his Biographers: Ancient and Modern. **Studia Hibernica**, Dublin, n. 2, p. 7-173, 1962.

BOARD OF TRINITY COLLEGE DUBLIN, 2011. The Book of Armagh: Dublin, Trinity College, MS 52. **The Saint Patrick's Confessio Hypertext Stack Project**. Royal Irish Academy. Board of Trinity College Dublin. Available on: [www.confessio.ie](http://www.confessio.ie). Accessed in: 21 July 2018.

BREATNACH, Caoimhín. 'Rawlinson B 502'. *In*: Seán Duffy (Ed.). **Medieval Ireland**. An Encyclopedia. Abingdon; New York: Routledge, 2005. p. 400.

BROWN, Peter. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

BURY, J. B. 'Tírechán's Memoir of St Patrick'. **English Historical Review**, n. 17, p. 235–267, 1902.

BYRNE, Francis John. Seanchas: the nature of Gaelic historical tradition. *In*: J. G. Barry (ed.). **Historical Studies** 9, Belfast, 1974. p . 137-59.

CARNEY, James. **The problem of Saint Patrick**. Dublin: DIAS, 1961.

CLANCY, Thomas Owen. 'Dallán Forgail'. *In*: KOCH, John C (Ed.). **Celtic Culture** - A Historical Encyclopedia. Santa Barbara; Denver; Oxford: ABC-CLIO, 2006. p. 557.

DELIYANNIS, Deborah Mauskopf. **Historiography in the Middle Ages**. Leiden, Brill, 2003.

ETCHINGHAM, Colmán. **Church Organization In Ireland A.D. 650 to 1000**. Maynooth: Lagin, 1999.

FERDOMNACH. **Liber Ardmachanus**. Edited and Translated by GWYNN, J. (ed.). *Liber Ardmachanus: The Book of Armagh, with Introduction and Appendices*. Dublin, 1913.

GROENEWEGEN, Dennis (Project director). **CODECS - Online database and e-resources for Celtic Studies**. Última edição: 27 de Maio de 2015. Available on: [http://www.vanhamel.nl/codecs/Dublin,\\_Trinity\\_College,\\_MS\\_52](http://www.vanhamel.nl/codecs/Dublin,_Trinity_College,_MS_52). Accessed in: 21 July 2018.

HOWLETT, David. **Muirchú Moccu Macthéni's 'Vita Sancti Patricii' Life of Saint Patrick**. Dublin: Four Courts Press, 2006.

HOWLETT, David. **The book of Letters of Saint Patrick the Bishop**. Dublin: Four Courts Press, 1994.

JOHNSTON, Elva. **Literacy and Identity in Early Medieval Ireland**. Wooldbridge, The Boydell Press, 2013.

JONES, Michael E. *Reviewed work: Who was Saint Patrick? By E.A. Thompson. The North American Conference on British Studies*, v. 19, n. 2, p. 209-210, 1987.

KELLY, Fergus. An Old-Irish text on court procedure. *Peritia*, v. 5, 1986. p. 74-106.

MARINCOLA, John. **A Companion to Greek and Roman Historiography**. Blackwell, 2007.

MILES, Brent. **Heroic Saga and Classical Epic in Medieval Ireland**. Cambridge: DS Brewer, 2011.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2004.

MUIRCHÚ MOCUU MACTHÉNI. ***Vita Sancti Patricii***. Edição Latina e em Língua Inglesa do The Saint Patrick's Confessio Hypertext Stack Project. Royal Irish Academy. Available on: [www.confessio.ie](http://www.confessio.ie). Accessed in: 30 oct. 2019.

MUIRCHÚ MOCUU MACTHÉNI. ***Vita Sancti Patricii***. Edited and translated by David Howlett. *Muirchú Moccu Macthéni's 'Vita Sancti Patricii' Life of Saint Patrick*. Dublin: Four Courts Press, 2006.

NÍ MHAONAIGH, Máire. The literature of medieval Ireland, 800–1200: from the Vikings to the Normans. *In*: KELLEHER, Margaret; O'LEARY, Philip (Eds.). **The Cambridge History of Irish Literature** - Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 32-73.

Ó CRÓINÍN, Dáibhí (ed). **A New History of Ireland** - Prehistoric and Early Ireland. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 182-234.

O'CONNOR, R. 'Irish narrative literature and the Classical tradition, 900-1300'. In: O'CONNOR, R. (ed.). **Classical Literature and Learning in Medieval Irish Narrative**. D. S. Brewer, 2014. p. 1-24.

O'HAGAN, Terry. "Tírechán: biography and character study". In: HARVEY, Anthony [project leader], Jane Conroy [principal investigator], and Franz Fischer [principal researcher], **Saint Patrick's Confessio Hypertext Stack Project**. Online: Royal Irish Academy, 2011. Available on: [www.confessio.ie](http://www.confessio.ie). Accessed in: 30 oct. 2019.

O'LEARY, Aileen. An Irish Apocryphal Apostle: Muirchú's Portrayal of Saint Patrick. **Harvard Theological Review**, Massachusetts. v. 89, p. 2, 1996.

O'LOUGHLIN, Thomas. 'Colum Cille, St'. In: KOCH, John C (Ed.). **Celtic Culture** - A Historical Encyclopedia. Santa Barbara; Denver; Oxford: ABC-CLIO, 2006. p. 468.

O'LOUGHLIN, Thomas. "Muirchú's Tara-event within its background as a biblical 'trial of divinities'". In: CARTWRIGHT, Jane. **Celtic Hagiography and Saint's cult**. Cardiff: University of Wales Press, 2003.

O'LOUGHLIN, Thomas. Muirchú's poisoned cup: a note on its sources. **Ériu**, Dublin, v. 56, RIA, p. 157-162, 2006.

PATRÍCIO. **Confessio** e **Epistola**. Traduzido por Dominique Santos. *São Patrício por ele mesmo: Confissão e Carta aos Soldados de Coroticus*. The Saint Patrick's Confessio Hypertext Stack Project. **Royal Irish Academy**. Available on: [www.confessio.ie](http://www.confessio.ie). Accessed in: 30 oct. 2019.

PATRICK. **Confessio**. Edited and translated by David Howlett. *The Book of Letters of Saint Patrick the Bishop*. Dublin: Four Courts Press, 1994.



PATRICK. **Confessio**. Edited and translated by Ludwig Bieler. *Libri Epistolarum Santi Patricii Episcopi*, Royal Irish Academy em Dublin, 1993. Available on: [www.confessio.ie](http://www.confessio.ie). Accessed in: 30 oct. 2019.

POPPE, Erich. Narrative history and cultural memory in medieval Ireland. Some preliminary thoughts. *In*: REKDAL, Jan Erik; POPPE, Erich (eds). **Medieval Irish Perspectives on Cultural Memory**. Münster: Nodus Publikationen, 2014. p. 135-176.

RANDER, Joan. Writing History: Early Irish Historiography and the Significance of Form. **Celtica**, v. 23, p. 312-325, 1999

SANTOS, Dominique; SOUZA, Anderson de. Tempo, Narrativa e História na Vita Alfredi Regis Angul Saxonum do galês Asser (Séc. X). **História e Cultura**, v. 3, n. 5, jan.-jun., 2015.

SANTOS, Dominique. 'Apresentação ao Dossiê 'A Escrita da História na Antiguidade''. **Revista de Teoria da História**, ano 7, n. 13, p. 7-18, 2015.

SANTOS, Dominique. A Tradição Clássica e o Desenvolvimento da Escrita Vernacular na Early Christian Ireland: Algumas Considerações sobre a Matéria Troiana e a Togail Troí. **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 1, p. 93-110, 2016.

SANTOS, Dominique. As elaborações retóricas da tradição hiberno-latina: uma leitura da Confessio de São Patrício. **Rètor-** Revista da Associação Argentina de Retórica, v. 3, p. 86-106, 2013b.

SANTOS, Dominique. Patrício: **A Construção da Imagem de um Santo**/How the Historical Patrick Was Transformed into the St. Patrick of Religious Faith. 1. ed. New York; Lampeter: The Edwin Mellen Press, 2013a.

SANTOS, Dominique. Seanchas - an important irish tradition related to memory, history and historiography. **OPSIS**, v. 18, p. 44-60, 2018.

SANTOS, Dominique.; FARRELL, Elaine. Táin Bó Cúailnge - Um Épico Irlandês. *In*: Dominique Santos. (Org.). **Grandes Epopéias da Antiguidade e do Medievo**. 1ed. Blumenau: Edifurb, 2014. p. 220-241.

SIMMS, Katharine. Charles Lynegar, the Ó Luinín family and the study of seanchas. *In*: BARNARD, T.; Ó CRÓINÍN, Dáibhí; SIMMS, Katherine (eds). **A miracle of learning: studies in manuscripts and Irish Learning**. Essays in honour of William O'Sullivan. Aldershot, 1998. p. 266-83.

SIMMS, Katharine. **From kings to warlords: the changing political structures of Gaelic Ireland in the later Middle Ages**. Woodbridge: Boydell, 1987.

SWIFT, Catherine. Tírechán's Motives in Compiling the "Collectanea": An alternative interpretation. **Ériu**, v. 45, p. 53-82, 1994.

THOMPSON, E.A. **Who was Saint Patrick?** New York: St. Martin's Press, 1986.

TÍRECHÁN. **Collectanea**. Edited and Translated by Ludiwg Bieler. The Patrician Texts in the Book of Armagh. Dublin, 1979.

WARD-PERKINS, Bryan. **The Cult of Saints**. 2014-2019. Online. Available on: <http://cultofsaints.history.ox.ac.uk/>. Accessed in: 30 oct. 2019.

## AUTHOR NOTE

### Dominique Santos

dvcsantos@furb.br  
Universidade de Blumenau  
Blumenau  
Santa Catarina  
Brasil

## CORRESPONDENCE ADDRESS

Dominique Santos  
Fundação Universidade Regional de Blumenau, Departamento de História e Geografia.  
Rua Antônio da Veiga, 140 - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação  
CCHC- Campus 1, Sala R-111  
Victor Konder  
89012900  
Blumenau, SC - Brasil

## FUNDING

This article is related to the research project 465/2019/Propex-FURB 'Modelos de Santidade na Antiguidade Tardia: uma análise das representações de [São] Patricio na Tirechani collectanea de sancto Patricio'.

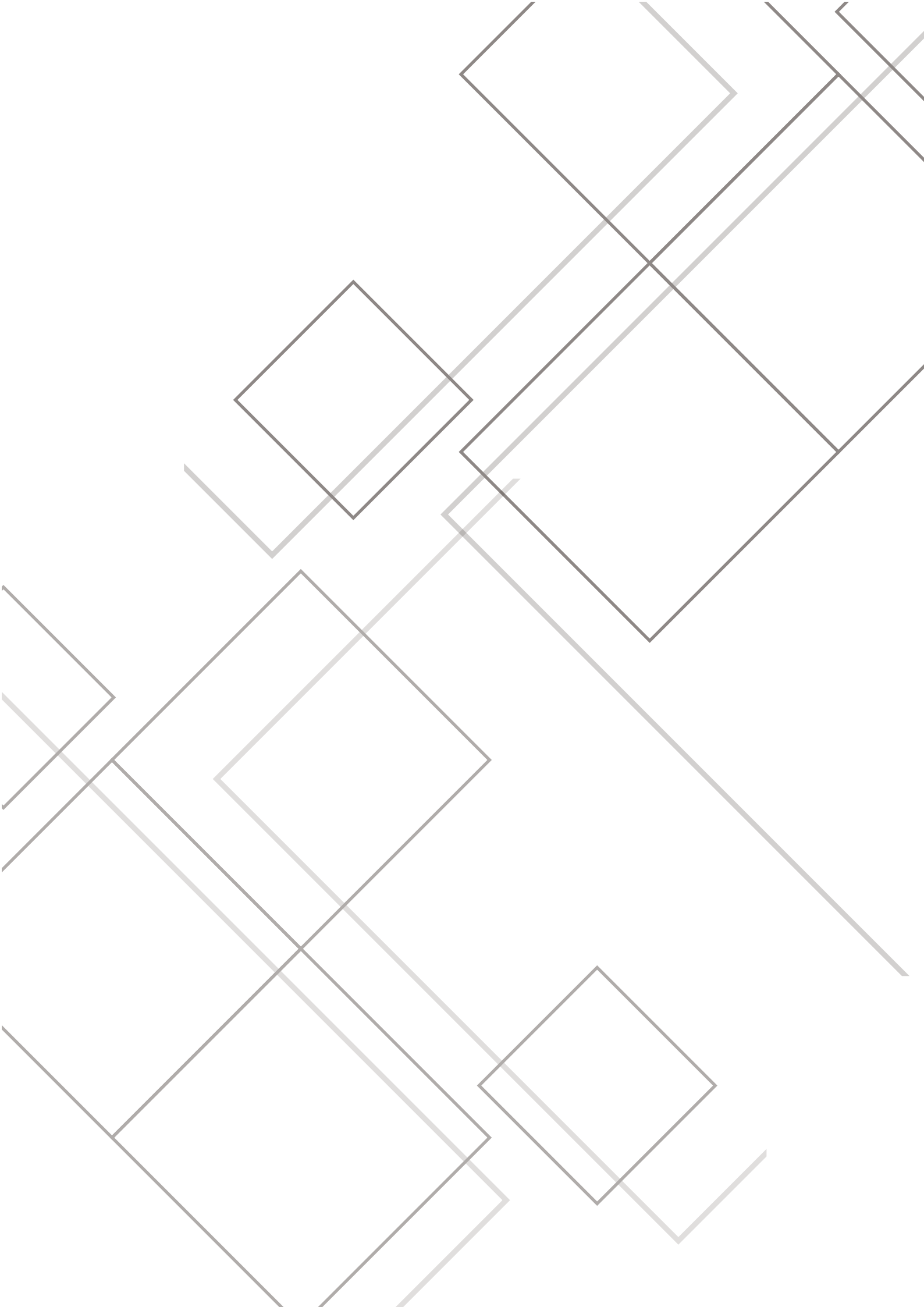
## CONFLICT OF INTEREST

No potential competing interest was reported by the authors.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
This is an Open Access  
article distributed  
under the terms of the  
Creative Commons  
License Attribution-  
NonCommercial-  
NoDerivatives 4.0  
International License.



RECEIVED IN: 30/OCT./2019 | APPROVED IN: 5/MAY/2020



# Historiography at the Crossroads: Eschatological Expectations, Biblical Exegesis, and Astronomical Cycles in the times of Charlemagne

Historiografia na encruzilhada: Expectativas escatológicas, exegese bíblica e ciclos astronômicos nos tempos de Carlos Magno

**Dmitri Starostin** <sup>a</sup>

E-mail: [d.starostin@spbu.ru](mailto:d.starostin@spbu.ru)

<https://orcid.org/0000-0001-9448-834X> 

<sup>a</sup> University of Saint-Petersburg, History Department, Saint-Petersburg, Russian Federation

## ABSTRACT

This article suggests that the Carolingian effort in resetting the calendar of history at the time of Charlemagne's coronation to the year 6000 from the Creation and 801 from the Incarnation of Christ must be considered as only one of the period in the cycle of the processes of realigning, resetting and redeploying the calendar since the times of Augustine. During this period, the calculations necessary for the construction of the calendars and timelines lead to concerns regarding the end of history and the "end of times". The first time scholars like Jerome and Augustine had to address the ending of the calendar of the universal sacred history that the Christians inherited from the Old Testament was during the 4th and 5th centuries. The Carolingian period witnessed the second "time of reckoning" when Eusebius' date for the Incarnation of the Anno Mundi 5199 prompted scholars to reconsider the meaning of the Carolingian rule around the year 801, that is, the *Anno Mundi* 6000.

## KEYWORDS

Eschatology; Carolingian historiography; Carolingian culture

## RESUMO

Este artigo sugere que o esforço carolíngio em redefinir o calendário no momento da coroação de Carlos Magno para o ano 6000 da Criação e 801 da Encarnação de Cristo deve ser considerado como apenas um dos períodos no ciclo dos processos de realinhamento, redefinição e reimplantar o calendário desde os tempos de Agostinho. A primeira vez em que estudiosos como Jerônimo e Agostinho tiveram que abordar o final do calendário da história sagrada universal foi durante os séculos IV e V. O período carolíngio testemunhou a segunda "época do acerto de contas", quando a data de Eusébio para a Encarnação do Anno Mundi 5199 levou os estudiosos a reconsiderar o significado da regra carolíngia por volta do ano 801, ou seja, o *Anno Mundi* 6000.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia carolíngia, escatologia, cultura carolíngia

## Introduction

The investigation of the Carolingian historical worldview has attracted scholars' attention since they were shown to emphasize history's important position in the process of constructing modes of communication between the rulers, the magnates and the ruled (MCKITTERICK 2004, p. 104; REIMITZ 2012). It has been argued that the knowledge of the past becomes critically important for the self-representation of the educated elite who was intentionally charged or unintentionally urged to write about the Carolingians and to envision their place in European affairs. The chronicles (like that of the Continuator of Fredegar, for example) were organized and reorganized to address the political aspirations of Pippin and Charlemagne (MCKITTERICK 2000, p. 165). History became part of the narratives of power that were deployed to construct and maintain the Frankish kingdom's political identities (COLLINS 1994; MCKITTERICK 2000; BARNWELL 2005; GANZ 2005; INNES 2000). This article approaches the problem of history as a way of communicating the message of power from one standpoint: the close connection between Christian exegesis, the science of constructing a universal calendar of sacred history, and the concept of history as it was expressed in traditional narrative stories. In this the article further analyzes the Carolingian historical worldview as one based on the concepts of the universal Christian history with a strong foundation in the biblical exegesis. The connection between the timescale of universal Christian history and the ways of constructing self-identification within it will be examined as part of thinking of the past in terms of the balance between linearity and cycles, which were, as it will be argued, the underlying mode of thinking and the algorithm of constructing concepts and narratives of history.

## Einhard and the time of sacred history

Main narrative historical sources like the “Vita Caroli Magni” of Einhard and the stories of Thegan, Astronomer and Nithard were shown to represent the “short-term” historical outlook that was rooted in discussing only the events of the most recent past despite the fact that the model for such writing was borrowed from Suetonius and perhaps influenced by other Late Antique Roman authors (THEGANUS 1995; ASTRONOMUS 1995; GANZ 2014; NOBLE 2009). Despite this widespread interest in the Carolingian writings concerning history, themes and moments that still warrant further investigation are scattered in the well-studied texts. An excerpt in particular, namely the first sentences of Einhard’s introduction, has been studied regarding this worldview, but not its relation to the concepts of universal Christian history and particularly the way in which it found its expression in specialized calendars containing references to the Creation and the Incarnation eras. Although *Vita Caroli Magni* has been studied in various contexts, (LÖWE 1983; PATZOLD 2011; HOLDER-EGGER 1912; GLENN 2011; GANZ 2007, 2005; SCHERBERICH 2006) this short passage deserves to be investigated once again in light of the new approaches to the Carolingian sense of history that have appeared when scholars began to look at them with grounds on the calendric knowledge that in its own had received a significant boost during the rule of Charlemagne (BORST 1998; MEYVAERT 2002; ENGLISCH 2010). This introductory passage is as follows:

*I have been careful not to omit any facts that could come to my knowledge, but at the same time not to offend by a prolix style those minds that despise everything modern, if one can possibly avoid offending by a new work men who seem to despise also the masterpieces of antiquity, the works of most learned and luminous writers. Very many of them, I have no doubt, are men devoted to a life of literary leisure, who feel that the affairs of the present generation ought not to be passed by, and who do not consider everything done today as unworthy of mention and deserving to be given over to silence and oblivion, but are nevertheless seduced by lust of immortality to celebrate the*

*glorious deeds of other times by some sort of composition rather than to deprive posterity of the mention of their own names by not writing at all.*

Since this excerpt raised the dichotomy of the recent events and the events that had long passed, I argue for its relevance in making it part of the practices required to reconcile the Creation era and its interpretation to the count of years and the meaning of the Incarnation era, and adjusting the theological interpretation of them both to the predicaments that the Roman empire faced in the 4th and 5th centuries and that the Frankish kingdom faced in the world that had changed with the coming of Islam.

The prologue of Einhard's "Life of Charles the Great" is remarkable for better understanding the structure of the sense of the past that Carolingian scholars constructed and helped proliferate during this period. The apology for writing recent history that Einhard voiced in these sentences is notable for the fact that one may sense in it a dichotomy that was subdued in or uncommon to the writings of historians in both Late Antiquity and the Middle Ages. This is the dichotomy of "modernity" in the sense of contemporary affairs and the past that was not as distant in terms of the era of Creation, but which was nevertheless considered a different epoch by historians. This earlier past might seem to us unworthy of being thought of as far removed from contemporary affairs, but for Einhard it was a distant matter that stood contrary to the affairs of his own lifetime. It is interesting that in this passage the biographer of Charlemagne clearly showed that he was aware of the long history that preceded the emergence of the Frankish kingdom and that it was likely that he kept in mind a long process of historical events that had began, perhaps, with the history of the Roman empire. It is likely because his attitude towards Merovingians was openly critical and one might feel warranted to argue that the Frankish history during the time of this dynasty's rule might not have been imagined by this author as the model. This distinction can be seen as having two different



aspects, a traditionally reserved self-assessment in contrast to the preceding classics of the genre that was common to many early medieval historians and, in addition to it, the assessment of the importance of peculiar historical periods to the general sense and plan of history. While the first aspect of this attitude to the writing of history has been noted and studied by modern scholars, the second, I suggest, is not a phantom of our understanding and it is indeed visible in the background of his work. And in this case I am not just referring to Suetonius as the classical example, which Einhard sought to imitate. I suggest that, in this case, he might have referred to the universal Christian history that he thought necessary to have in mind at least virtually, even though he was writing the history of recent events. It is, therefore, interesting, that in undertaking a complex work, wherein he sought to capture an important period in the history of the Frankish kingdom, Einhard operated within two frames of reference, the idea of distant history in general, which might have meant in practical terms the history of the Mediterranean in the times of the Roman empire, and current history, which was for him the history of the Pippinids and that of Charlemagne in particular.

This suggests that further investigation is required regarding this distinction between long-term history and the Carolingian “now”. In this paper, by looking at the connection between history and biblical exegesis related to the era of creation and the “Anno mundi”, I will suggest two points. On the one hand, I argue that the ability to manipulate the discussion of the historical periods of universal history came from a very specific skill to manipulate the biblical paradigms of time, the skill that was constructed in the Carolingian period on the solid foundation of Late Antique and early medieval scholarship. I suggest that hidden in the preface of Einhard was a complex science of biblical exegesis and time reckoning, furthering the idea that the biography of Charlemagne was constructed with grounds on sacred history (BECHT-JÖRDENS 2008). But I will seek to connect this attitude regarding time in the *Vita* of the Carolingian emperor not to the general perception of

the Christian history, but to the particular awareness and the skill to calculate the length of time from the beginning of sacred history and of the Creation, to the Incarnation and to the Apocalypse. I argue that Einhard's historical worldview was correlated with the eschatological concerns and the search to create the *computus* for which his time and his contemporaries were known. My approach will pay more attention to the specific computistic skills of measuring time of the sacred history among the people surrounding Einhard rather than to the general practice of reading the Bible. On the other hand, in this preface the renewed interest towards the fashioning of the Carolingian "today" by way of biblical metaphors was shown to its maximum extent. In fact, I argue that not only were the names of the biblical characters replayed in the narratives that accompanied the rituals of the court, but also entire periods associated with the beginning and the end of times.

This distinction between the time of Creation and the "history of today" would have remained of interest only to the specialists in the modes of writing history if it had no relevance to the current affairs of the Carolingian kingdom. And, in light of recent studies, the affairs that seemed contemporary to Einhard were shown to be quite controversial from many standpoints. The long-term processes of the construction of the Carolingian monarchy were interspersed with short-term shortcomings. The last decade of Charlemagne's rule came to be considered not as a success, but also as the ultimate failure of the Frankish king's rule, and the disenchantment experienced by magnates with Charlemagne's campaigns was acknowledged in studies (GANSHOF 1971; BRUNNER 1979). Even if the claims of significant "aristocratic opposition" to the Carolingian authority are an overstatement, the clear fatigue of aristocrats and the population cannot be denied. The pressure that the Frankish king's campaigns put on Frankish society was shown to be considerable, as it might have led to a significant demographic crisis among the free landowning Franks (REUTER 1990). Thus, scholars noted that many stories contain signs of alternative visions of the past that saw conflict rather than consensus in

the relations between the Frankish king and local magnates (BRUNNER 1983, p. 22). During the beginning of his reign, the first thing that the son of Charlemagne Louis the Pious did was to discharge of all treasures his father had accumulated, giving away the gifts the king of the Franks had gathered in the course of his successful campaigns (THEGANUS 1995, Chap. 8). Einhard, whose main prejudice was believed to be directed towards the Merovingians, and even more so, Thegan, was writing in a period when the image of Carolingians themselves had not yet settled down (MCKITTERICK 2000; MCKITTERICK 2004). In other words, the history of Charlemagne had not yet become part of the narrative built into the scheme of universal sacred history. Although his treatment of Charlemagne was considered uncontroversial, the matter of what picture of “today” it showed may be reconsidered and investigated again in light of the inconsistencies in the presentation and continuous support for the Pippinids. Apologizing to his readers for discussing the recent events, he might have implied that they could have been interpreted as too contemporary. This might have been an apology for the lack of balance between the “history of today” and the schemes of universal history, which by that day’s standards might have been assumed to be played out in a way that implied the ability to manipulate eschatological exegesis.

This suggests that the historical image of Charlemagne’s rule had already stabilized by the time of Einhard. I propose that that was due to the significant reshaping of calendars in this period due to the old Easter tables running out and due to the fact that the overall feeling of the historical epoch was closely related to the expectations of the year 6000 AM. The signs that had been discussed as indicating the upcoming Millennial kingdom were widely used by the educated people in the Frankish kingdom (PALMER 2011, p. 1317). The *Admonitio generalis* in 789 warned of the *pseudo doctores* who would come in the new times (*tempora novissima*) (BORETIUS 1883, c. 63). Alcuin, in his *Vita Vedasti*, warned of the modern “dangerous times” (*tempora periculosa*) and the new doctrines that the

“new sect” was attempting to impose on scholars of various disciplines (ALCUIN 1844, col. 666; PALMER 2011, p. 1317). This was not the discourse that could be employed by Einhard in the life of Charlemagne. This passage suggests that Alcuin was among those people who took the discussions of the year 800 as the *Anno mundi* 6000 seriously and replayed it in the discourse that described the rituals of his own community. This statement of the Anglo-Saxon correlated with the awareness of the end of the 6th millenium since creation that some scholars might have experienced in this period (LANDES 2000; HEIL 2000, p. 100–103; PALMER 2014, p. 130; REIMITZ 2004, p. 198; BORST 1972, 1992; WARNTJES 2018, p. 51; NELSON 2019, p. 381). The second mention of “false doctors” was also interpreted as supporting the dominance or at least presence of the eschatological framework in the minds of Carolingian scholars, as eschatological concerns and the ways of thinking about the end of times were critically important for the Carolingian scholars’ self-perception and worldview. I would argue that searching for the eschatological context in the second case where Alcuin talks about the present times is proof of that. Interestingly, in this way the subject of Apocalypse, which had been constructed as the dramatic end for the longer periods of sacred history, became present in the everyday life of an intellectual. The issue was not the fact that this Apocalypse was “now”, but the fact that the biblical history was drawn closer to today and made part of today’s historical discourse. In this fashion, sacred history was played out in front of the eyes of Alcuin and the addressee of his letter, Charlemagne.

## Chronology and Time Reckoning in Early Medieval Europe

The process of constructing and conceptualizing the calendar of universal history in the Carolingian period needs to be investigated further through the lens of its connection to exegesis, since it heavily depended on Late Antique calendric concepts and since the calendric science at this time was

inseparable from the works on the church's doctrine. Irish scholars were the 'bridge' that carried over the methods and approaches of biblical exegesis from Antiquity in its relationship to the calculations of the time of sacred history and the annual sacred holidays (STANSBURY 2016; WARNTJES 2016; MEEDER 2016). Critical to the construction of historical worldview in this age was the common knowledge of early medieval scholars that the symbols used in the Bible were a concession to human weakness and their acknowledgment of the fact that they needed to "read between the lines" to transform these symbols into the concept of history (JAMES 2000).

Such an approach requires examining the traditions and the cardinal shifts in scholarly analysis of the matters of chronology and time reckoning. In addition to the classical works on time reckoning (JONES 1934; JONES 1943; STROBEL 1977; STROBEL 1984), studies on the calendar and the cycles of time have recently attracted significant attention from scholars. (See the overview in WARNTJES 2011a, 2017) The renewed interest towards manuscripts such as the Munich computus (BSB Clm 14456) and the Cologne Computus (Kölm Dom- und Stadtbibliothek Hs. II-83) brought scholars in contact with the treasure of calendric knowledge and spurred the appearance of a large number of publications (WARNTJES 2012). The first works that addressed this subject in the late 20th century after a long break still operated within the dichotomy of the educated and mathematical notions of counting time versus the legendary and mythological representations thereof. (STEVENS 1985). They insisted on the fact that these works contained truthful representations of the concepts that were available to the science of Late Antiquity, and thus vindicated early medieval scholars (STEVENS 1972, 1979, 1993, 1995b,a; BERGMANN 1991; WARNTJES 2016). This need to prove the aptitude of the latter in the matters of natural philosophy had been deemed unnecessary by the works that appeared at the turn of the millennium (SPRINGSFELD 2002, 2004, 2010). These works showed the extent of the interest that scholars of the early medieval age exhibited to the matters of time reckoning and

proposed that their calendric science needs no vindication since it was believed to represent a true reform. These works argued that in the Carolingian period a breakthrough was made in the matters of producing a uniform table for calendric calculations. Its creation, and then the wide expansion of it in the large number of manuscripts seemed to suggest that in the Carolingian age the significant advance was made in the algorithms of counting time, in their simplification and in their spread among the wide array of regions of Europe (BORST 1998). Other works, critical of the idea that the Carolingian age represented a novelty in the matters of natural philosophy and of time reckoning, brought to the attention the breakthroughs of the previous ages, pointing out to the fact that the tables used by “Carolingian calendars” were in fact from the circle of Bede (MEYVAERT 2002). Many other works have shown that the Carolingian advances were made on the solid foundation of the methods and calendars that had been developed by Victorius of Aquitaine, Dionisius Exiguus, Venerable Bede and many other nameless scholars of their age (PALMER 2018). These works put the emphasis on the fact that time reckoning had become so developed in the V–VIII centuries that the “Carolingian advances” were in many ways a reshaping and reconsideration in the new circumstances of the algorithms and methods that were well known to those interested in construction of the calendars. Digging even deeper, these scholars escaped the simplistic idea of dividing the calendars by schools (the Roman, Alexandrian or Irish tradition) and showed instead that the matter was not so much in these labels, but rather in the cycles used in these calendric systems, the 19-year and the 84-year cycles, and in the ways the Easter limits were employed in them. The discussion of the “Roman” and “Irish” Easters was significantly reshaped by these studies and the understanding began to take hold of the simultaneous awareness of early medieval scholars of these different systems of counting time and of calculating the date of Easter (WARNTJES 2010b, 2011b, 2005-2006, 2011a, 2013, 2007, 2010c, 2015). The number of recent studies has grown significantly and they suggested that the cycles that were considered different and

opposite by scholars of the 20th century in fact coexisted on the manuscript level. In particular, it was shown that the cycle of Victorius of Aquitaine had been popular until the 8th century, that it coexisted with the cycle of Dionysius Exiguus, and that it was only replaced by the latter in the times of Bede. It was moreover suggested that this replacement took place because all cycles that had been calculated in the 5th and 6th centuries ended and the tables needed to be updated. These recent studies suggested that one needs to stay away from employing simplistic labels like “Irish”, “Roman” or others, and to face the mathematical, or rather computational complexities of these calendars that far transcended simple labeling practices. The most important conclusions of these works lay in underlying

1. that the so-called “Irish” practices were in fact a collection of time reckoning systems that included those of Victorius’ of Aquitaine, Dionysius Exiguus, and some other variations;
2. that Irish monasteries might be divided into the Northern group (with a preference for the “Dionysian”, “Roman” practice) and the Southern group (with a preference for the Victorius’ methods of calculating the Easter);
3. that European scholars did not so clearly distinguish between the different methods as the scholars of the 20th century might have imagined, and were in fact aware of all of them;
4. that calendar scholars thought in terms of employing various cycles, on their coordination and conjunction, rather than in terms of putting labels on them.

These were important breakthroughs, but what was missing in these discussions was the importance of calendric cycles for interpreting how the theological postulates of Christianity were involved in these calculations during the early Medieval Europe and for providing the basic for further exegesis. The pages of calendars such as those of the Munich Computus (BSB Clm 14456) have no connection to Christian concepts of history or terms of exegetical practice. One needs to keep in mind that Christianity’s worldview was built on using the temporal frameworks that scholars of the 20th century like Arnaldo Momigliano believed to be linear, and thus different, from the traditional Ancient world’s time perception, usually cyclical in its

organization and character. But this was only one aspect of the calendars that had some relation to the system of categories that the believers operated in the interpretation of the sacred texts. The interest in theology by Irish calendar scholars, of one of the critical persons in the field of time reckoning, Bede, and of the Carolingian scholars, needs to be examined against their own background as a specialists in practical time reckoning. One needs to be aware that due to restrictions on the article's length the subject of the Irish monks' contribution to the field and to the thinking of Bede is only acknowledged, but not developed in detail (CORNING 2016; MAC CARRON 2015, 2014). If we limit the discussion here to Bede as the tip of the iceberg of Insular scholarship on the matter of calendars, we will be able to assess and appreciate the ways in which the answers to eschatological concerns given by Augustine were reworked, rethought, incorporated into the educated lexicon and adapted to the cultural context of early medieval Europe.

Bede established his viewpoint on the writings of Augustine and used his "apparatus" to talk about the end of times. He relied on Augustine's main contribution to the eschatological narrative, the main point of which was in describing the preconditions for the end of times to take place. The basis for all medieval discussions concerning the Last Judgment was to be found in *De civitate*, 20.30. Augustine proposed the following order of the Last Judgment events: the return of prophet Elijah, the conversion of the Jews, and persecution by the Antichrist (DARBY 2014, p. 119). This was obviously a metaphor of some sequence of historical events from the first millenium BCE that underlay the Bible and constituted the core of the sacred text's narrative. Augustine's main strength as a theologian and the "doctor of the church" was in incorporating into a single narrative the Egyptian, Mesopotamian, Persian empires and the Hellenistic kingdoms. The whole point of his discussing the sequence of events leading up to the last judgment was in sorting the matrix that had worked for Africa, Asia [Mesopotamia], and Europe (as a metaphor of Hellenistic kingdoms) during the Late Roman empire of Augustine that



was still a unified civilization. Bede was significantly influenced by Augustine and devoted to this subject in chapters 61–71 of his *De temporum ratione* (AUGUSTINE s.d., 20.30; WALLIS 2013, p. 76; DARBY 2014, p. 118–119; THACKER 2006). Bede added the following series of events to the scheme proposed by Augustine: in addition to Elijah, Enoch will also come to preach for three and a half years (DARBY 2014, p. 119). This was due to the fact that Enoch 1 was one of the critical texts that set the rituals and the calendars of Jewish communities (BECKWITH 2005, p. 8–10). Scholars showed how developed the exegesis had become in the works of Bede, who significantly adapted Late Antique readings in the Bible to the early medieval context (PALMER 2014, p. 139). But most importantly, these modern studies showed how the discussion of the end of times became part of scholarly textbooks like those of Bede. When discussing the Carolingian explorations in the exegesis of eschatological events, one needs to keep in mind that Bede scholars operated within a clear framework of knowledge that allowed to put the complex matter of counting time till the end of the world on a solid foundation of symbols that allowed to construct schemes and narratives. In the works of Bede the exegesis and the sacred calendar were joined in such a manner that set the foundation for the Carolingian and medieval scholarship.

The approach of Bede to the matters of calculating time needs to be examined against the fundamental fact that he was not only a theologian or computist in theory, but might have also been an author of the Easter tables (MEYVAERT 2002; BULLOUGH, 2004, p. 285). The importance of other significant scholars of the 8th and 9th centuries like Alcuin, Hildebald of Cologne and Hraban Maur for the merging of the Christian time scale with the practical outlook on contemporary events of history has also been well-studied (For example, one may note STORY 2017; GASKOIN 1966; LOHRMANN 1993; BULLOUGH 1983, p. 37; O CRÓINÍN 1993; BULLOUGH 2004; WARNTJES 2012, 2017, 2016). Bede's example suggests how the discussion of universal sacred history built on the interpretation of texts from the Old Testament not only had an immediate connection

to calculating the sequence of events leading to the end of times but also used the yearly cycle to describe the day-by-day approach of the Millennial kingdom. The “long-duration” time of sacred history became both the distant future that was to come in the end of times whose exact date nobody was supposed to know and the foreseeable sequence of days that could be calculated with the help of one of the *computi*. Further in this article an attempt will be made to find and elucidate the points of connection between the theology of time and the actual excerpt in the historical work of Einhard that addressed the events of much shorter length than the eras of Creation and of the Incarnation.

Bede's *De temporum ratione* employed standard reference points from the Old Testament to talk about the end of times. It employed excerpts from the books of Daniel and Isaiah, the Synoptic Gospels and the Revelation, and relied on the works of the early Christian exegetes Augustine, Jerome and Gregory the Great. The *De temporibus* ended with a passage stating that the end of the 6th age was known only to God, the idea that Bede had earlier developed in the *Expositio actuum apostolorum* (De temporibus 22, line 80, Expositio Actuum Apostolorum, 1, 68-73; DARBY 2016, p. 96). In the *Epistola ad Ecgbertum* (November 5th, 734), he mentioned that the day of the last Judgment was unknown (Epistola ad Ecgbertum, 2; DARBY 2016, p. 96). In his commentary on the Gospel of Luke, he reiterated that the calculations and predictions concerning the end of times were heretical and futile (In Lucae evangelium expositio, 5, lines 810-822; DARBY 2016, p. 96). In chapter 68 of the *De temporum ratione* he developed the idea whose origin he acknowledged to be that of Augustine, namely the idea that expectations for the coming of the day of judgment should never be espoused. He cited as an example the servant in Matthew 24.48-51, who was diligently waiting for his master even though he did not know whether he would return. The importance of the signs of the end of times was reinforced by Bede in a number of treatises (DARBY 2016, p. 102-103). In general, Bede paid great reverence to Augustine's definition

of allegory because it allowed to treat the Apocalypse as a discussion point rather than a statement of fact (THACKER 2006, p. 15, 17). In his letter to Pleguin he made a note of the fact that some heresiarch he had read in his early days claimed that there had been 5500 years since the Creation to the Incarnation, and that 300 years had passed after that, leaving only 200 years to the end of times, the year 6000 AM (PALMER 2014, p. 144–145). He argued the computistical ‘first book’, the chronicle, and the apocalypse chapters each corrected different errors of his opponents, like Victorius of Aquitaine or those in Lindisfarne, on different fronts (PALMER 2014, p. 159). Their studies in the recent period have paid much attention to the importance of exegesis for the self-identification of rulers and their retinues in the Carolingian period. Having recognized that, scholars of the calendric science have devoted attention to one of the critical aspects of Christian time reckoning, the idea of the end of times that was critical for the belief in Creation, for setting the framework for the Incarnation of Jesus, for determining the importance of his Reincarnation, and for defining the needs of the Christian community in its wake and in the expectations for his second coming (PALMER 2011, 2014; WARNTJES 2018).

The Carolingian developments need to be examined against Bede’s work, which allows one to pick up both on the former’s novelty and traditional character. Why did there exist such interest towards the year 6000 in the Carolingian age that had not been seen for quite some time? It was highlighted how in the 8th century the manuscripts with the countdown to the end of the 6th millenium appeared (WARNTJES 2018). This was a realization of the idea that history was the unfolding of God’s plan (CROUCH 1997, p. 17; GOFFART 1988, p. 153). Biblical history became “now” at the court of Charlemagne where he was “David” and was not just metaphorically represented as such. Carolingian scholars used a great number of Biblical images to describe their kings, although the angle of their outlook was significantly different in each case. The image of Solomon figured prominently in the *Epitaphium Arsenii* as the symbol for

the group of elite thinkers who sought to imagine the authority without referring to the traditional scheme by Tacitus (JONG 2017, p. 112–113). An investigation of the main works of the Carolingian exegesis illustrates how the themes from the Old Testament were used in significant ways for defining not only the discourse of power, but also the historical narrative and its time frame where this discourse was deployed.

Scholars have emphasized the importance of biblical imagery in the construction of the discourse of power in the Carolingian Frankish kingdom. It has been shown how scholars like Hraban Maur, Ratbertus or Dhuoda extensively used metaphors from the Bible to construct the ideal image of kingship. Manipulations with the images from the Scripture were done in the context of courtly exchange where performativity, as it was shown, was the key element of scholarly discussion and every symbol acquired importance within the oral and written argument (NELSON 2003, p. 52; SCHALLER 1970; MURRAY 1990, p. 14; KNIGHT 2012, p. 7, 47). In their treatises they employed a whole slew of biblical characters and stories that were meant to express, by communication in the competition-riddled setting of the educated court, Carolingian authority in its glory and limitations. Charlemagne was not a metaphor of David, he was David for those who knew the meaning of this name. The pervasive recurrence of the pastoral motif in the Latin poetry of the period shows that the cultural milieu of the Carolingian court was built on the imagery of pastoral society that, in addition to Virgil and other Latin poets, also owed its origin in this particular setting to imagery from the Old Testament (MURRAY 1990, p. 14; KNIGHT 2012, p. 47). Thus, the court culture was predicated on the matters that helped construct the discourse of power with the help of stories from the Old Testament.

In the preface to his *Chronicle*, Hraban Maur wrote that he fashioned his history from divine history, from a large number of works from other historians such as Justinus, Sulpicius Severus, Eusebius' *Ecclesiastical history*, the

Chronicon of Eusebius/Rufinus and the Chronicon of Bede, and the writings of Josephus (MAUR 1899, no. 19, p. 424-425, l. 30-32; JONG 2000, p. 217). Pippin III, Charlemagne and the other Carolingians were perceived in terms that were highly imbued with theology as the founder of the dynasty, the first Arnulfing/Pippinid king of the Franks was equaled to Moses, as were others (GARRISON 2000, p. 125). The comparison of Charlemagne issuing the "Admonitio generalis" to Josiah (Kings 4:23) reminded of the ruler who not only established cultic uniformity, but also demolished other cults (JONG 2015, p. 88). The offering of the commentary on the Maccabees to Louis the German reminded of the king battered in the course of the struggle within the family in 840-843 and the ruler who was meant to restore the cultic unity by his uprising (JONG 2000, p. 216). Later on, Robert the Strong was imagined as a Maccabee (JONG 2000, p. 216, n. 101). Carolingian scholars looked for the entire spectrum of the patristic writings in addition to the Bible to provide a reference framework for the envisaged Christian society (JONG 2015, p. 88). The imagery was not static, but dynamic, reminding not only of cultic unity, but of suppression of extraneous cults. These cases speak of how the images of particular biblical figures were used for narrating contemporary history by way of making the Old Testament stories the Franks' own history (JONG 2000, p. 216).

However, in addition to that imagery, the theological musings of Alcuin and the commentaries on the books of the Old Testament by Hraban Maur, I argue, possessed a number of highlights that showed their authors' interest not only towards the matters of dogma, but also to calculating time and to setting the chronological framework properly for history, both biblical and secular. It has been shown that Hraban employed historical criticism on the plots from the Old Testament (JONG 2000, p. 218). At times he was dissatisfied with the Old Testament narrative, concluding that the facts were omitted. The beginning of the first book of the Maccabees was incongruous, he argued, because it started with "et factum est", which meant a subjunctive clause. The narrative was for him the one where

the author descended directly *in medias res*, which suggests the knowledge of classical texts like the “Iliad” of Homer. The second book of the Maccabees was much shorter, but it did not preclude this book from being as historically important as the first one (JONG 2000, p. 219). Historical considerations immediately emerged from exegesis and in fact were its critical element. The choice of Old Testament books for commentaries always focused on the biblical rulers; this was done to help create the appropriate image for the kings and legitimize their place in history (JONG 2000, 2015; CONTRENI 2015). These biblical images highlighted these stories of contemporary Carolingian rulers with all their approaches to what it meant to have the “beginning and end” of time in the system of historical coordinates. Narratives of this type, the intertwining of imagery from the Old Testament and recent history, which required calendrical awareness, were being constantly deployed to support, in educated ways, the Carolingians’ legitimacy as the rulers of the Christian Frankish kingdom and of the Empire. This interest towards Old Testament stories as “current” or “recent” history seems a bit more pronounced among the scholars of the Carolingian age than it is in Bede’s works.

## The “time of reckoning” and its traditional recurrence in the history of Late Antiquity and the early Middle Ages

In this section, I show how the interest in the correlation between the universal moment of Christian history and the current moment of short-term political events during the times of Bede and the Carolingian period was predicated on the longer time-scales that had their roots in the cycles of visible astronomical phenomena. To highlight these cycles and their importance I would like to propose as a hypothesis a scheme that would allow to place the periods when the interest in universal history and its beginning and end surged within the parameters of visible celestial events. I suggest that the surge of interest towards universal Christian history and biblical

events as those having relevance to the 8th or 9th-century “now” can be related to one cycle that astronomers have long been aware of. In imagining their place in universal Christian history scholars in Europe went through three periods when their interest towards the matters of the beginning and the end of times seemed to fuel the development of biblical exegesis and its application in their contemporary matters. During these periods the calculations necessary for the construction of the calendars and timelines brought up questions related to the foundations of Christian theology and led to concerns about the end of history and the “end of times” to appear (MARKUS 2001; PALMER 2014; LANDES 2000).

Scholars who in the early Middle Ages paid attention to the eschatological meaning of the year 6000, the date when the Thousand Years’ kingdom was to begin, relied on the scheme of history that had originated in hellenistic times with the educated people like Eupolemos (mid-2nd century BCE) and Alexander Polyhistor (active 85-35 BCE) and that found its development in the Late Antique Christian environment with scholars like Theophilus (CE 115-181) and Julius Africanus (CE 200-245) (WACHOLDER 1968, p. 451–452; BICKERMAN 1980, p. 73). Already since the times of Augustine scholars began to adjust the year of the Creation era so as to move the coming of Last Judgment to a later date that was significantly more distant from their present (LANDES 1988; LANDES 1992, p. 377). Augustine warned against reading too much into the signs that people began to notice after the sack of Rome in 410 and thus sought to tone down any coincidence with the year 6000 that could have originated from the era that attributed the Incarnation to the year c. 5500 of Creation (Aug. no. 199, 36; LANDES 1992, p. 364). In his disbelief in eschatological schemes, he differed from his contemporaries: just several years later Hesychius wrote about the year 418-419 as the miraculous year (Hesychius Letter 198; LANDES, 1992, p. 365); The chronicles did the same. (Consularia constantinopolitana (c. 448 CE). MGH AA 9:246. Hydatius (468 CE) 9:19-20; ROUCHE 1977, p. 405–9). Hippolite, Eusebius and Jerome

agreed on the year of the Incarnation as the year 5900 since the Creation. Then Augustine moved the date back to 5600, Julian of Toledo took the middle way and ascribed it to the date 5850, Bede also followed Hippolyte, Eusebius and Jerome, and used the year 5950, Beatus of Liébana went with the similar date of 5990, and Abbon of Fleury used the year 6000. Only Boniface chose the date that was closer to the considerations of Augustine rather than to the ideas of the three doctors of the church. It was the year 5750, which meant that he saw a large break between the coming of Christ and the coming of the Thousand Year kingdom. This was an approach different from that of Hippolytus, Eusebius and Jerome, because it was more adequate for those Christians who from Late Antiquity on provided for some time for the world to benefit from the Incarnation (LANDES 1993, p. 8).

During the push of the Mediterranean civilization towards the North in Late Antiquity, in the 4th and 5th centuries it was the first time when scholars like Jerome and Augustine had to address the ending of the universal sacred history calendar that the Christians inherited from the Old Testament (MARKUS 1970, 1988; LANDES 2014). In this case, the main issue was reconciling one calendar that had originated in the Ancient society to the challenges of the Mediterranean civilization that had to address the problem of open corridors leading into wide open spaces in Europe and Eurasia (to the North Sea and, via the Balkans, to the world of the steppes) (HEATHER 2006). During this period, the foundations for the era of Incarnation were laid by scholars like Dionysius Exiguus in the early 5th century who were building upon the works of the previous scholars and who were followed in the early Middle Ages by Bede. (DECLERCQ 2000, p. 116).

The second “time of reckoning” came when Eusebius’ date of the Incarnation in Anno Mundi 5199 prompted scholars to reconsider the meaning of the rule of the Carolingians around the year 801, that is, the Anno Mundi 6000 (LANDES 2000; HEIL 2000, p. 100–103; PALMER 2014, p. 130;



REIMITZ 2004, p. 198; BORST 1972, 1992; WARNTJES 2018, p. 51; NELSON 2019, p. 381). Biblical history became “now” at the court of Charlemagne where he WAS “David” and was not just metaphorically represented as such. And the third period when time reckoning had again raised such concerns about the end of times was around the year one thousand, when the theological construct of the thousand-year kingdom suddenly became a reality (LANDES 1988, 1995, 2000). In each case, the cause for concern was the date 6000 Anno Mundi, which brought up the immediate association with the thousand-year kingdom, but the actual construction of the time scales was different. These cases have been well studied by scholars and they have a considerable historiography.

The discussion of these subjects thus becomes deeper if one considers all cases where the matter of the “end of times”, of “now” as the period of uncertainty arose in a different and much larger context of the Christian and Old Testament time reckoning when, in addition to considering the times of the beginning of times and the end of the 6th millenium, the questions of how to envision their change “now” within the peculiar context of a Christian community living in the particular historical Late Antique or early medieval environment arose. It was the question of how to adjust the historical descriptions and predictions that originated from the historical tables of the Eusebius-Jerome Chronicle to the pressing matters of everyday history that were wrought with the events that went against the temporary schemes of the Old Testament. The “triumphant” imperial church that was to be the representation of heavenly Jerusalem started to take shape in the times of maximum barbarian onslaught (MARKUS 1988, p. 104–105). This problem had been overcome after Augustine, his “students” Orosius and Prosper of Aquitaine, and his distant intellectual heirs Hydatius, Sulpicius Severus and Gregory of Tours, managed to channel the realities of the Roman imperial church with the barbarians at or even within the Empire’s borders into the narrative constructed according to the biblical paradigm (For example GOFFART 1988, p. 153). In a sense, the musings and attempts

to overcome these discrepancies produced a stable paradigm of history by the Carolingian period, wherein historians did not flounder in matters of eschatological nature as they had become immune to the appearance among dates such as 6000 Anno Mundi, which were reminiscent of Apocalypse and implied the coming of the Last Judgment.

Since the early modern age, astronomers began to pay attention to changes in nodes of the Moon in addition to those known by scholars of the Ancient world. They got accustomed, by means of observation, to the idea of an inherent verifiability of the mathematical formulae that describe the movement of the planets and thus began to measure the position of stars against those of the planets, in contrast to what had been normal practice in astronomy since the Ancient period (WŁODARZYK 2019, p. 152). A significant breakthrough in the understanding of the principles that lay at the foundation of celestial bodies movement was made by Pierre-Simon de Laplace (1749-1827). The matter of lunar motions and the precession of its nodes was developed in the controversies between several European scholars of the 18th century. These cycles relative to the precession of nodes were calculated with great precision, but with a number of assumptions potentially attributed to approximations by Clairaut (CLAIRAUT 1752). His calculations and formulae were based on Newton's law of gravitation and were another proof of its validity, but he overestimated the value of the precession of the Moon's perigee by a factor of about two (CALINGER 2007, p. 33). He later had to concede to using the small parameters (the quadratic members of the sequence in addition to the square ones) to define the *perigee's* precession (FITZPATRICK 2011). But it is not clear what cycles of precession his formulae could cover since Clairaut limited himself to proving the Newton law's unique precedence. He never aspired to going beyond the first formulae to calculate the implications. In the course of this controversy, Euler's idea of imagining the orbit of the Moon as a rotating ellipse was questioned and tested. Euler's contribution to the discussion of the Moon's orbit may be found

in drawing attention to the need to including, theoretically, the electromagnetic interaction between both celestial bodies (CALINGER 2007, p. 33–34). Euler's works on the problem showed the underlying precession of the Earth's own equinoxes with greater mathematical precision, and they were shown to be about 19 years long (EULER 1751). The longer precession was first mathematically calculated by Leonard Euler (using the formulae and the coefficients of Clairaut) in the mid-18th century, and it was found to produce a shift of one degree of the Moon's apogee or perigee against a specific position on Earth in 276,92 years (EULER 1934). This was a breakthrough in contrast to the traditional views of the Moon's motion because, while the 8- and 19-year cycles had been observed and were well-known, the 276,92-year cycle was not evident or in any way known to the educated people. His calculations for the Moon clearly picked up on the longer-term cycles.

Although one degree does not account for much, in the periods of *saltus lunae* and in some cases when this *saltus* fell on an eclipse, it could make a difference in observation. Considering that the calendar that scholars from the Carolingian age used was one degree behind the Moon's positions in around 525, when scholars began to reset the Easter tables, this needs to be accounted for. In the 520s Dionisius Exiguus sought various textbooks and information about the calculation of Easter, which later let him compile a meaningful algorithm for reconciling the Solar and Lunar cycles (DECLERCQ 2000, p. 98, 116, 152; WARNTJES 2013, p. 50–52). Dionysius only compiled the cycle for 95 years even though he had reconciled the two cycles for 532 years (DECLERCQ 2000, p. 152; WARNTJES 2013, p. 56). The Easter tables run out in 616, 95 years after they had been set by Dionisius Exiguus, and this required Felix of Squillace to produce a new one. The same had to be done around the year 700. The *Victorian prologue* of 699 synchronized the forthcoming year 703 with the year AM 5203 (LIBER DE COMPUTO s.d., Ch. 83, at col. 1314; WARNTJES 2010a, p. 271–273). This suggests that Late Antique scholars who based their knowledge on the Ancient

world's experience were aware of the possible discrepancies further on and did not venture into the unknown. The surge in the interest to the calculations of the lunar calendar in the letter exchange between Alcuin and Charlemagne might be considered the illustration of the knowledge that early medieval scholars possessed about the need to adjust the calendar to the Moon's actual movements that they could have sensed but were unable to calculate precisely (ALCUIN 1895, Epp. 126, 143, 145). For the turn of the 9th century almost precisely coincided with one period of lunar precession from the time when Dionysius was making his tables. This suggests that they must have posited that after a period of 95 years, for which, as the scholars might have known, the calendar of the Moon's motions could be calculated precisely, there came the times when the tables needed to be updated based on the actual observations. The search of various scholars for the correct methods including the works of Bede were a response to those dark times. Interestingly, the period, as was to be calculated by Euler later, ended about the time when Alcuin was explaining to Charlemagne the complexities of the calendar and the need to put on November 25<sup>th</sup>, 797, *luna* 1<sup>st</sup> and not *luna* 30<sup>th</sup> (even though one need not impute that he need to subtract one day was in this case caused by the precession of the Moon (ALCUIN 1895, Ep. 126). All this suggests that there was more correlation between astronomical cycles and the bookish knowledge than expected at the time. Interestingly, when there came the time of the "end" of the standard moon cycle, the questions of the beginning and the end of time emerged and in some cases prompted a reconsideration of the current calendar in relation to the age of the world and to its end. I suggest, therefore, that one needs to notice how the same themes reappeared at exactly the periods determined by the astronomical phenomena and how Augustine became relevant in approximately 276.92 years for Bede and how the Easter table of Dionysius Exiguus prompted people again to think about the end of time and utilize both Augustine and Bede to find answers on how to counter this problem.

## Conclusion

The Carolingian efforts in reimagining the calendar of universal history and making it part of the educated communication in regards to the current events and recent history at the time of the coronation of Charlemagne at the year 5999 since the Creation and 800 since the Incarnation of Christ were successful. They were the result of the significant adaptation of the framework created by Augustine and made available by Irish scholars, Bede and his students not so much to the conditions of Europe as opposed to those of the Mediterranean, but to the situation in the universal calendar when the count of years started to reach the maximum number imagined by the scholars of the Ancient world. Carolingian attempts at constructing the calendar of the historical epoch themselves originated in the tradition of eschatological thinking exemplified in the works of Augustine, practiced by the Irish and continental European scholars in re-calculating the Easter calendar, and in the works of historians, like Gregory of Tours and then Einhard to connect the history since the Creation to the historical narrative of the recent kings' achievements. The knowledge of how to work with and manipulate critical dates from the sacred history and from the Easter calculations was made meaningful in two periods of time, in the 520s and the ca. 800, determined partly by the effects of the precession of the Moon on the calendar, when the "final reckoning" became a pressing need. One thing was novel in the development of the ways to represent the long-term cycles of universal history in the everyday ritual exchange of information among scholars in the Carolingian age. Unlike Bede, whose writings reminded more of textbooks, Carolingian scholars used the stories related to measuring and imagining biblical chronology in their exchanges, the primary aim of which was to confirm their status and the status of the king within the group of educated and knowledgeable people that measured up in knowledge and their historical significance to the figures of the Old Testament. This was not only mathematical knowledge but also knowledge in terms of the "exegesis of numbers". Studies

have indicated that the calculations of the *Anno Domini* and of the Easter date often contained assumptions which might be considered as extraneous or erroneous, but which make sense as the tools of approaching the correct understanding of one or another time reckoning scheme. In other words, I argue for the importance of combinatorics with the lengths of historical periods and the dates of events. The knowledge of history in the Carolingian period was increasingly built on the skills to manipulate numbers in ways that turned historical and biblical narratives they represented into the descriptive and simultaneously hierarchical mental constructs. This was due to the fact that observable astronomic phenomena, which might have also been known from the symbolism of numbers in the Old Testament, made the need to adjust the book knowledge and numbers to the real calendar. Not only the specific calendric chronological schemes of universal history and the Easter tables were reconsidered at this time: in fact, the rethinking of the ways to connect chronology to the political project took place because of the significant rethinking of universal history's periodization that was aided by the attention towards the observable or known breaks in the regularity of the flow of time.

## REFERENCE

ALCUIN. Ep. 126. *In*: DÜMMLER, E. (ed.). **Epistolae Karolini aevi**. Berlin: Weidmann, 1895. v. 2. (MGH Epistolae, 4). p. 185–187.

ALCUIN. Ep. 143. *In*: DÜMMLER, E. (ed.). **Epistolae Karolini aevi**. Berlin: Weidmann, 1895. v. 2. (MGH Epistolae, 4). p. 224–227.

ALCUIN. Ep. 145. *In*: DÜMMLER, E. (ed.). **Epistolae Karolini aevi**. Berlin: Weidmann, 1895. v. 2. (MGH Epistolae, 4). p. 231–235.

ALCUIN. Vita Vedasti. *In*: MIGNE, J.-P. (ed.). **PL**. [S.l.: s.n.], 1844. v. 101.

ASTRONOMUS. Vita Hludowici imperatoris. *In*: TREMP, Ernst (Ed.). **Theganus, Gesta Hludowici imperatoris** – Astronomus, Vita Hludowici imperatoris. Hannover: Hahn, 1995. (MGH Scriptores rerum germanicarum, 64). p. 280–555.

AUGUSTINE. **De civitate Dei**. Edição: B. Dombart e A. Kalb. [S.l.: s.n.]. (CCSL, 47, 48).

BARNWELL, Paul S. Einhard, Louis the Pious and Childeric III. **Historical Research**, v. 78, n. 200, p. 129–139, 2005.

BECHT-JÖRDENS, Gereon. Biographie als Heilsgeschichte. Ein Paradigmenwechsel in der Gattungsentwicklung: Prolegomena zu einer formgeschichtlichen Interpretation von Einharts Vita Karoli. *In*: JÖRDENS, Andrea (Ed.). **Quaerite faciem eius semper**. Studien zu den geistesgeschichtlichen Beziehungen zwischen Antike und Christentum. Dankesgabe für Albrecht Dihle zum 85. Geburtstag aus dem Heidelberger „Kirchenväterkolloquium“. Hamburg: Kovac, 2008. (Studien zur Kirchengeschichte, 8). p. 1–21.

BECKWITH, Roger T. **Calendar, Chronology and Worship**: Studies in Judaism and Early Christianity. Leiden: Brill, 2005.

BERGMANN, Werner. Easter and the Calendar: The Mathematics of Determining a Formula for the Easter Festival to Medieval Computing. Versão alemã. **Journal for General Philosophy of Science** / Zeitschrift für allgemeine Wissenschaftstheorie, v. 22, n. 1, p. 15–41, 1991.

BICKERMAN, Elias. **Chronology of the Ancient World**. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1980.

Admonitio generalis. *In*: BORETIUS, Alfred (Ed.). **Capitularia regum francorum**. Hannover: [s.n.], 1883. V. 1. (MGH Leges in quarto, Legum sectio II). P. 54–62.

BORST, Arno. **Die karolingische Kalenderreform**. Hannover: [s.n.], 1998. (Schriften der Monumenta Germaniae Historica, 46).

BORST, Arno. Kaisertum und Namentheorie im Jahre 800. *In*: WOLFF, Gunther (ed.). **Zum Kaisertum Karls des Grossen**: Beiträge und Aufsätze. Darmstadt: [s.n.], 1972. p. 216–39.

BORST, Arno. Karl der Grosse und die Zeit. *In*: RÖTTGEN, Herwarth (ed.). **Beiträge zur Zeit**. Stuttgart: [s.n.], 1992.V. 42. p. 9–21.

BRUNNER, Karl. Auf die Spuren verlorener Traditionen. Versão alemã. **Peritia**, v. 2, p. 1–22, 1983.

BRUNNER, Karl. **Oppositionelle Gruppen im Karolingerreich**. Wien: Böhlau, 1979.



BULLOUGH, Donald. Alcuin and the Kingdom of Heaven: Liturgy, theology and the Carolingian age. *In*: BLUMENTHAL, Ute-Renate (ed.). **Carolingian essays**: Andrew W. Mellon lectures in early Christian studies. Washington DC: The Catholic University of America Press, 1983. p. 161–240.

BULLOUGH, Donald. **Alcuin**: achievement and reputation: being part of the Ford lectures delivered in Oxford in Hilary Term 1980. Leiden: Brill, 2004.

CALINGER, Ronald S. Leonard Euler: Life and Thought. *In*: SANDIFER, C. Edward; BRADLEY, Robert E. (ed.). **Leonard Euler**: Life, Work and Legacy. Amsterdam; Boston: Elsevier, 2007. p. 5–60.

CLAIRAUT, Alexis. **Theorie de la Lune deduite du seul principedel’attractionreciproquementproportionelle aux quarrés des distances**. St. Petersburg: Imprimerie de l’Academie Imperiale des Sciences, 1752.

COLLINS, Roger. Deception and misrepresentation in early eighth-century Frankish historiography: two case studies. *In*: JARNUT, J.; RICHTER M.; NONN, U. (ed.). **Karl Martell in seiner Zeit**. Sigmaringen: [s.n.], 1994. V. 37. (Beihefte der Francia). p. 227–247.

CONTRENI, John. The Patristic legacy to c. 1000. *In*: MARSDEN, Richard; MATTER, E. Ann (ed.). **New Cambridge History of the Bible**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. P. 505–535.

CORNING, Caitlin. Columbanus and the Easter controversy: theological, social and political contexts. *In*: FLECHNER, Roy; MEEDER, Swen (ed.). **The Irish in early medieval Europe**: identity, culture and religion. London: Palgrave, 2016. p. 101–115.

CROUCH, Jace T. **Isidore of Seville on Time, Eternity, Events, and History: The Unfolding of Salvation History.** 1997. Tese (Doutorado) – Michigan State University.

DARBY, Peter. **Bede and the End of Time.** Farnham: Ashgate, 2016.

DARBY, Peter. Bede's history of the future. *In*: DARBY, Peter; WALLIS, Faith (ed.). **Bede and the Future.** Farnham: Ashgate, 2014. p. 115–138.

DECLERCQ, Georges. **Anno Domini: The origins of the Christian era.** Turnhout: Brepols, 2000.

ENGLISCH, Brigitte. Karolingische Reformkalender und die Fixierung der christlichen Zeitrechnung. *In*: WARNTJES, Immo; Ó CRÓINÍN, Dáibhí (ed.). **Computus and its cultural context in the Latin West AD 300-1200..** Turnhout: Brepols, 2010. V. 5, p. 238–258.

EULER, Johannis Albertus. **Theoria motuum Lunae.** Nova methodo pertractata una cum tabulis astronomicis unde ad quodvis tempus loca Lunae expedite computari possunt. Edição: Wolfgang Ludovicus Krafft e Johannis Andreas Lexell. Leningrad: Typis et impensis academiae scientiarum URSS, 1934.

EULER, Leonard. Recherches sur la precession des equinoxes st sur la nutation de l'axe de la terre. Versão francesa. **Mémoires de l'Académie des Sciences et des Belles-Lettres de Berlin**, v. 5, p. 289–325, 1751.

FITZPATRICK, Richard. **Newtonian Dynamics.** [S.l.]: Lulu, 2011.

GANSHOF, F. L. The last period of Charlemagne's reign: A study in decomposition. *In*: GANSHOF, F. L. **The Carolingians and the Frankish monarchy.** Ithaca: [s.n.], 1971. p. 240–54.

GANZ, David. Einhard's Charlemagne: The characterisation of greatness. *In*: STORY, Joanna (ed.). **Charlemagne: Empire and Society**. Manchester: Manchester University Press, 2005. p. 38–51.

GANZ, David. Einhardus peccator. *In*: WORMALD, Patrick; NELSON, Janet L. (ed.). **Lay intellectuals in the Carolingian world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 37–51.

GANZ, David. The Astronomer's Life of Louis the Pious. *In*: GARVER, Valerie L.; PHELAN, Owen M. (ed.). **Rome and religion in the medieval world: Studies in honor of Thomas F. X. Noble**. London: Routledge, 2014. P. 129–148.

GARRISON, Mary. The Franks as New Israel? Education for an identity from Pippin to Charlemagne. *In*: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew (ed.). **The uses of the past in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 114–161.

GASKOIN, C. J. B. **Alcuin; his life and his work**. New York: Russell & Russell, 1966.

GLENN, Jason Kahn. Between Two Empires. Einhard and His Charles the Great. *In*: **The Middle Ages in text and Texture**. Toronto: Toronto University Press, 2011. p. 105–118.

GOFFART, Walter. **The narrators of barbarian history (AD 550-800)**: Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon. Princeton: Princeton University Press, 1988. 491 p.

HEATHER, P. **The Fall of the Roman Empire: A new history of Rome and the barbarians**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEIL, Johannes. *Nos nescientes de hoc velle manere* - "We wish to remain ignorant about this": Timeless end, or: Approaches to reconceptualizing eschatology after A.D. 800 (AM 6000). **Traditio**, v. 55, p. 73–103, 2000.

HOLDER-EGGER, Oswald. Zur Überlieferung von Einhard's Vita Karoli Magni. *In*: NEUES Archiv der Gesellschaft für Ältere Deutsche Geschichtskunde zur Beförderung einer Gesamtausgabe der Quellenschriften deutscher Geschichten des Mittelalters. Hannover: Hahn, 1912. V. 37. p. 393–414.

INNES, Matthew. Teutons or Trojans? The Carolingian and the Germanic past. *In*: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew (ed.). **The uses of the past in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 227–249.

JAMES, Dominic. The world and its past as Christian allegory in the early Middle Ages. *In*: INNES, Matthew; HEN, Yitzhak (ed.). **The uses of the past in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 102–113.

JONES, Charles W. The victorian and dionysiac paschal tables in the West. **Speculum**, v. 9, n. 4, p. 408–421, 1934.

JONES, Charles Williams. **Bedae opera de temporibus**. Cambridge, MA: Medieval Academy of America, 1943.

JONG, M. de. Carolingian political discourse and the biblical past: Hraban, Dhuoda, Radbert. *In*: GANTNER, Clemens; MCKITTERICK, Rosamond; MEEDER, Sven (Ed.). **The Resources of the Past in Early Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 87–102.

JONG, M. de. For God, king and country: the personal and the public in the epitaphium Arsenii. **Early Medieval Europe**, v. 25, n. 1, p. 102–113, 2017.

JONG, M. de. The empire as ecclesia: Hrabanus Maurus and biblical historia for rulers. *In*: INNES, Matthew; HEN, Yitzhak (ed.). **The uses of the past in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 191–226.

KNIGHT, Gillian R. Talking Letter, Singing Pipe: Modalities of Performance at the Carolingian Court. Versão francesa. **Archives d'histoire doctrinale et littéraire du Moyen Age**, v. 79, p. 7–47, 2012.

LANDES, R. Lest the Millennium Be Fulfilled: Apocalyptic Expectations and the Pattern of Western Chronography, 100-800 C. E. *In*: VERBEKE, W. (ed.). **The Use and Abuse of Eschatology in the Middle Ages**. Louvain: Katholieke Universiteit te Leuven, 1988. p. 141–211.

LANDES, R. Sur la traces du Millenium: la «via negativa». Versão francesa. **Le Moyen Age**, v. 99, n. 1, p. 5–26, 1993.

LANDES, Richard. «Millenarismus absconditus»: L'historiographie augustinienne et le millénarisme du haut Moyen Age jusqu'à l'an Mil. Versão francesa. **Le Moyen Age**, v. 98, n. 3-4, p. 355–377, 1992.

LANDES, Richard. In the Fear of an Apocalyptic Year 1000: Augustinian Historiography, Medieval and Modern. **Speculum**, v. 75, p. 97–145, 2000.

LANDES, Richard. **Relics, apocalypse, and the deceits of history**: Ademar of Chabannes, 989-1034. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1995. P. 404.

LANDES, Richard. The Silenced Millenium and the Fall of Rome: Augustine and the Year 6000 AM I. *In*: DOODY, John; KLOOS, Kari; PAFFENROTH, Kim (Ed.). **Augustine and Apocalyptic and the Fall of Rome**: Augustine and the Year 6000. Lanham: Lexington Books, 2014. p. 151–176.

LIBER DE COMPUTO. In: **PL.** [S.l.: s.n.]. V. 129. p. 1273–1372.

LOHRMANN, Dietrich. Alcuins Korrespondenz mit Karls dem Grossen über Kalender und Astronomie. In: BUTZER, Paul Leo; LOHRMANN, Dietrich (ed.). **Science in Western and Eastern civilization in Carolingian times.** Basel: Birkhäuser, 1993. p. 79–114.

LÖWE, Heinz. Die Entstehungszeit der Vita Karoli Einhards. Versão alemã. **Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters**, v. 39, p. 85–103, 1983.

MAC CARRON, Máirín. Bede, Irish computistica and Annus Mundi. **Early Medieval Europe**, v. 23,n. 3, p. 290–307, 2015.

MAC CARRON, Máirín. Christology and the future in Bede's Annus Domini. In: DARBY, Peter; Wallis, Faith (Ed.). **Bede and the Future.** Burlington: Ashgate, 2014. p. 161–179.

MARKUS, R. A. Living within sight of the end. In: HUMPHREY, Chris; ORMROD, W. M. (Ed.). **Time in the Medieval World.** Rochester, N.Y.: York Medieval Press, 2001. p. 23–34.

MARKUS, R. **Saeculum:** History and Society in the Theology of St Augustine. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

MARKUS, R. The Latin Fathers. In: BURNS, J. H. (Ed.). **The Cambridge History of Medieval Political Thought, c. 350 - c. 1450.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 92–122.

Maur, Hraban. Epistolae. In: DÜMMLER, E. (Ed.). **MGH Epistolae.** Berlin: Weidmann, 1899. V. 3. p. 379–516.

MCKITTERICK, Rosamond. **History and memory in the Carolingian world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MCKITTERICK, Rosamond. Political ideology in Carolingian historiography. *In*: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew (ed.). **The uses of the past in the early Middle Ages**. Cambridge: [s.n.], 2000b. p. 162–174.

MCKITTERICK, Rosamond. The illusion of royal power in the Carolingian annals. **English Historical Review**, v. 115, n. 460, p. 1–20, 2000a.

MEEDER, Swen. The Irish and Carolingian learning. *In*: FLECHNER, Roy; MEEDER, Swen (ed.). **The Irish in early medieval Europe: identity, culture and religion**. London: Palgrave, 2016. p. 179–194.

MEYVAERT, Paul. Discovering the Calendar (Annalis Libellus) Attached to Bede's own Copy of De temporun ratione. **Analecta Bollandiana**, v. 120, p. 1–159, 2002.

MURRAY, O. The Idea of the Shepherd King from Cyrus to Charlemagne. *In*: **Latin Poetry and the Classical Tradition**. Essays in Medieval and Renaissance Literature. Oxford: [s.n.], 1990. p. 1–14.

NELSON, Janet. **King and Emperor: A New Life of Charlemagne**. Berkeley: University of California Press, 2019.

NELSON, Janet. Was Charlemagne's court a courtly society? *In*: CUBITT, C. (Ed.). **Court Culture in the Early Middle Ages: the proceedings of the first Alcuin conference**. Turnhout: [s.n.], 2003. p. 39–57.

NOBLE, Thomas F. X. (ed. and trad.). **Charlemagne and Louis the Pious: the lives by Einhard, Notker, Ermoldus, Thegan, and the Astronomer**. University Park, Pa.: Pennsylvania State University Press, 2009.

Ó CRÓINÍN, Dáibhí. The Irish as mediators of Antique culture on the continent. *In*: BUTZER, Paul Leo; LOHRMANN, Dietrich (ed.). **Science in Western and Eastern civilization in Carolingian times**. Basel: [s.n.], 1993. p. 41–52.

PALMER, James. Calculating time and the end of time in the Carolingian world, c.740-820. **English Historical Review**, v. 126, n. 523, p. 1307–1331, 2011.

PALMER, James. **The Apocalypse in the early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

PALMER, James. The adoption of the Dionysian Easter in the Frankish kingdoms (c. 670-c. 800). **Peritia**, v. 28, p. 135–154, mar., 2018.

PALMER, James. The ends and futures of Bede's *De temporum ratione*. *In*: DARBY, Peter; WALLIS, Faith (Ed.). **Bede and the Future**. Burlington: Ashgate, 2014. p. 139–160.

PATZOLD, S. Einhards erste Leser: Zu Kontext und Darstellungsabsicht der „Vita Karoli“. **Viator**, v. 42, p. 33–55, 3, 2011.

REIMITZ, Helmut. Die Konkurrenz der Ursprünge in der fränkischen Historiographie. *In*: POHL, Walter (ed.). **Die Suche nach Ursprüngen: Von der Bedeutung des frühen Mittelalters**. Wien: Osterreichische Akademie der Wissenschaften, 2004. p. 191–210.

REIMITZ, Helmut. The Providential Past: Visions of Frankish Identity in the Transmission of Gregory of Tours' *Historiae* (Sixth to Ninth Century). *In*: GANTNER, Clemens; PAYNE, Richard; POHL, Walter (Ed.). **Visions of community: Ethnicity, religion and power in the early medieval West, Byzantium and the Islamic world**. Farnham: Ashgate, 2012. p. 109–36.



REUTER, Timothy. The end of the Carolingian military expansion. *In*: GODMAN, Peter; COLLINS, Roger (ed.). **Charlemagne's heir**: New perspectives on the reign of Louis the Pious (814-840). Oxford: Clarendon, 1990. P. 391-405.

ROUCHE, M. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes (418-781)**. 1977. Dissertation – Université Lille, Lille. 1977.

SCHALLER, D. Vortrags- und Zirkulargedichtung am Hof Karls des Grossen. Versão alemã. **Mittellateinisches Jahrbuch**, v. 6, p. 14-36, 1970.

SCHERBERICH, K. Zur Suetonimitatio in Einhards vita Karoli Magni. *In*: KÉRY, L. (ed.). **Eloquentia copiosus**. Festschrift für Max Kerner zum 65. Geburtstag. Aachen: Thouet, 2006. p. 17-28.

SPRINGSFELD, K. **Alkuins Einfluss auf die Komputistik zur Zeit Karls des Grossen**. Stuttgart: F. Steiner, 2002.

SPRINGSFELD, Kerstin. Eine Beschreibung der Handschrift St. Gallen, Stiftsbibliothek, 225. *In*: Ó CRÓINÍN, Dáibhí; WARNTJES, Immo (ed.). **Computus and its Cultural Context in the Latin West, AD 300-1200**: Proceedings of the 1st International Conference on the Science of Computus in Ireland and Europe, Galway, 14-16 July, 2006. Turnhout: Brepols, 2010.

SPRINGSFELD, Kerstin. Karl der Große, Alkuin und die Zeitrechnung. Versão alemã. **Berichte zur Wissenschaftsgeschichte**, WILEY-VCH Verlag, v. 27, n. 1, p. 53-66, 2004.

STANSBURY, Mark. Irish biblical exegesis. *In*: FLECHNER, Roy; MEEDER, Swen (ed.). **The Irish in early medieval Europe**: identity, culture and religion. London: Palgrave, 2016. p. 116-130.

STEVENS, Wesley M. **Bede's scientific achievement.** Jarrow: [s.n.], 1985. p. 44.

STEVENS, Wesley M. Compotistica et astronomica in the Fulda school. *In*: KING, M. H.; W. STEVENS, M. (ed.). **Saints, scholars and heroes: Studies in medieval culture.** Collegeville: Hill Monastic Manuscript Library, Saint John's Abbey and University, 1979. p. 27–63.

STEVENS, Wesley M. Computus-Handschriften Walahfrid Strabos. *In*: BUTZER, Paul Leo; LOHRMANN, Dietrich (ed.). **Science in Western and Eastern civilization in Carolingian times.** Basel: [s.n.], 1993. P. 363–81.

STEVENS, Wesley M. **Cycles of time and scientific learning in medieval Europe.** Aldershot, Hampshire, Great Britain; Brookfield, Vt., USA: Variorum, 1995a.

STEVENS, Wesley M. Sidereal time in Anglo-Saxon England. *In*: **Cycles of time and scientific learning in medieval Europe.** Aldershot: Ashgate, 1995b. p. 125–152.

STEVENS, Wesley M. Walahfrid Strabo - A student at Fulda. **Historical papers 1971 of the Canadian historical association,** p. 13–20, 1972.

STORY, Joanna. **Carolingian Connections: Anglo-Saxon England and Carolingian Francia, c. 750–870.** London: Routledge, 2017.

STROBEL, August. **Texte zur Geschichte des frühchristlichen Osterkalenders.** München: Aschendorff, 1984.

STROBEL, August. **Ursprung und Geschichte des frühchristlichen Osterkalenders.** Berlin: Akademie-Verlag, 1977.

THACKER, Alan. **Bede and Augustine of Hippo: history and figure in sacred text.** Jarrow: St. Paul's Church, 2006.

THEGANUS. *Gesta Hludowici imperatoris*. In: TREMP, Ernst (ed.). **Theganus, Gesta Hludowici imperatoris** – Astronomus, *Vita Hludowici imperatoris*. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1995. p. 168–277.

WACHOLDER, Ben Zion. Biblical Chronology in the Hellenistic World Chronicles. **The Harvard Theological Review**, v. 61, n. 3, p. 451–452, 1968.

WALLIS, F. **Bede**: Commentary on Revelation. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.

WALLIS, Faith. **Why Did Bede Write A commentary on Revelation?** Edição: Peter Darby e Faith Wallis. Farnham: Ashgate, 2016. p. 23–45.

WARNTJES, Immo. A newly discovered Irish Computus: 'Computus Einsidlensis'. **Peritia**, v. 19-20, p. 61–64, 2005-2006.

WARNTJES, Immo. A newly discovered prologue of AD 699 to the Easter table of Victorius of Aquitaine in an unknown Sirmond manuscript. **Peritia**, v. 21, p. 254–283, 2010a.

WARNTJES, Immo. Computus as scientific thought in Ireland and the early medieval West. In: FLECHNER, Roy; MEEDER, Swen (ed.). **The Irish in early medieval Europe**: identity, culture and religion. London: Palgrave, 2016. p. 158–178.

WARNTJES, Immo. Introduction: state of research on late antique and early medieval computus. In: WARNTJES, Immo; Ó CRÓINÍN, Dáibhí (Ed.). **Late Antique Calendrical Thought and its Reception in the Early Middle Ages**. Proceedings of the 3rd International Confererece on the Science of Computus in Ireland and Europe. Turnhout: Brepols, 2017. p. 1–42.

WARNTJES, Immo. Irische Komputistik zwischen Isidor von Sevilla und Beda Venerabilis: Ursprung, karolingische Rezeption und Forschungsperspektiven. **Viator**, v. 42, p. 1–32, 2011.

WARNTJES, Immo. Köln als naturwissenschaftliches Zentrum in der Karolingerzeit: Die frühmittelalterliche Kölner Schule und der Beginn der fränkischen Komputistik. In: FINGER, Heinz; HORS, Harald (ed.). **Mittelalterliche Handschriften der Kölner Dombibliothek**. Edição: Köln: Erzbischöfliche Diözesan- und Dombibliothek, 2012. V. 38. p. 41–96.

WARNTJES, Immo. Seventh-century Ireland: the cradle of medieval science? In: KELLY, Mary; DOHERTY, Charles (ed.). **Music and the stars**. Mathematics in medieval Ireland. Dublin: Four Courts Press, 2013. p. 44–72.

WARNTJES, Immo. The argumenta of Dionysius Exiguus and their early recensions. In: Ó CRÓINÍN, Dáibhí; WARNTJES, Immo (ed.). **Computus and its Cultural Context in the Latin West, AD 300-1200**: Proceedings of the 1st International Conference on the Science of Computus in Ireland and Europe, Galway, 14-16 July, 2006. Turnhout: Brepols, 2010b. p. 40–111.

WARNTJES, Immo. The Computus Cottonianus of AD 689: A computistical formulary written for Willibrord's Frisian mission. In: WARNTJES, Immo; Ó CRÓINÍN, Dáibhí (ed.). **The Easter Controversy of Late Antiquity and the Early Middle Ages**: its manuscripts, texts, and tables. Proceedings of the 2nd International Conference on the Science of Computus in Ireland and Europe, Galway, 18-20 July 2008. Turnhout: Brepols, 2011. p. 173–212.

WARNTJES, Immo. The Final Countdown and the Reform of the Liturgical Calendar in the early Middle Ages. In: GABRIELE, Matthew; PALMER, James T. (ed.). **Apocalypse and Reform from Late Antiquity to the Middle Ages**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2018. P. 51–75.

WARNTJES, Immo. The Munich Computus and the 84 (14)-year Easter reckoning. **Proceedings of the Royal Irish Academy**, v. 107C, p. 31–85, 2007.

WARNTJES, Immo. **The Munich Computus**: Text and Translation. Irish computistics between Isidore of Seville and the Venerable Bede and its reception in Carolingian times. Stuttgart: Steiner, 2010c.

WARNTJES, Immo. Victorius vs. Dionysius: the Irish Easter controversy of AD 689. *In*: MORAN, P´adraig; WARNTJES, Immo (ed.). **Early medieval Ireland and Europe: chronology, contacts, scholarship**. Turnhout: [s.n.], 2015. p. 40–96.

WŁODARZYK, Jarosław. Peripheral astronomy in the Correspondence of Johannes Hevelius: A Case Study of Maria Cunitia and Elias von Löwen. Versão polonesa. **Kwartalnik historii nauki i techniki**, v. 64, n. 1, p. 147–155, 2019.

## AUTHOR NOTE

### Dmitri Starostin

d.starostin@spbu.ru  
starostin.dmitry@gmail.com  
University of Saint-Petersburg  
Saint-Petersburg  
Russian Federation

## CORRESPONDENCE ADDRESS

Dmitri Starostin  
The Institute of History  
University of St-Petersburg  
Mendeleevskaia linia, 5  
Saint-Petersburg 199034  
Russian Federation

## FUNDING

No funding was declared.

## CONFLICT OF INTEREST

No potential competing interest was reported by the authors.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
This is an Open Access  
article distributed  
under the terms of the  
Creative Commons  
License Attribution-  
NonCommercial-  
NoDerivatives 4.0  
International License.



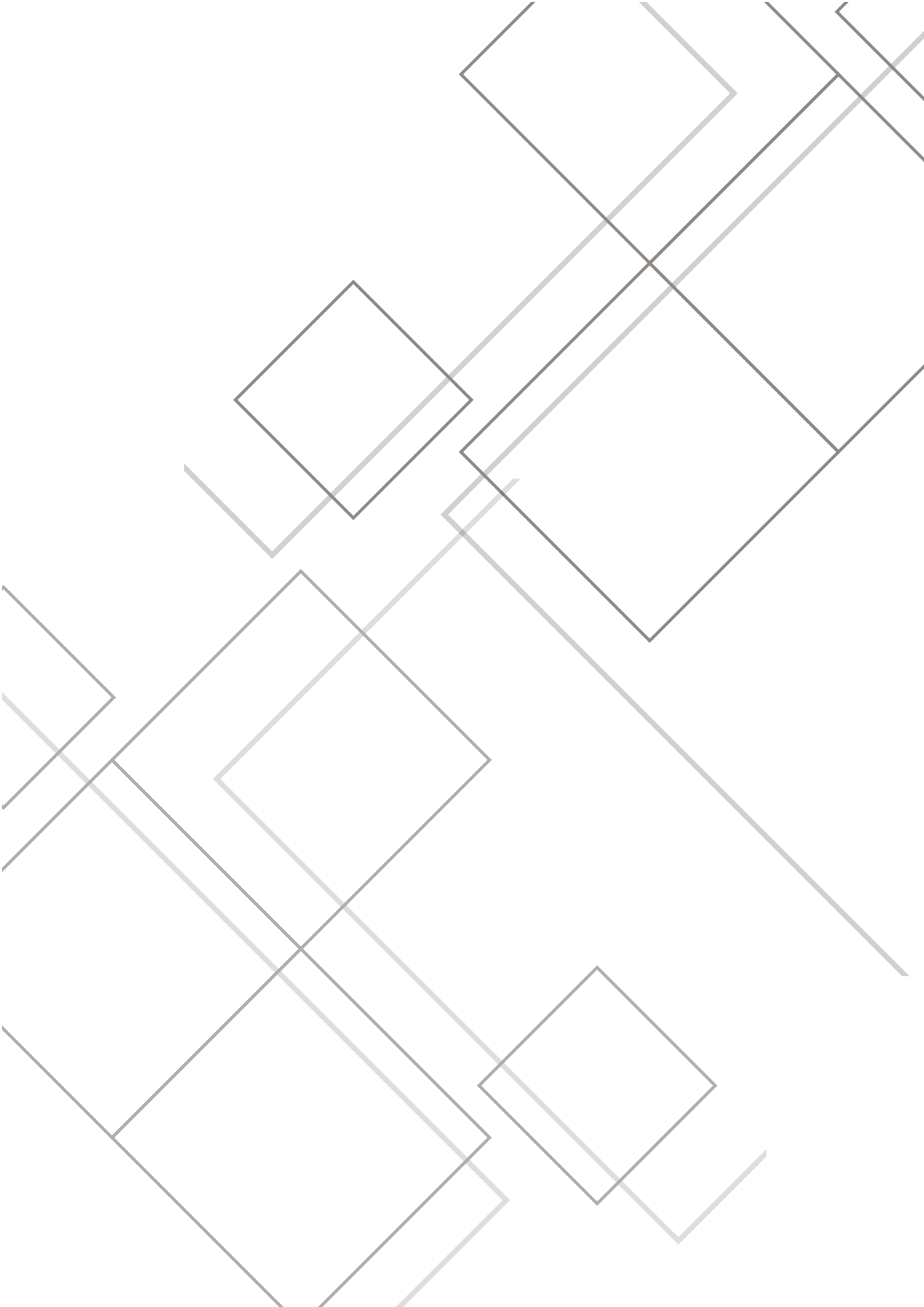
RECEIVED IN: 29/OCT./2019 | APPROVED IN: 7/MAY/2020



ARTIGOS



ARTICLES





# Historia del tiempo presente: la triple frontera entre pasado, presente y futuro. Un análisis desde la historia oral y los marcos normativos

History of the present time: The triple border between past, present and future. An analysis from the oral history and normative frameworks


**Diego S. Crescentino** <sup>a</sup>

*E-mail: [diego.crescentino@uam.es](mailto:diego.crescentino@uam.es)*

*<https://orcid.org/0000-0002-0780-199X>* 

**Gonzalo Vitón** <sup>a</sup>

*E-mail: [gonzalo.viton.garcia@gmail.com](mailto:gonzalo.viton.garcia@gmail.com)*

*<https://orcid.org/0000-0002-5723-2641>* 

<sup>a</sup> Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia Contemporánea, Madrid, España

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar en torno a las posibilidades que ofrece la historia del tiempo presente como perspectiva historiográfica para conducir estudios críticos inmersos en la realidad que pretendemos analizar. A partir de numerosas fuentes secundarias y de nuestra experiencia investigadora, sistematizamos las definiciones existentes en torno a la historia del tiempo presente abordando su ontología, cuestionando su perspectiva epistemológica y dialogando con sus desafíos metodológicos. Tras ello, nos enfocamos en el análisis de dos de sus fuentes, escasamente integradas entre sí: las fuentes orales y los marcos normativos. Partimos de la hipótesis de que su integración a través de un diálogo interdisciplinar posibilita superar las limitaciones propias de la historia del tiempo presente. Concluimos que, efectivamente, esta perspectiva tiene esa posibilidad siempre y cuando se haga un tratamiento riguroso de las fuentes y no deje de considerarse la larga duración del tiempo histórico.

## PALABRAS CLAVE

Historia del Tiempo Presente; Fuentes históricas; Historiografía

## ABSTRACT

This article contemplates the possibilities offered by the history of the present time as a historiographic perspective to conduct critical studies immersed in the reality one intends to analyze. From numerous secondary sources and our research experience, we systematize the existing definitions around this concept by addressing its ontology, questioning its epistemological perspective, and dialoguing with its methodological challenges. Moreover, we analyze two of its sources, sparsely integrated among themselves in the debate of this historiographical perspective: oral sources and normative frameworks. Our approach starts from the premise that an interdisciplinary dialogue between these allows researchers to overcome the limitations of the history of the present time. We conclude that this perspective is promising if researchers can rigorously treat their sources, and if the long durée of historical time is considered.

## KEYWORDS

History of the Present Time; Historical Sources; Historiography

## Introducción

Institucionalizada progresivamente desde la segunda mitad del siglo XX<sup>1</sup>, la historia del tiempo presente nació para dar respuestas a la necesidad —surgida fundamentalmente a partir de la conmoción que supuso la Segunda Guerra Mundial— de desentrañar las relaciones entre el pasado y el presente. Este debate se dio a la luz de una producción historiográfica sensible a la memoria y a los testimonios orales a fin de definir así el rol de las historiadoras<sup>2</sup> en la sociedad por medio de la comprensión del presente. Autores como Aróstegui (2004, p. 144) la definen como la transcripción de la historia vivida, entendida como historización de la experiencia. Y es que tanto la historiadora como cualquier cientista social son prisioneras de su propio tiempo (GUIRAULT 1998, p. 15). Para Rapoport (2014, p. 5), el presente está condicionado por nuestra circunstancia e impone con su urgencia la resolución de los problemas que vivimos y las preguntas que nos hacemos: somos a la vez observadores y actores.

La historia del tiempo presente comprende, así, un “análisis histórico de la realidad social vigente, que comporta una relación de coetaneidad entre la historia vivida y la escritura de esa misma historia, entre los actores y testigos de la historia y los propios historiadores” (CUESTA 1993, p. 11). Busca, además, debatir las fortalezas y debilidades existentes en el análisis de procesos históricos en los cuales el *locus de enunciación* de la historiadora se encuentra inmerso en la realidad que pretende estudiar. Se trata, en otras palabras, de profundizar el diálogo ante el debate epistemológico y llegar, así, a la raíz de la cuestión: ¿es posible realizar estudios históricos desde la realidad que se pretende analizar?

Consideramos que, a pesar de las dificultades suscitadas, como historiadoras podemos investigar desde nuestra propia realidad en función de los problemas y desafíos actuales de forma rigurosa y metódica<sup>3</sup>, siendo posible analizar los procesos de un pasado reciente a partir de la lectura historiográfica que

1 Institut für Zeitgeschichte (1947); Institut d'histoire du temps présent (1978); Institute of Contemporary British History (1986); *década de los 90 en Iberoamérica con Cuesta, Fazio, Mudrovic, Aróstegui y el Laboratorio de Estudos do Tempo Presente*.

2 A lo largo de este documento nos hemos decantado por el uso del sustantivo en femenino “historiadora” para desafiar la hegemonía del masculino como género neutro.

3 Esto no implica una objetividad axiomática, con la cual no creemos que cuente ninguna perspectiva historiográfica desafiada.

supone la historia del tiempo presente. Ello desafía algunos presupuestos historiográficos tradicionales, tal y como analizamos en este artículo. Nuestro objetivo es formular los factores y desafíos de la historia del tiempo presente por medio del abordaje de dos fuentes primarias: fuentes orales y marcos normativos. Trabajar con ambas en el marco de la historia del tiempo presente nos permite integrarlas y complementarlas en un diálogo que posibilita cubrir los silencios inherentes a cada una de ellas.

Partimos de la premisa de que toda perspectiva historiográfica comparte el mismo problema ontológico central: la definición de su objeto de estudio. En la praxis, todo puede ser planteado o declarado como objeto histórico (KOSELLECK 2010, p. 139). Como indica Reus-Smit (2012, p. 70-71), “de entre la miríada de hechos que podrían posiblemente constituir la historia, es el historiador quien elige cuáles adquieren protagonismo, esto es, cuáles se convierten en hechos históricos”. Todo hecho histórico está, por tanto, sujeto “a la interpretación y reinterpretación, pues —como diría Carr— ‘el presente no tiene más que una existencia conceptual, como línea divisoria entre el pasado y el futuro’. Nuestra lectura del pasado se hace siempre con los parámetros del presente, con sus inquietudes y sus interrogantes” (PEÑAS ESTEBAN, 2003, p. 78).

Tras plantear estas cuestiones previas, este artículo estará estructurado en cuatro apartados. En primer lugar, abordamos el debate ontológico en torno a las definiciones de la(s) historia(s) del tiempo presente. En segundo lugar, debatimos en torno a los principales desafíos a los que esa perspectiva historiográfica hace frente en su quehacer académico. En tercer lugar, nos enfocamos en el análisis de las fuentes orales y los aportes metodológicos de la historia oral y los marcos normativos. Ambas fuentes se encuentran muy relacionadas con los cuatro grandes elementos que comprende la historia del tiempo presente: el testigo, la memoria, la demanda social y el acontecimiento (ARÓSTEGUI 2004, p. 56). Finalmente, esbozamos las (in)conclusiones surgidas a partir de este

artículo. Pretendemos, así, contribuir al debate frente a las posibilidades que tenemos como historiadoras de analizar procesos actuales desde una perspectiva historiográfica, sin dejar de realizar un estudio riguroso ni perder de vista el método en nuestra investigación.

## En torno a la definición de historia del tiempo presente

Desde su institucionalización, múltiples autoras se han comprometido con la tarea de definir y caracterizar la historia del tiempo presente. Los trabajos de los franceses François Bédarida (1998, p. 19-27) y François Hartog (2010), del alemán Reinhart Koselleck (2010, p. 137-148), de la brasileña Marieta Ferreira (2000), de las argentinas Beatriz Figallo y Josefa García de Ceretto (2009) y María Mudrovic (2013, p. 11-31), del colombiano Hugo Fazio Vengoa (2012, p. 149-170) y de los españoles Julio Aróstegui (2004) y Josefina Cuesta (1993) constituyen ejemplos de ello.

A partir de dichas definiciones, caracterizamos la historia del tiempo presente como una perspectiva historiográfica que tiene por objeto el estudio del espacio temporal entre la experiencia vivida y el horizonte de expectativa. Como consecuencia, su cronología queda definida de manera dinámica y móvil por el periodo durante el cual la actividad de la historiadora es coetánea tanto con la historia vivida como con sus actores y testigos. Ello origina uno de sus mayores desafíos: el estudio de procesos inconclusos.

Esta definición comprende cuatro factores: el carácter historiográfico, el espacio temporal cognoscible —definido por la experiencia vivida y el horizonte de expectativa—, la coexistencia entre el *locus de enunciación* del sujeto y su objeto de estudio y el desafío que supone el estudio de procesos inconclusos.

En primer lugar, partimos de la concepción de la historiografía como un modo en que los historiadores abordan el pasado (JENKINS 2009, p. 8). La propuesta historiográfica de la historia del tiempo presente se centra, entonces, en la importancia del presente en la construcción del pasado<sup>4</sup>. Para ello propone una serie de técnicas y métodos interdisciplinarios que tienen en cuenta la comprensión del pasado como una construcción intersubjetiva desarrollada por medio de un diálogo activo entre la historiadora y su realidad<sup>5</sup>. Empero, al mantener un compromiso ontológico con la comprensión de procesos históricos no deja de pertenecer a la disciplina de la Historia.

Ejemplo de ello son las variadas investigaciones en el seno de diversas instituciones. En Francia, encontramos el *Bulletin de l'IHTP* de Paris y la colección *Histoire du Temps Present*, publicada a partir de 1998. En Brasil, contamos desde 1994 con el Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO) del Instituto de História (IH-UFRJ) o los dossiers específicos de la revista *Tempo e Argumento*, surgidos de los seminarios internacionales sobre historia del tiempo presente organizados por la Universidad del Estado de Santa Catarina (UDESC) en 2011, 2014 y 2017. En España, podemos considerar la revista semestral *Historia del Presente*, de la Asociación de Historiadores del Presente, o el dossier específico coordinado por Julio Aróstegui *Historia y Tiempo Presente. Un nuevo horizonte de la historiografía contemporánea*, publicado por la revista *Cuadernos de Historia Contemporánea* en 1998 y surgido a partir del seminario sobre historia del tiempo presente de 1997. En Alemania, el mejor ejemplo está constituido por las revistas trimestrales de historia del tiempo presente del Institut für Zeitgeschichte de Múnich.

En segundo lugar, es una perspectiva historiográfica demarcada temporalmente por un espacio cognoscible dinámico y móvil<sup>6</sup>. Su frontera temporal está definida, entonces, por dos hitos oscilantes: "río arriba, la duración de una vida humana (la de los testigos); río abajo, una frontera difícil de situar entre

4 Jenkins (2009, p. 7), entre otros, entiende la historia como un discurso, una narración, un relato o una escritura sobre el mundo. Esto conduce a la idea del pasado como construcción (MUDROVIC 2013, p. 17, 22-23).

5 Realidad que está compuesta, como expresamos, por los cuatro grandes elementos que comprenden la historia del tiempo presente: el testigo, la memoria, la demanda social y el acontecimiento.

6 Viéndose redefinido con relación a la historiadora que lo registra (ARÓSTEGUI 2004, p. 55), y que se asienta sobre "un terreno movedizo, con periodizaciones (...) elásticas, con aproximaciones variables, con adquisiciones sucesivas" (BÉDARIDA 1998, p. 22).

el momento presente (la actualidad, la cara de la historia) y el instante pasado” (SAUVAGE, 1998, p. 61). Dichos hitos son, por un lado, la experiencia vivida y, por el otro, el horizonte de expectativa. Estos constructos engloban su campo de estudio, definido por la presencia de testigos y la capacidad de diálogo con su memoria viva. Permiten entender las relaciones entre el pasado, el presente y el futuro mediante el análisis de esta triple interacción: “las experiencias determinan el comportamiento presente y configuran así la posibilidad del futuro. Dicho de otro modo, es debido a que aprendemos del pasado como el pasado se hace presente y nos guía en nuestra acción futura” (CHEIRIF WOLOSKY 2014, p. 96).

El horizonte de expectativa remite al nexo entre el pasado y el futuro, ya que representa “la única empresa historiográfica capaz de establecer lo histórico con un contenido, al mismo tiempo, de prospectiva” (ARÓSTEGUI 2004, p. 142). En ese sentido, se trata de una línea que separa las experiencias vividas de las experiencias por vivir —las “expectativas”— (CHEIRIF WOLOSKY 2014, p. 96). La experiencia vivida nos remite, por su parte, al concepto de “espacio de experiencia” concebido por Koselleck (2010), pues todas las experiencias pasadas conforman un mismo espacio que es, en último término, la memoria. La experiencia vivida —entendida como el tiempo histórico cognoscible— queda definida, entonces, a partir de la tensión expuesta por Koselleck entre el espacio de experiencias mediadas por la memoria y el horizonte de expectativa, pues “no hay pasado ni porvenir sino a través del presente” (BÉDARIDA 1998, p. 21).

De esta forma, si la experiencia vivida está más ligada al testigo y a la memoria, el horizonte de expectativa lo está a la demanda social y al acontecimiento, ese “algo” al que hace referencia Cheirif Wolosky (2014, p. 96) y que evita que podamos predecir la expectativa a partir de la experiencia vivida, alejando la comprensión del proceso histórico como cíclico. El acontecimiento se vuelve aquí crucial, dando origen a la presencia de “cisnes negros”<sup>7</sup> que pueden alterar

*7 El concepto de cisne negro hace referencia a un suceso histórico impredecible a priori que produce un gran impacto y que, una vez pasado, se justifica racionalmente a posteriori para transformarlo en explicable y predecible (TALEB 2008, p. 95-96).*

profundamente la visión del pasado y, por ende, lo que se espera del futuro. Ahora bien, a pesar de que el espacio de experiencia y el horizonte de expectativa no son categorías propias de la historia, “son la condición de posibilidad de toda historia posible” (CHEIRIF WOLOSKY 2014, p. 95-96). En estos términos, podemos entender que el presente está constituido por “el lapso de coincidencia y estabilidad entre el espacio de experiencia y el horizonte de expectativa” (ONCINA COVES 2015, p. 103).

El hecho de ser una perspectiva historiográfica cuyo espacio temporal está delimitado por una cronología dinámica y móvil es lo que diferencia a la historia del tiempo presente con respecto a otros conceptos como los de historia reciente o historia del mundo actual. Estas últimas no son un modo de abordar el pasado —perspectivas historiográficas—, sino que referencian una cronología dinámica —aún abierta— pero no móvil —pues su límite temporal de inicio es invariable: 1945—.

En tercer lugar, la coexistencia entre el *locus de enunciación* del sujeto y su objeto de estudio se da tanto en el tiempo como en el espacio. El establecimiento de prioridades políticas, sociales y económicas tiene, en ese sentido, efectos inmediatos sobre qué, cómo y cuándo se estudia un acontecimiento o proceso histórico. Más aún, las prioridades investigadoras y el modo en que las comunidades epistémicas abordan diversas cuestiones también generan efectos en su realidad. Resulta esencial, por ende, entender los efectos que la triple interacción entre la propia investigación, la experiencia de la investigadora y la sociedad tienen en el proceso de investigación.

Valiéndonos de los conceptos de Buzan y Lawson (2015, p. 322), es hora de hacer consciente la elección de nuestras “fechas de referencia” para, desde nuestro *locus de enunciación*, comprender las limitaciones epistémicas que definen nuestro relato. Consideramos, sin embargo, que cualquier historiadora —independientemente del tiempo que estudie— debe ser consciente de la necesaria deconstrucción de las narrativas que impregnan su realidad. Para ello, debe valerse de la integración

de múltiples fuentes y métodos que le permitan alcanzar un conocimiento que abarque los diferentes prismas de una realidad compleja. Por esta tarea abogan autoras como Pereira (2018) cuando se refieren a la necesidad de hablar sobre el *lugar social* y el *lugar epistémico* en la teoría de la Historia.

En cuarto lugar, nuestra definición contempla uno de los mayores desafíos de la Historia: el estudio de procesos inconclusos. Aróstegui sostiene que “la historia del tiempo presente tiene un carácter evolutivo, sin el carácter definido de otros períodos historiográficos y sin otro comienzo ni fin que el momento en que se escribe. Está siempre en desarrollo, inacabada” (ARÓSTEGUI 2004, p. 330). Es un proceso continuo que, al ser su objeto “ese pasado que no termina de pasar, (...) desafía todos los preceptos temporales [positivistas] sobre los que se había construido la historia como disciplina” (MUDROVCIC 2013, p. 25).

## Los desafíos principales de la historia del tiempo presente

Tras reconocer la serie de factores que definen la especificidad de la historia del tiempo presente, este segundo epígrafe aborda sus desafíos principales. Para ello, lo hemos dividido en tres subsecciones: desafíos ontológicos, epistemológicos y metodológicos. Con este apartado pretendemos identificar sus problemas y dificultades, dialogar tanto con otras corrientes historiográficas de la Historia como con otras disciplinas y contribuir al debate con propuestas y apreciaciones propias que profundicen en esos desafíos.



## Desafíos ontológicos

La historia del tiempo presente enfrenta dos grandes desafíos ontológicos<sup>8</sup> en su formalización como propuesta superadora de las lecturas positivistas. Estamos hablando, por un lado, del análisis de procesos inacabados y, por el otro, del desafío que supone pasar de una cronología estática a una comprensión dinámica y móvil de los límites temporales.

En primer lugar, destacamos la importancia que conceden múltiples autores a la dificultad de interpretar y analizar un tiempo histórico abierto e inacabado, del cual no se conocen los resultados más determinantes (BÉDARIDA 1998, p. 24). La historia del tiempo presente se encuentra en permanente desarrollo (GONZÁLEZ CALLEJA 2005, p. 331), construcción y reconstrucción (FAZIO VENGOA 2012, p. 169)<sup>9</sup>. Este abordaje propone un análisis dinámico y complejo, que supera los límites propios de la disciplina, mediante el empleo de herramientas metodológicas novedosas, adquiridas a partir de un necesario diálogo interdisciplinar (KOSELLECK 2010, p. 137-138; MUDROVICIC 2013, p. 25).

El diálogo interdisciplinar no es una especificidad de la historia del tiempo presente. En su abordaje de las relaciones de poder y, fundamentalmente, de la configuración del Estado para el ordenamiento de las relaciones sociales, la Ciencia Política ha ofrecido una profundidad teórico-metodológica sumamente útil para la comprensión genealógica de las sociedades. La disciplina de las Relaciones Internacionales, por su parte, ha ampliado esa lectura al dedicarse a la compleja red de relaciones existentes en el ámbito internacional. Autores como Peñas (2018) han remitido al diálogo entre la Historia y las Relaciones Internacionales y a cómo, a pesar de sus diferencias, ambas pueden complementarse en dos vías: el enriquecimiento de sus teorías y la realización de mejores análisis sobre la realidad estudiada. Por su parte, al enfrentar el estudio etnográfico y cultural de las relaciones simbolizadas e instituidas entre individuos en contextos complejos

*8 En línea con Kose-lleck (2010, p. 139), consideramos que la imposibilidad de definir la ontología de la Historia deriva de que nada escapa a la perspectiva histórica, ya que, en ese sentido, todo puede ser declarado objeto histórico.*

*9 Sin embargo, consideramos que no es una característica únicamente del tiempo presente porque, como indica Fazio Vengoa (2012, p. 160), también lo es del pasado y del futuro.*

(AUGÉ 2007), la Antropología y la Sociología han propuesto reflexiones autocríticas de observación y análisis que han remitido grandes aportes a la lectura de la relación entre el tiempo, el espacio y el ser de la Historia. Sin embargo, su diálogo estuvo profundamente limitado por la percepción que tenían de la disciplina: “Esa es quizá la diferencia entre Sociología e Historia, que habla sobre gente muerta” (BOURDIEU Y CHARTIER 2015, p. 4).

Ante las dificultades epistemológicas y metodológicas de las historiadoras al abordar el periodo reciente debido a su proximidad temporal, en el siglo XX se ha fortalecido la percepción de las periodistas como las mejores cronistas (MONTEIRO 2018, p. 530). Creemos que la historia del tiempo presente es el puente para fomentar el diálogo interdisciplinar entre las Ciencias de la Comunicación —que aportan a la propia comprensión de la comunicación humana desde el presente— y la Historia, pues la historiadora del tiempo presente “no solo entiende el presente como resultado del pasado, sino también el pasado como construcción del presente” (MONTEIRO 2018, p. 522). Esta experiencia puede replicarse en otros campos.

La propuesta teórica de los enfoques decoloniales puede también formular importantes aportes si se aplica al campo historiográfico. Desde la Filosofía, tanto Enrique Dussel (2010, p. 50-51) como Santiago Castro-Gómez (2005, p. 26-27) han sido profundamente críticos frente a la construcción ideológica que representa la periodización del tiempo histórico —en síntesis, la división de la historia en Antigua, Media, Moderna y Contemporánea—<sup>10</sup>. Tal construcción ha sido establecida a partir de la universalización de la temporalidad europea —la “historia universal hegeliana”—, legitimada por una división ontológica entre la cultura racional/científica occidental y el resto de las culturas “premodernas” —la colonialidad del saber— y reproducida por los paradigmas historiográficos occidentales.

A partir de la propuesta que representa la historia del tiempo presente, es tanto posible como necesario profundizar el debate crítico en torno al rol que ha cumplido la construcción de una

*10 Encontramos también esta crítica, así como una propuesta diferente de periodización del tiempo histórico para el caso africano, en el trabajo de Ferrán Iniesta y Albert Roca (2006, p. 20-54).*

periodización histórica universalista. La concepción cronológica dinámica y móvil y la importancia del *locus de enunciación* como dos de los factores de la historia del tiempo presente hacen que esta sea capaz de integrar los desafíos planteados por los enfoques decoloniales. En cuanto al primero de dichos factores, porque permite escapar a periodizaciones históricas estancas y al segundo, porque desafía el carácter universalista de dichas periodizaciones. Consideramos posible, entonces, colaborar con la construcción de una lectura historiográfica que permita plantear y analizar construcciones temporales y espaciales alternativas, conscientes y críticas de la presencia de narrativas universalistas fomentadas por la colonialidad del saber.

Ello está muy relacionado, en segundo lugar, con otro gran desafío ontológico: al postular una concepción dinámica y compleja del tiempo, la historia del tiempo presente escapa a la definición de límites cronológicos fijos postulada por las corrientes historiográficas tradicionales (ARÓSTEGUI 2004, p. 101). Como veremos a lo largo del siguiente apartado, postula en su lugar una actitud epistemológica diferente a la hora de abordar el tiempo histórico presente (GONZÁLEZ CALLEJA 2005, p. 330). En ese sentido, gracias a las ventajas que tiene la historia del tiempo presente —como el beneficio de enfrentarse a fuentes vivas—, consideramos necesario seguir profundizando y enriqueciendo este debate sin perder de vista la importancia de la larga duración para la comprensión de procesos históricos. Y es que, como indica Frank (1992, p. 123), “es esta consideración a largo plazo la que marca la diferencia fundamental entre el trabajo sobre ‘historia actual’ y aquel sobre ‘actualidad’ entre el historiador y el periodista”. El enfrentar estos retos hace indispensable tratar a continuación una serie de desafíos de carácter epistemológico.

## Desafíos epistemológicos

Aun cuando la complejidad de afrontar los desafíos previamente definidos requiere un esfuerzo analítico importante, el abordaje de la historia del tiempo presente conduce a una serie de desafíos epistemológicos que tienen relación directa con la posibilidad de la historiadora de abordar como objeto de estudio su propia experiencia. Son, en concreto, las siguientes cuestiones: la tradicional necesidad de mantener una distancia temporal con el objeto de estudio, la consiguiente inteligibilidad de los procesos históricos recientes y la exigencia de mantener una independencia científica en el quehacer historiográfico.

La distancia temporal con el objeto de estudio, vista como sinónimo de objetividad, ha sido —y continúa siendo— una constante en las corrientes historiográficas mayoritarias (PEÑAS ESTEBAN 2018, p. 205). Ante todo, es prioritario reiterar que nuestra actividad es subjetiva y, por ello, no permite alcanzar una verdad objetiva. Por ende, toda construcción historiográfica “sigue siendo inevitablemente una construcción personal (...). El pasado que ‘conocemos’ depende siempre de nuestros propios puntos de vista, de nuestro propio ‘presente’” (JENKINS 2009, p. 16). La historia del tiempo presente permite así repensar la labor de la historiadora en la manera en que hace frente a su objeto de estudio. Incluso, la cercanía temporal puede ser también una ventaja para ella, dado que tiene acceso a una variabilidad de fuentes que pueden completar las omisiones de los documentos oficiales o de registros no oficiales.

En cuanto a la inteligibilidad de los procesos históricos recientes, es importante destacar que el presente de la historiadora juega un papel esencial en su interpretación del pasado. Esta capacidad de interpretación tiene mucho potencial, ya que, además del estudio de una gran cantidad y variedad de fuentes, permite a la historiadora interactuar con los acontecimientos y las protagonistas de su estudio. La historiadora tiene de este modo el deber de transformar ese

pasado en un “pasado histórico”, darle un “sentido” a partir de interrogar a las protagonistas y los documentos desde una problemática y una lectura teórica específica y convertirlo, de ese modo, en “pensable” (MUDROVICIC 2013, p. 19).

Uno de los cuestionamientos fundamentales dirigidos a la historiadora presentista ha sido el relativo a la exigencia de mantener una independencia científica en el quehacer historiográfico. Su incapacidad en cuanto a ese requisito sería resultado de su constante interacción con el objeto de estudio y de su predisposición a analizar el pasado a partir de sus propios intereses: “así, solo la distancia temporal podría garantizar una distancia crítica” (FERREIRA 2002, p. 315). Sin embargo, lo que tenemos que preguntarnos es si la independencia científica es un desafío epistemológico de la historia del tiempo presente o si se trata de un reto de la propia labor historiográfica: “en este asunto el problema es el mismo para aquellos periodos distanciados que para el presente” (BÉDARIDA 1998, p. 23). De esta manera, como fue referido en lo relativo al *locus de enunciación*, la influencia del presente en el abordaje del objeto de estudio afecta a la historiadora en su observación sin importar a qué distancia temporal se encuentra de él.

Pensamos que esta distancia temporal es en realidad una espera lo suficientemente larga como para permitir que los intereses políticos queden cristalizados en la narrativa imperante al interior del régimen de historicidad vigente. Intereses que, en el presente, aún se encuentran en proceso de cristalización, lo que permite acceder con mayor facilidad a las distintas versiones del acontecimiento que se pretende estudiar. Como afirma Peñas, la lectura, los rasgos y las preguntas que le hagamos al pasado deben mucho a “cómo vivamos el presente y cómo intuyamos el futuro” (PEÑAS ESTEBAN 2003, p. 27). Así, el punto de partida de la historiadora deberá comprender siempre una lectura crítica consciente de su subjetividad en la observación del pasado, desentrañando de este modo la reproducción de narrativas históricas cristalizadas.

Por otra parte, si la independencia depende de la carencia de fuentes —vinculada, sobre todo, a la incapacidad de acceder a archivos tanto privados como públicos—, desde la historia del tiempo presente es posible interactuar con fuentes más cercanas al testigo, la memoria, la demanda social y el acontecimiento, como analizaremos en el tercer apartado. Ello conlleva implícitamente una reflexión metodológica de la disciplina histórica. Por tanto, la interpretación del tipo de fuentes a las que pueda acceder la historiadora continúa siendo materia de dicha reflexión.

## Desafíos metodológicos

Como afirmamos previamente, uno de los desafíos implícitos a la actividad historiadora es la necesaria reflexión en torno a las herramientas de las cuales puede valerse la disciplina histórica. Ello se deriva del uso de fuentes —como las orales—, de un enfoque comparativo y pluridisciplinario, de la voluntad de reintroducir la larga duración en el tiempo presente y del deseo por descubrir las complejas relaciones que se establecen entre las rupturas y las continuidades (SAUVAGE 1998, p. 64).

Aunque, según Rioux (1998, p. 72), el desafío más grande que conlleva en el plano metodológico no implica más que acentuar la vigilancia de la historiadora en el empleo de las técnicas históricas, consideramos necesario ampliar esta definición. A fin de formular un diagnóstico que permita generar técnicas analíticas para investigaciones futuras, resulta crucial centrar el debate en torno a la multiplicidad de retos metodológicos que encontramos en el quehacer investigativo. En este sentido, dado que la historia del tiempo presente se ha nutrido de herramientas propias de otras disciplinas —como las ya aludidas en relación con las Ciencias de la Comunicación o la Filosofía—, ello ha implicado importar sus desafíos metodológicos, relacionados fundamentalmente con el tratamiento de las fuentes. Dicho tratamiento enfrenta dos grandes problemáticas: una, relacionada con el acceso a las fuentes y la otra, con su abordaje e interpretación.

Por un lado, asistimos tanto a la carencia, ausencia o imposibilidad de acceso a algunas fuentes tradicionales (por ejemplo, las archivísticas), como a su superabundancia y dispersión (las normativas, orales y digitales, entre otras). Por otro lado, su abordaje e interpretación es fundamental si se quiere mantener una rigurosidad investigativa, tal y como planteamos en el apartado siguiente.

Por otra parte, otro de los grandes desafíos presentes en el acceso a esas fuentes es su instrumentalización o manipulación con fines específicos. Sin embargo, nuevamente consideramos que nos encontramos ante un problema general de todas las fuentes de la historia. Observadas a la luz de una actualidad que establece prioridades sobre qué y cómo observar, el escudriñamiento de fuentes históricas requiere una actitud alerta y crítica sin importar a qué periodo histórico pertenezcan. Frente a ello, saber enfrentarnos eficazmente a la coexistencia con los objetos de estudio será central para cualquier investigación historiográfica. Siendo conscientes de la gran variedad de fuentes y de los diálogos que se establecen entre ellas, en el siguiente apartado daremos continuidad a ese debate mediante el análisis de los marcos normativos y las fuentes orales como fuentes centrales en la historia del tiempo presente.

## Fuentes de la historia del tiempo presente: fuentes orales y marcos normativos

Como observamos en la última subsección, los desafíos de la historia del tiempo presente en el plano metodológico son diversos, ya que comprenden múltiples herramientas y técnicas con un largo recorrido tanto en otras ciencias sociales y humanas como en la propia Historia. Como veremos a lo largo de este apartado, si bien la forma en que esos desafíos han sido afrontados en otras áreas de conocimiento pueden ofrecer pistas sobre el modo en que estas pueden ser aplicadas a la Historia, nos interesan particularmente dos de ellas: las fuentes orales y los marcos normativos.

Se trata de dos fuentes que se potencian y complementan profundamente a partir de su diálogo, tendiendo puentes entre los cuatro grandes elementos de la historia del tiempo presente. Mientras que las fuentes orales otorgan a la investigadora la oportunidad de acceder a la fuente primaria que representa el testigo y, por intermedio de él o ella, a la memoria; los marcos normativos son resultado del diálogo surgido entre el acontecimiento y la demanda social. Además, al ser la historiadora coetánea a la formulación de esos últimos, el análisis historiográfico puede ser enriquecido por una multiplicidad de factores externos al contenido propiamente legal del documento estudiado.

## Los debates en torno a las fuentes orales

Entendemos la historia oral como una técnica de investigación que faculta el acceso a las fuentes orales. Por medio del establecimiento de un diálogo directo con el objeto de estudio<sup>11</sup>, es posible desmitificar el quehacer historiográfico como un proceso objetivo y neutro, permitiendo así revalorizar la labor de interpretación historiográfica (FRASER 1993, p. 80; VILANOVA 1998, p. 66). En ese sentido, si bien el concepto “historia oral” es reciente, se trata en realidad del primer tipo de Historia (THOMPSON 1988, p. 32).

Dado que en las fuentes orales juegan un papel fundamental los testigos y la memoria viva, estos son esenciales en la historia del tiempo presente (BÉDARIDA 1998, p. 22). En este sentido, podemos establecer tres grandes puntos de contacto entre la historia del tiempo presente y la oral: “la urgencia de crear fuentes nuevas, la necesidad de ayudar a construir la memoria que es la base de nuestro oficio, y la importancia creciente de las imágenes” (VILANOVA 1998, p. 61). Sin embargo, la historia del tiempo presente no es ni una recuperación de la memoria, ni historia oral (SOTO GAMBOA 2004, p. 112). Como afirma Duroselle (citado por SAUVAGE 1998, p. 62), tenemos el deber de interpelar a los actores vivos cuando tratamos hechos recientes<sup>12</sup>. Pese a ello, la invisibilización que ha promovido la

*11 Este diálogo puede ser entablado de diferentes maneras. Ver, por ejemplo, las cinco maneras de utilizar las fuentes orales que Vilanova (1998, p. 66) recoge de la obra de Alessandro Portelli.*

*12 Como, por ejemplo, mediante la realización de entrevistas en profundidad, una excelente herramienta para acceder a la memoria de los actores participantes en los procesos históricos estudiados.*



historia positivista en torno a la validez de la memoria en la investigación histórica ha sido una de las grandes limitantes del desarrollo de las técnicas de recolección de datos derivadas de la historia oral. Y es por ello mismo que, hasta que no se superó el temor por la memoria, la historia del tiempo presente no pudo formalizarse (ARÓSTEGUI 2004, p. 39).

Si bien encontramos los antecedentes más antiguos de la historia oral en personajes como Heródoto, Tucídides, Voltaire o Michelet, la historia oral reciente tiene su origen en la creación del *Columbia Oral History Office* en 1948, desarrollándose desde entonces diferentes escuelas en Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Italia o España (FOLGUERA 1994, p. 8-12). Probablemente lo novedoso del siglo XX sea “la labor sistemática de recuperación, de utilización de la fuente oral” (FOLGUERA 1994, p. 4) que conllevó su institucionalización y la sistematización de la metodología asociada al trabajo con la oralidad.

Desde que se renunció en el siglo XIX al uso de fuentes orales, estas han sido muy criticadas. La crítica principal tiene que ver con su subjetividad frente a la supuesta objetividad de las fuentes escritas. Sin embargo, como ya hemos descrito en el punto sobre desafíos metodológicos, nuestra actividad como historiadoras es subjetiva y “la objetividad arranca de una subjetividad explicitada exhaustivamente en cualquier tipo de fuente producida” (VILANOVA 1998, p. 63). Frente a las visiones que apuestan en que la labor de la historiadora consista en la búsqueda de una verdad definitiva, la historia del tiempo presente en general —y la historia oral en particular— permite reivindicar la importancia de la labor de la historiadora como intérprete más que como testigo, notario o juez (SOTO GAMBOA 2004, p. 110). Como recoge Fraser, Portelli afirma que la subjetividad es el premio y la maldición de la historia oral (FRASER 1993, p. 80).

Concretamente vinculada a la historia oral y a las entrevistas en profundidad, la importancia de la interpretación en la labor histórica ha sido destacada por numerosas historiadoras, tal

como Vilanova (1998, p. 64). Adicionalmente, trabajar desde la historia del tiempo presente permite a la historiadora una mayor comprensión de los códigos lingüísticos y culturales de la sociedad en la que vive o, al menos, un diálogo directo con las protagonistas del objeto de estudio. Ello le permite comprender más profundamente el contexto estudiado y adquirir así una mayor capacidad interpretativa de lo que está investigando.

Otra de las principales críticas está vinculada a su escasa fiabilidad, derivada de las limitaciones de la memoria humana (FOLGUERA 1994, p. 18). Aróstegui (2004, p. 158) apunta que, más que una reproducción del mundo exterior, la memoria es un aparato para interpretar dicho mundo. Tanto él como Sauvage han trabajado las conexiones entre memoria e historia del tiempo presente. El primero destaca dos funciones de la memoria en la aprehensión de lo histórico: la capacidad de reminiscencia de las vivencias en forma de presente y la memoria como soporte de lo histórico además de como vehículo de su transmisión (ARÓSTEGUI 2004, p. 161). El segundo hace referencia a la memoria como objeto de la historia en tres aspectos: como fuente, en la manera en que orienta las investigaciones de los historiadores y en la medida en que actuamos en el presente en función de la memoria que tenemos del pasado (SAUVAGE 1998, p. 67-68). Volviendo a la obra de Aróstegui, el autor distingue entre lo que es memoria escrita y memoria oral. Si bien la memoria escrita ha sido considerada tradicionalmente como fundamental en el estudio histórico, en la historia del tiempo presente es la memoria oral la que desempeña un papel esencial (ARÓSTEGUI 2004, p. 170).

En cualquier caso, la memoria no es una historia construida, sino que es una "materia de historia" que debe ser historizada<sup>13</sup> (ARÓSTEGUI 2004, p. 165). Debemos tener en cuenta, además, que no hay fuentes orales "falsas", sino que "las afirmaciones equivocadas constituyen verdades psicológicamente ciertas" (PORTELLI 1991, p. 43). Retomando la importancia de la interpretación en la labor historiográfica, Fraser indica que la

*13 Historizar la memoria es "interpretar la historia vivida a la luz de la no vivida", siendo su condición previa relativizar temporalmente lo recordado —racionalizarlo— "antes de su inserción en un discurso histórico verificable" (ARÓSTEGUI 2004, p. 166).*

problemática de la memoria hace que nos encontremos más en el campo de la interpretación que en el de la explicación (FRASER 1993, p. 91), ya que, como señala Portelli (1991, p. 45), "la memoria no es un depósito pasivo de hechos, sino un activo proceso de creación de significados". Son precisamente esos significados creados por la memoria los que la labor historiográfica debe interpretar.

Las entrevistas en profundidad son la herramienta que mejor nos permite acceder a la memoria de quienes protagonizan la historia y emplear, así, la historia oral como técnica de investigación contemporánea<sup>14</sup>. Existen diversos tipos de entrevistas y, sea cual sea el escogido, es necesario llevar a cabo un trabajo previo de preparación. Ello implica, a su vez, una labor tanto de conocer el contexto histórico y social como de tener claro cuáles son las hipótesis del trabajo (FOLGUERA 1994, p. 44).

Además de las normas básicas que hay que tener en cuenta a la hora de formulación de las preguntas, Vilanova nos invita a ir más allá de la historia oral tradicional<sup>15</sup>. Su propuesta contempla el acercamiento hacia nuevas formas de entrevistar que disminuyan los equilibrios de poder y tengan en cuenta los objetivos de las entrevistadas y que resulte, finalmente, en un proceso de aprendizaje mutuo (VILANOVA 1998, p. 65-66). Portelli también se sitúa en esta línea, recomendando que se priorice lo que la entrevistada desea decir frente a lo que la investigadora desea oír, ya que, en último término, la entrevista es producida tanto por la narradora como por la investigadora (PORTELLI 1991, p. 47). En ese sentido, las entrevistas semiestructuradas en profundidad presentan una serie de características que permiten alejarse de la entrevista clásica. Ello se puede observar en el sentido de que, al ser semiestructuradas, permiten mayor flexibilidad por parte de la historiadora a la hora de priorizar a la persona entrevistada y tener también en cuenta sus objetivos y de que, al ser en profundidad, posibilitan que el proceso de aprendizaje sea mutuo.

*14 Para un análisis de la relación entre la labor historiográfica y la periodística y sus diferencias, ver el artículo de Monteiro (2018).*

*15 Aquella vinculada a la entrevista clásica que se reduce a un "vaciado" de la memoria de la entrevistada sin dar importancia al proceso.*

Si bien hemos descrito aquí algunas de las críticas de las que son objeto, las fuentes orales también presentan importantes ventajas y potencialidades. La primera es que funcionan como una “denuncia social políticamente útil” (VILANOVA 1998, p. 70) al hacer posible explorar aquellos silencios mayoritarios que encontramos en las fuentes escritas y buscar el porqué de esos silencios (VILANOVA 1998, p. 65). Permiten valorizar, así, testigos y testimonios que tradicionalmente no han sido importantes para las narrativas históricas. Tales silencios existen también en las fuentes orales y hay que saber escucharlos e interpretarlos, pues el propio hecho de “ocultar” puede dar más información que el hecho de “contar” (PORTELLI 1991, p. 45). Estos factores, junto a las dudas, las repeticiones o las asociaciones, conforman una parte fundamental del testimonio (SAUVAGE 1998, p. 65).

Otra de las ventajas que consideramos fundamentales es que la propia praxis de la historia oral puede servir para romper las barreras entre las disciplinas (FRASER 1993, p. 90). Como afirma Sauvage (1998, p. 65), “al historiador le conviene inspirarse en procedimientos de otras disciplinas”, ya que la posibilidad de establecer nexos con la Psicología, la Antropología, las Relaciones Internacionales, etc., permite hacer uso de elementos propios de dichas disciplinas para recuperar esa “memoria” del pasado que no podemos encontrar en las fuentes tradicionales (FOLGUERA 1994, p. 90-91).

Finalmente, Fraser (1993) señala dos ventajas muy importantes. La primera se refiere a que las fuentes orales, al ser simultáneamente representaciones de las estructuras y las praxis<sup>16</sup>, cuestionan que la realidad sociohistórica sea concebida, por un lado, como resultado de estructuras “objetivas” puras y, por otro lado, como resultado de la acción subjetiva pura (FRASER 1993, p. 90). La segunda alude a que las fuentes orales cuestionan también la historia teleológica al permitir el restablecimiento tanto de contradicciones como de ambigüedades —inherentes a cualquier situación

*16 Fraser entiende que las fuentes orales son una representación de las estructuras al ser representaciones de situaciones y que son representaciones de las praxis al ser representaciones de las reacciones a dichas situaciones (FRASER 1993, p. 90).*

histórica— que son obviadas cuando las investigaciones se enfocan exclusivamente en los orígenes y las responsabilidades históricas (FRASER 1993, p. 90-91).

En este apartado sobre las fuentes orales, hemos buscado relacionar las críticas más tradicionales que se les han dirigido con las ventajas y posibilidades que ofrecen a la disciplina histórica. Pretendemos mostrar la importancia de las fuentes orales a la hora de hacer historia del tiempo presente y su utilidad cuando estas son utilizadas junto con otro tipo de fuentes. Además, procuramos poner de manifiesto los desafíos a los que hacen frente y las reflexiones que suscitan tanto su uso como su análisis, vinculadas con la memoria, la subjetividad, los silencios mayoritarios, la interdisciplinariedad y el cuestionamiento de narrativas historiográficas hegemónicas.

Escribe Portelli (2014, p. 14) que “la historia oral comienza con el encuentro entre un sujeto que tiene una historia (*story*) para contar y un sujeto con una historia (*history*) para (re)construir”. Precisamente, pensamos que las entrevistas semiestructuradas en profundidad, por sus propias características, pueden ser ese lugar de encuentro.

Hemos comenzado este apartado buscando una definición de lo que es historia oral. Nuevamente Portelli nos sugiere que, más que una disciplina o una técnica, la historia oral es un género: “En otras palabras, podríamos definir a la historia oral como el género discursivo que la oralidad y la escritura han creado para hablar entre sí de la memoria y del pasado” (PORTELLI 2014, p. 12). Podríamos añadir que ese diálogo se produce en un contexto del “presente” que pone de manifiesto la importancia de las subjetividades y, por ende, de la labor de interpretación a la que tiene que hacer frente el oficio de la historiadora.

## El uso de marcos normativos como fuente histórica

Las reflexiones metodológicas formuladas previamente sobre las fuentes orales se integraron a los debates iniciados en otras ciencias sociales y humanas en una pugna por la aceptación de su validez como fuente. Mientras tanto, el uso de marcos normativos como fuente de la historia del tiempo presente no ha implicado una ruptura con la historia positivista. Y es que, en realidad, la Historia ha acudido a ellos como fuente primaria con cierta asiduidad debido principalmente a que no representan un desafío epistémico para el abordaje analítico positivista, que contempla una separación entre sujeto y objeto. Los documentos serían, desde esta perspectiva, objetos “neutros” de análisis que hablan por sí solos. En palabras de Braudel (2007, p. 214), “el descubrimiento masivo del documento [hizo] creer al historiador que en la autenticidad documental estaba contenida toda la verdad”. Consecuentemente, hacer uso de marcos normativos como fuente de investigación no implica necesariamente poner en tela de juicio el rol que cumple la historiadora al interpretarlos.

Ahora bien, al no representar su uso un desafío para la historia positivista, las historiadoras del tiempo presente no han centrado en exceso su atención en las consecuencias que tiene su propuesta ontológica y epistemológica en la lectura de esa fuente. En realidad, su utilidad escapa a los límites asignados por el enfoque metodológico de la historiografía tradicional. Y es que, como mencionamos previamente, en los marcos normativos se encuentran entrelazados dos elementos de la historia del tiempo presente: el acontecimiento y la demanda social. Así, por un lado, el acontecimiento puede dar origen a debates que tengan como resultado la formulación de marcos normativos. Por su parte, la demanda social surge como respuesta ante necesidades no reconocidas por esos debates institucionales, suscitando nuevos acontecimientos.

Además, si bien no hay novedad en el uso de marcos normativos como fuente primaria de la Historia, sí la hay en

la multiplicación de ese tipo de fuentes. Así, mientras que la investigación histórica se ha apoyado en el estudio de todo tipo de normativas jurídicas nacionales, regionales y locales, tales como constituciones, leyes, decretos, reglamentos, ordenanzas, entre otros; durante los siglos XX y XXI nacieron y se hicieron fuertes un sinnúmero de organizaciones inter y supranacionales. Como consecuencia del nuevo orden mundial post Segunda Guerra Mundial, un amplio abanico de organismos generaron infinitas normativas que se sumaron a las existentes en una compleja pirámide jerárquica regulatoria. Hablamos, sin ir más lejos, de resoluciones, decisiones, declaraciones, agendas y tratados internacionales, tanto de organismos internacionales, como la Organización de Naciones Unidas, como de organismos supranacionales, como la Unión Europea o la Organización de Naciones Suramericanas.

Estos documentos comprenden en sí, a su vez, las presencias, intencionalidades, ausencias y omisiones en el discurso público oficial y no oficial que la historiadora puede complementar tanto con otras fuentes de la Historia como con un análisis profundo de las circunstancias que rodean la elaboración de los documentos. Nos encontramos en realidad ante una radiografía de un momento histórico preciso: los marcos normativos contemplan en su seno indicios del "horizonte de expectativas" del discurso y la agenda política vigentes, pero también representan una cristalización de la "experiencia vivida" por la sociedad.

Más aún, si ampliamos el espectro analítico, cuando hablamos de marcos normativos, no hablamos sólo de la labor de las legisladoras, sino de su interpretación y aplicación por magistrados, políticos y funcionarios. Tanto legisladoras como fiscales y juezas han cumplido un rol específico al "presentar y construir la historia de maneras diferentes, deseables y favorables, (...) y luego usado la 'verdad' construida de los eventos para una variedad de proyectos políticos" (BAAZ, LILJA y VINTHAGEN 2017, p. 186).

No obstante, una historia construida a partir de marcos normativos nos enfrenta a uno de los mayores peligros de una

disciplina que, tradicionalmente, se ha valido de la historia institucional para construir narrativas homogeneizantes: la comprensión de la historia oficial como historia única. Si bien en el análisis normativo están presentes silencios y omisiones propias de toda historia oficial, la historiadora del presente se encuentra en una posición privilegiada. La posibilidad de acceder al debate generado en torno a la agenda pública se postula como una posibilidad para llenar esos silencios y enriquecer su análisis. Ello permite a la investigación enriquecerse del estudio de los fundamentos y objetivos del documento oficial en sí, por un lado, y del clima político externo en el cual éste se formula —y al cual, en oportunidades, tiene acceso la propia historiadora— por el otro. Para su análisis puede valerse, además, de “la memoria fresca de los testigos y protagonistas, las fuentes orales, [sus] vivencias (...) y su sensibilidad para sentir la historia” (SOTO GAMBOA 2004, p. 111).

Todo ello no puede dejar de lado el rol de la población en la formulación, aplicación y derogación de marcos normativos. Este proceso se da a partir de un complejo mecanismo de convergencia, negociación y confrontación entre instituciones<sup>17</sup> y sociedad civil<sup>18</sup>. En este sentido, no hablamos sólo de los mecanismos de democracia indirecta o directa existentes en los sistemas representativos actuales, como son el proceso electoral, por un lado, o los plebiscitos, las consultas vinculantes y no vinculantes, los referéndums, las iniciativas populares o las revocaciones y avocaciones por el otro. Nos referimos, también, al rol de la protesta social en la transformación del discurso público y la agenda política y a la manera en que los medios de comunicación alteran o enfatizan determinados aspectos de esas con el objetivo de satisfacer o fortalecer determinados intereses. Ese rol es llevado a cabo por todos los actores de la sociedad civil, tanto en la formulación de las normativas, como también al momento de su aplicación y derogación.

Esa participación puede ser observada, a su vez, a través de distintas gafas teóricas. Por un lado, los enfoques funcionalistas del derecho entienden que las construcciones

*17 Adoptamos este concepto en un sentido amplio, contemplando con ello el Estado y sus componentes, los organismos internacionales, el tercer sector y el sector económico y financiero, entre otros.*

*18 Para una introducción al análisis del concepto de sociedad civil, véase Esquivel Solís y Chávez Becker (2017, p. 207-222).*



legales surgen a partir de cada realidad social. Ello tiene como consecuencia que los conflictos sociales no sean más que mecanismos útiles para el encauzamiento del derecho a esa realidad (PARSONS et. al. 1961). Por el otro lado, las lecturas sociológicas marxistas se orientan hacia la comprensión de las normativas como instrumentos de configuración y control social, garantes con ello de la dominación de una(s) clase(s) sobre otra(s) (MARX y ENGELS 2011, p. 45). En un intento por complejizar estas propuestas, los enfoques foucaultianos entienden que el poder regulatorio actúa en la formación y conformación de sujetos con efectos productivos y subjetivantes (BUTLER 2006, p. 9). Como consecuencia, las normativas no son más que dispositivos de regulación de conductas en una microfísica del poder reproducida a lo largo de toda la sociedad.

Sin negar el rol coactivo de los marcos normativos, es importante remarcar que, por medio de ellos, pueden ser abiertos espacios de participación, pues “el sistema legal [también] representa el espacio donde los oprimidos pueden ser legisladores para desarrollar estructuras contrahegemónicas” (FIERRO 2018, p. 95). La misma dinámica se reproduce en el ámbito internacional, donde la regulación normativa puede manar de procesos de negociación infra, inter y supraestatales frente a acontecimientos detonantes de demandas sociales. Finnemore y Sikkink (1998, p. 888) conducen un profundo análisis acerca del “ciclo de vida” que transitan las normativas internacionales para alcanzar su institucionalización. Este recorrido, añaden, tiene su origen en la aparición de la necesidad de la norma, tras lo cual atraviesan un umbral en el cual una masa crítica de actores estatales relevantes la apoya, generando un “efecto cascada” que produce el abordaje legal por parte de otros Estados y la consiguiente presión internacional para su regulación. Finalmente, y con el tiempo, la normativa es interiorizada por la sociedad y codificada por el Estado, tras lo cual es, eventualmente, naturalizada y normalizada.

Así, en este retorno de lo político al campo de las investigaciones históricas (SAUVAGE 1998, p. 63), la historiadora deberá hacer su mayor esfuerzo por interpelar y a su vez comprender de la mejor manera tanto las demandas sociales formuladas, socializadas y mediatizadas (RIOUX 1998, p. 72) por la sociedad civil como el horizonte de expectativas en el cual se ven inmersas. Ello sólo será desentrañable — siempre de manera parcial e inacabada— a partir de la instrumentalización de una gran variedad de fuentes y metodologías complementarias, en un diálogo interdisciplinar que permita entender con mayor profundidad y desde un conocimiento situado los factores invisibilizados detrás de la(s) historia(s) oficial(es).

En ese proceso tienen una especial importancia las fuentes orales. Por un lado, permiten a la historiadora acceder a testimonios de las principales protagonistas. Por el otro, ofrecen un espacio de diálogo con el gran —y siempre mayoritario— abanico de voces que no se ven reflejadas ni interpeladas por los marcos normativos (VILANOVA 1998, p. 65). Creemos, de esta manera, que en la interdisciplinariedad y la multiplicidad de métodos esbozadas puede encontrarse un camino válido para evitar la reproducción de las narrativas oficiales. Esta lectura crítica de la coyuntura política y social que rodea la redacción de las normativas, consciente de su *locus de enunciación*, puede ser la clave que permita superar una historia limitada al análisis de lo oficial.

## (In)Conclusiones y futuros debates

Este trabajo tuvo como origen la reflexión en torno a las posibilidades que ofrece la historia del tiempo presente para conducir estudios historiográficos inmersos en la realidad que pretendemos analizar. Dicho análisis hace necesario un posicionamiento crítico desde nuestro *locus de enunciación*, que debe nutrirse tanto del diálogo con otras corrientes historiográficas y disciplinas como de los aportes metodológicos que supone la aplicación de diversas técnicas vinculadas al

trabajo con fuentes primarias. En nuestra propuesta, nos hemos centrado en la integración entre la historia oral y los marcos normativos. Nuestro objetivo con ello fue formular los factores y desafíos de la historia del tiempo presente por medio de esas fuentes, abordando, así, un trabajo de complementariedad y diálogo que permite cubrir los silencios de ambas.

Iniciamos este artículo con un breve estado de la cuestión y una reflexión en torno a la definición de la historia del tiempo presente, buscando sistematizar los factores que consideramos fundamentales para su comprensión como perspectiva historiográfica. En una segunda parte, abordamos su ontología, cuestionamos su perspectiva epistemológica y analizamos algunos de sus mayores desafíos metodológicos. Teniendo en consideración tanto los factores de nuestra definición como los desafíos que genera nuestra propuesta, en una tercera parte nos enfocamos en el análisis de las fuentes orales y los marcos normativos. Estas fuentes resultan fundamentales, pues, como demostramos, el diálogo entre ellas integra los cuatro elementos de la historia del tiempo presente: el testigo, la memoria, la demanda social y el acontecimiento.

Como postulamos en este trabajo, consideramos que esta tarea es abordable únicamente por medio de un necesario trabajo interdisciplinar. En este sentido, si bien es posible encontrar algunas respuestas al interior de la Historia, resulta central establecer un diálogo con otras Ciencias Sociales y enriquecer así la investigación con fuentes primarias. A lo largo de este artículo esbozamos algunos ejemplos. Por un lado y con relación al *locus de enunciación*, consideramos interesante la integración del debate en torno a la descolonización del tiempo histórico propuesto por los enfoques decoloniales. Desde su experiencia en el tratamiento del presente, las Ciencias de la Comunicación también tienen mucho que enseñarnos. Finalmente, en un momento en el que el análisis de procesos internacionales y globalizados es cada vez más importante, establecer un intercambio con las Relaciones Internacionales

puede ofrecer una serie de elementos que nos dé pistas en términos teóricos y prácticos sobre la comprensión de los fenómenos que trascienden lo local.

A modo de cierre, consideramos necesario entender la historia del tiempo presente como un espacio de frontera. Una frontera móvil, pues sus límites pueden ser tanto expandidos como contraídos al trabajar con procesos inconclusos. Una frontera que es un lugar de encuentro: por un lado, temporal, entre pasado, presente y futuro; y por el otro, disciplinar. Por último, como todo espacio de frontera, es un espacio de coexistencia. No sólo coexisten la historiadora y su objeto de estudio, sino también la memoria, el acontecimiento, la demanda social y el testigo. Afirma Fazio Vengoa (1998, p. 48) que, si queremos consolidarla como un campo específico de saber, “es menester trascender los márgenes en que se ha movido la discusión y avanzar por nuevos derroteros”. Aún resulta necesario continuar explorando este espacio fronterizo: una triple frontera para repensar nuestra relación con el tiempo en nuestra labor de historiadoras y nuestra relación de coexistencia con los procesos y sujetos que buscamos historizar.

## REFERENCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**: Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza, 2004.

AUGÉ, Marc. El objeto de la antropología hoy. **Psicoperspectivas**, vol. 6, n. 1, p. 7-21, 2007, Disponible en: <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol6-Issue1-fulltext-42>. Consultado el: 11 ene. 2020.

BAAZ, Mikael; LILJA, Mona; VINTHAGEN, Stellan. **Researching Resistance and Social Change: A Critical Approach to Theory and Practice**. Londres-Nueva York: Rowman & Littlefield International, 2017.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 20, p. 19-27, 1998. Disponible en: <https://bit.ly/2IXj6LK>. Consultado el: 16 sept. 2019.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **The Sociologist & the Historian**. Cambridge y Malden: Polity Press, 2015.

BRAUDEL, Fernand. La larga duración en la historia y las ciencias sociales, Capítulo 3, Alianza, Madrid, 1979 (4ª Edición). **Relaciones Internacionales**, n. 5, p. 209-244, 2007. Disponible en: <https://bit.ly/2kkvIBI>. Consultado el: 16 sept. 2019.

BUTLER, Judith. Regulaciones de género. **Revista de Estudios de Género**. La ventana, n. 23, p. 7-35, 2006. Disponible en: <https://bit.ly/2kDhery>. Consultado el: 16 sept. 2019.

BUZAN, Barry; LAWSON, George. **The Global Transformation: History, Modernity and the Making of International Relations**. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Pontificia Universidad del Cauca, 2005.

CHEIRIF WOLOSKY, Alejandro. La teoría y metodología de la historia conceptual en Reinhart Koselleck. **Historiografías**, n. 7, p. 85-100, 2014. Disponible en: [https://doi.org/10.26754/ojs\\_historiografias/hrht.201472433](https://doi.org/10.26754/ojs_historiografias/hrht.201472433). Consultado el: 16 sept. 2019.

CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudema, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión**. Madrid: Trotta, 2000.

ESQUIVEL SOLÍS, Edgar; CHÁVEZ BECKER, Carlos. La sociedad civil. *In*: SÁNCHEZ DE LA BARQUERA Y ARROYO, Herminio (ed.). **Antologías para el estudio y la enseñanza de la ciencia política**. Volumen II: Régimen político, sociedad civil y política internacional. México DF: Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2017, p. 207-222. Disponible en: <https://bit.ly/2IYGtVa>. Consultado el: 16 sept. 2019.

FAZIO VENGOA, Hugo. La globalización y la intensificación del presente. *In*: GANDARILLA, José; RAMOS, Ramón; VALENCIA GARCÍA, Guadalupe (coord.). **Contemporaneidad(es)**. Madrid: Seguitur, 2012, p. 149-170.

FAZIO VENGOA, Hugo. La historia del tiempo presente: una historia en construcción. **Historia Crítica**, n. 17, p. 47-57, 1998. Disponible en: <https://doi.org/10.7440/histcrit17.1998.04>. Consultado el: 16 sept. 2019.

FERRREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, vol. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>. Consultado el: 13 de ene. 2020.

FIERRO, Alberto. ¿Cooptación o resistencia? Problematizando las estrategias legales y derechos de los movimientos sociales en el dominio socioeconómico. **Relaciones Internacionales**, n. 39, p. 81-101, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.39.005>. Consultado el: 16 sept. 2019.

FIGALLO, Beatriz J.; GARCÍA DE CERETTO, Josefa. **La Historia del Tiempo Presente**: Historia y epistemología en territorios complejos. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, 2009.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International Organization** vol. 52, n. 4, p. 887-917, 1998. Disponible en: <https://doi.org/10.1162/002081898550789>. Consultado el: 16 sept. 2019.

FOLGUERA, Pilar. **Cómo se hace historia oral**. Madrid: Eudema, 1994.

FRANK, Robert. Questions aux sources du temps présent *In*: TÉTART, Philippe; CHAUVEAU, Agnès (coord.) **Questions à l'histoire des temps présents**. Bruselas: Complexe, 1992, p. 109-124.

FRASER, Roland. La historia oral como historia desde abajo. **Ayer**, n. 12, p. 79-92, 1993.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. Julio Aróstegui. La historia vivida, sobre la historia del presente, Madrid, Alianza, 2004, 445 páginas. **Historia Contemporánea**, n. 30, p. 327-334, 2005. Disponible en: <https://bit.ly/2lXjmuc>. Consultado el: 16 sept. 2019.

GUIRAULT, René. **Être Historien des Relations Internationales**. París: Publications de la Sorbonne, 1998.

HARTOG, François. El historiador en un mundo presentista. In: DEVOTO, Fernando (Dir.) **Historiadores, ensayistas y gran público**: La historiografía argentina 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010.

JENKINS, Keith. **Repensar la Historia**. Madrid: Siglo XXI, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Sobre la necesidad teórica de la ciencia histórica. **Prismas**: Revista de Historia Intelectual, n. 14, p. 137-148, 2010. Disponible en: <https://bit.ly/2mkQRqI>. Consultado el: 16 sept. 2019.

MARX, Carlos; ENGELS Federico. **Manifiesto del partido comunista**. México DF: Centro de Estudios Socialistas Carlos Marx, 2011.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 510-539, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018510>. Consultado el: 11 ene. 2020.

MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, revista de historia y teoría, n. 5, p. 11-31, 2013. Disponible en: [https://doi.org/10.26754/ojs\\_historiografias/hrht.201352457](https://doi.org/10.26754/ojs_historiografias/hrht.201352457). Consultado el: 16 sept. 2019.

ONCINA COVES, Faustino. De la contracción a la dilatación del tiempo: tiempos menguantes y crecientes. **Historia y Grafía**, vol. 22, n. 44, p. 89-114, 2015. Disponible en: <https://bit.ly/2kpzBjy>. Consultado el: 16 sept. 2019.



PARSONS, Talcott; SHILS, Edward; NAEGELE Kaspar D; PITTS, Jesse R. (Ed.). **Theories of society**: foundations of modern sociological theory. Nueva York: The Free Press of Glencoe, 1961.

PEÑAS ESTEBAN, Francisco Javier. **Hermanos y enemigos**. Liberalismo y relaciones internacionales. Madrid: Catarata, 2003.

PEÑAS ESTEBAN, Francisco J. Explicar, valorar, comprender e influir: en torno a la "actuación" del historiador en la Historia de las Relaciones Internacionales / Entrevistas a varios autores - José Luis Neila. **Relaciones Internacionales**, n. 37, p. 193-207, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.37.008>. Consultado el: 16 sept. 2019.

PEÑAS ESTEBAN, Francisco Javier. Clío y Palas Atenea: Apuntes sobre el papel constitutivo de la Historia en la Teoría de Relaciones Internacionales. **Relaciones Internacionales**, n. 37, p. 59-93, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.37.003>. Consultado el: 12 ene. 2020

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018088>. Consultado el: 11 ene. 2020.

PORTELLI, Alessandro. Historia oral, diálogos y géneros narrativos. **Anuario Digital**, n. 26, p. 9-30, 2014. Disponible en: <https://bit.ly/2kQ67LR>. Consultado el: 16 sept. 2019.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (comp.). **La historia oral**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p. 36-53.

RAPOPORT, Mario. Una contribución al estudio de la historia de las relaciones internacionales en América Latina desde fines del siglo XX. **Horizontes Latinoamericanos**, vol. 2, n. 1, p. 91-102, 2014. Disponible en: <https://bit.ly/2kMVKs9>. Consultado el: 16 sept. 2019.

REUS-SMIT, Cristian. Leyendo la historia con una mirada constructivista. **Relaciones Internacionales**, n. 20, p. 63-83, 2012. Disponible en: <https://bit.ly/2koXXdc>. Consultado el: 16 sept. 2019

RIOUX, Jean-Pierre. Historia del Tiempo Presente y demanda social. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 20, p. 71-81, 1998. Disponible en: <https://bit.ly/2mIE8UL>. Consultado el: 16 sept. 2019.

ROCA, Albert; INIESTA, Ferrán. Raíces: ¿Por qué la historia es un conocimiento vital en el África del siglo XXI? *In*: SANTAMARÍA, Antonio; ECHART MUÑOZ, Enara (coord.) **África en el horizonte**. Introducción a la realidad socioeconómica del África Subsahariana. Madrid: La Catarata, 2006, p. 20-54.

SAUVAGE, Pierre. Una historia del tiempo presente. **Historia Crítica**, n. 17, p. 59-70, 1998. Disponible en: <https://doi.org/10.7440/histcrit17.1998.05>. Consultado el: 16 sept. 2019.

SOTO GAMBOA, Ángel. Historia del Presente: Estado de la cuestión y conceptualización. **Historia Actual Online HAOL**, n. 3, p. 101-116, 2004. Disponible en: <https://bit.ly/2kkwF7D>. Consultado el: 16 sept. 2019.

TALEB, Nassim. **El cisne negro**: el impacto de lo altamente improbable. Barcelona: Paidós, 2008.

THOMPSON, Paul. **La voz del pasado**. La historia oral. Valencia: Alfons El Magnànim, 1988.

VILANOVA, Mercedes. La historia presente y la historia oral. Relaciones, balance y perspectivas. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, n. 20, p. 61-70, 1998. Disponible en: <https://bit.ly/2mkQXyA>. Consultado el: 16 sept. 2019.

## NOTA DEL AUTOR

### Diego Sebastian Crescentino

diego.crescentino@uam.es  
Universidad Autónoma de Madrid  
Madrid  
España

### Gonzalo Vitón

gonzalo.viton.garcia@gmail.com  
Universidad Autónoma de Madrid  
Madrid  
España

## DIRECCIÓN POSTAL

Diego Sebastian Crescentino  
Departamento de Historia Contemporánea  
Facultad de Filosofía y Letras  
Universidad Autónoma de Madrid  
Campus de Cantoblanco  
28049  
Madrid - España

## FINANCIACIÓN

Esta investigación ha sido financiada por los contratos predoctorales FPU-MECD (FPU15/05822) y FPI-UAM 2017 del Departamento de Historia Contemporánea.

La presente publicación se inserta en el marco del proyecto SI1/PJI/2019-00257 (Las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional: entendimiento, rivalidades y conexiones con los Estados democráticos: 1930-1980), financiado por la Consejería de Ciencia, Universidades e Innovación de la Comunidad de Madrid y la Universidad Autónoma de Madrid.

## CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este es un artículo  
de acceso abierto  
distribuido bajo los  
términos de la licencia  
Creative Commons  
Reconocimiento-  
No Comercial-  
SinObraDerivada 4.0  
International.




RECIBIDO EL: 17/SEP./2019 | ACEPTADO EL: 26/MAR./2020

# Un grano de arena en la inmensidad del mar: lo que puede aportar la historia a la elaboración de pasados traumáticos

A grain of sand in the immensity of the sea: how history can contribute to the elaboration of traumatic pasts

Florencia Levín <sup>a</sup>

E-mail: [florencia.levin@gmail.com](mailto:florencia.levin@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-1216-4710> 

<sup>a</sup> Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Desarrollo Humano, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

## RESUMEN

A partir de una preocupación por los efectos duraderos de experiencias atroces ocurridas en pasados recientes, como la del terrorismo de estado en la Argentina, y por el problema de la transmisión intergeneracional de la historia, el propósito de este trabajo consiste en proponer una conceptualización al mismo tiempo ontológica y epistemológica del problema del trauma. Tomando como punto de partida una polémica propiamente argentina, intentaré abordar de modo transversal los problemas epistemológicos que se presentan en la historización de pasados traumáticos en un nivel metadiscursivo y al mismo tiempo metodológico. A partir de la intuición de que el problema no resulta de una *anomalía* ontológica de la experiencia histórica sino de una limitación epistemológica de la disciplina, propondré una indagación con vistas a conceptualizar y al mismo tiempo ubicar históricamente lo traumático. Propondré como hipótesis operativa que el trauma constituye un resto de la historia y no su antítesis. Esta conceptualización me permitirá redefinir el dilema en términos de aporía, lo que constituye una clave para resolver los problemas epistemológicos implícitos involucrados.

## PALABRAS CLAVE

historia reciente; trauma; epistemología de la historia

## ABSTRACT

Concerned with the lasting effects of atrocious experiences in recent past –such as that of state terrorism in Argentina– and the problem of intergenerational transmission of history, this work aims to conceptualize trauma at both ontological and epistemological levels. Taking an Argentinean controversy as the starting point, I will try to cross-sectionally address the epistemological problems that arise from the historization of traumatic pasts at metadiscursive and methodological levels. From the idea that the problem does not come from an ontological anomaly of the historical experience but from an epistemological limitation of the discipline, I will propose an inquiry that seeks, at the same time, to historicize and conceptualize traumatic experiences. My operative hypothesis is that trauma is not the antithesis of history but its remains. The redefinition of the dilemma in terms of aporia will allow us to address the implicit epistemological problems involved.

## KEYWORDS

recent history; trauma; epistemology of history

*"Las condiciones de posibilidad de la historia real son, a la vez, las de su conocimiento"* (KOSELLECK 1993, p. 336)

Preocupado por los efectos ocasionados en el sujeto histórico-político por la memoria traumática de hechos ocurridos en un pasado reciente y, más específicamente, por los modos y resultados de la transmisión intergeneracional de un legado inconcluso devenido artefacto cultural y objeto de políticas públicas, en un ensayo publicado en 2009<sup>1</sup> el psicoanalista argentino Blas de Santos mostraba fuertes reparos con respecto a la eficacia epistemológica y política de una flamante empresa historiográfica, la llamada *historia reciente*,<sup>2</sup> que por entonces se consolidaba como subdisciplina académica especializada en el estudio del terrorismo de estado y la *violencia política* en la Argentina.<sup>3</sup> Refiriéndose a una obra colectiva publicada dos años antes y que pronto se convertiría en la "piedra de toque" de la nueva historiografía (FLIER 2014, p. 10),<sup>4</sup> el autor cuestionaba la premura que advertía en ella por anticiparse al advenimiento del pasado: "como si el apuro llevara a historiar un pasado que no hubiera cesado de pasar, cuando está pasando, cuando aún es presente, como es el caso [decía] de la memoria del terror" en la Argentina (DE SANTOS 2009, p. 127). Sus preocupaciones se fundaban en la apreciación de que tanto las políticas públicas de memoria como asimismo la vorágine por hacer historia mostraban un resultado fallido, deshistorizante y despolitizador, tendiente a reforzar la enajenación de los sujetos con respecto a su propia experiencia histórica y, por lo tanto, a inhibir la posibilidad de transmisión de un valioso legado.<sup>5</sup> El riesgo era, desde su perspectiva, el sacrificio del potencial de sentido yacente en el inacabado pasado para dejarlo atrapado en un único sentido: el impuesto por lo traumático bajo la modalidad del mito (2009, p. 127).

Con respecto a la *historia reciente* específicamente, el autor consideraba que su emergencia era coincidente "con el automatismo —impertinente e incoercible— del recordar compulsivo", que, advertía, para el psicoanálisis es

1 El ensayo se titula "Memorias traumáticas de pasados recientes. Políticas de la memoria: ¿transmisión o mandato?" y fue publicado en un volumen colectivo a cargo de Mudrovic, dedicado al problema de la representación de pasados en conflicto (Ver 2009a).

2 Utilizo la *itálica* para destacar el carácter nativo del término. Usaré el sintagma sin *itálicas* para referir a la epistemología de la *historia reciente*, que desborda ampliamente al campo y se articula con otras redes semánticas.

3 Estos han sido sus núcleos temáticos y problemáticas, no existiendo consensos claros en cuanto a la variable definitoria para la delimitación de objeto: ontológica (trauma); cronológica (reciente/presente); fenomenológica (la/s violencia/s).

4 Se refería a *Historia Reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*, compilado por Marina Franco y Florencia Levín (Paidós), con aportes de Jelin, Visacovsky, Sabato, Finocchio, Pittaluga, Carnovale, Lvovich, da Silva Catela, Kaufman y Traverso.

(CONT.)

“patognomónico de lo traumático” (2009, p. 126). Es por ello que desacreditaba a la nueva empresa historiográfica, considerándola “una vía de acceso al comportamiento social y político indiferente a la coalescencia de la metodología del abordaje con la estructura del objeto a conocer” (2009, p. 126). A pesar de que en el mencionado libro se definía la ontología de su objeto de modo similar, como un “pasado abierto, de algún modo inconcluso, (...) cuyos efectos se nos vuelven presentes” (FRANCO; LEVÍN 2007, p. 31),<sup>6</sup> y de que se ubicaba allí una relación genealógica entre trauma e historia, sellada en la figura del dolor que introducía la obra,<sup>7</sup> desde la perspectiva de De Santos, la imposibilidad de asimilar la irrupción de sentidos intraducibles terminaría, de todas maneras, “alojando lo incomprensible en el registro de lo trágico” y aislando “al discurso de toda interlocución rectificadora o confirmatoria” (2009, p. 132): así, “la narración del pasado se hace signo y su evocación se substraer a la dialéctica significativa por lo que, devenida en un significado tan unívoco como disponible *prêt à porter*, [da] por tierra su historización y así la subjetivación política que le corresponda”, empujando al presente en un tobogán que conduce a un futuro sin sujetos de su tiempo (2009, p. 126-127).

Han pasado ya 10 años desde esa fulminante intervención crítica de Blas de Santos y lo cierto es que, desde entonces a esta parte, la *historia reciente* no ha cesado de expandirse hasta llegar a convertirse en una de las principales novedades historiográficas de los últimos tiempos (ÁGUILA; ALONSO 2017, p. 13), lo que magnifica exponencialmente el alcance de sus inquietudes.<sup>8</sup> Emergente de una imparable pulsión vehiculizada preponderantemente por miembros de las primeras camadas de universitarios formados durante la posdictadura en las universidades nacionales del país, dicho emprendimiento encontró eco y se expandió rápidamente mediante una modalidad descentralizada y reticular de crecimiento, con una amplia participación de las universidades del interior.<sup>9</sup> Los indicadores cuantitativos disponibles dan cuenta de un importante y veloz crecimiento

(CONT.)

5 Aludía al auge de la literatura testimonial y del periodismo de investigación.

6 En esa obra, Lvovich hablaba de la naturaleza traumática del pasado (97), mientras que, para Franco y Levín, son momentos de profundas rupturas y discontinuidades que amenazan el mantenimiento del lazo social (34).

7 “La historia de la historia reciente es hija del dolor” (2007, p. 15). Esta frase, que inauguraba la introducción del libro, condensó lo que tenía de contradictorio la naciente historiografía. Ver Alonso (2007 y 2010), Andújar y D’Antonio (2008), Águila (2012), Flier (2014), Águila y Alonso (2017).

8 Cabe destacar que los años de conformación del campo académico fueron los del surgimiento y consolidación del proyecto kirchnerista (2003-2015), en cuyo marco se produjo un vuelco importante en la construcción público-política de memoria (CRENZEL 2016).

(CONT.)

relativo dentro de la historiografía argentina a partir del nuevo milenio. Así, por ejemplo, del total de ponencias presentadas en las concurridas y periódicas *Jornadas Interescuelas*, las referidas al pasado cercano pasaron del 0 al 18% entre 1999 y 2015,<sup>10</sup> observándose una tasa de expansión similar (de entre el 8 y el 22%) en los temas de investigación de las tesis de posgrado defendidas en algunas universidades públicas nacionales durante el mismo período.<sup>11</sup> Hasta qué punto esa emergente y expansiva historiografía se ajusta o no al diagnóstico de Blas de Santos es algo que no soporta un juicio rápido ni un resultado unívoco.

En el marco de una antigua preocupación por los vínculos entre ontología y epistemología de la historia, en las páginas que siguen me gustaría demostrar que si Blas de Santos acertaba en su prejuicio acerca del carácter enajenante del conocimiento histórico de pasados traumáticos era porque, de alguna manera, también estaba equivocado. Retomando los aportes fundamentales de Francisco Naishtat (2009), quien ha aplicado el paradigma de los espacios controversiales de Oscar Nudler —y, con él, las nociones operativas de *sentido común, refocalización, inercia y generación de nuevos significados*— al análisis de la historiografía contemporánea, mi intención en este trabajo consiste en abordar el problema de la irreductibilidad entre trauma e historia. Para ello, en un primer momento me abocaré a analizar los supuestos y los presupuestos que sustentan la construcción de la *historia reciente* argentina para interrogar sus silencios y develar así lo que ella tiene en común con el planteo de Blas de Santos a pesar de las evidentes diferencias.<sup>12</sup> Intentaré demostrar a continuación que dicho sustrato común también es transversal a las principales posturas que se dirimen en la llamada controversia sobre la cognoscibilidad de pasados *atrocés*<sup>13</sup> o debate en torno a los límites de la representación (FRIEDLANDER 2007).<sup>14</sup> Sospechamos que esta *inercia* constituye una pista importante que nos ayudará en la resolución del problema. Dedicaré el resto del trabajo a seguir sus huellas a partir de la intuición de que el mismo

(CONT.)

9 Como las de Rosario, de La Plata, del Litoral, de la Patagonia, de General Sarmiento, de Buenos Aires, de La Pampa, de San Martín, entre las pioneras.

10 Ver fuente en 2017, p. 9. Otra serie de datos desplegados llegan a la misma cifra (FRANCO; LVOVICH 2017). Es de destacar que este auge relativo se enmarcó en el sostenido crecimiento del conjunto del sistema científico y académico durante los primeros años del gobierno de N. Kirchner. Ver algunos indicadores en 2017, p. 5.

11 Según Franco y Lvovich, las tesis referidas a temas de historia reciente representan el 19% del total en el doctorado de Historia de la Universidad Nacional de la Plata, el 18%, en el doctorado en Historia de la Universidad Nacional de Rosario, el 22%, en el posgrado IDES/UNGS; el 21%, en el doctorado de Filosofía y Letras y el 8%, en el de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (2017, p. 195).

(CONT.)



no deviene de una *anomalía* ontológica de la experiencia histórica —según el *sentido común* historiográfico—, sino de una limitación epistemológica de la disciplina. En efecto, la hipótesis que sostiene la presente indagación propone que el trauma no constituye la antítesis de la historia sino su resto. Se espera que la fundamentación de esta idea nos permita redefinir el dilema como aporía y atender así a los desafíos metodológicos implicados. Como una serpiente que se muerde la cola, la conclusión del trabajo constituye, al mismo tiempo, su condición de posibilidad.

Es pertinente advertir que utilizo la noción de historiografía de dos maneras distintas: en términos de campo (BOURDIEU 2002) para referir a la producción que se auto identifica mediante el sintagma “historia reciente”<sup>15</sup> y, desde el punto de vista cognoscitivo, como “una compleja red de problemas interconectados que se desarrolla por complejización, donde no quedan excluidos el retorno de temas en apariencia dejados atrás” (NAISHTAT 2009, p. 52). Es por ello que si bien la reflexión parte de una preocupación específica por la historia reciente argentina, su abordaje se abre más ampliamente a la dimensión de las controversias sobre la historización de pasados traumáticos. Elegí partir por la citada intervención de Blas de Santos no sólo por la inquietante actualidad y pertinencia de sus señalamientos, ni por el hecho de que sin dudas me siento autoral y generacionalmente interpelada, sino también debido a la inmensa productividad que su orden de indagación propone al pensamiento sobre el pasado al inscribir lo traumático como real y, por lo tanto, como punto de exterioridad absoluto. Guía mis reflexiones una obstinación por esperar, todavía, que la historia pueda servir para algo más que para repetir/representar.

(CONT.)

12 El análisis de la historia reciente se realizó a partir de una pesquisa empírica guiada por la noción de “núcleo duro” (es decir, el constituido por la cúpula piramidal de quienes concentran la mayor cantidad de recursos académicos y las mayores tasas de impacto autoral).

13 Iremos viendo que esta y otras categorías se vinculan onomasiológicamente con los sentidos que el trauma adquirirá en la historiografía a partir de los años '80 del siglo XX.

14 En este caso, como se verá, el acento del trabajo no está puesto en el recorte empírico sino en la metodología de abordaje, que, a su vez, lo desdobra en dos variables y dimensiones de análisis teórico-metodológicas diversas.

15 Vale aclarar que el campo guarda una importante autonomía relativa con respecto a los estudios sobre memoria social, que lo antecedieron en 10 años, y que la interlocución con las reflexiones de filósofos y epistemólogos es bastante escasa.

## Matar al pasado vivo

Desde una perspectiva distinta pero arribando a similares conclusiones, en un ensayo publicado en el mismo libro que De Santos criticaba, el historiador italiano Enzo Traverso había expresado sus reparos con respecto al proceso de objetualización del pasado reciente por parte de la historiografía argentina. Retomando el esquema de las etapas de la memoria que el historiador francés Henry Rousso había esbozado para explicar el “síndrome de Vichy” en Francia, y aplicando su hipótesis según la cual la historiografía tiende a seguir los trazos de los procesos de la memoria social,<sup>16</sup> Traverso afirmaba que en la Argentina de entonces no estaban dadas las condiciones para una historiografía científica puesto que no había habido allí una separación con el pasado marcada por fuertes rupturas simbólicas sino tan solo un alejamiento cronológico, lo que habría perennizado la fase de duelo (84-85). La escritura de la historia, afirmaba el autor, “exige una toma de distancia, una separación, incluso una ruptura con el pasado, al menos en la conciencia de sus contemporáneos, lo que es la condición esencial que les permite proceder a una historización” (81). Recién después de ello, concluía, la historia podría ser capaz de constituirse como un discurso distinto al de la memoria, con la cual, sin embargo, no puede no mantener una relación de intimidad (72). Resulta en sí mismo un dato revelador el hecho de que, a pesar de la contundencia de su opinión, el ensayo de Traverso haya sido canonizado como núcleo teórico-metodológico habilitante de la nueva historiografía.

Desde luego, la *historia reciente* no era ajena a las tensiones epistemológicas y políticas implicadas en la empresa historiográfica. Sin embargo, tendió a interpretarlas en términos de impedimentos conservadores y tradicionalistas encauzados por historiadores de otra generación ya consagrada.<sup>17</sup> Con respecto al problema apuntado por Traverso, en otros ensayos de esa misma obra se afirmaba que, “aunque en el caso argentino la presencia de[l] pasado traumático en la esfera pública resulta un dato casi permanente” no

*16 Recuérdese que, según el autor de El síndrome de Vichy (1987), después de un traumatismo suele advenir una fase de represión, que será, tarde o temprano, seguida de una inevitable anamnesis que puede convertirse en obsesión (en TRAVERSO 2007, p. 81 y 82).*

*17 Hora (2001); Pittaluga (2007, 2017); Franco y Levín (2007), Águila (2008, 2012). Sobre la insoslayable dimensión generacional, ver la intervención del propio De Santos y, para una perspectiva más externa, Cattaruzza (2012, p. 86); Figueroa Ibarra e Iñigo Carrera (2010, p. 13).*

habiendo mediado un período de silencio (LVOVICH 2007, p. 98 y 115), la falta de distancia “no puede considerarse un impedimento” para el abordaje del pasado cercano (FRANCO; LEVÍN 2007, p. 52).<sup>18</sup> Diez años más tarde, Franco y Lvovich retomarían la discusión diciendo que “la transición a la democracia, el juicio a los excomandantes [y] la crisis de diciembre de 2001 pueden ser considerados como hitos simbólicos que implican cierta forma de ruptura con los pasados considerados cercanos” y, asimismo, que “la distancia temporal no es un problema para quienes hacen historia reciente desde otras tradiciones disciplinares como la sociología o la antropología, siendo ese carácter interdisciplinario un rasgo central del campo” (2017, p. 191).

Argumentaré que la recepción acrítica del marco teórico-metodológico brindado por Enzo Traverso contribuyó a la producción de un *olvido* que constituye, de algún modo, la condición de posibilidad de esa empresa historiográfica: el olvido del carácter traumático del trauma. Analizaré sintéticamente dicho proceso en dos dimensiones diversas: en primer lugar, en la superficie discursiva de las reflexiones teórico-metodológicas elaboradas por la propia *historia reciente* y, a continuación, en un plano más profundo, a partir de la consideración de su eficacia epistemológica. Hablaré en el primer caso de un olvido semántico y, en el segundo, de un olvido metodológico, el cual supone, en realidad, el olvido del olvido primero (lo no dicho de lo dicho).

En relación con el olvido semántico, este se advierte en el desplazamiento del *trauma*, que pasó de ocupar el lugar de núcleo epistémico en las primeras autodefiniciones de la *historia reciente*, como se ha visto, a tener un rol secundario o marginal en el marco de una redefinición del campo en términos de *historia del tiempo presente*. Se argumentó, en relación con ello, que la identificación de la historia reciente con el dolor y los acontecimientos traumáticos “no alcanza a involucrar una multitud de dimensiones sociales que se incluyen en otras definiciones”, por lo que “sería más

*18 Pittaluga abogaría por un “distanciamiento del propio presente, para atender en él lo que tiene de pasado ocluido” (2014, p. 117). Palti apuntó que los intentos por establecer un límite temporal engendran la ilusión de un punto de vista exterior que el autor denomina arquidémico (2010, p. 45).*

conveniente superar el trauma como elemento disciplinar definitorio en pos de una definición más amplia de la disciplina como historia actual o historia inmediata de la cual la historia reciente sería una forma específica o sector especializado” (ÁGUILA; ALONSO 2017).<sup>19</sup> Incluso se ha afirmado que la importancia que pueda revestir el trauma para la historia ya es asunto de una decisión personal: “somos nosotros los que lo definimos como tal” (ALONSO 2010, p. 55). Es así que, 10 años más tarde de la aparición de aquel libro, se asevera que la historia reciente “está en condiciones de descentrarse de los objetos que configuraron inicialmente su ámbito de desarrollo y avanzar hacia otros espacios definidos de manera más amplia por un ‘régimen de historicidad contemporáneo’” (FRANCO; LVOVICH 2017, p. 207), en clara consonancia con una expansión interdisciplinaria del campo historiográfico. No es un dato menor que todas las reflexiones de balance sobre el campo concuerden en que en definitiva la *historia reciente* no implica ni requiere ningún tipo de innovación, exista un consenso importante con respecto a que, en verdad, la historia reciente no implica ni requiere ningún tipo de innovación (FRANCO; LVOVICH 2017, p. 191; ÁGUILA 2012, p. 73). “Al fin y al cabo, se concluye que si la historia reciente tiene algo diferente de otras formas de hacer historia es simplemente un plus de politicidad” (ALONSO 2010, p. 63).

Con respecto al olvido metodológico, advertimos que este se encuentra en la canonización de una conceptualización de la memoria social de corte sociológico, que refiere a objetos tangibles y metodológicamente controlables —ya se trate de las memorias sociales o ya sea se trate de los recuerdos de testigos y sujetos entrevistados en el marco de la historia oral—,<sup>20</sup> la *historia reciente* hizo como si la separación entre pasado y presente —que, en los términos de Traverso estaría impedida y, en los de De Santos, imposibilitada precisamente por los efectos traumáticos del trauma— fuera un hecho posible y objetivable en tanto que empíricamente observable, lo que le permitió una rápida y “natural” adecuación epistémica al paradigma de la *historia del tiempo presente*.<sup>21</sup>

*19 La participación de colegas extranjeros en el debate, como la de Allier Montaño, para quien lo definitorio debe ser “el presente, y no el dolor, el trauma y la violencia” (2018, p 108), demuestran el impacto regional de la redefinición epistemológica de la historia reciente.*

*20 Ver particularmente Jelin (2002), que tuvo gran repercusión en la región.*

*21 Para Mudrovic (2013), se trata de la historiografía que tiene por objeto fenómenos que constituyen recuerdos de al menos una de las tres generaciones que comparten un mismo presente histórico. La autora argumenta que esa historiografía es correlativa del régimen de historicidad presentista (HARTOG 2007).*

Apuntemos que, para De Santos y más ampliamente para el psicoanálisis, trauma y memoria representan dos funciones y dinámicas psíquicas diversas y antitéticas,<sup>22</sup> de modo que es la des-des-identificación entre trauma y memoria lo que subyace en la naturalización de la conceptualización sociológica de memoria. Asimismo, se considera que el concepto operativo de dicho paradigma, que vincula objeto y sujeto de conocimiento en términos de coetaneidad (MUDROVICIC 1998/2000, p. 4),<sup>23</sup> logró garantizar la "vigencia" epistémica del constructo científico de la historia basado en la preexistencia e inalterabilidad de su diferencia a partir de un gesto tan elemental como el "de poner aparte, de reunir, de convertir en 'documentos' algunos objetos repartidos de este modo" (DE CERTEAU 2010, p. 85).<sup>24</sup>

Se advierte entonces que, mediante la adopción de ese paradigma, la *historia reciente* logró fagocitar todas las dimensiones de aquello *otro* de la historia, que ya no sería el pasado convertido en tradición sino su *incrustación/invaginación* en el presente, aislable, reconocible y manipulable en tanto que "memoria". Así, violentando la naturaleza indomeñable del trauma, la *historia reciente* logró "matar" al pasado vivo "garantizando" el *a priori* de "la distinción entre el aparato explicativo, que es presente, y el material explicado, los documentos, que se refieren a curiosidades de los muertos" (Ibid.). Aun cuando la muerte es precisamente lo que está imposibilitado en la historia reciente argentina. Ontológicamente, la definición del desaparecido es la de aquel que ha sido privado de su propia muerte (SCHMUCLER 1996).

Pero lo traumático insiste en diversos planos de la realidad y, en lo que hace a la *historia reciente*, la amenaza de su retorno se manifiesta en la recurrencia en la literatura erudita de algunos significantes y tópicos, comenzando por la imposibilidad tanto de incluir como de descartar el término mismo, el "plus de politicidad" de la historia reciente,<sup>25</sup> el peligro de sesgar la mirada y el problema de la neutralidad valorativa<sup>26</sup>, el llamamiento a la "vigilancia epistemológica"<sup>27</sup> o el metatópico de la *conciencia de sí*.<sup>28</sup>

22 Según De Santos, ante el acontecimiento traumático, la función habitual de la memoria (inscripción, codificación y conservación de las vivencias) sale de la gestión del sujeto y, así, de la posible disposición del conocimiento de lo vivido (2009, p. 125).

23 En efecto, como observa Mudrovic, esa definición de historia del presente replantea la relación entre sujeto y objeto de conocimiento al definir a este último como aquel pasible de ser recordado por una de las generaciones vivas que comparten un mismo presente histórico, a la que puede o no pertenecer el historiador (1998/2000, p. 4).

24 Y aclara: "El gesto consiste en 'aislar' un cuerpo, como se hace en física, y en 'desnaturalizar' las cosas para convertirlas en piezas que llenan las lagunas de un conjunto establecido a priori [(...) de modo que] las destierra de la práctica para convertirlas en objetos 'abstractos' de un saber".

(CONT.)

En cuanto al rol social de la historia y su utilidad para la elaboración de pasados traumáticos, es destacable que la aplicación de ese paradigma supuso una importante redefinición de la deontología disciplinar, contenida ya como mandato en la fórmula: si bien la historia “nace de la memoria”, debe emanciparse de ella pasándola “por el tamiz de una verificación objetiva, empírica, documental y fáctica” y dando cuenta, si es necesario, de sus “contradicciones y trampas” (TRAVERSO 2007, p. 76). En efecto, y a pesar de que se observa la presencia de importantes diferencias en cuanto a las funciones que se espera que la historia cumpla con respecto a la memoria (por ejemplo, corregirla y complejizarla,<sup>29</sup> protegerla y brindarle audibilidad<sup>30</sup> o encontrar el punto justo entre distancia crítica y compromiso ético<sup>31</sup>), ellas han confluído en la configuración de novedosas formas de intervención pública de la historia, como, por ejemplo, la difusión de solicitadas en las cuales lxs historiadores del campo se pronuncian en calidad de colectivo profesional autorizado para brindar a la ciudadanía la verdad de la historia y aclarar la correcta interpretación del pasado buscando incluso adhesiones mediante firmas. Algunos de estos manifiestos, publicados en los momentos más álgidos de la conflictividad política de los últimos años, visibilizaron tensiones al interior de la *historia reciente*<sup>32</sup> que cristalizaron en algunas rupturas dentro de su “núcleo duro” (entre ellas la de quien suscribe), hasta entonces aunado confraternalmente en torno a un *nosotros* generacional.<sup>33</sup>

A pesar de lo sucinto del recorrido expuesto hasta aquí, estamos en condiciones de decir que lo traumático (o más específicamente, el carácter traumático de lo traumático) constituye lo no inscribible de la operación histórica de la *historia reciente* argentina, el hueco que esconde lo no dicho de lo dicho. Hemos visto que tanto en la superficie textual de las autodefiniciones del campo como en la capa más profunda de la operatoria metodológica propiamente dicha, la *historia reciente* tendió a resolver los desafíos que lo traumático impone al conocimiento mediante la producción de un doble

(CONT.)

25 Además de Alonso (2007 cit.), ver también Carnovale (2007, p. 172); Jelin (2007, p. 329); Águila (2012, p. 75); Águila y Alonso (2017); Chama y Sorgentini (2011).

26 “Nuestros inevitables juicios de valor deben ser (...) controlados por la producción de un conocimiento metodológicamente orientado” (ALONSO 2010, p. 63). Para Lvovich, “hay empatía y explícito compromiso ético pero al mismo tiempo conciencia y distancia crítica” (2014, p. 11).

27 Ver Franco y Levín (2007, p. 24 y 33); Alonso (2010, p. 63); Flier (2014, p. 15); Franco y Lvovich (2017, p. 192).

28 “Nos sentimos agentes de algo nuevo...” (ALONSO 2010, p. 63). Lvovich refiere a una “conciencia por vincular [el] saber con ciertas políticas de la memoria, con ciertos modos de intervención social” (2014, p. 110).

(CONT.)

olvido, semántico y metodológico, que le permitió normalizar lo inasimilable y tratar al pasado "reciente" como la historiografía trata habitualmente a cualquier pasado histórico. Llegados a este punto, estamos en condiciones de advertir que el consenso implícito entre la *historia reciente* y la postura de Blas de Santos radica en la consideración de que la historia únicamente podrá ser escrita cuando se encuentre desprendida de la memoria traumática, es decir, cuando el pasado se haya separado del presente. Lo que cambia es, en primer lugar, la noción de memoria implicada y, en segundo, el modo en que se resuelve en cada caso la ecuación: o bien impugnando el carácter científico de la historia, o bien negando el carácter traumático del trauma.

## Lo que todavía no es mientras sigue siendo

Advertimos que el presupuesto compartido por Blas de Santos y la *historia reciente* argentina también atraviesa transversalmente las principales posturas que se enfrentan en la controversia internacional sobre la cognoscibilidad de sucesos *límite o extremos*, desatada en los primeros años de la década de 1990 y que constituye uno de los aspectos vinculados con lo que Naishtat denominó refocalización historiográfica en torno a las tensiones entre la historia y la memoria. Se trata de eventos que se vinculan con con la brutalidad deliberada, empleada a escala masiva, y que suelen adquirir el rango de imprescriptibilidad jurídica al ser considerados crímenes de lesa humanidad, lo que configura la matriz jurídica de la historia del tiempo presente (2009, p. 64).<sup>34</sup> Como se sabe, las principales posturas en ese debate se dirimieron entre la defensa de la cognoscibilidad de tales eventos por medio de los métodos de representación y análisis establecidos y la consideración de que esos mismos hechos no podrían ser conocidos o eventualmente sólo podrían serlo bajo regímenes radicalmente nuevos de conocimiento o representación. Según María Inés Mudrovic, lo que difiere es el estatuto

(CONT.)

29 Para Águila, "la historia tiene que aportar a una configuración de memoria despojada de prejuicios y mitos, ofreciendo "explicaciones más densas y complejas, rigurosamente fundamentadas" (2012, p. 75-76).

30 Para Oberti y Pittaluga, "el pasado tiene sus propias demandas, que requieren ser escuchadas" (2004/2005, p. 10), afirmación que estimula una apertura a la idea de una escritura dialógica o híbrida entre historia y memoria (PITTALUGA 2014; OBERTI; PITTALUGA 2016).

31 Para Lvovich, se trata de "la búsqueda de un balance entre empatía y distanciamiento para hacer algo que no es sólo procesar o ser portadores de una voz que no es la nuestra" (2014, p. 112).

32 El fin del kirchnerismo y la consolidación de la derecha (2015-2019) dieron paso a "la grieta", que ha capturado la escena como tópico y como marco organizador de las identidades y dinámicas, catalizando procesos más o menos espontáneos de extrema violencia.

(CONT.)

ontológico que los distintos posicionamientos otorgan al acontecimiento extremo: “mientras que los primeros lo inscriben en un continuo con otros eventos, los segundos lo instalan en una ruptura radical, reclamando su unicidad” (2009b, p. 105). No obstante, si recurrimos nuevamente al concepto de *sentido común*, advertimos que pese a la radicalidad de las posturas todas ellas formulan el problema en términos de im-posibilidad de inscripción del trauma en la historia. Intentaremos develar algunas de las operatorias que intervienen en la repelencia entre trauma e historia y ensayaremos el bosquejo de un aparato teórico metodológico que nos permita redefinir el problema en otros términos. Hemos adelantado nuestra hipótesis de lectura según la cual el trauma no constituye la antítesis de la historia sino su resto. Un resto al mismo tiempo histórico y no histórico, que demarca ese más allá desde el cual algo puede irrumpir, quebrando el *continuum* sobre el que se asienta —o se presupone que se asienta— la experiencia histórica de la historia.

Comenzaré señalando algunos presupuestos teórico-metodológicos transversales a las principales posiciones dentro de la referida controversia que se expresan también en los presupuestos que guían gran parte de las investigaciones empíricas, al menos de la *historia reciente* argentina:<sup>35</sup>

a) la confusión y/o indiferenciación entre el valor heurístico y el valor referencial de la categoría “trauma” en claro detrimento del segundo (la confrontación con el psicoanálisis y la discusión sobre los usos políticos del trauma y, más ampliamente, de la figura de la víctima concitan gran parte de los debates); y/o b) la extrapolación *ipso facto* del concepto psicoanalítico de trauma, por demás polisémico, a la historia,<sup>36</sup> del cual se deduce naturalmente, dada la imposibilidad de memoria, la imposibilidad de historia: donde hay trauma, no hay historia; donde hay historia, no hay trauma<sup>37</sup>. Existe una variante en esta disputa y es la variante pragmática del psicoanálisis como necesidad heurística: donde hay trauma, puede haber historia si y solo si operan la teoría y el método psicoanalíticos, que, de otra manera (una manera interdisciplinaria),

(CONT.)

33 Para una mirada en perspectiva de los manifiestos y las respuestas que suscitaron, ver *acha* (2017); *devoto* (2017) y *kwiatkowski* (2017). Un análisis exhaustivo de la coyuntura política, en *hilb* (2018).

34 Explica que esas tensiones habían permanecido negadas por el sentido común historiográfico, que coincidía, más allá de las diferencias, en que la memoria no pertenece a la historia. El nuevo protagonismo de la memoria abriría según el autor una brecha entre una narrativa científica y otra de corte testimonial (2009, 63).

35 Es pertinente aclarar que estoy tomando de modo esquemático lo que conforma una gran variedad y amplitud de miradas que no se dejan reducir fácilmente a un esquema. Sin embargo, mi intención no es profundizar en la discusión sino intentar producir un desplazamiento.

(CONT.)



reproducen la repelencia entre trauma e historia.<sup>38</sup> Consideramos que estas recurrencias iluminan algunos de los mecanismos que intervienen en la compleja operatoria que deja siempre, de un modo u otro, a lo real traumático en una relación contrafactual con respecto a sus propias posibilidades de conocimiento histórico. (Llegamos en este punto, pero desde el reverso de su mirada, a una conclusión similar a la que había expresado Blas de Santos en términos de coalescencia entre objeto y método).

Intentaremos salir del atolladero a partir del valor de real absoluto y punto de exterioridad con respecto a la historia que, retomando la intervención de Blas de Santos, habíamos asignado a lo traumático en la introducción del trabajo. Ello nos habilita, dadas las herramientas de la epistemología de la historia, a avanzar a partir de dos movimientos indisociables: por un lado, presuponer con fundamentos que el concepto reviste un valor heurístico privilegiado dado el orden *más allá* del cual proviene;<sup>39</sup> y, por otro lado, en un segundo movimiento, asignarle al término el valor indiciario de una/s experiencia/s perdida/s, proveniente/s de ese más allá cuya existencia atestigua. De ese modo, construimos al mismo tiempo un objeto de estudio y una clave de lectura, lo que nos permite trazar las coordenadas de una indagación semántica y hermenéutica del trauma cuyos resultados son, al mismo tiempo, sus condiciones de posibilidad.

Avanzamos en esa dirección considerando, con Reinhart Koselleck, que los conceptos permiten integrar experiencias nuevas y almacenar el pasado en el lenguaje (2004, 28). Ahora bien, se considera que el orden semántico expresa sólo fallidamente la dimensión de la experiencia, en tanto tal siempre perdida (JAMESON 1995).<sup>40</sup> Específicamente en el caso de lo traumático, se considera que, por su peculiar ontología, no es posible encontrar sus huellas en el orden semántico, sino, eventualmente, tan solo el registro de su pérdida. Eso equivale a decir que la huella de la experiencia perdida está perdida. Por ello es tan difícil —cuando no imposible— para

(CONT.)

36 Existen dos grandes conceptualizaciones en Freud: como efecto retardado (o *Nachträglichkeit*) de algo inconciliable que permanece separado de la conciencia mediante la represión; y como instante de incremento económico y compulsión a la repetición (SANFELIPPO 2018).

37 Ver por ejemplo esta postura en Mudrovic (2003, p. 114 y 124).

38 Tal como hace, por ejemplo, la línea de investigación de Dominick LaCapra.

39 Un valor que considero hermenéutico y no "científico", en los términos que reclamaba Blas de Santos.

40 Retomo del autor la consideración de que la instancia del yo se sitúa en una línea de ficción que sólo asintóticamente tocará el devenir [histórico] del sujeto (1995, p. 20).

la historia correlacionar sus fuentes primarias con fenómenos traumáticos “observables” y es por ello mismo que acotamos que los propósitos de esta indagación no son demostrativos sino eventualmente verificativos.

En términos metodológicos, nuestros presupuestos nos conducen a indagar en los vínculos entre el valor indiciario y el valor heurístico del trauma a partir de la consideración de dos series de análisis que se despliegan en tiempos y espacios diversos: por un lado, la de los usos del término en el marco de lo que denominamos procesos primarios de semantización de la historia (el valor indiciario asignado al trauma marca el contexto de su originalidad) y, por otro, la de los comportamientos de la categoría en los procesos secundarios de semantización, entre ellos los de la historia misma como disciplina, que son propios de una temporalidad “a posteriori” característica de los sucesos considerados traumáticos.<sup>41</sup> De modo que estamos asignando un valor de primariedad a lo que habitualmente se denomina fuentes secundarias, lo que nos permite estudiar las categorías eruditas de la historia en la dimensión de su propia natividad<sup>42</sup> o, en los términos de De Certeau, de su propio *idiotismo*.<sup>43</sup> Confiamos en que tal decisión nos permita sortear las trampas de nuestros propios puntos ciegos.

De origen quirúrgico, ámbito en el que había sido utilizado para referir a lesiones corporales ocasionadas por accidentes, el término trauma fue incorporado a fines del siglo XIX al dominio de la psicopatología para designar un tipo de afección imposible de localizar en el cuerpo siendo así su moderno significado inescindible de la concepción teórica de la psiquis.<sup>44</sup> Vale la pena destacar la correspondencia histórica entre dicho proceso sociosemántico y la crisis de la escuela historicista y posterior profesionalización de la disciplina en tanto ciencia social (NOIRIEL 1997). La valiosa investigación de Luis Sanfelippo advierte que en la Europa finisecular (se refiere particularmente a Alemania, Gran Bretaña y Francia) el concepto traspasó rápidamente el espacio de la

*41 Anteriormente habíamos diferenciado el evento primigenio del conjunto de epifenómenos derivados (2016). Incorporamos ahora la consideración del orden discursivo del cual deriva la diferenciación entre procesos primarios y secundarios de semantización de la historia.*

*42 En trabajos anteriores hemos conceptualizado la historia reciente como un aspecto del fenómeno que estudia (LEVÍN 2013), por lo que hemos propuesto que debería ser tomada como un aspecto de su propio objeto de estudio (LEVÍN 2016).*

*43 “Ciertamente, no hay consideraciones (...) capaces de borrar la particularidad del lugar desde donde hablo y del ámbito donde prosigo mi investigación. Esta marca es indeleble. En el discurso donde escenifico cuestiones globales, tendrá la forma de un idiotismo” (1985, p. 67).*

*44 Utilizo la noción de “moderno significado” para señalar específicamente ese uso históricamente situado y diferenciarlo de anteriores usos y sentidos.*

psicopatología para ingresar al ámbito judicial, donde comenzó a ser utilizado para dar cuenta de la realidad de los daños ocasionados por los llamados accidentes tecnológico (particularmente de ferrocarril) y para validar, por tanto, las demandas judiciales asociadas (2011, p. 130 y 132). Años más tarde, durante el transcurso de la Primera Guerra Mundial, el concepto sería vinculado con las *neurosis de guerra* que afectaban a los soldados que volvían del frente de batalla. La aplicación del término con fines judiciales siguió su curso y, luego de Vietnam, fue utilizada en los Estados Unidos como herramienta para viabilizar el reclamo de los veteranos de guerra (*Ibid.*: 133). El desarrollo de la teoría del inconsciente y el surgimiento del psicoanálisis, por su parte, dieron lugar a un constante proceso de redefinición conceptual del trauma, aun cuando sus usos jurídicos, políticos, culturales y luego incluso los específicamente historiográficos, se mostraron relativamente autónomos con respecto a esos desarrollos.

Si atendemos a los procesos secundarios de semantización de la historia, es decir, a aquellos que refieren a ella mediante distintas formas de evocación, lo primero que se observa es que la historiografía tardó aproximadamente un siglo en incorporar al trauma como categoría científica y que, cuando lo hizo de la mano del auge de los llamados *Holocaust Studies* promovidos por la academia norteamericana en los años '80 del siglo pasado (SANFELIPPO 2011, s/p; FRANCO; LVOVICH 2017, p. 130), la disciplina histórica se encontraba ya en plena "crisis", de la que, por cierto, nunca se habría recuperado. Por entonces, la interdisciplinariedad como respuesta comenzaba a borrar (y continúa) la pregunta por lo específicamente histórico de la historia. Es preciso advertir que su ingreso al ámbito de la historiografía se produjo en el marco de procesos epistémicos, intelectuales, culturales y políticos mucho más amplios, vinculados con la llamada crisis de la modernidad, de la que también forma parte el *boom* de la memoria y el surgimiento del paradigma presentista. En tercer lugar, habría que retomar de la obra de Sanfelippo la consideración de que

el ingreso del concepto de trauma en la historia implicó una importante innovación semántica en la medida en que comenzó a ser ampliamente utilizado para referir a sucesos colectivos.<sup>45</sup> (Es importante advertir que tal consideración es válida también para otros procesos, no eruditos, de semantización secundaria del pasado).

Más allá de que sería pertinente profundizar en un estudio exhaustivo sobre el comportamiento lingüístico del término trauma, se considera que la relativa facilidad con la que el mismo se expandió (el significante más su nuevo significado) a partir de entonces por espacios epistémicos y geográficos distintos a los de su origen, posiblemente se vincule con el hecho de que para entonces hacía ya varios lustros que otros términos vinculados onomasiológicamente con el nuevo significado de "trauma" (por ejemplo, *catástrofe*)<sup>46</sup> venían siendo empleados por la historiografía europea de la posguerra. Se observa además que, para esos mismos años, comenzaba a expandirse una conceptualización fenomenológica del trauma como *pasado que no pasa*, acuñada por el historiador conservador Ernst Nolte en los orígenes del llamado debate de los historiadores (o *Historikerstreit*) en Alemania (1986). Más todavía, podríamos ubicar en esta perspectiva, más allá de cuáles sean o hayan sido sus autodefiniciones y recortes de objeto propios, todo el proceso de surgimiento de nuevas historiografías específicamente orientadas a pasados atroces: *Zeitgeschichte*, *Histoire du Temps Présent*, *Current History*, *Historia Coetánea*, *Historia de Nuestro Tiempo*, *Historia Vivida*, *Historia Inmediata*, *Historia Actual*, *Historia Reciente*...

A pesar de lo sucinto del recorrido presentado en este artículo, es posible advertir que la fractura entre experiencia y orden semántico (en el sentido de pérdida de la huella de la experiencia perdida) es de alguna manera replicada por la historia, lo que se aprecia, entonces, no sólo en las resistencias explícitas o implicadas en las metodologías de análisis<sup>47</sup>, sino asimismo en el desfase

45 Como explica Sanfelippo (2018, p. 285-306), con excepción de Freud y su texto sobre Moisés, hasta entonces nunca se había afirmado que una experiencia pudiera devenir traumática para un colectivo en cuanto tal.

46 Ver Lorenz (s/f), que ofrece un estudio del modo en que los historiadores alemanes contemporáneos han lidiado con el fenómeno nazi.

47 He podido profundizar en las implicancias metodológicas de esta perspectiva en Levin (2020, en prensa).

observable entre la historia del concepto, la historia de la disciplina y la epistemología de la historia. Todo esto confirma, por otro lado, la hipótesis de la indecibilidad de la experiencia histórica que el concepto de trauma acopia, acorde con su forma de existencia que es la de ser, precisamente, un *resto*, es decir, algo que no encaja en ningún orden semántico y mucho menos en ningún sentido que esté “garantizado”, como lo están los sentidos históricos construidos por la historiografía. Por ello, el valor heurístico de la noción de resto reside en su capacidad para introyectar dentro del dispositivo historiográfico el carácter indecible e intransferible de ese tipo de experiencia histórica, que en el caso del pasado reciente argentino ha sido asimilada con lo incomponible y lo irreparable del *sinsentido* en el marco de otros dispositivos de mediación entre pasado y presente.<sup>48</sup>

Llegados a este punto, creo oportuno y posible conceptualizar históricamente el trauma como una experiencia de disolución (o aniquilamiento) de la experiencia histórica.<sup>49</sup> El hecho de que, conforme al concepto psicoanalítico, el trauma anule la capacidad del sujeto de ejercer soberanía con respecto a su propia experiencia (DE SANTOS 2009, p. 125 y 142) no implica, de ninguna manera, que esa experiencia no sea una experiencia propiamente histórica y que no cuente con su propia fenomenología. Es así que consideramos que, como experiencia de aniquilamiento, *lo traumático* es al mismo tiempo agente y efecto de una modalidad desdoblada y fracturada de subjetivación de la historia en la que el pasado es articulado como retrospección y no como anterioridad, conforme a una expectativa que ha permanecido invisible por detrás del *sentido común* historiográfico. Es por ello que el referente de la noción no debería correlacionar únicamente con un acontecimiento *extremo* o *atroz*, históricamente situado -como es el caso del terrorismo de estado en Argentina- sino específicamente con un fenómeno que articula la experiencia colectiva de esa historia a partir del dislocamiento o hiato ocasionado por el choque de

48 Me refiero a *Los Rubios*, de Albertina Carri, *Mi vida después*, de Lola Arias, y *Campo de Mayo*, de Félix Bruzzone. También al trabajo académico de Gatti sobre la desaparición de personas (2011). Sobre las primeras ver Noriega (2009), Arias (2016) y Bruzzone (2019) respectivamente.

49 Específicamente en el sentido en que ésta fue concebida por la moderna disciplina histórica.

sentidos provenientes de tiempos y procesos de semantización diversos, lo que interrumpe el *continuum* imaginario sobre el que se presupone se desenvuelve la experiencia de la historia.

Advertimos entonces que los múltiples, complejos y heterogéneos procesos de semantización de los que resultan las identidades subjetivas e intersubjetivas de la historia podrían estar atravesados por la colisión invisible (pero rastreable) de sentidos provenientes de procesos de semantización incompatibles entre sí: los ligados a la dimensión prospectiva del tiempo histórico, orientado al futuro por la modalidad de realización de la acción violenta (en cualquiera de sus manifestaciones), cuyos resultados habrán de juzgarse conforme a un orden de cosas todavía inexistente,<sup>50</sup> y aquellos otros propios de un tiempo vuelto hacia atrás, que como el "Angelus Novus" de Paul Klee referido por Walter Benjamin, avanza de espaldas al futuro petrificado por el horror. (Es por ello que lo traumático en sí no tiene cronología; porque no tener inscripción cronológica sin poder no tenerla es precisamente lo traumático).

Se ha señalado abundantemente que el origen del problema de la repelencia entre historia y trauma reside en la irreductibilidad de la estructura temporal éste a la de aquella. Intuyo, sin embargo, que en su origen subyace una incompatibilidad menos abstracta que la del tiempo: se trata de la incompatibilidad entre la ontología del sujeto del trauma y la ontología presupuesta del sujeto de la historia, que se traduce en la no correspondencia entre experiencia e historia. Es que, a diferencia de la experiencia "moderna" de experiencia, conceptualizada en tanto impresa sobre las ideas de evolución y progreso,<sup>51</sup> el trauma perenniza el pasado a la luz de sus futuros ya perdidos, que se presentan bajo la forma del *pasado que no termina de pasar*, desbordando y desordenando la dinámica presentista propia del llamado presentismo.<sup>52</sup>

Creo que estaríamos así en condiciones de redefinir el dilema del trauma y la historia en términos de aporía, siendo, entonces, la historia reciente una disciplina orientada al conocimiento de

50 Para el sustento filosófico de estas consideraciones ver Benjamin ([1921] 1999) y la relectura que Derrida (1999) realizara sobre ese ensayo.

51 Me refiero al concepto koselleckiano vinculado a la teoría del *Sattelzeit*. Destaco la relevancia de la crítica de Elías Palti (2004) a esta formulación, ya que permite distinguir entre lo referido y lo denotado por dicho concepto.

52 No pongo duda el valor heurístico del concepto, sino que le asigno un valor de meta-paradigma dentro del cual lo traumático sería un elemento que opera con importantes niveles de autonomía relativa.

lo que todavía no es mientras sigue siendo. (Están implícitas en este mismo recorrido las consecuencias metodológicas que se desprenden de esta reconceptualización).

## Producir el presente

Llegados a este punto, retorna la preocupación de Blas de Santos por el carácter enajenante de la historización de pasados traumáticos y por la in-utilidad de la *historia reciente*. A lo largo del recorrido realizado hemos visto que existe una suerte de inercia transversal a la controversia sobre la representación de acontecimientos *límite* sustentada en el presupuesto de que el trauma constituye la antítesis de la historia. Hemos explorado la hipótesis de que no se trata de su antítesis sino de su resto, lo que nos ha permitido conceptualizar el trauma como una experiencia de disolución de la experiencia de la historia y, asimismo, redefinir el dilema entre trauma e historia en términos de aporía: *la aporía del conocimiento de lo que todavía no es mientras sigue siendo...*

Por todo lo anterior considero que cualquier intento de solucionar “el problema” por vías representacionales, metarrepresentacionales, pararepresentacionales o antirrepresentacionales sólo alcanza a desplazarlo pero no a resolverlo. En este sentido, se considera que ni la producción de representaciones “más fieles”, “más verdaderas”, “metodológicamente controladas” y/o “más complejas” que hemos visto predominan en la *historia reciente* argentina, como así tampoco la extrapolación de conceptos y métodos psicoanalíticos a la historia como modalidad de abordaje (LACAPRA 2005, 2009) o la innovación en cuanto a estrategias narrativas —como es el caso de la escritura intransitiva y la voz media que propone Hayden White para los eventos *modernistas* (WHITE 2007) o la réplica de la estructura dislocada del trauma en las estrategias discursivas de la historia que plantea Andrew Benjamin (2000, en MACON; TOZZI 2005)— parecen ser respuestas atinadas. Ni siquiera el silencio como modalidad deliberada de resistencia. Porque, si es cierto que lo traumático

es incompatible con cualquier régimen representacional, de ello no se deduce que la suspensión de la representación o la réplica de su dislocamiento resuelvan el problema, como querría, por ejemplo, Claude Lanzmann en *Shoa* (1985). Por el contrario, diríamos, luego de Blas de Santos, que lo replican, lo re-representan de un modo u otro mientras sus restos subsisten por fuera del sistema de significación.

Es por todo ello que la clave del problema no radica ni en la forma ni en el contenido, sino en el hiato insalvable entre real y lenguaje que lo traumático desnuda y esconde al mismo tiempo. Ello nos lleva a reconsiderar los fundamentos y los propósitos de esta *historia reciente*, redefinida como dispositivo para una historización reflexiva de la experiencia de la historia, en la cual se hisotrizan al mismo tiempo el pasado y las condiciones de (im)posibilidad de su conocimiento, dando lugar, como resultado, a la producción de una diferencia entre historia y memoria. Podríamos considerar que la producción de tal diferencia debiera ser siempre el objetivo último de la historia. Aun cuando siempre se esté hablando de otra cosa. Es decir, de historia.

Me gustaría, como último punto, volver al epígrafe de Koselleck que encabeza esta escritura para agregar que si, como él dice, "las condiciones de posibilidad de la historia real son, a la vez, las de su conocimiento", es preciso considerar que las condiciones de posibilidad de su conocimiento son también las de la historia real. Esto equivale a decir que ese conocimiento tiene consecuencias prácticas insoslayables. Con la esperanza de que la historia pueda servir para algo más que para repetir/representar, me gustaría concluir este escrito con las palabras de Lucas Suárez (2018), estudiante del Seminario de Investigación sobre Pasados Traumáticos que dicto en la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), quien se abocó a indagar en los vínculos entre dictadura y sociedad a partir de su historia familiar mediante la realización de una "entrevista participante"<sup>53</sup> a su padre, miembro activo de al Gendarmería Nacional (fuerza que, como

*53 Esta modalidad se apropia del espacio concebido para el despliegue del aparato erudito a los efectos de habilitar y vehicular la expresión de los pensamientos, preguntas y reflexiones que surgen a posteriori de la entrevista y en un registro paralelo al del objeto de estudio.*



se sabe, tuvo en su momento importantes vinculaciones, sinergias y connivencias con respecto al terrorismo de estado y otras actividades represivas ejecutadas en democracia):<sup>54</sup>

*Saber que las palabras de mi padre dañan las percepciones académicas que fui construyendo en mi experiencia por la universidad no [fue de] total agrado [para] mi subjetividad. Sin embargo, encuentro en el escrito ideas que nunca hubiera reflexionado, [y] pensamientos que me ayudarán a constituirme como persona, [por lo que] sin nitidez veo la inmensidad de la misma historia reciente, que nos abraza desde nuestras propias historias de vida... Sólo quiero confirmar que saber de uno mismo formando parte de las percepciones del pasado compartido con otros sujetos ayuda a sentir humildemente la capacidad de lo que podría aportar. Un grano de arena en la inmensidad del mar.*

*54 El padre de Lucas, músico, ingresó como miembro de la orquesta de Gendarmería Nacional en los primeros años de la transición democrática.*

## REFERENCIAS

ACHA, Omar. Políticas de la historia e *historia reciente* en la Argentina actual. **Futurs Passés: École de Hautes Etudes en Sciences Sociales**, n. 2, 2017. Disponible en: <https://www.politika.io/en/notice/politicas-historia-e-historia-reciente-argentina-actual>. Consultado: 29 jun. 2018.

ÁGUILA, Gabriela y Luciano ALONSO. Presentación al dossier «La historia reciente en la Argentina: problemas de definición y temas de debate». **Ayer**, 107/2017 (3), p. 13-19, 2017.

ÁGUILA, Gabriela. La dictadura militar argentina. Interpretaciones, problemas y debates. **Página: Revista Digital de la Escuela de Historia**, v. 1, n. 1, p. 9-27, 2008.

ÁGUILA, Gabriela. La *Historia Reciente* en la Argentina: un balance. **Historiografías**, n. 3, p. 62-76, enero- jun., 2012.

ALLIER MONTAÑO, Eugenia. Balance de la historia del tiempo presente. Creación y consolidación de un campo historiográfico. **Revista de Estudios Sociales**, n. 65, p. 100-112, 2018.

ALONSO, Luciano. Definiciones y tensiones en la formación de una historiografía sobre el pasado reciente en el campo académico argentino. *In*: BRESCIANO, Juan Andrés. **Tiempo presente como campo historiográfico**. Ensayos teóricos y estudios de caso. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2010. p. 41-64.

ALONSO, Luciano. Sobre la existencia de la historia reciente como disciplina académica. Reflexiones en torno a Historia reciente, perspectivas y desafíos para un campo en construcción compilado por Marina Franco y Florencia Levín. **Prohistoria**, año 11, n. 11, p. 191-204, 2007.

ANDÚJAR, Andrea y Debora D'ANTONIO. De genealogías, rupturas y excepcionalidades: el campo de la llamada Historia Reciente en Argentina. **Memoria académica: Primer Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales**, 2008. Disponible en: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.8524/ev.8524.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.8524/ev.8524.pdf). Consultado: 20 nov. 2018.

ARIAS, Lola. **Mi vida después y otros textos**. Buenos Aires: Reservoir Books, 2016.

BENJAMIN, Andrew. **Architectural Philosophy**. Londres: The Arthlone Press, 2000.

BENJAMIN, Walter. Para una crítica de la violencia. **Ensayos escogidos**. México DF: Ediciones Coyoacán, [1921] 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Montessor, 2002.

BRUZZONE, Flélix. Lo peor que le puede pasar a cualquier obra es que a todos les parezca bien. Entrevista. **Revista Polvo**, 10-10-2019. Disponible en: <http://www.polvo.com.ar/2019/10/felix-bruzzone-campo-de-mayo/>. Consultado: 20 jul. 2020.

CARNOVALE, Vera. Aportes y problemas de los testimonios en la reconstrucción del pasado reciente en la Argentina. *In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. Historia reciente. Perspectiva y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 155-181.

CATTARUZZA, Alejandro. Dimensiones políticas y cuestiones historiográficas en las investigaciones históricas sobre la memoria. **Storiografía**, n. 16, p. 71-91, 2012.

CHAMA, Mauricio y Hernán SORGENTINI. Momentos, tendencias e interrogantes de la producción académica sobre la memoria del pasado reciente argentino. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**: Questions du temps présent, puesto en línea el 30 noviembre 2011. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/62176>. Consultado: 9 agosto 2020.

CRENZEL, Emilio. Entre la historia y la memoria. A 40 años del golpe de estado en la Argentina. **Historia**. *Questoes & Debates*, v. 64, n. 2, p. 39-64, 2016.

DE CERTEAU, Michel. La operación historiográfica. *In*: DE CERTEAU, Michel. **La escritura de la historia**. México: Universidad Iberoamericana, 2010. p. 97-118.

DE SANTOS, Blas. Memorias traumáticas de pasados recientes. Políticas de la memoria: ¿transmisión o mandato? *In*: MUDROVICIC, María Inés (ed.). **Pasados en conflicto**. Representación, mito y memoria. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 125-143.

DERRIDA, Jacques. Nombre de pila de Walter Benjamin. *In*: DERRIDA, Jacques. **Fuerza de ley**. El "fundamento místico de la autoridad". Madrid: Tecnos, 1994. p. 69-151.

DEVOTO, Fernando. Transiciones y derechos humanos: historiografía y contextos. **Futurs Passés**: École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, N. 2, 2017. Disponible en: <https://www.politika.io/en/notice/politicas-historia-e-historia-reciente-argentina-actual>. Consultado: 30 jun. 2019.

FIGUEROA IBARRA, Carlos y Nicolás IÑIGO CARRERA. Reflexiones para una definición de Historia Reciente. *In*: LÓPEZ, Margarita; FIGUEROA IBARRA, Carlos; RAJLAND, Beatriz (ed.). **Temas y procesos de la Historia Reciente de América Latina**. Santiago de Chile: Editorial Arcis, 2010. p. 13-34.

FLIER, Patricia. Introducción. *In*: FLIER, Patricia (comp.). **Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p. 7-17.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado reciente en clave historiográfica. *In*: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 31-61.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. Introducción. *In*: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. (comps.), **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 15-27.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. "Historia Reciente: apuntes para un campo de investigación en expansión". **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, Tercera Serie, n. 47, p. 190-217, 2017.

FRIEDLANDER, Saul (comp.). **En torno a los límites de la representación**. El nazismo y la solución final. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

GATTI, Gabriel. **Identidades desaparecidas**. Pelea por el sentido de los mundos de la desaparición forzada. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

HARTOG, François. **Regímenes de historicidad**. Presentismo y experiencias del tiempo. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

HILB, Claudia. Una escena común del interés público, o las dificultades del debate sobre el pasado reciente. **La mesa.com**, 2018.

HORA, Roy. Dos décadas de historiografía argentina. **Punto de Vista**, N° 69, 2001.

JAMESON, Fredric. **Imaginario y Simbólico en Laca**. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1995.

JELIN, Elizabeth. La conflictiva y nunca acabada mirada sobre el pasado. *In*: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 308-340.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Historia de los conceptos y conceptos de la historia. **Ayer** 53, p. 27-45, 2004.

KWIATKOWSKI, Nicolás, La vida de los muertos está en la memoria de los vivos. **Futurs Passés: École de Hautes Etudes en Sciences Sociales**, N. 2, 2017. Disponible en: <https://www.politika.io/en/notice/politicas-historia-e-historia-reciente-argentina-actual>. Consultado: 26 jun. 2018.

LACAPRA Dominick. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LEVÍN, Florencia. Escrituras de lo cercano. Apuntes para una teoría de la historia reciente (argentina). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Cuestiones del tiempo presente, puesto en línea el 6 de junio de 2017. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/70734>. Consultado: 9 agosto 2020.

LEVÍN, Florencia. Historia reciente. La historia antes de la historia. **La Universidad interviene en los debates nacionales**. UNGS- *Página/12*, 14 de noviembre de 2013. Disponible en: [https://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Suplemento\\_UNGS\\_13.pdf](https://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Suplemento_UNGS_13.pdf). Consultado: 9 agosto 2020.

LEVÍN, Florencia. On the potential usefulness of recent history for the historical present. **2º Conference of the International Network for Theory of History**, Ouro Preto, 2016.

LEVÍN, Florencia. Trauma e historia. Reflexiones desde la trastienda. In: HAIDAR Victoria; RUBINZAL Mariela; SCHENQUER Laura (Coords.). **Conversación sobre los usos de la historia**. *Sociohistórica*, 2020 (en prensa).

LORENZ, Chris (s/f). ¿Historia o trauma? Algunas reflexiones acerca de los debates alemanes sobre la historia nazi, ***mimeo***.

LVOVICH, Daniel. Definir y nombrar el campo de estudios de la historia reciente. **VII Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente**. Universidad Nacional de La Plata, 2014.

LVOVICH, Daniel. Historia reciente de pasados traumáticos. De los fascismos y colaboracionismos europeos a la historia de la última dictadura argentina. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 87-124.

MACON, Cecilia; TOZZI, Verónica. El acontecimiento extremo: experiencia traumática y disrupción de la representación histórica. In: BRAUER, Daniel; CRUZ, Manuel (ed.). **La comprensión del pasado**. España: Herder, 2005. p. 111-132.

MUDROVCIC, María Inés (ed.). **Pasados en conflicto**. Representación, mito y memoria. Buenos Aires: Prometeo, 2009a.

MUDROVCIC, María Inés. Alcances y límites de la perspectiva psicoanalítica en la historia. **Diánoia**, v. XLVIII, n. 50, p. 111-127, 2003.

MUDROVCIC, María Inés. Algunas consideraciones epistemológicas para una "historia del presente". **Hispania Nova**, n. 1, 1998/2000.

MUDROVCIC, María. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, n. 5, enero-jun., 2013, p. 11-31.

MUDROVCIC, María Inés. Trauma, memoria e historia. *In*: BRAUER, Daniel. **La historia desde la teoría**. Una guía de campo por el pensamiento filosófico acerca del sentido de la historia y del conocimiento del pasado. Vol. 2. Buenos Aires: Prometeo, 2009b. p. 105-116.

NAISHTAT, Francisco. Refocalización historiográfica y cambio de régimen de historicidad. La controversia de la representación del pasado y las catástrofes históricas contemporáneas. *In*: NUDLER, Oscar y equipo multidisciplinar. **Espacios controversiales**. Hacia un modelo de cambio filosófico y científico. Buenos Aires: Niño Dávila, 2009. p. 51-84.

NOIRIEL, Gérard. **Sobre la crisis de la Historia**. Madrid: Frónesis, Cátedra Universitat de València, 1997. Ver particularmente capítulo 2: "La formación de una disciplina científica", p. 51-91.

NORIEGA, Gustavo. **Estudio crítico sobre los rubios**: entrevista a Albertina Carri. Buenos Aires: Picnic, 2009.



NUDLER, Oscar y equipo disciplinar. **Espacios controversiales.** Hacia un modelo de cambio filosófico y científico. Buenos Aires: Niño Dávila, 2009.

OBERTI Alejandra; PITTALUGA, Roberto. Temas para una agenda de debate en torno al pasado reciente. **Políticas de la memoria.** Anuario de información e investigación, CeDInCI, n. 5, verano 2004/2005. p. 9-14.

OBERTI, Alejandra y Roberto PITTALUGA. Apuntes para una discusión sobre la memoria y la política de los años 60/70 a partir de algunas intervenciones recientes. **Sociohistórica**, n. 38, 2016.

PALTI, Elías. Koselleck y la idea de Sattelzeit. Un debate sobre modernidad y temporalidad. **Ayer**, 53/2004 (1), p. 63-74, 2004.

PALTI, Elías. Panel inaugural del ciclo Historia para qué. *In*: CERNADAS, Jorge; LVOVICH, Daniel (comps.). **Historia, ¿Para qué?** Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2010. p. 38-45.

PITTALUGA, Roberto. Ideas (preliminares) sobre historia reciente. **Ayer**, n. 107, 2017 (3), p. 21-45, 2017.

PITTALUGA, Roberto. Miradas sobre el pasado reciente argentino. Las escrituras en torno a la militancia setentista (1983-2005). *In*: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente.** Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 125-152.

PITTALUGA, Roberto. Qué queremos que sea la historia reciente. **VII Jornadas De Trabajo Sobre Historia Reciente**, Universidad Nacional de La Plata, 2014.

ROUSSO, Henry. **El síndrome de Vichy de 1944 hasta hoy.** Paris: Seuil, 1990.

SANFELIPPO, Luis. El trauma en la historia. Razones y problemas de una importación conceptual, **Usages publics du passé**, 2011.

SANFELIPPO, Luis. **Trauma**. Un estudio histórico en torno a Sigmund Freud. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2018.

SCHMUCLER, Héctor. Ni siquiera un rostro donde la muerte hubiera podido estampar su sello. Reflexiones sobre desaparecidos y memoria. **Confines**, n. 3, septiembre 1996.

SUÁREZ, Lucas. Memoria familiar, memoria militar. Un diálogo generacional. **Primeras Jornadas de Estudiantes del Seminario de Investigación en Historia**: Cuando los estudiantes se convierten en autores, campus de la Universidad Nacional de General Sarmiento en Agosto de 2018. Disponible en: [www.riehr.com.ar](http://www.riehr.com.ar).

TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria: Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 67-96.

WHITE, Hyden. El entramado histórico y el problema de la verdad. In: FRIEDLANDER, Saúl. **En torno a los límites de la representación**. El nazismo y la solución final. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2007. p. 69-91.

## NOTA DEL AUTOR

### Florencia Levín

florencia.levin@gmail.com

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

Universidad Nacional de General Sarmiento

Ciudad Autónoma de Buenos Aires

Argentina

## DIRECCIÓN POSTAL

Florencia Levín

Universidad Nacional de General Sarmiento

Juan María Gutiérrez 1150,

C.P. 1613,

Los Polvorines, Pcia. de Buenos Aires, Argentina.

## AGRADECIMIENTOS

El presente trabajo es producto de un muy largo proceso de aprendizaje y reflexión epistemológica. Dedico y agradezco la posibilidad de estos pensamientos a los (mis) estudiantes del Seminario de Investigación en Historia de la Universidad Nacional de General Sarmiento.

## FINANCIACIÓN

Este trabajo se financió con fondos del Proyecto de Investigación Científico-Técnico, Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (PICT-2014-1817), Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica, FONCyT, dirigido por Silvina Jensen. Diciembre 2015-diciembre 2018.

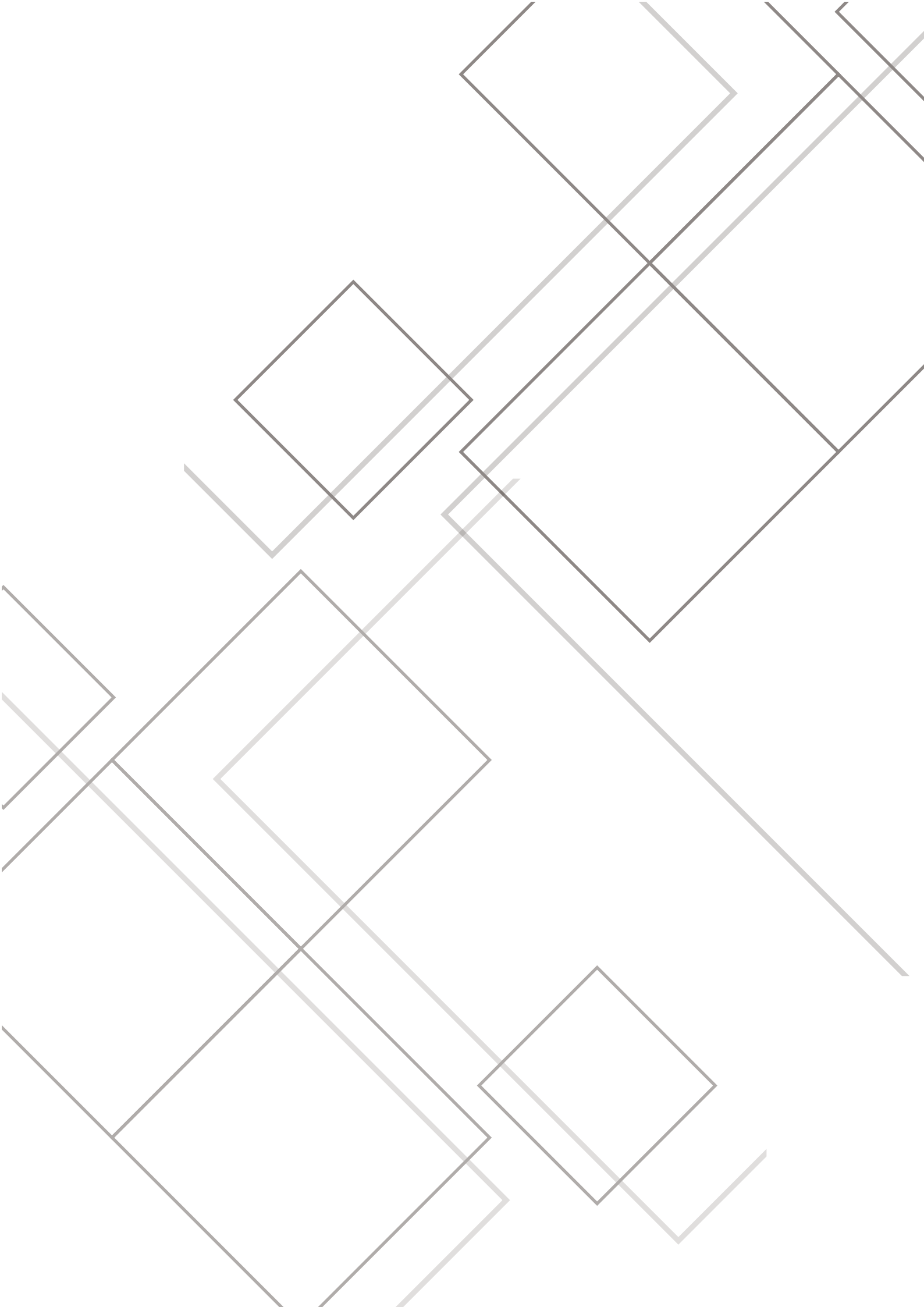
## CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

*Copyright (c)  
2020 História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.  
Este es un artículo  
de acceso abierto  
distribuido bajo los  
términos de la licencia  
Creative Commons  
Reconocimiento-  
No Comercial-  
SinObraDerivada 4.0  
International.*



RECIBIDO EL: 18/JAN./2020 | ACEPTADO EL: 18/MAYO/2020



# La historia universal de Cesare Cantú en América Latina

## The universal history of Cesare Cantú in Latin America

**Hernán G. H. Taboada <sup>a</sup>**

E-mail: [haroldo@unam.mx](mailto:haroldo@unam.mx)

<https://orcid.org/0000-0002-5769-693X> 

<sup>a</sup> Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, Ciudad de México, México

### RESUMEN

El historiador italiano Cesare Cantú (1804-1895) gozó de gran prestigio en América Latina desde mediados del siglo XIX hasta las primeras décadas del XX. Ello es particularmente cierto de su *Historia universal* (obra que empezó a publicar desde 1838), un trabajo basado en el esquema cristiano de la historia que carece de gran originalidad, pero que, en contrapartida, es rico en información. En este artículo se explora su amplia presencia en las bibliotecas particulares, el carácter de modelo que revistió, su función como fuente principal de información y de opiniones y algunos de los juicios que mereció de parte de historiadores, escritores o políticos, sobre todo católicos, pero no en su totalidad. Desde los años finales del siglo XIX, la popularidad de Cantú empezó a decaer, en parte debido al aumento de la información histórica y sofisticación historiográfica de la intelectualidad latinoamericana. Se presentan también algunos ejemplos de esa pérdida de prestigio.

### ABSTRACT

Italian historian Cesare Cantú (1804-1895) was held in great regard in Latin America from the middle 19th century until the first decades of the 20th. This was particularly true for his *Universal history* (that began appearing from 1838), devoid of originality but full of information and based on the Christian interpretation of history. This article explores its widespread presence in personal libraries, its model character, its function as a chief source of historical facts and opinions, and some of the opinions given by historians, writers or politicians, mostly – but not only – Catholic. The work's popularity began to fade by the final years of the 19th century, in part due to the growth of historical information and historiographical sophistication among Latin Americans intellectuals. Some examples of this loss of prestige are also presented.

### PALABRAS CLAVE

Historiografía del siglo XIX; História universal; Catolicismo

### KEYWORDS

19th century historiography; Universal history; Catholicism

## Introducción

En mis recorridos por librerías de ocasión en Buenos Aires, hace ya muchos años, todavía alcanzaba a ver colecciones o tomos sueltos, algunos ya deteriorados, de la *Historia universal* de Cesare Cantú, en su traducción al castellano. Nunca se me ocurrió hojearlos y sólo lo he hecho últimamente tras percatarme de que el historiador lombardo gozó de gran fama y prestigio en España y en América Latina durante muchas décadas. Fueron, en efecto, muchas, porque él vivió entre 1804 y 1895 y aquella obra era, por ende, ya veterana cuando se hizo popular. Y, más, no fue la única con que logró prestigio entre nosotros, como resultado de la circulación de sus ideas, como fui comprobando al encontrarme con citas, referencias, elogios y paráfrasis de la obra de Cantú en páginas de los autores latinoamericanos más heterogéneos en cuanto a época, lugar y tendencia. Tal cuantía me llevó a pensar que no sería mala idea rastrear las etapas de la marcha triunfal por nuestros países de aquel monumental repertorio decimonónico desde sus inicios de fama y prestigio hasta su crepúsculo y posterior olvido en el siglo xx, cuando los saldos de una bodega o la venta de una biblioteca lo arrojaban a esperar desde los estantes de alguna librería la llegada de un incauto cliente.

## Vida, gloria y escritos

Estuvo Cesare Cantú rodeado de una fama de genialidad emanada de su incesante producción de libros, que llegaron a alcanzar la cifra de unos 500, sobre asuntos históricos, literatura italiana, memorias sobre Alessandro Manzoni, sobre el Concilio Vaticano, incluyendo una guía turística, poemas, novela histórica, biografías y relatos edificantes, materiales que, además, individualmente, a veces sumaban varios volúmenes. Escribir no fue su única tarea: se hizo cargo de sus 10 hermanos desde temprana edad, daba clases ya a los 18 años, fue parlamentario y periodista, organizó una tertulia erudita, tradujo a historiadores

extranjeros, proyectó colecciones, dirigió el Archivio di Stato de Milán. Viajaba, se carteaba con personajes de vario fuste. Es obvio que trabajaba mucho y eso atestiguan quienes lo visitaban. No se casó y vivía en Milán con las familias de sus hermanos.

Entre tan vasta labor sobresale la mentada *Historia universal*, de aparición oportuna en una Europa firmemente encaminada a la hegemonía mundial y que empezaba a manifestar su preferencia por los panoramas generales. Estos habían estado ausentes largo tiempo de la historiografía, pero reaparecieron cuando, en el siglo XVIII, se redactó en Inglaterra una *Historia del mundo*, con la colaboración de varios eruditos, y otras se escribieron durante las décadas siguientes en Alemania y Francia (FLORESCANO 2012; HARBSMEIER 1989; MELO ARAÚJO 2018; PASAMAR 2008; STUCHTEY; FUCHS 2003). No era, por ende, Cantú el primero que acometía la empresa de contar toda la historia humana desde sus inicios y él mismo cita numerosos antecedentes en su introducción general.

Sin embargo, su obra fue la primera de su tipo ideada en la Italia moderna, donde ya se habían traducido varias historias universales alemanas, lo que demuestra que el tema suscitaba interés. Por otro lado, constituía obra unitaria y no compilación de diversos autores, sus dimensiones la hacían más completa que otras y su hacedor tenía talento comercial, interés en los derechos de autor, amor al dinero y sagacidad, junto con su editor Pomba, para aprovechar el creciente mercado de las clases medias ofreciéndoles el panorama de los siglos en un estilo ameno, ilustrado con abundancia de anécdotas, agregándole cierto tono moralista y católico, pero mezclado con su liberalismo italiano y su creencia en el progreso, valores expresados en máximas que todavía circulan.<sup>1</sup> El McGuffey de Italia, así se lo llamó. Concluidos en italiano entre 1838 y 1846, los primigenios 35 volúmenes se sometieron posteriormente a revisiones y agregados y aparecieron en ediciones y traducciones numerosas al francés,

*1 Bastante convencionales: "Gasta siempre una moneda menos de lo que ganes", "Uno no se hace grande más que midiendo la pequeñez de su dolor", "El pan más sabroso y la comodidad más agradable son las que se ganan con el propio sudor", "La peor prodigalidad es la del tiempo" (muy acorde con su carácter), "Cuantas menos necesidades sintáis, más libres seréis", "El destino de la humanidad es progresar padeciendo".*

inglés, alemán, lenguas escandinavas, húngaro, polaco, catalán, portugués y castellano (BERENGO 1975; FINCH 1886; MAZZONI 1930).

Estas últimas traducciones nos acercan al tema ya tocado de su popularidad en nuestros países, confirmada por sus vicisitudes editoriales. La *Historia universal* fue vertida al castellano por Antonio Ferrer del Río y publicada entre 1847 y 1850, es decir, inmediatamente, aunque parece que de forma descuidada, con libertades y agregados frecuentes (GONZÁLEZ SUÁREZ 1892). Una segunda traducción —cuya existencia nos habla de las posibilidades comerciales que se le veían a la obra— estuvo a cargo de Nemesio Fernández Cuesta (amigo y socio del venezolano Rafael María Baralt, residente en España). Le siguieron 21 ediciones: seis de un compendio y 13 de la obra completa hasta 1927 (y contando sólo las legales). En general, la obra se editó en España, pero, entre 1851 y 1853, la traducción de Ferrer del Río apareció en México como parte principal de un vasto proyecto editorial. He visto también pies de imprenta de Buenos Aires. Las sucesivas ediciones se presentaban con continuaciones, con complementos para nuestros países. Había impresiones en gran formato, con tapas duras, papel satinado, grabados a fuego, guardas, marcadores de seda e ilustraciones de Gustave Doré; y otras más pequeñas, en rústica y sin grabados. Entre las primeras destacó la de la editorial Garnier, muy activa en América Latina, con la traducción de Fernández Cuesta. En portugués, la *História universal* fue vertida a partir de la edición francesa de 1867.<sup>2</sup> Aunque estuvo a cargo de un reconocido escritor y diplomático, embajador portugués en Río de Janeiro, se trató de una edición pirata o por lo menos no aprobada por el autor, no obstante lo cual circuló por Portugal y Brasil.<sup>3</sup> Otras obras de Cantú, que en cierto modo continuaban la *Historia universal*, fueron también traducidas: además del compendio que ya cité, obras menores que destacan (ya se verá por qué) son la *Historia de cien años* (1852) y *Los últimos treinta años* (1882) (MILLÁN DE BENAVIDES 2010). Hasta los versos de Cantú hallaron traductor.

2 "Acompanhada da versão das citações gregas e latinas e con alguns acrescentamentos relativos aos feitos dos portugueses", por Manuel Bernardes Branco, Lisboa: 1875-1879.

3 Cf. infra en torno a las relaciones entre Cantú y el emperador de Brasil.



Abundan las noticias sueltas sobre la circulación de la *Historia universal*, las que empezaron a alertarme sobre la utilidad de rastrearlas: “tan conocida y tan justamente apreciada en las repúblicas hispano-americanas”, comprobaba el padre Federico Suárez González, acucioso historiador del Ecuador, aunque también suponía que, con sus volúmenes lujosos, grandes e inmanejables, las editoriales españolas, conocedoras de la índole de sus compatriotas, las habían hecho más para adornar bibliotecas que para ser leídas (GONZÁLEZ SUÁREZ 1892). Su publicación fue prevista en los iniciales proyectos editoriales mexicanos; figuraba en las bibliotecas de artesanos de Bogotá (LOAIZA CANO 2009, p. 47). En dicha ciudad, “apenas hay casa donde no suene un piano y donde no se vea un ejemplar de Cantú”, aunque cueste 30 o 40 pesos, decía Miguel Antonio Caro, para contrastar con los libros del impío Ernest Renan, baratos pero que no se vendían (según decía) (CARO [1882] 1962, p. 963). “En las viejas casonas criollas abundan los estantes con obras de Courcelle Seneuil, de Leroy Beaulieu, de César Cantú, revueltos con tratados de lechería, veterinaria, derecho internacional y hacienda pública. Añorando esos textos y esos tiempos aún viven muchas gentes” (LATCHAM 1930, p. 149). “Era algo como el retrato de familia y figuraba en las bibliotecas privadas junto al *Año Cristiano* y la *Historia general de España* de Lafuente” (REYES [1918] 1958). Se encuentra entre los libros que el arrepentido prestador de libros de cierta crónica de Juan León Mera ya no vuelve a ver: “mira ese andamio, no hace mucho que estaba lleno con la *Historia universal* de César Cantú” (MERA [1862] 1903).

Y llegaba lejos: recordaba Alfonso Reyes que su padre, el coronel Bernardo Reyes, había aprovechado sus ocios en Monterrey “nada menos que para reunir de un rasgo los incontables volúmenes de la *Historia de la Humanidad* de César Cantú. Toda empresa habría de ser titánica para contentarlo y estimularlo” (REYES [1930] 1990, p. 32). Significativo fue el hallazgo del italiano Giovanni Pelleschi cuando exploraba el Gran Chaco en el norte argentino: allí encontró, en la nutrida biblioteca de otro coronel, destinado a Fuerte Sarmiento y como único

autor italiano, a César Cantú, representado por su *Historia universal* en bella traducción. Y agregaba con satisfacción el explorador que la obra de su compatriota se hallaba en todos los rincones de la Argentina gracias a la red de bibliotecas públicas establecida por Domingo Faustino Sarmiento (PELLESCHI 1886, p. 198-199).

Tal ubicuidad la convirtió en referencia de la cultura de las clases medias y como tal aparece en la tragicomedia chilena titulada precisamente *La historia universal de César Cantú* (1890) (SUBERCASEAUX 1992, p. 45). En muchas casas oficiaba de adorno, de acuerdo, pero también hay muestras de que la obra era leída, de que era autoridad para las noticias más dispares, fuente para una argumentación sobre terrenos baldíos, sobre la decadencia de Roma, para un elogio del poeta Lucano, del sánscrito o de la lengua árabe (DIHIGO y MESTRE 1932, p. 13; KURBAN 1933, p. 161; MOLINA ENRÍQUEZ [1909] 1978, p. 208); y aun se creía que Cantú podía ser un maestro de método (LARRAINZAR 1992, p. 152, 156 y 159). Se lo adoptó como tal en intentos historiográficos criollos, como el del venezolano Juan Vicente González, autor de un *Manual de historia universal* para cuya elaboración utilizó como fuente a distintos autores europeos, "poco satisfecho con Cantú, aunque vasta enciclopedia histórica" (GONZÁLEZ 1863, p. vii). Otro venezolano, Felipe Larrazábal, de amplia obra, dejó al morir en un naufragio en 1873 el manuscrito de una historia universal "según el plan de la de César Cantú, con quien había estado en constante correspondencia" (CORTÉS 1875).

Cantú era mencionado en discursos, figuraba en la prensa diaria, se colocaban frases suyas como epígrafe o simplemente se disfrutaba de su lectura: "felices quienes tienen la gloria de leer a Thiers, a Michelet, a Cantú, a Luis Blanc, a Prescott, a Lamartine" (José María Samper); "uno de mis gratos entretenimientos fue siempre la lectura; el primer mueble que tuve fue un estante para libros. Chateaubriand, César Cantú, Thiers, Madame de Stael eran mis autores favoritos"

(Vicente Restrepo). Nótese por quiénes estaba acompañado en estos recuentos. Semejantes apreciaciones se encuentran en Soledad Acosta de Samper o Juan Montalvo. Era típica lectura de juventud: estaba en la peruana biblioteca del abuelo de Víctor Andrés Belaunde (BELAUNDE 1967, t. 1, p. 152 y 202); lo leía el chileno Francisco A. Encina (1954, p. x); aburrió, cuando niño en Torreón, a Julio Torri (CARBALLO 1986, p. 169); en cambio, tras haberlo frecuentado en sus años mozos, José de la Riva-Agüero “sabía de memoria páginas enteras de César Cantú, historiador italiano entonces en boga” (RIVA AGÜERO [1905] 1962, v. 1, p. 251; GARCÍA CALDERÓN [1949] 2003, p. 197).

También servía en los programas escolares, en planes de difusión de la lectura: en las bibliotecas populares de Sarmiento, donde Pelleschi lo halló, en los cursos de Historia Universal en Nicaragua (MOLINA ARGÜELLO 1953, p. 114), en Ecuador, México y Bolivia. Desde este último país, confesaba Alcides Arguedas cómo, abrumado ante la encomienda escolar de disertar sobre la historia, “resolví por primera vez en mi vida aprender de memoria los pasajes salientes de la introducción de César Cantú, seleccionando a mi arbitrio, es decir, las partes más vistosas y de más brillante hojarasca. La recitación resultó pasable, pues la hice de un tirón, como un papagayo”; el maestro lo felicitó y le auguró (acertadamente) que sería historiador (ARGUEDAS 1959, t. 1, p. 630-631). Años antes, el niño Federico González, el que después acusaría a las familias criollas de comprar al Cantú como adorno, lo había leído ávidamente, en su totalidad, a pesar de que un maestro jesuita lo había calificado de obra mediocre, de mera consulta:

Quando Cantú pudo escribirla, les repliqué yo, ¿por qué no he de poder leerla yo? ¡Y la leí, y la estudié, y recibí una impresión profunda con la lectura y con el estudio de semejante obra! César Cantú me hizo comprender lo que convenía que fuera la Historia, considerada como una ciencia de moral social (GONZÁLEZ SUÁREZ 1969, p. 157-158).

Es decir que el lombardo influyó poderosamente sobre la posterior obra del eclesiástico ecuatoriano (valiosa). También lo hallamos en la introducción que Mariano Felipe Paz Soldán antepuso a su libro sobre el Perú independiente, donde es citado como autoridad en cuanto a método y reflexión histórica, al lado de Tácito, Michelet o Sismondi (PAZ SOLDÁN 1868, p. iv y siguientes). El mismo carácter de modelo tuvo para la *Historia eclesiástica, política y literaria de Chile* (1850), de José Ignacio Víctor Eyzaguirre, para el *Bosquejo de la historia militar de Venezuela* (1855), de José de Austria, para la historia del golpe contra Santa Anna de Anselmo de la Portilla (1856), para Pedro Francisco de la Rocha en su "Estudio de la historia de la revolución de Nicaragua" (1874) y para la *Historia de Colombia*, de Jesús María Henao y Gerardo Arrubla (1911). En muchísimos trabajos más, esté o no mencionado, suministraba el decorado de fondo. Componiendo un alegato sobre el doctrinarismo y la libertad, el colombiano Felipe Pérez, para no perder tiempo en asunto fútil como los datos de base, "ha tomado la Historia universal de César Cantú, la ha abierto sobre su pupitre y, pluma en mano, la ha extractado, y a veces la ha copiado al pie de la letra sin citarla", comprobaba ser un adversario ofreciendo de ello evidencia clarísima (MERCHÁN 1886).

Tales lectores se deshacían en elogios a veces disparatados: "el más grande de los historiadores modernos", escribía el chileno Benjamín Vicuña Mackenna, cuya apreciación compartieron muchos: "el primer historiador del mundo, César Cantú" (el colombiano José Manuel Groot); "el ilustre Cantú", "figura acaso la más eminente entre contemporáneos, en el orden literario y científico" (el también colombiano Miguel Antonio Caro); el "doctísimo historiador César Cantú" (el mexicano Ignacio Ramírez); "el gran Cantú", para Benjamín Sánchez, que en la provincia argentina de San Juan escribía hacia 1899 sobre filosofía de la historia (CARO [1882] 1962, p. 963; GROOT 1876, p. 70; RAMÍREZ [1905] 1988, v. 6, p. 215; ROIG 1970, p. 179; VICUÑA MACKENNA 1856, p. 284-285).

## Un público latinoamericano

Se habrá visto que, entre los seguidores, plagiarios o panegiristas citados, abundan los católicos: Federico González era sacerdote y Eyzaguirre también; católicos moderados eran Acosta de Samper, Montalvo y Sánchez y furibundos, Groot y Caro. El italiano ofrecía en efecto un panorama acorde con sus creencias: el mundo tenía cuatro mil años de edad, su historia iniciaba con la Creación, sobre Jesucristo exponía una versión que podía utilizarse contra la de Ernest Renan (y una réplica colombiana contra éste se basó en Cantú, junto a otras autoridades), así como también ofrecía argumentos contra páginas irrespetuosas de Edward Gibbon y se explayaba sobre vidas de santos que debieron de ser populares. La Inquisición había sido para él un “verdadero progreso” y defendía a la Iglesia católica en asuntos como la Reforma o el juicio a Galileo.

De esa forma, suministraba un sustituto aumentado y puesto al día de la vieja historia universal de Bossuet (1681), que había gozado de mucho prestigio en nuestra América desde la Colonia hasta bien entrado el siglo XIX como síntesis comprensiva. Cuando ya era evidente que la cobertura cronológica y geográfica del obispo francés era estrecha y, sobre todo, que había sido superada por el aumento de la información y las nuevas visiones del mundo, apareció la obra del lombardo, cuyo carácter confesional, muy fácil descubrir, se señalaba a menudo y llegó a provocar una respuesta protestante.

Sin embargo, en otro parecido con Bossuet, Cantú gozó de un público que fue más allá del católico y tuvo seguidores de tendencia liberal y laica, como ciertos nombres de admiradores dejan ver. Ello debido a que fue también, repito, liberal y patriota italiano y, como tal, tuvo diferencias con el Vaticano en relación con la anexión de Roma por el Estado italiano y con otros asuntos menores. Reiteraba su equidistancia en cuanto a esas tendencias y, si bien se le criticaron ciertos remilgos

religiosos, cuando apareció la edición mexicana de 1851 de la *Historia universal* (producto de una editorial conservadora, por lo demás), las suscripciones fueron abundantes.

Contribuían a su éxito atractivos adicionales: su amplitud, su extendida fama, sus dotes de expositor y cierto carácter acomodaticio, así como el hecho de que, a diferencia del cerrado exclusivismo eurocéntrico de otras historias universales, la de Cantú dio lugar a los pueblos orientales (SCHWAB 1950, p. 134), en tratamiento que hoy vemos disparate pero que, para la época, era excepcional en una obra para el gran público. Complementaba esto con otro mérito análogo que le dio gran prestigio en nuestros países: también a diferencia de la mayoría, Cantú prestó atención a España y al mundo hispanoamericano. Podríamos ver aquí otro ejemplo de su indiscriminado almacenamiento de toda fuente que encontraba al paso, pero había también alguna tradicional atención a nosotros en el liberalismo italiano (FILIPPI 1986) y él personalmente tenía en ello intereses confesionales y editoriales. Leía el castellano, como varias otras lenguas, y, al parecer, también lo hablaba, ya que viajaba a menudo a España.

Se las ingeniaba de este modo para allegar bibliografía, exhibida en notas al pie que acá y allá revelan títulos sobre nuestros asuntos, aprovechados en páginas y capítulos en torno al origen del hombre americano, las civilizaciones precolombinas, el descubrimiento, la evangelización y la administración colonial, algunos desarrollos políticos recientes y, tema especialmente grato, las luchas de independencia. No sólo daba información que en otras partes no se hallaba, sino que lo hacía en un tono que nos era agradable: elogioso de las civilizaciones azteca e inca y de nuestras riquezas y progreso, crítico del gobierno español y portugués, pero en tono de ecuanimidad que podía agradar a hispanistas y antihispanistas. Al hablar de Bolívar, y aunque no con completo encomio,<sup>4</sup> le daba un espacio que era raro encontrar entonces (CANTÚ 2005).

*4 "Simón Bolívar imitó a Washington en el vencer y organizar, sin más ambición que la de libertador"; "Si Bolívar tenía el genio de la guerra, no poseía el de la legislación". El venezolano Rufino Blanco-Fombona retomaba con satisfacción la traducción francesa de Cantú en la que el autor afirmaba que el liberalismo, derrotado en Europa, era salvado en América por Bolívar (véase el comentario a la vida de Bolívar de Felipe Larrazábal en Blanco Fombona (1981, p. 407)); en relación con el famoso artículo de Marx sobre Bolívar, se ha notado el desconocimiento general que imperaba entonces en Europa, con excepciones entre las cuales se cuentan Humboldt, Goethe, Carlyle y las historias universales de Gervinus y Cantú (véase ARZE 1998, p. 130-131).*

Él advertía que “poco nos aventuramos en hablar de unos países que no nos son mejor conocidos de lo que lo fueron los germanos en tiempo de Tácito”. Prueba de dicha ignorancia ambiental es el trozo de cierta presentación suya “A los lectores”: “Las adiciones hechas en las ediciones españolas y portuguesas publicadas en Europa y en América son tan escasas que no han podido servirme, ni como auxiliares, en la nueva obra”. También se quejaba de que esos textos no habían seguido su método,

según el cual, la manera de fijarse sobre las particularidades características de los hechos se amalgamaba con la ciencia de las miras completivas, y se seguían todas las manifestaciones de la actividad humana, teniendo siempre en cuenta el progreso de la humanidad, considerada como una sola familia (CANTÚ 1881, p. 109; CANTÚ 1879, Introducción “A los lectores”).

Tales palabras nos dan idea de su estilo y del de sus traductores, pero no convencen de sus dotes de síntesis: plenamente se exhiben los defectos de los métodos de búsqueda y escritura de Cantú en las páginas que nos dedica. Nos topamos con información dispareja, vaga, errónea, amontonamiento desordenado de nombres, fechas, datos estadísticos, juicios y comparaciones, nombres mal escritos, falta absoluta de perspectiva. La bibliografía que cita es errática, evidentemente la que le llegaba a mano, no vemos algunos grandes nombres de las historiografías nacionales, que ya existían, y vemos muchos otros que nada nos dicen. De fuentes originales, carencia absoluta.

Pese a todo, cierto orgullo debía suscitar que nos mencionaran en libros provenientes de la culta Europa y Cantú llegó a sernos fuente de conocimientos sobre nosotros mismos: José Antonio Páez, caudillo de la independencia y presidente de Venezuela, al hablar del Congreso de Panamá, lo hacía reproduciendo varias páginas de Cantú (PÁEZ s.f., p. 298 y ss.). La versión que atribuye a los incas los principios de “no robes, no seas ocioso, no mientas”, que

probablemente se originó en el siglo XIX, se difundió gracias a Cantú, que la incluyó en su panorama de la civilización inca y la siguen repitiendo hasta hoy los indigenistas (CERRÓN-PALOMINO 2011; VEGA 2012). Al componer su novela *María* hacia 1865, Jorge Isaacs introdujo en varios capítulos la historia de los africanos Nay y Esther en sus desgracias por África y Colombia, apuntalando su narración con citas de la *Historia universal* de Cantú que le habían sido proporcionadas por Miguel Antonio Caro (HENAO RESTREPO 2005, p. 21).

César Cantú: el nombre españolizado, de acuerdo con las normas de entonces, nos llegó a ser familiar; subsisten calles que lo recogen (en Ciudad de México, Guadalajara, Ambato, São Paulo, Valparaíso, Montevideo, Buenos Aires). El apellido Cantú, originado en una aldea del valle de Como en la alta Italia, llegó en algún momento a México y me ha parecido, por las entradas de Internet, que varios de sus portadores le antepusieron el nombre de César para recordar en sus vástagos a tan ilustre tocayo. Todo reitera la amplia fama e influencia de un historiador hoy poco conocido.

## Contactos, correspondencia y polémica

La inclusión de aquellas noticias y opiniones sobre nosotros podía deberse al fino olfato de Cantú para el público, se dirá, al deseo de agradarnos e impulsar la venta de las tempranas traducciones castellana y portuguesa, pero había un interés más de fondo. El catolicismo de Cantú lo llevaba a observar con interés ciertos desarrollos en América Latina. Aquí llegaron algunos que lo habían tratado: José María Le Gohuir Raud (1871), jesuita bretón que se instaló en Ecuador y sentó plaza entre los historiadores conservadores; el español José Román Leal, que polemizó con él (ya lo veremos), pero con orgullo contaba haberse cruzado en su camino. En Buenos Aires y zonas aledañas residió un tiempo Gustavo Minelli, hacia los años de 1860, que había conocido a Cantú en Italia, y enseñó entre nosotros historia universal, sobre la cual publicó un libro,



aunque de tono ateo, ajeno por ende a la enseñanza del maestro. También en Buenos Aires desembarcó en 1893 Clemente Ricci, antiguo alumno del Instituto Histórico dirigido por Cantú en Milán (CAVRIANI 2010; DEVOTO 2006, p. 301; GUIANCE 2011, p. 29), quien impartió historia antigua y medieval y desarrolló amplia obra sobre historia de las religiones (aunque también se apartó de Cantú por tener una tendencia más bien racionalista). El abuelo materno de la historiadora mexicana Ida Rodríguez Prampolini había sido, antes de llegar a México, ayudante de Cantú, motivo adicional para que también en su biblioteca familiar figurara la *Historia universal* (RODRÍGUEZ PRAMPOLINI 2003).

En otros casos, eran autores latinoamericanos los que lo buscaban, le escribían, le mandaban sus obras y algunas citas a pie de página de su obra puede deberse a tales favores (sus títulos aluden a publicaciones muy locales, como compendios estadísticos o ciertos *Ensayos sobre la historia de Bolivia*, de Manuel José Cortés). Él a veces contestaba y hay testimonio orgulloso de ello de Felipe Larrazábal, cuando preparaba su historia universal. Luis Desteffanis, catedrático de Historia Universal en Uruguay, italiano de origen, mantenía correspondencia con Cantú, al que elogiaba pese a remarcar sus diferencias (ODDONE 1959, p. 20; DESTEFFANIS, 1885, p. 460). El chileno José Victorino Lastarria hacía notar que su obra había sido descuidada por sus coterráneos a pesar de la aprobación europea de Quinet y Cantú (LASTARRIA [1843] 1909, p. 6), quien en efecto lo citaba.

Hasta había encuentros personales en los que, astutamente, Cantú aprovechaba para inquirir: cuando Benjamín Vicuña Mackenna lo fue a ver en Milán, el italiano evitaba las menciones a su labor historiográfica y, en cambio, “se empeñaba solamente en obtener de mí algunas noticias sobre el estado de la naciente literatura de mi país” (VICUÑA MACKENNA 1856, p. 285). Hay por lo menos otros tres nombres que cuentan entre aquellos que fueron impulsados por la manía latinoamericana de visitar a los hombres célebres: “En Milán

5 La frase es de Víctor Eduardo Caro, hijo de Miguel Antonio (1877-1944), en su autobiografía *Bajo el alero* (1964) y está citada en Moreno (1983, p. 92).

conversé con César Cantú, en París compartí un pan con Verdi, y en Roma fui acariciado por León XIII”.<sup>5</sup> “Un señor chileno me contó hace poco, en Lima, que estando en Italia fue a visitar a Cesare Cantú (cuya Historia Universal lo ha convertido en el escritor moderno italiano más conocido en Perú y en el resto de América Latina), para expresarle su admiración” (PEROLARI MALMIGNATI 1882, p. 8). Lo visitó también otro chileno, Abdón Cifuentes, historiador católico.<sup>6</sup>

El más ilustre conocido suyo fue el emperador Pedro II de Brasil. Durante sus recorridos por Europa, éste recorrió Milán acompañado por Cantú, quien fue a buscarlo a la estación de trenes y le presentó a Alessandro Manzoni. Al compilar sus reminiscencias del novelista, Cantú dejó constancia de ese encuentro. En *Los últimos treinta años*, llamó a Don Pedro II “el más antiguo y el más culto e instruido entre los príncipes reinantes” y tuvo intercambio epistolar con él, de la cual ha quedado un lote de siete cartas: el historiador le manifestaba su admiración, agradecía las atenciones recibidas (hasta una medalla imperial) y, posteriormente, acusó a los militares que lo habían destronado. Entre una cosa y otra aprovechó para criticar la traducción portuguesa no autorizada de su obra, que circuló de todos modos en Portugal y Brasil (OSIO 2005, p. 106).

Otro ilustre fue el ecuatoriano Juan Montalvo, católico, quien envió a Cantú sus *Siete tratados*, gesto bastante usual entre escritores latinoamericanos que buscaban el reconocimiento de las lumbreras europeas, pero, en este caso, a diferencia de otros, Cantú le contestó (22-IX-1883) de forma humilde y elogiosa: ningún título tenía para recibir el regalo precioso de los *Siete tratados*, obra conocida en Italia, así como *El buscapié*, que había sido traducido al italiano. Y sobre la historia de América y su tema principal, el de los héroes de la emancipación, reconocía Cantú la autoridad de Montalvo, en cuyo escrito “se puede beber como en fuente de gran caudal y que abundan en él hechos y conceptos pertenecientes a los últimos sucesos de América”; remataba aseverando que Montalvo “honra a la

6 Larios Mengotti (2011); revisé las Memorias de Cifuentes, que incluyen noticia de sus viajes por Italia, pero no encontré lo de la visita a Cantú.

patria y al género humano" (Véase la carta en *MONTALVO ANTE SUS ADMIRADORES EXTRANJEROS* 1911, p. 27-28). Tras este intercambio, Montalvo visitó a Cantú en Madrid, donde también encontró a Edmondo De Amicis, y recordaba en sus escritos la valoración recibida (*MONTALVO* s.f., p. 27-28). Hoy Montalvo es justamente celebrado por su estilo y ciertas ideas, pero a nadie se le ocurriría darle un puesto como historiador, lo cual nos instruye sobre los criterios de Cantú para elegir fuentes.

Otro caso del que se pueden extraer enseñanzas es el del colombiano José María Torres Caicedo. En varios de sus libros hay prólogos de Cantú;<sup>7</sup> y éste asentaba, en *Los últimos treinta años*, que, "si las Repúblicas de la América española enviaran siempre como sus representantes diplomáticos hombres tan eminentes como el Sr. Torres Caicedo, adquirirían prontamente el crédito y estimación que merecen entre los pueblos civilizados de Europa". Los maldicientes de la época nos dicen que Torres Caicedo era un oportunista hábil en relacionarse con gente de renombre en Europa; a ello se pueden deber, entonces, los prólogos y elogios. Pero hay más: si por algo trascendió el nombre de este colombiano es por haber sido uno de los primeros en hablar de "América Latina" (1862), término que Cantú tempranamente usa y que nos acerca al episodio saliente de su relación con nuestros países.

Explicando mucho de su interés erudito, su abordaje giraba en torno de la invasión francesa a México y remontaba a cierta adhesión suya al proyecto de crear un virreinato italiano dependiente del imperio austriaco, que estaría bajo el gobierno del archiduque Maximiliano de Habsburgo (*ORSI* 1895; *BERENGO* 1975, p. 340). No prosperó el esquema, pero Cantú se convirtió en profesor y amigo personal de Maximiliano, y a éste, años después, las circunstancias lo llevaron a ser no virrey, sino emperador, no de Italia, sino de México. Desde un principio vemos a Cantú involucrado en la empresa, descubrimos su firma en el prólogo a la edición italiana de *México antiguo y moderno* (1863), de Michel Chevalier, obra considerada como instrumento ideológico de la invasión y con la cual se muestra

<sup>7</sup> *Tratándolo de arribista, un enemigo denostaba sus libros "precedidos de cartas con abstractos y vagos encomios de César Cantú" y otros. Véase GARCÍA ORTIZ 1932, p. 27.*

Cantú conforme (CANTÚ [1864] 1878). Luego siguió los acontecimientos, posiblemente apoyado por información que le era enviada directamente desde México y, cuando el imperio fracasó, Cantú escribió una versión justificativa que apareció en su ya citada *Historia de treinta años*, suerte de continuación de la *Historia universal*.

Ello debía suscitar la respuesta del gobierno mexicano. Primeramente fue la pluma de Benito Juárez Maza, hijo del prócer y delegado mexicano en París, quien publicó en *Le Nouveau Monde* una carta donde denunciaba epítetos y calumnias como las de que su padre era jefe de una cuadrilla de bandoleros, que había querido vender a Estados Unidos el Istmo de Tehuantepec y hasta puesto precio a la entrega del cadáver de Maximiliano. Agregó detalles y ciencia el liberal español José Román Leal, residente en México, en artículos que después recogió en libro, donde descargaba ahí a Juárez y a los liberales de las acusaciones: "Sepa el señor Cantú que México no es un pueblo de bandoleros ni anarquistas ni siquiera demagogos". Envolvía su argumentación en extensos comentarios políticos y filosóficos, le exigía "el juicio y el método que enseña en los teoremas de sus discursos, de cuya aplicación se olvida, sobre todo, al ocuparse de la historia de México". No sin recordar que había encontrado a Cantú en Europa (LEAL 1886, p. 278, 187).

Más tarde fue el mismo gobierno mexicano quien encargó a Pedro Santacilia una refutación de mayor peso en la forma de un folleto que fue publicado en castellano, francés, inglés y portugués. No se dejaban de reconocer méritos: "las altas dotes que distinguen y recomiendan al historiador César Cantú le han valido de justicia la merecida reputación de que goza en el mundo civilizado; y nosotros que fuimos siempre sus sinceros admiradores, somos hoy los primeros en reconocer ese juicio universal". No le enrostraba mala fe, pero "es importante hacer constar que César Cantú fue amigo personal y profesor de Maximiliano, que obtuvo de éste nombramientos honoríficos y comisiones para un trabajo de instrucción pública y que no estaba por lo mismo en condiciones de completa

independencia”; por lo demás, era conservador y admitía que escribía sobre hechos cercanos en el tiempo “sin pruebas” (JUÁREZ Y CÉSAR CANTÚ 1885).

Respuesta insuficiente, de estilo demasiado cortesano, alegaba un crítico más severo, que no podía tolerar los cargos hechos a Benito Juárez de traidor a la patria, vulgar ambicioso y jefe de bandidos, expresados por “un hombre de letras que, mala o legítimamente, goza de nombradía como historiador y aun como filósofo”. Con mala fe,

compilador más paciente y perseverante que entendido, desde el tomo II de su Historia universal hasta sus últimos trabajos historiólogos, toda su filosofía y todo su ideal consisten en hacer resaltar las sublimidades del catolicismo, para concluir que el papado es la institución más adecuada a la realización del progreso humano.

De opiniones incoherentes, liberal y papista, “jesuita disfrazado de liberal; escribe y trabaja para su Orden; pero con tan corto alcance que si falsea los principios de la escuela liberal, no por eso afirma los dogmas de la ortodoxia”. Áulico de Maximiliano, lo llama en otra parte (SÁNCHEZ MÁRMOL 2011, t. 3, p. 317 y 379 y ss., discurso de 1865 y “Ave Patria”, de 1889).

Tuvo Cantú que defenderse; mandó al citado Desteffanis, que enseñaba en Uruguay, una carta para que hiciera publicar, donde se justificaba alegando que se trataba de hechos recientes para los cuales había elegido fuentes que le habían parecido confiables, aduciendo que era necesario que se calmaran las pasiones (DESTEFFANIS, 1885). El episodio no le restó admiradores, pero algunas frases de la polémica muestran que ya para entonces su obra, que nunca había sido indiscutida, hallaba críticos entre un público latinoamericano que paulatinamente se había hecho más conocedor del mundo y de los libros.

## El ocaso

El prestigio de Cantú entre los estudiosos europeos nunca había alcanzado altos niveles y no sobrevivió a su siglo, como puede verse en los panoramas de historia de la historiografía que comenzaron a aparecer. Por italiano, por escribir tempranamente y quizás porque cojeaba de la misma pata, el conde, cantor, poeta y sanscritista Angelo de Gubernatis lo incluyó con elogio en la sección sobre historiografía de su amplia *Historia de la literatura universal* (1882-1885),<sup>8</sup> también traducida al castellano y también frecuentada entre nosotros aunque no tanto como la de Cantú. Compilada bajo el fascismo, la *Enciclopedia Italiana* lo alaba ya con reservas,<sup>9</sup> pero el muy meticuloso suizo Eduard Fueter (*Historia de la historiografía moderna*, 1913) ni lo nombra; el inglés Gooch algo dice, pero es esto: “no era un gran erudito ni un artista. Era prolijo y superficial, y demuestra poca penetración histórica; pero poseía un talento nada común para la popularización” (GOOCH [1913] 1942, p. 438-439). Otro recuento, el de su coterráneo Benedetto Croce, fue más feroz, lanzándole, entre otros denuestos: todo repite, mejor dicho eructa veloz y afanosamente, en nada se detiene, de todo charla, confuso e incoherente, reaccionario disfrazado de liberal, y ni siquiera eso, un vanidoso, un enojón, autor de un cambalache.<sup>10</sup> No lo quería, evidentemente, pero no se muestra injusto.

Siguieron pasando las décadas. El estadounidense Harry Elmer Barnes incluía su obra en una apretada lista de historias universales, nombrándolo entre quienes popularizaron la historia de Italia; también divulgador de poco mérito lo consideraban Thompson y Holm (“Scholars may look for the little accuracy and less originality in a work of such compass, but it was widely known and long a popular book of reference for Italians [...] in general superficial, written with an eye to the public, and an occasional spurt of venom”) (BARNES 1962, p. 172, 191, 221; THOMSON; HOLM 1942, v. 2, p. 612). Percibo un ligero desdén

8 *Gubernatis* (1943) [es el tomo xi de su *Historia de la literatura, 1883-1885*], p. 215-216: “se apresta a redactar su *Historia universal*, nueva por su concepto y ejecución, y amplía al par que rápida, en cuyas páginas, si bien se han advertido muchos errores, tres generaciones de italianos y muchos extranjeros han sacado preciosas enseñanzas”.

9 “*Ingiusto non riconoscergli, ed erroneo sarebbe negare ad ogni suo libro un valore anche scientifico, oppure letterario*”, “*di gran lunga superiore a quello dei volgari compilatori*” “*vi è assai d'imprecisione, di tendenze personali, di malizie, volontarie o involontarie che fossero, contro i vivi a proposito dei morti, e contro i morti a proposito dei vivi*”; *méritos aunque “non è un pensatore profondo ne uno storico accurato” De esta forma, Mazzoni (1930), matiza los juicios.*

(CONT.)

en estos viejos repertorios anglosajones: podía servir para italianos como mucho.<sup>11</sup> Después, el silencio, fuera de las obras de inspiración católica.<sup>12</sup>

Tales juicios necesariamente refluirían sobre nuestros autores, que ya habían venido señalando cautamente las deficiencias de la obra de Cantú. Al compilar su *Historia universal* de 1865, Juan Vicente González no mostraba entera satisfacción con Cantú, lo vimos. Otros se concentraron en cuestiones locales, donde la pifia era evidente: al publicar Felipe Tejera, en París, su *Venezuela pintoresca e ilustrada* (1875), justificaba el esfuerzo aduciendo los incomprensibles errores hallados en la bibliografía europea: "El más célebre historiador moderno, Cantú, en su Historia universal hace nacer al Libertador Simón Bolívar en 1780" (TEJERA 1875, t. 1, p. vi). Alejamiento prudente que también manifestaba Rafael María Merchán: "la Historia universal de César Cantú tiene gran reputación y no se debe hablar de ella sino con respeto pero, como en otra ocasión lo dijimos, contiene errores" (MERCHANT 1886).

Otros apuntaban al lado religioso, cuando ya muchas críticas en ese sentido habían dejado de ser peligrosas y se podía afeear a "un autor que a pesar de su talento y erudición, no tiene inconveniente en dar principio a su Historia universal con la creación del mundo conforme al Antiguo Testamento" (GARCÍA GRANADOS [1910] 1992, p. 323-324). Podían estar semejantes ataques, en realidad, dirigidos a otros trabajos: su libro *Gli eretici d'Italia*, "obra parcial y mediocre que envenenó las fuentes de la investigación en España y en Hispanoamérica durante medio siglo", había inspirado los *Heterodoxos españoles* de Menéndez Pelayo (SANÍN CANO [1912] 1987, p. 160), por lo cual la polémica en torno a la obra del santanderino involucró al lombardo, defendido por católicos como Gómez Restrepo, que no consideraba tan malos los *Eretici* (GÓMEZ RESTREPO 2001, p. 24 y 27).

Después, las observaciones ya se dirigieron al conjunto de la obra, empezando por el estilo: una inteligencia criolla cada vez más enterada podía señalar que en América se leía poco y

(CONT.)

10 Croce (1947), donde rehace artículos publicados previamente en La critica entre 1915-1920. No resisto la tentación de dar a probar el sabor de las propias palabras de Croce en el original: "tutto egli ripete, anzi erutta velocemente e affannosamente, dottrine e critiche di dottrine, e in niente si ferma, di nessuna cosa scorge le difficoltà o considera i particolari, e sembra che abbracci tutto e il vero è soltanto che egli tutto tocca e di tutto chiacchiera, e non istringe mai nulla di suo proprio" (p. 198); "guazzabuglio" (p. 200), "confusionario e incoerente" (p. 201), "reazionario in maschera di liberale (Francesco de Sanctis)", "vanitoso, iroso, puntiglioso, bisbetico" (p. 201).

11 Otro dice, más cautamente: "Generations of Italians were to derive their historical knowledge from it" (FITZIMONS; PUNDT; NOWELL 1954 p. 193).

(CONT.)

sólo libros al estilo de “la pomposa y falsa erudición de Cantú”.<sup>13</sup> Continuando su ataque contra Menéndez y Pelayo, Sanín Cano veía mal que éste recomendara “el entusiasmo verbal de César Cantú como desiderátum de estilo” “en una época en que escribieron Renan, Ruskin, Turgueniev, los Goncourt, Flaubert y Walter Pater”. Después embistieron contra su método: “organizadores de datos históricos de mediana inteligencia pero de voluminosa erudición como César Cantú”, clasificaba Justo Sierra (1948, p. 32). Al hacer la crónica de unas conferencias de Cantú en Milán, José Martí hablaba del numeroso público que iba a oír al “trabajador maravilloso, que ha puesto en forma bella todos los trabajos de los hombres, al narrador fluidísimo, que pone magia y brillo en cuanto narra”, elogio habitual al que sin embargo agregaba que su libro, “con haber parecido obra de investigador pasmoso ha medio siglo, parece ahora en uno y otro trecho obra de estudiante adornado o de poeta perezoso, que cree que lleva el mundo en sí y dado el regalo de mirarse, no ve el mundo” (MARTÍ [1882] 1975).

Para entonces ya había estallado la polémica en torno a Juárez. Como fue dicho, fueron obras posteriores a la *Historia universal* el objeto de escándalo y tales obras no tuvieron el peso de ésta: el *Compendio* es árido, los *Treinta años*, de vigor menguado, juzgaba el padre Federico González, cuya gran admiración por Cantú ya fue apuntada (GONZÁLEZ SUÁREZ 1892). Los epítetos de Benedetto Croce se abrieron camino hasta nuestras letras: Alfonso Reyes se hacía eco y, al recordar la presencia del italiano en la biblioteca de su padre, expresaba alguna concesión a sus máximas, a la amenidad de sus escenas, pero agregaba que “el conjunto es un torbellino en el vacío” y “en todo caso, ha llegado para éste la hora del olvido”, cuando en las ferias de libros su historia se arrumba “entre esas cosas que nadie compra” (REYES [1918] 1958, p. 363-364).

Parecería que Reyes trasunta como otros nostalgia por esa época en que obligadamente figuraba Cantú en las bibliotecas hogareñas, pero también hay en él cierta burla de la ingenuidad historiográfica de aquellas familias de antaño. Se había

(CONT.)

12 No tiene su entrada en los repertorios como Boyd (1999) o Cannon (1988); no lo mencionan Breisach (1994); Burrow (2007); Iggers, Wang, Mukherjee (2017); Woolf (2011).

13 Prólogo de Manuel Murillo Toro que cita, para refutarlo, Caro ([1882] 1962).



convertido el viejo monumento en el refugio de las medianas inteligencias que buscaban un recurso fácil para entender la marcha de los siglos: en cierto cuento de Horacio Quiroga hay un indio correntino que aprende a leer y progresa de forma autodidacta: “tenía una cierta cultura adquirida a hurtadillas, bastante superior a la que demostraba, y en los últimos tiempos había comprado la Historia universal de César Cantú. Pero esto lo supimos después, en razón del sigilo con que ocultaba de las burlas ineludibles sus aspiraciones a *doctor*” (QUIROGA 1981, p. 199). Pretensiones como las del hacendado y general ecuatoriano que “se sabía de memoria el célebre discurso a la juventud italiana” de Cantú, cuyos libros aplastaban a los demás en los estantes “con su hidropesía numérica” (TERÁN [1940] 1964, p. 60).

Referencias en clave destinadas a individualizar a lectores de gustos e información envejecidos, que se dejaban impresionar por el aparato de la edición. Atrás de la colección de Cantú encuentra la mayorala Elmira una tosca bomba de fabricación casera destinada al pretencioso dictador tropical de la novela *El recurso del método*, ambientada en torno a la primera Guerra Mundial (CARPENTIER 1974, p. 182). Años más, años menos, son también el escenario del cuento de Quiroga, de la novela de Terán y de las aventuras del druso Abenjaldún, protagonista de uno de los cuentos de Bustos Domecq, quien tiene “una biblioteca fenómeno” donde figura Cantú en su traducción de 1927; sin embargo el elenco de los otros títulos revela al lector de la época que la tal biblioteca fenómeno era en realidad un amasijo informe de libros insignificantes o anticuados.

A hurtadillas, como el indio correntino, quizás lo seguían leyendo; en todo caso porque no había otra cosa para allegar cierta documentación y la obra de Cantú se mantenía como la bibliografía más asequible: hace poco se la ha citado como ejemplo de la desactualización de las bibliotecas públicas de Río de Janeiro y de otras ciudades brasileñas, que sobre historia general sólo albergaban traducciones portuguesas de colecciones con muchos volúmenes pero de valor discutible,

como las de Cantú y Wilhelm Oncken (aunque a esta última, de varios autores, se le reconocían colaboraciones importantes, como la de Eduard Meyer) (CARDOSO 2011, p. 452). Mala, pero por lo menos estaba; por ello, aunque se burlaran, Borges y Bioy Casares usaron a Cantú para ciertos datos de su *Libro del cielo y del infierno*.<sup>14</sup> Vemos que lo cita Ezequiel Martínez Estrada y que lo cita la bestia negra de los tres, Juan Domingo Perón (éste y otros ejemplos dados me hacen pensar que debía de gustar a los militares), quien con toda seriedad documentaba su afición a los clásicos, a Plutarco, que había conocido primeramente por medio de Cantú, a quien confesaba deberle “el sentido universalista y antidogmático de ese aprendizaje. Muchas veces he releído con emoción los comentarios marginales que puse sobre los diez gruesos tomos de pasta española que componen su Historia y que recibí como legado de mi padre” (PAVÓN PEREYRA 1986, p. 61).

## Consideraciones finales

El recuento de casos particulares podría ampliarse. Bastaría incluir las muchas notas a pie de página; buscando más, ejemplificaciones históricas que tienen su fuente en Cantú. Faltarían, para mayor seguridad, más datos duros para demostrar su influencia: junto a la cantidad de ediciones que se mencionó, también los tirajes, la enumeración de bibliotecas públicas que lo incluían, su inclusión en planes de estudio. Creo sin embargo que es hora de recapitular: se trataba de mostrar la influencia de un autor hoy poco conocido y nunca demasiado estimado por la academia. Se pudieron extraer algunas conclusiones, hasta aquí desmigajadas y en los párrafos siguientes resumidas.

Llegó Cantú a ofrecer una de las muchas historias universales que se estaban ofertando desde Europa. A diferencia de otras quizás más confiables —por ejemplo las que del alemán se estaban traduciendo al italiano en esos tiempos—, la suya contenía una interpretación adecuada al momento latinoamericano: con abundancia de información que en otros

*14 Varias páginas, en efecto, sobre la escatología de diversos pueblos (BORGES; BIOY CASARES [1955] 1999, p. 112 y ss).*

sitios no encontrábamos, especialmente en lo referente a áreas extraeuropeas, con inclusión de la historia precolombina, colonial y hasta moderna de nuestros países, con reflexiones que nos halagaban, todo envuelto en una exégesis que podía complacer tanto a los liberales como a los conservadores.

A los primeros a pesar del episodio ligado a Benito Juárez, que los ofendió pero no tanto como para negar la admiración. Los conservadores tuvieron un poco más de preferencia y ésta les duró más tiempo. Con los años, sin embargo, se vio que la ciencia del piemontés no era tanta como se decía, ni tan exacta, ni mesurada. Como señal de la mayor seguridad latinoamericana en conocimientos universales, empezaron a oírse críticas y hasta burlas. En parte era por la mayor conciencia de que el admirado Cantú no era tomado muy en serio por los autores más respetados, los del norte de Europa. En parte, reflejo de críticas que sus mismos coterráneos le dirigieron.

Estas últimas críticas se habían ya formulado desde el comienzo: no existe en su obra investigación sobre fuentes primarias, prima una recopilación indiscriminada, con pretensiones infundadas de erudición que los expertos desenmascararan fácilmente; hay desequilibrio, parcialidad, entendimiento equivocado, apresuramiento y generalización indebida y, de ahí, errores numerosos.

Bajó de categoría Cantú, al nivel de un divulgador para legos. Aunque siguió siendo referencia de mucho escrito erudito, ya por pudor se lo citaba menos. Tampoco critiquemos demasiado: se está yendo, pero, si en las librerías de viejo todavía se agazapan sus volúmenes, en las de nuevo pululan otros cantúes bajo la forma de manuales, de colecciones. Hay programas culturales, páginas de Internet, que han tomado el relevo suministrándonos la vieja historia eurocéntrica, moralista y prejuiciada en tomos bien encuadernados, en programas amigables, con ilustraciones fascinantes, con datos y con la apariencia del rigor, dirigiéndose especialmente a nuestro público latinoamericano.

## REFERENCIAS

ARGUEDAS, Alcides. La danza de las sombras: literatura e historia. *In*: ARGUEDAS, Alcides. **Obras completas**. Preparación, prólogo y notas de Luis Alberto Sánchez. Madrid-México-Buenos Aires: Aguilar, 1959, t. 1, p. 630-631.

ARZE, José Roberto. **Análisis crítico del "Bolívar" de Marx**. Carta-prólogo del dr. Ángel Francisco Brice. La Paz: Anthropos, 1998.

BARNES, Harry Elmer. **A history of historical writing**. Second and rev. ed. New York: Dover, 1962.

BELAUNDE, Víctor Andrés. **Trayectoria y destino: memorias**. Estudio preliminar de César Pacheco Vélez. Lima: Ediventas, 1967.

BERENGO, Marino. Cesare Cantú. *In*: **Dizionario biografico degli italiani**. Roma: Istituto dell' Enciclopedia Italiana, 1975, v. 18. p. 336-344.

BLANCO FOMBONA, Rufino. **Ensayos históricos**. Prólogo Jesús Sanoja Fernández, sel. y cronología Rafael Ramón Castellanos. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1981.

BORGES, Jorge Luis; BIOY CASARES, Adolfo. Libro del cielo y del infierno (1955). Buenos Aires: Emecé, 1999.

BOYD, Kelly (org). **Encyclopedia of history and historical writing**. London & Chicago: Fitzroy Dearborn, 1999.

BREISACH, Ernst. **Historiography: ancient, medieval & modern**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

BURROW, John. **Historia de la historia: de Heródoto al siglo xx**. Barcelona: Crítica, 2007.

CANNON, John et al. **The Blackwell dictionary of historians**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

CANTÚ, César. **Los últimos treinta años**: continuación de la Historia Universal. Trad. D. G. Aguado de Lozar, aprobada por el autor. Paris: Garnier, 1881.

CANTÚ, Cesare. Prefazione all'edizione italiana (marzo 1864). In: CHEVALIER, Michele. **Il Messico**. Milano: Corona e Caimi, 1878.

CANTÚ, Francesca. 'America' e 'Spagna' nella *Storia universale*. In: **Cesare Cantú e "L'età che fu sua"**. Giornata di studi, Milano, Biblioteca Ambrosiana, 2005, interventi, a cura di Claudia Crevenna. Disponible en: <http://www.cesarecantu.it/cesare-cantu-e-leta-che-fu-sua-2004-2005/>. Consultado en: 9 agosto 2020.

CARBALLO, Emmanuel. **Protagonistas de la literatura mexicana** (1965). México: SEP-Ediciones del Ermitaño, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Brazilian historical writing and the building of a nation. In: MACINTYRE, Stuart; MAIGUASHCA, Juan; PÓK, Attila Pók (orgs.). *The Oxford history of historical writing*. New York etc: Oxford University Press, 2011, vol. 4, 447-462.

CARO, Miguel Antonio. Recuerdos y rectificaciones (a *La América* de Madrid) (1882). In: CARO, Miguel Antonio. **Obras**, tomo 1. Estudio preliminar por Carlos Valderrama Andrade. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1962. p. 958-972.

CARPENTIER, Alejo. **El recurso del método**. México: Siglo XXI, 1974.

CAVRIANI, Marco. Antonio Minelli. In: **Dizionario biografico degli italiani**. Roma: Istituto dell' Enciclopedia Italiana, 2010. v. 74.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. Sobre el carácter espurio de la trilogía moral incaica. *In*: REGALADO, Liliana; HERNÁNDEZ, Francisco (orgs). **Sobre Los Incas**. Lima: Instituto Riva Agüero/Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011. p. 67-87.

CORTÉS, José Domingo. **Diccionario biográfico americano**. Paris: Lahure, 1875, s.v.

CROCE, Benedetto. Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono. Terza edizione riveduta. Bari: Gius. Laterza e Figli, 1947.

DESTEFFANIS, Luis D. Cesare Cantú. *In*: **Anales del Ateneo del Uruguay**, año 4, t. 9, 1885.

DEVOTO, Fernando. **Historia de los italianos en Argentina**. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2006.

DIHIGO Y MESTRE, Juan M. **Un orientalista cubano: Francisco Mateo de Acosta y Zenea, discurso ... 1932**. La Habana: El siglo xx, 1932.

ENCINA, Francisco A. **Resumen de la historia de Chile**. Redacción, iconografía y apéndices de Leopoldo Castedo. Santiago: Zigzag, 1954.

FILIPPI, Alberto (Dir.). **Bolívar y Europa en las crónicas, el pensamiento político y la historiografía**. Caracas: Presidencia de la República, 1986.

FINCH, James Austin. Cesare Cantù. *In*: **Catholic World**, v. 43, n. 256, p. 525-534, 1886.

FITZSIMONS, Matthew A.; PUNDT, Alfred G.; NOWELL, Charles E. **The development of historiography**. Harrisburg, PENN: The Stackpole Company, 1954.

FLORESCANO, Enrique. **La función social de la historia**. México: fce, 2012.

GARCÍA CALDERÓN, Francisco. Riva Agüero, compañero de generación (1949). *In*: HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro (org.). **América Latina y el Perú del Novecientos**: Antología de textos, compilación, introducción y notas de Teodoro Hampe Martínez. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2003.

GARCÍA GRANADOS, Ricardo. El concepto científico de la historia (1910). *In*: ORTEGA Y MEDINA, Juan A. (org.). **Polémicas y ensayos mexicanos en torno a la historia**. Notas bibliográficas e índice onomástico por Eugenia W. Meyer [1970]. 2ª. edición. México: UNAM, 1992. p. 315-370.

GARCÍA ORTIZ, Laureano. Las viejas librerías de Bogotá en 1883. *In*: GARCÍA ORTIZ, Laureano. **Discursos académicos**, Bogotá: Biblioteca de la Presidencia de la República, 1932. p. 21-39.

GÓMEZ RESTREPO, Antonio. **Epistolario de Antonio Gómez Restrepo con escritores españoles**. Ed., pres. y notas de Mario Germán Romero. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2001.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Federico. César Cantú: una lección en la clase de historia. **Anales de la Universidad de Quito**, serie 6, n. 43 p. 131-145, 1892.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Federico. **Memorias íntimas. Discurso de Mariana de Jesús. Manifiesto a los ecuatorianos**. Intr. de Carlos Manuel Larrea, Puebla: José M. Cajica, 1969.

GONZÁLEZ, Juan Vicente. **Manual de historia universal**, Caracas: Rojas Hermanos, 1863.

GOOCH, George P. **Historia e historiadores en el siglo XIX** (1913), México: FCE, 1942.

GROOT, José Manuel. **Réplica al ministro presbiteriano H. B. Pratt**. Bogotá: Imprenta de El Tradicionista, 1876.

GUBERNATIS, Ángel de. **Historia de la historiografía universal**. Pról. de Rómulo Carbia y epílogo de Juan F. Turrens. Buenos Aires: CEPA, 1943.

GUIANCE, Ariel. La historiografía española y el medievalismo americano: Sánchez-Albornoz, Américo Castro y la construcción de la identidad nacional a través de la Edad Media. *In*: GUIANCE, Ariel (org.). **La influencia de la historiografía española en la producción americana**. Valladolid: Instituto Universitario de Historia Simancas/Marcial Pons Historia, 2011. p. 25-58.

HARBSMEIER, Michel. World histories before domestication. **Culture and History**, 5, p. 93-131, 1989.

HENAO RESTREPO, Darío. El mundo de Nay y Ester. *Poligramas*, 3, p. 9-28, 2005.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya (orgs.). **A global history of modern historiography**. 2<sup>nd</sup> ed. London/New York: Routledge, 2017.

**JUÁREZ Y CÉSAR CANTÚ**: refutación de los cargos que hace en su última obra el historiador italiano contra el Benemérito de América. México: Imprenta del Gobierno Federal en Palacio, 1885.

KURBAN, Taufik. **Os syrios e lebaneses no Brazil**. São Paulo: Libreria Freitas Bastos, 1933.

LARIOS MENGOTTI, Gonzalo. Abdón Cifuentes en Europa. **Anuario de Historia de la Iglesia en Chile**, v. 29, p. 85-109, 2011.

LARRAINZAR, Manuel. Algunas ideas sobre la historia y manera de escribir la de México (1865). *In*: ORTEGA Y MEDINA, Juan A. (comp.). **Polémicas y ensayos mexicanos en torno a la historia**. Notas bibliográficas e índice onomástico por Eugenia W. Meyer [1970]. 2<sup>a</sup> edición. México: UNAM, 1992. p. 142-255.



LASTARRIA, José Victorino. Investigaciones sobre la influencia social de la conquista i del sistema colonial de los españoles en Chile (1843). *In*: LASTARRIA, José Victorino. **Estudios históricos**. Santiago: Imprenta, litografía y encuadernación Barcelona, 1909. v. 7.

LATCHAM, Ricardo A. Psicología del caballero chileno (1930). *In*: **Ricardo A. Latcham (1903-1965)**, Santiago: Atenea, 1903. p. 146-150.

LEAL, José Román. **México constitucional**: refutación fundamental ante la razón de la historia, de los errores vigentes de César Cantú y de las injurias y calumnias levantadas contra México por los libelistas. México: Imprenta de Mena y Vilaseca, 1886.

LOAIZA CANO, Gilberto. La expansión del mundo del libro durante la ofensiva reformista liberal: Colombia, 1845-1886. *In*: ACOSTA PEÑALOZA, Carmen Elisa; AYALA DIAGO, César Augusto; CRUZ VILLALOBOS, Henry Alberto (orgs.). **Independencia, independencias y espacios culturales**: *Diálogos de historia y literatura*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 25-64.

MARTÍ, José. Escenas europeas: Italia. *In*: MARTÍ, José. **Obras completas**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975. v. 14, p. 393-400.

MAZZONI, Guido. Cesare Cantú. *In*: **Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arte**. Roma: Istituto per l'Enciclopedia Italiana, 1930. v. 8. p. 809-810.

MELO ARAÚJO, André de. Tradução ilustrada: imagens da História Universal inglesa e de suas edições europeias no século XVIII. **História da Historiografia**, n. 26, p. 69-100, 2018.

MERA, Juan León. Libros prestados (1862). *In*: MERA, Juan León. **Tijeretazos y plumadas**: artículos humorísticos, precedidos de una carta-prólogo de José de Alcalá Galiano. Madrid: Est. Tip. de Ricardo Fé, 1903. p. 99-111.

MERCHÁN, Rafael M. La política en la historia. *In*: MERCHÁN, Rafael M. **Estudios críticos**. Bogotá: Imprenta de la Luz, 1886. p. 291-368.

MILLÁN DE BENAVIDES, Carmen. Anacronismos y persistencias: la *Historia universal* de Cesare Cantú. *In*: RINCÓN, Carlos Rincón; MOJICA, Sarah de; GÓMEZ, Liliana (orgs.). **Entre el olvido y el recuerdo**: iconos, lugares de memoria y cánones de la historia y la literatura en Colombia. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2010. p. 239-253.

MOLINA ARGÜELLO, Carlos. **La enseñanza de la historia en Nicaragua**. México: IPGH, 1953.

MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales** [1909] [y otros textos, 1911-1919]. Prólogo de Arnaldo Córdova. México: Era, 1978.

**MONTALVO ANTE SUS ADMIRADORES EXTRANJEROS**. Ambato: Imprenta y Encuadernación Nacionales, 1911.

MONTALVO, Juan. **Mercurial eclesiástica. Libro de las vanidades y un vejestorio ridículo**. Madrid: Editorial América, sf.

MORENO, Ezequiel. **Epistolario del beato ... y otros agustinos recoletos con Miguel Antonio Caro y su familia**. Compilación, introducción y notas de Carlos Valderrama Andrade. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1983.

ODDONE, Juan Antonio. La historiografía uruguaya en el siglo XIX: apuntes para su estudio. **Revista Histórica de la Universidad de Montevideo**, núm. 1, p. 3-37, 1959.

ORSI, Pietro. Cesare Cantù. **Revue Historique**, t. 58, fasc. 2, p. 382-384, 1895.

OSIO, Bernardino. Le lettere di Cesare Cantù a Pedro II imperatore del Brasile. *In: Cesare Cantù e "L'età che fu sua"*. Giornata di studi, Milano, Biblioteca Ambrosiana, 2005, interventi, a cura di Claudia Crevenna. Disponibile en: <http://www.cesarecantu.it/cesare-cantu-e-leta-che-fu-sua-2004-2005/>. Consultado en: 9 agosto 2020.

PÁEZ, José Antonio. **Memorias, autobiografía**. Madrid: Editorial América, s.f.

PASAMAR, Gonzalo, Formas tradicionales y formas modernas de la "historia del presente". **Historia Social**, n. 62, p. 147-169, 2008.

PAVÓN PEREYRA, Enrique. Perón tal como fue. Buenos Aires: CEAL, 1986.

PAZ SOLDÁN, Mariano Felipe. **Historia del Perú independiente, Primer periodo 1819-1822**. Lima: s.ed., 1868.

PELLESCHI, Giovanni. **Eight months on the Gran Chaco of the Argentine Republic**. London: Sampson Low, Marston, Searle & Rivington, 1886.

PEROLARI MALMIGNATI, Pietro. **Il Peru e i suoi tremendi giorni (1878-1881)**: pagine d'uno spettatore. Milano: Fratelli Treves, 1882.

QUIROGA, Horacio. La cámara oscura. *In: QUIROGA, Horacio. Cuentos. Selección y prólogo de Emir Rodríguez Monegal, cronología de Alberto F. Oreggioni*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1981.

RAMÍREZ, Ignacio. Geografía elemental del estado de Guanajuato (1905). *In*: RAMÍREZ, Ignacio. **Obras completas**. México: Centro de Investigación Científica Ing. Jorge L. Tamayo, 1988, vol. 6.

REYES, Alfonso. César Cantú (1918). *In*: REYES, Alfonso. **Obras completas**. México: fce, 1958. t. 7. p. 363-364.

REYES, Alfonso. Oración del 9 de febrero (1930). *In*: REYES, Alfonso. **Obras completas**, México: fce, 1990. t. 24. p. 25-52.

RIVA AGÜERO, José de la. Carácter de la literatura del Perú independiente (1905). Intr. general de Víctor Andrés Belaunde... *In*: RIVA AGÜERO, José de la. **Obras completas**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1962. v. 1.

RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, Ida. La historia y sus dones. **Crónica**, 13-IX, 2003.

ROIG, Arturo Andrés. La filosofía de la historia de Benjamín Sánchez. **Cuyo**, Mendoza, v. 6, p. 177-181, 1970.

SÁNCHEZ MÁRMOL, Manuel. **Obras completas**. Tabasco: Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, 2011.

SANÍN CANO, Baldomero. Menéndez Pelayo (1912). *In*: SANÍN CANO, Baldomero. **El oficio de lector**. Compilación, prólogo y cronología Gustavo Cobo Borda. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987. p. 157-161.

SCHWAB, Raymond. **La Renaissance orientale**. Paris: Payot, 1950.

SIERRA, Justo. Historia de la Antigüedad. *In*: SIERRA, Justo. **Obras completas**. Tomo 10, ed. establecida por Edmundo O'Gorman. México: UNAM, 1948.

STUCHTEY, Benedikt; FUCHS, Eckhardt. Introduction. Problems in writing of world history: Western and non-Western experiences, 1800-2000. *Apud*. **Writing world history 1800-2000**. Oxford/New York: German Historical Institute London, 2003. p. 1-44.

SUBERCASEAUX, Bernardo. La cultura en la época de Balmaceda (1880-1900). *In*: VVAA, **La época de Balmaceda**. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1992.

TEJERA, Felipe. **Venezuela pintoresca e ilustrada**. Paris: Librería Española de E. Denné Schmitz, 1875.

TERÁN, Enrique. **El cojo Navarrete** (1940). Quito: Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1964.

THOMPSON, James Westfall; HOLM, Bernard J. **A history of historical writing**. New York: Macmillan, 1942.

VEGA, Juan José. Historia y evolución del 'ama sua'. *In*: VEGA, Juan José. **Páginas de la historia del Perú**. 2012. Disponible en: <http://batiburriloacg.blogspot.com/2012/09/historia-y-evolucion-del-ama-sua.html>. Consultado en: 9 agosto 2020.

VICUÑA MACKENNA. Benjamín, **Páginas de mi diario durante tres años de viajes 1853-1854-1855**. Santiago: Imprenta del Ferrocarril, 1856.

WOOLF, Daniel. **A global history of history**. Cambridge University Press, 2011.

## NOTA DEL AUTOR

### Hernán G. H. Taboada

haroldo@unam.mx  
Universidad Nacional Autónoma de México  
Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe  
Ciudad de México  
México

## DIRECCIÓN POSTAL

Hernán G. H. Taboada  
Universidad Nacional Autónoma de México  
Ciudad Universitaria  
Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe  
Piso 8 Torre II de Humanidades  
04510  
Ciudad de México  
México

## FINANCIACIÓN

No se declaró financiación.

## CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este es un artículo  
de acceso abierto  
distribuido bajo los  
términos de la licencia  
Creative Commons  
Reconocimiento-  
No Comercial-  
SinObraDerivada 4.0  
International.




RECIBIDO EL: 10/OCT./2019 | ACEPTADO EL: 27/MARZO/2020

# Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o Presidente da República do Brasil e o Imperador Romano como *allelopoiesis*

Tyrant, madman and arsonist: BolsoNero. Analysis of the constitution of assimilation between the President of the Republic of Brazil and the Roman Emperor as *allelopoiesis*

Fabio Faversoni <sup>a</sup>

E-mail: [faversani@ufop.edu.br](mailto:faversani@ufop.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-3464-1020> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil

## RESUMO

O imperador Nero foi se constituindo, ao longo de séculos e com o uso de múltiplas linguagens produzidas por diversas culturas, num símbolo bastante universalizado de tirania. Associado, sobretudo, com a loucura e a destruição, serviu para a crítica dos mais diversos governantes que o seguiram e cometeram crimes que pudessem, de algum modo, ser ligados àqueles que foram atribuídos a Nero. Tais aproximações, muito variadas ao longo do tempo e espaço, permitiram a constituição de um amplo e multifacetado repertório de Neros produzidos na política, na literatura, no cinema, na música etc. Esse repertório gerou uma tradição composta da associação do Nero “original” com os diversos personagens e contextos dos “novos” Neros. Essa tradição permitiu ao mesmo tempo uma nova interpretação do passado e uma leitura original do presente. Nesse sentido, há uma construção recíproca e simultânea do(s) passado(s) e do presente, gerando o processo de *allelopoiesis*, produzindo Neros que não pertencem exclusivamente ao(s) passados ou ao presente, mas mesclam e confundem inextricavelmente essas temporalidades em diferentes sínteses que se comunicam através de uma tradição com a forma de repertório a ser reapropriado e modificado. Esse artigo tem por foco o caso do Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, apelidado de BolsoNero.

## PALAVRAS-CHAVE

Nero; Bolsonaro; usos da história

## ABSTRACT

Over the centuries and with the use of multiple languages produced by various cultures, Emperor Nero became quite the universal symbol of tyranny. Mainly associated with madness and destruction, remembering Nero has served to criticize various rulers who lived after him and committed crimes that could somehow be linked to those attributed to Nero. Such approaches varied a lot over time and space and allowed the constitution of a broad and multifaceted repertoire of Neros produced in politics, literature, cinema, music, etc. This repertoire fostered a tradition composed of the association of the “original” Nero with the various characters and contexts of the “new” Neros. This tradition allowed both a new interpretation of the past and an original reading of the present. Thus, there is a reciprocal and simultaneous construction of the past(s) and the present, generating an *allelopoiesis* process, producing Neros that do not belong exclusively to the past or the present, but inextricably merge and confuse these temporalities. This process originated different syntheses that communicate ideas through a tradition in the form of repertoire to be appropriated and modified multiple times. This article focuses on the case of the President of the Republic of Brazil, Jair Bolsonaro, nicknamed BolsoNero.

## KEYWORDS

Nero; Bolsonaro; uses of history

## Introdução

A ligação entre Nero e Bolsonaro que analisaremos nesse artigo não se fez de forma direta e pressupõe a vinculação entre esse Imperador Romano e uma tradição multissecular e transcultural que começa a se constituir após sua morte, especialmente com os imperadores Flávios. Um bom marco inicial é a tragédia togata *Octavia*, muito provavelmente escrita já no início do governo de Vespasiano (69-79).<sup>1</sup> Um momento importante na construção da imagem de Nero como tirano exemplar se estabelece com a biografia escrita por Suetônio no início do século II d. C., assim como os livros neronianos (XIII a XVI) nos *Anais*, de Tácito, escritos mais ou menos pela mesma época, que será complementada pela contribuição de Dião Cássio, cerca de um século depois, mas transmitida por epitomadores dos livros neronianos (XLI-LXIII) dos séculos XI e XII.<sup>2</sup> Desde a morte de Nero e ao longo de gerações, foi se reforçando uma imagem desse imperador como tirano, que exerceu o poder de forma desmedida, a ponto de matar sua própria mãe ou colocar fogo em Roma. As tradições judaicas e cristãs também tiveram um peso fundamental na construção de uma tradição negativa para a imagem de Nero. Foi sob Nero que teve início a guerra que levaria à destruição do Templo e à diáspora. Já no século I, os *Oráculos Sibílicos* retratam Nero como o imperador que deixou Roma e se uniu aos Partos, prevendo que ele voltaria dali à frente de dezenas de milhares de homens para destruir Roma e o mundo (4, 119-124; 4, 138-139; 5, 137-152; 5, 362-385). Na tradição judaica, logo após a destruição do Templo e o saque de Jerusalém por Tito, Nero é associado com um apocalipse militar, mesmo que ele nunca tenha se ligado em vida às atividades militares. Ele era, inclusive, criticado por não se importar com o comando dos exércitos. Isso não importa muito para as tradições que foram sendo criadas na composição de diferentes contextos com referência a Nero. Ele não era um comandante militar, mas fazia monstruosidades. Monstruosidades são cometidas frequentemente com força militar. Então, ele se torna um comandante militar sem nunca ter sido.

1 Miriam Griffin afirma que a peça estabelece Nero como "the proverbial tyrant, robbed of any personal characteristics, a mere incarnation of the will to evil, unaffected by advice or influence." (GRIFFIN 1984, p. 100). Para uma apresentação da obra e texto com comentários e notas, cf. FERRI 2003.

2 Champlin afirma, com razão, que "Cerca de vinte e cinco autores antigos, não cristãos, tem algo de valor a dizer sobre Nero, mas o grosso da imagem que temos vem de apenas três deles: os historiadores Tácito e Dião Cássio e o biógrafo Suetônio". (CHAMPLIN 2003, p. 37).



Nero, assim, não é um legado que nos é dado pelo passado nem é um personagem construído livremente pelas demandas do presente. Ele mescla e recompõe passado e presente através de uma tradição que estabelece limites para o uso do passado e, por várias reinterpretações, constrói um repertório. A tradição cristã também lhe foi manifestamente desfavorável por Nero ter incriminado os seguidores de Cristo como os culpados pelo incêndio de Roma. Nero é acusado de ser o primeiro grande perseguidor de cristãos e um antiCristo.<sup>3</sup>

Nero foi transmitido para a posteridade como um dos imperadores loucos (a par de Calígula, Domiciano, Cômodo e Heliogabalo, entre outros), mas com características específicas.<sup>4</sup> Além de incendiário e matricida, também era um artista sem talento, que era reconhecido apenas em função da adulação daqueles que queriam se beneficiar dos favores do poder.<sup>5</sup> A representação imagética de Nero se dará repetidamente com o Imperador empunhando a lira e tendo fogo ao fundo.<sup>6</sup> Diversos governantes ou, de forma mais geral, pessoas que detenham muito poder que se sucederam no tempo foram sendo associados com os defeitos de Nero e, assim, sendo criticados como novos Neros. Sempre que, por alguma razão, opositores puderam associar governantes a Nero, fizeram isso como uma maneira de desqualificá-los de forma irremediável. Os motivos para gerar essa associação foram muito variados. Um bastante geral e que pode ser empregado a muitos governantes é a acusação de serem vaidosos em demasia e, para piorar, sem muita percepção de que lhe faltam talentos que os aduladores lhe atribuem, produzindo, assim, um governante com o ego demasiadamente inflado.<sup>7</sup> Outra acusação comum que leva a uma associação a Nero é o ataque ao governante por ser responsável pela destruição material ou abstrata de patrimônios ou valores (cabendo a ideia de que esse governante queimou algo literal ou metaforicamente). Por fim, em alguns casos, a lembrança de Nero se dá simplesmente pela associação com a tirania, ou pela combinação desta com algum dos “crimes” de Nero.<sup>8</sup>

3 Cf. MAIER 2013, p. 385-404.

4 Cf. WINTERLING 2012.

5 Muitos dos trabalhos mais recentes têm promovido uma revisão dessa visão do artista-louco e procurado dar um sentido à atividade do imperador nesse campo como sendo de grande importância e alcance. Um exemplo dessa reavaliação pode ser encontrado em Leigh (2017, p. 21-33). Essa perspectiva de reavaliação de Nero é mais geral e bem contextualizada por Miriam Griffin em sua contribuição (GRIFFIN 2013).

6 Pode se encontrar uma boa coletânea de representações de Nero ao longo do tempo no catálogo da exposição dedicada a esse imperador em Roma em 2011 (TOMEI; REA 2011).

7 Nos tempos mais recentes, um bom exemplo dessa representação de Nero é o desempenho de Peter Ustinov no clássico filme *Quo vadis* (1951), que foi a forma de contato com o imperador Nero para um público muito vasto que assistiu ao filme, mas jamais leu Tácito ou Suetônio.

(CONT.)

Assim, a imagem do Nero histriônico, incendiário e louco, capaz de atos abomináveis como o matricídio ou o incêndio de Roma, começou a ser criada na Antiguidade, mas foi sendo retomada por gerações, quer através de representações artísticas (que foram passando pela literatura e artes plásticas, música e ópera e chegando ao cinema e os quadrinhos, mais modernamente<sup>9</sup>), quer através do debate político e da produção de materiais tão diversos como panfletos ou cartazes e textos da imprensa em suas diferentes modalidades. Essas reaproximações com Nero geração após geração fazem dele íntimo de um público amplo que pode reconhecê-lo facilmente quando exposto em sua individualidade ou quando associado a outros personagens.<sup>10</sup> Nas imagens, basta colocar alguém em vestimentas que lembrem vagamente a toga romana com uma lira em suas mãos e fogo a sua volta que imediatamente o público reconhecerá o Nero original ou, mudadas as feições ou feita menção também a algum fato recente ligado aos muitos governantes que foram acusados de tiranos, ególatras ou destruidores, e se reconhecerá prontamente mais um desses muitos novos Neros. Nesse artigo, analisamos apenas mais uma dessas associações que não deve ser entendida isoladamente, mas como parte de uma longa tradição.

## Nero no Brasil: dois exemplos

Essas aproximações entre Nero e a nossa realidade cotidiana podem ser feitas através de personagens com poder, ou simplesmente como retomadas do Nero da Antiguidade. Darei dois exemplos dentro do ambiente brasileiro como mostra dessa amplitude. O primeiro deles vem de um dos maiores clássicos de nossa literatura, o brilhante *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. A casa de Bento Santiago, protagonista e narrador do romance, tinha a figura de Nero decorando sua sala, que replicava o que se tinha na casa anterior, em Mata-Cavalos. Ele nos diz no capítulo 2:

(CONT.)

8 Para uma breve apresentação geral do Principado de Nero, cf. JOLY; FAVERSANI 2019, p. 79-95.

9 Para o caso do cinema, no catálogo da exposição "Nerone" citada anteriormente, temos um estudo bastante interessante, inclusive com a listagem da extensa filmografia que tem Nero como protagonista, cf. PUCCI 2011, p. 62-75.

10 Champlin sintetiza bem esse elemento, ao afirmar que: "ele [Nero] foi o único romano que (...) foi uma presença viva por séculos após sua morte, alguém cujo retorno foi aguardado com esperança e com medo." (CHAMPLIN 2003, p. 235).

Na principal destas [salas], a pintura do tecto e das paredes é mais ou menos igual, umas grinaldas de flores miúdas e grandes pássaros que as tomam nos bicos, de espaço a espaço. Nos quatro cantos do tecto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. (ASSIS 2004, p. 810).

Os nomes por baixo asseguram que sejam identificadas as personagens, sem que seja necessária outra ajuda, uma vez que a qualidade técnica da execução e a distância do observador para a pintura (quer física, quer intelectual) poderiam dar lugar a alguma confusão.<sup>11</sup> Ainda que indique não atinar para a razão, no mesmo capítulo 2 o Casmurro faz nova menção a essas figuras, esclarecendo uma das razões pelas quais elas estavam ali. O personagem decidiu que escreveria um livro. Cogita várias matérias e gêneros, mas se afasta deles porque lhe parece que todos dariam muito trabalho. Então, chega a uma resolução:

Sim, Nero, Augusto, Massinissa, e tu, grande César, que me incitas a fazer os meus comentários, agradeço-vos o conselho, e vou deitar ao papel as reminiscências que me vierem vindo. Deste modo, viverei o que vivi, e assentarei a mão para alguma obra de maior tomo. (ASSIS 2004, p. 811).

César ali está, a par dos demais, como modelo de conduta a ser imitada (ou evitada), como *exemplum*. E como é próprio dos *exempla* desde a Antiguidade, eles não são modelos prescritivos, mas estão abertos à interpretação e são repensados a partir daquele que os toma e do contexto em que os toma.<sup>12</sup> Assim, César, que escreveu os *Comentarii* sobre as Guerras Civis e sobre as Guerras Gálicas, é tomado pelo nosso Bento Santiago como autor a ser emulado. Os antigos foram transmitidos para diferentes sociedades ao longo dos séculos como modelos a serem imitados (ou evitados) e, desde a Antiguidade, isso foi gerando um repertório e tradições interpretativas associados a eles.<sup>13</sup> No caso da imitação de César pretendida por Bento,

*11 Tal representação com os recursos sublinhados por Machado de Assis está em linha com muitas das figurações que nos foram legadas pela Antiguidade, quer no suporte cerâmico quer como elemento de composição arquitetônica doméstica. Para um exemplo particular, serão úteis os diversos estudos realizados por Regina Maria Bustamante sobre os mosaicos norte-africanos, e.g.: <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/regina4.htm>.*

*12 Cf. LANGLANDS 2018; ROLLER 2018.*

*13 Uma excelente abordagem desse tema para o caso de Machado de Assis pode ser encontrada no filme Um canibal nos trópicos (2019), dirigido por Edson Martins. Cf. [https://www.youtube.com/watch?v=xA-fdP8\\_2IOU](https://www.youtube.com/watch?v=xA-fdP8_2IOU). Acesso em: 22 dez. 2019.*

o autor antigo, um grande gênio literário, transforma-se em modelo acabado de autor que pouco se esforça para compor sua obra, um autor modelo para os preguiçosos. Nero não lhe servia, pois se tornou conhecido pelo seu grande esforço e dedicação à arte, indecoroso para um governante. Nero era um mau modelo, mas Bento Santiago necessitava de outro do repertório clássico. Há limites para o uso do passado. O uso do passado transforma o passado, gerando um novo César que se liga com a tradição já construída e a modifica a cada nova apropriação que se faça. Mas, ao mesmo tempo, delimita e qualifica as interpretações que se possa ter do tempo presente, que não se faz senão a partir desse mesmo passado retomado, que dá elementos para compreender e comunicar essa compreensão do presente para os seus contemporâneos.<sup>14</sup>

O outro exemplo, mais breve para a felicidade do(a) leitor(a), retiro de uma música que fez grande sucesso em todo Brasil: a *Dança da Manivela*. Esse *hit* da banda Ásia de Águia continuou sendo cantado em muitos carnavais e bailes, além de ser executada extensamente em rádios depois de seu lançamento em 1997, recebendo versões diferentes em regravações. A música original trazia uma introdução com a sonoridade que remetia a temas militares romanos do cinema e o intérprete Durval Lelys declamava um texto inicial que dizia: “Deus criou Roma, Roma criou Nero e Nero criou a Dança da Manivela.” A canção começa, portanto, colocando em linha de continuidade o início dos tempos, a Criação, e o tempo presente, através de Nero. O Imperador Romano é usado aqui como símbolo de um tempo passado elevado e festivo, que liga a Criação, Roma e o Carnaval da Bahia. Nero, por tantas e tortuosas vias, vai sendo retomado e sendo feito presente geração após geração nos mais diferentes registros e modalidades. Nero não é associado apenas àquilo que ele fez, mas a muitas e infinitas coisas que “alguém como Nero” seria capaz de fazer. Nesse sentido, parece verossímil que o louco e festeiro Nero poderia ter criado a “Dança da manivela”. Isso faz com que Nero seja um personagem da Antiguidade e um tipo “multitemporal”.

*14 Mamede Queiroz Dias analisa esse problema com foco no processo de comunicação, que opera em diversos meios e se reproduz na diacronia e na sincronia, partindo das reflexões teóricas de Niklas Luhmann para o entendimento das sociedades estratificadas. (DIAS 2019, p. 60-91).*

Qualquer um que faça algo que, aos olhos de um grande público, seja próprio de Nero se torna um. Não é preciso repetir algo que Nero tenha feito efetivamente. Basta fazer algo que Nero poderia ter feito. Assim, cada novo Nero vai realizando novas ações que se acrescentam ao repertório ligado a esse Nero, mescla de todos os tempos. Por esse modo, o grande público reconhece e reinterpreta esse novo Nero, que se faz presente e múltiplo a cada nova apropriação que amplia e fortalece o repertório ao qual ele está associado. Estudar Nero é, assim, poder compreender em mais profundidade não apenas o passado romano, mas também as várias sociedades que se apropriaram, reinterpretaram e transformaram a tradição e o repertório associado a Nero. Nesse sentido, Nero faz parte do que alguns chamam de “nossa História” tanto quanto algum Presidente da República Velha, ou até mais, por mais retomado e mais presente na vida das pessoas. A “nossa história”, assim, pode ser entendida de uma forma estanque e paroquial, afastada do cotidiano real das pessoas, como o conjunto de eventos ocorridos em território nacional (arbitrariamente imaginado) que precisam ser lembrados de forma desencarnada, ou, como os historiadores da antiguidade têm defendido em debates recentes, como uma história viva e conectada com as múltiplas e amplas relações que as pessoas hoje constroem entre passado(s) e presente, e que permitem às pessoas pensar a “nossa história” como parte de uma história global, que nos permita refletir sobre a nossa inserção no mundo e nas diferentes temporalidades envolvidas nos processos de integração que compomos e dos quais somos compostos.<sup>15</sup>

## A (lenta e multilinear) criação do BolsoNero

A presença de Nero passou a ser evocada mais uma vez no cenário brasileiro recente, após a posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República no Brasil. Uma das chaves para essa aproximação é a associação entre os nomes dos personagens, que produziu uma mescla de Bolsonaro com Nero: o BolsoNero.

*15 Esse debate se tornou particularmente vivo no Brasil por ocasião da exclusão da História Antiga do componente curricular História na primeira proposta da Base Nacional Comum Curricular. Uma vasta e interessante produção surgiu desse debate com não especialistas, defendendo a inclusão da História Antiga por ser “nossa origem” e sua exclusão por não ser “nossa história”. Ambas abordagens, absurdamente superficiais e sem nenhum contato com os rumos da produção concreta e efetiva da área, foram contrapostas por uma produção de especialistas debatendo o lugar da História Antiga no campo do ensino e na nossa cultura histórica de forma mais geral. Um bom exemplo dessa produção pode ser encontrado no dossiê publicado na revista Mare nostrum, v. 8, n. 8, de 2017: <http://www.revistas.usp.br/marenostrum/issue/view/10208> Uma contribuição importante sobre a formação do campo História Antiga na longa duração e as implicações das novas perspectivas ligadas à globalização para a nossa concepção da disciplina pode ser encontrada em Guarinnello (2014).*

A primeira menção pública a essa associação entre Nero e Bolsonaro com grande repercussão que pudemos localizar foi feita pelo ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva em entrevista dada para a revista alemã *Der Spiegel* e publicada em 24 de maio de 2019. A associação Bolsonaro-Nero deu título à matéria que trazia a entrevista: “Bolsonaro gleicht Nero: Er setzt das ganze Land in Brand”.<sup>16</sup> A entrevista foi repercutida por vários veículos no Brasil, traduzida para o português e publicada no site [lula.com.br](http://lula.com.br).<sup>17</sup> O título das matérias aqui no Brasil seguiram repetindo a publicação original: “Bolsonaro é como Nero: ele incendeia o país inteiro”. Nos vários veículos que publicaram ou repercutiram a entrevista, foram numerosos os comentários do público, mostrando afinidade com a comparação ou opinando que ela seria mais adequada para os governos do PT. De todo modo, a tecla era sempre a mesma: seja com Bolsonaro, seja com o PT, temos uma tirania que destruiu o Brasil, temos Nero entre nós, inclusive incendiando-o com greves e distúrbios, no caso dos que acusavam o PT. Cada leitor se apegava a uma forma de redesenhar Nero que melhor se ajustasse a suas convicções políticas para atacar seu adversário. Nero se fazia instrumento para compreender o presente e o presente se fazia um mecanismo para compreender quem foi esse Nero do passado. O Nero do passado é monstruoso sempre (como os seus espelhos no presente), mas são ambos diversos, conforme as leituras do presente e do passado esgrimidas pelos intérpretes. O aspecto da adulação, que faria o governante crer que é aquilo que manifestamente não é, gerando o ridículo dos egos inflados, por exemplo, foi decalcado no Bolsonaro que é sempre recebido com o grito de “mito, mito, mito”, mas não no PT. O PT colocou fogo no país, é desonesto e queria se perpetuar no poder, nessa aproximação com Nero. Nesse sentido, a relação entre passado e presente não se dá pelo mero uso deste pelos contemporâneos para desenhar livremente o passado e tanto menos como legado que nos chega e determina o que somos pelo que fomos. Há uma relação de mútua construção entre passado e presente nessas construções dos Neros, com ênfases diversas, lembranças, esquecimentos e acréscimos, através de um processo que

16 <https://www.spiegel.de/plus/lula-da-silva-bolsonaro-gleicht-nero-er-setzt-das-ganze-land-in-brand-a-00000000-0002-0001-0000-000164076199>. Acesso em: 22 dez. 2019.

17 <https://lula.com.br/traducao-da-entrevista-editada-para-a-der-spiegel-bolsonaro-e-como-nero-ele-incendeia-o-pais-inteiro/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

cremos ser melhor compreendido como sendo uma construção mútua desses Neros que pertencem ao(s) passado(s) e ao presente como *allelopoiesis*.<sup>18</sup>

Em uma das representações do BolsoNero, publicada para ilustrar a matéria do *blog* “Conversa afiada”, há uma releitura do cartaz do filme *Quo Vadis* (1951), com a substituição das feições de Nero pelas de Bolsonaro e com a inserção de uma colunada nas laterais. Infelizmente, não é dado crédito para a autoria da ilustração. A matéria dá destaque à destruição da empreiteira Odebrecht e repercute a entrevista de Lula. Na entrevista, contudo, Lula não faz esse elo entre a destruição da Odebrecht e Bolsonaro – Nero. O destaque em subtítulo é dado pelo autor da matéria, Paulo Henrique Amorim. Mesmo que por vias tortas, em uma nova recomposição, a noção de destruição da Odebrecht é colada à imagem de Nero.<sup>19</sup> No mecanismo já apresentado para a “Dança da manivela”, temos que Nero é quem é capaz de destruir a grande empreiteira Odebrecht para satisfação de sua loucura. Quem destruiu a Odebrecht nessa leitura proposta pelo jornalista foi a força-tarefa da operação Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro. Mas o monstro que surge dessa ruína é Bolsonaro, que se torna o destruidor por sua associação a ela.

18 *Allelopoiesis* deriva do grego *allelon* (recíproco) e *poiesis* (fazer/criar) e foi proposto como uma possibilidade de análise para a compreensão das concepções imperiais produzidas modernamente a partir da leitura das experiências antigas. Cf. HAUSTEINER; HUHNHOLZ; WALTER 2010, p. 15.

19 <https://www.conversaafiada.com.br/politica/lula-bolsonaro-e-um-nero>. Acesso em: 22 dez. 2019.

## Lula: Bolsonaro é um Nero

É preciso preservar a empresa Odebrecht!

Compartilhar 938

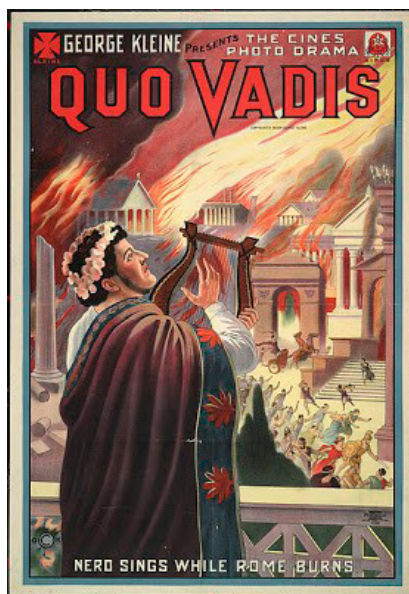
TweeStar

Compartilhar

Email

Imprimir

publicado 25/05/2019



Contudo, antes dessa entrevista de Lula, já no início do governo de Bolsonaro, Nani publicou uma charge associando o Presidente da República, que tinha assumido o mandato há cerca de um mês e meio, ao Imperador Romano. A caracterização é mínima, com símbolos usuais: a toga romana, a coroa de louros que remete ao poder dos Césares, a lira que o vincula à música e à loucura que o levou a destruir Roma, representada por sua vez pelo fogo que domina toda a cena. No alto, a mescla de nomes do Presidente e do Imperador faz indicar que Bolsonero é um louco que tudo destruirá. Como em



Machado, a legenda garante a identificação. Nesse momento inicial, a associação se dá sobretudo por duas razões. Uma delas é a crítica ao governo de uma pessoa manifestamente despreparada para o governo da República, bem representada pela sua assumida ignorância completa dos temas econômicos, que gerou o apelido de “Posto Ipiranga” para o futuro Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, ainda na campanha.<sup>20</sup> Outra razão para a aproximação entre Bolsonaro e Nero já nesse início é a remissão à tirania e à violência, uma vez que o Presidente da República sempre adotou uma postura negacionista dos crimes da Ditadura Militar<sup>21</sup> e afirmava total desprezo pela democracia, afirmando, inclusive, que não era possível governar nesse regime.<sup>22</sup>

## BOLSONERO

TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2019



Um semestre depois, a charge é publicada no blog de Reinaldo Azevedo que designa que o Presidente e “Sergius Morus” teriam, como lenha do incêndio, os órgãos de Estado.<sup>23</sup> Com o avanço do governo, os críticos de Bolsonaro vão ter cada

20 Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/criadores-da-campanha-do-posto-ipi-ranga-comemoram-apelido-de-guru-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2019.

21 Para o tema de negacionismo no período anterior à eleição com o foco no combate em torno da Comissão da Verdade, cf. PEREIRA 2015.

22 Cf. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,familia-bolsonaro-critica-a-democracia-do-brasil-desde-1990-relembre,70003004404>. Acesso em: 22 dez. 2019.

23 <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/08/17/bolsonero-e-sao-sergius-morus-unidos-na-destruicao-de-orgaos-de-estado/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

vez mais elementos para associar o Presidente à destruição. A destruição da estrutura e da organização do Estado, de investigações contra pessoas próximas a ele, de direitos, de seu próprio Partido – o PSL – da liberdade de ensinar e aprender – e mais particularmente das Ciências Humanas, as destruições se sucedem em ritmo acelerado, como em um grande incêndio.

Nessa linha de associação, podemos citar como bom exemplo a entrevista dada pelo jurista Miguel Reale Júnior para a Rádio Guaíba. O entrevistado foi Ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso e também um dos autores do pedido de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Após afirmar que o caso de Bolsonaro seria de interdição, e não de *impeachment*, aludindo à loucura do Presidente, ele avança mais na sua avaliação ligando-o ao Fascismo e à queima. O argumento está pronto para unir Bolsonaro a Nero. É esse passo que ele dá ao dizer que: “Isso é fascismo cultural. O que não estiver de acordo, com sua rasa compreensão, tem que ser queimado por isso que eu digo, ele é um ‘Bolsonero’.”<sup>24</sup> Louco, “fascista” e “incendiário”, ainda que seja uma queima abstrata, é Nero. O anacronismo de ligar Nero ao Fascismo não é um problema. Pelo contrário, pelo processo de *allopoidesis*, essas temporalidades se mesclam e uma é explicada e construída pela outra. Torná-las indistintas as torna mais fortes, pois já conhecidas e familiares com as diferentes formas de Nero, que deve ser, portanto, fortemente rejeitado em sua expressão particular por via do silogismo: Nero é ruim, o que é ruim deve ser rejeitado, logo quem atua como Nero deve ser rejeitado.

24 <https://guaiba.com.br/2019/07/29/e-caso-de-interdicao-considera-miguel-reale-jr-sobre-bolsonaro/> Acesso em: 22 dez. 2019.

25 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/entenda-a-polemica-envolvendo-bolsonaro-e-o-inpe-f7e27aa4a276cd32e-59978704d-2794194z00o4g1.html>. Acesso em: 22 dez. 2019.

26 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/04/bolsonaro-ja-fez-99-ataques-a-impressao-brasileira-aponta-fenaj>. Acesso em: 22 dez. 2019.

## BolsoNero Amazônico

Contudo, a destruição mais marcante – e que gerou uma forte associação entre Nero e Bolsonaro – foram os incêndios na Amazônia. Incapacidade para governar, perseguição (bem representada pelos ataques ao INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, especialmente ao seu presidente)<sup>25</sup>, postura fortemente autoritária frente à imprensa (acusada de criar o problema)<sup>26</sup>, portando-se como um louco ao fazer declarações

desconexas com a realidade e com sua posição de Presidente da República<sup>27</sup> e enlouquecido pelos aduladores gritando “mito, mito, mito” e, acima de tudo, associado às imagens de fogo, muito fogo dos enormes incêndios da floresta, impulsionaram fortemente os ataques a Bolsonaro em associação com Nero. Até mesmo a tentativa de Bolsonaro de culpar as ONGs ou o ator Leonardo de Caprio pelos incêndios gerou uma aproximação fácil com Nero, acusando falsamente os cristãos pelo incêndio de Roma e os perseguindo injustamente.<sup>28</sup> Todos esses fatores somados colocaram “BolsoNero” de vez na pauta.

Um bom exemplo dessa associação que foi feita massivamente é a matéria de capa da revista *Isto É*, em sua edição 2592 de 30 de agosto de 2019. A preocupação era não só com o incêndio da Amazônia, mas também com a reputação nacional que teria sido totalmente “queimada” pelo Presidente da República com suas declarações desastrosas, bem exemplificadas na grosseria cometida contra a Primeira-Dama da França naquela mesma semana.<sup>29</sup> A matéria de capa tinha como manchete “Bolsonaro queima o Brasil para o mundo”, associando os incêndios na Amazônia e a perda de reputação internacional como elementos para a piora da economia. Essa edição traz um editorial intitulado “O abominável Bolsonaro das queimadas”, em alusão à monstruosidade, e, nas entrevistas dessa edição, temos o ator Pedro Cardoso, que trata do “fascismo brasileiro”, e Fernando Henrique Cardoso, que ressalta a incompetência de Bolsonaro para tratar com a crise ambiental, além de dizer que o regime adotado se aproxima de uma “monarquia”, por conta de ser o governo de uma família (em alusão ao poder de mando dos filhos do Presidente), e, por fim, acusa o mandatário de se afastar totalmente do decoro exigido para sua posição. Bolsonaro e Nero se unem em um mosaico de loucura, monstruosidade, “fascismo”, “monarquia”, incêndios (aquele concreto da Amazônia e tantos outros metafóricos, como o de nossa reputação internacional) e problemas econômicos derivados destes: vemos BolsoNero de imediato e ele ilustra a capa da revista. A qualidade das aproximações, no sentido de sua precisão frente ao que se tem

27 <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,quebrando-loucas,70002747286>. Acesso em: 22 dez. 2019.

28 <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-leonardo-dicaprio-de-pagar-para-tacar-fogo-na-amazonia,70003107321>. Acesso em: 22 dez. 2019.

29 <https://istoe.com.br/edicao/2592/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

na documentação antiga ou no uso dos conceitos não é, como usual, uma fragilidade desse processo de construção que, por ter pouco rigor, permite ao público ver vários elementos que compõem um quadro que “vem de longe” e, por isso, se torna mais verossímil. A mistura de temporalidades atua como uma forma de lançar luz a esses passados, relidos pelo presente, e, ao mesmo tempo, gerar uma nova compreensão do presente. Os diversos tempos envolvidos na revista geram um processo de *allopóiesis*. No caso da revista *Isto É*, como usualmente ocorre na imprensa brasileira, a falta de um mínimo de erudição produz confusões interessantes. O instrumento que normalmente é associado com Nero, a lira, é trocada no texto e legenda da matéria de capa pela harpa. Aparentemente, a harpa pareceu mais familiar, ainda que tenha diferenças nada desprezíveis com a lira. O jornalista preferiu retirar a lira e temos um novo Nero, tocador de harpa para acompanhar poesia épica. Inédito, sem muito sentido, mas acaba ampliando e fortalecendo o repertório, gerando uma nova forma de aproximar Nero do público. A ilustração da capa traz, contudo, uma lira. Não importa. Algumas associações poderão ser incorporadas à tradição e outras, por esdrúxula como Nero tocando harpa, serão esquecidas. Talvez o jornalista não saiba diferenciar os dois instrumentos. Possivelmente, uma parte dos leitores da revista também não. Multiplicam-se os Neros com base no que as pessoas sabem e também no que elas ignoram. Alguns vão se manter; outros desaparecerão. A tradição os liga, mas o repertório não é fixo.



Após o ápice do uso do termo BolsoNero com os incêndios da Amazônia, temos um retorno ao uso esporádico. O termo passa a ser mais usado com a entrevista de Lula a *Der Spiegel*, como se pode notar nesse gráfico do Google Trends<sup>30</sup>. O pico de interesse, contudo, vem na época em que fica claro pelos dados do INPE que os incêndios na Amazônia atingem patamares muito elevados com várias retomadas menores a seguir:

<sup>30</sup> <https://trends.google.com/trends/explore?geo=BR&q=bolsonero>. Acesso em: 22 dez. 2019.

● bolsonero  
Termo de pesquisa

+ Comparar

Brasil ▾ Últimos 12 meses ▾ Todas as categorias ▾ Pesquisa na Web ▾

Interesse ao longo do tempo ?



Um desses retornos ao uso de BolsoNero apareceu quando finalizamos a última revisão do artigo para publicação. Com a eclosão da pandemia de coronavírus, Bolsonaro adota uma postura negacionista e manifesta sua pouca preocupação com a possibilidade de haver a perda de vidas no Brasil. O seu descolamento com a realidade que se apresentava com grande gravidade em diferentes partes do mundo e o desprezo pelas vidas, especialmente dos mais velhos, fez as menções a BolsoNero serem retomadas com mais força. Um exemplo importante desse momento é representado pela matéria da tradicional revista *The economist*, de 26 de março de 2020. O título da reportagem era “BolsoNero - Brazil’s president fiddles as a pandemic looms.”<sup>31</sup>

## Conclusões

A construção das diferentes noções de um BolsoNero tem servido às disputas políticas do presente com base na reeleitura que se faz do presente e do passado, articulando reflexões que têm por base a conjuntura com aquelas mais estruturais, dadas por uma pretensa visão de longa duração que permite a retomada da imagem de Nero. Nero serve para iluminar o debate particular com uma reflexão universal sobre o que é capaz de fazer um governante louco, ignorante e arrogante, com o ego inflado pela adulação de apoiadores inconsequentes. Nesse contexto brasileiro do governo Bolsonaro, o Nero original fica associado, sobretudo, à ideia de um governo autoritário e que se sustenta pela perseguição de seus opositores e aos incêndios, quer seja ele muito concreto na Amazônia quer seja metafórico, referindo-se a tudo que se alegue estar sendo destruído por esse governo. BolsoNero, como tentamos demonstrar, representa sínteses que reúnem diversas temporalidades em um processo de *allelopoiesis*. Há uma construção recíproca e simultânea do(s) passado(s) e do presente, gerando o processo que chamamos de *allelopoiesis*, produzindo Neros que não pertencem exclusivamente ao(s) passados ou ao presente, mas mesclam e confundem

31 “BolsoNero - Brazil’s president fiddles as a pandemic looms”. *The economist*. London. 26th March 2020. <https://www.economist.com/the-america/2020/03/26/brazils-president-fiddles-as-a-pandemic-looms>. Acesso em: 28 mar. 2020. Esse pico não aparece no gráfico acima, gerado na versão inicial do artigo, em dezembro de 2019.

inextricavelmente essas temporalidades em diferentes sínteses que se comunicam através de uma tradição com a forma de repertório a ser reapropriado e modificado.

Não se trata, portanto, apenas de um uso do passado. BolsoNero é claramente relido e recriado de forma a se separar do passado. Fica claro que traços constituintes fundamentais do personagem são novos e originais. Mesmo assim, sua compreensão só pode se dar em uma perspectiva de duração mais longa, em que Nero cumpre um papel não como legado que recebemos, mas como elemento que ocupa as diversas temporalidades da história humana. Nero representa um tipo de governante que as reinterpretações ao longo do tempo fazem ser novo e antigo, ao se basear em uma tradição que vem desde a Antiguidade, mas sem se limitar a ela, e ganha força entre um público amplo por se construir com base em um repertório de muitos Neros criados pela história. Isso faz com que ele seja um velho conhecido de todos, mesmo que tenha menos relação com o Nero que viveu no século I d.C. do que com aqueles que o sucederam como novos Neros com crimes sempre novos, cometidos não por Nero, mas por alguém que é como Nero<sup>32</sup>. Neros são muitos, são pouco ou nada ajustáveis ao que a documentação nos traz e prometem ainda serem muitos... Enquanto houver tiranos, incendiários, ególatras, assassinos no poder, Nero estará entre nós. Seja lá quem ele for, será lembrado por lutadores e lutadoras contra as tiranias e destruição dos patrimônios que pertencem à humanidade em seus mais diferentes formatos. O uso de Nero permite colocar as lutas locais em uma esfera universal e transgeracional contra a tirania e a opressão. Estudar e compreender essa luta será sempre superficial, se não impossível, em uma perspectiva paroquial e de curta duração. É o que devemos evitar, caso queiramos que a História tenha valor para a sociedade.

*32 Para outra associação que está sendo construída no nosso tempo entre um governante e Nero, contudo com elementos muito diversos, gerando outro Nero bem distinto, podem ser lembradas as alusões a Trump-Nero. Uma rápida busca na internet trará inúmeros exemplos tanto imagéticos quanto textuais desse par. Mas, como toda retomada de Nero, há uma mescla original entre passado (representado pelas muitas imagens de Nero construídas ao longo do tempo e não aquele "original" apenas) e a interpretação, negativa, destaque-se, do contexto presente. Para um exemplo de boa análise dessas associações produzidas já na época da posse, Cf. FREUDENBURG, Kirk. "Donald Trump and Rome's Mad Emperors" . **Common dreams**, 29 de abril (2018).*

(CONT.)

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. In: COUTINHO, Afrânio (org.) **Obra completa de Machado de Assis**. V. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

“BolsoNero - Brazil’s president fiddles as a pandemic looms”. *The economist*. London. 26<sup>th</sup> March 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/03/26/brazils-president-fiddles-as-a-pandemic-looms>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CHAMPLIN, Edward. **Nero**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

DIAS, Mamede Q. **Imperador ou tirano: Comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)**. Tese (Doutorado em História). Mariana: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

FERRI, Rolando. **Octauia**. A play attributed to Seneca. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FREUDENBURG, Kirk. “Donald Trump and Rome’s Mad Emperors”. **Common dreams**, 29 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.commondreams.org/views/2018/04/29/donald-trump-and-romes-mad-emperors>. Acesso em: 22 dez. 2019.

GRIFFIN, Miriam T. “Nero from zero to hero”. In: BUCKLEY, Emma; DINTER, Martin T. **A companion to the Neronian age**. London: Blackwell, 2013.

GRIFFIN, Miriam T. **Nero: The end of a dynasty**. London: Routledge, 1984.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. Campinas: Contexto, 2014.

(CONT.)

*Mencionamos aqui, para efeito de exemplificação dessa associação ainda existindo em tempos atuais, o livro que será lançado no ano que vem, mas já em pré-venda, cujo título é American Nero: The History of the Destruction of the Rule of Law, and Why Trump Is the Worst Offender. Cf.: <https://www.amazon.com/American-Nero-Matters-Donald-Trump/dp/1948836017>, acesso em 19 dez. 2020. Os exemplos não se limitam a ambientes políticos conectados de forma reiterada com o “legado” do Império Romano. Esse ó caso, até certo ponto surpreendente, da associação que foi feita por um desertor do regime Norte-Coreano entre Kim Jong Un e... Nero! O fato desse “Nero” ter matado seu meio-irmão, entre outros familiares, e ter destruído obras de outros por ciúmes de seu sucesso ou desconfiar da fidelidade de todos que o cercam e até mesmo se sentir culturalmente deslocado são lembrados para dizer que Kim Jong Un seria um Nero do século XXI. Cf. SHIM 2017.*



HAUSTEINER, Eva Marlene; HUHNHOLZ, Sebastian; WALTER, Marco. **Imperial interpretations**: The imperium romanum as a category of political reflexion. *Mediterraneo Antico*. Roma: Fabrizio Serra Editore, 2010, anno 12, fascicolo 1-2, p. 11-15.

JOLY, Fábio Duarte; FAVERSANI, Fábio. "Os Júlio-Cláudios". *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco. **História de Roma**. V. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 79-95.

LANGLANDS, Rebecca. **Exemplary ethics in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LEIGH, Matthew. "Nero the Performer." *In*: BARTSCH, Shadi; FREUDENBURG, Kirk, LITTLEWOOD, Cedric A. J. (eds.). **The Cambridge companion to the age of Nero**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 21-33.

MAIER, Harry O. "Nero in Jewish and Christian tradition from the first century to the Reformation". *In*: BUCKLEY, Emma; DINTER, Martin T. **A companion to the Neronian age**. London: Blackwell, 2013. p. 385-404.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. "Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)". **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, set./dez., p. 863-902, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PUCCI, Giuseppe. "Nerone superstar". *In*: TOMEI, Maria Antonietta; REA, Rossella (cur.) **Nerone**. Roma: Electa; Ministero per i beni e le attività culturali; Soprintendenza speciale per i Beni archeologici di Roma, 2011. p. 62-75.

ROLLER, Matthew B. **Models from the past in Roman culture**: a world of exempla. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SHIM, Elizabeth. "Defector compares North Korea's Kim Jong Un to Roman emperor Nero". **UPI (United Press International)**, world news, de 7 de março de 2017. Disponível em: [https://www.upi.com/Top\\_News/World-News/2017/03/07/Defector-compares-North-Koreas-Kim-Jong-Un-to-Roman-emperor-Nero/6951488911017/](https://www.upi.com/Top_News/World-News/2017/03/07/Defector-compares-North-Koreas-Kim-Jong-Un-to-Roman-emperor-Nero/6951488911017/). Acesso em: 21 abr. 2020.

TOMEI, Maria Antonieta; REA, Rossella (cur.) **Nerone**. Roma: Electa; Ministero per i beni e le attività culturali; Soprintendenza speciale per i Beni archeologici di Roma, 2011.

WINTERLING, Aloys. "Loucura imperial na Roma Antiga". **História**. Franca: Unesp, v. 31. n. 1, jan. jun. 2012.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Fabio Faversoni

faversani@ufop.edu.br  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Mariana  
Minas Gerais  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Fábio Faversoni  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História  
Rua do Seminário, s/n  
35420-000  
Mariana - MG - Brasil

## FINANCIAMENTO

Esse artigo foi escrito como parte do desenvolvimento do projeto "Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies) (PTDC/LLT-OUT/28431/2017)".

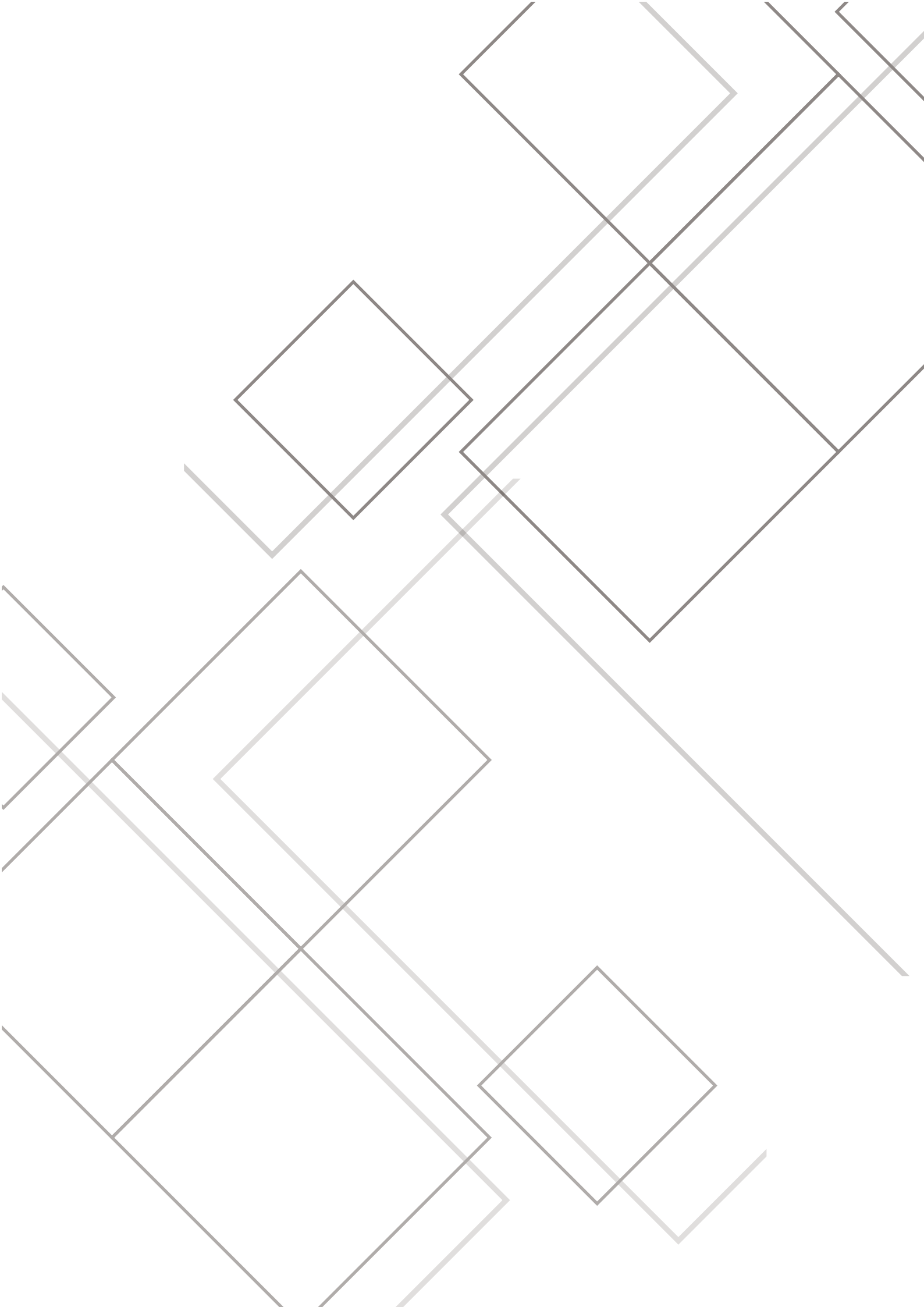
## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.*  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
Sem Derivações 4.0  
International.



RECEBIDO EM: 23/DEZ./2019 | APROVADO EM: 1º/MAR./2020




# Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas

Between tradition and innovation: the IHGB and biographical writing in the early republican decades

Alexandre de Sá Avelar <sup>a</sup>

E-mail: [alexandre.avelar@uol.com.br](mailto:alexandre.avelar@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0002-1441-2087> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História, Uberlândia, MG, Brasil

## RESUMO

Ao longo de todo o período imperial, o gênero biográfico exerceu um expressivo papel na operação historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujos sócios viam nas narrativas dos indivíduos ilustres não apenas guias exemplares para o presente e para o futuro, mas também uma modalidade de preservação do que era considerado relevante no passado nacional. Esses objetivos se alteraram sensivelmente com o advento do regime republicano? A queda da Monarquia redefiniu o estatuto do gênero biográfico entre os sócios da velha instituição? O presente artigo, ao analisar uma parte da produção biográfica do IHGB, nas duas primeiras décadas republicanas, tem como principal objetivo responder a essas questões.

## ABSTRACT

The biographical genre was crucial in the historiographical operation of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) during Brazil's imperial period. The Institute's members saw in the narratives of illustrious individuals not only exemplary guides for their present and future, but also a way to preserve what was considered relevant in the national past. Did these goals change significantly with the advent of the republican regime? Did the fall of the Monarchy redefine the status of the biographical genre among the members of the old IHGB? This article seeks to answer these two questions through the analysis of part of the biographical production of IHGB in the first two republican decades.

## PALAVRAS-CHAVE

Biografia; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; História

## KEYWORDS

Biography; Brazilian Historical and Geographic Institute; History

## O tempo desorientado: a proclamação da República e o IHGB

Ao tomar a palavra na sessão de 29 de novembro de 1889, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Souza Silva, elevou-se diante de quinze presentes. O número era bastante reduzido, se comparado aos momentos áureos da agremiação, quando várias dezenas de letrados discutiam entusiasticamente uma grande quantidade de assuntos, procediam à leitura de inúmeras obras de história e geografia, homenageavam sócios recém-falecidos e celebravam o ingresso de novos. Aos ouvintes, certamente consternados, Souza e Silva anunciou:

Senhores! Imperiozo dever do meo cargo me força a annunciar-vos que jamais n´essa cadeira se assentará aquelle que durante quarenta anos desempenhou verdadeiramente o título de protector de nossa associação, elevando-a à face das nações mais cultas a grande consideração, que goza actualmente. Das actas das sessões dos nossos trabalhos e das nossas sessões magnas, celebradas na sua caza, com todo o esplendor e solenidade, consta e constara sempre, o que foi o Imperador D. Pedro II para com o Instituto Histórico, que lhe retribuiu numerosos favores com a maior gratidão, por consideral-o como seo primeiro alumno, e por tel-o sempre como seo desvelado protector.

Os que têm acompanhado a marcha dos trabalhos do Instituto Histórico durante meio seculo não podem deixar de reconhecer que so por amor da patria e da gloria aqui nos reuniamos sob o exemplo da assiduidade de quem foi entre nós o primeiro. Ao transpor aquelle limiar desaparecia o monarca, e vinha o alumno sentar-se n´esse throno da democracia e tomar parte em vossas suadas lucubrações (...) (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1889, p. 534)<sup>1</sup>.

A destituição de D. Pedro II – que estivera presente na sessão anterior, do dia 7 de novembro – parecia sugerir, de forma melancólica, a interrupção de uma marcha, de um fluxo temporal ordenador da experiência de todos aqueles

*1 As passagens extraídas das páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram citadas respeitando-se a grafia original.*

que, por mais de seis décadas, se dedicaram ao penoso e delicado trabalho de dar sentido e forma a um certo discurso sobre a nação.<sup>1</sup> A mudança de regime político significava o rompimento com o fio da história, o sentimento de que tudo estava jogado para “fora do tempo”. Souza Silva esforçava-se por deslocar o Instituto das “necessidades intransigentes da política” e resguardar, talvez já pensando nas dificuldades a serem enfrentadas dali em diante, a obra indispensável conduzida por sócios abnegados e de incontestável patriotismo. Em um mesmo movimento, o discurso presidencial ratificava o mecenato do imperador, expressando profunda gratidão, e afirmava o papel ativo do IHGB, que transformava até mesmo a autoridade real em um atento aluno. Se havia reverência à figura de D. Pedro II, os trabalhos desenvolvidos pelos letrados fundavam uma vida intelectual autônoma a serviço de objetivos que transcendiam os destinos individuais. Era em nome dessa obra de gerações inteiras que os sócios do IHGB, apesar de sua confessa gratidão ao imperador deposto, não desejavam, nas palavras de Souza Silva,

se antepor de modo algum à ordem das novas couzas estabelecidas e a que nos curvamos, certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra à qual Deos outorgou por símbolo a cruz de sua redempção, e a quem imploramos, que a republica seja tão livre como o foi o imperio de Pedro II (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1889, p. 535).

Apesar dos incontornáveis lamentos, a sessão prosseguiu e toda a ordem do dia foi cumprida, com nomeação de novos sócios, homenagens aos falecidos, prestação de contas, leitura de ofícios diversos. A continuidade dos trabalhos demonstrava que a instituição se mantinha firme nos seus mais nobres propósitos de produzir conhecimentos históricos úteis à nação que, agora, deveria ser reinventada. As vicissitudes da política, as turbulências e paixões advindas das ruas constituíam justamente esse *outro* ao qual os sócios lutavam permanentemente para se opor. Honrar os antepassados que

*2 Concordo com as observações de Te-místocles César, para quem a nação, como articuladora do discurso sobre a história no século XIX brasileiro, não esgota as possibilidades da vida intelectual desse período, pois “um sem-número de projetos, ideias, ações, são dissimulados ou obscurecidos pela grandiosidade da Nação” (CÉZAR 2018a, p. 5).*

tanto tinham feito para a escrita da nossa história significava, sobretudo, traduzir uma expectativa de futuro: se ela não mais podia estar ligada à continuidade do Império, que, ao menos, perpetuasse o gosto pelo conhecimento do nosso passado.

O discurso do presidente da velha agremiação não disfarçava a preocupação com os rumos vindouros. Ao relembrar os grandes feitos e a vocação para a posteridade dos grandes sócios, Souza Silva procurava assegurar o futuro do IHGB diante das incertezas que o momento despertava, o que talvez explique ainda o tom moderado e conciliador com qual o novo regime era tratado. Ao tomar a palavra, o sócio João Severiano da Fonseca, nessa mesma perspectiva, afirmou que

o advento da Republica Brasileira trouxe-nos uma perda immensa e um immenso pezar: o afastamento do nosso augusto e venerando imperador. Sahio –, mas o Instituto sabe que sua retirada não foi um castigo; foi a consequencia imperiosa, imprescindivel, fatal, da nova ordem de couzas; foi uma necessidade inevitavel; foi a garantia, não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador. E com elle seguiram todo o respeito, a estima e a veneração que os Brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Sahio, porque não podia ficar. Não é um decahido; é antes um aposentado; retirando-se com todas as honras e distincções (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1889, p. 537).

A República, como inevitabilidade histórica e desfecho estabilizador da conturbada situação política do país, não apagava, por outro lado, a grandeza da figura imperial que deixava o cargo sob as bênçãos eternas dos sócios do IHGB. Se sua decadência era irreversível, o regime monárquico, entretanto, não se apresentava como um passado morto e a “aposentadoria” do monarca simbolizava apenas um afastamento sem a perda da memória de sua atuação como mecenas do Instituto. A submissão à nova ordem, defendia João Severiano da Fonseca, era mais uma demonstração do zelo do Instituto pelos interesses nacionais.



Havia, por outro lado, divergências a respeito de uma aproximação mais efetiva em relação à República recém-proclamada. Na sessão posterior, de 6 de dezembro de 1889, foi rejeitada uma proposta de nomeação de uma comissão encarregada de saudar o governo provisório republicano, o que sugere o desejo de conservar certa distância política em relação ao novo regime (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1889, p. 546). Sob a República, de todo modo, o IHGB lutaria tenazmente pela sua sobrevivência e expressar, a todo o momento, a relevância de sua existência intelectual era uma das estratégias mais acionadas.

Ciosos dos impactos provocados pelas transformações políticas pós-1889, os integrantes do IHGB não se mostravam dispostos apenas a aceitarem – sem maiores resistências, mas também sem demonstrações entusiasmadas de assentimento – os rumos do novo regime recém-inaugurado, incorporando, em suas fileiras, republicanos entusiasmados, simpatizantes e adesistas de última hora. Estavam também propensos a reavaliarem os sentidos do conhecimento histórico que produziam, adaptando-o ao turbulento presente. Como bem assinala Hugo Hruby, “as concepções sobre a História e as atividades do historiador se fragilizaram perante a alteridade de reflexões oriunda da heterogeneidade do quadro social” (HRUBY 2012, p. 266). A força do passado não bastava para alimentar as demandas de uma consciência histórica que precisava se ajustar a um momento visto, simultaneamente, com apreensão e expectativa. O horizonte de realização de uma escrita historiográfica capaz de promover coesão nacional e sentido patriótico não desaparecera. Como autoridade e tradição, o discurso da história continuava a modular as apreensões do tempo e se inscrevia como fonte de múltiplos usos nos quadros da vida política de um país que se via às voltas com a tarefa de dar novos sentidos à nacionalidade. Assim, o IHGB reafirmava seu compromisso em solidificar uma consciência cívica através das formas disponíveis de figuração do passado, mas essas, por outro lado, pareciam instáveis diante

dos rumos dos acontecimentos. Sem uma revisão dos métodos, problemas e procedimentos, o IHGB escaparia da temível obsolescência? Seria possível que os fundamentos teóricos e epistemológicos que nutriam a operação historiográfica do Instituto permanecessem inteiramente isolados da volúpia dos acontecimentos? O que era preciso fazer para que a história continuasse sendo esse facho a iluminar o presente e a assegurar os recursos morais para as ações dos homens em prol da nação? Como revitalizar a função magistral do conhecimento do passado, tópico recorrente desde os primórdios do Instituto? Quais discursos e concepções deveriam ser incitados para que se preservasse a autonomia da prática historiadora? Essas questões transfiguravam-se em disputas intelectuais em torno das noções de história e de historiador, ao mesmo tempo em que procuravam fundar novos elementos da identidade nacional. Assim,

a concepção de história e o tipo de narrativa histórica que estariam sendo elaborados no período, portanto, decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime. Um regime que precisava se legitimar, produzindo tanto um “passado” no qual se pudesse reconhecer e ser reconhecido, como “futuros” que pudessem ser projetados e nos quais se pudesse acreditar (GOMES 2009, p. 24).

Neste artigo, a tarefa primordial será oferecer alguns elementos que possam configurar respostas razoáveis para essas perguntas, as quais, por si mesmas, são bastante genéricas e demandam algum eixo orientador para se efetuar a análise. Desse modo, o foco será concentrado no papel da escrita biográfica entre os sócios do IHGB nas duas primeiras décadas republicanas. Tal escolha decorre do próprio papel da biografia como uma questão epistemológica e política decisiva entre os sócios do Instituto. Desde sua fundação, o IHGB inscreveu seu projeto historiográfico nos marcos de uma construção intelectual, com base na qual o passado, lido como exemplaridade, deveria coexistir com a percepção do novo, ou seja, da nação que surgia como o horizonte dos homens e das

mulheres daquele tempo. Os esforços dos letrados do velho Instituto instituíam os contornos e sentidos de uma *retórica da nacionalidade*, compreendida como

um conjunto de estratégias discursivas que, malgrado a natureza dispersiva dos seus elementos constituintes, foi utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterógena e compósita da sua formação social, compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade (CEZAR 2018b, p. 20).

As biografias apresentavam homens ilustres que encarnavam os valores coletivos celebrados pela sociedade política monárquica em consonância com seu projeto de edificação de um sentimento nacional em sintonia com os tempos novos pós-1822. A construção dessa galeria de notáveis afinava-se ainda com os anseios de objetividade e de rigor documental que moviam os literatos na elaboração de uma operação historiográfica lastreada pelas perspectivas mais gerais da história *magistra vitae*. Assim, “a possibilidade de se atribuir à nação uma identidade original, um espírito próprio e irreduzível ao das demais, serviria de fundamento para a historiografia romântica e nacionalista do Oitocentos e, por conseguinte, para a criação de grandes galerias biográficas nacionais” (OLIVEIRA 2011, p. 20).

Inseparável dessa função uniformizadora, as biografias oitocentistas do IHGB ambicionavam alcançar um estatuto de verdade que não diferia, em essência, das expectativas de uma moderna escrita da história. Talvez seja prudente observar que essa escrita biográfica se realizava sob a confluência de dois regimes de historicidade. Simultaneamente, o gênero biográfico fundava-se sob a perspectiva magistral – já salientada – de funcionar como elemento moral de educação dos homens, devendo também fornecer contornos históricos à nação, cuja emergência prenunciava uma ruptura e uma abertura ao futuro. Em relação a essa segunda função, a modernidade da biografia oitocentista, como praticada pelo IHGB, referendava

as transformações da disciplina histórica no século XIX que, por obra de diversos historiadores e eruditos, tornava-se um saber submetido a determinadas regras e operações. Seus protocolos de veracidade deveriam ser acompanhados da crítica metódica e da análise rigorosa dos documentos. As narrativas dos indivíduos ilustres, apesar de sua dimensão pedagógica, próxima do registro magistral, não escapavam a essas regras. As ações humanas deveriam, além de narradas, ser documentadas. Além disso, os historiadores tornar-se-iam responsáveis por inserir a escrita de biografias no movimento da história universal, ou seja, as vidas individuais só seriam plenamente compreensíveis, se conciliadas com o estudo das forças coletivas que, sob um momento de aceleração e expansão, explicavam o destino da humanidade. Aqui reside a vitalidade da reflexão sobre a nação: o elo que vinculava, de modo mais expressivo, a narrativa biográfica a uma “noção específica de temporalidade como uma qualidade de desenvolvimento geral, intrínseca e imanente à realidade (OLIVEIRA 2015, p. 278).

As biografias constituíam, portanto, uma das múltiplas molduras intelectuais existentes pelas quais o passado da nação foi lido e relido ao longo de todo o século XIX (SOUSA 2012, p. 16). Diante do que fora experimentado como a perda do futuro e como dissolução de uma utopia nacional que se imaginava preenchida e realizada pelo regime monárquico, convém interrogar a respeito dos usos dessa “moldura biográfica” nos primeiros anos da República. Ela poderia ainda ser mobilizada de modo efetivo, como repositório de exemplos, agora que o seu velho destinatário – o II Reinado como síntese da nação – não mais existia? As mesmas formas de compreensão das experiências dos indivíduos de outros tempos poderiam continuar sendo instrumentalizadas para dar sentido ao presente que, ademais, parecia, aos letrados do IHGB, ameaçador e incerto?<sup>2</sup>

Algumas das questões que emergiram ao longo do século XIX ganhavam uma decisiva atualização. Os movimentos de uma transformação temporal que parecia indicar uma nova

*3 O trabalho indispensável de Lúcia Guimarães constitui-se, ainda em nossos dias, na referência central para a compreensão da vida institucional e intelectual do IHGB durante as primeiras décadas republicanas. Esses primeiros momentos foram, como se poderia imaginar, de crescentes dificuldades, provocadas deliberadamente pelo novo governo com o intuito de sufocar financeiramente a tradicional instituição através da sensível redução das subvenções públicas (GUIMARÃES 2007).*

aceleração poderiam ser efetivamente representados na escrita biográfica? A narração de vidas individuais ainda configurava formas de entendimento de realidades sociais mais amplas e complexas? Se as biografias publicadas nas páginas da RIHGB permitiam traçar uma galeria de homens ilustres que demonstravam certa continuidade entre passado e presente – a herança positiva da presença portuguesa –, quais as razões para que elas continuassem a ser escritas em uma época que se caracterizava justamente por uma ruptura na ordem do tempo?

Feitas essas perguntas, obviamente introdutórias aos desdobramentos das investigações aqui desenvolvidas, gostaria de formular a hipótese da centralidade do gênero biográfico na revitalização da operação historiográfica do IHGB pós-1889, bem como nos modos pelos quais a experiência de aceleração histórica, “a aguda percepção da finitude” (ARAÚJO 2008, p.187), foi sentida, avaliada e traduzida em seus escritos. A moldura biográfica foi peça decisiva na preservação do *ethos* do IHGB como um local de homens distintos (que biografavam outros distintos), reforçando as expectativas de separação em relação ao mundo de “fora” da instituição. As biografias continuavam a ser formas discursivas fundamentais para narrar o passado não apenas pelo volume em que ainda eram publicadas, mas, sobretudo, por disponibilizar temas que expressavam boa parte das inquietações dos letrados em relação ao futuro da escrita da história após a derrocada do mecenato imperial. A noção de “moldura” é aqui usada para refletir sobre as formas de nomeação e de unidade do que é narrado, ou seja, dispositivos que são acionados para configurarem um vocabulário e uma semântica úteis ao conhecimento do passado (SOUSA 2012, p. 22).

A continuidade da tradição acadêmica do Instituto, ou seja, a manutenção de uma ambiência marcada por certos ritos tanto quanto por certos preceitos científicos, não se realizaria a partir da repetição acrítica e pouco zelosa do regime biográfico anterior. Aqui reside outra questão central: para assegurar sua

sobrevivência como um lugar de distinção historiográfica, o IHGB realizou uma depuração do gênero biográfico em que alguns elementos vitais (a função magistral, o senso ético de justiça com os mortos, a acuidade metodológica) constituíram uma moldura que, por outro lado, não aprisionava inteiramente o novo quadro de produção intelectual que se abria para reflexões que levassem em conta, por exemplo, novos personagens para além dos grandes homens, críticas aos modelos antigos, inspirados em Plutarco, ou mesmo algumas discussões mais sofisticadas sobre as relações entre indivíduo e meio social.

## A “moldura biográfica” do IHGB: entre permanências, tensões e inovações

No contexto da vida intelectual oitocentista, as narrativas biográficas tinham lugar assegurado na clássica seção *Biografias dos brasileiros distintos por letras, armadas e virtudes*, que passou a figurar nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) a partir de 1839, estendendo-se até o final do regime monárquico. Apenas nos dez primeiros anos de publicação da seção, foram produzidas 72 biografias, o que sugere, mais uma vez, a importância do gênero para a construção das bases de uma história nacional. Há um declínio sensível entre os anos 1850-1860, quando somente 18 trabalhos biográficos surgiram nas páginas da Revista. No período compreendido entre 1861 e 1882, as biografias totalizam 53 estudos, e até o final do século XIX, verifica-se uma nova retração, com o aparecimento de 25 outras. Ao todo, entre os anos de 1839 e 1899, os sócios e literatos do IHGB foram responsáveis pela publicação de 168 biografias.

*4 Os trabalhos de natureza biográfica do IHGB possuíam características diversas: eram necrológicos, ensaios biobibliográficos, artigos do tipo “a biografia de”, homenagens etc.*

Nas duas primeiras décadas republicanas, foram produzidos 40 trabalhos biográficos<sup>3</sup>, queda relativamente baixa, se comparada aos anos 1869-1889, quando os sócios do Instituto apresentaram 50 biografias nas páginas da sua principal publicação. Nos dois períodos examinados – as duas décadas anteriores à queda da Monarquia e as duas posteriores –, verificou-se a ausência de textos biográficos

nas páginas da RIHGB durante apenas três anos. Esses dados, em conjunto, sugerem que, para os letrados do IHGB, o gênero biográfico constituía ainda um problema historiográfico de primeira ordem, que mobilizava dezenas de autores no desafio de compreender as diversas formas de experiência do tempo. A biografia permanecia como fornecedora de uma semântica e de uma linguagem que sintetizavam questões decisivas para a escrita da história. Percebe-se aqui, deste modo, que uma certa herança biográfica se tornava disponível aos literatos que viveram a transição para a República. Os usos dessa moldura existente, com seus conceitos, formas de compreensão e modos de escrita, constituem um tópico de inegável importância.

Os textos publicados na RIHGB não eram especialmente zelosos com o estabelecimento de contornos teóricos mais claros ou de reflexões epistemológicas mais fundamentadas. Na maior parte das biografias do período aqui abordado, a narrativa abria-se diretamente nos momentos iniciais da vida do personagem (predominantemente ainda um “homem ilustre”), sem quaisquer prenúncios introdutórios. A herança intelectual legada pelas gerações anteriores parecia justificar-se por si mesma e os novos trabalhos biográficos reatualizavam, a seu modo, objetivos, premissas e pressupostos já estabelecidos. Assim, em um artigo sobre o Visconde de Mauá, J. C. de Souza Ferreira afirmava:

Ao recordar nestas modestas paginas os factos principaes da vida deste homem illustre – de quem ser orgulhara ser mãe qualquer das nações mais adiantadas – levantam-se ante nosso espírito, rompendo o véo sombrio do passado, que hoje parece remoto, os varões notaveis e os grandes acontecimentos que constituem a historia do Brazil em sua phase luminosa.

Effectivamente a existencia de Irineo Evangelista de Souza estendeu-se pelo longo periodo que vae de 1813 a 1889, e seu nome ficou ligado, não só ao desenvolvimento economico do Brazil, mas tambem a alguns problemas de natureza politica em que seu grande prestigio e sua força real foram elementos preponderantes.

Descrever, posto que perfunctoriamente, quadro tão grandioso, fora, para quem traça essas linhas, ardua tarefa ainda out'ora, quando a penna lhe era amiga e socia fiel; hoje, porém, a mão já incerta e os olhos escurecidos mal podem dar pallido esboço da vida de um homem, que bem mereceu da pátria e da humanidade e que, por ter sido tão grande e bom, nos dias da opulencia, como na noite da adversidade, conquistou a estima e o respeito dos contemporaneos e fez jus à gratidão dos pósteros.

A geração de hoje, ouvindo contar a vida tão útil e nobre de Irineo Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, procura em vão, nas praças do Rio de Janeiro, o monumento que ateste a gratidão nacional a este heroe do trabalho (FERREIRA 1900, p. 74-75; 136).

Como gênero discursivo, a biografia deveria fixar a memória dos homens ilustres, tornar-lhes monumentos dignos de serem recordados pela posteridade. Ela se impunha como um imperativo ético, como um dever dos vivos em relação aos mortos, como uma modalidade de realização da justiça. Esse programa se perpetuou, em seus aspectos fundamentais, após a proclamação da República, fundamentando, por exemplo, o reaparecimento da seção *Biografias dos brasileiros distintos por letras, armadas e virtudes* em 1900. A iniciativa não prosperou, mas merece menção pelo fato de ter ressurgido sem qualquer alusão ao empreendimento pioneiro de 1839. Nenhuma palavra remetia à antiga filiação, como se a republicação da seção falasse por si mesma. As duas biografias publicadas (de Francisco Manoel Chaves Pinheiro, por Moreira de Azevedo; e de Basílio Carvalho Daemon, por seus filhos, capitão Ticiano Corregio Daemon e tenente Daemon) receberam uma única justificativa: elas retirariam do esquecimento personagens de grande importância no período imperial (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1900, p. 165-186). Nesse novo contexto letrado, a dimensão magistral das narrativas individuais não perdera o sentido e continuava informando as intenções éticas e morais de muitos textos. Do mesmo modo, mantinham-se as expectativas de que a escrita biográfica pudesse dizer algo a mais do que a vida de um indivíduo. Ela deveria ser, igualmente, capaz de lançar



luz sobre toda uma época, sublinhando seus aspectos mais importantes e seus sistemas normativos mais expressivos. Em outras palavras, o estudo biográfico demandava a articulação com a temporalidade ampliada de uma história universal que impunha movimentos que moldavam a experiência no tempo. No discurso de comemoração pelos 53 anos da agremiação, pronunciado em 15 de dezembro de 1901, o presidente do IHGB, Olegário Herculano d'Aquino Castro, apontava para essa linha de continuidade que subsistia no gênero biográfico:

Ides ouvir o elogio biographico dos consócios que finaram-se, proferido pelo eloquente orador do Instituto com o brilho e erudição que realçam as suas bellas orações, e podereis por ahi avaliar quão justo e intenso é o pezar que nos contrista.

O elogio dos homens bons que da sua vida nos deixaram honrosa e veneranda memoria não é um simples obsequio; é um rigoroso dever sempre cumprido com profundo e respeitoso affecto; uma justa homenagem tributada em nome da patria ao verdadeiro merito: é ainda uma licção sempre opportuna de doutrina e de experiencia com que educamos o nosso espírito e poderoso estímulo a que sejam seguidos os exemplos que nos foram dados (D' AQUINO E CASTRO 1901, p. 327).

A referida herança era marcada não apenas pelas formas discursivas de elaboração biográfica já conhecidas e atualizadas pelos sócios do Instituto, mas também, ao menos nos primeiros volumes da RIHGB publicados no regime republicano, por certas interdições que atestavam a força do passado monárquico da instituição. No relatório das atividades de 1889-1890, Teixeira de Mello relembra que, em 26 de abril de 1889, o Instituto, em sessão ordinária, aprovou a realização de uma solenidade de comemoração do centenário da morte do poeta Cláudio Manoel da Costa. Como se poderia esperar, o documento mencionava diversas virtudes do inconfidente que mais do que justificavam a celebração: seu amor pela liberdade, seu ávido patriotismo, seu talento literário que teria precedido Bocage, sua condição de mártir de uma *revolução*, entre outras que demonstravam que o Instituto sabia "honrar a memória dos

nossos mortos ilustres”. O republicanismo de Cláudio Manoel da Costa, porém, não foi celebrado – sequer mencionado – como uma de suas qualidades cívicas. Entre os modelos de conduta que deveriam ser perpetuados como elementos de uma genuína educação patriótica, o apreço à República era ainda um tema sensível e mesmo evitado por muitos sócios (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 1899, p. 565-566).

Por outro lado, essa herança não era assumida sem certo esforço de adequação aos desafios do presente. Um deles residia no crescente papel desempenhado pelo pan-americanismo, desdobramento do próprio movimento republicano que sinalizou uma maior aproximação em relação aos vizinhos continentais. Gabriela Correa da Silva, em tese de doutorado, abordou as formas pelas quais a biografia de Alexandre Gusmão (1658-1753) foi reapropriada – e republicada – pelo Instituto como forma de subsidiar as investidas políticas do Estado brasileiro em relação à complexa questão pan-americana (SILVA 2019, p. 229). A atuação do conhecido diplomata passou a ser objeto de interesse entre os letrados do IHGB e alguns textos ilustram significativamente esse movimento de ressignificação biográfica em função de disputas do presente e da conformação de uma ideologia pan-americana. Em 1902, é republicado o longo artigo de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, intitulado “Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão”. O texto apareceu inicialmente em 1841, quando o seu autor era presidente do IHGB, e destaca, sobretudo, o papel que o conhecido diplomata exerceu na delimitação das fronteiras territoriais, especialmente a atuação na assinatura do Tratado de Madri, de 1735.

Hum serviço da maior transcendencia, que alcançará seu nome nos Fastos do Brasil, foi o primeiro gisamento geral das nossas raias no Tratado de Limites de 13 de Janeiro de 1750. De ha muito era sentida a necessidade de huma Linha Geografica, que, prevenindo futuras querelas, estremasse os dous Dominios limitrophes, os mais extensos da America Meridional; precisavão-se para isso superar cumulos de dificuldades; erão ainda mal

explorados os sertões, não bem conhecidos os rios, os montes, e todas essas balisas naturaes e indeleveis, pelas quaes convêm traçar a demarcação; nem ao menos era liquida e determinada a extensão, que do lado – Oeste – tinham as possessões Portuguezas (PINHEIRO 1902, p. 386-388).

O texto do Visconde de São Leopoldo inaugurou uma asserção bastante recorrente nas representações de Alexandre de Gusmão produzidas pelos sócios do IHGB: a do precursor da moderna diplomacia brasileira. Neste sentido, a participação exitosa no Tratado de Madri era celebrada como a demonstração de uma brasilidade nascente, antecipadora do pan-americanismo, conforme se percebe em um texto de 1914, assinado por Helvécio Carlos da Silva, originalmente apresentado no I Congresso de História Nacional.

O fato mais notável de sua vida pública foi incontestavelmente o tratado que concluiu com a corte de Espanha em 13 de Janeiro de 1750, pelo qual foram pela primeira vez demarcados regularmente os limites do nosso território, e que serviu de guia precioso para os que o Brasil veio a concluir com as nações vizinhas após a sua independência, como por mais de uma vez declarou publicamente o nosso saudoso chanceler Barão do Rio Branco, que chegou até a salientar que se não fossem os bem elaborados trabalhos de Alexandre de Gusmão o Brasil ainda estaria a braços com dificuldades bastante assustadoras para regular as suas fronteiras [...]. Como se vê daí, os dois memoráveis laudos arbitrais – o de Cleveland e o de Berna – que puseram termo às nossas pendengas de limites com a Argentina e a França foram baseados no *ipsis litteris* na letra do tratado de 13 de janeiro de 1750, tão brilhantemente elaborado por Alexandre de Gusmão (*Apud* SILVA 2019, p. 230).

A modulação biográfica de Gusmão não apenas postulava uma origem para a moderna diplomacia brasileira, como investia-lhe de sentido e densidade histórica a partir da introdução de uma matriz americanista. Sincronizava-se, desse modo, o tempo da vida do biografado com o tempo do novo regime republicano, uma operação que, se não estava livre dos riscos do anacronismo, permitia que Gusmão habitasse o presente.

O “avô dos diplomatas brasileiros” tornava-se, assim, disponível como moldura e herança, fornecendo referências exemplares para o republicanismo pós-1889. Ainda que escapando ao escopo cronológico deste artigo, um texto de Rodrigo Octávio Langgaard Menezes escrito em 1930 – e republicado em 1941, na RIHGB – merece registro especial, por indicar um traço a mais dessa releitura da biografia de Gusmão. Aqui, o diplomata não é apenas o precursor da política americanista desenvolvida pelos governos republicanos, mas também do próprio monroísmo. O celebrado Tratado de Madri deixa de ser exclusivamente um marco do nosso precoce sentimento nacional e se torna também “a carta política da América independente”.

E eu vos pergunto: – não é evidente que neste velho texto desconhecido se encontram definidos generosos princípios de alta política internacional que ultrapassam o sentimento do seu tempo? Não está nele fixado o sentimento de fraternidade americana sob os princípios de uma paz perpétua? Não se vê neles o mesmo espírito que meio século mais tarde inspirou Washington e os gloriosos formadores da grande nação norte-americana e se cristalizaram na palavra nítida e precisa de Monroe? [...]. Não se pode desconhecer, assim, que do dispositivo do Tratado de 1750 se desprendem os princípios fundamentais da mensagem americana de 1823: – a solidariedade continental pela concórdia e o alheamento da América das consequências das intrigas da política europeia, princípios fundamentais de onde decorreu o lema – A América para os Americanos (MENEZES 1941, p. 31-32).

A atuação destacada de Alexandre de Gusmão no interior desse momento precursor do monroísmo demarcava um modelo histórico que não apenas deveria ser seguidamente rememorado – Menezes menciona, mesmo equivocadamente, que Gusmão fora esquecido pelos historiadores –. mas usado como guia moral e diplomático para os homens da República. O último item do artigo, não por acaso, denomina-se “glorificação de Gusmão”:

Alexandre de Gusmão, em cujas veias, por sua mãe, corria o sangue americano, e cujos primeiros anos se passaram na liberdade da terra infinita da América, ante a perspectiva do mar infinito, não adaptado às tortuosidades da política europeia de seu tempo, ferido e maltratado pelas intrigas da Corte, comprimido pela estreiteza do espírito clerical, tão absorvente no seu tempo que tornava irrespirável o ar fora das igrejas ou dos conventos, amando essa terra sua natal, que os azares das competições políticas e da pequenez de destino não lhe permitiu (sic) que volvesse a ver, e desejando preservá-la da desgraça das guerras, das competições políticas, e da pequenez de sentimentos que não se explicavam na liberdade e na vastidão dos seus horizontes, procurou, com o tratado de 1750, pondo termo às discórdias presentes, pela solução mais conveniente dos casos concretos que as haviam criado e mantido, preservar o futuro de suas consequências, imprimindo ao desenrolar da vida desses povos, o sentimento de fraternidade e de independência que cria e mantém o respeito recíproco e o espírito de solidariedade.

(...) Certamente, com a intenção desses princípios num tratado, dando-lhes relevo universal e eficácia real, Alexandre de Gusmão traçou, no que entende como os mais naturais e legítimos interesses da América, a diretriz segura e vitoriosa de sua política internacional.

(...) Acentuando o verdadeiro e benéfico significado do Panamericanismo, exaltando-lhes os fecundos resultados, não esqueçamos, entretanto, de proclamar bem alto o nome do seu mais remoto propugnador, Alexandre de Gusmão, filho do Brasil (MENEZES 1941, p. 33-34; 39).

A elevação de Alexandre de Gusmão a predecessor da política republicana americanista foi o resultado da intervenção de diversos intelectuais ligados ao IHGB, que mantiveram a aposta biográfica como uma modalidade de escrita da história capaz de se adaptar às novas condições políticas e intelectuais abertas a partir de 1889. Os usos da biografia permitiriam, mais uma vez, reconfigurar as dimensões da nacionalidade, sinalizando para suas feições republicanas em meio a impasses, crises e incertezas quanto ao futuro. Assim como nas biografias oitocentistas publicadas pelo IHGB, esboçava-se um passado que pudesse ser assimilado e compartilhado, revelando a “marcha das forças coletivas e a identificação

dos seus protagonistas” (OLIVEIRA 2015, p. 278). Essa força homogeneizante da biografia não significava, por outro lado, a inexistência de nuances ou diferenças de pontos de vista, ainda que sutis, entre os sócios do IHGB a respeito do tratamento que deveria ser conferido a Alexandre de Gusmão. Um exemplo interessante é o parecer que uma comissão emitiu a respeito da publicação de um texto de Cesar Feliciano Xavier, originalmente proferido na assembleia inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História em 1933. Em posição semelhante à de outros autores, Xavier identifica no Tratado de Madri o “apanágio do adiantado da civilização americana”, antecipando em um século a Doutrina Monroe. Assim, era também adequado atribuir ao Brasil “a primazia daquilo que se chamou depois espírito pan-americano”. Como por sua atuação destacada na assinatura do tratado, Gusmão era exaltado como um “insigne Estadista Americano”, um precoce formulador da política americanista que se tornaria o registro definidor da identidade continental. De acordo com o parecer, Alexandre de Gusmão foi

(...) incontestavelmente, no cenário da política americana, o primeiro estadista em cujo cérebro luziram as ideias panamericanistas, com acentuado espírito de brasilidade, com relação ao Império Lusitano. Precursor de Monroe e Bolívar, na política americanista “foi provavelmente no mundo e seguramente na América, o estadista que por inigualável política de fraternidade não só adjudicou à sua pátria cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados [...] como também, assim agindo, ao mundo civilizado irrecusável prova deu, de que se o continente colombiano é o hemisfério da paz, como preconizara o nosso grandiloquo Joaquim Nabuco, pan-americanista fulgurante, irrecusavelmente é o Brasil o pioneiro máximo dessa glória ímpar na política dos povos [...]”. Fez, pois, obra meritória o autor da tese em estudo, trazendo novamente à baila a figura empolgante de Alexandre de Gusmão, que nunca é demais lembrar e louvar e cuja efígie por feliz inspiração do Barão de Rio Branco, figura na galeria dos grandes americanos, no Palácio do Itamaraty. Pelos motivos expostos, a contribuição do Sr. Comandante Cesar Feliciano Xavier, delegado do Club Naval, é digna do melhor acolhimento por parte desta douta Assembleia. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1932.

– A. Tavares de Lyra, presidente. – Rodrigo Octávio Filho, relator (Delegado da República Dominicana. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – Octavio N. Brito – Felix M. P. Sampaio – Rodolfo Garcia – Souza Docca – Alcides Bezerra – Alfredo Ferreira Lage – Mucio Vaz – Vanderley Pinho – Vicente Valdés Rodrigues – H. A. Torres (*Apud* SILVA 2019, p. 232).

Para a comissão, Gusmão certamente tinha lugar cativo na galeria dos grandes pan-americanistas em função do papel desempenhado no Tratado de Madri. Por outro lado, a realização de uma política que transformasse o continente em um “hemisfério da paz” é mais o resultado do “acentuado espírito de brasilidade” do diplomata do que um conjunto de iniciativas pensadas deliberadamente *a priori*. Se o Brasil foi “o pioneiro máximo dessa glória ímpar na política dos povos”, isso se deveu à identificação antecipadora de uma ideia de nação e à consequente defesa dos seus interesses. Assim, os usos da biografia de Gusmão, nessa chave de leitura, se deram “mais no sentido de nacionalizar a história pan-americana – porquanto é oferecida uma posição de imenso destaque ao Brasil –, do que de pan-americanizar a história nacional” (SILVA 2019, p. 233).

A consagração de Gusmão operava ainda no registro do varão ilustre, sujeito heroicizado pelos feitos realizados e que eram transformados, através das narrativas biográficas, em exemplos capazes de inspirar e orientar os homens. Entretanto, essa moldura biográfica não era tão rígida. Tristão de Araripe, líder republicano, escrevendo em 1894, alertava para a necessidade de a instrução pública ser guiada pelo “doutrinamento da história”. Assim, os homens teriam condição de compreenderem “o que a pátria é e o que pode ser”. Apesar da reafirmação da função da biografia (o historiador dever dar “os traços característicos do verdadeiro herói, oferecendo à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio”), Araripe se esforçava, por outro lado, para contrapor um modo “moderno” de escrever a história a outro, “antigo”, sendo o primeiro uma história dos povos e o segundo uma história atenta aos feitos de reis e generais. A autoridade dos antigos passava assim a ser relativizada, pois haviam deixado

narrativas incompletas, “sem os elementos da crítica e sem a soma das experiências da Idade Moderna” (ARARIPE 1895, p. 264). O modelo plutarquiano, capaz de oferecer lições e paradigmas de conduta moral, era ainda incomparável na tarefa de produzir o sentimento patriótico. A nobre inspiração que a composição de biografias poderia suscitar não impediu Araripe de ver em Plutarco a reprodução do equívoco comum aos antigos, o de considerar heróis somente aqueles que haviam se tornado célebres nos campos de batalha. Além disso, o gênero biográfico deveria obedecer escrupulosamente aos critérios de verdade objetiva e distanciada que a pesquisa moderna em história lograra construir, ainda que muitas fossem as pressões para que os temas contemporâneos – mais suscetíveis à subjetividade do historiador – também fossem objeto do labor historiográfico. Como se poderia esperar, evitavam-se as biografias de personagens cuja proximidade temporal em relação aos biógrafos pudesse colocar em risco a interpretação imparcial e acurada dos seus atos.

Mas quais eram os “verdadeiros” heróis? A fixação da memória dos atos dos homens beneméritos do passado não estava ou não deveria estar em descompasso com a concepção moderna de história que os novos tempos impunham. Se os antigos enfatizavam as individualidades, especialmente aquelas dos heróis (os “falsos”?), das guerras e dos reis, os modernos preocupavam-se com os destinos coletivos, com a história dos povos e não apenas dos indivíduos. Se havia heróis a serem celebrados, estes eram os “da paz” (estadistas, sábios, industriais), cujas ações se conformavam mais ao desenvolvimento geral das sociedades (ARARIPE 1895, p. 285). Essa percepção afinava-se, no geral, com a conversão de Araripe, agora um dedicado defensor da causa republicana. Obedecendo às leis da história, a proclamação da República era o efeito visível já nas disputas em torno da preservação de nossas normas constitucionais em 1831. A passagem dos acontecimentos revelava, assim, um destino, um desfecho para o qual tudo parecia concorrer e se explicar. A ação da história, era, desse modo, a força que imperava sobre as



ações individuais. Os homens e seus feitos só ganhavam seus contornos e sentidos mediante as forças inelutáveis do desenvolvimento histórico. Esse raciocínio aproximava Araripe de outro importante letrado do IHGB, Pedro Lessa, para quem “antes que um grande homem possa refazer a sociedade, é preciso que a sociedade o faça”. Embora Lessa tenha sido um crítico das concepções mais romantizadas do heroísmo, que ainda alimentavam muitas biografias produzidas no interior do IHGB, sua ênfase em fatores sociais como explicativos das ações humanas não significava nenhuma adesão a alguma forma de determinismo fatalista ou a “uma física da história”. Tampouco, por outro lado, elas podem ser facilmente discerníveis mesmo a partir da observação rigorosa. As limitações colocadas ao homem interferem em sua responsabilidade como indivíduo que atua no mundo, mas não o freiam inteiramente. Natureza e agência se influenciam e se modificam mutuamente sem que tenhamos a exatidão absoluta dessas interações. Para Lessa,

(...) a observação quotidiana dos factos nos arrasta a confessar que os homens são resultantes dos tempos e dos logares em que vivem, estreitamente solidarios com tudo que os cerca, os precede e os segue. A hereditariedade, ou meio interno, determina-lhes o character e o temperamento. O meio cosmico, o meio individual e o social actuam sobre o character e o temperamento e os modificam.

(...) Em ultima analyse, a unica liberdade que tem o homem é a de *agir* (liberdade dos actos) de accordo com a sua vontade, suas predilecções, suas inclinações, de conformidade com os *seus móveis e motivos*. E, sendo assim, o determinismo não destróe a individualidade, a personalidade, o conjuncto das qualidades peculiares a um individuo, e o que distinguem dos outros individuos da mesma especie. Exactamente por haver uma riqueza admiravel de factores que distinguem a constituição psychica dos individuos, e uma grande abundancia de idéas e sentimentos, de inclinações e paixões, que actuam como forças propulsoras da vontade, e por não conhecermos previamente quaes os factores e os motivos que hão de predominar em um determinado caso, é que não podemos prevêr com segurança os phenomenos voluntarios, excepto dentro de certos limites.

(...) O determinismo não nega a individualidade, a personalidade; pelo contrario, explica scientificamente por que a constituição physica dos individuos varia, e distingue cada homem dos seus semelhantes. Ninguém ainda se lembrou, observa Schopenhauer, de se desculpar da pratica de um acto condemnavel, atribuindo exclusivamente aos motivos: todos estão certos de que a imperfeição do seu character contribuiu para a producção do acto censuravel. Cada um de nós está convencido de que, sob a pressão dos mesmos motivos que o levaram a praticar um ato imoral, outro individuo de mais aperfeiçoada organização mental, de melhor educação e de intelligencia mais esclarecida e capaz de reflexão, teria procedido diversamente. As acções voluntarias de um indivíduo decorrem do seu character, do conjuncto de attributos que o distinguem, e consequentemente lhe são imputaveis. Lançam-se na conta de cada um de nós. Não devemos responder por esses actos? (LESSA 1906, p. 228; 232; 234).

A atenção cada vez maior conferida aos elementos coletivos e aos sistemas normativos que, se não anulavam, impunham limites às ações individuais, traduziram-se, em alguns autores, em elaborações mais sofisticadas sobre a noção de povo. Em um livro destinado ao ensino básico, publicado em 1890 e intitulado *A história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis*, Sílvio Romero – tornado sócio do IHGB em 1901 – reposicionou a escrita biográfica como instrumento de uma pedagogia nacional, agora republicana, capaz de indicar os caminhos para “o aprendizado das virtudes cívicas e da história de um povo” (GOMES 2009, p. 111). A mobilização do preceito magistral da biografia vinculava-se ao velho intento de arrancar do esquecimento as vidas dos indivíduos notáveis. João Ribeiro, autor do prefácio do livro, destacava que as modulações biográficas defendidas por Romero supunham que o uso do gênero se baseava numa proeminência do geral sobre o particular, o que explicava a pertinência de uma instrução cívica ministrada por meio de exemplos de indivíduos que “fertilizavam a história da pátria”. O livro se estruturava em uma ordem cronológica que se iniciava no descobrimento, deixando visível uma perspectiva evolucionista que era sintetizada pelas ações de alguns “heróis”

cuidadosamente selecionados. Os capítulos não informam apenas a respeito dos personagens que formam esse panteão, como também avançam em direção a sínteses interpretativas, concedendo a cada século um sentido no conjunto da evolução da nação. Numa chave analítica em alguma medida destoante daquela exercitada pelos letrados do IHGB durante o período imperial, Romero defendia a ideia de que a maior contribuição que o Brasil poderia oferecer ao mundo ocidental residia na novidade do seu povo, profundamente miscigenado e que encarnava o “cosmopolitismo do futuro” (ROMERO 1890, p. 3).

Ao formular a tese de um “povo novo” e mestiço, Sílvio Romero produzia fissuras numa concepção do fazer biográfico que valorizava o voluntarismo dos grandes homens como agentes quase solitários na história do país. Ainda que esses sujeitos não estivessem ausentes da obra de Romero – lá estão narrativas biográficas sobre José Bonifácio, Hipólito da Costa, Gonçalves Dias, Deodoro da Fonseca, entre outros –, dois aspectos apresentavam-se como contrapesos que relativizavam a força dos destinos individuais. O primeiro deles era a importância conferida aos fatores que tensionavam as relações entre os indivíduos e os sistemas normativos. As vidas dos biografados eram introduzidas ao leitor por intermédio da menção ao “tempo” no qual eles haviam atuado. Esse terreno contextual não ignorava a vitalidade das ações humanas e Sílvio Romero não cansou de exaltá-las em um estilo muito próximo de Carlyle e seus heróis. Por outro lado, os indivíduos sofriam com os determinismos existentes, sobretudo aqueles ligados à força da natureza. O segundo aspecto, decorrência do primeiro, considerava a importância das “criações anônimas/populares” que as abordagens clássicas da biografia deixavam em segundo plano. Essas formas criadoras definiam-se em função do trabalho coletivo de sucessivas gerações e não poderiam mais ser desconsideradas em qualquer estudo que tivesse o propósito de especificar o papel e as ações de sujeitos individuais, porque:

A *hero-worship* de Carlyle tem o defeito de desconhecer o valor das criações populares e dar um culto por demais exagerado e sobrehumano a alguns tipos de privilegiados. Um sistema de história que não dá conta das criações anônimas é perfeitamente incompleto e falso; hoje só os espíritos retardatários desconhecem que os mais imponentes produtos da atividade humana, como a linguagem, as mitologias, as religiões, os contos, as lendas, as grandes epopeias, não são obra dos heróis, são produções anônimas. Carlyle, diante de Buckle, faz uma figura apoucada (ROMERO 1951, p. 147).

Em Sílvio Romero, a consideração do povo como sujeito histórico era um passo importante em direção a uma apreensão mais crítica das relações entre indivíduo e meio, graças a qual alguns dos pressupostos da herança biográfica do IHGB passaram a ser problematizados de forma mais densa. Embora a operação historiográfica do Instituto reforçasse a convicção de que os grandes personagens podiam elucidar melhor o desvendamento dos nexos lógicos entre os acontecimentos e a marcha progressiva da civilização, novos elementos críticos foram acrescentados a esse pressuposto fundamental. Em um artigo de 1892, escrito com o objetivo de traçar a trajetória histórica da Sociedade Amante da Instrução, criada no Rio de Janeiro e destinada ao cuidado de crianças pobres e órfãs, seu autor, Alfredo do Nascimento Silva, alertava para a emergência de uma multiplicidade de novos atores na “arena da história”, sendo eles “os honrados operários, onerados de numerosa prole [...]; as legiões de filhos sem pais [...]; os filhos da pobreza; [...]; todos esses desgraçados que a doença invalidou; [...] finalmente, os naufragos do mundo que não puderam lutar contra os temporais” (SILVA 1892, p. 99). Esse grande contingente de indivíduos inteiramente ausentes dos grandes relatos históricos conseguiu, finalmente, irromper na cena política, tornar-se visível, exigindo do historiador novas formas de compreensão do passado:

Longe vai o tempo em que a historia, deixando-se illudir pelas apparencias e fascinar pelas pompas de grandeza e pelo fausto dos potentados, limitou-se a ser a chronica dos reis, dos nobres

e dos vultos mais salientados pelos seus títulos de gloria. Nesse tempo visava-se o throno aureolado de grandeza [...], mas não se olhava para o gigante que o sustenta em seus hombros, para esse colosso que vale tudo e a que nenhuma importancia se ligava, isto é, o povo, cuja soberania no emtanto agora se impõe (SILVA 1892, p. 102).

Essa soberania significava, sobretudo, a demanda por um outro olhar, deslocado, dos historiadores, acostumados a vislumbrar a “ostentosa riqueza (..) que no primeiro plano e mais salientado depara sua vista” (SILVA 1892, p. 97). Não era mais possível contemplar apenas “os apaniguados da sorte”, os integrantes dos grupos socialmente mais favorecidos, que concentravam riquezas e privilégios de toda ordem. Atrás de toda essa opulência, “sente-se um turbilhão confuso do povo acotovelando-se nas praças” em busca da sobrevivência e de “um equilibrio eternamente irrealisavel” (SILVA 1892, p. 98). Essa massa abriga todos os tipos de caracteres, vícios e virtudes, e o estudioso que quiser compreendê-la precisa ir ao seu encontro, já que nada parece claro e nítido à primeira vista.

A multidão dos inválidos e dos necessitados opera uma força capaz de impulsionar a história que, até então, os ignorava tristemente. Os novos tempos demandavam dos historiadores a exata compreensão das tragédias desse povo que se perdia em meio à degradação, à infâmia e ao crime. Sem a intervenção decidida dos especialistas nos estudos históricos, estávamos condenados a reproduzir incessantemente nossas mazelas e a perder todas as virtudes que os pobres e miseráveis ainda teimavam em carregar. A linguagem de Nascimento e Silva não mascarava a feição higienista do seu pensamento: à higiene individual, saneadora do corpo, deveria corresponder uma higiene social, capaz de vigiar de perto a “podridão”, de “queimar as pustulas sociaes, (...) fortificando os espíritos, difundindo-lhes a instrucção, e pregando-lhes a moral” (SILVA 1892, p. 101).

Sem se desfazer da crença na existência de uma elite ilustrada capaz de regenerar o povo miserável e sofrido, Nascimento Silva instaura uma reflexão essencial sobre os personagens ignorados da história que eram, entretanto, dignos de figurarem nos livros e nos textos dos historiadores. Sob um ponto de vista evolucionista e tributário de um certo biologismo, o autor redimensiona os lugares das entidades coletivas, sobretudo do povo e dos indivíduos na configuração dos sistemas sociais.

Crescendo pouco a pouco e de mais a mais accentuando o seu poder, essa massa popular sacudiu um dia as espaduas herculeas e os thronos tremeram em seus alicerces. Os despotas calcaram o jugo, sofriaram o fogoso corse, e elle soffreu algum tempo, mas sempre lembrando, n'um vosear confuso, que nelle é que palpita o coração da patria.

(...) Do rapido exposto, se deduz que a verdadeira historia é o estudo da civilização do povo, isto é, da evolução da humanidade e da physiologia social. Organismo complexo, ella fórma um todo que deve ser individualmente estudado; as raças, os povos, as tribus e as familias são os aparelhos e os orgaos deste gigantesco conjuncto, cujo ultimo termo analytico é o individuo homem, a cellula viva da sociedade. Assim como a vida do individuo é a resultante final da somma das vidas de seus componentes cellulares, assim a vida da humanidade tambem representa a somma das vidas de seus componentes, isto é, dos individuos que se congregam em familias, tribus e povos, outros tantos orgaos e aparelhos elaboradores da civilização. A cellula é o atomo do individuo, este é a cellula da humanidade, e ella uma diminuta parcella do mundo, que por sua vez é apenas um atomo do universo!

(...) Assim tambem a biographia de um vulto, a chronica de uma época, a narrativa de um episodio, os commentarios de um facto ou o estudo de uma instituição, não formam certamente a historia, mas são os seus elementos componentes, os materiaes que ella coordenará para apreciar, julgar e formar a synthese, incorporando em doutrinas as deducções que tirar; e quando escrevemos a historia ou qualquer sciencia, vamos beber nessas fontes, vamos haurir nesses mananciaes a materia prima para taes trabalhos. (...) Como o biologista, o historiador precisa agora aplicar o microscopio para analysar a cellula social, assistir

ao trabalho dos órgãos, apreciar a civilização em seus focos, como aquele aprecia a vida em seu berço (SILVA 1892, p. 102-103; 105-107).

A expressividade da ação individual, para Nascimento e Silva, só adquire pleno sentido e inteligibilidade como elemento de uma engrenagem social superior, a história, composta por forças que conduzem a humanidade segundo leis precisas e inapeláveis. Compreender esse todo é, portanto, o trabalho do “historiador-biologista”, munido dos diversos elementos – tidos como fontes – conformadores da civilização. Essa posição estava ainda longe de ser majoritária dentro do IHGB, mas se mostrava como portadora de um potencial crítico capaz de tensionar a moldura biográfica existente, alicerçada na concepção de “grande homem”, segundo a qual, em consonância com o pensamento do filósofo francês Victor Cousin, alguns indivíduos poderiam ser considerados a síntese moral dos povos e das coletividades e também representariam aqueles que não eram visíveis na história (OLIVEIRA 2015, p. 277-278).

O estabelecimento das relações entre as dimensões coletivas da história e as ações dos indivíduos mantinha-se como uma questão historiográfica de primeira ordem para os letrados do IHGB. Nascimento e Silva introduzia uma dose de ceticismo quanto à função civilizatória que poderia se vislumbrar em certas trajetórias individuais. As glórias da nação e o sentimento patriótico não eram, agora, incompatíveis com a percepção de que o povo, e não apenas os “grandes homens”, desempenhava um papel decisivo na marcha dos acontecimentos. As vidas daqueles sujeitos que supostamente encarnariam as grandes virtudes nacionais não constituíam mais modalidades de exemplaridade nem adquiriam valor pleno por si mesmas, mas apenas como elementos ou formas constituintes de uma totalidade.

## Considerações finais

Senhores: – Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e subtilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito; a phrase assucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de animo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelando o renome de seus filhos illustres e archivando os fatos memoraveis da história patria. Lá fora a paixão doudejante correndo atraz de phantasmas illusorios que a razão fria desvanece. Aqui a calma dos desambiciosos, que tudo antempõem ao conhecimento da verdade para a transmittir intacta (MELLO 1890, p. 561).

Essas palavras foram pronunciadas pelo sócio José Alexandre Teixeira de Mello, responsável pelo relatório das atividades da RIHGB no biênio 1889-1890, ainda sob o impacto do fim do regime monárquico e do exílio de D. Pedro II. A política vinda das ruas, associada à desordem e ao irracionalismo, configurava uma alteridade a ser evitada, se o Instituto desejasse se manter como o guardião desinteressado dos estudos históricos e do conhecimento do passado. O presente não era apenas temido porque ameaçava, com seus ruídos e paixões, a força da objetividade e da imparcialidade exigidas ao zeloso estudioso das experiências dos homens de outros tempos. O ardor político do espaço público destruía as próprias condições de possibilidade do estudo da história, as formas de uma razão historiográfica tão duramente conquistada. Não obstante as reivindicações de clareza, de rigor desapassionado e de um quase ascético espírito científico, as palavras de Mello estavam carregadas de arrebatamento e furor, talvez explicáveis pelo seu monarquismo convicto e em luto. Os anos seguintes demonstrariam, também, o equívoco de tais reivindicações.

A queda da Monarquia foi recebida pelos sócios do IHGB com um misto de temor, incertezas e desorientação. Era impreciso o que significariam esses novos tempos para



uma instituição ainda tão arraigadamente presa ao passado imperial. Não parecia provável que o IHGB, mesmo sem aderir explicitamente ao republicanismo, pudesse fechar suas portas à colaboração de indivíduos identificados ao novo regime. Mas isso, apenas, não bastaria. Seria possível que as molduras historiográficas disponíveis, e tão laboriosamente constituídas desde 1838, servissem para normalizar a vida intelectual da velha agremiação? A aposta dos letrados do IHGB foi a de uma sistemática reafirmação da história como ciência moral, magistral, capaz de instruir os homens do presente e abri-los ao futuro. No entanto, como se tentou demonstrar ao longo deste texto, não se tratava de escutar acriticamente as vozes do passado. A exemplaridade e os ensinamentos que poderiam ser absorvidos do estudo detido, rigoroso e objetivo de outros tempos eram molduras a serem postas em confronto com o presente. A escrita biográfica praticada pelos sócios do IHGB não escapou a esses dilemas. Por um lado, ela remetia a um conjunto claro e estabelecido de princípios que deveriam permitir o enquadramento das trajetórias de sujeitos e varões ilustres: os grandes feitos, a dedicação à pátria, a força da exemplaridade. Por outro, assistiu-se a um adensamento epistemológico e analítico em torno de certas noções, tais como as de *herói*, *grande homem*, *indivíduo*, *contexto*, entre outras, que antes eram acionadas de maneira naturalizada. O turbulento mundo da política e da rua, com seus personagens anônimos e suas forças quase irrefreáveis, desejava entrar. E não se pode dizer que não tenha conseguido.

## REFERÊNCIAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a História Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 57, parte II, p. 259-290, 1895.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

CÉZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil, séculos XIX-XXI). **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018a. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2018.148933. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/148933/146996>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CÉZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.

D'AQUINO E CASTRO, Olegario Herculano. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** t. LXIV (2), p. 319-328, 1901.

FERREIRA, J. C. de Souza. Visconde de Mauá (esboço biographico). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. LXII, p. 74-136, 1900.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito de História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 69, v. 114, p. 193-285, 1906.

MELLO, José Alexandre Teixeira. Relatório dos trabalhos annuaes de 1889 e 1890. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. LXIII, parte II, p. 561-565, 1890.

MENEZES, Rodrigo Octávio Langgaard. Alexandre de Gusmão e o Monroísmo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, volume 175, 1941, p 5-69.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistral vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, v. 22, n. 42, p. 273-294, 2015.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. LXV, parte I, p. 377-423, 1902.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, LII, parte II, 1889, 580p.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, t. LXII, 1900, 490p.

ROMERO, Sílvio. **A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis**. Rio de Janeiro: Livraria Alves e Cia., 1890.

ROMERO, Sílvio. Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. **Studia**, Rio de Janeiro, n. 2, Ano II, p. 143-154, 1951.

SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da História Pátria: histórico da Sociedade Amante da Instrucção. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 55, parte II, p. 97-140, 1892.

SILVA, Gabriela Correa. **Dos passados heterogêneos ao mosaico continental**: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUSA, Francisco Gouveia de. **Proclamação e revolta**: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

## NOTA SOBRE O AUTOR

### Alexandre de Sá Avelar

alexandre.avelar@uol.com.br  
Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia  
Minas Gerais  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Alexandre de Sá Avelar  
Universidade Federal de Uberlândia  
Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História.  
João Naves de Ávila, 2121  
Santa Mônica  
38400902  
Uberlândia, MG - Brasil

## FINANCIAMENTO

Este artigo recebeu apoio do CNPq – Bolsa Produtividade.

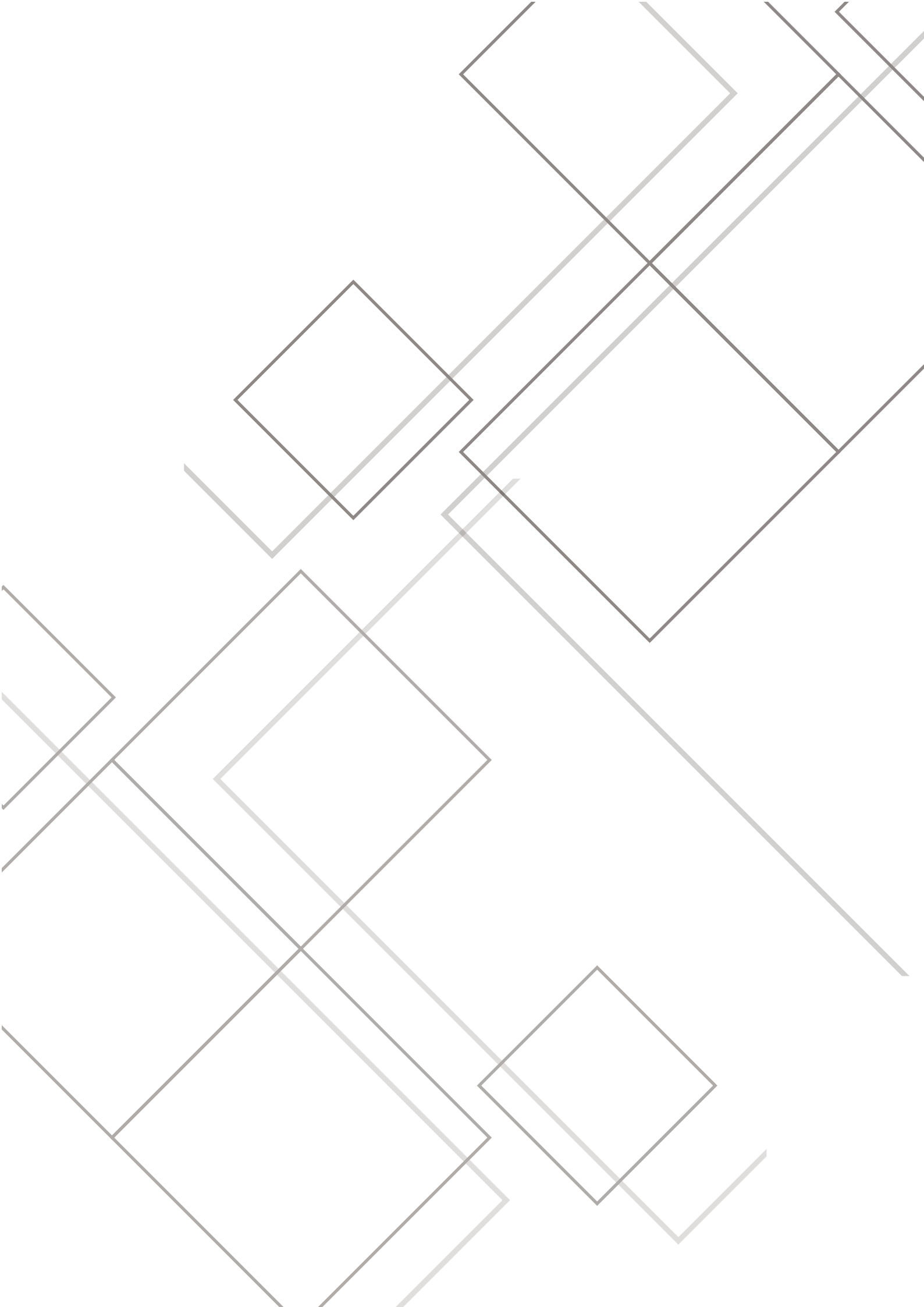
## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

*Copyright (c)  
2020 História da  
Historiografia:  
International Journal  
of Theory and History  
of Historiography.  
Este é um artigo  
distribuído em Acesso  
Aberto sob os termos  
da Licença Creative  
Commons Atribuição-  
Não Comercial-  
SemDerivações 4.0  
International.*



RECEBIDO EM: 20/FEV./2020 | APROVADO EM: 12/ABR./2020




# Filosofia da existência, existencialismo e o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur

Philosophy of existence, existentialism and the problem of sense in Paul Ricoeur's philosophy of history

**Breno Mendes** <sup>a</sup>

*E-mail: mendes.breno@gmail.com*

<https://orcid.org/0000-0001-6408-4117> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil

## RESUMO

O problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur é o tema central deste trabalho. A interpretação é desenvolvida a partir da hipótese segundo a qual existiria uma dialética entre existência e linguagem na constituição de sentido. O caminho escolhido para a investigação foi a leitura estratégica de obras que recobrem a primeira parte da trajetória filosófica do autor. Nesse sentido, focalizamos a leitura de Ricoeur sobre a filosofia da existência de Karl Jaspers e o seu contraponto com o existencialismo de Sartre. Durante o decorrer da pesquisa, procuramos compreender os contornos do entendimento de Ricoeur sobre a dialética entre ontologia e epistemologia presente na filosofia da história.

## ABSTRACT

The problem of sense in Paul Ricoeur's philosophy of history is the focus of this research. The interpretation is developed from the hypothesis in which would exist a dialectic between existence and language in the constitution of sense and meaning. The strategy chosen in the investigation was the reading of works that cover the first part of Ricoeur's philosophical path. Thus, we focus on Ricoeur's reading of Karl Jasper's philosophy of existence and its opposition to Sartre's existentialism. Throughout the research, our purpose is to understand Ricoeur's comprehension of the dialectic between ontology and epistemology in philosophy of history.

## PALAVRAS-CHAVE

Filosofia da História; Sentido; Paul Ricoeur

## KEYWORDS

Philosophy of History; Sense; Paul Ricoeur

## O problema do sentido, a dialética entre existência e linguagem e a filosofia da história

“A História tem um sentido” ou será que os acontecimentos se sucedem no devir temporal de forma caótica, contingente, sem quaisquer conexões ou propósitos que os reúnam? O questionamento colocado com clareza pelo filósofo tcheco Jan Patočka ([1990] 1999) em um de seus *Ensaio heréticos sobre a filosofia da história* continua a trazer angústia e inquietação para aqueles que o levam a sério. Sem dúvida, são essas mesmas perguntas que alimentam algo como uma *filosofia da história*. A reflexão sobre o significado e a finalidade do processo histórico singulariza esse campo de estudos em relação à Teoria da História e à História da Historiografia. Em uma primeira abordagem, poderíamos dizer que a Teoria da História ocupa-se das particularidades da ciência histórica, seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, sem se questionar detidamente sobre a coerência de todo o processo histórico ou mesmo sobre o sentido da existência histórica. A filosofia da história, por seu turno, fundamentalmente, ocupa-se do problema do sentido da história e seus desdobramentos. Dessa forma, Jörn Rüsen nos dirá: “a questão sobre o que é a história transforma a teoria da história em *filosofia da história*” (RÜSEN 2015, p. 33).

O artigo que apresentamos coloca-se a tarefa de investigar o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur (1913-2005), especialmente em seus escritos publicados entre as décadas de 1950 e 1960. A elaboração de nossa hipótese central começou a ganhar corpo quando em nossa pesquisa buscamos entender melhor qual o lugar ocupado por Paul Ricoeur na cena intelectual francesa no século XX. Aliás, desde sempre nos causava estranheza o fato de Ricoeur não ser figura carimbada nos panoramas mais abrangentes da filosofia francesa (Cf. FERRY, RENAULT 1988; PETIT 2009), apesar de ser considerado como um filósofo reconhecido, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980. Em vista disso, acreditamos que, se nos colocarmos na trilha aberta pela hipótese sugerida



por Michel Foucault ([1984] 2005), posteriormente reelaborada por Alain Badiou, poderemos jogar novas luzes sobre o problema do sentido na filosofia de Ricoeur. Em um dos últimos textos que escreveu antes de morrer, em 1984, Foucault sugeriu que seria possível traçar a seguinte linha divisória no pensamento francês: de um lado, estaria a filosofia da experiência, do sentido e do sujeito, ao passo que, do outro, estaria uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito. No primeiro, estariam o existencialismo de Sartre e a fenomenologia de Merleau-Ponty; enquanto, no segundo, estaria a chamada Escola Epistemológica Francesa, que faz epistemologia na extensão da história da ciência, como podemos perceber em Alexander Koyré e George Canguilhem. Quase vinte anos depois da morte de Foucault, Alain Badiou, no prefácio ao seu livro *A aventura da filosofia francesa no século XX*, retomou essa hipótese (sem mencionar o autor de *A história da loucura!*), dessa vez tomando como fio condutor a questão do sujeito: “temos, pois, no início do século o que eu chamaria de uma figura dividida e dialética da filosofia francesa. De um lado, uma filosofia da vida; de outro, para abreviar, uma filosofia do conceito” (BADIOU 2015, p. 10). *Grosso modo*, os autores distinguem uma filosofia mais preocupada com o sentido e com a existência, abrindo o caminho para uma ontologia e outra que se detém na análise histórica da formação dos conceitos científicos, colocando em primeiro plano não apenas a epistemologia, mas também a relação entre *as palavras e as coisas*.

A partir desse *background* da história intelectual e de nossa inquietação quanto ao sentido da história, propomos, então, o seguinte argumento central ou hipótese de trabalho: o problema do sentido na filosofia ricoeuriana poderia ser interpretado a partir da combinação dialética entre um pensamento sobre a existência e uma filosofia da linguagem. Trocando em miúdos, a compreensão da existência humana demanda a mediação pelos significados produzidos pela linguagem, assim como os significados produzidos pelo discurso ganham seu verdadeiro sentido quando trazem orientação para a experiência. Assim, o sentido opera uma mediação entre existência e linguagem

sem desembocar em uma síntese final ou saber absoluto; uma dialética imperfeita, aberta e fragmentária sob o signo do inacabamento. Ora, tal hipótese parece-nos ser ainda mais adequada para entendermos o problema do sentido da história na fenomenologia-hermenêutica de Ricoeur, uma vez que, como se sabe, o próprio conceito moderno de história carrega em si uma polissemia similar, ao se referir tanto à experiência da história como ao seu conhecimento científico ou, para usarmos os termos de Reinhart Koselleck (2006, p. 48), “o sentido do acontecimento [experiência] e de sua representação narrativa [linguagem] se encontram no termo alemão *Geschichte*”.

Sendo assim, para fundamentarmos melhor nossa proposta interpretativa, lançamos mão do próprio percurso filosófico de Ricoeur. Nesse sentido, tem destaque um texto publicado pelo autor em 1973, o qual procurava dar conta dos deslocamentos de seu pensamento nos últimos dez anos e conta com um título sintomático: *do existencialismo à filosofia da linguagem*. Ora, mais do que apenas reproduzir a interpretação que o filósofo tinha sobre si mesmo, nosso objetivo é, de algum modo, problematizá-la. Em primeiro lugar, na contramão do título do artigo que citamos e em par com Jérôme Porée (2017), defendemos a tese de que Ricoeur jamais deixou de ser um *pensador da existência*, mesmo sem nunca ter se confundido com um existencialista na linha de Sartre. Ou seja, em nossa leitura, o problema do sentido na filosofia ricoeuriana, de modo geral, e em sua filosofia da história de modo particular, não pode ser desconectado do plano da experiência e da *historicidade*. Ademais, um esclarecimento: ser um pensador da existência não significa adesão a uma escola de pensamento existencialista, mas, sobretudo, implica perceber que a historicidade humana é ambígua, contraditória e paradoxal. Isto é, há espaço para a produção de sentido e significado, mas também para aquilo que é completamente desprovido de sentido e propósito.

No que diz respeito à relação entre ontologia e epistemologia, a discussão sobre o nascimento da chamada filosofia crítica da história é importante para nossos objetivos, já que Ricoeur

procurou dialogar com essa vertente, deixando transparecer sua influência kantiana. Se, na *Crítica da Razão Pura*, Kant pretendia erigir uma filosofia dos limites do saber, o filósofo francês se mantém “nos limites de uma crítica da pretensão do saber de si da história a se erigir em saber absoluto, reflexão total” (RICOEUR 2000, p. 386). Nas palavras do próprio autor, “a filosofia contemporânea da história se propõe, mais modestamente, a refletir sobre esse ofício do historiador, a fim de extrair seus objetivos e meios, seus entraves e ambições”. (RICOEUR 1994, p.139). Todavia, ele salienta que, em sua perspectiva, “seria um erro acreditar que, por falta de uma filosofia da história de tipo especulativo, há lugar apenas para uma epistemologia da operação historiográfica” (RICOEUR 2000, p. 385. Grifo nosso). Na seara em que o filósofo se embrenhou, há espaço também para as relações de sentido numa análise sobre a experiência da história. Trocando em miúdos, para ele não há filosofia da historiografia sem filosofia da história.

No presente artigo, nossa proposta é focalizar o início do primeiro período da obra ricoeuriana, que teve início em 1947 com a obra *Karl Jaspers e a filosofia da existência*, escrita em parceria com Mikel Dufrenne, e vai até 1960, ano em que foi publicada *A simbólica do mal*. O método adotado por Ricoeur na primeira fase de seu pensamento é a fenomenologia husserliana, ou, para sermos mais precisos, uma espécie de *fenomenologia existencial*, cujo principal objetivo era descrever o sentido da experiência vivida. Segundo Ricoeur, em artigo publicado na década de 1960, a *fenomenologia existencial* não deve ser tratada apenas como um subcampo que se justapõe à fenomenologia transcendental. Mais do que isso, para ele a *fenomenologia existencial* é um estilo de pensamento que toma a fenomenologia como método e o coloca a serviço das questões concernentes à existência (RICOEUR 1967). No texto em questão, são mapeadas três matrizes que evidenciarão uma “fenomenologia implícita” presente na filosofia da existência. A primeira delas remonta a Husserl e a virada em seu pensamento rumo à investigação sobre os aspectos da

existência humana no mundo. A segunda fonte refere-se a correntes filosóficas originadas com Kierkegaard e Nietzsche. No caso do filósofo da Dinamarca, o principal aporte é a categoria filosófica de existência, que remete àquilo que é individual, ao que não é incluído pelo sistema e escapa às pretensões objetificadoras do método. Do estilo do “filósofo do martelo”, a fenomenologia existencial herdou a rejeição aos sistemas filosóficos. Além disso, mesmo antes de Husserl sistematizar a redução eidética, Nietzsche, segundo Ricoeur, teria adotado uma atitude redutiva e genética perante os sistemas morais, em sua célebre *Genealogia da moral*, indo do derivado ao originário. A terceira fonte da *fenomenologia existencial* diz respeito aos pensadores franceses, como Sartre, situados na confluência da herança do método fenomenológico de Husserl com os problemas existenciais da filosofia pós-hegeliana (RICOEUR 1967).

O grande problema de Ricoeur com a fenomenologia existencial diz respeito ao plano da linguagem. Não é segredo para ninguém que, nos anos 1960, o chamado *giro linguístico*<sup>1</sup> teve importante impacto no cenário intelectual francês. Foi nesse contexto que Ricoeur realizou o enxerto da hermenêutica na fenomenologia, inaugurando a segunda fase de sua filosofia, de acordo com a periodização que estamos propondo. O ponto de inflexão é precisamente a obra *A simbólica do mal*, que realiza uma notável mudança no método de sua filosofia. A abordagem mais puramente conceitual e fenomenológica cede espaço à interpretação hermenêutica dos símbolos e mitos que narram a origem do mal existente no mundo. No já citado artigo *Do existencialismo à filosofia da linguagem* (1973), Ricoeur aponta que a fenomenologia existencial se prendia excessivamente ao uso da linguagem ordinária, mas o problema do mal colocava novas “perplexidades linguísticas”, as quais demandavam o uso dos símbolos em uma linguagem mais elaborada. Dizendo de outro modo, nossa experiência humana é suscetível ao mal, àquilo que desafia o sentido e demanda a mediação da linguagem e suas estratégias de significação mais complexas. Não por acaso, em seu prefácio aos

1 “Não que tudo seja linguagem, como é dito às vezes, (...) nas concepções em que a linguagem perdeu sua referência ao mundo da vida, àquela da ação e comunicação entre as pessoas. Mas, se nem tudo é linguagem, tudo, na experiência, não adquire sentido senão sob a condição de ser levado à linguagem. (RICOEUR 1996b, p. 209).

*Ensaio herético de filosofia da história* de Patočka, Ricoeur sintetizou sua lógica do sentido, sustentando que: “a perda do sentido não é a queda no ‘não sentido’, mas o acesso à qualidade de sentido implicada na busca ela mesma” (RICOEUR 1999, p. 16). Em resumo, a mediação da linguagem simbólica para enfrentar a experiência do mal evidencia a *problematicidade* do sentido e inviabiliza seja o dogmatismo, seja o niilismo. Nessa chave de leitura, a tarefa do filósofo instruído pelos símbolos é romper com o privilégio concedido à reflexão imediata sobre si mesmo, elevando a dimensão simbólica à esfera dos conceitos existenciais. Isso significa, inclusive, um questionamento à transparência do *cogito*. A abertura à dimensão simbólica da experiência acarreta pensar que o sujeito não conhece a si mesmo de modo intuitivo e transparente, mas pela mediação dos signos transmitidos pela cultura e pela história. A entrada de Ricoeur no domínio da hermenêutica filosófica se deu pela via dos símbolos culminando em uma *aposta do sentido*.

O terceiro período da filosofia ricoeurianas – cujas obras escapam ao recorte cronológico do presente texto, destaca as conexões entre os temas narrativa, identidade e memória. Nessa perspectiva, uma releitura sobre o círculo hermenêutico ou *tripla mimesis* contidos em *Tempo e narrativa* pode ser um excelente mote para tematizar uma última característica do problema do sentido a ser apontada ainda nessa introdução, qual seja, a *ubiquidade do sentido*. Retomando o nosso argumento central ou a hipótese de trabalho, poderíamos formular a seguinte pergunta: afinal de contas, qual o lugar do sentido: a experiência ou a linguagem? Levando em consideração a tese central de *Tempo e narrativa*, somos conduzidos a pensar em uma ubiquidade do sentido, ou seja, o sentido é produzido e circula tanto no plano da ação e da existência quanto no da linguagem e de suas articulações narrativas. O pressuposto ricoeuriano é que entre a dimensão temporal da experiência humana e a atividade de narrar uma história existe uma correlação necessária e transcultural. Para Ricoeur, a tessitura da trama narrativa pressupõe uma pré-compreensão dos sentidos imanentes à ação humana, os quais

são reelaborados e configurados em um enredo e retornam ao plano da experiência quando são apropriados pelo leitor que refigura sua existência com novos sentidos e significados (RICOEUR 1991a).

## A filosofia da existência de Karl Jaspers e o problema da historicidade

Como já dissemos, o ponto de partida de nossa jornada do sentido é o livro *Karl Jaspers e a filosofia da existência* (1947), escrito por Paul Ricoeur em parceria com Mikel Dufrenne.<sup>2</sup> Tendo em vista a hipótese apresentada na introdução, visamos compreender, em um primeiro momento, como o problema do sentido e a questão da história começaram a se configurar no pensamento ricoeuriano como uma filosofia da existência antes mesmo de uma filosofia da linguagem e de uma filosofia da história. Os autores, Ricoeur e Dufrenne, conheceram-se no campo de prisioneiros da Pomerânia durante a segunda guerra mundial, quando tiveram acesso à totalidade dos textos de Jaspers editados até então. A obra em questão contou com um prefácio escrito pelo próprio Karl Jaspers, que era uma das figuras de proa da filosofia da existência. Na entrevista *Aguardo o renascimento* (1988), Ricoeur confessa que havia sido bastante impactado com os primeiros estudos em língua francesa sobre Jaspers publicados por Gabriel Marcel antes da Segunda Guerra. Diga-se de passagem: o estudo de filósofos alemães era um mecanismo encontrado por Ricoeur e Dufrenne para evitar a recusa da cultura alemã, que, segundo eles, ocorrera durante a primeira guerra: “Nós pensávamos que os alemães verdadeiros estavam nos livros e essa era uma forma de negar os alemães que nos aprisionavam. A Alemanha verdadeira éramos nós e não eles” (RICOEUR 1988, p. 2). Jean Grondin ressalta, ainda, que em um contexto intelectual no qual o existencialismo “fazia furor” na França, a publicação desse livro cooperou para que Ricoeur fosse nomeado como professor de filosofia em Estrasburgo no ano de 1948 (GRONDIN 2015).

<sup>2</sup> Mikel Dufrenne (1910-1995) foi um filósofo francês que se dedicou, principalmente, à “fenomenologia da experiência estética”, que, inclusive é o título de uma de suas principais obras.

Ao longo de nossa pesquisa, interpretamos Ricoeur como um *pensador da existência*, algo que é muito mais do que uma questão de filiação à escola filosófica ou à adoção de procedimentos metodológicos bem delimitados. De maneira similar, Jérôme Porée (2017) aponta que Ricoeur é um pensador da existência não apenas por ter dedicado o seu primeiro livro à interpretação de Karl Jaspers, mas também, sobretudo, pelos temas que abordou ao longo de sua reflexão filosófica, os quais, via de regra, giram em torno da “apropriação do nosso esforço por existir e do nosso desejo de ser”. Mesmo sendo mais uma atitude do que um método, acreditamos que a inclinação existencial do pensamento ricoeuriano pode ganhar novos sentidos quando compreendida à luz de sua interpretação da filosofia da existência de Jaspers. Desse modo, nossa pesquisa procura explorar caminhos ainda pouco visitados pela recepção da obra ricoeuriana. No Brasil, por exemplo, podemos destacar a notável coletânea *Pensar Ricoeur: vida e narração* (NASCIMENTO, WU 2016). Conquanto o livro apresente estudos que tratem do tema da “existência”, em nenhum momento há uma abordagem sobre a relação de Ricoeur com Jaspers, Sartre e Camus, nem tampouco uma investigação pormenorizada sobre a relação entre filosofia da existência e filosofia da linguagem no que diz respeito ao problema do sentido da história.<sup>3</sup>

*3 Nessa mesma coletânea, destaque para os textos de Jeffrey Barash (2016) a respeito da influência da epistemologia de Collingwood e da ontologia de Heidegger nas reflexões de Ricoeur sobre “a realidade do passado histórico”; e de Noeli Rossato (2016) sobre a apropriação de Agostinho feita por Ricoeur.*

Seguindo os rastros do pensamento existencial de Søren Kierkegaard, Jaspers sustentava que a existência humana está no limite do saber e da razão a tal ponto, que compreendê-la é elaborar uma crítica do conhecimento. Aqui, a existência não se confunde com o indivíduo biológico ou mesmo com um modelo universal de homem, que geralmente é entendido como um ser racional e dotado de uma essência intemporal. A existência remete para a singularidade individual irreduzível aos sistemas filosóficos e científicos; o ser humano é sempre mais do que aquilo que aparece em um discurso. Não obstante, a filosofia da existência jasperiana não se traduz em uma postura hostil à ciência, mas procurar criticar o excesso e o fracasso do saber, isto é, quando ele se torna um obstáculo

ao encontro da existência consigo mesma, uma vez que “a filosofia da existência tem por ambição unir razão e existência” (RICOEUR 1947, p. 25). Por um lado, a orientação fornecida pelas ciências precisa da filosofia para ultrapassar os limites de cada ciência particular; por outro, a compreensão sobre o ser não pode prescindir do saber particular aportado pelos ramos do conhecimento científico (CARVALHO 2016). Dessa forma, percebemos que, na perspectiva de Jaspers, a reflexão sobre a nossa situação existencial não descarta, mas, de certa forma, demanda a reflexão epistemológica. Tal aspecto parece ter sido importante para o modo como Ricoeur concebe a relação entre ontologia e epistemologia em sua obra.

Manter os olhos fixos na exceção. Tal seria uma das principais lições da filosofia da existência de Kierkegaard, segundo Ricoeur, cuja implicação resulta numa redescoberta da relação íntima do trabalho filosófico com a não filosofia. Mesmo que seja responsável por seu ponto de partida, por seu método e acabamento, a filosofia tem suas fontes fora de si mesma: “A filosofia sempre tem a ver com a não filosofia, porque a filosofia não tem objeto próprio. Ela reflete sobre a experiência, sobre toda a experiência, sobre o todo da experiência: científica, ética, estética, religiosa” (RICOEUR 1996a, p. 34). Ecoando Jaspers, o filósofo francês defende que entre a ciência e a filosofia não haja um combate hostil, mas uma “luta amorosa”. O saber científico serve à filosofia, interditando-lhe o anseio de ser tomada como ciência e lembrando que sua vocação mais própria é interpretar o desenvolvimento da existência; ao passo que a filosofia serve à ciência, quando lhe revela seus limites, livrando-a do dogmatismo de ser tomada como saber absoluto (RICOEUR 1947).

Do que foi dito até agora, podemos sopesar alguns argumentos que nos ajudam a entender melhor nosso problema. Primeiramente, parece-nos que essa abertura da filosofia em direção à não filosofia foi fundamental para que Paul Ricoeur refletisse sobre a história e dialogasse com a historiografia,



mesmo que, como ele mesmo diz, tenha feito isso com pontos de partida e métodos filosóficos. Ademais, para nós, parece que, ao longo de sua carreira, Ricoeur incorporou a proposição de Jaspers – de inspiração kantiana, segundo a qual a filosofia deve realizar uma reflexão sobre os limites do conhecimento. É nesses termos que ele define sua filosofia da historiografia em *A memória, a história, o esquecimento* (2000), embora o jargão existencial tenha recebido o acréscimo do hermenêutico-ontológico. Seu projeto, então, é enunciado como sendo uma “filosofia crítica da história” que não se limita a uma epistemologia da operação historiográfica:

Na vertente crítica, a reflexão consiste numa imposição de limites a qualquer pretensão totalizante ligada ao saber histórico (...). Na vertente ontológica, a hermenêutica dá-se como tarefa a exploração das pressuposições que podem ser ditas *existenciais* tanto do saber historiográfico efetivo quanto do discurso crítico anterior. *São existenciais no sentido de que estruturam a forma própria de existir, de ser no mundo, desse ser que cada um de nós é.*” (RICOEUR 2000, p. 373, grifos nossos).

Diante disso, como a historiografia poderia contribuir para a compreensão da existência na história? A resposta a essa questão não pode contornar a categoria da *historicidade*. A existência nunca se manifesta como algo pronto e acabado, mas se efetiva passo a passo mediante as decisões que toma no curso do tempo e da história (JASPERS [1932] 1958). Na obra de 1947, Ricoeur e Dufrenne sustentam que “a história, através das ideias, reflete as vicissitudes da existência, seus desenvolvimentos e decadências” (RICOEUR 1947, p. 91). Portanto, o historiador poderia almejar dar um passo em direção à leitura da existência na história; entretanto, ao fazer isso, ele ultrapassaria os limites estritos da objetividade de seu ofício. Essa tarefa é decisiva, porém facultativa. Isto é, o filósofo não pode obrigar o historiador a proceder dessa maneira; no entanto, quando isso ocorre, a ciência corrobora para a compreensão do sentido. Quando o historiador renuncia a essa empreitada em nome de uma objetividade que se

restringe ao domínio dos “acontecimentos brutos”, ele está reduzindo as ciências do espírito ao âmbito das ciências da natureza (RICOEUR 1947).

A noção de *historicidade* é uma preciosa pedra de toque no diálogo da filosofia da existência com a historiografia. Na filosofia de Karl Jaspers, a questão da historicidade é abordada com base na ideia de *situação-limite*, sendo compreendida como um índice da existência, “a situação (...) dá a existência uma profundidade histórica” (RICOEUR 1947, p.174). As situações são modificáveis; no entanto, sempre conduzem a outras situações, de tal modo que existir é sempre ser em situação, é estar submetido a um conjunto de situações concretas e históricas. As situações-limites são uma espécie de baliza da existência, um limiar inultrapassável e sobre o qual não temos total controle. São situações que não podemos transpor nem alterar. Nessa perspectiva, a historicidade<sup>4</sup> aparece como uma situação-limite que é sofrida como estreiteza e assumida como profundidade, pois a condição histórica que parece limitar o ser humano é também a que lhe apresenta as possibilidades de concretização da sua liberdade. A historicidade é a característica de tudo aquilo que é concreto, opondo-se ao intemporal, abstrato e universal.

Se situarmos essa discussão sob o pano de fundo da relação entre a filosofia e a ciência, a questão que surge é: de que modo a historicidade se articula com a historiografia, ou, em outras palavras, como a ontologia se relaciona com a epistemologia?<sup>5</sup> Sob a ótica jasperiana, a historicidade não deriva do conteúdo das ciências históricas, sendo inseparável da história do ser no mundo. Por meio dela, a existência se manifesta como temporal e eterna. Para o filósofo alemão, “a existência não é intemporalidade nem temporalidade em si, mas uma e a outra e não uma sem a outra” (JASPERS 1958, p. 533). Aqui, a eternidade deve ser conectada à noção de “Transcendência” que não é compreendida como um plano separado do mundo empírico, mas como os modos não objetivos de ser. Do mesmo modo que sem o mundo não há

4 Esquematicamente, as características da historicidade em Jaspers são: 1) União da existência e do ser empírico; 2) União da liberdade e da necessidade; 3) União do tempo e da eternidade (RICOEUR 1947).

5 A propósito, no juízo de Ricoeur e Dufrenne (1947), a palavra francesa *historicité* não traduz todos os sentidos do conceito alemão de *Geschichtlichkeit*, pois na França a História seria uma disciplina sem pretensões metafísicas, ao contrário do que acontece do outro lado do Reno.

transcendência, existe uma dimensão da realidade que não pode ser objetificável, pois transcende os contornos empíricos (PEACH 2006).

Segundo Ricoeur e Dufrenne, Karl Jaspers estende a historicidade da existência à historicidade da realidade. Assim, a realidade é concebida como sendo única, temporal e concreta, não devendo ser compreendida a partir de generalizações. Acreditamos que, em seu labor filosófico, Paul Ricoeur também assumiu a historicidade da existência e da realidade, uma vez que renunciou à ilusão de um sistema de conhecimento que pudesse totalizar, de maneira definitiva, os sentidos da realidade. Diga-se de passagem, em nossa leitura, o acento sobre a dimensão existencial da historicidade humana é um dos principais fatores que o levaram a não erigir uma filosofia especulativa da história. Para Ricoeur, assim como para o autor de *A culpabilidade alemã*, a ação histórica não se deixa fixar em uma máxima universal ou se integrar, totalmente, em um rígido sistema moral de meios e fins.

Alguns comentadores, como Filiz Peach, apontam para a dificuldade de explicar o conceito de historicidade em Jaspers, em virtude de o filósofo não ter oferecido muitas definições claras sobre o termo. Entretanto, é possível perceber que, em sua filosofia da existência, a historicidade toca mais diretamente no aspecto individual e pessoal da existência humana; enquanto o conhecimento histórico anela compreender assuntos públicos. Por exemplo, uma das marcas da existência humana é sua liberdade para fazer suas próprias decisões. Todavia, essa liberdade sempre é limitada pelas circunstâncias históricas. Além disso, a historicidade envolve a apreensão de nossa própria história e a interpretação de nossas ações passadas (PEACH 2006).

Entendemos que um dos pontos fundamentais do viés existencial da historicidade para Ricoeur é, justamente, sua função de *limite*, mas limitar seria sinônimo de restringir? Ao refletir sobre o emprego da noção de limite à existência humana, em *História e verdade*, o filósofo francês apontou

para uma dupla acepção do termo: por um lado, o limite designa o “estar-lá limitado enquanto perspectiva”. Por outro, ele indica a possibilidade de significação (RICOEUR 1955). Se a historicidade manifesta os limites do ser, evidenciando sua não atemporalidade, ela também possibilita a concretização do sentido do ser. Em outros termos, conforme está mais bem desenvolvido em *História e verdade*, para Ricoeur o limite tem como função tanto a negação quanto a afirmação, sendo que a última, inclusive, precede a primeira.

## O existencialismo de Sartre, a náusea e a falta de sentido da história

Levando em conta que o nosso estudo se propõe a compreender contextualmente o conceito de sentido na filosofia ricoeuriana, uma questão instigante se apresenta em nosso caminho: por que Ricoeur escolheu dialogar com a filosofia da existência de Jaspers e não tanto com o existencialismo francês de matriz sartreana?<sup>6</sup> Para melhor respondermos a essa pergunta é necessário realizarmos uma rápida discussão terminológica. De acordo com Udo Tietz (2012), a *filosofia da existência* é anterior ao existencialismo francês capitaneado por Sartre. Nesse sentido, o ponto de inflexão seriam as críticas de Kierkegaard ao idealismo alemão e ao ‘panlogicismo’ de Hegel. Portanto, a filosofia da existência pode ser interpretada como um estilo de pensamento cujas origens remontam ao pensamento germânico, sendo uma espécie de continuação e radicalização da *filosofia da vida*. Em termos de filosofia da história, defendemos que a principal contribuição da filosofia da existência em diálogo com a fenomenologia é a ênfase na categoria de “historicidade” como o fundamento ontológico do fenômeno histórico, ao passo que o existencialismo enfatiza o absurdo e a ausência de sentido da experiência histórica humana (MENDES 2018). A relação entre os autores da chamada filosofia da existência e o existencialismo francês não costuma ser nada amistosa. Além da célebre desavença entre Heidegger e Sartre, em uma carta enviada a Jean

*6 A mais completa e atualizada discussão sobre filosofia da existência, existencialismo e fenomenologia é o volume da prestigiosa coleção de Oxford “Blackwell Companion to Philosophy”, traduzida no Brasil pela Editora Vozes com o título Fenomenologia e existencialismo (cf. DREYFUS, WHRA-THALL 2012).*

Wahl em 1937, Karl Jaspers chega ao ponto de afirmar que “o existencialismo é a morte da filosofia da existência” (JASPERS *apud* DOSSE 2017, p. 33).

Na segunda metade da década de 1940, Jean-Paul Sartre já figurava como uma estrela cujo brilho irradiava para além dos confins filosóficos na França, a tal ponto que, de acordo com Dosse (2008), havia se tornado uma importante expressão da sede de viver após “os longos anos negros da guerra”. O sucesso da vaga existencialista no pós-guerra pode ser interpretado à luz das circunstâncias históricas, pois naquele momento a sensação era de perda de significação objetiva do mundo (essência) e consciência da insensatez da existência (absurdo) (RODRIGUES DA SILVA 2002). Todavia, é preciso ressaltar que “a variedade francesa de existencialismo na versão defendida por Jean-Paul Sartre não é a única que se encaixa sob o termo existencialismo” (TIETZ 2012, p. 155). Paul Ricoeur, por exemplo, aproximou-se mais de Gabriel Marcel<sup>7</sup>, considerado como o expoente do existencialismo cristão na França.

Mais do que isso, Dosse (2008) aponta que o sucesso de Sartre no cenário francês teve como contrapartida o ocultamento de dois fenômenos correlacionados: 1) O pluralismo de correntes filosóficas que reivindicavam a noção de “existência”; 2) A precedência das “filosofias da existência” que remontam ao período anterior à segunda guerra como a de Jaspers e Kierkegaard. Na nossa interpretação, a compreensão acerca do problema do sentido é um dos fatores que melhor explicam a distância da filosofia da existência de Ricoeur em relação ao existencialismo de Sartre. Como se sabe, o *absurdo* figura como um componente notável da filosofia sartreana, sobretudo em sua primeira fase. A ideia de absurdo presente tanto em Sartre, como em Albert Camus, contrapõe-se à crença, típica das filosofias especulativas da história, segundo a qual existe uma racionalidade subjacente aos fenômenos cujo desenvolvimento histórico estaria caminhando em direção ao aperfeiçoamento progressivo (WICKS 2012). Sob os efeitos da experiência de duas guerras mundiais, a leitura da filosofia e da

*7 “Gabriel Marcel é de longe a pessoa com quem tive a relação mais profunda, desde o meu ano de agregação, em 1934-1935, e mais tarde ainda, de maneira episódica até à sua morte, em 1973”. (RICOEUR 1997, p. 40).*

literatura de orientação existencialista evidencia o *absurdo*<sup>8</sup> da condição humana e a falta de sentido da história. Vale retomar aqui a distinção apresentada por Koselleck (2013) segundo a qual a ausência de sentido é uma espécie de suspensão do juízo, nos moldes do ceticismo, quanto a existência do sentido da história.<sup>9</sup>

Considerando que a nossa proposta procurará mostrar como o existencialismo apresenta uma perspectiva antagônica ao pensamento existencial que Ricoeur desenvolveu sobre o sentido e a história, subscrevemos a leitura de Hayden White em *O fardo da história* (1966), para quem a literatura existencialista estava inserida em um contexto cultural de hostilidade a uma certa concepção de história. Como os estudos históricos ocupavam papel de destaque na visão de mundo humanista da *belle époque*, eles se tornaram um dos alvos mais vilipendiados por aqueles que perderam a fé na capacidade humana de compreender e melhorar sua situação (WHITE 2014).

Seguiremos, então, a trilha proposta por White quando ele afirma que a hostilidade à história tornava-se manifesta no modo como a figura do historiador era representada nos romances para exprimir algo como uma “sensibilidade reprimida”. Ora, o protagonista de *A Náusea* (1938) de Jean-Paul Sartre é o solitário historiador Antoine Roquentin que evidencia, para nós, a incredulidade da primeira fase do pensamento sartreano diante do sentido e da história. Roquentin é um intelectual com cerca de trinta anos de idade imerso em uma profunda angústia e perplexidade diante da ausência de sentido da vida. No enredo, ele está a se dirigir para Bouville com o objetivo de escrever a biografia do Marquês de Rollebon. Sua crise existencial é inseparável de suas dúvidas em relação ao ofício historiográfico. À medida que a narrativa avança, Roquentin se depara com o sabor azedo da pesquisa, que, de modo nenhum, está ligado à falta de documentação. Ao contrário, é a própria natureza do discurso histórico que parece incerta e carente de significado (SARTRE 2015).

8 “‘O absurdo’ geralmente refere-se à experiência de ausência de base, de contingência ou de superfluidade com relação aos aspectos básicos da ‘condição humana’ que, aparentemente, deveriam estar abertos para a justificação racional” (SHERMAN 2012, p. 256).

9 Para Koselleck (2013, p. 79) existe uma diferença entre as categorias de ausência de sentido e sem sentido: “ausência de sentido’ é uma expressão neutra que evita a questão do ‘sentido’, ao passo que o “sem sentido’, enquanto negação de sentido, fica referido ao âmbito daquilo que tem sentido”.

Durante sua estadia na pequena cidade francesa de Bouville, Roquentin começa a ter uma experiência de estranhamento com o mundo, a *náusea*. Este mal-estar se expressa em uma sensação aguda de que as coisas não vão nada bem e conduz à desorientação existencial. Para nossos desígnios interessa a interpretação segundo a qual a *náusea* tem em seu horizonte um hiato entre existência e aventura, cujo corolário é a contradição entre história e narrativa. Donde surge a questão “como é possível que a existência seja contraposta à narrativa que se pode fazer dessa mesma existência”? (SILVA 2010, p. 70). Roquentin se ressent, então, de ter vivido apenas histórias, incidentes sem significado intrínseco e não aventuras. A aventura, aliás, parece existir tão somente no mundo das letras. Portanto, ele conclui:

Para que o mais banal dos acontecimentos se torne uma aventura, é preciso e basta que nos ponhamos a *narrá-lo*. É isso que ilude as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias, vive rodeado por suas histórias e pelas histórias dos outros, vê tudo o que lhe acontece através delas; e procura viver sua vida como se a narrasse. Mas é preciso escolher: viver ou narrar (SARTRE [1938] 2015, p. 50).

Nem sempre o caminho mais curto leva a um bom lugar. Nesse momento, ficamos tentados a desenvolver aquilo que Quentin Skinner (2005) enunciou como *mitologia das consequências de prolepse*, isto é, buscar o sentido do texto nas consequências que suas ideias geraram. Neste atalho, a contraposição entre as filosofias de Jean-Paul Sartre e de Paul Ricoeur ficaria fácil, pois o fenomenólogo-hermeneuta, sobretudo a partir da década de 1980, passou a defender a existência de uma narratividade incoativa na experiência humana, ou seja, a vida humana não seria totalmente desprovida de sentido, mas uma história em estado nascente. Por enquanto, ressaltaremos somente que, na perspectiva ricoeuriana, não há uma oposição entre a existência e a elaboração de sentido produzida pela linguagem narrativa.

Como se sabe, na década de 1980, o debate sobre a continuidade/descontinuidade entre o mundo real e a narrativa ganhou evidência, sobretudo, a partir das reflexões de David Carr. A abordagem ontológica existencialista de acordo com a qual a existência humana é um absurdo, um amontoado de contingências sem qualquer significado, tem como corolário epistêmico uma dicotomia entre existência e linguagem, entre a experiência temporal e a narrativa, pois, nessa lógica, “é preciso escolher: viver ou narrar” (SARTRE [1938] 2015, p. 50). Em contrapartida, na teoria da ação ricoeuriana existe uma potencialidade de sentido que confere inteligibilidade à ação, graças ao simbolismo imanente à experiência: “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: está desde sempre *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR 1991a, tomo 1, p. 100-101). Quanto a isso, destacamos que o desejo de conciliar o caráter epistemológico da operação narrativa na escrita da história com o seu alcance ontológico aproxima Paul Ricoeur de David Carr. À primeira vista, ambos parecem ter um inimigo comum, a saber, aquelas perspectivas que advogam uma insuperável descontinuidade entre experiência e narrativa, tal como Louis Mink para quem: “estórias não são vividas, mas narradas. A vida não possui inícios, meios ou fins” (MINK 1970, p. 557). No entanto, a equivalência entre o *approach* fenomenológico de Carr e o fenomenológico-hermenêutico de Ricoeur é apenas aparente. De modo um tanto quanto surpreendente, Carr apresenta sua leitura de *Tempo e narrativa*, afirmando que o livro de Ricoeur, apesar de pretensamente ser contrário à abordagem *standard* caracterizada pela cesura entre narrativa e mundo real, estaria mais próximo da perspectiva de Mink e White do que o filósofo francês gostaria.

Em uma mesa redonda ocorrida na Universidade de Ottawa em 1985, por ocasião do lançamento do primeiro volume da trilogia ricoeuriana, Carr demonstrava certa hesitação ao tratar dos argumentos de Ricoeur, pois esses pareciam escapar ao modo como ele formulara a questão sobre a continuidade ou a descontinuidade entre narrativa e mundo



real. No entanto, a divergência entre as teses de Carr e de Ricoeur parece ser menos de conteúdo do que de método. Não obstante ambos compartilhem dos alicerces fenomenológicos assentados por Husserl, cada um tem suas próprias idiosincrasias. Carr parece ser mais afeiçoado à variante eidética da fenomenologia, ao acreditar na possibilidade de um acesso imediato aos fenômenos sem a necessidade de um desvio linguístico pela semântica da ação. Ricoeur, por seu turno, mostra-se afinado com o enxerto hermenêutico na fenomenologia e investe com afinco na mediação linguística como possibilidade de compreensão e de aumento dos sentidos da experiência (Cf. CARR, RICOEUR, TAYLOR 1991).

Em vez de trilhar o atalho da prolepse, preferimos seguir por outra vereda. Sendo assim, procuraremos deslindar o pressuposto subjacente à filosofia sartreana enunciada pelas palavras de Roquentin: o abismo entre existência e aventura, história e narrativa, os quais parecem, no fim das contas, reverberar uma dicotomia entre existência e linguagem. Sob o nosso ponto de vista, essa fenda repousa no pressuposto da ausência de sentido da vida e da história. A existência é entendida como um amontoado de contingências sem significado, posto que não há um projeto que permita delimitar o início ou fim de uma experiência. Todos os dias são igualmente enfadonhos:

Quando se vive, nada acontece. Os cenários mudam, as pessoas entram e saem, eis tudo. Nunca há começos. Os dias se sucedem aos dias, sem rima, nem razão: é uma soma monótona e interminável. De quando em quando se procede a um total parcial, dizendo: faz três anos que viajo, três anos que estou em Bouville. Também não há fim. (...) Depois disso, o desfile recomeça, voltamos a fazer as contas das horas e dos dias. Segunda, terça, quarta. Abril, maio, junho. 1924, 1925, 1926. (SARTRE 2015, p. 51)

A implicação ontológica dessa reflexão se configura como uma objeção contra a teleologia no plano da existência humana. A contingência e a falta de sentido da vida impedem que haja começos e fins reais na experiência; apenas no plano

epistemológico-narrativo a existência pode ser configurada como uma aventura em que há um desígnio desde o princípio a se realizar na história, conduzindo-a para um fim significativo. A fissura entre a história como processo dos acontecimentos humanos e a narração revela a gratuidade da existência: não há nenhuma necessidade que ligue o anterior ao posterior, não existe algum enredo preestabelecido para a história, não há razão de ser para nada.

John Davenport, em sua pesquisa *Narrative identity: autonomy and mortality*, frisa que a posição de Sartre e de outros existencialistas contribuiu para que as histórias de vida fossem concebidas como “ficções”, visto que as vidas reais seriam mais fragmentadas, episódicas e descontínuas do que as narrativas mostram. Para Davenport, a perspectiva sartreana está na base do “construtivismo ficcionalista”, no que diz respeito ao problema da identidade (DAVENPORT 2012). Nessa perspectiva, a descontinuidade entre a narrativa e a realidade se traduz no adágio: as histórias não são vividas, mas narradas (*Stories are not lived, but told*) repetido no século XX por nomes da envergadura de Hayden White, Lévi-Strauss e Louis Mink. O construtivismo entende que a estrutura formal da narrativa que contém: início, meio, fim, enredo, narrador e personagens não teriam nenhuma correspondência com o modo como as experiências são vividas. Por ora, importa-nos salientar que o existencialismo sartreano interdita a presença de algum sentido no plano ontológico da experiência, acantonando-o ao plano epistemológico da reflexão e da linguagem.

No romance em questão, há uma corrosão da História como uma aventura plena de heróis e palco das grandes ações em favor de uma história imersa na contingência com muito mais dúvidas do que certezas. Na medida em que Roquentin se defronta com a vertiginosa descoberta da contingência do mundo, ele também se depara com a ausência de conexão lógica entre os fatos históricos. Sintomaticamente, esse processo acarreta uma importante mudança de planos: no exercício da sua liberdade, o protagonista abandona o projeto

inicial de uma escrita historiográfica da vida de Rollebon – que agora se mostrava carente de sentido, e abraça a prosa ficcional (SOUZA 2009). Assim, Roquentin descobre que tentar conferir sentido à vida do marquês e escrever um romance ficcional eram a mesma coisa, porque sempre que tentamos narrar um evento já estamos alterando a sua forma: “os acontecimentos ocorrem num sentido e nós os narramos em sentido inverso” (SARTRE [1938] 2015, p. 51).

Já está claro que o levante de Sartre não se dirige contra a história em si, mas contra uma das formas pelas quais ela foi entendida: um processo racional, cheio de sentido, bem encadeado e desprovido de contingências; um enredo que tecia elogios aos grandes homens de ação (SOUZA 2009). *A náusea* nos permite compreender, ainda, que, para Sartre, a ausência de sentido da existência impede qualquer possibilidade de totalização na história, afinal a existência mostra que o essencial é a contingência. Para ele, a máxima “a existência precede a essência” presume que, antes de tudo, o ser humano é nada. Isso significa que, primeiramente, o homem existe, está aí lançado no mundo. Qualquer definição ou predicamento antropológico só podem ser realizados *a posteriori*. Por não ser nada, *a priori*, por não ter uma natureza humana fixa, o homem nada é além do que ele faz consigo mesmo (SARTRE [1946] 2010, p. 25).

Conforme dissemos há pouco, durante o período de maior prestígio do existencialismo sartreano, Ricoeur mantinha estreitas relações com outro existencialista, Gabriel Marcel, participando, inclusive dos seminários filosóficos que esse promovia em seu apartamento parisiense às sextas-feiras. Mais do que uma questão de mera afinidade pessoal, parece-nos que uma opção filosófica explica certas aproximações e distanciamentos intelectuais. Marcel procurou articular o existencialismo à metafísica cristã e não estava fechado às possibilidades de sentido existencial. Ao que parece, as relações entre Marcel e Sartre eram tensas. Segundo Ricoeur, “Sartre (...) o desprezava, ao passo que Gabriel Marcel o admirava

apesar de com ele se escandalizar” (RICOEUR 1997, p.41). Para nós, a vivência nesse ambiente cultural é um dos motivos que ajudam a entender a dissonância velada entre Ricoeur e o autor de *O ser e o nada*:

*Sartre era um assunto permanente de escândalo, não somente por causa do seu ateísmo, mas também porque professava a ideia de que o homem é o nada das coisas. Gabriel Marcel não podia de modo algum admitir isso. Talvez o meu fraco interesse por Sartre se deva um pouco a Gabriel Marcel, apesar de o atribuir à minha preferência por Merleau-Ponty (RICOEUR 1997 p. 41, grifos nossos).*

Em vez de aprovar a distinção sartreana entre “existencialismo cristão e ateu”, Paul Ricoeur – que, certa feita, conforme destacado por Dosse (2008, p. 20), teria recebido de Sartre a alcunha “um padre que se ocupa de fenomenologia” prefere defender que o existencialismo jamais deixou de se mover sobre o terreno da problemática religiosa, já que seria uma ilusão postular uma filosofia “neutra” da existência. Para Ricoeur, “não existe existencialismo puro, isto é, existencialismo puramente descritivo, mas existencialismos; e estes existencialismos, em sua grande parte, refletem as diferenças de atitudes religiosas” (RICOEUR 1949, p. 51). Bem entendido, a proposta ricoeuriana de maneira nenhuma implica em uma espécie de “síntese preguiçosa”, ou mesmo, justaposição homogeneizante entre um pensamento cristão e um pensamento ateu (DOSSE 2008). Um exemplo disso, de acordo com o próprio filósofo, seria o teólogo que faz da filosofia existencial uma espécie de “preparação negativa” para suas conclusões a tal ponto, que o pensamento de Sartre, por exemplo, se limitasse a uma expressão da miséria do homem sem Deus. No entendimento ricoeuriano, esse “sincretismo frouxo” merece ser criticado severamente.

Em relação ao distanciamento entre Ricoeur e Sartre, subscrevemos a assertiva de Dosse, quando ele afirma que as reservas ricoeurianas eram de diversas ordens. Discordamos,

porém, quando ele arrola entre os motivos o caráter mais literário que conceitual do autor da *Náusea*. Ora, desde a *Simbólica do mal* ([1960] 2013), Ricoeur se mostra bastante à vontade com o uso de fontes literárias para o exercício filosófico. Além disso, em 1951, ele publicou uma análise sobre a peça de teatro *O diabo e o bom Deus* de autoria sartreana. Como tentamos apresentar anteriormente, o contraponto entre os filósofos se explica por razões de ordem filosófica articuladas com questões de afinidade intelectual. Com efeito, Ricoeur não coaduna com a valorização do nada como a dimensão fundamental da condição humana. No último capítulo da segunda edição de *História e verdade*, por exemplo, ele expõe claramente suas ressalvas em relação às filosofias que, depois de Hegel, fizeram “da negação o eixo da reflexão ou chegam mesmo a identificar a realidade humana à negatividade” (RICOEUR 1955, p. 378). O principal mérito dessas filosofias seria a proposta de uma filosofia do ser sem lançar mão de essências.

Basicamente, neste artigo “Negação e afirmação originária”, o filósofo francês irá propor que o ser tem prioridade sobre o não ser; a afirmação precede a negação. Mais do que isso, nele podemos constatar uma premissa que perpassa o pensamento ricoeuriano: é possível alcançar algum sentido no plano da existência, isto é, sempre há algum sentido a ser encontrado seja na existência individual, seja na realidade histórica. Apesar da presença do absurdo, subsiste o sentido. Portanto, a negação está subordinada à afirmação originária: “a afirmação é a convicção de que a totalidade da vida e da realidade não são absurdas e sem sentido” (VAN LEEUWEN 1981, p. 33). Nessa perspectiva, o principal problema da ontologia fenomenológica de *O ser e o nada* residiria em uma concepção de “ser” por demais pobre, posto que iguala o “ser em si” a um dado bruto, uma essência sempre idêntica a si mesma. O corolário dessa leitura é o questionamento da oposição: liberdade (existência/nada) *versus* essência. Uma concepção mais rica de ser leva em conta a negatividade, sem incorrer em essencialismos metafísicos, nem, tampouco,

na nadificação ontológica. O ponto cego na ênfase sobre o nada seria, precisamente, a alteridade: “o momento de *redução do dado ao nada* (*néantisation*) é sempre obscurecido por uma vontade culposa de *aniquilação de outrem*” (RICOEUR 1955, p. 400).

No campo da história intelectual, precisamos destacar, uma vez mais, que Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur pertenciam a espaços de sociabilidade bem distintos. O primeiro grassava na cena parisiense; ao passo que o segundo estava instalado em Estrasburgo. Não chegaram a se conhecer pessoalmente. A única ocasião na qual, segundo Ricoeur, ambos poderiam ter travado uma relação mais próxima foi um sonoro desencontro. Entre 1963 e 1964, ele e Dufrenne haviam dedicado um ano de discussão sobre o *Questão de método* de Sartre no grupo de filosofia da revista *Esprit*. Ao fim desse período, o autor da *Náusea* foi convidado para uma sessão de debate para a qual foram preparadas previamente doze questões. O desfecho indica bem o tom do desentendimento. Vejamos o relato do ocorrido do ponto de vista ricoeuriano:

Tínhamos, portanto, convidado Sartre e preparado doze questões. Para responder à primeira, ele falou durante duas horas e meia; nunca podemos, portanto, apresentar-lhe a segunda! (...) *Nas controvérsias que o opuseram a Camus e, depois, a Merleau-Ponty, coloquei-me do lado deles* (RICOEUR 1997, p. 44, grifos nossos).

## O absurdo, o niilismo e a crítica às filosofias da história de Camus

A obra que marcou a desavença entre Sartre e Camus, *O homem revoltado* (1951) também foi objeto de apreciação da parte de Ricoeur. A tônica desse texto, (originalmente publicado em 1956) que leva o mesmo título do livro em análise, recai sobre o sentimento de *absurdo* em estreita ligação com o

*niilismo* e, portanto, diz respeito, diretamente, ao problema do sentido. Em termos estritamente etimológicos, o *niilismo* poderia ser identificado como um pensamento obcecado pelo nada (*nihil* – nada, em latim). Em termos filosóficos, ele remete a uma situação histórica de desnorteamento provocada pelo declínio dos valores e das referências tradicionais, que traziam respostas para orientar e prover sentido para a experiência humana. Em poucas palavras, “quando falta um sentido, quando o porquê não obtém resposta, o niilismo certamente aparece” (VOLPI 2012, p. 16-17, grifos nossos). Para o existencialismo, a ausência de uma transcendência ou essência lança o homem em sua liberdade, mas também na angústia e no absurdo. Como conceito, o niilismo não aparece explicitamente na filosofia sartriana, não obstante seu realce sobre o tema do nada e da negatividade. Já em Camus, a *démarche* niilista caminha de mãos dadas com a existencialista, como podemos ver logo na introdução do seu *Homem revoltado*: “Se não se acredita em nada, se nada faz sentido e se não podemos afirmar nenhum valor, tudo é possível e nada tem importância” (CAMUS 2010, p. 15, grifos nossos).

A ausência de sentido está no coração do sentimento de absurdo definido por Camus como o confronto entre a interrogação humana e o silêncio do mundo. Quanto a isso, Ricoeur observa que o *homem revoltado* está à margem da consolação experimentada por Jó, personagem bíblico que, em sua interpretação, também conheceu o absurdo, porém não deixou de descobrir o seu *sentido* oculto. Na sua leitura, a temática da revolta expressa a tentativa de Camus em não se isolar na negatividade como seria o caso de Sartre. O homem revoltado é alguém que diz não, mas também diz sim, porque a revolta não ocorre sem o sentimento de que se tem razão, de que se tem direito a alguma coisa. O próprio movimento de revolta envolve um juízo de valor e, porque não dizermos, de sentido, embora a recíproca não seja verdadeira: nem todo juízo de valor se configura em uma revolta. A revolta metafísica é uma contestação do homem contra sua condição e contra a criação. “Assim Camus tenta passar do sentimento subjetivo do

absurdo à descoberta de um valor positivo comum; a revolta seria essa experiência decisiva que vai de um “eu sofro” a um “nós valemos” (...) (RICOEUR 1996a, p. 83).

Para nossos objetivos o mais importante é avaliar as implicações desses raciocínios para o problema do sentido e da filosofia da história. Na concepção de Camus, existe uma “potência assassina nas filosofias da história”. Esse aspecto, aliás, é apontado por Ricoeur como o ponto central de todo o livro. No contexto da Guerra Fria, o alvo da crítica camusiana incidia sobre as esperanças messiânicas depositadas na história como uma espécie de salvação para toda a humanidade. Assim, a transcendência vertical teria sido trocada por uma religião horizontal; o paraíso celeste por um futuro utópico. A “divinização da história” aparece em *O homem revoltado* como sendo complacente com a história dos vencedores. Ou seja, nessa perspectiva, a tese central da filosofia da história hegeliana de que o desenvolvimento histórico é governado pela razão seria uma legitimação do rumo que os acontecimentos tomaram. “O vencedor tem sempre razão, esta é uma das lições que se pode tirar do maior sistema alemão do século XIX” (CAMUS 2010, p. 165). Esta “lógica da história” justificaria mesmo as atrocidades mais violentas do processo histórico, pois elas seriam um “mal necessário” para o avanço da marcha do espírito em direção à liberdade.

Agora, importa-nos pensar as implicações deste debate para a nossa investigação. Em primeiro lugar, não podemos deixar de observar que o ambiente histórico da Guerra Fria foi importante para o clima de suspeita em relação às filosofias especulativas da história e sua associação direta ao terror. *O homem revoltado* veio a lume ainda sob o impacto da descoberta dos campos de extermínio e dos *gulags* stalinistas. Sem dúvida, esse ambiente contribuiu para que Ricoeur não tenha aderido estritamente a essa modalidade de filosofia da história. Em segundo lugar, cabe perguntar: quais foram as ressonâncias existenciais na filosofia ricoeuriana da história? Quanto a isso, a importância da *contingência*, certamente, não



pode ser esquecida; a possibilidade de o homem, enquanto um ser histórico, criar sentidos para a sua experiência temporal talvez seja uma das heranças existenciais mais significativas, conquanto, Ricoeur nunca tenha subscrevido a cisão sartriana entre vivência e narração. Na esteira dos pensadores da existência, Paul Ricoeur também se manteve de sobreaviso contra as filosofias que pretenderam sistematizar de modo absoluto o sentido da história. Nos últimos parágrafos de seu comentário ao *Humanismo e terror* de Merleau-Ponty encontramos, em límpidas palavras, suas reservas em relação aos sistemas:

É possível que atualmente seja preciso renunciar a englobar a história num único sistema. O fanatismo também se encontra no final desse caminho dos sistemas que se fecham muito rapidamente. (...) Talvez seja verdade que na história existam visões parciais e múltiplas que não constituem sistema. (...) E, sobretudo, existem outras maneiras de 'compreender' diferentes do modo hegeliano-marxista. (RICOEUR 1996b, p.115-116).

*10 Em ensaio publicado recentemente, sintetizamos em cinco tópicos as implicações da filosofia da existência para a filosofia da história, (cf. MENDES 2018).*

## Considerações finais: existencialismo, filosofia da existência e historiografia

Por fim, após percorrermos esse trecho do caminho surge uma nova questão: de que maneira a onda existencialista afetou a historiografia?<sup>10</sup> Verdade seja dita, a bibliografia que associa diretamente as duas áreas está longe de ser extensa. Ainda assim, o que mais nos interessa no momento é a relação dos historiadores com o paradigma existencialista durante o seu apogeu na França nas décadas de 1940 e 1950. O principal historiador a tocar no tema é historiador Henri-Irene Marrou (1904-1977), à memória de quem, diga-se de passagem, Ricoeur dedicou o primeiro tomo de *Tempo e narrativa*. Nas reflexões contidas em *Do conhecimento histórico* (1954), Marrou alerta para os riscos da ênfase excessiva no caráter existencial da história. Desse modo, percebemos que existiam disputas teóricas e intelectuais em torno das reflexões sobre a temática do existencialismo

no contexto francês. Isso nos ajuda a compreender, inclusive, um dos motivos pelos quais Ricoeur, não obstante seja um pensador da existência, não tenha incorporado as premissas de Sartre em sua filosofia da história, especialmente no que diz respeito ao problema do sentido.

Outro ponto levantado pelo historiador francês é que a ênfase excessiva no plano existencial e nas preocupações do presente do historiador podem comprometer a “realidade da história” que, para ele consiste na “saída de nós mesmos”, no enriquecimento do ser pelo encontro com o outro. Ricoeur apresenta uma compreensão semelhante em *História e verdade*, mas com um vocabulário fenomenológico. Isto é, a “realidade da história” não depende apenas do encontro da existência consigo mesma, mas de uma orientação centrífuga, uma abertura para a alteridade, que exige, segundo Marrou, uma contenção de nossas preocupações existenciais. Aliás, em uma nota de rodapé da obra *História e verdade*, Ricoeur remete ao seu próprio artigo *Da lógica à ética em História*, afirmando que nele expressa sua “substancial concordância com o livro de H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, ed. du Seuil, 1954” (RICOEUR 1955, p. 38, nota 1).

Entretanto, conhecer os limites de uma abordagem não é sinônimo de diminuir a sua pertinência; pelo contrário, o próprio Marrou, em sua filosofia crítica da história, sustentava que a utilidade da história para a vida reside em seu sentido existencial: “o passado só pode ser conhecido se, de alguma maneira, se encontra em relação com a nossa existência” (MARROU s.d., p. 225). De modo semelhante, Paul Ricoeur, especialmente em uma obra que escapa ao recorte cronológico do presente artigo, *Tempo e narrativa*, sublinha que a conexão entre a narrativa e a experiência temporal implica que os sentidos produzidos narrativamente podem iluminar e enriquecer a existência de sentido e inteligibilidade. Portanto, ao contrário do que afirmava Sartre em *A náusea*, para Ricoeur, a narrativa é mais do que um expediente linguístico que produz significado para uma existência desprovida de qualquer sentido.

## REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **As aventuras da filosofia francesa no século XX**. Tradução de Antônio Teixeira, Gilson Iannini. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BARASH, Jeffrey Andrew. Paul Ricoeur e a questão concernente à realidade do passado histórico. *In*: NASCIMENTO, Cláudio Reichert; WU, Roberto. **Pensar Ricoeur: vida e narração**. Porto Alegre: Clarinete, 2016.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Tradução de Valerie Rumjanek. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CARVALHO, José Maurício de. Karl Jaspers: as bases da orientação científica para viver. Um diálogo com Kant. Haser. **Revista Internacional de Filosofia Aplicada**, n. 7, p. 111-144, 2016.

DAVENPORT, John. **Narrative identity, autonomy and mortality**. From Frankfurt and MacIntyre to Kierkegaard. New York: Routledge, 2012.

DOSSE, François. **Paul Ricoeur: Les sens d'une vie (1913-2005)**. Paris: La Découverte, 2008.

DOSSE, François. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século**. Tradução de Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017.

FERRY, Luc; RENAULT, Allain. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Volume 2. MOTA, Manoel Barros da (org). 2ª edição. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GRONDIN, Jean. **Paul Ricoeur**. Tradução de Sybil Safdie Douek. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

JASPERS, Karl. **La filosofía**. Tomo 1. Madrid; San Juan; Puerto Rico: Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, 1958.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Sentido y repetición en la historia**; con prólogo de Reinhard Mehring. Buenos Aires: Hydra, 2013.

MARROU, Henri. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Editorial 233Aster, S/D.

MENDES, Breno. **Existência e linguagem: o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MENDES, Breno. Existencialismo, filosofia da existência e filosofia da história. *In*: CARVALHO, Augusto de; MENDES, Breno; RAMALHO, Walderez. (Org.). **Sete ensaios sobre história e existência**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MINK, Louis. History and Fiction as Modes of Comprehension. **New Literary History**, v. 1, n. 3, 1970.

NASCIMENTO, Cláudio Reichert; WU, Roberto. **Pensar Ricoeur**: vida e narração. Porto Alegre: Clarinete, 2016.

PATOČKA, Jan. **Essais herétiques sur philosophie de l'histoire**. Preface: Paul Ricoeur. Postface: Roman Jakobson. Traduction by Erika Abrahms. Lagrasse: Verdier, 1999.

PEACH, Filiz. Phenomenology, history and historicity in Karl Jasper's Philosophy. **Analecta husserliana**. The yearbook of phenomenological research, v. LXXXX, p. 45-64, 2006.

PETIT, Jean-François. **Histoire de la philosophie française au XXe siècle**. Paris: Desclée de Brouwer, 2009.

PORÉE, Jérôme. **L'existence vive**: douze études sur la philosophie de Paul Ricoeur. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2017.

RICOEUR, Paul; CARR, David, TAYLOR, Charles. Discussion: Ricoeur on Narrative. In: WOOD, David (Org.). **On Paul Ricoeur**: narrative and interpretation. London: Routledge, 1991b.

RICOEUR, Paul. **A crítica e a convicção**. Trad. António Hall. Lisboa: Edições 70, 1997.

RICOEUR, Paul. **A simbólica do mal**. Tradução de Hugo Barros e Gonçalo Marcelo. Lisboa: Portugal, 2013.

RICOEUR, Paul. Existential phenomenology. In: RICOEUR, Paul. **Husserl**. An analysis of his phenomenology. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

RICOEUR, Paul. From existentialism to the philosophy of language. **Philosophy Today**, v. 17, i. 2, Summer, 1973.

RICOEUR, Paul. **Histoire et vérité**. Paris: Éditions du Seuil, 1955.

RICOEUR, Paul. J'attends la renaissance. Entretien avec Paul Ricoeur. In: ROMAN, Joel; TASSIN, Etienne. **A quoi pensent les philosophes?** Paris: Autrement, 1988. Disponível em: <http://www.fondsriceur.fr/photo/ATTENDS%20LA%20RENAISSANCE.pdf>. Acesso em : 8 abr. 2019.

RICOEUR, Paul. **Karl Jaspers et la philosophie de la existence**. En collaboration avec Mikel Dufrenne. Paris: Éditions du Seuil, 1947.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. Le renouvellement du problème de la philosophie chrétienne par les philosophies de l'existence. *In*: BOISET, Jean (org.). **Le problème de la philosophie chrétienne**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

RICOEUR, Paul. **Leituras 1**. Em torno ao político. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 1996a.

RICOEUR, Paul. **Leituras 2**. A região dos filósofos. Tradução de Marcelo Perine e Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 1996b.

RICOEUR, Paul. **Na escola da fenomenologia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

RICOEUR, Paul. Philosophies critiques de l'histoire: recherche, explication, écriture. *In*: FLOISTAD, Guttorm (Ed.?). **Philosophical Problems Today**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1994.

RICOEUR, Paul. Préface. *In*: PATOČKA, Jan. **Essais herétiques sur philosophie de l'histoire**. Préface: Paul Ricoeur. Postface: Roman Jakobson. Traduction: Erika Abrahms. Lagrasse: Verdier, 1999.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. 3 tomes [1983-1985]. Paris: Éditions du Seuil, 1991a. (Collection Points Essai).

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Sartre e as metamorfoses intelectuais. *In*: RODRIGUES DA SILVA, Helenice. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

ROSSATO, Noeli Dutra. Existência e narração: Agostinho na leitura de Ricoeur. *In*: NASCIMENTO, Cláudio Reichert; WU, Roberto. **Pensar Ricoeur**: vida e narração. Porto Alegre: Clarinete, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. Tradução de Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SHERMAN, David. O absurdo. *In*: DREYFUS, Hubert L. e WHRATHALL, Mark A. **Fenomenologia e existencialismo**. Tradução de Cecília Camargo Bartaloti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SILVA, Luciano Donizetti da. **A filosofia de Sartre entre a liberdade e a história**. São Paulo: Claraluz, 2010.

SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. *In*: **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Alges-Portugal: DIFEL, 2005.

SOUZA, Thana Mara de. A presença da história no "primeiro" Sartre: Roquentin e a náusea frente a ilusão da aventura histórica. **Princípios**, Natal, v. 16, n. 26, jul-dez, p. 87-105, 2009.

TIETZ, Udo. A filosofia da existência alemã. *In*: DREYFUS, Hubert L e WHRATHALL, Mark A. **Fenomenologia e existencialismo**. Tradução de Cecília Camargo Bartaloti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 155-176.

VAN LEEUWEN, Theodoor Marius. **The surplus of meaning**. Ontology and eschatology in the philosophy of Paul Ricoeur. Amsterdam: Editions Rodopi, B.V., 1981.

VOLPI, Franco. **O niilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de França Neto. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2014.

WICKS, Robert. Existencialismo francês. *In*: DREYFUS, Hubert L e WHRATHALL, Mark A. **Fenomenologia e existencialismo**. Tradução de Cecília Camargo Bartaloti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola, 2012.



## NOTA SOBRE O AUTOR

### Breno Mendes

mendes.breno@gmail.com  
Universidade Federal de Goiás  
Goiânia  
Goiás  
Brasil

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Breno Mendes  
Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de História  
Campus Samambaia - UFG  
74690900  
Goiânia, GO - Brasil

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pareceristas anônimos da *História da Historiografia*, cujos apontamentos contribuíram significativamente para a melhoria do artigo. Agradeço também aos professores Douglas Attila Marcelino e Ivan Domingues, respectivamente, orientador e coorientador da pesquisa de doutorado que originou o presente artigo.

## FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pela CAPES/Proex.

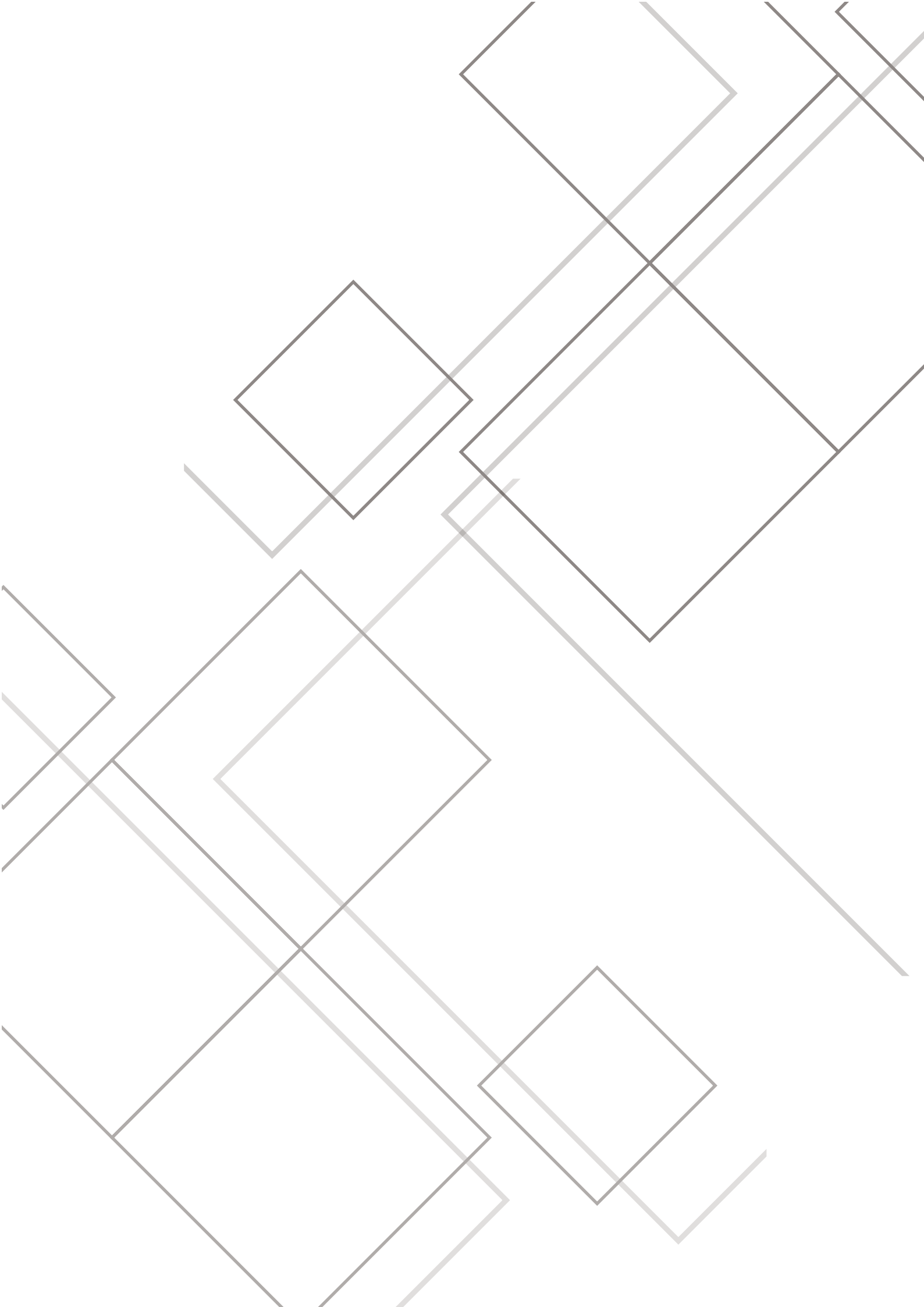
## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

Copyright (c)  
2020 *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 International.



RECEBIDO EM: 13/NOV./2019 | APROVADO EM: 16/JUN./2020





# DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES  
FOR AUTHORS

## **1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas**

**1.1.** Artigo inédito e original (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

**1.2.** Artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações recentes pertinentes aos temas relacionados com as áreas de conhecimento que configuram o escopo da publicação. (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Os artigos de debates devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra.

**1.3.** Resenhas de livros devem ser enviadas para a HH Magazine - <http://hhmagazine.com.br>.

## **2) Informações sobre a submissão**

**2.1.** A **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** não cobra taxa de submissão, assim como também não cobra taxa de processamento de artigo (APC).

**2.2.** Os arquivos enviados deverão estar em formato \*.doc ou \*.docx, ou seja, compatíveis com Word.

**2.3.** Todos os trabalhos submetidos à revista são analisados por software anti-plágio - [Política contra o plágio](#).

## **3) Normas de apresentação dos textos**

**3.1** Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa. Caso o texto original

seja em inglês, o artigo deverá ter um resumo em português ou espanhol.

**3.2.** Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

**3.3.** Serão aceitos artigos de debate historiográfico que resenhem criticamente publicações que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

**3.4.** A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Caso o texto da submissão seja derivado de tese e/ou dissertação, o autor deverá indicar essa informação no campo 'Comentários ao Editor'. Além disto, espera-se que o trabalho traga um avanço substancial com relação ao que já foi apresentado na tese ou dissertação, especial, mas não unicamente, em suas conclusões. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

**3.5.** Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora. E no campo específico no momento da submissão.

**3.6.** Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

**3.7.** Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a

publicação ou sugerir modificações. Além disso, informamos que poderão ocorrer mais de uma rodada de avaliação. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

**3.8.** As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista – [Banco de palavras-chave](#).

**3.9.** As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.

**3.10.** Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

**3.11.** Desde o seu terceiro número a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

**3.12.** As notas de rodapé devem ser apenas de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço. No geral, recomenda-se a não utilização de notas e incorporação da informação, da melhor maneira possível, no corpo do texto.

**3.13.** As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36). Os links vinculados às notas devem ser reduzidos com “encurtadores de links”.

**3.14.** A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas

citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

**3.15.** Somente devem ser listadas referências utilizadas no texto. E a partir de maio de 2019, as submissões deverão ser apresentadas utilizando a ABNT NBR 6023:2018.

## 4) Informações sobre a submissão

### 4.1. Livro

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplos:*

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

RIGNEY, Ann. **The Rhetoric of Historical Representation:** three narrative histories of the French Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. DOI 10.1017/CBO9780511549946. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511549946>. Acesso em: 19 jul. 2012.

#### 4.2. Livro eletrônico (tipo e-book)

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. *E-book*. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

#### 4.3. Capítulo de livro

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME2, Nome2 (orgs.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

##### *Exemplos:*

LÖWY, Michael. Carga explosiva: o surrealismo como movimento romântico revolucionário. *In*: GUINSBURG, J; LEIRNER, Sheila (orgs.). **O surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.



#### 4.4. Coletânea

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

##### *Exemplo:*

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.).  
**Representações:** contribuições a um debate transdisciplinar.  
Campinas: Papyrus, 2000.

#### 4.5. Artigo de periódico

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano.

##### *Exemplo:*

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity.  
**Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563,  
1998.

#### 4.6. Artigo de periódico on-line

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ASDAL, Kristin; JORDHEIM, Helge. Texts on the Move: Textuality and Historicity Revisited. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 56-74, 2018. DOI 10.1111/hith.12046. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12046>. Acesso em: 9 abr. 2019.

**4.7.** Texto disponível na internet

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

BENTIVOGLIO, Julio. "Precisamos falar sobre o currículo de História". **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

**4.8.** Artigo publicado em anais eletrônico

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). *In*: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO,

IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

#### 4.9. Tese acadêmica

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

#### 4.10. Artigo de Jornal

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplos:*

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

RODRIGUES, Artur. Obra de ficção cria "liminar" e vira alvo de investigação da PF. **Folha.com.br**, São Paulo, 11

set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1680327-obra-de-ficcao-cria-liminar-e-vira-alvo-de-investigacao-da-pf.shtml>. Acesso em: 11 set. 2015.

**4.11.** Observações sobre a apresentação das referências:

**4.11.1.** O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;

**4.11.2.** Sempre que utilizar uma referência consultada online, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;

**4.11.3.** URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;

**4.11.4.** A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "\_\_\_\_\_" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.

**4.11.5.** Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.

**4.11.6.** Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista [historiadahistoriografia@hotmail.com](mailto:historiadahistoriografia@hotmail.com).